



Programa Interuniversitário de Doutoramento em História

Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora

Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”: O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756)

Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo

Orientador: Prof. Doutor Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas Monteiro

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História



Programa Interuniversitário de Doutoramento em História

Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora

Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”: O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756)

Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo

Orientador: Prof. Doutor Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas Monteiro

Júri:

Presidente: Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida

Vogais:

- Doutora Maria do Pilar Ponce Leiva, Professora Titular da Facultad de Geografía e Historia da Universidad Complutense de Madrid, Espanha;
- Doutor Pedro António de Almeida Cardim, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa;
- Doutora Mafalda de Sousa Machado Soares da Cunha, Professora Auxiliar com Agregação da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora;
- Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Doutor Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas Monteiro, Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

Esta investigação foi realizada com o apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através da concessão de uma bolsa de Doutorado Pleno no Exterior (BEX – 00463/2014-00) e contou ainda com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

2019

*Aos meus pais, avós, bisavós, família e ancestrais
À memória de Maria José Jorge da Silva
À Yamê*

RESUMO

Esta tese discute o papel desempenhado pelos Governadores de Capitania durante o longo processo de atlantização da monarquia portuguesa entre os séculos XVI e XVIII. Considerando que uma das faces mais visíveis deste processo pode ser acompanhada nos corolários da incorporação das capitanias de donatários à administração direta da Coroa Portuguesa, privilegiamos o caso de Pernambuco como espaço de observação deste fenómeno mais amplo, tomando um corte cronológico de pouco mais de cem anos, que transcorrem entre 1654 (com a capitulação neerlandesa no Recife) e 1756 (com a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba). Demonstramos que este é um período marcado pelo crescimento populacional e por transformações político-administrativas, dentre as quais inclui-se o progressivo alargamento do raio de ação dos Governadores de Pernambuco para o espaço das capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará. Neste cenário, traçamos um perfil de recrutamento dos vinte e cinco governadores nomeados pela coroa, e ao demonstrar que estes eram quase todos reinóis desprovidos de vínculos com o cenário político local, problematizamos as formas com que o poder, à partida transitório e desterritorializado, destes agentes foi capaz de enraizar-se e, efetivamente, projetar-se sobre um espaço político complexo e de dimensões regionais garantindo efetiva continuidade no tempo e no espaço.

Para tanto, sustentamos a tese de que um Governo de Capitania representa algo mais do que a sucessão constante de vários indivíduos num mesmo posto, sendo, na verdade, um *corpo político* dotado de sede, estrutura e memória capaz de assegurar a continuidade da governação ao longo do tempo. Face ao alargamento da projeção espacial do poder dos governadores, analisamos os padrões de governabilidade do território sob sua jurisdição à partir da interação que estes agentes estabelecem com o universo de poderes territoriais existentes em três arenas de comunicação política, a saber, nas que eram estabelecidas com a Coroa, com o Governo-Geral e no interior do próprio território. Nesse sentido, argumentamos que o poder dos governadores tende a uma crescente regionalização e fortalecimento na virada do século XVII para o XVIII, e que o Governo atuava como um centro secundário de comunicação política no Atlântico Português, assegurando a ligação externa entre a administração central da monarquia e os territórios americanos, mas também a ligação interna, entre a sede do governo e seu distrito.

Palavras-Chave: Governadores; Comunicação Política; Governança Imperial; Capitania de Pernambuco; América Portuguesa.

ABSTRACT

This thesis discusses the role of Royal Governors during the strengthening of the Portuguese Crown's presence over the Atlantic World between the 16th and the 18th centuries. Considering that one of the most visible aspects of the reinforcement of royal authority in the Portuguese Atlantic territories can be observed on the reversion of the donatarial captaincy's to the direct administration of the Crown, we privilege the case of Pernambuco as case study to observe this process during the hundred years elapsed between 1654 (when WIC forces surrendered in Recife) and 1756 (when the *Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba* was created). This was a period marked by population growth and political changes. The former donatarial administrators of Pernambuco were replaced by royal governors, appointed directly by the Crown. In this scenario, we trace the social background of all twenty-five royal governors that served in Pernambuco during this period. Noticing that they were almost all Portuguese-born, appointed for limited periods of time, with no bounds or roots within the South-American territories, we problematize how they managed to acquire information and perpetuate governance practices over time while dealing with a vast and complex political space that included not only Pernambuco, but Itamaracá, Paraíba, Rio Grande and Ceará captaincy's.

To explain it, we argue that a Captaincy's Governorship represents something more than a constant succession of individuals on the same post, working as a true *political body* with headquarters, structure and memory that allowed it to overcome the discontinuity of mandates, creating political perpetuity and tradition. Inquiring the governor's projection over the territory, we analyze the patterns of governance through the political relations between them and other local powers or political institutions measuring such relations in three different but interrelated scales of political communication, namely, the communications with the central administration of the Portuguese Crown, with the *Governo-Geral do Estado do Brasil* (in Bahia) and the communications between the Governor's and the district itself. We argue that as the governor's authority assume regional proportions and grows stronger between the late 17th and early 18th centuries, the Governorship consolidates itself as *hub* that linked both transatlantic and intra-continental scales of political communication, and helped to maintain political ties between the Kingdom of Portugal and the colonial polities in Portuguese America.

Key Words: Royal Governors; Political Communication; Imperial Governance; Pernambuco's Captaincy; Portuguese America.

AGRADECIMENTOS

A aventura que é a escrita de uma tese pode parecer solitária em alguns momentos. Mas esta é uma solidão meramente ilusória, uma vez que durante todo o percurso estive rodeado de pessoas que contribuíram das formas mais diversas (empregando meios físicos e metafísicos) para que o trabalho chegasse à presente forma de sua apresentação. A todas estas pessoas, n'aquém e n'além mar, é preciso dar os devidos agradecimentos. Porém, sendo tantos, evitarei, tanto quanto for possível, citar nomes para que não omita o de ninguém.

Começo por agradecer ao orientador da tese, o Dr. Nuno Gonçalo Monteiro. Pessoa que desde os primeiros contatos mostrou-se sempre aberto, solícito, pronto e disponível para responder a todas as solicitações que lhe apresentei. O professor Nuno Monteiro representa, decerto, o maior interlocutor na construção do trabalho, contribuindo em tudo para o seu aprimoramento. As indagações permanentes, as críticas construtivas e as sugestões lançadas do alto de sua experiência foram essenciais para alargar os horizontes e as propostas iniciais. Sua confiança no trabalho e nas minhas competências para executá-lo, manifesta em todas as palavras de suporte, encorajamento e incentivo, foram essenciais para atravessar os momentos de insegurança e incerteza, levando a sua consecução a bom porto.

Expresso o meu mais sincero reconhecimento e gratidão aos membros do júri, composto pelos professores Dra. Maria do Pilar Ponce Leiva, Dr. Pedro Cardim, Dra. Mafalda Soares da Cunha e Dr. José Damião Rodrigues, cuja presença nas provas doutorais muito engrandece e prestigia o presente trabalho. Sou especialmente grato por todas as críticas e sugestões que muito gentilmente me foram feitas e as quais espero incorporar na totalidade senão na presente versão do trabalho, em futuras publicações. Um agradecimento especial, *in memoriam*, a um dos potenciais membros do júri, o professor Dr. António Manuel Hespanha, cuja ausência física foi sentida por todos os que estiveram presentes, não obstante a vitalidade de sua contribuição historiográfica, e também humana, se apresentar em diversos momentos da arguição através de seus discípulos.

Não seria possível concretizar este trabalho sem o apoio material que recebi do povo brasileiro através da concessão da Bolsa de Doutorado Pleno no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo período de quatro anos, entre setembro de 2014 e agosto de 2018. A ampla concessão destas bolsas de doutorado pleno marca o período áureo da internacionalização da ciência brasileira que agora, depois de um Golpe e da ascensão de um governo de extrema direita, parece chegar a um momento de interrupção. Junto à CAPES, aproveito ainda para agradecer às técnicas que me atenderam com profissionalismo, presteza e dedicação ao longo de todo o período.

Em Portugal, pude contar com o inestimável suporte da Fundação Calouste Gulbenkian através da generosa concessão da Bolsa de Investigação em Temas da Cultura Portuguesa, que me permitiu alargar os horizontes da contribuição agora oferecida, contemplando aspectos indispensáveis à consecução dos objetivos pretendidos. Saúdo a memória deste grande mecenas que foi Calouste Sarkis Gulbenkian, e agradeço de forma especial aos que perpetuam o seu legado com trabalho, responsabilidade e competência, referindo a todos nas pessoas da Dra. Margarida Abescassis e do Dr. Carlos Luís pela gentileza com que sempre me atenderam.

A travessia do oceano me colocou em contato com professores e colegas da academia e da historiografia portuguesa cujas contribuições, indagações, propostas e oportunidades de publicação motivaram-me em todos os momentos, e serviram para amadurecer as ideias do trabalho e alargar as ambições pretendidas. Saúdo e agradeço em especial a todos os professores e colegas do PIUDHist com quem pude dialogar de forma constante ao longo de todo o percurso. No Instituto de Ciências Sociais e no PIUDHist pude contar com o auxílio valioso dos funcionários e secretários da pós-graduação, aos quais presto os merecidos agradecimentos, em especial à Dra. Maria Goretti, à Susana e à Margarida.

No outro lado do Atlântico, e quase sempre à distância, pude também debater com diversos professores, colegas e investigadores aos quais agradeço sempre pelas sugestões, palavras de incentivo, recomendações de fontes e bibliografia. No Brasil, agradeço de forma excepcional aos meus orientadores Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano e Dr. George Félix Cabral de Souza, que me encorajaram, e auxiliaram, a empreender esta aventura de fazer um doutorado em Portugal.

Em todos os arquivos e bibliotecas que frequentei, pude contar com a presteza e enorme gentileza de diretores e funcionários que, para além de todo o auxílio, permitiram-me consultar os manuscritos originais, sem cujo acesso a exaustiva construção das bases de dados não teria sido possível. A todos e todas, a minha enorme gratidão.

Nas palavras de Raphael Bluteau, autor do primeiro dicionário impresso da língua portuguesa, a amizade é um “meio do qual logram os homens um dos maiores prodígios do Ser Divino, a saber a unidade com pluralidade, na perfeita união dos amigos”. E destes não citarei o nome de rigorosamente nenhum, mas agradeço a todos os que por meios materiais, virtuais e metafísicos tornaram esta fatigante jornada mais leve e aprazível. Mas, não poderia deixar de registar os colegas de turma e de curso, a quem agradeço pela amizade construída, pelos debates motivadores e também pelos momentos de alegria e descontração. À memória do nosso amigo Pedro Almeida Ferreira, que tão precocemente fez a sua transição, deixo também registada a minha saudade e admiração.

Além dos apoios antes referidos, pude contar com várias “fintas” levantadas entre os meus familiares e parentes no Brasil que permitiram sustentar a mim e à minha Casa nos momentos de maior apherio. À minha mãe, Maria Helena e ao meu pai Edmundo, sou grato pelo dom da vida e literalmente por tudo o que já fizeram, fazem e farão por mim. Com o coração cheio de reconhecimento e gratidão, dedico o presente trabalho a vocês, meus pais, mas também aos meus avós, bisavós, irmãos, tios e primos, sabendo que nada disso teria sido possível sem o carinho, os exemplos, o suporte e os auxílios de sempre. Nesta banda do atlântico, um agradecimento muito especial aos meus tios, Manuela e Mário, pelo carinho com que me acolheram e por todo o suporte que me deram ao longo de todo o tempo. Dedico a Tese, em especial, à memória de Maria José Jorge da Silva, a Xé, e de Maria Gertrudes, que não chegaram em vida a ver o trabalho concluído, mas cujo o carinho e exemplo permanecem vivos no coração daquele que o escreveu.

E assim, agradeço à minha amada Yamê, companheira leonina, pilar fundamental à construção deste trabalho, fonte perpétua de diálogo, de questionamentos, de fontes e bibliografia partilhadas quase que diariamente, mas, sobretudo, pelo companheirismo, carinho, afeto e amor com que me presenteia todos os dias, e pelo suporte, paciência e resiliência demonstrada ao longo de todo o percurso.

ÍNDICE

RESUMO	4
ABSTRACT	5
AGRADECIMENTOS	6
ÍNDICE	8
LISTA DE ABREVIATURAS	11
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE TABELAS	13
LISTA DE GRÁFICOS	14
INTRODUÇÃO	15
PARTE I. OS GOVERNADORES E O GOVERNO	24
CAPÍTULO 1. Governo e Comunicação Política: Debates historiográficos, alternativas metodológicas e fontes de investigação	25
1.1. Perspectivas historiográficas e horizontes da contribuição	27
1.2. Governança e Comunicação Política	35
1.3 Metodologia e Fontes de Análise da Comunicação Política	39
1.3.1. Os circuitos transoceânicos	42
1.3.2. Os circuitos continentais ou a comunicação com o Governo-Geral	43
1.3.3. Os circuitos internos	44
CAPÍTULO 2. Os Governadores e o Governo de Pernambuco: a alternância dos homens e a transmissão da experiência	52
2.1 Padrões de recrutamento e o perfil dos Governadores de Pernambuco	57
2.1.1 Os procedimentos de nomeação e o perfil dos candidatos	58
2.1.2 O perfil dos governadores escolhidos	63
2.1.3. Os Governos interinos	71
2.2 O corpo político do Governo de Pernambuco	75
2.2.1. O Cargo de Governador	75
2.2.2 A “cabeça” da Capitania e a sede do Governo	86
2.2.3 Os Secretários e a Secretaria de Governo	100
2.3 Recapitulação	114
PARTE II. O DISTRITO DO GOVERNO	117
CAPÍTULO 3. O Ordenamento do Território: Conquista, estatutos jurídicos e categorização espacial	118
3.1. Formação da arquitetura jurisdicional	120
3.1.1 Conquista do espaço e definição dos estatutos jurídicos	120
3.1.2 Os impactos da Guerra sobre a organização do espaço político	127
3.2. “Governo” e “capitanias”: vocabulário de caracterização do espaço jurisdicional	135
3.3 Recapitulação	150

CAPÍTULO 4. A topografia do poder: Enquadramentos populacionais e arquitetura institucional nas Capitanias do Norte (séculos XVII e XVIII)	152
4.1. Enquadramentos Populacionais	153
4.1.1. <i>Dados gerais sobre a população</i>	154
4.1.2. <i>A malha paroquial</i>	162
4.1.3. <i>Os Aldeamentos e o Governo dos Índios</i>	175
4.2. A Administração Local	183
4.2.1. <i>Câmaras</i>	184
4.2.2. <i>O Juizes de Vintena e os “Juizes Ordinários”</i>	192
4.2.3. <i>Capitães-Mores e Coronéis da Ordenança</i>	194
4.3 Administração periférica da Coroa	199
4.3.1. <i>Os Capitães-Mores Governadores de Armas</i>	199
4.3.2. <i>Fazenda</i>	200
4.3.3. <i>Justiça</i>	206
4.4 Os efetivos armados	211
4.4.1. <i>A Tropa Regular ou de Primeira Linha</i>	213
4.4.2. <i>Milícias ou Tropas Auxiliares</i>	217
4.4.3. <i>As Ordenanças</i>	222
4.4.4. <i>Variantes da Matriz Institucional</i>	226
4.5. Recapitulação	228
PARTE III. DISTÂNCIA, COMUNICAÇÃO E GOVERNABILIDADE	230
CAPÍTULO 5. O Governo no Atlântico: Os Governadores de Pernambuco e a comunicação política com o reino	231
5.1. Materialidades da conexão atlântica	235
5.1.1. <i>A Navegação de Longa distância</i>	235
5.1.2. <i>O “tempo administrativo” nas comunicações transoceânicas</i>	241
5.2 Espaços e interlocutores da Coroa nas Capitanias do Norte	247
5.2.1. <i>Fluxos geográficos de comunicação</i>	247
5.2.2. <i>Os interlocutores do Conselho Ultramarino nas Capitanias do Norte</i>	256
5.3. A Comunicação entre os Governadores de Pernambuco e o Reino	265
5.3.1. <i>O volume das comunicações trocadas entre o Governo e o Reino</i>	265
5.3.2. <i>Tipologias dos assuntos das comunicações</i>	275
5.3.3. <i>O “sentido” das comunicações</i>	280
5.3.4. <i>Os conselheiros do rei na América</i>	294
5.4 Recapitulação	313
CAPÍTULO 6. Cinco Capitanias entre dois Governos: Comunicações entre o Governo-Geral, o Governo de Pernambuco e as Capitanias do Norte do Estado do Brasil	316
6.1 Distância e condicionamentos materiais da comunicação	319
6.1.1. <i>Os limites da integração territorial</i>	320
6.1.2. <i>Vencendo as distâncias internas: navegação costeira e ligações terrestres</i>	326
6.1.3. <i>O “tempo administrativo” nas comunicações internas</i>	334

6.2. A sombra de dois governos	341
6.2.1 <i>Espaços de Comunicação do Governo-Geral do Estado do Brasil</i>	341
6.2.2 <i>Espaços de Comunicação do Governo de Pernambuco.....</i>	350
6.3 A comunicação entre os dois Governos	359
6.3.1 <i>Os Governadores e os outros interlocutores do Governo-Geral nos territórios.</i>	360
6.3.2 <i>A correspondência entre os Governadores-Gerais e os Governadores de Pernambuco</i>	364
6.3.3 <i>Do atrito à acomodação: os principais assuntos da correspondência</i>	373
6.4. Recapitulação.....	384
CAPÍTULO 7. Padrões de Espacialização: Os Circuitos internos de comunicação política dos Governadores de Pernambuco	386
7.1. O volume das comunicações internas	387
7.1.1 <i>Ordenamento cronológico das fontes disponíveis.....</i>	389
7.2 Tipologias dos Atos Comunicacionais	390
7.2.1 <i>Comunicações interpessoais ou interinstitucionais</i>	391
7.2.2 <i>Comunicações coletivas</i>	395
7.2.3 <i>Os suportes comunicacionais e a formalização dos atos comunicativos</i>	397
7.2.4 <i>Os suportes empregados da governação dos territórios.....</i>	401
7.3 Os interlocutores locais	405
7.3.1 <i>Padrões gerais de seleção.....</i>	406
7.3.2 <i>As tipologias de suporte e o contato com os interlocutores locais.....</i>	414
7.3.3 <i>Variações locais e regionais</i>	415
7.3.4 <i>O acesso ao Governo a partir de baixo: correspondência, requerimentos e petições.....</i>	421
7.4 As principais matérias da governação.....	428
7.5. Recapitulação.....	435
CONCLUSÃO	440
FONTES E BIBLIOGRAFIA	447
ANEXOS	464

LISTA DE ABREVIATURAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AP – Anais Pernambucanos
APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Pernambuco, Brasil)
AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra
BCCC – Breve compêndio do que vai obrando o governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho.
BCUC – Biblioteca Central da Universidade de Coimbra
BL – British Library
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
BNPA – Biblioteca Nacional do Palácio da Ajuda
CA – Coleção do Conde dos Arcos
Cód. – Códice.
DBGP – Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco.
DHBNRJ – Coleção dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
DLCS – Diário do Governador Luís Correia de Sá
FGNFP – Manuel José de Felgueiras Gayo Nobiliário das Famílias de Portugal
FHBH – Fontes para a História do Brasil Holandês
Fl. – Fólio.
GCGP – Pereira da Costa, Governadores e Capitães-Generais de Pernambuco
PBA – Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal
ICP – Informação da Capitania de Pernambuco (1749)
IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico Alagoano
IPP – Ideia da População de Pernambuco (1774-1777)
LREB – Livro que dá Rezão ao Estado do Brasil (1612)
MHGGP – D. António Caetano de Sousa, Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal.
P. – Página.
Pp. Páginas.
O.R. – Ordens Régias.
RFAB – Raízes da Formação administrativa do Brasil.
RPFEB – Relação das Praças Fortes do Estado do Brasil (1609)
RIAP – Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
VAL – Visita ad Limina do Bispo D. Francisco de Lima.
VPL – Vocabulário Português e Latino de Raphael Bluteau (1726)
WIC – Companhia das Índias Ocidentais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Estatuto Social dos Governadores de Pernambuco (1648-1756)	p.64.
Quadro 2. Carreiras militares e trajetórias governativas dos governadores (1648-1749)	p. 68.
Quadro 3. Local de Assinatura das Disposições dos Governadores (1654-1746)	p. 93.
Quadro 4. Secretários de Governo de Pernambuco (1645-1802)	p.102.
Quadro 5. Ofícios da Real Fazenda em Pernambuco (c. 1700-1749)	p.203.
Quadro 6. Ofícios da Real Fazenda na Paraíba	p.203.
Quadro 7. Oficiais da Real Fazenda em Itamaracá, Rio Grande e Ceará (1700-1749)	p.204.
Quadro 8. Comarcas nas Capitanias do Norte c. 1750	p. 207.
Quadro 9. Oficiais da Tropa Regular de Pernambuco (c. 1664-1710)	p.214.
Quadro 10. Tropa Regular nas Capitanias do Norte (c. 1746-1747).....	p. 217.
Quadro 11. Forças Auxiliares criadas por Brito Freyre (c. 1663)	p.218.
Quadro 12. Tropas Auxiliares em Pernambuco (c.1709-1749)	p.221.
Quadro 13. Tropas Auxiliares nas Capitanias ao Norte (1744-1749)	p.222.
Quadro 14. Distribuição das Ordenanças na Capitania de Pernambuco c. 1749.....	p.223.
Quadro 15. Distribuição das Ordenanças em Itamaracá e no Ceará, c. 1749.....	p.225.
Quadro 16. Tipologias dos Assuntos da Comunicação transoceânica	p.276.
Quadro 17. Tipologias das comunicações expedidas pelo Conselho Ultramarino.....	p.289.
Quadro 18. Tempo administrativo: fluxo ascendente. Dias transcorridos na emissão de respostas às comunicações dos poderes locais no Governo de Pernambuco e no Governo-Geral	p.337.
Quadro 19. Tempo administrativo: fluxo descendente. Registo de Bandos no Livro de Vereações da Câmara das Alagoas (1668-1680)	p.339.
Quadro 20. Tipologias de Assunto da Correspondência entre o governador-geral e o governador de Pernambuco.	p.373.
Quadro 21. Ordenamento cronológico das Disposições dos Governadores (1648-1746)	p.390.
Quadro 22. Tipologias de Assuntos da Comunicação Interna.....	p.428.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Síntese do Perfil dos Candidatos ao Governo de Pernambuco (1666-1751)	p.61.
Tabela 2. População do Brasil em fogos, 1570-1590.....	p.154.
Tabela 3. População (fogos) na América Portuguesa (1685-1701).....	p.159.
Tabela 4. População América Portuguesa c.1780	p.161.
Tabela 5. Número de freguesias nas Capitanias do Norte (séculos XVII-XVIII)	p.163.
Tabela 6. Distribuição de Fogos nas paróquias de Pernambuco (1693-1777)	p.164-165.
Tabela 7. Malha Paroquial Capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande (1693-1777)	p.168.
Tabela 8. Malha Paroquial da Capitania do Ceará (1701-1765)	p.171.
Tabela 9. Quantidade de aldeamentos no Bispado de Pernambuco (1696-1757)	p.179.
Tabela 10. Estimativa da população aldeada no Bispado de Pernambuco em 1729	p.182.
Tabela 11. Distâncias e tempo de navegação	p.236.
Tabela 12. Tempo de Navegação vs. Tempo Administrativo (1654-1756)	p.242.
Tabela 13. Distribuição interna das Ordens, Provisões e Cartas Régias dirigidas à Capitania de Pernambuco (1647-1756).....	p. 255.
Tabela 14. Destinatários da Comunicação expedida pelo Conde dos Arcos à Corte (1746-1749) ..	p.271.
Tabela 15. Média das emissões dos Governadores da América Lusa (1640-1756)	p.273.
Tabela 16. Origem Geográfica dos Emissores mencionados nos Pedidos de Parecer do Conselho Ultramarino aos Governadores de Pernambuco (1650-1699)	p.298.
Tabela 17. Origem Geográfica dos Emissores mencionados nos Pedidos de Parecer do Conselho Ultramarino aos Governadores de Pernambuco (1703-1756)	p.299.
Tabela 18. Volume de comunicação expedida pelos Governadores de Pernambuco (1660-1746)..	p.352.
Tabela 19. Fluxos Geográficos de Comunicação Expedida por Antônio Félix Machado (1690-1693)	p.356.
Tabela 20 Fluxos Geográficos de Comunicação Expedida por Félix José Machado (1711-1715) ..	p.356.
Tabela 21. Interlocutores do Governo-Geral nas Capitanias do Norte (1651-1699).....	p.360.
Tabela 22. Interlocutores do Governo-Geral nas Capitanias do Norte. (1700-1732).....	p.362.
Tabela 23. Calendário mensal das comunicações de D. Marcos de Noronha e Brito com o Vice-Rei Conde das Galveias (1746-1749)	p.369.
Tabela 24. Variedades Tipológicas das Comunicações expedidas por Antonio Félix Machado e Félix José Machado (1690-1715)	p.399.
Tabela 25. Variedades tipológicas da comunicação expedida pelos Governadores de Pernambuco aos territórios (1660-1746)	p.401.
Tabela 26. Protagonistas das Comunicações 1690-1715	p.408.
Tabela 27. Variedades tipológicas das Comunicações expedidas pelos Governadores de Pernambuco aos protagonistas no território (1654-1746)	p.414.
Tabela 28. Distribuição geográfica dos Interlocutores acionados na comunicação política interna dos Governadores de Pernambuco (1654-1699).....	p.416.
Tabela 29. Distribuição geográfica dos Interlocutores acionados na comunicação política interna dos Governadores de Pernambuco (1700-1746).....	p.418.
Tabela 30. Distribuição Geográfica dos Requerentes e Peticionários (1654-1699).....	p.423.
Tabela 31. Distribuição Geográfica dos Requerentes e Peticionários (1700-1746).....	p.425.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Efetivos da Tropa Regular de Pernambuco (1661-1749)	p.215.
Gráfico 2. Médias anuais da comunicação expedida pelo Conselho Ultramarino às Capitanias do Norte (1650-1756)	p. 251.
Gráfico 3. Interlocutores da comunicação expedida pelo Conselho Ultramarino para a Capitania de Pernambuco (1650-1756)	p.257.
Gráfico 4. Médias anuais de cartas para os Governadores e Capitães-Mores (1650-1756)	p.258.
Gráfico 5. Interlocutores do Conselho Ultramarino nas Capitanias do Norte (1650-1699)	p.261.
Gráfico 6. Interlocutores do Conselho Ultramarino nas Capitanias do Norte (1703-1756)	p.262.
Gráfico 7. Emissões dos Governadores de Pernambuco ao Reino (1645-1755)	p.266.
Gráfico 8. Médias anuais de comunicação expedida e recebida pelos Governadores de Pernambuco (1650-1756)	p.268.
Gráfico 9. Tipologias de Assuntos das Comunicações Recebidas e Expedidas pelos Governadores (1650-1700)	p.277.
Gráfico 10. Tipologias de Assuntos das Comunicações Recebidas e Expedidas pelos Governadores (1701-1756)	p.277.
Gráfico 11. Categorias de Teor das Comunicações Políticas (1650-1699)	p.290.
Gráfico 12. Categorias de Teor das Comunicações Políticas (1703-1756)	p.291.
Gráfico 13. Categorias de Teor das Comunicações Políticas Expedidas pelos Governadores (1650-1756)	p.293.
Gráfico 14. Médias anuais de emissões para as capitanias do norte (1651-1732).	p.344.
Gráfico 15. Envio de correspondências do Governador-Geral ao Governador de Pernambuco (1650-1732)	p.367.
Gráfico 16. Frequência na expedição de correspondência pelo Governo-Geral aos Governadores de Pernambuco (1652-1732)	p.368.
Gráfico 17. Tipologias de assunto na correspondência dos governadores-gerais (1652-1699).	p.374.
Gráfico 18. Tipologias de assunto na correspondência dos governadores-gerais (1700-1732).	p.375.
Gráfico 19. Tipologias de Assunto na Correspondência dos Governadores-Gerais com os Governadores de Pernambuco. (1663-1702)	p.376.
Gráfico 20. Tipologias de Assunto na Correspondência dos Governadores-Gerais com os Governadores de Pernambuco (1710-1732)	p.377.
Gráfico 21. Tipologias dos Atos Comunicativos Expedidos pelos Governadores de Pernambuco (1660-1746)	p.397.
Gráfico 22 Destinatários das Disposições dos Governadores (1660-1746)	p.407.
Gráfico 23. Assuntos nos circuitos internos de Comunicação Política dos Governadores (1654-1746)	p.429.
Gráfico 24. Variação cronológica dos Assuntos nos circuitos internos de comunicação política dos Governadores de Pernambuco (1660-1699)	p.432.
Gráfico 25. Variação cronológica dos Assuntos nos circuitos internos de comunicação política dos Governadores de Pernambuco (1711-1746)	p.433.
Gráfico 26. Assuntos da Comunicação Política expedida nos mandatos do Marquês de Montebelo (1690-1693) e de Félix José Machado (1711-1715)	p.434.

INTRODUÇÃO

Entre os séculos XV e XIX, um conjunto de territórios descontínuos e dispersos entre o Atlântico e o Índico foi progressivamente ocupado, conquistado ou incorporado pela monarquia portuguesa, levando à construção de uma entidade política com proporções transoceânicas, ou pluricontinentais, dentro da qual a distância representa um desafio concreto, e permanente, à coesão interna. Os recursos disponíveis à ação da Coroa, bem como as diferentes configurações sociais, econômicas e culturais acabaram por condicionar os padrões de contato e assim como a plasticidade dos modelos político-administrativos adotados em cada espaço. Se as lógicas de inserção no espaço asiático e norte africano, foram, no limite, mais orientadas ao controle sobre praças militares de maior importância, bem como sobre a navegação e redes comerciais, se pode dizer que nas Ilhas Atlânticas e na América a presença portuguesa foi mais direcionada à apropriação de grandes porções de terra em que se desenvolveram sociedades produtoras, agrícolas ou mineradoras¹.

A conquista do vasto espaço americano coincidiu com o longo processo de sua reordenação conforme um repositório de fórmulas herdadas da matriz institucional europeia e de suas adaptações tardo-medievais aos espaços ocupados pelos portugueses no exterior do continente. Para efeitos de organização do território, uma das mais importantes é a das **capitanias**, modelo já testado nas Ilhas Atlânticas e derivado das sucessivas adaptações feitas às alcaidarias medievais e governos de fortaleza à realidade da expansão². É suficiente dizer que aos capitães do Norte de África, se acrescentou não só o governo dos castelos e fortalezas, mas o dos efetivos armados, das armadas e dos portos. Nas Ilhas Atlânticas, a doação régia de senhorios jurisdicionais à iniciativa de particulares, fez com que os capitães, além das obrigações militares, tivessem competências que hoje associaríamos à esfera do “governo

¹ No caso português, nomeadamente nas Ilhas Atlânticas e em África. Cf.: Monteiro, Nuno G; Bicalho, Maria Fernanda B. «As instituições civis da monarquia portuguesa na Idade Moderna»: centro e periferia do império. Em *Monarquias Ibéricas em perspectiva comparada (séculos XVI-XVIII)*: Dinâmicas Imperiais e circulação de modelos administrativos, orgs. Xavier, Ângela Barreto; Palomo, Federico; Stumpf, Roberta, (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018), p. 210.

² Uma análise do processo pode ser encontrada em Bethencourt, Francisco. «As capitanias». Em *História da Expansão Portuguesa*. Vol 1. orgs. Bethencourt, Francisco, Chauduri, Kirti. (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998). pp. 341-352.

civil”³. Assim, no limite, as doações de capitanias na América a partir do reinado de D. João III, refletem adaptações destas experiências à conquista de um território de grandes dimensões, e no qual os donatários responderiam pelo máximo comando militar e civil. Na prática, essa reordenação resultou na divisão do espaço conhecido no continente americano em circunscrições jurisdicionais que viriam a assumir dimensão regional submetidas à jurisdição de capitães-donatários.

Internamente, além da ampla autoridade de que foram inicialmente investidos, as cartas de doação também delegavam jurisdição aos donatários para criar municípios, prover cargos e ofícios e, com isso, coordenar a formação das estruturas político-administrativas locais, quase todas decalcadas da matriz institucional portuguesa. Isso levou à formação de uma base de poderes orgânicos – encarnados em câmaras, alcaides, tabeliães, escrivães, juizes dos órfãos, ouvidores e almoxarifes – capaz de organizar a governação, articulando-a entre diferentes esferas e em distintos espaços sem dependência do longo tempo de comunicação com a Europa.

Mas, entre os séculos XVI e XVIII, e em resposta ao fracasso ou ao sucesso deste modelo de organização, a Coroa tentou ampliar o seu raio de ação direta nos territórios e sobre as arenas de poder nele formadas. De forma concreta, e no início, com a criação de uma estrutura política de escala continental sobreposta, mas não substitutiva, à autoridade dos donatários, encarnada no Governo-Geral, instalado desde 1549⁴. E, em seguida, de forma mais localizada, pela compra ou reversão das capitanias à administração direta da Coroa, processo que implicou a mudança no estatuto jurídico e a substituição da autoridade de seus respectivos donatários, ou de seus representantes, pela de oficiais régios nomeados diretamente a partir do centro, tais como governadores e capitães-mores. Mesmo nas capitanias que permaneceram sob a administração de donatários, a Coroa – especialmente durante a União Ibérica (1580-1640) – passou a intervir de forma mais constante sobre a seleção ou, no limite, sobre a confirmação, dos representantes nomeados pelos donatários em cada capitania⁵.

Outra face importante desta mudança na postura da Coroa está relacionada aos critérios de seleção dos homens indicados para o governo das capitanias principais. Se a conjuntura da Restauração (1640-1668) e a dependência dos primeiros reis da dinastia brigantina com relação aos recursos e à ação dos vassalos ultramarinos favoreceu a ampla circulação das elites mais

³ Saldanha, António Vasconcelos de, *As capitanias do Brasil. Antecedente, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*, (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2ª ed., 2001), p. 95-103.

⁴ Puntoni, Pedro. *O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia Colonial (1548-1700)*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 36.

⁵ Dutra, Francis A. «Centralization vs. Donatarial Privilege: Pernambuco (1602-1630)». Em *Colonial roots of Modern Brazil*. ed. Dauril Alden. Los Angeles: University of California Press, 1973.

destacadas das conquistas pelos principais postos de governo do espaço Atlântico, o padrão de recrutamento que se observa a partir da década de 1670, foi marcado pela reserva dos postos de governo das capitanias principais para reinóis desprovidos de experiências prévias em solo americano⁶. Na perspectiva dos poderes centrais, a seleção de homens nascidos no reino e, em princípio, desprovidos de vínculos com a sociedade local, conviria ao propósito da “desterritorialização do poder dos governantes”, horizonte pretendido como garantia da eficácia da ação política, e de resto já testado no reino desde a idade média com a nomeação dos Juizes de Fora⁷. Além disso, o regime de concessão precária, à partida trienal, dos postos de governo ultramarino, serviria para prevenir que estes agentes assumissem maiores enraizamentos no cenário político local. Disso derivam certas interpretações, como as de Boxer, que caracterizam o poder dos Governadores como “transitório” quando comparado ao das elites locais, permanentemente representadas nas Câmaras⁸.

Por conseguinte, os governadores de capitania na América Lusa eram designados para governar espaços com arenas de poder previamente estabelecidas, mas cujos contornos territoriais tendem a se expandir – quer pela conquista de novos espaços às populações ameríndias, quer pela anexação de capitanias menores à jurisdição das mais antigas e principais. E é aqui que reside uma das maiores diferenças entre as configurações sociais do poder no reino e no espaço americano, pois se ali o poder caracteriza-se – com exceções pontuais marcadas no tempo e no espaço⁹ – por sua dimensão “a-regional e anti-regional”¹⁰, estruturando-se em pequenas circunscrições jurisdicionais de base territorial comarcã ou concelhia, o poder dos governadores-gerais e de capitanias na América alcança projeções regionais, podendo abarcar o espaço de uma ou de mais de uma capitania. Mas o contato estabelecido com o interior dessas circunscrições regionais representa, em si, um desafio à governação, pois tinha de ser feito à distância uma vez que certas cláusulas dos regimentos ou das disposições normativas dirigidas a estes agentes estabeleciam restrições quanto ao deslocamento para o espaço exterior à sede do governo, o que dificultava o estabelecimento de contatos presenciais.

⁶ Cunha, Mafalda Soares e Monteiro, Nuno Gonçalo. «Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII». Em *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Orgs, Monteiro, Nuno Gonçalo; Cardim, Pedro, e Cunha, Mafalda Soares. (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005). p.225.

⁷ Cunha, Monteiro, «Governadores e capitães-mores...», p. 225.

⁸ Boxer, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 2015.

⁹ Nomeadamente com os Governadores do Algarve, em certos períodos. Cf.: Cosentino, Francisco *et al.* «Governadores reinóis e ultramarinos». Em *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Orgs. Monteiro, Nuno Gonçalo e Fragoso, João. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017). p.300.

¹⁰ Magalhães, Joaquim Romero. «As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa de Antigo Regime: os concelhos» Em *Concelhos e organização municipal na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.p. 30.

Nesse sentido, a presente tese de doutoramento procura observar como estes homens, quase todos adventícios ao solo americano e, ao residir nas cercanias das principais praças portuárias, eram capazes de adquirir conhecimentos sobre o território, interagir com um cenário político complexo, manifestar sua autoridade à distância e, com efeito, estabelecer contatos com o espaço político sob sua jurisdição. Da mesma forma, sem pôr em causa a importância dos municípios para a manutenção e integração dos territórios à monarquia pluricontinental portuguesa, o argumento central é o de que o poder desses novos governadores régios, à partida, “desterritorializado” e transitório, representa, na verdade, um dos maiores pilares da governabilidade do espaço atlântico, capaz de mediar, articular e coordenar as dinâmicas de governação numa escala imperial e regional. Assim, mais do que considerar as práticas políticas dos diferentes governadores, procuramos observar a formação do Governo de Pernambuco enquanto um corpo político capaz de assegurar a continuidade da presença régia no território através do controle sobre um elemento indispensável para a governação em longa distância: as comunicações políticas. Problematicando o papel dos governadores enquanto protagonistas de destaque em diferentes escalas de comunicação, demonstramos que o Governo era um corpo político vital para manter a ligação entre espaços descontínuos ou pouco conectados, quer através do oceano – entre o reino e as conquistas – quer no interior das próprias conquistas – entre os núcleos de governo e os espaços mais longínquos.

Com isso, inquiremos a importância dos governadores enquanto ativos intermediários entre o reino e as conquistas durante um momento que parece crucial para a construção da presença régia sobre o espaço Atlântico, nomeadamente, entre a segunda metade do século XVII e a primeira do século XVIII. Partimos da hipótese de que, em meio às transformações políticas que marcam o período, o poder dos governadores foi progressivamente demarcado e fortalecido frente aos poderes locais e que este fenómeno, com todos os seus limites, pode ser explicado pelo seu protagonismo em três circuitos de comunicação política.

Podemos dizer que a crescente afirmação das monarquias sobre arenas de poder formadas nas fases iniciais da expansão atlântica representa um fenómeno comum não só a outras partes do mundo português, mas também a outras experiências imperiais, nomeadamente, a britânica, a hispânica e a francesa, o que permite estabelecer comparações que ressaltem aquilo que é comum e aquilo que é específico ao espaço estudado¹¹. A opção por Pernambuco como campo de observação deste fenómeno mais amplo, justifica-se não somente

¹¹ Greene, Jack. «Transatlantic colonization and the redefinition of Empire in the Early Modern Era: the British-American experience» Em *Negotiated empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820*, ed, Daniels, Christine e Kennedy, Michael. (New York e London: Routledge, 2002). pp. 267-282.

por ser uma das capitanias mais antigas e tidas como das mais bem-sucedidas dentre as capitanias de donatários, mas por ser o reduto de uma elite local particularmente arraigada e de tradição autonomista¹². Além disso, a escolha dos governadores como personagens e objeto de estudo deu-se não só pelo facto de serem eles os principais representantes da autoridade régia nesta Capitania – e, nesse sentido, os detentores da posição cimeira do comando civil e militar, em substituição aos governos dos donatários – mas pela dimensão territorial alargada de seu raio de ação que, depois da Restauração Pernambucana (1645-1654) passou a englobar as capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará – subordinadas somente ao Governador-Geral do Estado do Brasil no período anterior à invasão neerlandesa.

E para situar o papel dos novos governadores régios no processo de enraizamento da monarquia no espaço atlântico, selecionamos um corte cronológico de pouco mais de cem anos transcorridos entre o fim da Guerra de Restauração Pernambucana, em 1654, e a instalação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1759. Com estas balizas, pretendemos situar a formação do Governo de Pernambuco enquanto corpo institucional entre a capitulação dos neerlandeses no Recife, quando os antigos donatários perderam qualquer jurisdição sobre a Capitania, e os anos que antecedem ao que seria o zénite da projeção territorial do Governo de Pernambuco, atingido com a anexação da Capitania da Paraíba em 1755, e com a instauração das vilas do Diretório dos Índios nos sertões¹³.

Estes cem anos foram marcados por transformações políticas e sociais em Pernambuco e nas Capitanias do Norte, associadas, dentre diversos fatores, ao crescimento da malha político-administrativa, à emergência de novas autoridades régias e ao aparecimento de novos grupos corporativos, como o grupo mercantil no Recife¹⁴. É também um período de crescimento para os núcleos colonizadores e de expansão geográfica para os sertões. Pretendemos não só mapear estas transformações de um ponto de vista sistemático, mas também observar de que forma a expansão territorial e a emergência de novos protagonistas no espaço político contribuíram para transformar os padrões de governabilidade territorial. Da mesma forma, para compreender e explicar a espacialização do poder dos Governadores, observamos as suas práticas governativas de uma maneira sistêmica e em diferentes escalas, verificando padrões de relacionamento com os diferentes interlocutores territoriais de sua jurisdição dentro e fora de Pernambuco, isto é,

¹² Ver, dentre outros: Mello, Evaldo Cabral. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ª ed. revista. São Paulo: Alameda, 2008.

¹³ Chaves Júnior, José Inaldo. «*As Capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América Portuguesa (século XVIII)*». (Tese de Doutorado, Niterói, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017). p.87.

¹⁴ Souza, George F. Cabral de. *Tratos e mofatras: o grupo mercantil no Recife colonial (c. 1654 - c.1759)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

não só numa escala interna, mas como estas relações se desdobram em outros circuitos comunicacionais, a saber, nos contatos com o reino e com o Governo-Geral.

Dito isto, inquirimos como a ação dos Governadores de Pernambuco contribuiu para consolidar um espaço político de proporções regionais, e, por isso, mais amplo do que a própria Capitania. Analisamos o processo de construção e os limites da centralidade que o Governo exerce neste mesmo espaço. Mas, é necessário insistir que não pretendemos fazer isso somente através análise do processo e dos projetos de incorporação das restantes Capitanias do Norte do Estado do Brasil ao raio de ação jurisdicional do Governo de Pernambuco¹⁵. Partimos da premissa de que a centralidade de um corpo político só existe quando ela é **exercida** de forma constante ou na medida em que ele é reconhecido como tal pelos poderes do topo e da base da arquitetura institucional. Por isso, prezamos por uma análise sistemática das práticas governativas dos Governadores, abordando, de um lado, as formas com que a autoridade é projetada sobre o território, e, de outro, como os poderes no reino e nas conquistas reconhecem, acionam e, assim, reforçam o poder dos governadores.

Se a maior parte das abordagens recentes sobre estes agentes têm procurado destacar protagonismos individuais ou as ações mais marcantes de cada mandato, procuramos, em contrapartida, resgatar a formação do Governo como um corpo institucional, composto não só pelos governadores mas também pelos Secretários e pela Secretaria de Governo¹⁶. Através dessa instituição, a Coroa passou a contar com um ponto de contato¹⁷ privilegiado para receber, registrar, reproduzir e difundir comunicações políticas do centro sobre espaços distantes e alguns dos quais menos conectados ao mundo Atlântico. No sentido inverso, os governadores atuaram como ativos provedores de informação ao centro político aproximando, nesse sentido, os conhecimentos disponíveis no centro sobre os territórios. Além disso, a comunicação política parece uma chave explicativa adequada para compreender, de um lado, a grande variedade de competências dos Governadores desde uma perspectiva sistemática, e de outro lado, os meios e instrumentos materiais disponíveis à governação de territórios tão amplos.

Com efeito, podemos referir três fatores estruturantes que nos parecem essenciais à compreensão do governo das formações imperiais no espaço atlântico da primeira

¹⁵ Questão tratada com minúcia em trabalhos recentes, como o de Inaldo Chaves Júnior Para o efeito, ver: Chaves Júnior, «*As Capitanias de Pernambuco...*», p.87.

¹⁶ Retomaremos a discussão em detalhe no capítulo 1.

¹⁷ Para a ideia de “ponto de contato” as estruturas político-administrativas que perfazem a intermediação das relações entre os centros imperiais e os territórios distantes, ver: Ross, Richard J. «Legal communications and imperial governance: British North America and Spanish America compared». Em *The Cambridge History of Law in America. Early America (1580-1815)*. Vol. 1. ed., Grossberg, Michael, Tomlins. (New York: Cambridge University Press, 2008). p.117.

modernidade, a saber: a divisão do espaço em circunscrições jurisdicionais administráveis de um ponto de vista econômico, político e defensivo; o estabelecimento de corpos políticos intermédios dotados de maior ou menor autonomia para governar estas mesmas circunscrições; e, por fim, o estabelecimento de práticas comunicativas que permitissem intercalar diferentes escalas de organização política a nível local, regional, continental e imperial. Esses três elementos são norteadores para a organização do presente trabalho, de modo que em cada uma das três partes, valemo-nos dos significados dados à expressão “Governo de Pernambuco” entre os séculos XVII e XVIII no vocabulário de época.

Na primeira parte, evocamos o emprego da expressão para referir a dimensão institucional do Governo de Pernambuco, isto é, a sua formação enquanto corpo político composto pelo governador e pela secretaria. O capítulo 1, *Governo e Comunicação Política* situa este problema em meio aos debates historiográficos e as opções metodológicas oferecidas pela associação entre os conceitos de “governança” e “comunicação política”. No segundo capítulo, *Os Governadores e o Governo de Pernambuco*, avaliamos como um grupo de indivíduos de perfil tão diversificado e quase todo desprovido de vivências prévias em solo americano era capaz de, efetivamente, representar-se enquanto corpo político na sociedade e informar-se para governar um espaço regional. Para isso, além de tratar dos processos de nomeação, do perfil social dos candidatos ao governo e dos 25 governadores nomeados entre 1648 e 1749, abordamos as particularidades da disposição geográfica da sede do governo e de como a formação de uma Secretaria serviu não apenas para a produção, registo, armazenamento e circulação das disposições, base indispensável à materialização do poder, mas, sobretudo para a preservação de uma “memória burocrática”¹⁸ do Governo, dando-lhe estrutura e certa institucionalidade. Da mesma forma, atentamos à importância dos Secretários de Governo argumentando que, a prática e a experiência adquiridas com o tempo de serviço e na gestão dos papéis poderia, de certa forma, compensar as chegadas e partidas dos governadores.

Na segunda parte, fazemos referência ao emprego corrente desta expressão no vocabulário político-administrativo para designar o território que estava sob a jurisdição dos Governadores. O terceiro capítulo, *O ordenamento do território*, dedica-se a analisar a organização jurisdicional do espaço político atentando, numa primeira parte, ao processo de conquista e aos estatutos jurídicos de cada uma das capitanias do norte, remontando ao processo de integração no raio de ação jurisdicional dos Governadores para inquirir, na segunda parte, as taxonomias empregadas para designar o todo e as partes do território, exemplificando a

¹⁸ Hespanha, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal – século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, p. 293.

complexidade na utilização das palavras “Governo” e “Capitanias”. Uma vez analisados os contornos jurisdicionais do território e as formas de referi-lo no cotidiano, o capítulo 4, *A topografia do Poder*, analisa a composição, as particularidades e as transformações nas estruturas de enquadramento populacional e na grelha político-administrativa destes mesmos territórios entre os séculos XVII e XVIII. Esta discussão assume particular relevância pois, uma vez que os Governadores não dispunham de um corpo de subdelegados permanentes no território, que não os militares, precisavam interagir constantemente com a malha de poderes orgânicos espacialmente disponíveis para tentar, efetivamente, governá-lo.

Avaliar estas mudanças é de fundamental importância para a compreensão da terceira parte da tese na qual tratamos das relações estabelecidas entre os Governadores e estes poderes em diferentes escalas de observação. Nela, remetemos ao sentido mais comum da palavra “governo”, que é o da própria ação de governar. E é precisamente aqui que fazemos o casamento entre a primeira e a segunda, já que analisamos como o Governo, enquanto corpo jurisdicional, se relaciona com o espaço político e, mais especificamente, com as transformações que nele se operam entre os séculos XVII e XVIII. A comunicação política tem uma finalidade instrumental para esta parte do trabalho e que visa uma análise sistemática da governabilidade em três circuitos de análise, a saber: a comunicação interna, a comunicação com o governo-geral e a comunicação com a Coroa.

No capítulo 5, *O Governo no Atlântico*, exploramos o protagonismo dos governadores nos circuitos transoceânicos de comunicação política. De início, observamos os condicionamentos materiais dos contatos entre o reino e as diferentes capitanias, atentando ao ritmo das frotas e também ao tempo administrativo. Aferimos como estes mesmos condicionamentos, aliados às estruturas político-administrativas de cada capitania ditavam ritmos de contato mais ou menos intensos entre o Conselho Ultramarino e cada uma delas. Em seguida, observamos o peso dos governadores em meio aos restantes protagonistas do circuito, destacando a sua importância na intermediação das comunicações entre o reino e as mesmas capitanias, enquanto informantes e enquanto participantes dos processos de decisão política que tomam lugar no Conselho Ultramarino. Com isso, abordamos as interações entre os governadores e os poderes existentes nas cinco capitanias num circuito de comunicação externa, aferindo as disputas e o possível controle destes agentes sobre as comunicações.

Nos dois capítulos seguintes, tratamos dos circuitos intra-americanos de comunicação política. No Capítulo 6, *Cinco capitanias entre dois governos*, comparamos os padrões de contato do Governo-Geral do Estado do Brasil e do Governo de Pernambuco com as cinco Capitanias do Norte ao perquirir os condicionamentos materiais de integração do território, o

tempo próprio às rotinas dos dois governos, bem como o peso da distância sobre a governabilidade, para avaliar os impactos da dupla subordinação em momentos precisos. Demonstramos que estes condicionamentos materiais favoreceram contatos políticos mais intensos com Pernambuco do que com a Bahia, especialmente na primeira metade do século XVIII, e que os governadores, por vezes, supriam a comunicação com espaços em que o alcance da autoridade dos governadores-gerais poderia ser mais limitado. E, nesse sentido, ainda examinamos a comunicação trocada entre os Governadores-Gerais e os de Pernambuco, demonstrando que entre finais do século XVII e o início do século XVIII o clima de permanentes atritos entre ambos dá lugar a maiores acomodações e cooperação.

Assim, os resultados apontam para a tendência a uma progressiva regionalização do poder dos governadores que é tratada no sétimo e último capítulo, intitulado *Padrões de Espacialização*, no qual analisamos os circuitos internos da comunicação política dos governadores, isto é, aquela que é dirigida diretamente aos poderes presenciais existentes nas Capitâneas do Norte do Estado do Brasil. Ao considerar que a prática comunicativa representa uma alternativa metodológica para observar o processo de interiorização do poder dos governadores, apresentamos uma análise sistemática das tipologias dos assuntos, das tipologias dos suportes de comunicação, dos interlocutores e dos espaços da comunicação, argumentando que entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, esta regionalização é marcada por limites de alcance geográfico, assumindo, por esta razão, diferentes padrões. Da mesma forma, este capítulo pretende dimensionar o impacto da emergência de novos interlocutores no cenário político local para a governabilidade interna de Pernambuco e das restantes capitâneas anexas, explorando mudanças nas tipologias de suporte empregadas e na seleção dos interlocutores que são acionados ou deixados de lado em cada espaço. Por fim, o capítulo apresenta uma discussão acerca do acesso dos poderes locais aos governadores, através do envio de petições, requerimentos e representações.

PARTE I
OS GOVERNADORES E O GOVERNO

CAPÍTULO 1

Governo e Comunicação Política:

Debates historiográficos, alternativas metodológicas e fontes de investigação

“Acabo, senhor. Quem governa em Pernambuco muito, pessimamente governa, e quem nada governa otimamente governa, e assim faça vossa senhoria que lhe nasçam malvas à porta botando tudo de si com o exemplo do maior Governador do Céu e da Terra, que sempre deixa obrar as coisas retas e raríssimas vezes se intromete a fazer um milagre, por não perverter a ordem e harmonia da natureza...”

(Conselhos de um “Anônimo Secreto” a Félix José Machado, 01 de Agosto de 1710).

As linhas de abertura deste capítulo podem ser encontradas no desfecho de um alvitre dedicado a Félix José Machado de Eça Castro e Vasconcelos, designado para o posto de Governador de Pernambuco, meses antes de zarpar para a Capitania que seu pai governara vinte anos antes¹. Escrito a modo de um ‘espelho de príncipes’, o papel é assinado por um “Anônimo Secreto” que declara ter adquirido, “na experiência de trinta anos de secretário”, as “melhores e mais úteis notícias para fazer um governador ditoso e aplausível”², sendo Antônio Barbosa de Lima, secretário de governo da Capitania entre 1687 e 1712, o seu mais provável autor³.

Se vistas no calor dos acontecimentos daquele ano de 1710, suas observações orientam o novo governador a não repetir certas práticas que culminaram no atentado e fuga de seu antecessor, Sebastião de Castro e Caldas, durante as chamadas “Alterações de Pernambuco”, mais conhecidas pela forma com que se eternizaram na literatura como “Guerra dos Mascates”. Durante seu mandato, este governador colecionou atritos com diversos poderes no território, sendo os principais os monges beneditinos, a Câmara de Olinda, o Bispo, o Juiz de Fora, o Ouvidor de Pernambuco, a Misericórdia e, para seu maior infortúnio, membros de algumas famílias das principais da terra⁴. Talvez por isso, o conselho relembre a importância da moderação nas ações políticas, a fim de se preservar a autonomia dos outros atores e corpos políticos existentes, abstendo-se de perturbar os equilíbrios sociais do poder já estabelecidos.

¹ Referência, aliás, já conhecida e referenciada na obra de Evaldo Cabral de Mello. Cf.: Mello, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 212.

² BNP, Coleção Pombalina, PBA, Códice 526, fls. 263-264v.

³ Veremos mais adiante que nenhum dos Secretários de Governo de Pernambuco tinha, até à data de redação do alvitre, permanecido tanto tempo à frente do cargo (nem mesmo Manuel Gonçalves Correia, que serviu por vinte e cinco anos entre 1645 e 1670). Mello, *A fronda...* p. 217-277. Cf. Melo, Josemar Henrique. «A ideia de arquivo: a secretaria do governo de Pernambuco (1687-1809)». Tese de Doutorado, Porto, Universidade do Porto, 2006. p. 206-210.

⁴ Mello, *A fronda dos mazombos...*, p. 217-277.

Mas, se deslocados das tensões historicamente vivenciadas em Pernambuco no início do século XVIII, os conselhos revelam a familiaridade de Barbosa de Lima com alguns pilares teóricos herdados da segunda escolástica que sustentavam o que hoje chamaríamos de monarquia jurisdicionalista ou corporativa⁵. Nomes influentes da literatura jurídica da época entendiam que o “bom governo” deveria ser orientado ao exercício de uma “administração passiva” sobre corpos políticos autorregulados⁶. A atuação dos organismos centrais do que hoje chamaríamos de “Estado” estaria, neste período, mais direcionada à preservação da ordem, dos direitos, dos particularismos e dos equilíbrios sociais estabelecidos na base do corpo social, concentrando-se mais “na resolução dos conflitos que lhe eram postos”⁷ a partir desta mesma base, do que na direção ativa, consciente e ordenada dos territórios a partir de diretrizes formuladas pelo poder central. Nesse sentido, para o Secretário, abster-se de “governar muito”, isto é, tomar parte ativa na condução das ações políticas, resume a essência do conselho, pois, quem assim o pratica, “pessimamente governa”. Antes, deveria o novo governador ter para si o exemplo do Criador que “sempre deixa obrar as coisas retas e raríssimas vezes se intromete a fazer um milagre”, perpetuando a ordem natural do cosmos⁸. Por outras palavras, as disposições tomadas localmente pelo governador deveriam replicar os mesmos padrões que norteavam a ação dos organismos centrais da administração do reino ou, se preferirmos, o poder arbitrário do próprio monarca⁹.

Sabe-se que Félix Machado não seguiu os conselhos à risca, e ficou celebrizado no imaginário local pelo rigor de seu temperamento, pela inclinação ao favorecimento do grupo mercantil do Recife e pela implacável perseguição aos partidários da nobreza de Olinda¹⁰. Além disso, o alvitre no sugere, por inferência, que seus antecessores não ficaram apenas à espera que “malvas” nascessem “à porta”, mas efetivamente “governaram”. E se uma das concepções possíveis de “governo” era, à época, a de “mandar com supremo poder e autoridade”¹¹, podemos associar a atuação dos governadores à condução ativa, mais do que passiva, dos

⁵ De acordo com Hespanha, este seria o paradigma norteador da cultura política das monarquias católicas da primeira modernidade. Hespanha, António Manuel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p.29 e 67.

⁶ Hespanha, *Poder e instituições...*, p.67.

⁷ Hespanha, *Poder e instituições...*, p.67.

⁸ Hespanha, António Manuel, *Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

⁹ Mello, *A fronda...*, p. 222. Para a definição de “poder arbitrário” dos monarcas, ver Pujol, Xavier G. «Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII», *Penélope*, n. 6, 1991, p. 125; ou Hespanha, *As vésperas...*, p. 448-449.

¹⁰ Na “*Memória dos governadores e capitães-generais de Pernambuco depois da Restauração*”, o frei Domingos Loreto Couto refere que Félix Machado “enquanto governou, mais vezes se lhe meteu a severidade nas mãos a espada, que a balança”. **DBGP**, p. 212.

¹¹ Bluteau, **VPL**, Vol.4, p. 103.

negócios políticos no território. É certo que estes agentes não se limitariam apenas a deferir demandas vindas “de baixo”, e tampouco restringiriam suas rotinas à execução das normas emanadas “de cima”, isto é, pelo poder central da monarquia. Mas, qual seria, então, a importância dos governadores na governação dos territórios? A historiografia que se dedicou a tratar dos Governadores-Gerais ou de capitanias encontrou fórmulas diferentes para responder a esta pergunta.

1.1. Perspectivas historiográficas e horizontes da contribuição

Os manuais de síntese da História Administrativa do Brasil¹², tentaram esquadriñar as “funções” dos Governadores, tanto os Gerais quanto os de Capitanias, a partir de um enfoque jurídico-institucional, de caráter generalista que acaba por retroprojetar concepções contemporâneas de “administração” ou de “funcionalismo” para períodos mais recuados. Estes autores tomam por garantido que os Governadores seriam “funcionários” da Coroa, procurando delimitar aquilo que faziam através da abordagem do conteúdo restrito dos Regimentos ou das ordens régias que lhes eram enviadas, assumindo que estas ditariam os contornos assumidos pela prática administrativa¹³.

Surpreende que este gênero de perspectiva continue a ser sustentada em alguns estudos recentes. No caso de Pernambuco, em específico, Josemar Henrique de Mello, parte de uma perspectiva semelhante e procura definir as atribuições dos Governadores a partir das cláusulas do Regimento passado a Fernão de Sousa Coutinho em 1670, assumindo a premissa de que para “se proceder a um ato administrativo, tem-se, necessariamente, de estar imbuído de um mandato que defina e delineie as funções e competências para a execução de atos por parte dos executantes, bem como as suas responsabilidades no âmbito daquelas funções estabelecidas”¹⁴. Circunscreve, portanto, a atuação dos de Pernambuco às áreas¹⁵ que estavam previstas nas 28

¹² Tanto os mais antigos como os de Max Fleiuss ou de Maria Eulália Lobo, quanto outros mais recentes, como os de Hélio Avellar ou de Graça Salgado. Cf.: Fleiuss, Max. *História administrativa do Brasil*. 2ª ed. - S. Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922; Garcia, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. 2ª ed. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1975. pp. 23-32; Lobo, Maria Eulália Lahmeyer. *Administração colonial luso-espanhola nas américas*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1952; Avellar, Hélio de Alcantara. *Administração pombalina*. 2ª ed. - Brasília : Funcep, 1983; Salgado, Graça, org., *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

¹³ Avellar, por exemplo, sintetiza que “as atribuições do Capitão-General, no âmbito de sua Capitania equivaliam às do Governador-Geral ou Vice-Rei” e que estes, juntamente aos “capitães-mores desempenhavam as funções constantes de seus regimentos”. Avellar, *Administração pombalina...*, p.54.

¹⁴ Melo, Josemar Henrique. «Das cousas que convém à boa governação: uma análise sobre regimento do governador da capitania de Pernambuco». *Caderno de estudos sociais* – Recife, v. 25, nº 2, jul-dez (2010), p. 257.

¹⁵ A saber, “defesa e guerra”, “fazenda”, “política e administração”, “índios”, “hospitais e misericórdias”. Melo, «Das cousas que convém...» p.258.

cláusulas que compõe o Regimento. Na prática, este não só acabou servindo para todos os seus sucessores até à Independência mas chegou, inclusive, a ser replicado para governadores de outras capitanias¹⁶. Se concordássemos com essa perspectiva, seríamos levados a crer que as bases do governo não só permaneceriam estáticas entre 1670 e 1822, mas seriam idênticas em qualquer das geografias do império. Mas, o mesmo autor acrescenta que os governadores acabavam por receber “regras, instruções e deliberações” do centro político “sobre as matérias que não estavam estabelecidas no seu regimento e que eram dadas ao sabor das circunstâncias”¹⁷. O ritmo das transformações políticas seria, nessa perspectiva, ditado pelas disposições ou projetos da Coroa, uma vez que o oficialato periférico atuaria *in loco* como mero instrumento de execução das determinações de um centro decisório distante. Assume, com isso, certa passividade dos governantes perante o cumprimento das normas escritas que eram emanadas pela administração central da monarquia, em Lisboa, ignorando a capacidade de réplica ou não cumprimento das mesmas.

Com algumas diferenças, tal interpretação se aproxima da de Raymundo Faoro que enxerga nos Governadores-Gerais e de Capitania a continuidade do poder metropolitano na administração colonial, uma “força integradora” ou “elo principal” por onde a “administração metropolitana se conjuga à colônia”¹⁸. No grande esquema de transição que delineia entre um “Estado Patrimonial” e o “Estado Burocrático”, Faoro considera o Governador como um “agente público”, isto é, “o agente com Investidura e regimento e o agente por delegação”, através de onde “pulsa a centralização” pretendida pelo Estado, no qual “o funcionário é o outro eu do rei, um outro eu muitas vezes extraviado da fonte do seu poder”¹⁹. A grande diferença na interpretação de Faoro é a de que caráter difuso dos regimentos, associado às “hierarquias sem rigidez”, aonde “todos se dirigem ao rei e ao seu círculo de dependentes, atropelando os graus intermediários de comando”, conferiam poderes excessivos a estes agentes no espaço colonial, investindo-lhes de grande capacidade de mando, ao mesmo tempo em que uma vaga supervisão dos poderes na metrópole dar-lhes-ia espaço para amplificar sua autoridade pessoal e potenciais desmandos.

¹⁶ Quando a Capitania de Goiás foi criada, seu governador “orientava-se” pelo regimento do Governador de Pernambuco, tendo-o copiado nos livros da secretaria de governo a partir de um original registado no Rio de Janeiro. A cópia de um livro onde se registavam diversos regimentos, inclusive o do Governador, para a Capitania de Goiás encontra-se preservada na Coleção do Conde dos Arcos. Cf. AUC, CA, Códice 22 “Livro das Ordens Reais”.

¹⁷ Melo, «Das cousas que convém...», p.257.

¹⁸ Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª Edição Revista. São Paulo: Globo, 2001. p. 202 e 210.

¹⁹ Faoro, *Os Donos do Poder...*, p.197.

Outros autores de grande influência, como Caio Prado Júnior, percorreram um caminho diferente, pois reconhecendo a dificuldade em definir as competências dos governadores, pondera, em síntese, que “não somente suas atribuições são consideráveis”, como ainda o facto de “encarnarem a pessoa do rei” e “terem a faculdade de se manifestar como se fossem o próprio monarca”, seria suficiente para dar “a medida do papel de relevo que ocupam”²⁰. Enxergando-os como claras adaptações da matriz institucional europeia à realidade colonial, ele os aproxima de uma espécie de “figura híbrida” que agregava, de um lado, funções dos “governadores das armas”, mas, de outro, “um pouco da de outros órgãos, como o do ‘governador da justiça’, do próprio rei”, ainda que suas atribuições fossem, acima de tudo, militares “com prejuízo considerável para o bom funcionamento da administração colonial”²¹. Exercendo ampla variedade de atribuições, a figura dos governadores nunca teria se caracterizado “nitidamente, e sua competência e jurisdição variaram sempre com o tempo, de um governador para outro, de uma para outra capitania; variaram sobretudo em função da personalidade, do caráter e das tendências dos indivíduos revestidos do cargo”²². Com isso, depreende-se que a definição vaga das competências e complexa variedade de situações com as quais se defrontavam, dariam margem para que os governantes impingissem o cariz de sua própria personalidade sobre a governança dos territórios, algo que, por inferência, favoreceria a descontinuidade entre as administrações pessoais e contribuiria para reforçar a interpretação que dá à administração colonial a forma de uma “monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática”²³.

A verdade é que, a par dos manuais de História Administrativa ou mesmo dos grandes clássicos de interpretação de História do Brasil, a produção historiográfica exclusivamente voltada aos Governadores e Governadores-Gerais foi limitada a alguns poucos estudos entre as décadas de 1960 e 1990²⁴. Dentre estes, é de se destacar o clássico de Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil*, publicado em 1968, no qual trata da trajetória do Marquês de

²⁰ Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [1ª edição de 1942]. pp.328-9

²¹ *Idem, ibidem*, p. 320.

²² Prado Júnior, *Formação do Brasil...*, p. 320.

²³ Esquema este que pode ser sintetizado nas palavras do próprio autor, para quem: “A complexidade dos órgãos, a confusão de funções e competência; a ausência de método e clareza na confecção das leis, a regulamentação esparsa, desconstruída e contraditória que a caracteriza, acrescida e complicada por uma verborragia abundante em que não faltavam às vezes até dissertações literárias; o excesso de burocracia dos órgãos centrais em que se acumula um funcionalismo inútil e numeroso, de caráter mais deliberativo, enquanto os agentes efetivos, os executores, rareiam; a centralização administrativa que faz de Lisboa a cabeça pensante única em negócios passados a centenas de léguas que se percorrem em lentos barcos a vela; tudo isto, que vimos acima, não poderia resultar noutra coisa senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática que é a administração colonial”. Prado Júnior, *Formação do Brasil...*, p. 354.

²⁴ Talvez aí seja preciso referir um maior interesse da historiografia pelos aspectos econômicos do que propriamente pelo estudo da política colonial, de onde surgiram grandes trabalhos no campo das teorias da dependência.

Lavrado enquanto governador-geral e vice-rei no Estado do Brasil²⁵. No caso de Pernambuco, especificamente, poderíamos citar a obra de Gilberto Osório de Andrade, *Montebelo, os males e os mascates*, publicada no ano seguinte, na qual oferece um panorama geral do mandato de Antônio Félix Machado, 2º Marquês de Montebelo, com especial enfoque às ações deste governador no combate ao surto de febre amarela em Pernambuco²⁶. Uma década mais tarde, foi publicada em São Paulo, a obra de Heloísa Liberalli Belotto, *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial*, sobre o mandato de D. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus²⁷.

Depois destes estudos, a maior parte dos trabalhos produzidos sobre Governadores só veio a reaparecer em finais dos anos 1990, em decorrência dos debates que impulsionaram a renovação do campo da história política ou da história social do poder²⁸. Pondo a força explicativa do mero conteúdo dos regimentos e ordens régias de lado, esta geração de historiadores mergulhou no grande manancial de fontes produzidas no cotidiano da governação, dedicando-se a analisar a atuação dos governadores a partir das **práticas governativas** e não meramente através das normas emanadas a partir do centro²⁹. Fugindo aos reducionismos e, pela mesma razão, evitando esforços de síntese que restringissem a visão do objeto de estudo, a preferência da maior parte dos autores incide na análise de casos concretos que revelem a atuação dos governadores em meio aos cenários locais e seus respectivos protagonistas, com enfoque especial nas situações de atrito.

Ao investir numa maior profundidade das análises e na maior complexidade dos casos, a generalidade dos autores têm optado pela seleção de cortes cronológicos mais reduzidos, preferindo considerar percursos individuais, mesmo que em conjunto. Esta é a opção de trabalhos com grande qualidade e influência para a historiografia, tais como os de Evaldo

²⁵ Alden, Dauril. *Royal government in colonial Brazil. With special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy 1769-1779*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1968.

²⁶ Andrade, Gilberto Osório de. *Montebelo, os males e os mascates*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

²⁷ Belotto, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

²⁸ A coletânea *O Antigo Regime nos trópicos* representa um ponto de viragem nesta produção historiográfica. Para um balanço de síntese do movimento de renovação, ver: Bicalho, Maria Fernanda B. «Da colônia ao império: um percurso historiográfico». Em: *O Governo dos Povos*. orgs. Souza, Laura de Mello e; Furtado, Júnia Ferreira; Bicalho, Maria Fernanda. (São Paulo: Alameda, 2009); Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda B. e Gouvêa, Maria de Fátima, orgs. *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁹ Acrescente-se que esse movimento foi largamente impulsionado pelas iniciativas de digitalização da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, através do Projeto Resgate, de um lado, mas também pelo fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil.

Cabral de Mello³⁰, Laura de Mello e Souza³¹ e, mais recentemente, Fabiano Vilaça dos Santos³². Ainda que considerem cortes cronológicos razoavelmente extensos, todos privilegiam abordagens sincrônicas e constroem a narrativa através da análise dos mandatos individuais de todos ou de alguns governadores, tratando de aspectos que consideram mais relevantes no governo de cada um ou dos atritos constantes com as elites locais. Já outros, talvez inspirados no clássico estudo de Dauril Alden optam pela análise do mandato de um único indivíduo, contemplando as diversas áreas de sua atuação ou, quando muito, comparam o triênio de dois governadores no governo de uma mesma Capitania³³.

Uma terceira via insiste na análise das trajetórias pessoais dos indivíduos em diferentes territórios do império português. À montante, temos alguns estudos prosopográficos de âmbito geral e sistemático, feitos por Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, que procuraram caracterizar os diferentes perfis sociais dos governadores e bem como os padrões de carreira e circulação em todo o império português³⁴. À jusante, outros autores preferem seguir a proposta de Maria de Fátima Gouvêa³⁵, e concentrar-se na passagem de um mesmo indivíduo por diferentes geografias, com o propósito de identificar aspectos comuns para a governação do império, seja na repetição de práticas governativas em diferentes geografias, seja nos contatos estabelecidos em rede com diferentes interlocutores, seja através do acúmulo de experiências em lugares tão diversos quanto Pernambuco e Minas Gerais³⁶ ou Bahia e Índia³⁷.

Além de todas as contribuições que os tomam como objetos centrais de análise, os governadores aparecem como protagonistas em dezenas de trabalhos cujos temas principais não são propriamente os homens ou a instituição do governo, mas sim as práticas governativas, as dinâmicas do poder e da administração nas diferentes capitanias e em diferentes períodos. Para referir apenas os que tomam Pernambuco e suas anexas como palco de análise, vemos que os

³⁰ Mello, *A fronda...* pp.21-111, 217-279.

³¹ Souza, Laura de Mello e. *O sol e a sombra. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³² Santos, Fabiano Vilaça. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.

³³ Valadares, Virgínia Maria T. *A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: HUCITEC, 2006. Ribeiro, Mônica da Silva. *“Se faz preciso misturar o agro com o doce”*: A administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763). Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

³⁴ Cunha, Monteiro, «Governadores e capitães-mores...».

³⁵ Gouvêa, Maria de Fátima Silva. «Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730». Em: *Na trama das redes: política e negócios no mundo português, séculos XVI-XVIII*. orgs. Fragoso, João e Gouvêa, Maria de Fátima. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010).

³⁶ Santos, Lincoln M. «O “saber mandar com modo” na América: a experiência administrativa de D. Lourenço de Almeida em Pernambuco (1715-1718) e Minas Gerais (1721-1727)». Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.

³⁷ Araújo, Érica Lôpo. «Práticas políticas e governação no império português: o caso de D. Vasco de Mascarenhas (1626-1678)». Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

governadores ocupam capítulos importantes das obras clássicas, como as de Vera Acioli e Evaldo Cabral de Mello, que exploraram em minúcia os atritos e os conflitos jurisdicionais que envolveram estes e outros protagonistas do poder político durante o *post bellum*, ou a sua atuação antes, durante e depois das alterações pernambucanas³⁸. Outros, como os de Kalina Vanderlei e Bruno Miranda focam-se no estudo das forças armadas e das fortalezas de Pernambuco, respectivamente, e tratam da jurisdição dos governadores nos assuntos militares, especialmente nas dinâmicas de recrutamento, na disciplina das tropas e nas reformas dos corpos militares³⁹. Outros, como Breno Vaz Lisboa, tomam recortes temporais menos considerados na história de Pernambuco, como é o reinado de D. João V⁴⁰, e procuram analisar as dinâmicas sociais do poder e da administração a partir dos choques e colaborações entre os governadores e as elites locais, especialmente as Câmaras da Capitania⁴¹.

Em todos estes trabalhos, os governadores são tomados como personagens da análise social das relações de poder mas não são, todavia, o objeto de estudo, propriamente dito. Falta, portanto, a estas contribuições um olhar sistemático sobre o Governo enquanto corpo institucional. Ademais, a preocupação central dos autores acaba por ser orientada a perceber as relações dos governadores com os poderes existentes no espaço de sua residência, de modo que pouco exploraram os padrões e os limites da projeção territorial destes agentes para os outros espaços. A problematização das relações de poder numa escala regional, contemplada no raio de ação dos governadores, acaba por ser pouco explorada nessas contribuições que, quando muito, consideram o tema da “anexação” das Capitanias do Norte como tema de inesgotáveis conflitos de jurisdição. Exceção de peso deve ser referida no trabalho de José Inaldo Chaves Júnior que, procura explicar o longo processo de construção da “capitalidade”⁴² de Pernambuco entre os séculos XVII e XVIII a partir das relações dos governadores com as capitanias de Itamaracá, Rio Grande, Paraíba e Ceará⁴³. Ainda assim, preocupado em explicar os projetos e

³⁸ Acioli, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial*. Recife: EDUPE/EDUFAL, 1997. Mello, A fronda...

³⁹ Silva, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001; Silva, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010. Miranda, Bruno R. Ferreira. «Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da Capitania de Pernambuco – 1654-1701)». Dissertação de Mestrado, Recife, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

⁴⁰ Ao menos nas obras clássicas, pois recentemente uma vasta produção se tem debruçado sobre o período.

⁴¹ Lisboa, Breno Vaz. «Um dos principais domínios de vossa majestade: poder e administração na Capitania de Pernambuco durante o reinado de D. João V». Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2017.

⁴² Entendida como a projeção de um núcleo de governo sobre um dado espaço político, enquanto sede das estruturas político administrativas, religiosas e comerciais mais importantes.

⁴³ Chaves Júnior, «As Capitanias de Pernambuco...».

o processo de anexação destas quatro capitanias ao norte, descuida em perceber a projeção interna do poder dos governadores para o interior da Capitania, nomeadamente sobre as vilas menores e partes do sul da capitania⁴⁴.

Nesse sentido, em que pese a contribuição inovadora de toda esta produção, atestada na pluralidade de temas, no refinamento conceptual, no cuidado em fazer uma arqueologia das ideias e do vocabulário político da época, a generalidade dos autores acaba por privilegiar aspectos isolados da performance dos governadores, tomando percursos individuais ou limitando-se ao enfoque sobre aspectos mais marcantes da administração de cada um ou às diligências empregadas face ao casuismo das circunstâncias no terreno, como nas guerras, repressão de revoltas, reformas urbanas e fiscais, ou nas arrecadações de tributos e donativos, dentre outros. Ao abordar a complexidade das relações de poder no tecido social através dos estudo de casos, das interações interpessoais, das análise de redes, os autores valorizam mais a profundidade nas análises, do que propriamente a dimensão do conjunto de atribuições assumidas pelos Governadores no Governo⁴⁵. Essa opção metodológica, faz com que a generalidade das interpretações favoreça a construção de imagens fragmentárias da governação, mais inclinadas à observação das descontinuidades entre os mandatos do que as permanências nas práticas governativas. A formação de possíveis **tradições** da governança nas diferentes Capitanias ainda carece, por conseguinte, de maiores reflexões, e sendo este um fenómeno global, pode se beneficiar de comparações com as dinâmicas políticas de outros impérios, especialmente os de base atlântica.

Diante deste cenário, a abordagem proposta neste trabalho ousa buscar algum equilíbrio entre uma análise puramente abstrata das atribuições dos governadores e a aleatoriedade das situações vivenciadas no cotidiano da governação. Se, por um lado, não se pode dizer que apenas a norma escrita ditaria os contornos da governança – pois isso pressuporia o seu rigoroso cumprimento, não importando o tempo, o espaço ou as circunstâncias disponíveis – por outro, seria demasiado complexo analisar, caso a caso, a atuação sucessivos governadores sem que o fizéssemos a partir dos acontecimentos mais marcantes do mandato de cada um – inventariando, com isso, as oportunidades de ruptura ou repetição nos comportamentos ou ações de um para o outro. Se também não somos capazes de acreditar que somente as normas estabelecidas nos Regimentos ou nas instruções metropolitanas representem forças explicativas para compreender e problematizar a atuação dos governadores, tampouco consideramos que a

⁴⁴ A saber, o espaço que se tornaria a Comarca das Alagoas, em 1712, e depois Província, em 1817.

⁴⁵ O balanço entre a profundidade e os esforços de generalização é, na verdade, um dos maiores desafios metodológicos do historiador. Para a discussão deste equilíbrio nos enfoques, ver: Levi, Giovanni. «Un problema de escala. In: Relaciones». *Estudios de historia y sociedad*, vol. XXIV, núm. 95, verano, 2003, pp. 279-288.

governança resultasse unicamente da resposta ao casuísmo das demandas do centro ou das situações com as quais se defrontavam no exercício do governo. Também duvidamos que a simples imposição das determinações de “governantes”, com seus variados temperamentos, sobre os “governados”, pudesse caracterizar a complexidade das rotinas de um Governo colonial sem que o peso das tradições ou da pressão exercidas por diversos grupos sociais pudesse exercer qualquer influência sobre as ações de governo e tomadas de decisão.

Com efeito, mais do que apresentar uma “história dos mandatos” de sucessivos governadores num dado espaço, privilegiando uma narrativa sincrônica, esforçamo-nos por apresentar aquilo que poderia ser chamado de uma “História do Governo”, privilegiando uma dimensão mais diacrônica, e compreendendo o “Governo” como um organismo político ou, mais precisamente, como um **corpo jurisdicional** dotado de estrutura, memória, tradição político-administrativa e que tem à testa os Governadores nomeados pelo rei, mas assistidos diariamente pela Secretaria de Governo⁴⁶.

Importa assinalar que se as concepções atuais de Governo, associam-no de forma direta a um amplo setor do Estado encarregado das atividades executivas ou à “gestão” dos serviços prestados ao conjunto da população, interessa-nos, sobretudo, resgatar a forma como era entendido no Antigo Regime quando a palavra “governo” – tal como “administração” – não evocava nem unicidade do aparelho administrativo nem o conjunto dos organismos detentores das funções executivas hoje atribuídas ao Estado⁴⁷. Nesse período, pelo contrário, estas “funções” dispersavam-se, nas palavras de Hespanha, “por uma multiplicidade de células sociais” e o poder político, ou a jurisdição, podia radicar-se “numa multiplicidade de sujeitos ou polos sociais” que exerceriam formas particulares de governo⁴⁸. Portanto, o “Governo de Capitania”, entendido como a instituição ou o “lugar” que é ocupado por sucessivos governadores efetivos ou interinos, será, doravante, compreendido como um corpo jurisdicional que compartilha espaço com vários outros corpos que são dotados de esferas de jurisdição próprias – e por vezes mal definidas ou sobrepostas umas às outras.

Ao propor uma abordagem mais centrada numa dimensão institucional e menos personalista, consideramos o Governo de Capitania como um organismo através do qual a

⁴⁶ Como veremos, talvez falte uma palavra alternativa e de uso corrente na língua portuguesa para designar de forma análoga o “Governo” como uma instituição, tal como se poderia referir com “*governorship*” em inglês ou “*gobernadoría*” em castelhano.

⁴⁷ Cardim, Pedro. «"Administração" e "Governo": uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime». Em: *Modos de Governar*. orgs, Ferlini, Vera Lúcia & Bicalho, Maria Fernanda. (São Paulo: Alameda, 2005). p. 51-52

⁴⁸ Hespanha, António Manuel. *Poder e Instituições...* p.35. Por conseguinte, podemos dizer, a título de exemplo, que um Bispo tem o “governo das almas” em sua diocese ou que às câmaras compete o “governo da República”, ou que um capitão-mor tem o “governo das armas” na capitania, vila ou freguesia de sua jurisdição.

Coroa tentou vencer os desafios colocados pela distância e consolidar a sua presença na América Portuguesa. Todavia, não pretendemos considerá-lo como um corpo estático, como se a sua forma, contorno e raio de ação territorial estivessem definidos desde a tomada de posse do primeiro governador. Pelo contrário, nossa proposta se orienta a problematizar a **formação** de um destes governos a partir da prática governativa e durante o progressivo enraizamento da monarquia portuguesa no espaço atlântico⁴⁹. Assumindo que “tanto o poder quanto o espaço tem uma história”, importa aferir as características e limites da projeção do Governo sobre o seu distrito⁵⁰.

Portanto, se o que pretendemos aqui é também identificar a formação do Governo através de possíveis alterações nas práticas governativas dos governadores e, ao mesmo tempo, compreender os ritmos de contato e a adaptação das mesmas aos diferentes espaços governados, importa explicar como faremos isto sem recorrer à análise de casos isolados e sim tomando uma perspectiva sistemática. Para nós, a análise comunicação política dos governadores assume fins instrumentais para compreender este processo que, como veremos, se configura em diferentes escalas.

1.2. Governança e Comunicação Política

De início, cabe sublinhar que a análise que propomos parte de duas noções acerca de “governança” que já se tornaram centrais na ciência política para compreensão das dinâmicas contemporâneas de organização política, mas que são adaptáveis à análise de períodos mais recuados, como a primeira modernidade. A primeira caracteriza a “governança” como um processo dinâmico, em que múltiplos poderes interagem na construção da governabilidade, e difere, portanto, das noções que faziam o “governo” ser encarado como um conjunto de políticas formuladas fora do corpo social e impostas de “cima a baixo” pelos centros do poder sobre a sociedade⁵¹. A segunda noção, proposta por Henrik Bang, se associa diretamente à primeira e compreende que a governança pode ser, essencialmente, definida, no campo da autoridade política, como uma “relação comunicativa” estabelecida entre diversos atores de uma formação política⁵².

⁴⁹ Vale salientar que este não é um fenômeno exclusivo à monarquia portuguesa, mas assume uma dimensão global, especialmente no que se refere às monarquias, britânica, hispânica e francesa no Atlântico. Cf.: Greene, «Transatlantic colonization...», p. 268.

⁵⁰ Assumindo que “tanto o poder quanto o espaço tem uma história”, Hespanha, *As vésperas...*, p. 85-87.

⁵¹ Para uma revisão do tema, ver: Mayntz, Renate. New challenges to governance theory. Em *Governance as social and political communication*. ed. Bang, Henrik. Manchester: Manchester University Press, 2003. p.27-9.

⁵² Bang, Henrik. Governance as political communication. Em *Governance as social and political communication*. ed. Bang, Henrik. Manchester: Manchester University Press, 2003.p. 7.

A aplicabilidade das duas noções à análise das sociedades de Antigo Regime se ampara em outras duas. De um lado, pela natureza pluralista e corporativa do poder, que não estaria concentrado apenas nas cortes ou nos grandes centros políticos, mas disperso “por uma multiplicidade de células sociais” com níveis maiores ou menores de interconexão⁵³. De outro, pelo facto de que o império português pode ser encarado de um ponto de vista estritamente material como uma “comunidade de comunicação” articulada por uma “rede de informações”, com centro em Lisboa e outros centros secundários nos espaços ultramarinos, onde operavam “canais de comunicação paralelos ou confluentes”⁵⁴. Assim, o papel presentemente desempenhado por cidadãos em regimes democráticos poderia ser, então, substituído por um número muito mais limitado de atores que, a partir de diversos espaços jurisdicionais se comunicam e interagem na produção de uma governabilidade negociada – ainda que de forma desigual – em múltiplas arenas de poder. Neste cenário, a produção social das **normas** resulta mais da resposta a situações concretas, particulares, muitas vezes apresentadas por protagonistas que estão na base e nem sempre no topo da arquitetura institucional, do que pretensões abstratas e generalistas dos poderes do centro⁵⁵.

Se os investigadores da História Contemporânea têm se utilizado da comunicação política para tratar das relações entre o Estado e a sociedade civil, por meio dos veículos de *mass média*, a natureza das relações políticas da sociedade de Antigo Regime – marcada pela universalidade do direito, pelas normas predominantemente particularistas e pela ausência de oposição entre as duas esferas – não nos permitiria partir do mesmo pressuposto⁵⁶. É com base nas adaptações que se têm feito para a aplicação do conceito de “comunicação política” para a época moderna, que podemos nos amparar numa perspectiva semelhante à de Felippo de Vivo que a considera essencialmente como a “circulação de informações e ideias concernentes às instituições políticas”⁵⁷.

E em meio à pluralidade de instituições e poderes existentes no espaço em questão, é natural que houvesse múltiplos circuitos de comunicações políticas e que talvez alguns não fossem inteiramente baseados na comunicação manuscrita. Os usos mais recentes do conceito

⁵³ Hespanha, Poder e instituições...p. 35.

⁵⁴ Santos, Maria Emília; Lobato, Manuel. *O domínio da distância: comunicação e cartografia*. Lisboa: IICT, 2006. p. 3. Tal perspectiva também pode ser observada para outros impérios, como o britânico, analisado por Ian Steele, cf. Steele, Ian K. *The English Atlantic, 1675-1740: An exploration of communication and community*. New York: Oxford University Press, 1986.

⁵⁵ Gaudin, Guillaume et Leiva, Pilar Ponce, « Introduction au dossier : El factor distancia en la flexibilidad y el cumplimiento de la normativa en la América Ibérica », *Les Cahiers de Framespa* [En ligne], 30 | 2019, mis en ligne le 30 janvier 2019, consulté le 03 novembre 2019. URL : <http://journals.openedition.org/framespa/5553>

⁵⁶ Hespanha, António Manuel. *Poder e instituições...* p. 28,

⁵⁷ Vivo, Felippo de. *Information and communication in Venice: rethinking Early Modern Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 2.

têm mostrado maior preocupação com o conteúdo, com a diversidade dos suportes, com as condições de produção, com a diversidade dos meios de transmissão e com a recepção das mensagens pelos atores envolvidos. Assim, não só decretos, ordens, despachos, editais, panfletos, petições e cartas, mas obras arquitetônicas, símbolos, cerimônias, cheiros e sons têm sido enfatizados como possíveis meios de comunicação política⁵⁸. Para dar apenas alguns exemplos, a documentação está repleta de referências a comunicação falada, e não escrita, como quando o povo de uma vila recorre ao Procurador da Câmara para apresentar queixas ou reivindicações⁵⁹; ou que sinais de fogo, bandeiras e disparos de canhão poderiam servir à comunicação entre os governadores e os comandantes de fortalezas⁶⁰. E para além das diferentes variedades de suporte, poderíamos ver conteúdos eminentemente políticos sendo tratados em correspondência pessoal, alvitres, bilhetes, pasquins, etc⁶¹.

Todavia, no âmbito desta tese, convém deixar claro que nos circunscrevemos apenas aos *circuitos formais* de comunicação política que tinham nos Governadores o seu ponto de intersecção, aqui entendida como a documentação manuscrita ordinária produzida pela prática rotineira da governação. Com ela, propomo-nos a tratar “a informação assim como o conteúdo”, de modo a incluir os ritmos, “os meios e as mensagens” bem como os agentes do processo comunicativo “como produtores, receptores e intermediadores”⁶². Da mesma forma, ao tratar da comunicação como um fenómeno que “envolve relações de força entre poderes desigualmente distribuídos”⁶³, pensamos ser este um ponto de partida adequado para problematizar a construção da autoridade dos Governadores, identificando assim a sua centralidade em meio à constelação de poderes existentes no território, mas também para os interesses da administração central da monarquia.

Seguimos os passos teóricos e metodológicos dos diversos trabalhos que têm vindo a destacar a importância da informação e das comunicações para o governo dos impérios primo-

⁵⁸ Dumolyn, Jan. «Political Communication and Political Power in the Middle Ages: A conceptual Journey». *Edad Media. Revista de Historia*, 12, 2012, pp. 33-55; Radner, Karen (ed.). *State Correspondence in the ancient world: from New Kingdom Egypt to the Roman Empire*. New York: Oxford University Press, 2014.

⁵⁹ Veja-se, por exemplo, as reivindicações dos pescadores aos procuradores do concelho em Alagoas do Sul para acabar com pescarias de redes de arrasto. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 130, D. 3897.

⁶⁰ Na tentativa de organizar as linhas defensivas da capitania de Pernambuco durante a participação portuguesa na Guerra de Sucessão Espanhola, Félix José Machado distribuiu ordens precisas aos capitães cabos de fortalezas, que se espalhavam em linha desde Itamaracá até o pontal de Nazaré, para que ao menor sinal de navios na costa, alertassem da sua proveniência, se eram estrangeiros ou não, aliados ou inimigos, utilizando códigos de identificação que se baseavam na cadência das salvas de artilharia. BNP, PBA, Códice 115, fls. 93-97, 111, 210.

⁶¹ Veja-se o conteúdo marcadamente político de algumas cartas de D. João de Almeida Portugal para seu pai D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, Marquês de Castelo Novo e depois de Alorna. Monteiro, Nuno Gonçalo. *Meu pai e meu senhor muito do meu coração: correspondência do conde de Assumar para seu pai, o marquês de Alorna*. ICS/Quetzal Editores, Lisboa, 2000.

⁶² Dumolyn, «Political communication...», p. 3.

⁶³ Dumolyn, «Political communication...», pp. 33-55.

modernos. Se o tema das comunicações políticas tem sido explorados pela historiografia dos impérios britânico, hispânico e francês⁶⁴ há algum tempo, contribuições que abordem o caso específico da monarquia pluricontinental portuguesa são bem mais recentes⁶⁵. Nesse sentido, os resultados apresentados na obra *Um reino e suas repúblicas no Atlântico*, organizada por Nuno Gonçalo Monteiro e João Fragoso, não só deram abertura a esta seara temática no âmbito dos estudos sobre o Atlântico luso, como apresentam alternativas metodológicas que permitem observar a governabilidade como um fenômeno de larga escala⁶⁶. Contudo, se a maior parte das contribuições sobre o tema têm tomado as comunicações entre a América e a Europa como eixo central de análise, são ainda escassos os trabalhos que procurem observar a comunicação política às escalas local, regional e continental⁶⁷.

Nesse sentido, ao considerar que os Governadores atuavam como mediadores de peso entre a Coroa e os territórios sob sua jurisdição, consideramos tanto as escalas de comunicação política transoceânica, quanto as escalas internas ao continente americano, perquirindo as modalidades e padrões em, fundamentalmente, três circuitos comunicacionais. O primeiro, diz respeito à troca constante de informações e correspondência dos Governadores com os principais organismos da administração central da monarquia portuguesa encarregados do

⁶⁴ Dentre os principais exemplos, podemos citar os seguintes trabalhos: Olsen, Alison, *Making the empire work: London and American interest groups (1690-1790)*. Harvard, Harvard University Press, 1992. Banks, Kenneth J. *Chasing empire across the sea: communications and the French State in the French Atlantic, 1713-1763*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2003; Brendecke, Arndt. *Imperio e información: funciones del saber en el dominio colonial español*. Madrid : Iberoamericana, 2016.

⁶⁵ Dentre elas, é de se referir a tese de António Castro Nunes, que tem o mérito de tomar uma sólida comparação cruzada das comunicações estabelecidas entre os municípios e as administrações centrais da Península Ibérica e da América do Sul, nomeadamente, as de Évora, Córdoba, Ouro Preto e Quito. Nunes, António Castro. *Comunicação e prática política nas monarquias ibéricas de Antigo Regime (1700-1750): Évora, Córdoba, Ouro Preto e Quito*. Tese de Doutoramento, Évora, PIUDHist, Universidade de Évora, 2016.

⁶⁶ Monteiro, Nuno Gonçalo e Fragoso, João (orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Ainda que se possa falar de contribuições anteriores sobre o tema das comunicações políticas, um estudo sistemático e potencialmente estatístico sobre as comunicações estabelecidas entre reino e conquistas só ganhou forma graças ao projeto *A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil*, Fundação da Ciência e Tecnologia, PTDC/HIS/098928/2008. Contribuições anteriores podem ser encontradas em: Santos, Lobato (orgs.), *O domínio da distância....*

⁶⁷ Visíveis exceções podem ser apontadas: à escala local nos trabalhos de Denise Moura sobre as comunicações entre as câmaras da capitania de São Paulo ; à escala regional e interfronteiriça nas contribuições de Adriano Comissoli e Clarissa Prestes Medeiros para o Rio Grande de São Pedro no alvorecer do século XIX ; e, finalmente, à escala continental com os trabalhos deixados por Francisco Carlos Cosentino e continuados por seu discípulo Hugo André Flores de Araújo para a comunicação política dos Governadores-Gerais do Estado do Brasil ao longo da segunda metade do século XVII. Ver: Moura, Denise. «Redes associativas e de comunicação entre as câmaras de uma capitania, São Paulo (século XVIII)». *História Revista*, v. 21, n. 1, p. 48-69, 21 set. 2016 Comissoli, Adriano; Medeiros Viana, Clarissa P. «Governadores e gerais: comunicação, inteligência e defesa no Rio Grande de São Pedro Português». *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, V. 13, n o 26, 2017, p. 11-24. Cosentino, Francisco Carlos C. «Comunicação entre governadores, capitanias e câmaras: a governação do Brasil, 1654-1681». *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Natal, RN. 2013. p. 7; Araújo, Hugo André Flores. «A construção da governabilidade no Estado do Brasil: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo-geral (1642-1682)». Tese de Doutoramento. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

governo das conquistas, a saber, o Conselho Ultramarino e, posteriormente, com a Secretaria de Estado. O segundo circuito é o das comunicações estabelecidas entre os governadores e seus superiores diretos em solo americano, isto é, os Governadores-Gerais, na Bahia. Por fim, o terceiro circuito, e talvez o mais importante, diz respeito às comunicações estabelecidas com os poderes presenciais existentes no interior do território sob a jurisdição dos governadores, aonde observamos os principais assuntos das comunicações, tipologias dos atos comunicacionais empregados (cartas, ordens, bandos, portarias editais etc.), os interlocutores locais acionados, os ritmos de contato com o centro de governo e com as localidades distantes. Vistos em conjunto, os três circuitos nos levam a perceber as práticas materiais de governo, bem como a afirmação da autoridade de uma maneira sistemática, e, com efeito, nos permite aferir a efetiva projeção territorial destes agentes, através de dados concretos.

1.3 Metodologia e Fontes de Análise da Comunicação Política

Se a “governança”, pode ser entendida como um processo dinâmico baseado na interação entre múltiplos corpos políticos e pode ser materialmente tratada como um “processo comunicativo”, a análise da **comunicação política** apresenta-se como uma alternativa viável para observar as práticas governativas dos governadores numa perspectiva sistemática⁶⁸. Ao compreender, em concordância com Ian Steele, que, cada ato comunicativo representa um meio de estabelecer **conexão política**⁶⁹ entre diferentes espaços e interlocutores, reunimos volumes maciços destes atos em plataformas de dados que quando tomados em conjunto, permitem a sua seriação e tratamento estatístico. Esta abordagem permite observar padrões de comunicação e governabilidade.

Para tratar a comunicação política dos governadores nos três circuitos acima referidos, levantamos um sólido conjunto documental com referências a mais de **13.652** atos comunicativos. Naturalmente, o manejo de conjunto tão volumoso de documentos não seria possível sem o recurso às ferramentas digitais e, nesse sentido, construímos cinco bases de dados, a saber, duas para o circuito transatlântico, uma para a comunicação dos Governadores-Gerais com as capitânias do Norte, e outras duas bases para o circuito interno ou “intra-americano”. Cada base é formada a partir de fichas unitárias que discriminam o conteúdo de cada ato comunicativo, enquadrando-os em diferentes campos, ordenados segundo: a tipologia

⁶⁸ Um exemplo disso pode ser encontrado na investigação feita por Sylvia Sellers-García para a circulação de correspondências na Guatemala do século XVIII. Cf: Sellers-García, Sylvia. *Distance and documents at the Spanish Empire's Periphery*. Standford: Standford University Press, 2014.

⁶⁹ Tradução livre para “a letter represented live political connections as well as marketable information”. Steele, *The English Atlantic...*, p. 236.

do suporte da informação⁷⁰, o remetente, o destinatário, a data de expedição e os assuntos tratados.

O enquadramento dos atos de comunicação nos bancos de dados nos permite construir **séries documentais**, a partir de onde se podem problematizar as seguintes **variáveis**:

- a) A identificação do montante anual de cartas enviadas e, quando possível, recebidas, nos permite mapear a dimensão dos **fluxos de correspondências**, o que pode indicar, ao longo do tempo, variações significativas nos ritmos de conexão entre os governadores, os diferentes protagonistas e espaços.
- b) A indicação dos remetentes e dos destinatários nas comunicações nos permite quantificar a referência aos mesmos na totalidade das cartas e, assim, construir os índices de **participação dos agentes no processo comunicativo**.
- c) A tipificação das **tipologias dos suportes atos comunicacionais** permite, nos circuitos transoceânicos e internos, identificar diferenças nas formas de expressar e divulgar os assuntos concernentes à política, através da consideração sistemática da produção de cartas, bandos, editais, portarias, provisões, ordens, entre outros⁷¹.
- d) Por fim, o enquadramento das comunicações em tipologias de assuntos⁷² nos permite reduzir a dimensão qualitativa dos documentos a variáveis passíveis de quantificação e, portanto, de tratamento estatístico. Esse tratamento nos levará a compreender as características e possíveis mudanças nas principais temáticas da governação e do conteúdo dos atos políticos.

A partir dessas séries, foi possível atribuir uma orientação valorativa aos dados levantados e verificar que, entre a segunda metade do século XVII e a primeira do XVIII, ocorreram alterações que podem ter se refletido de maneira direta na governança. Uma vez que os três circuitos da comunicação política serão restritos, em nossa análise, à comunicação escrita que os Governadores mantinham com a Coroa, com o Governo Geral e com os poderes presenciais existentes, tratamos tanto da documentação ordinária que circulavam entre as duas margens do atlântico, quanto a que tramitava entre as capitanias da América e no interior do distrito do Governo de Pernambuco.

⁷⁰ Se são cartas, alvarás, bandos ou ordens, por exemplo.

⁷¹ Comunicar uma decisão por carta, não era, por exemplo, o mesmo que o fazer por meio de ordens, tipologia de suporte típica das comunicações militares e que implicava a adoção de um discurso imbuído de uma subordinação hierárquica.

⁷² Como, por exemplo, “Comércio”, “Donativos”, “Cargos e Ofícios”, “Privilégios”, “Justiça”, etc...

Para justificar a pertinência das abordagens propostas, cumpre então caracterizar os fundos documentais que nos permitiram retrair os três circuitos a fim de que se declare a dimensão das potencialidades e limitações das constatações doravante referidas. É importante esclarecer que a maior parte da documentação original produzida e registada pela malha político-administrativa das Capitanias do Norte – tanto da Secretaria de Governo de Pernambuco quanto dos arquivos municipais das cidades mais antigas – foi quase toda perdida, destruída, extraviada ou as práticas de arquivo desenvolvidas no próprio período em que se centra a análise não contribuíram para o seu armazenamento sistemático.

Em teoria, todas bases de dados poderiam ter sido elaboradas a partir dos antigos Arquivos da Secretaria de Governo se os fundos mais significativos não tivessem desaparecido. Os registos de destruição ou extravio da documentação remontam a um incêndio no antigo Palácio de Governo, ocorrido em 1859. Como se não bastasse, durante as reformas deste mesmo edifício, em 1922, jornais da época mencionam que “carroças e mais carroças”⁷³ de documentos foram despejados no Rio Capibaribe como se não tivessem importância⁷⁴. Pouco sobrou depois destes lamentáveis acontecimentos. A documentação sobrevivente e que está preservada no Arquivo Público Jordão Emerenciano, no Estado de Pernambuco⁷⁵, é quase toda posterior à primeira metade do século XVIII, de modo que quase não existem fundos do início deste século e do anterior. Possivelmente, o Arquivo do Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) seria outro repositório final da documentação proveniente da Secretaria de Governo, mas dispõe apenas de cinco livros de ordens régias com datas-limite entre 1693 e 1745⁷⁶. Nesse sentido, não dispomos de um repositório suficientemente abrangente dos registos que estavam originalmente depositados no Arquivo da Secretaria de Governo.

Mas, por sorte, dispomos de documentos originais que ficaram em Portugal, como é o caso das cartas que os governadores enviaram ao Conselho Ultramarino, mas, o que efetivamente permitiu a reconstituição dos circuitos comunicacionais foram cópias guardadas em Códices no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca Nacional de Portugal e nos Arquivos da Universidade de Coimbra. A seguir, descrevemos os fundos que nos permitiram organizar cada um dos circuitos comunicacionais.

⁷³ Revista Do Arquivo Público, Recife, 1º semestre, 1946.

⁷⁴ Melo, «A ideia de arquivo...» p.218.

⁷⁵ Doravante referenciado por sua sigla oficial APEJE.

⁷⁶ Se considerarmos apenas os anos que nos interessam, pois há livros para períodos mais avançados. Arquivo do IAHGP, Livro 5º de Ordens Reais (1693-1698), Livro 10º de Ordens Reais (1717-1720), Livro 12 (1721-1731, Livro 13º (1726-1733), Livro 14º (1732-1737), Livro 16º (1742-1745).

1.3.1. *Os circuitos transoceânicos*

Originalmente, o arquivo da Secretaria de Governo preservava livros de “Cartas para a Corte” e Livros de “Ordens Régias”⁷⁷, que deveriam conter, os primeiros, a documentação enviada pelos governadores ao Conselho Ultramarino e à Secretaria de Estado, seja com informações voluntárias ou respostas, e o segundo as disposições normativas recebidas do reino. De facto, parte desta documentação sobreviveu e encontra-se atualmente depositada no Arquivo Público do Estado de Pernambuco num fundo intitulado “Correspondência com a Corte”. Todavia, esta documentação se concentra apenas entre os últimos dezesseis anos do século XVIII e o início do século XIX, de modo que não há nenhum volume que contemple o período abarcado em nossa proposta de tese⁷⁸.

Com efeito, é preciso recorrer a fundos alternativos. E o que melhor se presta ao gênero de análise que propomos encontra-se preservado no Arquivo Histórico Ultramarino. Não se trata, evidentemente, da totalidade de atos comunicativos que um dia circularam entre as duas margens do Atlântico e, por conta disso, convém sempre enfatizar que nossa análise parte de uma reconstituição parcial, baseada apenas na documentação **remanescente**, e não na integralidade das comunicações expedidas pelos Governadores entre 1645 e 1756. Conseguimos retrair este circuito comunicacional em, essencialmente, dois sentidos, ou orientações.

O primeiro, passível de efetiva seriação, pois encontra-se registado em códices, poderia ser chamado “*Sentido Descendente*”, ou da comunicação expedida pelo Conselho ao conjunto das cinco Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Para compor os dados levantados, consultamos dois fundos distintos no Arquivo Histórico Ultramarino e que conta com cópias das cartas, provisões e ordens régias enviadas anualmente aos governadores e às capitanias. O primeiro, é o do “Registo de Cartas Régias do Conselho Ultramarino”, com datas-limite fixadas entre 1644 e 1673, e que por abarcar o conjunto das emissões do Conselho para o espaço Atlântico⁷⁹, só contabilizamos as cartas que seguiam para as Capitanias do Norte. A partir de 1673, a organização interna das cartas régias na Secretaria do Conselho passou a obedecer uma ordem geográfica, de modo que o segundo fundo, intitulado “Registo de Cartas Régias, Provisões e Outras Ordens para Pernambuco” compõe-se apenas de cartas dirigidas a esta

⁷⁷ APEJE, O.R.4, OR. 5, O.R.6, O.R.7, O.R.8, O.R.9. Livros de Registo de Ordens Régias (1675-1754)

⁷⁸ Quinze códices deste Fundo sobreviveram no Arquivo Público Jordão Emerenciano com datas limite entre 1784 e 1808. Cf: APEJE, Correspondência Para a Corte, Volumes 1 a 15. Quanto à descrição e análise heurística do fundo, ver a tese de Melo, «A ideia de arquivo...».

⁷⁹ Há comunicações destinadas a diferentes possessões, dentre elas Angola, Rio de Janeiro, Maranhão, São Paulo, Cabo Verde, Açores.

Capitania, mas também para as de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará. Se a dimensão da documentação disponível para o período entre 1648 e 1699 permitiu que considerássemos registos em todos os anos, a explosão de atos comunicacionais no século XVIII nos obrigou a seleccionar cortes cronológicos mais reduzidos. Por isso, consideramos a totalidade das cartas enviadas durante os anos que coincidem com os mandatos de alguns governadores, a saber com os de: Francisco de Castro Morais (1703-1707); Félix José Machado (1711-1715); Duarte Sodré Tibão (1727-1737); D. Marcos de Noronha e Brito (1746-1749) e Luís Correia de Sá (1749-1756). Com base nestes dois fundos, elaboramos uma base de dados que conta com um conjunto de **5803** referências, que inclui cartas para todos os interlocutores do Conselho nas cinco capitanias, dentre os quais os governadores respondem por 2072.

No sentido inverso, para compor o “*Sentido Ascendente*”, ou da comunicação expedida pelos Governadores ao Conselho Ultramarino, construímos uma segunda base em moldes idênticos. Tomando por base a coleção dos Manuscritos Avulsos do mesmo Arquivo referentes a Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Através dos catálogos, foi possível inventariar um conjunto de **1118** emissões dos Governadores à Coroa. A base compõe-se de um total de 928 correspondências e outros 190 documentos que apenas fazem menção às cartas expedidas pelos Governadores. Convém esclarecer que dado o caráter fragmentário e não seriado da documentação, tratando-se de uma série de documentos avulsos, contabilizamos apenas as emissões dos governadores, sem considerar os restantes interlocutores.

1.3.2. *Os circuitos continentais ou a comunicação com o Governo-Geral*

Para a construção do segundo circuito comunicacional, em virtude da distância em que nos encontramos dos arquivos brasileiros durante a escrita da tese, servimo-nos da totalidade **da Correspondência dos Governadores-Gerais e as Capitanias do Estado do Brasil**, que está publicada em dezesseis volumes da Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontrando-se toda disponível *on-line*⁸⁰. Trata-se de um fundo produzido pelo expediente do Governo-Geral e constitui-se, sobretudo, de cartas e ordens, mas que, como veremos, também tem suas lacunas⁸¹. Consultando os registos disponíveis entre os anos de 1648 e 1732, construímos uma base de dados que conta com **1676** referências que correspondem às emissões do Governador-Geral aos governadores, capitães-mores e outros

⁸⁰ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Vs. 3,4,5,6,9,10,11 e 39. Rio de Janeiro, 1928-2011. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/artigos/documentos-historicos/>

⁸¹ No entanto, as correspondências que abrangem o período que vai de 1732 a 1756, não se encontram na coleção, sendo ainda necessário localizá-las em arquivos brasileiros.

interlocutores presenciais existentes no espaço das capitanias do norte. Em meio a essa correspondência, há **692** emissões especificamente para os Governadores de Pernambuco.

Não sabemos se os arquivos da Secretaria de Governo guardavam um fundo específico para a cópia da correspondência dos governadores com o Governo-Geral, mas é provável que elas fossem registradas no fundo das “cartas ordinárias”, posteriormente designadas de “ofícios”. Sua perda, entretanto, nos impede de retrair a comunicação expedida para a Bahia, sendo necessário remontá-la a partir de referências contidas nas respostas dos governadores.

1.3.3. *Os circuitos internos*

Por fim, o maior de todos os circuitos comunicacionais é o da comunicação com o distrito do Governo. Para remontar a circulação de atos comunicativos no interior do território em questão, o principal fundo seria o dos “Livros de Ordens, Bandos, Editais e Portarias”. Mas, deste, resta apenas um único exemplar original que abarca apenas os anos de 1711 e 1716⁸². Outro fundo seria o dos “Livros de Cartas”, posteriormente classificados como de “ofícios”⁸³, os quais só existem para o último quartel do século XVIII. Se tivessem sobrevivido até aos nossos dias, tais documentos ofereceriam conjuntos ideais para tratar dos circuitos de comunicação, ao longo de todo o corte cronológico selecionado.

Afortunadamente, parte da documentação originalmente depositada na secretaria acabou por chegar aos nossos dias por via de cópias, feitas em meados do século XVIII, que preservam uma amostra de quase cem anos das atividades de governo, abrangendo desde 1648 até 1746. Estas cópias estão registradas nos códices 31 e 32, da **Coleção do Conde** dos Arcos do Arquivo da Universidade de Coimbra, intitulados “*Disposições dos Governadores de Pernambuco*”⁸⁴. De acordo com Evaldo Cabral de Mello, eles foram elaborados a partir da iniciativa de D. Marcos de Noronha e Brito, sexto Conde dos Arcos, que, durante seu mandato como governador, entre 1746 e 1749, “mandou copiar os papéis guardados, desde a restauração, na secretaria do governo da Capitania”⁸⁵.

⁸² APEJE, R.Pro.7. Livro de Portarias, Editais e Bandos do Governo da Capitania de Pernambuco (1711-1716). Uma cópia microfilmada em melhores condições de consulta pode ser encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino.

⁸³ Há 55 livros de ofícios posteriores à 1769 chegando, com intervalos, ao ano de 1837 no fundo “Ofícios de Governo” (OR).

⁸⁴ Doravante, faremos uma distinção entre “Disposições” com “D” e “disposições” com “d” para designar, respectivamente, o fundo documental “Disposições dos Governadores” da Coleção do Conde dos Arcos da Biblioteca da Universidade de Coimbra e a designação genérica que era usada à época para se referir aos próprios atos de governo (cartas, ordens, portarias, provisões, bandos, etc.). AUC, Coleção do Conde dos Arcos Resguardados na Sessão de Reservados, Códices 31 e 32

⁸⁵ Evaldo Cabral de Mello foi um dos primeiros a fazer uso dessas fontes. Mello, *A fronda....* p.17.

Decerto, não conservam a totalidade da documentação originalmente existente, mas guardam um conjunto relativamente substancial e que se compõe de **3081** documentos, que se dividem tipologicamente em *cartas, ordens, bandos, portarias, editais, provimentos, atas de juntas e instruções*, enviados pelos governadores aos diversos agentes e grupos corporativos do atual Nordeste do Brasil – dentre os principais, as câmaras, os capitães-mores, os provedores da real fazenda, os ouvidores e o meras 80 cartas para o Governador-Geral. Da mesma forma, preservam algumas cópias de cartas, requerimentos e petições enviadas por estes poderes aos governadores e cópias de algumas ordens régias.

Os dois códices estão organizados em um total de 27 secções, de modo que em cada uma está copiado um conjunto de disposições correspondentes ao mandato de um Governador oficial ou interino. Para alguns governadores, como André Vidal de Negreiros (1657-1661; 1664-1665) ou D. Pedro de Almeida (1670-1674), o copiador resume-se a registrar no início da secção que aquele Governador “não teve disposições”. Acreditamos que isso não atesta a ausência de registo das ações destes governadores, mas é provável que os registos estivessem perdidos na altura em que a cópia foi produzida, ou, quiçá, feitos em letra absolutamente ilegível para o copiador. De resto, há conjuntos visivelmente incompletos ou inexistentes, como os de Bernardo de Miranda Henriques (1667-1670), D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro (1699-1703) ou Manuel de Souza Tavares (1718-1721), para quem o copiador só registou, respectivamente, 30, 12 e 33 disposições.

Aliás, já em meados do século XVII, há menção de que os papéis referentes ao primeiro governo de André Vidal de Negreiros estavam perdidos. Em 1669, o então Governador Bernardo de Miranda Henriques ordenou que o secretário de governo fizesse um papel em que registasse todos os provimentos de postos militares e ofícios de justiça e fazenda feitos desde o mandato de Francisco Barreto de Menezes (1648-1657). No mesmo papel, organizado em secções correspondentes aos mandatos de cada governador, o secretário declara para os três primeiros que, além dos listados, “não há mais clareza de outros provimentos por se desencaminharem os livros da secretaria e não haver notícia deles”⁸⁶. Em grande medida, a descontinuidade nos registos disponíveis ao longo do tempo poderia resultar de um problema na própria gestão cotidiana dos papéis, como apontamos no capítulo anterior. Os livros da Secretaria nem sempre se organizavam com base nos mandatos dos governadores, mas sim em ordem cronológica, de modo que um volume poderia ser aberto no mandato de um governador

⁸⁶ AHU, Pernambuco Avulsos. D. 9, Cx. 867. fl.3.

e concluído no mandato do seguinte⁸⁷. Irregularidades na gestão dos papéis, por parte dos administradores, também poderiam contribuir para a sua dispersão. Veja-se, por exemplo, o exemplo de Sebastião de Castro e Caldas que, durante a fuga para a Bahia em 1710, levou consigo livros e mais papéis da Secretaria de Governo, o que talvez explique os poucos registos disponíveis para a primeira década do século⁸⁸.

Por todas estas razões, é certo que fundo das “*Disposições dos Governadores*” representa um conjunto que, mesmo significativo, não corresponde aos volumes reais de documentação produzida pelos governadores. Para além das incompletudes mencionadas, nos questionamos se mesmo nas secções que apresentam maiores volumes de disposições copiadas estaria a totalidade das disposições **produzidas**, ou se tudo o que estaria copiado no fundo das “Disposições” representaria a totalidade dos papéis que, na altura da cópia, encontravam-se na Secretaria, provenientes de administrações anteriores. Em outras palavras, será que todo ato comunicativo – carta, ordem, portaria bando ou edital – recebia um registo escrito nos livros da Secretaria? Ou apenas os mais importantes? Haveria tipologias de registo mais privilegiadas que outras?

Para responder a essas dúvidas, foi necessário comparar o fundo das “Disposições” com outros fundos. Prestam-se a este efeito os códices 239 e 115 da **Coleção Pombalina** da Biblioteca Nacional de Portugal, que contém cópias seguramente mais completas das “disposições” produzidas durante os mandatos do Marquês de Montebelo (1690-1693) e de seu filho Félix José Machado (1711-1715) enquanto governadores. O código 239 reúne ao todo **614** disposições e divide-se em duas partes, sendo a primeira uma cópia do “Livro de Ordens, Bandos, Portarias e Editais” lançados durante o triênio de Montebelo e a segunda uma cópia das “Cartas” escritas no mesmo período⁸⁹. Já o código 115 contém mais de **1151** disposições e se divide em três partes, sendo a primeira uma cópia das atas produzidas pela Junta das Missões durante o governo de Félix Machado, a segunda secção trata-se de uma cópia do “Livro de Cartas Ordinárias” escritas pelo mesmo Governador e, por fim, uma cópia do “Livro de Ordens, Bandos, Portarias e Editais”⁹⁰.

A substancialidade das cópias depositadas na BNP acaba por ser confirmada pelo único “Livro de registo de Portarias, Editais e Bandos”⁹¹ sobrevivente ao incêndio de 1859 e descarte

⁸⁷ Como atesta o próprio Livro de Portarias, Editais e Bandos do Governo da Capitania de Pernambuco (1711-1716), iniciado no mandato de Félix José Machado e fechado no segundo ano do mandato de seu sucessor, D. Lourenço de Almeida. APEJE, R.Pro.7.

⁸⁸ AHU, Bahia Avulsos, Cx. 8, D. 622.

⁸⁹ Ao final, está registada uma pequena amostra de Editais lançados pela Câmara de Olinda. PBA, 239.

⁹⁰ PBA, 115.

⁹¹ APEJE, R.Pro.7/1. 1711-1716.

de 1922. Como mencionado, o “Livro” encontra-se atualmente depositado no APEJE e tem suas datas-limite fixadas entre 1711 e 1716, contemplando a totalidade dos atos administrativos de Félix José Machado (1711-1715) e os primeiros meses do mandato de D. Lourenço de Almeida (1715-1718). Seus índices encontram total correspondência com os do Códice 115 da Coleção Pombalina⁹², o que nos leva a comprovar que a cópia depositada na BNP é bastante fiel ao conteúdo do livro original. Comparando, entretanto, os códices da BNP com os Códices da Coleção do Conde dos Arcos, podemos traçar algumas conclusões de natureza heurística. Todas as 134 disposições do Marquês de Montebelo que estão copiadas na Coleção do Conde dos Arcos podem ser encontradas em meio às 614 disposições deste mesmo governador que estão copiadas no códice 239. Da mesma sorte, as 412 disposições de Félix Machado encontradas na Coleção do Conde dos Arcos podem ser todas encontradas no Códice 115 da coleção Pombalina.

Além de atestar a maior completude dos Códices da Biblioteca Nacional, tal diferença nos leva a questionar a natureza e o “sentido” das cópias existentes nos códices das “Disposições dos Governadores”. Mas, infelizmente, não encontramos nenhum documento que explique os propósitos que levaram D. Marcos de Noronha e Brito a ordenar a produção das cópias que deram origem aos códices das “Disposições” e, da mesma forma, não há menção ao nome do copiadador, tampouco aos critérios de seleção das disposições copiadas. Tivemos, então, de considerar pistas deixadas por algumas evidências para responder, minimamente, a essas questões.

Com relação aos propósitos da produção das cópias, encontramos a informação de um genealogista pernambucano do século XVIII, Vitoriano Borges da Fonseca, que, na introdução de sua obra *“Nobiliarquia Pernambucana”*, menciona que D. Marcos de Noronha “em ocasião me disse estimaria muito que eu lhe desse por escrito notícias de algumas das famílias nobres desta Capitania, suponho que para juntar aos **muitos escritos curiosos que tem mandado fazer de tudo quanto pôde haver notícia desta Capitania, desde o seu descobrimento**”⁹³. Refere, portanto, um levantamento sistemático de informações. A suposta “curiosidade” do governador rendeu outros frutos, pois data do mesmo período um códice intitulado *“Descrição de Pernambuco de 1749”*⁹⁴ que está depositado na Torre do Tombo⁹⁵ mas guarda outra cópia

⁹² Exceto nas disposições que se referem ao governo de D. Lourenço de Almeida, obviamente.

⁹³ Grifo nosso. Fonseca, Vitoriano Borges da. Introdução. *Nobiliarquia Pernambucana*. Anais da BNRJ, n. 47, 1925.

⁹⁴ ANTT, Manuscritos do Brasil, Livro 43.

⁹⁵ Transcrito e publicado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro com o nome de “Informação da Capitania de Pernambuco, 1749”, Doravante citado como ICP.

idêntica na Academia de Ciências de Lisboa⁹⁶ no qual se reúne uma grande compilação de decretos, alvarás, regimentos e ordens régias enviadas aos governadores da capitania, bem como como listas de cargos e ofícios, de população, de engenhos, curtumes, conventos e um mapa da organização militar. Outro manuscrito que narra os acontecimentos das “Alterações de Pernambuco”, mais conhecidas como “Guerra dos Mascates”, também foi produzido por um anônimo neste mesmo ano de 1749, com o título de “Narração histórica das calamidades de Pernambuco sucedidas desde o ano de 1707 até o de 1715”, de modo que é provável que também tenha sido encomendado pelo governador⁹⁷.

Assim, tudo leva a crer que D. Marcos pretendia formar um acervo que conformasse uma espécie de “memória” da Capitania, levantando informações das mais variadas possíveis. Contudo, ainda se ignora a finalidade específica desta ação, isto é, se o Conde pretendia manter estes registros para compor a memória pessoal de sua Casa⁹⁸, ou se os pretendia reunir para divulgar junto a algum círculo específico de interessados ou ainda apresenta-los ao próprio rei como uma forma de prestação de serviço. O que se sabe é que fez o mesmo durante seu triênio como Governador na Capitania de Goiás, além de mandar registrar cópias de suas próprias disposições, e quando foi promovido a Vice-Rei da Bahia, mandou copiar toda a correspondência para a Corte entre 1649 e 1759⁹⁹.

O Marquês de Montebelo e seu filho, Félix José Machado também ordenaram que se confeccionassem cópias de todas as “Disposições” lançadas no tempo de seus mandatos enquanto governadores de Pernambuco, conformando ambos os códices da BNP. Podemos imaginar que quisessem manter uma espécie de “cópia de segurança”, atestando suas ações enquanto governadores, seja para prestar contas de seus serviços ao monarca, ou para enriquecer o acervo documental da família e, quem sabe, como garantia para defender-se de possíveis acusações durante as residências ou mesmo no cotidiano. É o que nos revela o próprio D. Marcos de Noronha e Brito durante um atrito que teve com um Coronel da Cavalaria de Goiana, em fevereiro de 1746, por este ter mal interpretado uma carta sua acerca das prisões que teria ou não jurisdição para fazer. Após explicar-lhe pontualmente o conteúdo da mesma carta, adverte-o que “é esta a inteligência verdadeira que vossa mercê deve dar à minha carta,

⁹⁶ O Códice tem uma estrutura quase idêntica ao da Torre do Tombo, e se intitula “Documentos e Notícias referentes a Pernambuco”. Academia das Ciências de Lisboa, Série Azul, Documento 95.

⁹⁷ ANTT, Manuscritos do Brasil, Livro 42. Outra cópia está depositada na Biblioteca Central da Universidade de Coimbra, com o seguinte título: “*Narração Histórica das Calamidades de Pernambuco, sucedidas desde o ano de 1707 até o de 1715, com a notícia do levante dos povos e suas capitânias: escrita por um anônimo e pelo mesmo novamente correta e acrescentada pelo mesmo ano de 1749*”. AUC-BGUC-VI-III-1-1-29.

⁹⁸ Onde ficaram conservadas até a década de 1970, Mello, *A fronda...*, p. 17.

⁹⁹ AUC, CA, Códices 5 até 19.

e a o que ela contém”, pois que “**para eu me livrar de semelhantes embaraços as deixo todas no meu coprador, para que em nenhum tempo me possam controverter**”¹⁰⁰. Portanto, ao que tudo indica, o “coprador” mencionado parece ser alguém recrutado “extraoficialmente”, talvez um criado, para fins pessoais, e não um oficial permanente da Secretaria, com a atribuição de copiar todas as missivas do futuro Conde. Entretanto, se o governador dispunha, em princípio, de livros específicos para registrar as cartas na Secretaria, qual a razão, ou a necessidade, de querer possuir cópias pessoais? Como veremos nos próximos capítulos, é provável que nem todos os documentos produzidos ganhassem registo, possibilidade esta que é confirmada com a tendência de o número de **cartas** registadas na secretaria declinar consideravelmente em finais do século XVII.

Mesmo que a cópia das disposições lançadas fosse prática corrente dos governadores do império português, a grande diferença reside aqui na dimensão da iniciativa, pois D. Marcos de Noronha mandou copiar não só as suas próprias Disposições¹⁰¹, mas as de seus antecessores, bem como as ordens régias recebidas por eles e os Assentos da Junta das Missões, além de uma obra genealógica e da crônica das “alterações”¹⁰².

Após minuciosa comparação entre os Códices da Coleção do Conde dos Arcos com os outros dois códices da Coleção Pombalina, chegamos a algumas constatações. Nos códices das “Disposições dos Governadores”, estão **selecionadas** amostras das principais rotinas administrativas e das principais ações tomadas por cada um dos governadores. Já os códices da BNP conservam cópias que são, no mínimo, mais próximas daquilo que ganhava efetivo registo na Secretaria de Governo. O volume de documentos disponíveis nos códices da BNP não só é maior, como há constante repetição de certas variedades documentais cotidianamente produzidas, algo que indicia uma atitude menos seletiva do que aquela adotada na confecção dos códices das “*Disposições*”. O caso das mostras militares que eram feitas aos terços pagos de Olinda e Recife podem ilustrar essa diferença, uma vez que eram feitas, em princípio, mensalmente e marcadas por meio de Bandos que circulavam nos espaços públicos das duas localidades. Se no fundo das “Disposições” o coprador regista apenas um ou dois Bandos desta natureza em cada ano, nos conjuntos mais substanciais depositados na BNP o coprador regista

¹⁰⁰ AUC, CA, Cód. 35, fl. 168v.

¹⁰¹ Estão preservados três códices na mesma coleção com o mesmo título “Índice de tudo o que partiu na frota de Pernambuco”. O primeiro abarca a totalidade de cartas produzidas por D. Marcos no ano de 1746, o segundo no de 1747 e o terceiro de 1748 a meados de 1749. Infelizmente, não consta na referida coleção, tampouco em qualquer outro arquivo público, o “Livro de Ordens, Bandos, Portarias e Editais” de seu mandato, que seria indispensável a fazer uma análise semelhante para o triênio deste governador. Tentamos, sem sucesso, contatar o atual proprietário e pretendente ao título de Conde dos Arcos. AUC, CA, Códices 35, 36 e 37.

¹⁰² Todos conservados na Coleção do Conde dos Arcos do Arquivo Biblioteca Central da Universidade de Coimbra.

todos os Bandos lançados com este propósito, que somam, idealmente, 24. O mesmo ocorre com as solicitações que eram feitas ao Provedor da Fazenda para o fornecimento de Papel e Tinta para a Secretaria de Governo, das quais há apenas uma na secção correspondente ao Marquês de Montebelo na Coleção do Conde dos Arcos¹⁰³, e repete-se o mesmo pedido ao menos 21 vezes nas portarias copiadas no Códice 239¹⁰⁴.

Por conseguinte, se solicitações desta natureza revelam detalhes minimalistas e cotidianos do expediente administrativo, seriam aparentemente irrelevantes do ponto de vista informativo se os copiadores estivessem interessados em seleccionar **apenas** as ações mais relevantes de cada governador para cópia dos códices das *Disposições*. Com efeito, longe de inviabilizar os direcionamentos metodológicos propostos, as constatações heurísticas até aqui colocadas acabam por orientar tanto os limites quanto os encaminhamentos das conclusões que podemos tirar deste circuito. Mesmo que tenham um carácter lacunar, as “Disposições dos Governadores” oferecem uma amostra razoavelmente sólida daquilo que era produzido e nos permite reconstruir múltiplos aspectos dos circuitos comunicativos, ao passo que os códices referentes aos governos do Marquês de Montebelo e de Félix Machado, na Biblioteca Nacional, servem para testar a solidez do primeiro fundo. Se não podemos, por exemplo, quantificar o volume dos fluxos comunicacionais em termos absolutos, indicando possíveis variações temporais na quantidade dos atos comunicativos produzidos num dado ano ou década, temos, por outro lado, subsídios suficientes para abordar aspectos mais qualitativos do processo comunicativo como, por exemplo, o “tempo administrativo” ou os “fluxos regionais de comunicação” a partir de um enfoque potencialmente estatístico.

Com vistas a aproveitar o potencial de cada um dos Fundos documentais tratados, decidimos elaborar, para o circuito da “comunicação interna” dos Governadores, duas Bases de Dados, a saber: uma para inserir as disposições da Coleção do Conde dos Arcos que abarcam um período mais lato apesar de representarem apenas uma amostra da documentação oficial que efetivamente circulava; e outra que serve de “conjunto de teste” e pretende reunir a documentação proveniente de fundos mais completos, nomeadamente os códices guardados na BNP, que, apesar de cronologicamente mais reduzidos, nos permitiram testar a solidez de certas informações geradas a partir da outra base e, ao mesmo tempo, perceber as rotinas administrativas dos Governadores.

¹⁰³ AUC, CA, Cód. 31, fl. 528v “Portaria ao Provedor da Fazenda para dar uma resma de papel ao Ouvidor para o expediente de seu serviço”.

¹⁰⁴ BNP, PBA, Cód. 239, fls. 19, 22, 25, 37, 46, 70, 96, 113, 124, 136, 167, 173, 198, 209, 218, 221, 229, 245, 250, 428.

Com elas, pretende-se dar conta de sistematizar as disposições que seguiam o fluxo “*descendente*” da comunicação política dos governadores, isto é, a documentação expedida. Todavia, ainda que não tenhamos subsídios ideais para tratar dos fluxos “*ascendentes*” (isto é, a variada documentação que era recebida pelos governadores) as disposições costumam fazer menção às petições enviadas. Isto nos garante, de um lado, as bases necessárias para identificar os protagonistas que recorriam à autoridade dos governadores numa grelha topográfica, e de outro, oferece ferramentas para medir a duração aproximada do tempo que transcorria no transporte das missivas a partir dos mais variados destinos.

Em resumo, as bases de dados constituem ferramentas indispensáveis para ordenar sólidos conjuntos da comunicação política dos Governadores de Pernambuco de maneira sistemática e assim considerar as potenciais variações nos padrões de governabilidade. Por outro lado, importa esclarecer que, em se tratando de cópias, algumas das quais seguramente incompletas, apontamos, sobretudo, para **tendências**, e não dados absolutos. Todas as conclusões depreendidas a partir da observação destas mesmas tendências são confirmadas com análises qualitativas, baseadas nas próprias fontes e em fundos alternativos.

Importa apenas acrescentar que os critérios de transcrição adotados ao longo do trabalho, dado o esforço de sistematização grande volume de atos comunicativos, tornou imperativa a adaptação de certas formas arcaicas de escrita ao português atual, ainda que tenhamos respeitado expressões de época que caíram em desuso bem como a pontuação. Da mesma forma, desdobramos as abreviaturas utilizadas.

CAPÍTULO 2

Os Governadores e o Governo de Pernambuco

A alternância dos homens e a transmissão da experiência

“Segui os passos do meu antecessor, porém ele deu-os largos para a promoção e aplauso, não tendo maior trabalho que de os plantar. E a mim, sem embargo de os seguir, foram passos de paixão e sentimento ficando-me como trabalho e colhendo por fruto algumas asperezas”
(Marquês de Montebelo a Roque Monteiro Paim)¹.

“Servi o derradeiro antecessor de Vossa Senhoria cujos exemplos de justiça, isenção e vida inculpável tanto vossa senhoria se preza imitar [...] por esta mesma razão considero em um, e outro tempo, correspondente ao bom princípio a continuação não interrupta de um acertado e incomparável governo”.
(Antonio Barbosa de Lima ao Marquês de Montebelo)².

Os excertos da epígrafe deste segundo capítulo abordam o problema da **continuidade** entre as ações governativa a partir das perspectivas contrastantes de um Governador e de um Secretário de Governo. O primeiro, extraído de uma carta pessoal de D. Antonio Félix Machado da Silva e Castro, Marquês de Montebelo, ao Secretário de Estado e Mercês do rei D. Pedro II, Roque Monteiro Paim, evoca a questão por um viés crítico. Aludindo aos desafios de seguir os “passos largos”, de seu antecessor, Antonio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, Montebelo o acusa de ambicionar mais a promoção, visibilidade e progressão na carreira do que o interesse em preservar os equilíbrios sociais do poder no terreno. Miudamente, diz que o antecessor tomou certas ações como: introduzir um maior controle sobre “as contas da Câmara e o Registo dos Editais dos Contratos que ela administra”; prender “os magnatas da terra nas cadeias públicas e nas enxovias e segredos de celas”; intimidar “os cúmplices na prisão de Jerônimo de Mendonça, obrigando-os a desampararem as suas casas e viverem nos matos”; intervir ativamente sobre a ordem precedências dos governadores e ministros nas cerimônias públicas e religiosas, indispondo-se com um Desembargador Sindicante, “negando-lhe o lugar nos concursos das Igrejas e preferindo-lhe em tudo o Ouvidor-Geral”³. Razões pelas quais ele,

¹ British Library, 21.000, fl. 174.

² Alvitre introdutório ao “Soneto Alegórico de Vários Governos Figurados em Diversos Montes”. British Library, 21.000, fl. 182v.

³ British Library, 21.000, fl. 174-174v.

Montebelo, diz ter encontrado “os homens principais da terra sumamente queixosos e o Governo malquisto”. Acrescenta dizendo que “estudei de propósito [...] todas as suas ações” e tentei “seguir suas passadas (sic) suavizando-as nos acidentes”, mas que por assim o fazer:

“Colhi por fruto próprio o amargo dissabor alheio, enfim **o Almotacé-Mor dentro de um ano foi provido ao Governo-Geral do Estado, e se viu livre da carga que forçosamente lhe havia de pesar se continuasse** e passou-ma (sic) a mim com a pensão de ficar exposto às securas e queixas dos súbditos que ele exasperou ou dos Juízos que lá na corte se formariam de que eu por afetação me divertia de seguir os seus ditames, se acaso o não seguisse [...] e se o Almotacé-Mor continuara [no posto] ou se havia de mudar ou havia de ter que padecer mais do que eu”⁴

As aspirações pessoais dos governadores são claramente aludidas na carta. Para os homens agraciados, o desempenho dos altos postos de governo no ultramar poderia representar, ao mesmo tempo, uma mercê, que poderia coroar o fim de uma longa carreira militar, ou uma oportunidade para prestar ainda mais serviços ao monarca. As duas questões são indissociáveis, pois a prestação de serviços visava a remuneração, que a seu turno, constituía um dever *antidoral* do monarca⁵. Normalmente, quem se candidatava aos governos das capitanias principais ambicionava progressões ainda maiores na carreira, almejando, retribuições cada vez mais elevadas, quer outros postos, como o de Vice-Rei ou Governador-Geral, quer a concessão de benesses, comendas, tenças, senhorios e títulos nobiliárquicos. Aspirações de importância numa época em que a mobilidade social acabava por ser lenta, condicionada ou mesmo restrita, e na qual a busca por distinções era constante⁶. Era expectável, por exemplo, que a passagem pelo lugar de vice-rei na Índia conduzisse à atribuição quase imediata do título de Conde, feita a quase todos os agraciados⁷. De acordo com Nuno Monteiro, o próprio Câmara Coutinho – que passou de Pernambuco à Bahia e da Bahia à Índia – foi uma exceção à prática de atribuição do título condal. Seu neto fez questão de sublinhar a questão quando tentou utilizar-se dos serviços do avô para voltar a requerer a concessão, em 1769, valendo-se do argumento de “não lhe darem o título de Conde com que se despachavam os Vice-Reis”⁸. Por isso, aos serviços prestados, estava associada a preocupação em dar alguma visibilidade às ações dos homens que ocupavam os governos⁹, e daí vemos que Câmara Coutinho, assim como D. Pedro de Almeida,

⁴ British Library, 21.000, fl. 174-174v. Negrito nosso.

⁵ Clavero, Bartolomé. *Antidora. Antropologia católica de la economía moderna*. Milão: Giuffrè, 1991.

⁶ Hespanha, António Manuel. «A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime». Rio de Janeiro, *Tempo*, n. 21. p. 132.

⁷ Monteiro, Nuno. *O crepúsculo dos grandes (1750-1832). A casa e o património da aristocracia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1998. p.39

⁸ ANTT, MR, Decretos, Maço 17, n. 22. Apud: Monteiro, Nuno. *O crepúsculo...*, p.39.

⁹ O mesmo se passa para a Bahia. Araújo «A construção da governabilidade...» pp.55-62.

antes, e Caetano de Melo e Castro, depois, tentassem publicar panegíricos ou relações de sucessos militares para buscar promoções e uma melhor inserção junto aos círculos da corte¹⁰.

Por outro lado, Montebelo alude de forma clara aos desafios de conciliar estas expectativas pessoais com as questões práticas, reais, do governo nos territórios, indissociáveis da preservação dos equilíbrios sociais do poder, perturbados, de resto, com as atitudes de Câmara Coutinho. O consenso, nessa como em outras circunstâncias, nem sempre podia ser facilmente obtido face às divergências ou tensões com os poderes locais, e ainda mais quando os governadores, em sua maioria reinóis adventícios ao solo “pernambucano” ou mesmo americano, deparavam-se com um território imenso, com redes de solidariedade política plenamente estabelecidas, ou, pelo contrário, com rivalidades faccionais fervilhantes. Mas, sobretudo, quando eram confrontados com tradições da governança local ou com situações completamente aleatórias e que eram, por vezes, alheias à sua própria vivência pessoal como, por exemplo, as formas cotidianas de resistências escravas, o combate aos mocambos ou o governo dos ameríndios.

Já o segundo excerto foi extraído da introdução de um alvitre¹¹ escrito por um dos informantes que, como veremos, era um dos mais capazes de contornar tanto a questão da inexperiência quanto a da rotatividade de homens no cargo de governador, nomeadamente, o Secretário de Governo. Este papel foi oferecido por Antonio Barbosa de Lima ao Marquês no final de seu mandato, louvando o esforço de emular os comportamentos do antecessor e garantir, com efeito, uma linha de continuidade entre os dois governos. Continuidade raramente atingida face a tantos, diferentes e descontínuos perfis de governadores que são apresentados no restante do alvitre.

Escrito em tom elogioso na intenção de ser um “pequeno tributo como testemunho” do “afeto cordial, reverente e obrigado” do Secretário ao Governador¹², o alvitre faz um trocadilho com a toponímica contida no título do Marquês – *Monte Belo* – e apresenta o que Barbosa de Lima considera ser um “retrato ou símbolo de todos e diversos Governos que experimentou o Brasil”, valendo-se de alegorias que comparam as marcas características de diversos governadores à imagem física ou simbólica de quatorze montes localizados na península itálica ou referidos na literatura greco-latina e ainda no antigo testamento. No desfecho do alvitre, ele

¹⁰ BCUC, Manuscritos, Miscelâneas, 338, “*Breve compêndio do que vai obrando n’este governo de Pernambuco o senhor governador Antonio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho*”; Biblioteca Pública de Évora, Relação do que passou na guerra com os negros de Palmares nos sertões de Pernambuco In: Códice CXVI, nº 8; *Relação do Último Assalto a Palmares*. Transcrição Maria Lêda de Oliveira. Em: *Afro-Ásia*, n. 33, 2005, pp. 251-324.

¹¹ Alvitre, de acordo com Raphael Bluteau, refere-se à ação de “inculcar inventiva útil, & cômoda, ou proposição, ou conselho para boa direção de algum negócio”, ou, simplesmente, um conselho. **VLP**.

¹² British Library, 21.000, fl. 182.

acrescenta, não por acaso, uma lista dos quatorze governadores que desde a Restauração tinham servido em Pernambuco, mas esclarece que as alegorias não correspondem unicamente “aos Governos de Pernambuco, porque fazendo-se de todos os do Brasil um misto perfeito nele se conhecem confusamente vários gênios, vários costumes e vários modos na administração da República”¹³. Sua explanação faz claras associações entre as diferentes personalidades e as formas de governo.

Citemos apenas alguns. O Secretário compara, por exemplo, “uns governadores de boa conversação, de gênio alegre e tratável, amigos, quanto podia ser do entretenimento e regalo” aos “*Montes Pindo e Parnasso*, habitados só de Apolo e das Musas”, enquanto outros, “de natural tão frio que mais o não podia ser o [*Monte*] *Apenino*, coberto de igual parte de neve no verão e no inverno”¹⁴. Refere também aqueles mais passivos que como o *Monte Himeto*, está “sempre cheio de mel e de flores”, mas vive “povoado de abelhas que ao princípio [são] reverentes e inocentes” mas “depois quiseram usar do ferrão”. Outros que deliberadamente escolhem más companhias são comparados ao *Monte Ossa*, pois andavam rodeados de “gente, que se não podia distinguir se era homens inteiros ou meios corpos, ou para dizer melhor, semibrutos”, sendo “amigo[s] só de alimentar centauros e hipocentauros”. Há também os que não escolhiam parcialidades, mostrando-se sempre “superiores e imóveis como o *Monte Olimpo*” que se cercam de “nuvens sempre pacatos; e sempre sem perturbações porque muito chegados ao Céu; governando-se com conselhos diversos sem deixar aos meios humanos que pode sugerir a prudência virtuosamente política”, e à semelhança deste, os que são como o *Monte Atalante*, “grandes na prudência, e Conselho, e não ficam porque se representaram superiores ao mesmo [conselho]”, assim “desprezando o parecer de todos porque inferiores” tinham a certeza “de [que] per si só eram capazes de sustentar não somente a carga de qualquer Governo ou Estado, mas ainda a máquina imensa do céu”¹⁵. Houve alguns prelados “dedicados totalmente a Deus, desejaram logo ver-se fora de negócios militares e das ocupações e contendas do século”¹⁶, figurados como o *Monte Vaticano*, aos quais se opõe outros “de gênio demasiadamente Reformativo saindo a cada passo com novos bandos e leis acompanhadas comumente de trovões e rigor de penas formidáveis” com as quais “atemorizaram os povos

¹³ British Library, 21.000, fl. 182. Itálico nosso.

¹⁴ British Library, 21.000, fl. 182v. Itálico nosso.

¹⁵ British Library, 21.000, fl. 183. Itálico nosso.

¹⁶ De todos, é o único que se pode associar claramente ao Bispo D. Matias de Figueiredo e Melo, que governou interinamente depois da morte de Fernão Cabral. British Library, 21.000, fl. 182v.

mais que o *Monte de Sinai* aos israelitas quando se deu as leis a Moisés com todo grande estrondo que para não ouvirem estes trovões todos se tapavam os ouvidos”¹⁷.

Uns tratáveis e de bom temperamento, outros frívolos ou apáticos. Uns pouco seletivos com as companhias e outros que escolhem deliberadamente as más. Uns que “pouco governam” ou se preocupam com questões “do século”, e que são claramente opostos aos de perfil interventivo e tão rigoroso que, atemorizando a todos, acabam por não ser ouvidos. Mas, principalmente uns que tomam conselhos a qualquer pessoa, mas não aos práticos do governo, e outros que os ignoram completamente aconselhando a si próprios, pagando pelo próprio orgulho. Em resumo, Pindo e Parnaso, Apenino e Atalante, Ossa e Olimpo, Himeto e Sinai, são tanto alegorias para caracterizar a diferença no perfil dos antecessores, como são artifícios retóricos para ressaltar qualidades desejáveis ou indesejáveis em um governador.

O mais interessante é que, para além da temperança e da reserva que deve ter com as benesses distribuídas e com as companhias evitadas ou escolhidas, as qualidades de um bom governador são relacionadas, em repetidas alegorias, à capacidade de escutar os conselhos dos que têm experiência para os dar. Experiência que sobejava aos secretários de governo que atuavam por anos seguidos como guardiães dos papéis do Governo e da memória burocrática. Tal como no alvitre oferecido em 1710 ao filho de Montebelo, Félix José Machado, os conselhos ilustram o papel que os secretários pretendiam ter enquanto informantes de peso dos sucessivos governadores, compensando tanto a falta de experiência com a governança do imenso distrito, quanto a transitoriedade que caracteriza a concessão precária do posto.

Este preâmbulo serve para ilustrar que a questão debatida no decorrer deste capítulo era já percepcionada no período em que tratamos, nomeadamente, a de como garantir a continuidade das práticas de governo diante da rotatividade dos homens no cargo. Problema que se cruza de um lado, com as ambições, experiências e perfis individuais dos sucessivos governadores, e, de outro, com as estruturas materiais capazes de dar corpo e visibilidade permanente ao Governo. O capítulo está organizado em dois tópicos. No primeiro, observamos os critérios adotados pela Coroa na seleção dos governadores, avaliando seus diferentes perfis e trajetórias individuais. Caracterizada a diversidade dos ocupantes, tratamos, no tópico seguinte, do processo de consolidação das estruturas que davam materialidade político-institucional ao Governo de Pernambuco garantindo-lhe visibilidade espacial e continuidade temporal, nomeadamente a sede da residência dos governadores bem como a formação da Secretaria de Governo.

¹⁷ British Library, 21.000, fl. 183.

2.1 Padrões de recrutamento e o perfil dos Governadores de Pernambuco

No período *ante bellum*, como refere Evaldo Cabral de Mello, a indicação de homens para o governo da capitania de Pernambuco era prerrogativa dos donatários que quando não o exercitavam pessoalmente, delegavam-no a “parentes e aderentes” da família Albuquerque Coelho, quase todos “indivíduos domiciliados na terra, consoante a prática nas capitanias donatarias”¹⁸. E ainda que estes provimentos estivessem eventualmente sujeitos à confirmação régia¹⁹, foi só no período posterior à capitulação neerlandesa que a Coroa passou a controlar os processos de seleção dos governantes de forma direta. A mudança no estatuto jurídico da capitania, antes donatária e agora régia, foi acompanhada por alterações assinaláveis nos critérios de recrutamento dos governantes. A começar pela naturalidade dos agraciados, doravante reinóis, em sua esmagadora maioria desprovidos de experiência ou de vínculos previamente estabelecidos com o território. Basta referir que 23 dos 25 governadores efetivos que passaram por Pernambuco entre 1648 e 1756 eram nascidos no reino, pois apenas André Vidal de Negreiros e Fernão de Sousa Coutinho eram naturais, respectivamente, da Paraíba e de Pernambuco e este último, ainda assim, viveu a maior parte da vida em Portugal²⁰.

Distanciamento que, nas palavras de Mello, foi visto pela elite restauradora de Pernambuco com alguma frustração, pois esta, considerando-se merecedora da “gratidão imorredoura da Coroa”, almejava que “o papel” do Donatário e dos seus loco-tenentes antes da guerra fosse, dali em diante, “desempenhado pela Câmara de Olinda e pelo governador escolhido por El-Rei entre a gente da terra”²¹. Mais do que uma especificidade local, este pode ser caracterizado como um padrão global no provimento das principais capitanias entre a segunda metade do século XVII e por todo o XVIII. Como referem Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, o progressivo controle que se observa, principalmente, a partir da consolidação da dinastia brigantina sobre os processos de seleção dos governantes das diferentes capitanias faz sobressaltar “a dimensão mais imperialista do império português”, uma vez que “a política régia de nomeações, porque exterior aos quotidianos locais, impunha modelos e práticas políticas do centro sobre as periferias”²². Política na qual, tornamos a referir,

¹⁸ Mello, Evaldo Cabral. *Rubro Veio...*, p.110

¹⁹ Em Pernambuco, esta intervenção começa a ser sentida desde o início do século XVII, quando Filipe II, aproveitando-se da menoridade do quarto donatário de Pernambuco, nomeia um capitão-mor sem consultar o procurador. Dutra, Francis A. «Centralization vs. Donatarial Privilege: Pernambuco (1602-1630)». Em *Colonial roots of Modern Brazil*. ed. Dauril Alden. (Los Angeles: University of California Press, 1973). p. 34. Saldanha, *As capitanias do Brasil...*, p. 175-176.

²⁰ *DBGP*, pp.206-7.

²¹ Mello, *Rubro Veio...*, p. 109.

²² Cunha, Monteiro «Governadores e capitães-mores...». p. 239.

“a desterritorialização do poder dos governantes” era entendida como conveniente “à eficácia da ação política”²³.

Mas, não só a naturalidade era tida em conta nos critérios de recrutamento dos governantes, pois, de acordo com antiguidade ou com a importância do território, diferentes questões eram levadas em consideração, tais como o estatuto social, a carreira e a experiência pessoal dos agraciados²⁴. Sendo o governo de uma das principais, mais prósperas e antigas capitanias da América, talvez dignificada por ser palco de combate aos protestantes²⁵, o de Pernambuco chega a constar ao final de uma relação dos “postos grandes [...] graduando os conforme a estimação que se fez e faz de cada um”, escrita no início da década de 1650. Lista que revela a percepção da corte acerca da hierarquização dos espaços. Logo no topo aparece o vice-reinado da Índia, seguido dos lugares de “presidências de conselhos e os postos cimeiros do governo do reino e o do reino do Algarve”, do governo-geral do Brasil, dos do Norte de África, dos governos de armas do reino, da Madeira e dos Açores²⁶. A seguir a todos estes, Pernambuco figura ao lado de outros governos de maior importância como Angola, Rio de Janeiro e Maranhão.

Conforme esta percepção hierarquizada dos espaços políticos, fica claro que os critérios de seleção dos Governadores de Pernambuco entre meados do século XVII e meados do XVIII não chegavam a ser tão apertados quanto os que considerados no provimento dos vice-reis da Índia e mesmo do governo-geral do Brasil, mas distinguem-se de forma clara e evidente das capitanias menores. Nos próximos tópicos, exploramos os procedimentos que regiam os processos de nomeação, bem como o perfil dos agraciados com o cargo.

2.1.1 Os procedimentos de nomeação e o perfil dos candidatos

Importa esclarecer os procedimentos mais ou menos formais que orientavam a seleção dos governadores por parte da Coroa. De acordo com Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, a partir de 1643, a nomeação dos governadores e capitães-mores de todo o império, salvo os governos da Índia e do Estado do Brasil, passou a ser precedida de concursos organizados pelo Conselho Ultramarino²⁷. Após anúncios públicos, colocados em editais, procedia-se à “apresentação espontânea de candidaturas”, de modo que cabia aos próprios

²³ Cunha, Monteiro «Governadores e capitães-mores...», p. 239.

²⁴ Cunha, Monteiro «Governadores e capitães-mores...», p. 211-212.

²⁵ Cruz, M. D. da «From Flanders to Pernambuco: Battleground Perceptions in the Portuguese Early Modern Atlantic World». *War in History*. 2017. p.25.

²⁶ Cunha, Monteiro «Governadores e capitães-mores...», p. 208.

²⁷ Cunha, Monteiro «Governadores e capitães-mores...», p.211-212.

indivíduos submeter-se aos procedimentos concursais, apresentando suas respectivas folhas de serviços, “alvarás de lembrança ou cartas régias para a ‘vagante dos providos’ para os postos de governo”²⁸ acompanhados de uma petição ao Secretário do Conselho Ultramarino. Findo o prazo de quinze dias para a apresentação, os conselheiros se reuniam, deliberavam e escolhiam três ou quatro candidatos, elaborando, uma *Consulta*, indicando, ao final, o mais capaz por unanimidade ou por maior número de votos²⁹. Ainda de acordo com os dois autores, no “caso dos governos mais importantes, a consulta subia ao Conselho de Estado, nos períodos em que este funcionou como órgão central da decisão política, quando era consultado antes do régio despacho final”³⁰.

Tais procedimentos, no entanto, nem sempre eram seguidos. Os soberanos ignoraram pelo menos seis de um total de dezessete candidatos apresentados em consulta pelo Conselho Ultramarino entre 1666 e 1724, elegendo outros indivíduos que sequer tinham apresentado candidaturas³¹. Em outros casos, sequer eram realizados concursos como ocorreu na nomeação de D. Pedro de Almeida, feita por decreto régio³², atitude que causou alguma inquietação e que levou o Conselho a apresentar uma Consulta ao príncipe regente, D. Pedro II. Nela, os conselheiros acatam a nomeação e procedem aos despachos necessários, por considerar que o candidato tinha todas as “qualidades e partes” pelas quais se fazia “digno desta e de maiores ocupações”, mas registam “o justo sentimento com que se acha” o Conselho de “se haver feito esta nomeação sem preceder de consulta”, pois não obstante a “suprema regalia dos Príncipes”, que os permite fazer “tudo o que são servidos”, convinha preservar “a autoridade dos seus conselheiros, que representam a sua real pessoa”, permitindo ao “Conselho [que] exercite aquela jurisdição que Sua Alteza lhe tem dado e permitido”³³.

Todavia, no transcurso do século XVIII, a realização de concursos para o preenchimento dos governos das capitanias principais vai se tornando cada vez menos frequente. Monteiro e Cunha concordam que, esta mudança reflete certas “modificações no funcionamento da administração central”, que tomam lugar em meados do reinado de D. João V, quando “o

²⁸ Cunha, Mafalda. «Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas (1580-1640)» Em: *Na trama das redes: política e negócios no mundo português, séculos XVI-XVIII*. orgs. Frago, João e Gouvêa, Maria de Fátima. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010). p. 123.

²⁹ Bardwell, Ross Little. «The Governors of Portugal’s South Atlantic Empire in seventeenth century: social background, qualifications, selection and reward». Ann Arbor, Michigan: University Microfilms International, 1975, p. 104.

³⁰ Cunha, Monteiro «Governadores e capitães-mores...», p. 212.

³¹ Todos de finais do século XVII e início do XVIII, nomeadamente: Antonio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, Antonio Félix Machado, Caetano de Melo e Castro, Félix José Machado, Manuel Rolim de Moura e Duarte Sodré Pereira. AHU, Códices Cód. 18, fl. 170-171, 172v-175, 286-287v; Códice 20, fls 291v-294v, Códice 21, fls 380-381v, AHU, Códice 22, fls 92-95.

³² AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 10, D. 981.

³³ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 10, D. 981.

modelo de decisão baseado nas consultas aos vários conselhos e com consulta final do Conselho final do Conselho de Estado”, praticado desde a restauração foi “abandonado definitivamente” em favor de modalidades alternativas de seleção, que se baseavam na realização de juntas convocadas especialmente para o efeito, e na qual intervinham os novos Secretários de Estado e outras personalidades importantes da Corte³⁴. Com relação aos restantes, basta referir que depois da realização do concurso que indicou o nome de Duarte Sodré Tibão, em 1731, a prática só seria retomada vinte anos depois, e mesmo assim sem eleger-se um candidato favorito entre os conselheiros³⁵.

Em todo caso, uma vez que a apresentação de candidaturas era voluntária, convém então aferir o perfil dos homens que **concorreram** ao Governo de Pernambuco até o período em que a realização desta modalidade de provimento entrou em declínio. Como referimos, este era um dos governos mais importantes e prestigiados da monarquia até, pelo menos, o início do século XVIII. A corroborar com esta ideia, Ross Little Bardwell demonstrou que, no conjunto dos governos mais importantes do espaço Atlântico, e entre os anos de 1652 e 1696, este lugar era tão concorrido quanto os do Maranhão e Rio de Janeiro, e pouco menos disputado que o de Angola, de modo que em oito concursos realizados neste período, concorreram 44 candidatos³⁶. Através das *consultas* apresentadas pelo Conselho para a nomeação dos governadores de Pernambuco, conseguimos avançar com as balizas cronológicas, considerando o perfil de 65 candidatos que concorreram nos dezessete concursos realizados entre 1666 e 1751. A Tabela 1, na página seguinte, apresenta um esforço de síntese acerca dos dois critérios que mais pesavam na escolha dos candidatos no momento de apresentação do interesse em concorrer ao governo: o estatuto social e os serviços prestados à monarquia.

Através do perfil dos homens que concorreram ao Governo de Pernambuco, é possível observar a sua importância, principalmente face às capitanias menores. A primeira diferença se observa no estatuto social dos candidatos. É verdade que o posto não chegava a atrair tantos membros da primeira nobreza³⁷ quanto o governo-geral do Brasil ou o vice-reinado da Índia, de modo que apenas 13 dos 65 candidatos podem ser assim classificados por ostentarem títulos ou pertencerem a casas titulares, serem detentores de cargos palatinos, comendadores ou com

³⁴ Cunha, Monteiro «Governadores e capitães-mores...», p. 213-214.

³⁵ AHU, Códice 25, fls. 211-212.

³⁶ Bardwell, «The Governors of Portugal's...», p. 260.

³⁷ Nesta classificação, adotamos os mesmos critérios que Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha que identificam “uma “primeira nobreza”, na qual estão incluídos “os filhos de titulares, de senhores de terras, de comendadores, de detentores de cargos palatinos que pertenciam a um ramo reconhecido de uma linhagem principal do reino. Porém, para todo o período considerado, o grande problema é o da existência de zonas de fluidez no espaço nobiliárquico”. Cunha, Monteiro «Governadores e capitães-mores...», p. 215.

senhorios jurisdicionais. Mas não deixa de ser um governo de importância, no qual pelo menos 58% dos pretendentes eram fidalgos, assemelhando-se, como referido anteriormente, aos padrões encontrados nas praças do Norte de África³⁸.

Tabela 1. Síntese do Perfil dos Candidatos ao Governo de Pernambuco (1666-1751)

Perfil dos Candidatos	Candidatos	Percentuais
Estatutos Sociais		
Primeira Nobreza	13	20%
Fidalgo	38	58%
Não referidos	27	42%
Total	65	100%
Trajetórias Anteriores		
Governadores de Armas Províncias	6	9%
Mestres de Campo ou Generais ³⁹	15	23%
Postos Superiores de Comando ⁴⁰	51	78%
Capitães de Mar e Guerra	8	12%
Veteranos de Guerras	43	66%
Governos Ultramarinos	15	23%
Não referidos	2	3%
Total de Candidatos	65	100%
Tempo de Serviço à Coroa		
1 até 10 anos	3	5%
11 até 20 anos	19	29%
21 até 30 anos	8	12%
31 anos ou mais	6	9%
Não referidos	29	45%
Total de Candidatos	65	100%

Fonte: AHU, Consultas Mistas, Códices 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23.

Além do estatuto social, outra característica comum entre quase todos os candidatos está associada ao seu perfil esmagadoramente militar. Em meio ao conjunto dos candidatos, apenas um, D. Lourenço Sottomayor não apresentou qualquer experiência em postos militares, mas apenas o foro de fidalgo, razão pela qual foi excluído face aos restantes pretendentes⁴¹. Com efeito quase todos os candidatos tinham seguido a carreira das armas. Dentre o universo de 36 para os quais foi possível identificar o tempo de serviço, observamos que quase todos, com exceção de três, atuavam há mais de dez, vinte, trinta ou até mais anos. Quando foi nomeado para Pernambuco, em 1684, João da Cunha Souto Maior tinha uma longuíssima folha de

³⁸ Cunha, Monteiro «Governadores e capitães-mores...», 2005.

³⁹ Nomeadamente os Mestres de Campo Generais e os Generais da Artilharia.

⁴⁰ Consideramos nesta categoria todos os postos de comando militar superiores ao de capitão de infantaria ou de cavalos, incluindo comissários de cavalaria, coronéis, tenentes, ajudante do Marechal de Campo, sargentos-mores das tropas pagas

⁴¹ AHU, Códice 17, fls 286-287v.

serviços continuados por mais de 43 anos, e que só não era maior do que a de Duarte Sodré Tibão que, em 1731, tinha 47 anos de serviços acumulados. A promoção para o governo de Pernambuco era almejada por militares que tinham atingido, no mínimo, a patente de capitão de infantaria ou de cavalaria, indivíduos que se destacam entre 51 dos 65 apontados. Destes, pelo menos seis já haviam servido como Governadores de Armas das Províncias do Reino e nada menos que quinze (23%) atingiram os postos de Mestre de Campo ou de General da Artilharia. Há ainda alguns que, além dos serviços em terra, prestaram também serviços na marinha como Capitães de Mar e Guerra, seja comboiando as frotas do açúcar e do ouro ou mesmo lutando em armadas na costa, no mediterrâneo ou nos mares asiáticos.

Ao longo de todo o período, pelo menos 66% dos candidatos eram veteranos de guerras na península ou nas conquistas. Dentre os 65 indivíduos, ao menos 25 serviram na Guerra de Restauração (1640-1668) e pelo menos nove participaram da Guerra de Sucessão Espanhola (1704-1714). Fora do reino, oito lutaram no Estado da Índia, apenas dois na recuperação da Bahia aos Holandeses (1625), meros quatro participaram na Restauração Pernambucana (1645-1654) e apenas dois, Sebastião da Veiga Cabral e Dietônio Zagalo Preto, lutaram nas expedições à Colônia do Sacramento no início do século XVIII.

Além das carreiras militares nas conquistas, 15 dos 65 candidatos identificados já tinha servido como governadores ou capitães-mores nas praças ultramarinas. No Norte de África, quatro estiveram em Mazagão. Nas ilhas atlânticas, já tinham exercido o governo em Cabo Verde, um na Madeira e outro em São Miguel, nos açores. No Estado da Índia, temos D. Fernão Martins Mascarenhas de Lencastre, governador interino em 1691 e Jorge Sousa de Meneses, capitão-mor de Diu entre 1707 e 1709. Por fim, na América, quatro dos candidatos já tinham passado efetiva ou interinamente pelo governo do Rio de Janeiro, dois pelo do Maranhão, um pelo da Paraíba e outro pelo da Colônia do Sacramento. De todos estes, 12 serviram em apenas um governo antes de se candidatar ao de Pernambuco. José Pereira Sodré candidatou-se ao governo de Pernambuco por duas vezes, em 1689 e 1692, perdendo em ambas, tendo já passado pelos governos de Cabo Verde e São Miguel. Seu filho, Duarte Sodré Tibão, acompanhou o pai em São Miguel, e antes de ser nomeado para Pernambuco, passou pelos governos da Madeira (1704-1712) e de Mazagão (1719-1724). Por fim, Manuel Rolim de Moura, seu antecessor em Pernambuco, nomeado ainda em 1720, passara já pelo Maranhão (1702-1705) e em seguida por Mazagão (1713-1719).

Um governo para o qual concorriam muitos fidalgos e um número razoável de integrantes de uma primeira nobreza de corte, quer os próprios titulares, varões, quer os secundogênitos. Quase todos reinóis, militares de alta patente, veteranos de guerra com décadas

de serviços. Alguns com experiências prévias no ultramar, seja em combates ou governos, e outros completamente adventícios. Este é o perfil de boa parte dos homens que se candidatavam ao Governo de Pernambuco, e constitui o quadro humano disponível às indicações do Conselho Ultramarino. Indicações que, como referimos, nem sempre eram seguidas pelo soberano e que foram perdendo espaço para outras modalidades de recrutamento entre finais do século XVII e o início do século XVIII.

2.1.2 *O perfil dos governadores escolhidos*

Traçadas as características dos candidatos, importa agora observar de forma um pouco mais aprofundada o perfil daqueles que foram escolhidos para o cargo de Governador. Consideremos os percursos anteriores e posteriores à posse dos indivíduos, a fim de que possamos situar a passagem por Pernambuco na carreira de cada um.

Entre 1648 e 1749, foram designados vinte e cinco governadores efetivos para Pernambuco. De início, convém lembrar que os escolhidos pelo monarca nem sempre eram recrutados no universo dos que apresentavam candidaturas ao Conselho Ultramarino. Na verdade, apenas dez dos governadores efetivos foram nomeados por expressa recomendação do Conselho Ultramarino. Ignoramos, até aqui, os trâmites que, na corte, culminaram com a seleção dos outros quinze. Os critérios de nomeação, contudo eram rigorosamente os mesmos: estatuto social, experiência militar e, em certos casos, experiência prévia em outros cargos da governança ultramarina.

Talvez a questão da qualidade de nascimento ou de estatuto seja a mais relevante, sobretudo nas nomeações que não levavam em conta os pareceres do Conselho Ultramarino. Para Nuno Monteiro, “a nomeação de governadores reinóis e tão nobres quanto possível visava [...] colocar no comando de cada capitania quem maior independência se supunha assegurar em relação aos interesses ou facções locais”⁴². Além disso, nunca é demais insistir que a dignidade do território demandava sujeitos com elevado estatuto social. Este critério de seleção pode acompanhado no Quadro 1, na página seguinte, por meio do qual se pode constatar que quase todos os governadores nomeados nos cem anos posteriores à capitulação neerlandesa eram portadores desta condição. Os dados consideram o perfil dos agraciados antes da nomeação.

⁴² Monteiro, Nuno G. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. 3ª edição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p.136-137.

Quadro 1. Estatuto Social dos Governadores de Pernambuco (1648-1756)

Governador	Casa Titular	Esposa Titular	Ord. Filial	Fidalgo	Senhorio Jurisdicional ou Alcaidaria-Mor	Comendador	Ord. Militar	Cargos na Casa Real
Francisco Barreto de Meneses (1648-1657)			IL		X		Cristo	
André Vidal de Negreiros (1657-1661)			SI	X	X	X	Cristo	
Francisco de Brito Freyre (1661-1664)			S	X		X	Cristo	
Jerônimo de Mendonça Furtado (1664-1666)			S	X	X		Malta	
Bernardo de Miranda Henriques (1667-1670)			S	X				
Fernão de Sousa Coutinho (1670-1674)			P	X	X		Cristo	
D. Pedro de Almeida (1674-1678)	X		S	X		X	Cristo	X
Aires de Sousa de Castro (1678-1682)			P	X		X	Avis, Cristo	
D. João de Sousa de Castro (1682-1685)	X	X	S	X	X	X	Cristo	X
João da Cunha Souto Maior (1685-1688)			S	X		X	Cristo	
Fernão Cabral (1688)			S	X	X			
Antônio Luís G. Câmara Coutinho (1689-1690)		X	P	X	X	X	Cristo	X
Antonio Félix Machado da Silva e Castro (1690-1693)	X		P	X	X	X	Avis, Cristo	X
Caetano de Melo e Castro (1693-1699)		X	S	X		X	Cristo	
Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre (1699-1703)			P	X			Cristo	
Francisco de Castro Morais (1703-1707)			P	X		X	Cristo	
Sebastião de Castro e Caldas (1707-1710)			S	X				
Félix José Machado M. Eça Castro e Vasconcelos (1711-1715)			P	X	X	X	Avis, Cristo	
D. Lourenço de Almeida (1715-1718)	X		S	X		X	Cristo	
Manuel de Sousa Tavares de Távora (1718-1721)		X	P	X		X	Cristo	
D. Manuel Rolim de Moura Tavares (1722-1727)			IL		X			
Duarte Sodré Tibão (1727-1737)		X	P	X	X			
Henrique Luís Pereira Freire (1737-1746)			S	X				
D. Marcos José de Noronha e Brito (1746-1749)	X	X	P		X			
Luís Correia de Sá (1749-1756)	X	X	S					
Total	6	7		21	12	13	17	4

Legenda: P= Primogênito; S= Secundogênito; IL = Ilegítimo; SI = Sem informações.

Fonte: Consultas Mistas, Códices 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23; FGNFP; MHGGP.

Dos vinte e cinco aqui considerados, seis pertenciam a casas tituladas no momento de sua nomeação, e outros quatro eram casados com filhas de nobres titulares. Destes, apenas D. Antonio Félix Machado, 2º Marquês de Montebelo e 2º Conde de Amares era o efetivo titular da casa no momento da nomeação. D. Marcos José de Noronha e Brito, apesar de ser o primogênito, só se tornaria o 6º Conde dos Arcos em 1750, um ano depois de deixar o governo de Pernambuco¹. Outros, como D. João de Sousa de Castro, D. Lourenço de Almeida e Luís Correia de Sá, eram filhos segundos de nobres titulares, a saber, do 2º Marquês das Minas, do 2º Conde de Avintes, e do 3º Visconde de Asseca, respectivamente. Já D. Pedro de Almeida, era irmão do 1º Conde de Avintes, D. Luís de Almeida, e tio avô de D. Lourenço².

Antonio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, não portava título e nem pertencia a casa titulada, mas ostentava um dos cargos mais importantes da Casa Real, servindo de Almotacé-Mor do Reino. Além disso, era casado com D. Constança da Silva, filha de Luís da Silva Telo, 2º Conde de Aveiras, cuja neta, D. Josefa de Noronha, filha do 3º Conde foi casada com Manuel de Sousa Tavares de Távora³. Caetano de Melo e Castro, também não tinha título, mas era casado com D. Mariana de Faro, filha do primeiro Conde da Ilha do Príncipe. Duarte Sodré Tibão, por fim, desposou D. Maria de Almeida, neta do primeiro Conde de Avintes⁴.

Aqueles que não pertenciam a casas titulares por nascimento ou por casamento, eram portadores de distinções sociais com caráter nobilitante. Onze descendiam de donatários de senhorios com jurisdição ou de alcaides-mores no momento do nascimento, condições que, por si, garantiriam a integração destes homens no Braço da Nobreza em Cortes⁵, e nos permitiriam incluí-los no grupo da primeira nobreza. Dentre estes, temos três cujo estatuto de grandeza coincidia com a posse de senhorios jurisdicionais, como é o caso de D. João de Sousa, do Marquês de Montebelo e de D. Marcos de Noronha e Brito, e outros oito que eram donatários de senhorios, mas não possuíam títulos. É o caso de Francisco Barreto, Senhor da Quarteira e Alcaide-Mor de Faro; André Vidal de Negreiros, agraciado com as alcaidarias-mores de Marialva e Moreira depois da Restauração Pernambucana; Jerônimo de Mendonça Furtado, Alcaide-Mor de Mourão; Fernão Cabral, Alcaide-Mor de Belmonte e Senhor de Azurara; Câmara Coutinho, senhor e donatário da capitania do Espírito Santo; Félix José Machado, sexto

¹ Ser ou não o titular não era, exatamente, um critério relevante nestes casos, quando a atribuição de títulos às casas era mais importante do que a atribuição aos indivíduos. Compartilhamos, nesse sentido, os mesmos critérios de classificação empregados por Nuno Monteiro, idênticos aos utilizados na época. Cf. Monteiro, *O crepúsculo dos grandes...*, p. 33-34.

² **MHGGP**, pp. 169, 245.

³ **FGNFP**, vol. XIII, p. 175, § 124.

⁴ **FGNFP**, vol. XXII, §98.

⁵ Monteiro, *O crepúsculo dos grandes...*, p. 31.

donatário das terras de Entre Homem e Cavado, herdadas de seu pai, e das alcaidarias-mores de Casal e Seixo do Ervedal; D. Manuel Rolim de Moura, décimo sexto senhor de Azambuja; e, por fim, Duarte Sodré Tibão, décimo primeiro donatário do senhorio de Águas Belas.

Os que não possuíam alcaidarias ou senhorios jurisdicionais, eram quase todos fidalgos da casa real. As únicas exceções eram Francisco Barreto de Meneses e Manuel Rolim de Moura Tavares, ambos filhos ilegítimos, e D. Marcos de Noronha e Luís Correia de Sá, ambos pertencentes a casas titulares⁶. A fidalguia parece, inclusive, ser um critério quase indispensável na seleção dos homens agraciados com o cargo de governador, ao contrário do que se verifica no perfil dos comandantes das capitanias menores, como os do Rio Grande e do Ceará, como demonstrou Leonardo Oliveira⁷.

Além destas, 13 dos 25 governadores eram Comendadores nas ordens militares de Cristo ou de Avis, das quais 16 indivíduos serão também cavaleiros professos. Jerônimo de Mendonça Furtado, cavaleiro na ordem de Malta⁸, acrescenta um décimo sétimo indivíduo ao grupo dos que eram detentores de hábitos. Mas, o que interessa destacar é que a posse combinada do foro de fidalgo e de comendas das ordens militares será a marca distintiva de alguns governadores que nem eram nascidos ou casados em casas titulares ou não possuíam senhorios jurisdicionais, como ocorre com Brito Freire, Aires de Sousa de Castro, João da Cunha Souto Maior e Francisco Castro Morais. Além destes, Fernão, ou Fernando, Martins Mascarenhas de Lencastre será o único que, não tendo títulos, senhorios ou comendas, tinha, pelo menos, o foro de fidalgo e o hábito da Ordem de Cristo.

Em síntese, pelo menos 13 indivíduos pertenciam, por nascimento ou casamento, à primeira nobreza do reino⁹. Destes, temos 5 dos 14 governadores nomeados para a segunda metade do século XVII, e 8 dos 11 nomeados para a primeira do XVIII, dado que nos permite identificar uma progressiva nobilitação dos escolhidos – especialmente dentre os que serviram da década de 1680 em diante. Vale acrescentar que dentre os 13 que podem ser incluídos na primeira nobreza, apenas três foram indicados por consultas ao Conselho Ultramarino, que tomaram em conta, justamente, o seu estatuto social elevado¹⁰. É provável que o critério de

⁶ Nas quais a fidalguia nem sempre coincidia com a Grandeza.

⁷ Oliveira, Leonardo Paiva de. «Capitães-Mores das Capitanias do Norte: Perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656-1755)». Dissertação de Mestrado, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. p.108.

⁸ Há dúvidas quanto se chegou a professar ou se pediu dispensa do celibato requerido para admissão na ordem.

⁹ É discutível, entretanto, se seriam todos seriam Grandes ou mesmo integrantes de uma primeira nobreza de corte, pois talvez nem todos residissem em Lisboa. Monteiro, *O crepúsculo dos grandes...*, p. 31-32.

¹⁰ É o caso de D. João de Sousa, D. Lourenço de Almeida e Manuel de Sousa Tavares, tido como “fidalgo de reconhecida qualidade”, talvez por ser casado com a filha de um titular ou por ser Comendador. AHU, Códice 17, fl. fls 314v-316v, Códice 21, fls. 8v e 250.

seleção dos outros dez, nomeados sem indicação do Conselho, tenha sido precisamente o mesmo, e através do qual o monarca tentou garantir que o governo fosse exercitado por homens com maior estatuto social do que os que se candidataram, preservando, com isso, a autoridade social exigida para o lugar¹¹.

Com efeito, apenas três dos vinte e cinco nomeados entre 1648 e 1749 não possuíam qualquer signo de distinção para além do foro de fidalgo, como é o caso de Bernardo de Miranda Henriques, Sebastião de Castro e Caldas e Henrique Luís Pereira Freire. Em compensação, quase todos tinham longas folhas de serviço ou experiência anterior em governos militares, critérios de extrema importância no recrutamento dos governantes, como ilustra o quadro 2.

¹¹ Critério, aliás, cada vez mais comum. Cf. Cunha, Monteiro, 2005, p. 211-212.

Quadro 2. Carreiras militares e trajetórias governativas dos governadores (1648-1749)

Governador	M.de Campo	Gov. de Armas	Outros Postos	Guerras ou Locais de Serviço	Postos de Governo Anteriores	Postos Posteriores
Francisco Barreto de Meneses (1654-1657)	X		Cap. de Cavalos	Aclamação, Restauração Pernambucana	Cabo Verde	Governo-Geral do Brasil (1657-1663)
André Vidal de Negreiros (1657-1661)	X		Cap. da Infantaria	Restauração Pernambucana	Maranhão (1655-1656)	Angola (1661-1666) Int. Pernambuco (1667)
Francisco de Brito Freyre (1661-1664)			Almirante da Armada	Aclamação, Restauração Pernambucana		
Jerônimo de Mendonça Furtado (1664-1666)	X		Cap. de Cavalos	Aclamação		
Bernardo de Miranda Henriques (1667-1670)			Cap. Cavalos Angola	Aclamação; Angola		
Fernão de Sousa Coutinho (1670-1674)			Gen. Artilharia. Minho	Aclamação		
D. Pedro de Almeida (1674-1678)	X		Almirante da Armada	Aclamação, Restauração Pernambucana		
Aires de Sousa de Castro (1678-1682)	X		Capitão de Cavalos de Couraças	Aclamação		
D. João de Sousa de Castro (1682-1685)	X	Minho	Gen. Artilharia. Minho	Aclamação		
João da Cunha Souto Maior (1685-1688)		Minho	Comissário Geral	Aclamação		
Fernão Cabral (1688)	X		Cap. de Cavalos	Aclamação		
Antônio Luís G. Câmara Coutinho (1689-1690)			Cap. Mar e Guerra	Aclamação		Governo-Geral Brasil (1690-1694)
Marquês de Montebelo (1690-1693)			Cap. Infantaria			
Caetano de Melo e Castro (1693-1699)			Comandante de Galera	Índia	Rios Sena e Sofala(1682-1686)	Vice-Rei Índia (1697-1701)"
D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre (1699-1703)			Cap. de Fortalezas	Índia	Interino Estado da Índia (1691)	Vice-Rei Índia (1702-1707)
Francisco de Castro Morais (1703-1707)	X		Tem. Gen. Artilharia,		Interino Rio de Janeiro (1697-1699)	Rio de Janeiro (1705-1709)
Sebastião de Castro e Caldas (1707-1710)	X		Comissário da Cavalaria nas BeiraS	Aclamação; Sucessão Espanhola	Rio de Janeiro (1695-1697)	Rio de Janeiro (1709-1711)
Félix José Machado (1711-1715)	X		Cap. Artilharia Convés	Sucessão Espanhola		
D. Lourenço de Almeida (1715-1718)		Beira	Fiscal das Armadas	Índia, Sucessão Espanhola		
Manoel de Sousa Tavares de Távora (1718-1721)	X		Coronel de Infantaria	Norte de África	Mazagão (1702-05)	Minas Gerais (1720-1732)
D. Manoel Rollim de Moura (1722-1727)		Alentejo	Coronel. Cav. Beira	Sucessão Espanhola	Maranhão (1702-1705); Mazagão (1713-1719)	
Duarte Sodré Tibão (1727-1737)			Cap. Mar e Guerra		Madeira (1704-1712); Mazagão (1719-1724)	
Henrique Luís Pereira Freire (1737-1746)			Aj. Ordens do Gen. Extremadura	Sucessão Espanhola		
D. Marcos de Noronha e Brito (1746-1749)			Cap. de Cavalos			
Luís Correia de Sá (1749-1756)			Cap. Inf. da Marinha			Goiás (1749-1755); Vice-Rei Brasil (1755-1760)
Total	11	4	25	20	9	8

O cargo de governador era, acima de tudo, o de supremo comandante militar no âmbito da Capitania, de maneira que a experiência nas armas era critério indispensável em rigorosamente todos os casos. Todos os governadores efetivos, incluindo os que foram selecionados em virtude do elevado estatuto social, prestaram serviços militares com posto superior ao de capitão, quer de infantaria ou de cavalaria em terra, ou como capitães de mar e guerra. Pelo menos dezoito chegaram aos postos do topo da hierarquia militar antes de serem nomeados, pois seis tinham exercido governos de armas nas províncias do reino, onze chegaram a alcançar a patente de Mestre de Campo, e mais um, Fernão de Sousa Coutinho, chegou a ser General da Artilharia no Minho. Outros cinco ocuparam posições de destaque na marinha, dois com posto de Almirantes, um Fiscal das Armadas, um Capitão de Mar e Guerra e mais um que serviu como Comandante de Galera. Trata-se, sem dúvida, da nata da elite militar do reino.

Mas, além da ocupação de postos, um outro critério de relevância parece ser a participação em guerras. Basta dizer que onze dos quatorze governadores da segunda metade do século XVII receberam o posto como prêmio pelos serviços prestados na Guerra de Restauração (1640-1668), acumulados, no caso de três indivíduos, com serviços em Pernambuco e em Angola¹. Fora do reino, a participação **exclusiva** na Restauração Pernambucana serviu apenas à premiação de André Vidal de Negreiros. Mas, com a virada do século parece que os serviços prestados nas conquistas passam a ser levados em maior consideração dentre os nomeados, tal como vemos com Caetano de Melo e Castro, D. Fernando Martins e Manuel de Sousa Tavares, agraciados com o posto pela prestação de serviços na Índia e no Norte de África. Além destes, cinco dos onze governadores nomeados na primeira metade do século XVIII serviram na Guerra de Sucessão de Espanha (1701-1714), dentre eles o próprio D. Lourenço de Almeida que também lutou no norte da Índia.

Outro critério que passa a ser especialmente relevante na virada para o século XVIII, tal como a participação em conflitos, será a ocupação de postos de governo no ultramar. Apenas três dos quatorze governadores que passaram por Pernambuco na segunda metade do século XVII já tinham ocupado postos de governo, ao passo que seis dos onze da primeira metade do XVIII tiveram experiências anteriores em um ou dois governos ultramarinos. Até a nomeação de Caetano de Melo e Castro, que antes de ir para Pernambuco serviu como Governador-Capitão-General dos Rios Sena e Sofala, em Moçambique, apenas Francisco Barreto e André Vidal tinham exercido governos, nomeadamente em Cabo Verde e no Maranhão. No século

¹ Padrão, aliás, já sugerido por Evaldo Cabral de Mello. Mello, *Rubro Veio*...p.110.

XVIII, temos cinco que exerceram um único governo antes de ir para Pernambuco, a saber: D. Fernando Martins² e Francisco Castro Morais, que já tinham governado o Estado da Índia e o Rio de Janeiro, respectivamente, na qualidade de interinos; Sebastião de Castro e Caldas, que governou o Rio de Janeiro entre 1695 e 1697 e Manuel de Sousa Tavares que governou Mazagão entre 1702 e 1705; e outros dois que exerceram, cada um governos ultramarinos, concluindo suas trajetórias na Capitania, a saber, D. Manuel Rolim de Moura, governador do Maranhão entre 1702 e 1705 e de Mazagão entre 1713 e 1719³; e, por último, Duarte Sodré Pereira Tibão, que governou a Ilha da Madeira de 1704 até 1712 e Mazagão de 1719 até 1724.

Se observamos atentamente, veremos que se a experiência em governos ultramarinos era importante, apenas três dos vinte e cinco governadores tinham servido em governos na América, nomeadamente no Maranhão e no Rio de Janeiro. É por isso, relevante, situar a passagem pelo Governo de Pernambuco no conjunto dos percursos de vida dos indivíduos. Para grande parte dos governadores nomeados, especialmente os da segunda metade do século XVII, mas também para alguns do século XVIII, o posto de governador era concedido como prêmio que coroava o fim de longas carreiras de serviço nas armas, como João da Cunha Souto Maior, que tinha meros 43 anos de serviço ao monarca. Este é o caso de todos aqueles que serviram na Guerra de Restauração, alcançando altas patentes, foros de fidalguia e, logo em seguida, retornavam ao reino. Mas também acaba por ser o fim das trajetórias de outros, especialmente no início do século XVIII, que já haviam servido em outros postos de governo no ultramar e chegavam a Pernambuco com avançada idade, como ocorre com Sebastião de Castro e Caldas, nomeado aos 60 anos, D. Manuel Rolim de Moura, nomeado aos 54 e Duarte Sodré Tibão, nomeado aos 61 anos. No século XVIII, em visível contraste, o provimento também poderia atender àquela oportunidade única que filhos secundogênitos de Casas em notória ascensão – como Henrique Luís Pereira Freire, irmão do futuro Conde de Bobadela – ou das pequenas Casas tituladas – como Luís Correia de Sá – tinham de exercer postos no ultramar.

Mas, observando os cargos exercidos pelos governadores depois da passagem por Pernambuco, constatamos que o governo poderia representar, na verdade, um lugar intermediário para indivíduos que quisessem galgar postos mais elevados. É o que se observa nos casos de Francisco Barreto de Meneses, que já tendo governado Cabo Verde, saiu de

² Posição que lhe rendeu a indicação para Pernambuco, conforme o parecer do Conselho Ultramarino, que o escolheu por ser “fidalgo e ocupar um posto mais importante que os outros” candidatos. AHU, Códice 19, fl. 64.

³ D. Manuel Rolim teve sua trajetória esmiuçada por Fabiano Vilaça dos Santos, juntamente à de outros governadores do Maranhão. Cf.: Santos, Fabiano Vilaça. «Governadores e capitães-generais do Estado do Maranhão e Grão-Pará e do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1702 a 1780): trajetórias comparadas». *Revista Crítica Histórica*, Vol. 8, n. 16, 2017.

Pernambuco e foi provido no Governo-Geral na Bahia; de André Vidal, que de Pernambuco foi depois nomeado Governador de Angola; de Caetano de Melo e Castro, que já tinha servido em Moçambique, saiu de Pernambuco e chegou a ser Vice-Rei da Índia; e, por fim, de D. Fernando Martins Mascarenhas e Francisco Castro Morais que continuaram suas carreiras no Governo do Rio de Janeiro.

Além disso, para um grupo razoavelmente modesto de filhos da primeira nobreza aspirantes aos mais altos postos da monarquia e das conquistas, a passagem por Pernambuco representava a oportunidade de se ter um primeiro contato com um Governo ultramarino. Quando chegou em Pernambuco, Câmara Coutinho tinha já 50 anos, e depois de seu breve mandato, seguiu para o Governo-Geral onde esteve de 1690 até 1694 sendo, poucos anos depois, nomeado Vice-Rei da Índia, posto que exerceu de 1697 até poucos meses antes de sua morte, quando regressava ao reino, em 1702. D. Lourenço de Almeida, a seu turno, chegou com mais de 44 anos, idade também avançada, e ao fim de seu mandato seguiu para a capitania das Minas, a qual governou por doze anos, de 1720 até 1732⁴. Por fim, o 6º Conde dos Arcos, chegou em Pernambuco com apenas 34 anos, deixando-o três anos mais tarde com nomeação para a Capitania de Goiás, onde governou de 1749 até 1755, e de lá seguiu para a Bahia, onde serviu de Vice-Rei do Brasil por mais cinco anos.

Em resumo, um governo assumido por homens que tinham entre os 34 e os 61 anos, quase todos reinóis, fidalgos e recrutados entre os comandantes do topo do exército ou da marinha portuguesa. Na segunda metade do século XVII, quase todos eram veteranos das guerras contra Castela, alguns poucos com experiência na guerra de Pernambuco, e quase nenhum com percursos anteriores em governos ultramarinos. Perfil coletivo que começa a ser modificado na virada para o século XVIII, quando os critérios de nomeação acabam por favorecer indivíduos pertencentes à primeira nobreza do reino e/ou com já serviços prestados nas guerras ou em outros governos do império, estando também neles interessados. Ainda assim, poucos tinham carreiras na América e rigorosamente nenhum em Pernambuco.

2.1.3. *Os Governos interinos*

A morte ou a deposição dos governadores levava à instauração imediata de governos interinos. Sendo privados da nomeação para o lugar efetivo, os naturais da América

⁴ Seu governo em Minas foi estudado em minúcia por Lincoln Marques dos Santos e, mais recentemente, por Adriana Romeiro. Santos, «O saber mandar com modo...»; Romeiro, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil. Uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

aproveitavam estes momentos de ruptura da ordem de sucessão que para controlar o Governo da capitania, ainda que por curto espaço de tempo. O estudo dos governadores interinos nas capitanias da América tem suscitado debates interessantes e que tocam as modalidades e os instrumentos normativos que ordenavam a formação destes governos provisórios, o perfil dos indivíduos que ocupam o lugar nas vacâncias e também sobre as práticas governativas⁵. Diante disso, importa esclarecer que no presente estudo não tratamos dos governadores e dos Governos interinos de Pernambuco em detalhe, limitando-nos apenas a identificar os períodos e as circunstâncias que levaram à formação dos mesmos.

Entre 1654 e 1756, o Governo de Pernambuco foi ocupado por seis interinos, nenhum deles com mandatos superiores ao tempo de um ano e três dias⁶. Três em virtude da deposição e três pela morte de governadores efetivos no posto. O primeiro governo interino foi formado por uma Junta trina, composta pelo Juiz Ordinário mais velho da Câmara de Olinda, André de Barros Rego, e pelos Mestres de Campo dos terços de Olinda e Recife, Antonio Dias Cardoso e D. João de Souza⁷ que governou entre agosto de 1666 e janeiro de 1667, logo em seguida à prisão do governador Jerónimo de Mendonça Furtado (1664-1666)⁸.

Comunicando a vacância do governo ao Governador-Geral, D. Vasco de Mascarenhas, Conde de Óbidos, este destituiu a junta provisória e nomeou André Vidal de Negreiros, recém-chegado de Angola, como governador interino. Em contraste com os entreveros que teve com o Xumbergas, o Conde nomeou André Vidal largando-lhe “todos os meus poderes para o provimento dos postos militares, e ofícios políticos” para que governasse a “Capitania como se fora a mim mesmo”, isto é, o próprio Governador-Geral⁹. Autonomia concedida de forma excepcional e rememorada em conflitos de jurisdição com outros governadores. Para dar a medida de como Vidal de Negreiros aproveitou este segundo governo, basta referir que em quase cinco meses de governo, distribuiu nada menos que 47 patentes para oficiais da ordenança vacantes em Pernambuco e Itamaracá, ao passo que Mendonça Furtado, em dois anos e quatro

⁵ Abril, Victor Hugo «Governadores interinos: cotidiano administrativo e trajetórias no Rio de Janeiro (1705-1750)» Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2015; Bezerra, Naira M. Mota. «E se acham nomeados para o governo interino deste Estado...: governos provisórios da Bahia nos séculos XVII e XVIII». Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2018.

⁶ Bem menos do que alguns governos da Bahia, que chegavam a durar três anos. Bezerra, «E se acham nomeados...», p. 114-117.

⁷ Neto do Governador-Geral D. Francisco de Souza, Senhor de Engenho na Freguesia do Cabo de Santo Agostinho e em Goiana. Não confundir com o governador efetivo e homônimo D. João de Sousa de Castro. Cf.: Acioli, *Jurisdição e conflitos...*, p. 203.

⁸ Caso analisado em detalhe por Evaldo Cabral de Mello, *A fronda...*, p. 55.

⁹ DHBNRJ, vol. IX, p. 270.

meses proveu apenas 50¹⁰. Diferença que pode ilustrar como a ocupação de um governo provisório poderia beneficiar o nomeado.

O terceiro governo interino foi formado em razão da morte do governador Fernão de Sousa Coutinho, em janeiro de 1674, e teve como precedente a mesma junta trina, formada pelo Juiz Ordinário e pelos dois Mestres de Campo, a qual atuou por apenas vinte dias, até a chegada de D. Pedro de Almeida¹¹. A vacância que levou ao quarto governo interino foi ocasionada pelo mesmo motivo, a saber, a morte do governador Fernão Cabral, vitimado pela febre amarela em 1688. Mas, a formação de composição do governo interino foi diferente das anteriores, uma vez que, citando as palavras de Evaldo Cabral de Mello, “com a criação da diocese de Olinda (1676), o sistema de poder local não podia ignorar a presença do Bispo”, agora incluído na linha de sucessores. No leito de morte, Fernão Cabral deixou um papel em que declara a intenção de “nomear pessoa ou pessoas que possam bem ocupar **o lugar** deste governo fundado em que na do Bispo por morte dos Governadores Gerais por várias vezes assim se tem praticado, nomeando eles em semelhantes casos os sujeitos que lhes haviam de suceder”, deixando-o ao Bispo, D. Matias de Figueiredo e Mello, assistido pelo Mestre de Campo do Terço de Olinda, Zenóbio Acioli de Vasconcelos e pelo Juiz Ordinário da Câmara Cristóvão Berenguer de Andrade, “aos quais *cedo e trespasso* todo o poder e direito e jurisdição que tenho e de que estou de posse por mim e por meus antecessores neste governo de Pernambuco, para que o exerçam per si como se eu próprio o fora”¹².

Ao transmitir o governo diretamente ao sucessor, o governador esbarrou nos interesses da Câmara de Olinda, que simplesmente ignorou a sua disposição, por dizer que “lhe tocava este Governo nas vagantes *por ser regalia sua*”, mas, na mesma, “fez eleição do Bispo excluindo aos mais”, razão pela qual o Mestre de Campo queixou-se ao Conselho Ultramarino¹³. Ainda assim, depois de nomeado, o Bispo foi confirmado como interino, mas “sem adjuntos”, pelo Governador-Geral, que, a seu turno, considerava que o falecido Governador não poderia ter tomado o exemplo da Bahia, por não se poder comparar a sucessão do “Governo de uma Capitania inferior com o do Estado” do Brasil, e que tampouco os oficiais da Câmara de Olinda podiam “usurpar a autoridade, e poder independente de prover esse Governo”, sendo esta uma “introdução violenta a da posse que diz tinha de suceder aos Governadores dessa Capitania”¹⁴. É discutível se aquilo que a Câmara considerava como uma

¹⁰ AHU, Pernambuco Avulsos. D. 9, Cx. 867.

¹¹ GCGP, *RIAP*, n. 44, 1900, p. 183.

¹² AUC, CA, Cód. 31, fl. 461. Itálico nosso.

¹³ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx.14, D. 1459.

¹⁴ DHBNRJ, vol. 10, p. 302-303.

“regalia” seria, na verdade, um costume herdado do período donatário, preservado – ou possivelmente inventado – como tantos outros, no *post bellum*. Seja como for, o Bispo governou a Capitania por nove meses e sua nomeação pode ser vista, no limite, como um entrave ao acesso dos naturais da terra ao governo, mantido nas mãos de um reinol, à partida, desprovido de vínculos com o poder local.

Mas, a parcialidade explícita de D. Manuel Álvares da Costa ao partido da nobreza olindense durante as Alterações Pernambucanas (1710-1711) mostra exatamente o inverso¹⁵. Seria necessário mais espaço do que aqui dispomos para discorrer sobre as ações do Bispo antes e depois de assumir o governo¹⁶, mas basta dizer que ele se envolveu em conflito aberto com Sebastião de Castro e Caldas, assumindo o governo da capitania depois da fuga deste para a Bahia, em outubro de 1710, no rescaldo do primeiro levante. Mas, diferentemente do conflito anterior, a Coroa já tomara precauções desde o início do século e definira a linha de sucessão ao governo em caso de vacância, investindo nele o Mestre de Campo mais antigo, João Freitas da Cunha, e “na impossibilidade deste, o Bispo de Olinda”¹⁷. Acontece que na altura, Freitas da Cunha já estava morto, e o governo acabou por ser delegado ao Bispo, que o exerceu durante um ano e três dias, até a chegada de Félix Machado. E pelo apoio declarado que deu ao partido da nobreza, foi desterrado e forçado a viver à distância de cem léguas de Olinda, até que foi promovido à Diocese de Angra, nos Açores, em 1720.

Por fim, em 1721, diante da morte de Manuel de Sousa Tavares de Távora, o governo foi ocupado interinamente pela sexta vez desde a Restauração. Desta vez, o critério seguido na sucessão levou em conta uma carta régia de 1704, que estabelecia que em caso de morte deveria o Mestre de Campo mais antigo assumir o governo¹⁸, e este era D. Francisco de Souza, natural de Pernambuco e filho de outro governador interino, D. João de Souza. De acordo com Loreto Couto, D. Francisco era senhor do Morgado da Jurissaca, na freguesia do Cabo e comendador de São Eurício e São Fins na Ordem de Cristo, uma das pessoas mais nobres e distintas da terra. O mesmo autor aponta ser ele idoso e achacado quando assumiu o governo, governado “bem porque governou com experiência, verdadeiro lugar tópico, que dá documentos sólidos e certos” e por ter “visto com seus olhos o que a outros chegou só aos ouvidos”¹⁹. Nota importante na obra de Loreto Couto que ao celebrar os feitos e as proezas dos naturais de Pernambuco, talvez quisesse destacar os benefícios que teria o Governo se assumido por um natural da terra,

¹⁵ Mello, *A fronda...*, p. 297.

¹⁶ Questão, aliás, explorada à exaustão por Evaldo Cabral. Mello, *A fronda...*, p. 297.

¹⁷ Mello, *A fronda...*, p. 297.

¹⁸ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 29, D. 2637.

¹⁹ DBGP, pp. 212-213.

que tivesse vivido e experimentado as circunstâncias locais, e não de fora dela, que só as conhecia por relatos. Trata-se de uma percepção interessante, não só por ilustrar um ressentimento ainda tardio com a reserva do cargo para reinóis, mas porque desvela as formas de um governador não familiarizado com o terreno adquirir experiência no governo dele, questão à qual nos ateremos no próximo tópico.

2.2 O corpo político do Governo de Pernambuco

Salvo, portanto, em casos episódicos ou em circunstâncias de ruptura na linha sucessória, os naturais da terra mantiveram-se afastados do Governo da Capitania. Afastamento que fazia dos efetivos, nas palavras de Nuno Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, a “a parcela mais ‘imperial’ dos protagonistas” no “equilíbrio local e regional de poderes que se estabelecia nos territórios atlânticos da Coroa portuguesa”²⁰. Contudo, tal como pretendemos demonstrar ao longo de todo o restante do trabalho, interessa-nos aferir as formas pelas quais o poder destes protagonistas, à partida transitório, e, em princípio, desprovido de vínculos com o vasto território de sua jurisdição era capaz de perpetuar-se no tempo e enraizar-se no espaço. Por essa razão, convém insistir que o Governo de Pernambuco não se resumia apenas à figura dos governadores, mas agrega também uma sede institucional, o palácio, e a Secretaria de Governo com seus respectivos oficiais.

2.2.1. O Cargo de Governador

O ato de sucessão deixado por Fernão Cabral ao Bispo D. Matias, deixa claro que o Governo era entendido como um “**lugar**”, o qual o governador estava “de posse por mim e por meus antecessores” com “poder”, “direito” e “jurisdição”, dado como mercê pelo rei. A ideia de “lugar” remete necessariamente para uma dimensão espacial e, pela mesma razão, fixa, sendo este o primeiro significado da palavra no *Vocabulário Português e Latino*, o de “espaço em que se compreende um corpo natural ou a superfície que o cerca”, necessariamente algo desprovido de movimento “neste lugar em que estou”, no “mesmo lugar”²¹. Mais adiante é referida a ideia de estar, “pôr, ou substituir alguém no lugar de outrem” ou “tomar o lugar de outrem” e ainda a ideia de “entrar no lugar de alguém para exercer o seu ofício”²². Semântica que nos permite dizer que o governo, enquanto “lugar” era percebido, antes de mais, como uma

²⁰ Cunha, Monteiro, «Governadores e capitães-mores...», p. 242.

²¹ VPL, vol. 5, p. 199-200.

²² VPL, vol. 5, p. 199-200.

estrutura permanente, ainda que ocupada por diferentes pessoas. Mas, quem seria esse “alguém” ou esse “outrem” cujo lugar é ocupado pelos governadores? O rei? Essa seria, em princípio, a resposta mais imediata para a pergunta, especialmente se tomamos por referência os vice-reis ou governadores do mundo hispânico, onde as práticas de representação e de expressão do poder favoreceram a construção imagética destes representantes como o *alter ego*, ou *alter nos*, do rei, seu simulacro ou imagem viva²³. No caso português, vemos esta ideia ser replicada em incontáveis trabalhos que fazem referência aos governadores de capitania na América como lugares-tenentes do rei, ou seus representantes diretos²⁴. Mas é preciso problematizar a solidez dessa constatação nas próprias fontes portuguesas e distinguir se ela resulta de uma delegação efetiva de regalias por parte da Coroa ou se é, por outro lado, uma ideia construída pelos próprios governadores acerca do lugar que ocupam.

De início, importa esclarecer que, conforme indica o conteúdo das cartas patentes concedidas nas chancelarias régias, os Governadores de Pernambuco desempenhavam um *cargo*²⁵. Palavra que se associa, no vocabulário da época, ao sentido de “carga”, e, de um lado, evoca uma “dignidade, para quem a exerce [e que] é carga pelo cuidado que traz consigo, & para os súbditos, é peso pelo jugo da obediência”, e de outro, “*comissão*, ou dar cargo a alguém de alguma coisa”, literalmente “encarregar”²⁶. Comissão, a seu turno, está associada a “jurisdição ou poder dado a um comissário”²⁷. E é precisamente esta última acepção da palavra que a diferencia de um outro sinónimo, “ofício”, que pode designar um “cargo público que dá autoridade para mandar ou para executar coisas concernentes ao governo”, mas que, pelas mesmas razões, inclui outras modalidades de nomeação para além daquelas de natureza comissarial – a saber por eleição ou arrendamento²⁸. Concessão que, como já referimos, era dada como uma mercê e que evoca, necessariamente, um reconhecimento, construído com base numa relação de confiança e fidelidade, comprovada em longas folhas de serviços prestados pessoalmente pelo agraciado ou coletivamente, pela Casa a que pertence²⁹.

²³ Cf.: Cañeque, Alejandro. *The kings living image: the culture and politics of viceregal power in Colonial Mexico*. New York/London: Routledge, 2004. p. 25.

²⁴ Para que fiquemos apenas em Pernambuco, cf.: Mello, *A fronda...*, pp. 221, 234.

²⁵ Por exemplo: “...conforme a estimação que Sua Majestade faz de sua pessoa, há por bem de lhe fazer mercê do cargo de Governador da Capitania de Pernambuco para que o sirva por tempo de três anos ou mais enquanto se lhe não mandar sucessor”. Carta Patente passada ao Marquês de Montebelo em 02 de janeiro de 1690. ANTT, RGM D. Pedro II, Liv. 1, fl. 395v.

²⁶ Bluteau, VPL, Vol. 2, p. 148.

²⁷ Bluteau, VPL, Vol. 2, p. 403.

²⁸ Ficando de fora a propriedade. Bluteau, VPL, Vol. 6, pp.47-49.

²⁹ Cosentino, Francisco C. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII). Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo, Belo Horizonte: Annablume/FAPEMIG, 2009, p. 78-84.

Relação assente no vínculo interpessoal entre o governador e o monarca, e que é simbolicamente confirmada em rituais de origem medieval, baseados no juramento de preito & menagem nas reais mãos³⁰. Nestes rituais, se delegava “ao novo governador a jurisdição sobre as vilas, cidades e mais lugares, e este, em contrapartida as jurava defender e conservar em nome do rei”³¹. A investidura que só estava completa com a cerimônia de posse, em que o Governo era transmitido no momento em que o sucessor rendia a homenagem do antecessor e, efetivamente assumia o lugar. Sabemos que quando um governador era nomeado, o Conselho Ultramarino enviava carta ao antecessor para que lhe dar “a posse do dito governo na forma costumada”, e “havendo dado a dita posse vos hei por desobrigado do preito, menagem e juramento que me fizeste”³². Na mesma ocasião, enviava-se uma carta à Câmara de Olinda, avisando da partida do novo governador e informando que “tenham com ele a boa correspondência que convém”, procedendo “nisso e em tudo o mais com a autoridade e respeito à sua pessoa e lugar”³³.

Os registos disponíveis não descrevem o ritual de posse dos Governadores de Pernambuco em grandes detalhes. Uma das referências mais completas pode ser encontrada no “*Breve Compêndio do que vai obrando neste Governo de Pernambuco o senhor governador Antonio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho*”. Nele, seu autor, narra que depois de desembarcar este governador, ficou hospedado no Colégio dos Jesuítas em Olinda, e no dia de sua posse saiu:

“do dito Colégio debaixo do pátio com os oficiais da Câmara até a Sé, donde estava um batalhão de luzida infantaria tremulando bandeiras ao som de caixas e requintadas trombetas, flautas e charamelas, e por outra parte estrondosa harmonia dos sinos, acompanhando todo este luzido aparato da nobreza da terra e o mais povo, que não cabia nas praças, com demonstrações de alegria, pelo desejo que tinham de ver quem os governasse”³⁴.

A hospedagem no Colégio dos Jesuítas parece ser uma praxe nas cerimônias de posse, sendo relatada também por D. Marcos de Noronha Brito em cartas ao Cardeal da Mota e ao Frei

³⁰ Questão bastante explorada para o caso dos Governadores-Gerais do Estado do Brasil por Francisco Cosentino. Cosentino, *Governadores gerais...*, p. 93-97.

³¹ Não encontramos detalhes específicos de juramentos prestados pelos governadores de Pernambuco, mas através de outros, mencionados por Cosentino, é possível perceber que a natureza era exatamente a mesma. Cosentino, 2009, p. 93-97.

³² AHU, Códice 257, fl. 247. Carta a Francisco Barreto de Meneses avisando da nomeação de André Vidal de Negreiros.

³³ AHU, Códice 257, fl. 248. Carta à Câmara de Olinda, avisando da nomeação de André Vidal de Negreiros.

³⁴ BCCC, p. 259.

Gaspar da Encarnação³⁵ e por Luís Correia de Sá em seu diário³⁶. Mas, para além das bandeiras, instrumentos musicais e sinos, talvez seja o pálio o artefato mais importante do ritual. Cañeque refere que, no caso da monarquia hispânica, o pálio era “o signo mais importante da monarquia, mais importante ainda do que a própria coroa”, e andar debaixo dele era privilégio compartilhado somente entre “o rei e o Santíssimo Sacramento, no qual o corpo do rei era convertido em igual no Corpo de Deus” e seu uso nas cerimônias de posse dos vice-reis na Nova Espanha realçavam a majestade neles encarnada³⁷. Sabemos que o Pálio também era usado nas cerimônias mais importantes da corte portuguesa e, tratando-se de um atributo majestático, talvez servisse para dar visibilidade ao lugar ocupado pelos governadores na ordem social³⁸.

No interior da Sé, os autos de posse revelam que no momento em que o novo governador adentrava, já lá estava o antecessor que lhe daria transmitiria a posse do governo em presença da Câmara, do povo e da nobreza da terra. No decorrer da cerimônia, o Secretário de Governo lia em voz alta a “carta patente porque Sua Majestade proveu no dito posto” e também a “carta com que o mesmo senhor desobriga” o antecessor “do preito e homenagem que em suas reais mãos havia dado do dito Governo destas capitanias de Pernambuco”³⁹. A posse era seguida de um jantar. Em 1749, de acordo com Correia de Sá, além dele e do ex-governador, “jantaram no Colégio de Olinda as pessoas de distinção, militares, ministros e eclesiásticos”⁴⁰. A participação no jantar, sendo exclusividade de alguns, pode ser encarada como uma oportunidade de exteriorizar e dar visibilidade às hierarquias sociais.

Em todo caso, apesar da dignidade das cerimônias de investidura e de posse, não há textos jurídicos que comprovem de forma concreta que encarnação da figura do monarca era **exclusividade** dos governadores no espaço de sua jurisdição. Nas cartas patentes que lhes eram passadas, estão ausentes aquelas fórmulas tradicionais que são comumente declaradas aos vice-reis do mundo hispânico, nas quais o monarca transfere certas regalias para que este pudesse

³⁵ AUC, CA, C6d. 35, fl. 103v; 117v.

³⁶ DLCS, p.22.

³⁷ Cañeque, Alejandro. «El simulacro del rey», Em *À la place du roi: vice-rois, gouverneurs et ambassadeurs dans les monarchies française et espagnole (XVIe-XVIIIe siècles)*. Aznar, Daniel; Hanotin, Guillaume et May, Niels F (orgs). Madrid: Casa de Velázquez, 2014, p. 193.

³⁸ Buescu, Ana Isabel. «Festas régias e comunicação política no Portugal Moderno (1521-1527)» In: *Comunicação & Cultura*, n.º 10, 2010, p. 41.

³⁹ APEJE, Livro de Posse dos Governadores de Pernambuco, fl. 8. Posse que se deu ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Governador D. Marcos de Noronha de Governador e Capitão-General destas capitanias. Olinda, 25 de maio de 1746.

⁴⁰ E ainda acrescenta em tom jocoso, “O jantar não teve de frade mais do que ser em refeitório, porque o Reitor do Colégio me pediu para o fazerem os meus cozinheiros”. DLCS, p.22.

representá-lo, governar e ser obedecido como se fosse o próprio rei ou seu *alter ego*⁴¹. Pelo contrário, um caso emblemático pode ilustrar que a representação da imagem do rei era disputada com outros corpos institucionais⁴². Em 1676, a Câmara de Olinda e o Vigário-Geral da Matriz tiveram algumas diferenças quanto ao lugar em que deveria estar o pendão da Câmara nas procissões do Corpo de Deus, querendo que ele seguisse “diante do Pálio fora do corpo da Câmara”, e que o governador D. Pedro de Almeida determinara, para resolver a questão, retirar o pendão. Dando conta ao Conselho Ultramarino no mesmo ano, recebeu como resposta uma repreensão, na qual os conselheiros, falando pelo monarca, disseram que “os Governadores não representam mais a minha pessoa do que representa o Senado”, e assim ele obrara mal ao resolver que “nas procissões não fosse o pendão porque só quando eu [o Rei] vou nelas deixa de ir e nas mais começa do pendão [a caminhar] o corpo do senado da Câmara”⁴³.

Em contrapartida, não faltam referências à percepção que os governadores tinham de si próprios como representantes diretos da autoridade do monarca. Depois de ter sido preso e remetido em ferros para o reino, Jerônimo de Mendonça Furtado escreveu uma representação a D. Afonso VI relatando os acontecimentos que culminaram na sua prisão, mencionando que os “conjurados”, tiraram “do posto um **governador criado por seu rei**”. Noutro trecho refere o acontecido como um ato de “rebelião e desobediência contra **um governador posto por El Rei e lugar tenente seu**”⁴⁴. Em que pese ser uma defesa contra as culpas que lhe foram colocadas na Corte, sendo um elemento reforçado na argumentação, o excerto serve para ilustrar a percepção dos próprios governadores acerca do lugar ocupado.

Os lugares ocupados por cada participante, a disposição e a forma dos assentos nas cerimônias e rituais públicos representam alguns dos mecanismos mais notórios para exteriorizar as hierarquias sociais e políticas no Antigo Regime. Em 1689, Câmara Coutinho tentou dar uma maior visibilidade ao lugar ocupado pelos Governadores nos atos públicos que tomavam lugar nas igrejas e não consentiu que os oficiais da Câmara de Olinda continuassem a sentar em cadeiras de espaldas, como faziam desde o *ante bellum* nas ocasiões em que “não havia O Senhor exposto”, mandando retirar as ditas cadeiras pelo Ajudante de Ordens e substituí-las com bancos estofados⁴⁵. No mesmo ano em que o Almotacé-Mor deixou o cargo,

⁴¹ Aznar, Daniel; Hanotin, Guillaume et May, Niels F. Introdução de À la place du roi: vice-rois, gouverneurs et ambassadeurs dans les monarchies française et espagnole (XVIe-XVIIIe siècles). Madrid: Casa de Velázquez, 2014. p. 3.

⁴² Caso, aliás, referido por Gilberto Osório de Andrade, *Montebelo, os males e os mascates*.... p. 111.

⁴³ AHU, Códice 256, p.20.

⁴⁴ BNPA, Representação de Jerônimo de Mendonça Furtado a Sua Majestade sobre os moradores de Pernambuco o expulsarem do governo e o prenderem. 50-V-37, fl. 264-267.

⁴⁵ BCCC, p. 285.

os oficiais da Câmara queixaram-se ao Conselho Ultramarino para que pudessem retomar os seus assentos e este tribunal, a seu turno, remeteu a questão para seu sucessor, o Marquês de Montebelo, informar sobre o requerimento. Seu parecer foi contrário às pretensões dos camaristas, dizendo que eles não apresentaram qualquer documento que legitimasse o costume que alegavam ter, e acrescenta, que:

“a posse em que eles dizem estar foi intrusa, e somente em esta Capitania de Pernambuco, [por] ter sido de Donatário e governada por Capitães Maiores por eles nomeados, porém, depois de conquistada pelas armas de Vossa Majestade e incorporada na Coroa, ficou governando-se por **Governadores providos por Vossa Majestade, que como tais, dão preito e homenagem em suas reais mãos, e variando-se a preeminência do posto e do título de Governador** também se deve estabelecer a do assento [...] porque parece introdução pouco decente acabarem os oficiais de receber o novo governador debaixo de um **pálio** cujas varas eles levam e o conduzem nesta forma até à Sé ou outra Igreja, em que o governador seu antecessor lhe dá posse, e sentarem-se logo em sua presença em cadeiras de espaldas como **se assenta o Governador que ocupa e representa a pessoa de sua majestade**”⁴⁶.

A citação, apesar de longa, é elucidativa dos instrumentos disponíveis à demarcação simbólica da autoridade nas sociedades de Antigo Regime, e ilustra uma clara relação entre o provimento régio dos governadores e a prestação de juramento de preito e homenagem nas “reais mãos” a uma correspondente “preeminência do posto”, também demarcada no uso do pálio e do título de *Governador*, faculdades que os colocariam no lugar de representantes diretos do rei. Contudo, não obstante as pretensões de Montebelo, o Conselho Ultramarino, falando pelo Rei, desconsiderou seus pareceres, tendo em conta a preservação dos particularismos locais, já que este seria “a prática e uso continuado de muitos anos” dos camaristas, e o Almotacé-Mor não poderia revogá-la “sem especial ordem minha”, devendo ser conservados na “posse que estavam de sentar nas ditas cadeiras”⁴⁷.

Ao título de *Governador* foi acrescentado o de *Capitão-General*. Na primeira vez, a atribuição atendeu à dignidade pessoal do agraciado, Caetano de Melo e Castro que, como referimos, fora Governador e Capitão-General dos Rios Sena e Sofala entre 1682 e 1686, não aceitando, por conseguinte, um posto inferior ao que tinha anteriormente ocupado⁴⁸. Trata-se, todavia, de uma atribuição *ad honorem*, e que não foi ostentada por outro governador até 1718, quando Manuel de Sousa Tavares, amparou-se na mesma justificativa, lembrando sua passagem pelo governo da praça de Mazagão, onde o governador “sempre foi tratado com o título de capitão-general”⁴⁹. Coincidentemente ou não, os dois governadores que o seguiram,

⁴⁶ British Library, Ad. 21.000. fl. 97v. Negritos nossos.

⁴⁷ AHU, Códice 256, fl. 123.

⁴⁸ AHU, Pernambuco Avulsos, cx. 16, D. 1598.

⁴⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 25, D. 2541.

Manuel de Sousa Tavares e Duarte Sodré, também governaram a praça de Mazagão, ostentando, igualmente o título *ad honorem* e que, a partir de então, passou a ser sistematicamente atribuído a todos os governadores que passaram pela capitania até a 1822.

A par do título de Governador Capitão-General, outra distinção atribuída de forma sistemática aos governadores a partir de finais do século XVII, está associada à concessão de *Cartas de Conselho* ou de “*título de Conselho*”. Este título era usado na introdução dos Bandos e Editais, tal como por exemplo “Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos, *do Conselho de Sua Majestade*”⁵⁰. Antes do mandato do Almotacé-Mor do Reino (1689-1690), apenas dois governadores Francisco de Brito Freire e Jerônimo de Mendonça Furtado, ostentaram a distinção, mas, depois dele, todos os governadores efetivos o receberam do rei no ato de nomeação. À partida, seríamos levados enxergar no título apenas mais um signo de distinção e que já era bastante difundido no reino⁵¹. Mas, quando se trata de um território ultramarino, como Pernambuco, não nos deparamos com a concessão de cartas de conselho a outras autoridades que não os governadores. O título sequer era dado aos Capitães-Mores de Itamaracá, Rio Grande ou do Ceará. É, portanto, um distintivo social de relevância.

Outra das expressões que formalizam o lugar de destaque dos governadores na hierarquia político-administrativa pode ser identificada num plano discursivo, nomeadamente através das formas ou estilos de tratamento. Todos os oficiais ou organismos colegiados que se dirigiam aos Governadores de Pernambuco os tratavam, necessariamente, por “vossa senhoria” ou “vossa excelência”. Para o primeiro caso, Raphael Bluteau esclarece que era uma “*qualidade esquisita, com que uma coisa fica superior à outra*” ou “*título que se dá aos Marqueses*”⁵², ao passo que “senhoria”, seria uma forma de se referir, em Portugal, “*aos Condes e alguns ministros*”⁵³. Nizza da Silva refere que a primeira forma de tratamento se difundira por força de uma lei de 1597, aplicando-se também aos Governadores das conquistas, a qual, por certo abuso, foi revista em 1739 e, a partir de então, o tratamento de “vossa excelência” foi destinado apenas aos Governadores com patente de Capitão-General⁵⁴. Tanto num caso como no outro, as expressões poderiam ser empregadas sempre que alguém se dirige a uma autoridade

⁵⁰ BNP, PBA, 115, fl.1.

⁵¹ De acordo com Pedro Cardim, não se deve confundir a concessão deste título com o de membros do Conselho de Estado pois, na verdade, se tratava apenas de uma distinção honorífica “ostentada por um grupo bastante alargado de pessoas a quem o rei ocasionalmente solicitava opinião sobre determinada matéria. Os Desembargadores do Paço faziam parte deste grupo”. Cardim, Pedro. «A casa real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos». Tempo, Niterói, v. 7, n. 13, jul. 2002, p. 30.

⁵² Bluteau, Vol. 3 p. 372

⁵³ Bluteau, Vol. 7. p.582.

⁵⁴ Silva, Maria Beatriz Nizza. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, pp.25-27.

eminentemente superior ou ainda entre “dois indivíduos de uma mesma origem social”⁵⁵ ou até mesmo equivalentes no plano político. Nesse sentido, é preciso distinguir entre os estilos praticados com a pessoa que ocupa o lugar, e sua respectiva posição social, e os estilos empregados em virtude da autoridade do lugar de governador, em si.

No sentido inverso, quando os governadores referiam-se aos poderes presenciais existentes no território, travam-nos sempre por “vossa mercê”, no caso de poderes unipessoais ou “vossas mercês”, no caso de entidades coletivas como Câmaras, Irmandades e outros grupos corporativos. De acordo com Bluteau, este seria um tratamento dispensado como um “termo de cortesia que se usa em Portugal com qualquer pessoa honrada que não é titular” ou, de maneira mais específica, “tratamos os iguais de mercê”⁵⁶. Em outras palavras, seria uma forma de tratamento universalmente dispensada e que não traria distinção alguma ao interlocutor, sendo, portanto, utilizada pelos Governadores para se referir aos poderes que lhe eram inferiores ou subordinados. Com efeito, é desta forma que se reportam a todos os oficiais militares e das ordenanças, às câmaras, Ouvidores, Provedores e particulares. Mas, aos eclesiásticos, estavam reservadas formas de tratamento específicas. Ao Bispo, os Governadores reportavam-se sempre como “Vossa Senhoria”⁵⁷, “Vossa Ilustríssima”⁵⁸ ou “Vossa Excelência”⁵⁹ reconhecendo as dignidades nele investidas, ao passo que aos mais eclesiásticos, regulares e seculares, reservavam o tratamento de “vossa paternidade”.

É interessante reparar que as formas de tratamento empregadas na correspondência trocada entre os governadores de Pernambuco e os capitães-mores das capitanias da Paraíba, Rio Grande e Ceará são variáveis. Se o tratamento reservado para o governador da Paraíba era sempre o de “vossa senhoria”, os capitães-mores de Itamaracá e do Ceará foram sempre referidos como “vossa mercê”⁶⁰, indicando neste plano de relações, uma dignidade inferior dos lugares em que estes estavam investidos. Seria possível argumentar que essa diferença se explica no facto de a Paraíba, ao contrário das outras, não ser anexa ao governo de Pernambuco até 1756, mas no caso do Rio Grande, mesmo no período em que a Capitania não esteve subordinada à de Pernambuco, entre 1662 e 1701, os capitães-mores eram tratados por “vossa

⁵⁵ Cosentino, Francisco C. «Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681». *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 515-543, Dec. 2015.

⁵⁶ Bluteau, Vol.5, p. 431-432.

⁵⁷ AUC, CA, Cód. 32, fl.48v e 49v.

⁵⁸ AUC, CA, Cód. 32, fl.322.

⁵⁹ AUC, CA, Cód. 32, fl. 697v.

⁶⁰ Dentre outros exemplos, ver: Cartas para o Capitão-Mor do Ceará, AUC, CA, Cód.31, fls.152, Cód. 32, fl. 244; e para o de Itamaracá, AUC, CA, Cód. 31, fls. 143, 180, 209v, 211, 307v, 443, 573; AUC, CA, Cód. 32, fl. 28v.

mercê” e não por “vossa senhoria”, algo que denota, mais a falta do reconhecimento na equivalência de dignidades do que a efetiva subordinação⁶¹.

Quanto às formas utilizadas na comunicação com os governadores-gerais do Estado do Brasil, observamos padrões variáveis. Ao longo da segunda metade do século XVII, encontramos cartas dos governadores-gerais aos de Pernambuco tratando-os por “vossa mercê”, especialmente quando estes não pertenciam à primeira nobreza. Contudo, a partir de finais do século e durante todo o século XVIII, mesmo estando num patamar superior de investidura jurisdicional, aqueles passaram a tratar estes utilizando sempre o estilo de “vossa senhoria” ou “vossa excelência” em visível reconhecimento da importância do lugar. Quando não o faziam, os Governadores-Gerais abriam precedentes para conflitos de jurisdição⁶².

Assim, as formas de tratamento entre os Governadores de Pernambuco e outros poderes presenciais existentes nas Capitanias do Norte denotam hierarquias bem demarcadas num plano simbólico. Para além de todas as referidas, outras formas de hierarquização simbólica foram sendo introduzidas. Nas modalidades colegiadas de decisão política, como na Junta das Missões de Pernambuco, estabelecida em 1692, o Governador era o presidente e se sentava à cabeceira da mesa, ao passo que quem ocupava essa posição na Junta da capitania do Pará era o Bispo⁶³. Na Junta de Justiça de Pernambuco, estabelecida em 1735, o Governador também era o presidente e sentava-se à cabeceira da mesa⁶⁴. Mas estas não se limitavam à uma dimensão meramente ritualística, expressando-se também nas práticas de comunicação política. Veremos que a autoridade exclusiva para produzir certas tipologias de atos comunicacionais garantia mecanismos aos governadores para reproduzir esta hierarquia no cotidiano do expediente administrativo, através da produção de cartas, ordens, bandos, portarias e editais.

Materialmente, os governadores dispunham ainda de uma guarda pessoal com mais de vinte homens que os acompanhavam diariamente⁶⁵. Em certas referências não parece claro se esta guarda era composta por seus próprios criados, mas uma lista da década de 1740, refere que o Palácio das Torres era defendido por um guarda permanente, que contava com 22 infantes, capitão, cabo, alferes, dois sargentos, dois tambores e um artilheiro, todos destacados

⁶¹ AUC, CA, Cód. 31, fls.260, 439, 483

⁶² Cosentino, *Governadores gerais...* p. 75., e Acioli, *Jurisdição e Conflitos...*, p.81-83.

⁶³ Eliane, Márcia. «Conflito e jurisdição na constituição das Juntas das Missões no Atlântico Português (séculos XVII-XVIII)». Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa. 2005, p.8.

⁶⁴ Paiva, «Justiça e poder...»

⁶⁵ O cronista refere que no dia do atentado contra Sebastião de Castro e Caldas, “vindo o governador [e] recolhendo-se para o seu palácio com mais de vinte homens diante de si, que o acompanhavam como em muitas ocasiões costumam fazer”. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Anónimo. «Tratado da capitania de Pernambuco e das sublevações que nela houveram até o ano de 1712» fl. 33v.

da tropa paga⁶⁶. A mesma lista refere que três soldados assistiam ao Ouvidor Geral e outros três ao Provedor, o que pode reforçar a distinção do Governador em relação aos restantes oficiais régios⁶⁷.

Até onde se saiba, costumavam levar criados que os acompanhassem, mas não tinham propriamente uma Corte estabelecida, tal como os vice-reis da América Hispânica e mesmo da Índia portuguesa⁶⁸. Seria, em contrapartida, discutível se haveria ou não espaço para o desenvolvimento de sociabilidades cortesãs no Governo de Pernambuco ao longo do período aqui referido⁶⁹. Quanto aos “criados” dos Governadores, desconhecemos a quantidade que cada um trazia consigo, mas há claras referências às tentativas de conceder-lhes postos e ofícios de justiça, de fazenda ou de guerra que vagassem na capitania. O panegirista de Câmara Coutinho refere, em 1690, que o Governador trazia “criados com quem se serve”, os quais, em suas palavras, “além de homens honrados, são muito bem procedidos e benquistos geralmente de todo o povo”, tendo “alguns praças de soldados, mas não gozam nenhum privilégio da Casa” atendendo “ao exercício, às guardas e às rondas”. Atitude, segundo ele, louvável de Câmara Coutinho e, pela mesma razão, “diferente” dos outros governadores, seria a de não os ocupar “nenhum em postos de guerra, por não tirar o direito aos soldados que o merecem”. Da mesma forma, não os provia “em serventias de ofícios”, como “costumavam alguns” governadores, fazendo com que “pagassem certa pensão, que partiam para ajuda de custo dos criados”⁷⁰. Ao que parece, uma prática ilícita e que revela alguma negociação em torno dos rendimentos dos ofícios providos com notável vantagem para o governador. Não por acaso, em 1716, o Conselho Ultramarino advertiu D. Lourenço de Almeida para que se abstinhasse de passar provimentos “nas serventias de ofícios que vagam nessa capitania [em] alguns dos vossos criados”, sendo a prática de “grande prejuízo à República”⁷¹.

De facto, a prática de levar criados de companhia poderia causar inquietações. Um exemplo extraordinário pode ser visto em 1662, quando o capitão-mor do Ceará apresentou uma queixa contra o governador Francisco de Brito Freyre junto ao Conselho Ultramarino. Na repreensão do Conselho fica claro que o capitão-mor acusava o governador de ter provido um criado no posto de ajudante, despachando-o àquela Capitania à frente de um barco fretado às

⁶⁶ AUC, CA, Cód. 32, fl. 694.

⁶⁷ AUC, CA, Cód. 32, fl. 694.

⁶⁸ Palos, Joan Lluís; Cardim, Pedro (eds.). *El mundo de los virreyes en las monarquias de España y Portugal*. Iberoamericana; Vervuet, 2012, p. 26-27.

⁶⁹ Conclusão a que chega Maria Fernanda Bicalho para o caso Rio de Janeiro a partir do momento em que se tornou a Capital do Estado do Brasil. Cf.: Bicalho, Maria Fernanda. «Governadores y virreyes en el estado de Brasil: ¿dibujo de una corte virreinal?» Em: Palos; Cardim, (eds.) *El mundo de los virreyes...* p. 409.

⁷⁰ Todos os trechos citados de **BCCC**, p. 271-272.

⁷¹ AHU, Códice 258, fl. 128v.

custas da Fazenda Real, com “sessenta homens” que ia “carregado de mercadorias vossas mais para fazer resgates que de mantimentos para sustento daquele presídio”⁷². Se foi apenas em finais do século XVII que o envolvimento em práticas comerciais passou a ser vedado aos governadores, fica claro que o governador se aproveitava dos recursos da fazenda real para despachar um criado a tratar dos seus negócios. A prática não era invulgar, e mesmo depois da proibição sabemos que os governadores mantinham redes comerciais ativas, sendo este um dos principais interesses em partir para os governos ultramarinos⁷³. Mas este não foi exatamente o maior problema, pois de acordo com a resposta do Conselho, o mesmo criado portou-se de tal forma que prendeu um criado do próprio capitão-mor em ferros e “chegou a sua exorbitância a tanto que tem **destituído ao dito Capitão da jurisdição da dita capitania** que por não arriscar a praça de que me tem dado homenagem a não tem largado dissimulando todos estes desacatos”⁷⁴. Repreendeu então o Conselho que ele quisesse “pôr um Ajudante vosso criado e feito por vós, com soldados inquietar a um capitão provido por mim [o Rei]”⁷⁵. A destituição do capitão-mor pelo criado poderia ser vista como uma tentativa de projeção de Brito Freyre sobre a capitania do Ceará, encarregando-a a um subordinado de sua casa que responderia não só pelo governo, mas também por seus negócios. E de facto, alguns governadores, mesmo depois de deixar o posto mantinham criados para tratar de suas fazendas, como se observa com Luís Valença da Rocha, desafortunado criado de Jerônimo de Mendonça Furtado deixado em Pernambuco depois da expulsão de seu amo e preso pela Câmara de Olinda⁷⁶.

Com efeito, mesmo que não houvesse uma Corte, propriamente dita, os governadores poderiam nomear e dispor da rede de criados para ocupar certos espaços de poder no distrito do governo e mesmo nas capitanias anexas, prática que também se observa com os governadores-gerais⁷⁷. Mas, o mais importante é que o cargo estava revestido de algumas preeminências simbólicas de relevância, que não só eram interiorizadas pela percepção pessoal dos governadores, como exteriorizadas nos lugares ocupados nas juntas e rituais públicos, nos títulos ostentados e, por fim, nas formas de tratamento. No decorrer da tese, demonstraremos que o lugar destes agentes não se sustentava apenas num plano simbólico, apesar de este mesmo

⁷² AHU, Códice 275, fl. 317v.

⁷³ Veja-se o exemplo de Duarte Sodré, cujas redes comerciais espriavam-se entre Lisboa, Açores, Madeira, Costa da Mina, Angola, Jamaica, Barbados, Nova York e chegavam até Boston. Oliveira e Silva, Maria Júlia. *Fidalgos-mercadores no século XVIII: Duarte Sodré Pereira*. Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1992. pp. 224-227.

⁷⁴ AHU, Códice 275, fl. 317v.

⁷⁵ AHU, Códice 317v.

⁷⁶ AHU, Códice 276, fl. 12v.

⁷⁷ O Conde de Óbidos, por exemplo, levou 17 criados consigo e tentou meter vários deles em diversos ofícios de importância nas capitanias do Estado do Brasil. Cf. Araújo, «Práticas políticas e governação...», p. 187; Araújo, «A construção da governabilidade», pp. 289, 293, 295-296.

plano ser incontornável para a devida compreensão das práticas de hierarquização do poder no Antigo Regime. Este conjunto de expressões simbólicas permitia também exteriorizar, tornar visível, a autoridade revestida no cargo e, especialmente, a dignidade de seus ocupantes, mesmo que o respeito da Coroa aos particularismos pudesse prevalecer em diversas circunstâncias.

2.2.2 A “cabeça” da Capitania e a sede do Governo

Diferentemente de outros núcleos de governo na América Portuguesa, como Salvador ou Rio de Janeiro, a disposição espacial dos corpos institucionais da administração régia em Pernambuco nem sempre coincidiu com o recinto principal do município “cabeça” da Capitania⁷⁸. Entre meados do século XVII e durante quase todo o século XVIII, a sede do governo político foi acirradamente disputada entre Olinda e Recife. Os detalhes da contenda já foram suficientemente explorados pela historiografia, mas sendo uma questão tão determinante para a compreensão do valor simbólico associado ao local de residência dos governadores e da posição assumida pelos mesmos nas disputas entre os diferentes grupos de interesse envolvidos, acaba por ser necessário dedicar-lhe alguma atenção⁷⁹. Nas linhas que se seguem, remontaremos aspectos meramente essenciais e que se relacionam especificamente com a configuração espacial do centro político e com a sede material do Governo de Pernambuco.

A vila de Olinda foi erigida pelo primeiro capitão-donatário, Duarte Coelho, em data próxima ao ano de 1537, sendo igualmente alçada à condição de “cabeça” de toda a Capitania. Ao longo de todo período da administração dos donatários (1534-1630), no qual vários cronistas dão conta da prosperidade da vila⁸⁰, os Capitães-Donatários, seus loco-tenentes ou os capitães-mores, residiram em Olinda, onde também estava estabelecida a Câmara, todos os Tabeliães, a residência dos Ouvidores, a Alfândega e a Provedoria da Real Fazenda⁸¹.

⁷⁸ Russell-Wood, A. J. R. «Centros e periferias no mundo luso brasileiro: 1500-1808». *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 1998. p. 15.

⁷⁹ Uma discussão aprofundada da matéria pode ser encontrada em diversos trabalhos como os de Gilberto Osório de Andrade, Vera Lúcia Costa Acioli, Evaldo Cabral de Mello e, mais recentemente George Cabral de Souza e Aledson Dantas. Acioli, *Jurisdição e conflitos...* 83-89; Mello. *A fronda...* pp.167-168. Souza, George Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil Colonial: a câmara municipal do Recife (1710-1822)*. Recife: Editora UFPE, 2015. Dantas, Aledson Manoel Silva. Dantas, Aledson Manoel Silva. «Uma vila e seu povo: relações hierárquicas e poder local (Olinda, século XVII)». Dissertação de Mestrado em História, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017. *máxime* pp.83-102.

⁸⁰ Por volta de 1570, Olinda possuía todas as características de uma pequena urbe colonial, com mais de mil fogos, imponente Igreja Matriz e um Colégio de Jesuítas. Em 1609, Campos Moreno acrescenta aí o Mosteiro da Ordem Terceira de São Francisco, o Mosteiro de São Bento e o dos Carmelitas, além da Igreja da Misericórdia. Cf. **RPFEB** In: *RIAP*, 57, Recife, 1984. p.177-246.

⁸¹ **RPFEB** In: *RIAP*, 57, Recife, 1984. p.177-246

Já o Recife, apesar de melhor defendido e estrategicamente situado, era apenas o porto de Olinda. De acordo com George Cabral de Souza, a povoação surgira como uma pequena comunidade de “pescadores e de gente ligada às atividades portuárias”⁸² que se agregava no entorno dos armazéns e do convento de São Francisco, na Ilha de Antônio Vaz⁸³. Contudo, ainda no início do século XVII, Diogo Campos Moreno aponta que o Recife reuniria condições para erguer ali “um lugar mui honrado, mui rendoso e sustentado com mui pouca custa”, algo que fomentou, desde cedo, o receio da Câmara de Olinda para com o desenvolvimento da povoação. Assim, os edis impuseram certas restrições para a construção de edifícios no Recife, ordenando “com penas graves que ninguém edifique na dita povoação” de modo que, em 1609, havia ali apenas 80 fogos⁸⁴. Por pressão da Câmara, até mesmo a Alfândega estava sediada em Olinda, no Varadouro, que não consentia mais do que a presença de um Juiz de Vintena⁸⁵.

Esta situação foi radicalmente alterada com a invasão holandesa. Por claras razões estratégicas, os neerlandeses optaram por incendiar Olinda em 1631 e concentrar os esforços na urbanização do Recife. Arrasada a antiga cabeça da capitania, os invasores não só transferiram a sede do município e a câmara (agora de escabinos) para a “ilha fronteira ao istmo do Recife (atual bairro de Santo Antônio)”⁸⁶, designada por *Mauritsstadt*, como vetaram, revertendo as posturas da câmara no *ante bellum*, qualquer tentativa de construção ou reedificação no espaço da antiga vila de Olinda. A proibição foi acompanhada dos esforços de urbanização empreendidos durante os anos da administração de Maurício de Nassau (1637-1644), e ambos os fatores acabaram por transformar o Recife em um dos maiores centros urbanos da América⁸⁷. Nas palavras de Gilberto Freyre, a partir de então, o Recife passou a reunir “todas as condições para uma urbanização intensamente vertical”⁸⁸. Na nova “capital” do Brasil neerlandês, também estavam sediados os principais organismos da Companhia das Índias Ocidentais, cujo raio de ação abarcava todo o território ocupado, a saber, o Conselho

⁸² Souza, *Elites e exercício de poder...*, p.122.

⁸³ Souza, *Elites e exercício de poder...*, p.122.

⁸⁴ **LREB**, p.134.

⁸⁵ Souza, *Elites e exercício de poder...*, p. 134; **LREB** p. 549.

⁸⁶ Mello, *A fronda...*, p.171.

⁸⁷ A administração nassoviana equipou o antigo porto com pontes, canais, observatório astronômico, sinagoga, igrejas reformadas e até uma espécie de zoológico. As estruturas defensivas também foram notoriamente aprimoradas, bem como o porto. Cf.: Mello, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro:Topbooks, 2001.

⁸⁸ Freyre, Gilberto. *Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro, Record, 1998, pp.4-5. Apud: Souza, *Elites e exercício de poder...*, p. 123.

Político (1630-1637) e o Alto e Secreto Conselho (1637-1646), o Alto Governo (1646-1654), o Conselho de Justiça (1640-1654), o Conselho de Finanças (1641-1654)⁸⁹.

Mas, com o despoletar Guerra de Restauração (1645-1654), a presença da WIC em Pernambuco ficou confinada ao Recife, enquanto que Olinda e as freguesias rurais voltaram ao controle luso-brasílico. Na parte dominada pelos luso-brasílicos, a Câmara de Olinda foi reativada em 1645, juntamente com a Provedoria da Real Fazenda e a Ouvidoria acumulada Auditoria da Gente de Guerra⁹⁰, organismos que atendiam às exigências e à mobilidade das forças durante a guerra e, pela mesma razão, não chegaram a ter sede permanente nesse período. Além deles, em 1647, chegou Francisco Barreto de Meneses, com a patente de Mestre de Campo General do Estado do Brasil, acumulada com a de Governador de Pernambuco por provimento do governador-geral⁹¹. Seria o primeiro governador nomeado pela nova dinastia brigantina.

Com a capitulação definitiva dos neerlandeses, em janeiro de 1654, Francisco Barreto movido por razões óbvias, decidiu manter sua residência e, conseqüentemente, a sede do governo no Recife à contrapelo do interesse da elite restauradora, ciosa por levantar de novo o esplendor da Olinda *ante bellum*. Há quem afirme que, para além das razões estratégicas para a defesa da Capitania, o governador foi também motivado por interesses pessoais no comércio do Recife, onde mantinha, segundo Vera Acioli, cinco procuradores “para operações financeiras” dentre elas “cobranças de dívidas, empréstimos, transferências de dinheiro em Portugal e etc”⁹².

A situação causava descontentamentos, e só seria modificada com a nomeação de Barreto para o Governo-Geral, e chegada de seu sucessor, André Vidal de Negreiros. Em 14 de julho de 1657, Negreiros atendeu às súplicas da elite restauradora e ordenou que a Câmara e os demais “tribunais” da Justiça fossem realocados para Olinda⁹³. Como justificativa para sua atitude, Negreiros alegou a necessidade de reerguer a antiga “cabeça” da Capitania, atendendo aos interesses da açucarocracia e ignorando as virtualidades defensivas do Recife. A mudança, feita a seu arbítrio, despertou o descontentamento de Francisco Barreto que, como Governador-Geral, ordenou que tornasse a estabelecer a sede do governo no Recife. De acordo com Acioli,

⁸⁹ Luciani, Fernanda Trindade. *Municípios e escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês*. São Paulo: Alameda, 2012. p.111.

⁹⁰ ICP, p. 448-49.

⁹¹ À época, Antônio Telles de Meneses, Conde de Vila Pouca de Aguiar. “Patente do Cargo de Mestre de Campo General a Francisco Barreto”. Arquivo Público da Bahia, Atos do Governo, 1648-57, fls. 18-19. Grifo nosso. Rendo aqui a devida gratidão a Marcos Arthur Viana da Fonseca pela generosa indicação deste documento e pelas imagens de sua digitalização.

⁹² Acioli, *Jurisdição e conflitos...*, p. 86.

⁹³ Acioli, *Jurisdição e conflitos...*, p. 86.

“temia Barreto que com a mudança se despovoasse o Recife, arruinasse o casario que tinham deixado os holandeses e se desbaratassem as fortificações”⁹⁴. Suas ordens, entretanto, foram infrutíferas, e Negreiros permaneceu em Olinda por razões políticas.

Não tardou para que ambos requeressem a resolução da matéria junto ao Conselho Ultramarino para que confirmasse a localização exata da sede do governo. A Câmara, “o povo” e os eclesiásticos de Olinda também deram apoio a André Vidal de Negreiros, de modo que o Conselho deliberou ainda em 1658, com o parecer favorável à transferência da “cabeça” de Pernambuco para as ruínas de Olinda. Mas, aparentemente, o parecer dos conselheiros não resultou em claros instrumentos normativos que colocassem fim à questão, algo que não impediu que André Vidal permanecesse em Olinda até o final de seu governo.

Diante das dúvidas colocadas quanto ao lugar de residência, seu sucessor, Francisco de Brito Freire (1661-1664), optou por residir alternadamente entre as duas partes enquanto a Coroa não optasse por uma determinação⁹⁵. Até que em julho de 1663, o Conselho resolveu “reformular” a consulta de 1658, e emitir uma resolução final a respeito do assunto, mas que só chegou no final do mandato de Brito Freire, em 1663, por via de uma Carta Régia dirigida ao Vice-Rei, Conde de Óbidos, que determinou a fixação dos governadores, da câmara e mais “tribunais” (leia-se, a Ouvidoria) em Olinda, ao passo que a Alfândega deveria permanecer no Recife juntamente com os efetivos militares necessários à guarnição da praça, por ser “por ser **a mais importante à conservação daquelas capitanias**”⁹⁶.

Importância estratégica, populacional e econômica que foi ignorada em favor da memória e da importância simbólica de Olinda. Nos anos seguintes, a opção da coroa foi confirmada nos regimentos passados tanto aos Ouvidores e quanto aos Governadores de Pernambuco, nos anos de 1668 e 1670 respectivamente, onde se coloca a cláusula para que fixassem residência em Olinda. A confirmação da preeminência simbólica de Olinda como “cabeça” da Capitania de Pernambuco, foi acrescida do título de “Cidade” quando foi elevada à sede do Bispado, em 1676⁹⁷. Contudo, ambas as condições seriam meramente virtuais. Como pontua Cabral de Mello, “a plena implementação da decisão régia”, referente à mudança da sede do governo, “será sabotada por mais de meio século”⁹⁸. Se o objetivo da iniciativa era o de promover a reconstrução de Olinda, ele resultou num completo fiasco. De acordo com o mesmo autor, seu

⁹⁴ Acioli, Jurisdição e conflitos..., p. 87

⁹⁵ Acioli, Jurisdição e conflitos..., 87-88.

⁹⁶ BCUC, Manuscritos, Códice 448. Carta Régia ao Conde de Óbidos de 23 de agosto de 1663, estabelecendo a mudança da sede de governo de Recife para Olinda, fl. 259. Negrito nosso.

⁹⁷ Costa Porto, Nos tempos do visitador...

⁹⁸ Mello, A fronda dos mazombos..., p. 176.

esvaziamento era “irremediável”, pois o “Recife roubara-lhe a função comercial” e “a açucarocracia, ruralizada pela pobreza, já não podia dar-se ao luxo *ante bellum* da residência secundária na vila, segregando-se pelos engenhos”⁹⁹. Empobrecida pela crise do açúcar, que grassava na segunda metade do século XVII, a elite açucareira jamais conseguiu reerguer o casario do antigo burgo duartino e devolver-lhe a vitalidade anterior à invasão holandesa, e assim, a Olinda do *post bellum* seria uma cidade habitada quase que exclusivamente por homens pobres livres ou forros que viviam às margens da sociedade açucareira ou na dependência de favores eclesiásticos e episcopais¹⁰⁰.

Em 1690, o panegirista de Câmara Coutinho estimava que a outrora “muito populosa, rica e autorizada, com grandes e formosas casarias de pedra e cal, todas de dois e três sobrados”, reduzia-se agora a não mais que “500 fogos de gente pobre e casas pequenas”¹⁰¹. Na visita Ad Limina de 1696, D. Francisco de Lima menciona que toda a freguesia da Sé reunia 600 fogos, ao passo que na segunda visita, em 1701, acresce o total para 660. Já Pereira da Costa apresenta uma cifra menos otimista, admitindo que, anos mais tarde, em 1724, o recinto da “cidade” tinha apenas “300 vizinhos”, isto é, fogos. Um levantamento posterior, com data próxima a 1749, faz referência a 612 fogos na freguesia da Sé, com aproximadamente 2877 pessoas de comunhão, ao passo que, em 1808, o mesmo espaço tinha apenas 823 fogos¹⁰².

Contrastando com a decadência de Olinda, o Recife *post bellum* continuou a florescer enquanto ativo centro urbano, comercial e residência do importante grupo mercantil da praça. Agenciadores de crédito, estes homens contribuíram ativamente para financiar (com juros) o soerguimento da indústria açucareira no *post bellum* e para a continuidade do crescimento e da urbanização do Recife, não só com casas, mas com pontes, armazéns e, até mesmo, fortalezas¹⁰³. Para dar a medida da urbanização, basta referir que quando comparada à Praça, as dimensões do termo central da vila “cabeça” eram muito modestas. Mesmo após a destruição de grande parte dos edifícios durante o cerco ao Recife (1645-1654), os neerlandeses deixaram Santo Antônio e a Ilha de Antônio Vaz com 464 edifícios, dos quais 55% possuíam dois pisos e 20% três pisos¹⁰⁴. Em 1701, o bispo D. Francisco de Lima registava a cifra de 2450 fogos em toda a freguesia do Recife. Em 1746, há uma ligeira queda na contagem, estimada em torno de

⁹⁹ Antes da guerra, a açucarocracia mantinha residências permanentes em Olinda, para além dos engenhos nas freguesias rurais. Mello, *A fronda dos mazombos...*, p. 177.

¹⁰⁰ Tal como sugere Kalina Vanderlei Silva. Silva, *Nas solidões vastas e assustadoras...*, p. 25.

¹⁰¹ BCCC, p. 281.

¹⁰² AP, III, p. 84.

¹⁰³ Mello, José Antônio G. *Um mascate e o Recife: a vida de Antônio Fernandes de Matos, 1671-1701*. 2ª Edição, Recife: Fundação da Cultura da Cidade do Recife, 1981.

¹⁰⁴ Souza, *Tratos e mofatras...*, passim. p. 48

2020 fogos e 12.536 pessoas de comunhão. Oito anos mais tarde, de acordo com Cabral de Souza, a Câmara do Recife informou ao Conselho Ultramarino que residiam mais de 30 mil habitantes em todo o termo da vila e justificava, com isso, a pretensão de ser elevada à categoria de “cidade”¹⁰⁵, negada nessa altura e só atendida no século XIX.

Em síntese pode-se dizer que, na segunda metade do século XVII, as imagens de uma Olinda decadente, mas politicamente forte, e de um Recife em ascensão, mas carente de representatividade institucional, configuram, na verdade, a superfície de um antagonismo mais profundo entre grupos socialmente dominantes de uma e de outra parte. A nobreza da terra, representada na Câmara de Olinda, e o grupo mercantil do Recife. Senhores de engenho *versus* negociantes. Nobres *versus* mascates. Devedor rural *versus* credor urbano. Naturais da terra *versus* reinóis¹⁰⁶. Dualidade característica do pós-guerra, vista pela maior parte da historiografia como uma especificidade local só mais reduzidamente vivenciada em outras partes da América Portuguesa. Para Evaldo Cabral de Mello, este antagonismo, deu lugar a diversos conflitos entre as duas partes e que culminaram, dentre outros casos, na deposição do governador Jerônimo de Mendonça Furtado (1666), nos conflitos entre a Câmara de Olinda e o Marquês de Montebelo (1690-1693) e, principalmente, nas Alterações Pernambucanas, revolta mais conhecida pelo nome com o qual se popularizou na literatura: Guerra dos Mascates (1710-1711)¹⁰⁷.

Mais do que o total enfraquecimento dos partidários da nobreza da terra, o desfecho das Alterações resultou em certa “acomodação” entre os partidários de ambas as facções, acompanhada de certo reforço da autoridade régia em toda a Capitania¹⁰⁸. Os atritos, entretanto, persistiram por quase todo o século XVIII. Além de não retomar o esplendor *ante bellum*, o município de Olinda perdeu o Recife, e as mais ricas freguesias da “mata sul” do atual Estado de Pernambuco, nomeadamente o Cabo, Ipojuca e Muribeca, mas preservou, em contrapartida, o estatuto de “Cabeça” da Capitania de Pernambuco, bem como a condição de Cidade, ao passo que o Recife, sendo muito mais povoado, manteve-se como Vila.

O local de residência da maior parte dos oficiais da Coroa, pela carga simbólica associada, representava um problema inescapável à definição dos equilíbrios do poder no local e os representantes locais da monarquia não podiam, e nem deveriam, ficar alheios ao antagonismo entre as duas povoações, tendo que se acomodar, frequentemente, aos interesses de uma e de outra parte. Acontece de os governadores, ouvidores e mais ministros nem sempre optarem pela residência permanente na “Cabeça” da Capitania. Como veremos, a curta distância que separava

¹⁰⁵ Souza, *Tratos e mofatras...*, p. 54.

¹⁰⁶ Mello, *A fronda...*, p.141.

¹⁰⁷ Mello, *A fronda...*, p.141.

¹⁰⁸ Mello, *A fronda...*, p. 469.

Olinda do Recife permitia rápidos e constantes deslocamentos entre ambas, sendo este feito por terra, através do istmo, ou por via fluvial, pelo rio Beberibe.

Quanto aos Governadores, sabe-se que nem todos obedeceram à determinação régia de residir em Olinda, sendo este “um dos motivos de mais frequentes conflitos entre eles e a Câmara”¹⁰⁹. Não obstante a determinação de 1663, enviada a Brito Freyre, já em 1670, o governador Bernardo de Miranda Henriques instalara-se no Recife e recusava os protestos da Câmara de Olinda para que voltasse a residir no espaço da vila, dizendo-lhes que só retornaria quando “parecer que convém mais ao serviço” de Sua Majestade¹¹⁰. Ademais do descumprimento da ordem, sabemos que, já antes da década de 1690, os governadores gozavam de uma licença especial para residir no Recife na altura da expedição das Frotas¹¹¹, quando “sua presença tornava-se indispensável ao apresto da chegada e partida dos navios, períodos que duravam até seis meses”¹¹². Todavia, há fortes indícios para crer que a estadia no Recife poderia ser muito mais prolongada.

Se não dispomos de registos pessoais para todos os governadores, como por exemplo diários, o local em que suas disposições eram assinadas pode servir de indício para perceber a frequência com que costumavam residir em Olinda ou no Recife. No Quadro 3, apresentamos um levantamento dos locais de assinatura das disposições dos Governadores entre 1660 e 1746, tendo por base os atos comunicativos expedidos para os interlocutores locais dos governantes nas Capitanias do Norte e que estão preservados no fundo das “*Disposições dos Governadores*”, depositado na Coleção do Conde dos Arcos da Universidade de Coimbra. Trata-se de uma documentação visivelmente incompleta, como já enfatizamos, mas que nos permitirá tecer algumas aproximações¹¹³. Na primeira coluna, relacionamos todos os governadores que passaram por Pernambuco entre 1654 e 1746, inclusive os interinos, e nas colunas seguintes, à direita, mencionamos o quantidade de disposições existentes no respectivo fundo assinadas em Olinda, em seguida, o montante assinado no Recife, na terceira coluna, aquelas que foram assinadas em outros lugares, na quarta a quantidade de disposições que não registam local de assinatura e, por fim, o montante total referente a cada governador. É de se apontar que não há disposições registadas para nenhum dos mandatos de André Vidal de Negreiros e tampouco

¹⁰⁹ Mello, *A fronda...*, p. 176.

¹¹⁰ AUC, CA, Cód. 31, fl. 238.

¹¹¹ Pereira da Costa aponta esta determinação para o ano de 1704 e 1706, mas já antes, em 1689, quando uma Ordem Régia expedida a Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho (1689-1690) recordou a necessidade de assistir em Olinda, o direito à assistência no Recife aparece como garantido. AP, IV, p. 24; ICP, p.130.

¹¹² Mello, *A fronda...*, p. 177.

¹¹³ Informações levantadas a partir de: AUC, CA, Códices 31 e 32. *Disposições dos Governadores de Pernambuco (1654-1746)*. Aledson Dantas apresenta um levantamento semelhante, mas toma como corte cronológico apenas a segunda metade do século XVII. Dantas, «Uma vila e seu povo...», 2018.

para o de D. Pedro de Almeida, motivo pelo qual as informações concernentes aos seus mandatos permanecem em branco.

Quadro 3. Local de Assinatura das Disposições dos Governadores (1654-1746)¹¹⁴

GOVERNADORES DE PERNAMBUCO	OLINDA	RECIFE	OUTROS	S/ INFORMAÇÃO	TOTAL
Francisco Barreto de Meneses (1654-1657)	2	48	22		72
André Vidal de Negreiros (1657-1661)	-	-	-	-	-
Francisco de Brito Freyre (1661-1664)	1	163			164
Jerônimo de Mendonça Furtado (1664-1666)	82	140		1	223
André Vidal de Negreiros (1667)	-	-	-	-	-
Bernardo de Miranda Henriques (1667-1670)	5	23		1	29
Fernão de Sousa Coutinho (1670-1674)	224	29			253
D. Pedro de Almeida (1674-1678)	-	-	-	-	-
Aires de Souza de Castro (1678-1682)	2	118		2	122
D. João de Souza (1682-1685)	11	100		1	112
João da Cunha Souto Maior (1685-1688)	35	111		4	150
Fernão Cabral (1688)	2	25			27
D. Matias de Figueiredo e Melo (1688-1689)	37	14			51
Câmara Coutinho (1689-1690)	90	3			93
Marquês de Montebelo (1690-1693)	110	15		1	126
Caetano de Melo e Castro (1693-1699)	42	69		2	113
Fernando Martins Mascarenhas (1699-1703)		13			13
Francisco de Castro Moraes (1703-1707)	20	69	1		90
Sebastião de Castro e Caldas (1707-1710)	5	70		2	77
D. Manuel de Álvares da Costa (1710-1711)	5	6			11
Félix José Machado (1711-1715)	140	315	1		456
D. Lourenço de Almeida (1715-1718)	0	214			214
Manoel de Souza Tavares (1718-1721)	7	26			33
D. Francisco de Souza (1721-1722)		6			6
D. Manoel Rollim de Moura (1722-1727)	3	45			48
Duarte Sodré Tibão (1727-1737)	31	398	3		432
Henrique Luís Pereira Freire (1737-1746)	0	241	8	1	250
Total	854	2261	35	15	3165

No geral, o conjunto das informações levantadas nos permite afirmar que apesar das determinações da Coroa, os governadores preferiram a residência no Recife, pois mais de 70% de todos os atos comunicativos expedidos entre 1654 e 1746 foram assinados nesta praça. Mesmo que os dados identificados através do fundo das *Disposições* não representem a totalidade da documentação resultante dos expedientes de governo, eles nos permitem observar tendências quanto ao trânsito dos governadores entre ambos os espaços. Na segunda metade do

¹¹⁴ Dados levantados a partir das *Disposições dos Governadores de Pernambuco*, AUC, CA, Códices 31 e 32.

século XVII, foram aparentemente poucos os que residiram em Olinda durante a maior parte do mandato, tendo destaque Fernão de Sousa Coutinho, na década de 1670, logo após a promulgação de seu regimento, e quase todos os que governaram a Capitania nos últimos doze anos do século. Alguns como Jerônimo de Mendonça Furtado, Caetano de Melo e Castro e Félix José Machado transitavam com alguma regularidade entre as duas partes, preferindo, entretanto, uma permanência mais prolongada no Recife do que em Olinda. Mas fica claro que a preferência pela residência mais prolongada no Recife, ensaiada durante as décadas de 1660 e 1680, ganha fôlego e se consolida de nas primeiras décadas do século XVIII, seguidamente ao desfecho das Alterações. Não por acaso, os períodos em que a residência no Recife era mais frequente, coincide com as iniciativas pessoais dos governadores ou dos moradores da praça em financiar a reforma do antigo Palácio de Friburgo, construído na parte setentrional da Ilha de Antônio Vaz, em 1641, ainda durante a administração de Maurício de Nassau e rebatizado, no *post bellum* de “Palácio das Torres” ou “das Duas Torres”¹¹⁵, como ilustrado na figura 1.

Figura 1. Palácio de Friburgo, ou "Das Torres". Frans Post, c. 1641¹¹⁶



A preocupação de dotar os governadores com espaços respeitáveis de residência foi comum ao processo de formação dos governos ultramarinos durante a expansão europeia, desde

¹¹⁵ Coube provavelmente ao diplomata Joaquim de Sousa Leão o estudo pioneiro acerca da construção do antigo paço nassoviano, descrevendo sua estrutura, iniciativas de reforma e utilização por autoridades régias ou religiosos; cf. Leão Filho, Joaquim de Sousa. «Palácio das Torres». *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 10, Rio de Janeiro, 1946.

¹¹⁶ Intervenção sobre Frans Post, *Friburgvm*, gravura contida no livro de Gaspar Barléus. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_de_Friburgo#/media/File:%27FRIBVRGVM%27_\(Recife\),_gravura_de_Frans_Post..jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_de_Friburgo#/media/File:%27FRIBVRGVM%27_(Recife),_gravura_de_Frans_Post..jpg). Domínio Público.

as menores colônias da América Inglesa até as cortes vice-reais do mundo hispânico¹¹⁷. A casa, além de abrigar a sede do poder político e da autoridade, pode representar, em si, tal como outros monumentos arquitetônicos, um suporte de comunicação política, especialmente quando construída para atender a fins de afirmação política¹¹⁸. Com efeito, a imponência dos edifícios que serviram de residência aos governadores, bem como a sua disposição geográfica no espaço, contribuía tanto para dar base espacial ao corpo de governo e quanto para dar visibilidade ao poder e à autoridade dos mesmos. Desde 1654, Francisco Barreto optou por aproveitar as comodidades oferecidas e aposentar-se no referido edifício, atitude que poderia ser interpretada como ato de afirmação política sobre o inimigo vencido, uma vez que fora construído para atender ao mais importante dos governadores no período neerlandês e servira como sede de despacho para os restantes.

Mas, apesar de visualmente arrojado, o material utilizado durante a construção do Palácio era, provavelmente, madeira vinda dos Países Baixos, algo que o fazia vulnerável ao clima tropical¹¹⁹. Rapidamente o palácio precisou de reparos, feitos por Francisco de Brito Freyre que numa carta a D. Afonso VI, menciona que o encontrou “lastimosamente desmantelado e quase todo caído”, e só ao fim de seu mandato é que pôde nele residir¹²⁰. Em novembro de 1662, ele ordenou ao capitão João de Mendonça, comerciante lisboeta radicado na praça¹²¹, que fizesse as obras no Palácio para ser, posteriormente, ressarcido pela Câmara de Olinda, que lhe consignaria durante quatro anos o valor de 150 mil réis despendido com o aluguer das casas de aposentadoria¹²². Mas, a verdade é que a Câmara mostrou alguma resistência quanto ao pagamento, pois o aluguer destas casas representava um mecanismo de controle para os edis, o qual garantia que a residência dos Governadores fosse mantida em Olinda ao invés do Recife¹²³.

As obras, com efeito, não foram levadas adiante, até que o governador Aires de Sousa de Castro tornou a empreender novos reparos, custados, desta vez, pela Real Fazenda¹²⁴. Mas, passados quase trinta anos desde a capitulação neerlandesa, o palácio encontrava-se em estado deplorável, de modo que seus sucessores D. João de Sousa e João da Cunha Souto Maior,

¹¹⁷ Pestana, Carla. «The Problem of Land, Status, and Authority: How Early English Governors Negotiated the Atlantic World». *The New England Quarterly*, Vol. 78, No. 4, Dec., 2005, pp. 515-546.

¹¹⁸ Dumolyn, Jan. «Political Communication ...», pp. 33-55.

¹¹⁹ Dantas, «Uma vila e seu povo...», p. 87.

¹²⁰ Relatório da administração da capitania de Pernambuco, nos meados do século XVII por Francisco de Brito Freire. BNP, 236, n. 51. Apud: Dantas, «Uma vila e seu povo...», p.97.

¹²¹ Souza, *Tratos e mofatras...*, p. 454.

¹²² AUC, CA, Códice 31, fl. 112. Mello, *A fronda...*, p. 177; Souza, *Tratos e mofatras...*, p. 51.

¹²³ No ano seguinte, A Câmara recusou-se a pagar os 150 mil réis consignados para o efeito. AUC, CA, Códice 31, fl. 118.

¹²⁴ Souza, *Tratos e mofatras...*, p. 51.

tentaram dar continuidade às obras sem que fossem concluídas. O Palácio chegou até a ser ocupado por frades carmelitas no ano de 1686, quando os indícios apontam pela preferência pela residência em Olinda até os anos finais do século XVII, e é provável que a motivação dos sucessores de João da Cunha para residir na Cidade, esteja associada à tentativa de escapar da epidemia de febre amarela que grassava no Recife e que acabou por ceifar a vida do governador Fernão Cabral, em 1688¹²⁵.

As obras nas Torres só seriam retomadas durante o mandato do Marquês de Montebelo sob o patrocínio dos moradores do Recife, com a notável participação do capitão e negociante Antônio Fernandes de Matos¹²⁶. Diversos autores, ressaltam que o financiamento da reconstrução do Palácio das Torres foi movida como uma estratégia de afirmação do grupo de comerciantes do Recife que, ansiosos por ampliar sua autonomia e representatividade institucional em finais do século XVII, decidiram patrocinar a instalação dos governadores nas cercanias da praça¹²⁷. Para Cabral de Mello, as “obras concluíram-se com uma rapidez inusitada e a preço suspeitamente módico”, e com elas “os mercadores promoviam o desenvolvimento recifense, incentivavam as autoridades a permanecerem mais tempo na praça e poupavam-se a si mesmos a despesa e o desconforto das viagens a Olinda, a trato dos negócios”¹²⁸. Durante as reformas, Antônio Fernandes de Matos não só reparou a edificação, mas alterou alguns elementos de sua composição, moveu uma escadaria, acrescentou janelas e construiu “duas casas mais” no complexo, sendo uma vaga e outra para a instalação da Secretaria de Governo¹²⁹.

Mais do que o lugar de morada dos governadores, esta seria a verdadeira sede do governo, cuja construção representava, no limite, uma autonomização destes agentes em relação aos recursos administrados pela Câmara¹³⁰. Reformar o Palácio das Torres, era, por conseguinte, um ato político que tem as rivalidades vicinais entre Olinda e Recife como pano de fundo. E aqui parece oportuno referir que a disposição geográfica do edifício (assinalada em amarelo na Figura 2) localiza-se num ponto que, apesar de muito mais próximo do Recife, encontra-se ligeiramente apartado do centro da vila. Contudo, nunca é demais lembrar que a vila, o porto e a alfândega, podiam ser vistos, a partir do alto das torres. Além disso, como pode

¹²⁵ Este governador, aliás, passou a maior parte de seu mandato no Recife, como pode ser visto no quadro 1. Para uma análise detalhada da epidemia de febre amarela, ver: Andrade, *Montebelo, os males e os mascates...*, p. 151-170.

¹²⁶ Mello, *A fronda...*, p. 178.

¹²⁷ Cf. Mello, *A fronda...*, p. 177-178; Souza, *Tratos e mofatras...*, p. 51; Dantas, Aledson. «As torres do Conde e as questões sobre a moradia dos governadores de Pernambuco: poder e práticas de espaço em Recife e Olinda (1654-1709)». *Anais do III Encontros Coloniais*, Natal, 2016, disponível em: www.cchla.ufrrn.br/encontroscoloniais-lehs/textos/ALEDSON-DANTAS.pdf.

¹²⁸ Mello, *A fronda...*, p. 178.

¹²⁹ BNP, PBA, 239, fl. 78.

¹³⁰ Dantas, «Uma vila e seu povo...», p.99. Mello, *A fronda...*, p. 178.

ilustrar uma das obras de Frans Post, intitulada “Vista das Ruínas de Olinda” (figura 3), o Palácio podia ser avistado do topo das ladeiras de Olinda, algo que, intencionalmente ou não, marca, de uma perspectiva visual e simbólica, a presença do Governo no Recife.

Figura 2. Vista do Recife, ant. 1763¹³¹.

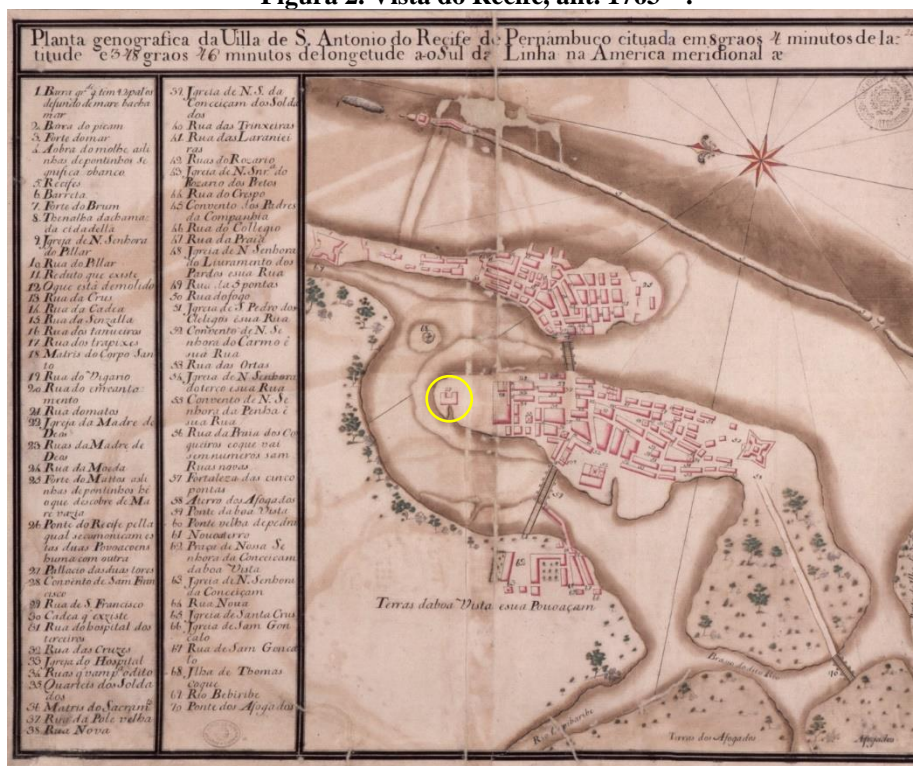
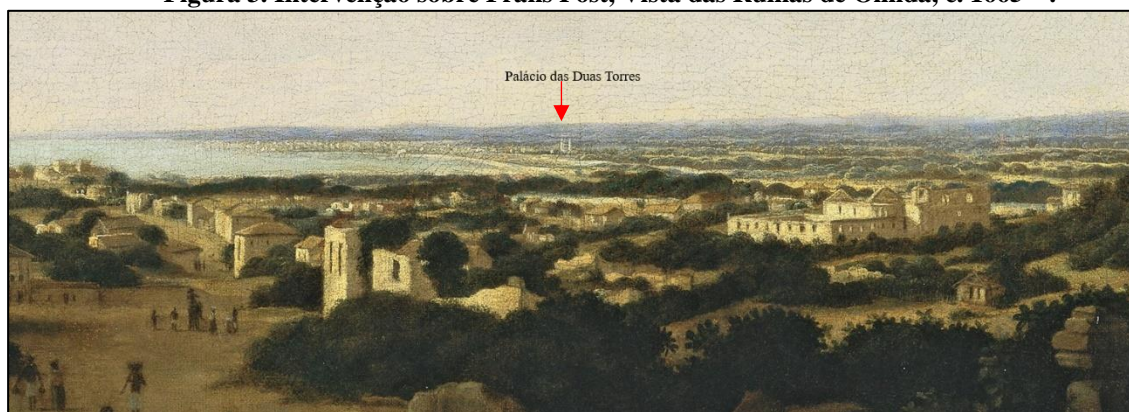


Figura 3. Intervenção sobre Frans Post, Vista das Ruínas de Olinda, c. 1665¹³².



¹³¹ AHU, Coleção Cartográfica, D. 0929. Planta genografica da Villa de S. Antônio do Recife de Pernambuco: cituada em 8 grãos 4 minutos de latitude e 348 grãos de longitude ao sul da linha na America meridional. - [1763]. - 1 planta ms. : color., desenho a nanquim; 34 x 42,3cm em folha 35 x 42,8cm.

¹³² Detalhe de Frans Post, View of the Ruins of Olinda. Museo Nacional Thyssen-Bornemisza, Madrid, Inv. no. 326. (1977.66). Disponível em: <https://www.museothyssen.org/en/collection/artists/post-frans-jansz/view-ruins-olinda-brazil>

Ademais, o palácio estava construído junto ao rio Beberibe, que dá acesso direto à Olinda e constitui a principal via de ligação entre as duas partes. Se a população recorria ao serviço de canoeiros, pessoas livres ou escravizadas¹³³, para fazer os deslocamentos, os governadores utilizavam uma embarcação especial que era referida, em finais do século XVII, como **bergantim**¹³⁴ e no XVIII como **escaler**¹³⁵. Trata-se de uma embarcação oficial do governo, cujo uso demarca mais uma distinção dos governadores em relação aos restantes poderes locais, como por exemplo a Câmara de Olinda¹³⁶. A importância do uso de tais embarcações, é referida no arbítrio oferecido por Barbosa de Lima a Félix José Machado, em que lhe recomenda que quando for “à cidade [de Olinda], seja no seu bergantim e não em canoa que causa desprezo por ser vulgaridade; por que dizia um discreto que Pernambuco tinha o entendimento nos olhos devendo ter os olhos no entendimento”, e semelhantes “**ações aparatosas e resplandecentes**, conduzem muito para o respeito”¹³⁷. Em outras palavras, a utilização da embarcação estava associada à demonstração da dignidade dos governadores, de forma semelhante ao uso político de faustosas embarcações na Europa moderna¹³⁸.

A iconografia neerlandesa dá conta de embarcações que seriam, provavelmente, semelhantes às referidas por Barbosa de Lima, como ilustra a figura 4, de Frans Post, tomada a partir da ponte da Boa Vista, e em que aparecem, à esquerda, uma canoa, e à direita, uma embarcação com toldo, semelhante ao bergantim dos governadores. Na mesma imagem, é possível ver ao fundo o Palácio das Torres e mais longe, a indicação das ruínas de Olinda. Além dos pedidos de reparo, no decorrer do século XVIII, vemos a execução de outras obras, como a construção de um pequeno cais, que abrigava o bergantim¹³⁹.

¹³³ Mello, Evaldo Cabral. «Canoas do Recife: um estudo de microhistória urbana». Recife, *RIAP*, vol. L, 1978. p.67-103.

¹³⁴ Em julho de 1685, João da Cunha Souto Maior deu ordens ao Provedor da Fazenda para que pagasse um total de 62\$940 réis aos oficiais carpinteiros, ferreiros, calafates pela “reforma que fizeram no *bergantim* e Oratório dos Passos destas Torres”. Em fevereiro de 1691, o Marquês do Montebelo volta a ordenar ao Provedor que “mande consertar o Bergantim de Sua Majestade de tudo o que necessitar, assim das obras de carpinteiro como de calafate e juntamente se lhe consertará a *armação de toldo* que está arruinada”, o que sugere que a embarcação tinha também uma coberta, tal qual os bergantins da Coroa e remadores. AUC, CA, Códice 31, fls.424v e 535.

¹³⁵ Repetidas entradas do diário de Luís Correia de Sá referem a utilização do *escaler* para ir e vir entre Olinda e Recife. *DLCS*, pp. 104-105.

¹³⁶ A Câmara de Olinda, por exemplo, recebia uma ajuda de custo da Fazenda Real para fazer as deslocações ao Recife nas audiências semanais que tinha de fazer.

¹³⁷ BNP, PBA, 526, fls. 263-264v.

¹³⁸ Como o *Bucintoro* do Doge na República de Veneza. Cf.: Dursteler, Eric R. (ed.) *A companion to Venetian History, 1400-1797*. Leiden/Boston: Brill, 2013.

¹³⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 31, D. 2831.

Figura 4. Intervenção sobre a gravura Boa Vista, de Frans Post¹⁴⁰.



Em resumo, o principal centro político da Capitania de Pernambuco apresenta uma configuração espacial complexa e muito particular, pois, como vimos, a localização dos principais organismos da administração régia nem sempre coincidia com o município “cabeça”, neste caso, Olinda. Os desdobramentos da ocupação neerlandesa, associados ao antagonismo vicinal entre Olinda e Recife promoveram certo fracionamento do centro político. Na primeira, estava a Câmara, a partir de 1676 a sede do bispado, bem como, desde 1663, a sede formal da residência dos Governadores, dos Ouvidores e de todo o pessoal associado. Na segunda além do porto, desde 1654, foi fixada a sede da Provedoria da Real Fazenda, dos armazéns régios e da Alfândega, e a residência factícia, ou preferida, dos governadores e ministros de Sua Majestade.

Tal fragmentação impôs, desde cedo, a incontornável mobilidade dos governadores entre as duas povoações. Mobilidade de curta distância e que poderia ser vencida em questão de horas, e nada comparável ao trânsito constante dos Governadores do Maranhão ao Grão-Pará, e dos do Grão Pará ao Maranhão¹⁴¹. Mas, ao invés de um centro político dividido, seria, mais acertado pensar em um núcleo de governo disperso entre duas povoações próximas ou, mais especificamente, em um **complexo** governativo, e ainda que se verifique a tendência a uma fixação maior no Recife, não deixa de ser interessante reparar que a disposição geográfica do Palácio das Torres, privilegiava o canal de acesso à Olinda pelo Beberibe, de onde, aliás, se podia ver o antigo paço nassoviano e vice-versa, além de que os deslocamentos dos governadores e mais ministros entre as duas partes faziam parte do cotidiano.

¹⁴⁰ Intervenção tomada a partir da gravura de Frans Post, intitulada “Boa Vista”, encontrada no livro de Gaspar Barléus, *De rervm octenia...* Fonte: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18334/boa-vista>.

¹⁴¹ Santos, O governo das conquistas do norte..., p.35-45.

Enquanto espaço de residência privilegiado dos governadores, o Palácio marca o enraizamento do Governo no Recife. Mas é também um marco para a sedimentação dos arquivos da Secretaria que, no mesmo período, passou a ter uma sala própria no interior do Palácio, fator que certamente contribuiu para que grande parte dos atos comunicativos fossem ali produzidos, copiados e organizados. Se o palácio representa a sede visível do Governo, a Secretaria, lhe dava uma memória.

2.2.3 Os Secretários e a Secretaria de Governo¹⁴²

Esta é a era dos “impérios do papel”, na qual a governação, numa escala local, regional, continental ou transoceânica dependia da produção maciça de atos comunicativos. Tão importantes quanto o conteúdo das mensagens transmitidas em suportes escritos, eram as condições que garantiam a materialidade dos fluxos transoceânicos ou intracontinentais de comunicação, nomeadamente: a redação, a reprodução, o envio, a divulgação, o registo e a organização dos documentos. Uma vez que a quantidade dos registos produzidos pelas instituições multiplicou-se de forma assinalável na Época Moderna, tanto na Europa quanto nas Américas, as funções desempenhadas pelos oficiais encarregados da gestão dos papéis tornaram-se mais complexas e cada vez mais especializadas.

Mas até há razoavelmente pouco tempo, eram escassos os estudos sobre os oficiais responsáveis pela produção dos papéis, apesar de sua reconhecida importância. Nos manuais clássicos de História Administrativa, os escrivães, notários e secretários eram tratados como “oficiais menores” ou meros “burocratas”, sem outra função que assessorar agentes ou organismos colegiados de maior importância na produção dos registos manuscritos¹⁴³. Por outro lado, trabalhos mais recentes têm sublinhado o seu protagonismo na intermediação das distâncias físicas e culturais, na produção de “efeitos de verdade”¹⁴⁴, na criação de taxinomias de categorização social, e, talvez o mais importante, a sua participação ativa nos processos de tomada de decisão política, pois, para além do conhecimento dos estilos, da linguagem e das formas de produzir os atos do governo, a experiência adquirida nos longos anos de serviço acabava por lhes dar acesso aos saberes acumulados nos arquivos e que eram indispensáveis à

¹⁴² Uma versão mais alargada deste tópico já foi publicada no artigo: Curvelo, Arthur, « Os Oficiais da Escrita no Governo de Pernambuco: Governadores, Secretários e Notários na construção da governabilidade - Séculos XVII e XVIII », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 02 octobre 2017, consulté le 03 avril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71399> .

¹⁴³ Manuais clássicos da história de Portugal, como o de Fortunato de Almeida, sequer fazem menção aos escrivães e tabeliães. Almeida, Fortunato. *História das Instituições em Portugal*, Porto, Livraria Magalhães & Moniz, 1903.

¹⁴⁴ Cf. Burns, Kathryn, «Notaries, Truth and Consequences», *American Historical Review*, Abril, 2005.

governança. Trabalhos como os de Guillermo Villena Lohmann ou Pedro Puntoni, por exemplo, destacam que o contato de certos oficiais, como os Secretários, com a “memória burocrática”, os capacitava para atuar enquanto potenciais informantes ou conselheiros dos governantes adventícios¹⁴⁵.

Nesse sentido, o estabelecimento da Secretaria de Governo veio a desempenhar um papel fundamental para a formação do Governo de Pernambuco como um corpo político, já que, de um lado, os secretários e oficiais subalternos corporificavam a normatização escrita das disposições tomadas *in loco* pelos novos Governadores, e, de outro, organizavam os arquivos que armazenavam a memória da governação. Referência fundamental, e pioneira, para o estudo da Secretaria de Governo de Pernambuco é a tese de Josemar Henrique de Melo, *A ideia de arquivo*¹⁴⁶. Trata-se de um trabalho defendido na área de Ciências Documentais e que se dedica a analisar as circunstâncias históricas da produção dos fundos da Secretaria, cujos escassos remanescentes estão depositados no Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Para isso, o autor analisa a formação da Secretaria como um “sistema de arquivo”, tendo por intuito explicar sua organização original para aprimorar as bases de elaboração atual dos instrumentos de pesquisa daquele arquivo em versões mais precisas e atualizadas. Não obstante, aborda diversos aspectos relacionados à história, ao perfil e às atribuições do secretário e de seus oficiais.

Melo considera que o cargo de Secretário de Governo só foi efetivamente criado em 1687, quando da expedição do primeiro regimento. Mas, de acordo com o mesmo autor, este momento representa o ponto culminante da institucionalização das prévias funções de um auxiliar dos despachos, já que desde o *ante bellum*, os capitães donatários e seus lugartenentes, contavam com o auxílio de um oficial destinado a secretariar os expedientes administrativos¹⁴⁷. No *post bellum*, o primeiro Secretário de quem se tem informações é o capitão Manuel Gonçalves Correia, que serviu na guerra contra os holandeses como Secretário do Exército, sendo provido pelo Mestre de Campo General Francisco Barreto de Meneses em 1647. Seu provimento atende à necessidade específica de dar melhor “expediência às coisas da guerra”, e justifica-se na sua experiência pessoal, por já ter ele servido com lealdade aos “mestres de campo e governadores passados”¹⁴⁸. Ao que parece, Gonçalves Correia atuou por espaço de vinte e cinco anos até a

¹⁴⁵ Lohmann Villena, Guillermo, «El secretario mayor de gobernación del virreinato del Perú (notas para un estudio histórico-institucional)». *Revista de Indias*, 2005, Vol 65, No 234. Puntoni, Pedro, «Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII». Em *Modos de Governar*. orgs. Ferlini, Vera Lúcia & Bicalho, Maria Fernanda. São Paulo, Alameda, 2005.

¹⁴⁶ Melo, *A ideia de Arquivo*...

¹⁴⁷ Melo, *A ideia de arquivo*..., p. 179-180.

¹⁴⁸ A saber, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. Provimento do Capitão Manuel Gonçalves Correia como Secretário do Exército de Pernambuco. 17 de abril de 1648. In: AUC, CA, Códice 31, fl. 3v.

nomeação de Diogo Rodrigues Pereira como secretário, em 1670. Paralelamente ao Secretário de Governo, há indícios que o governador André Vidal de Negreiros, teve um secretário pessoal, Marcos Velho Gondim, que o acompanhou em toda sua trajetória, servindo nos governos do “Maranhão, Pernambuco e Angola”¹⁴⁹.

Até o ano de 1716, a nomeação dos Secretários cabia aos governadores que, a seu turno, não dispensavam a oportunidade de prover o ofício em criados. Antônio Coelho Guerreiro, criado de Aires de Sousa de Castro e provido pelo mesmo em 1679, ocupou postos de Secretário nos Governos de Pernambuco, Angola, Bahia e Goa. Servindo a diferentes pessoas e acumulando experiências em todos estes enclaves, contribuiu com a circulação de saberes e práticas de organização dos papéis em diferentes partes do império, como demonstrou Maria de Fátima Gouvêa¹⁵⁰. O célebre Antônio Barbosa de Lima veio a Pernambuco como criado do governador D. João de Sousa¹⁵¹. Joaquim Mendes de Alvarenga e Domingos Lopes Preto eram ambos criados de Félix José Machado e foram providos em Secretário e Oficial Maior da Secretaria, respectivamente¹⁵². E ao fim do mandato deste último, todos os Secretários passaram a ser providos através de concurso pelo Conselho Ultramarino. Ao contrário de quase todos os outros ofícios da escrita na Capitania, o de Secretário de Governo nunca chegou a ser cedido em regime de propriedade, apesar das tentativas do próprio Barbosa de Lima em obtê-la¹⁵³, mantendo-se a concessão precária pelo tempo ideal de três anos.

Todavia, quase todos excederam o triênio. Como ilustrado no quadro 4, Manuel Gonçalves Correia e Antônio Barbosa de Lima, providos antes do estabelecimento dos concursos, tiveram os mandatos mais longos, ultrapassando os 25 anos de serviço. Este último foi sucedido por cinco secretários que permaneceram no cargo por intervalos mais curtos de tempo, até que, entre finais da década de 1727 e o ano de 1802, delineia-se uma tendência para permanências mais prolongadas que oscilam entre os dez e os quatorze anos (à exceção de Inácio Saldanha). Ainda assim, é preciso sublinhar que mesmo alguns dos secretários com mandatos mais curtos já serviam na Secretaria de Pernambuco antes da nomeação. É o caso de Manuel da Silva Rosa, que serviu por apenas seis anos, mas já era “oficial papalista e oficial maior” há quase treze¹⁵⁴. José Antunes, foi Secretário entre 1739 e 1749, mas já atuava como

¹⁴⁹ Mello, *A ideia de arquivo...*, p. 181-182.

¹⁵⁰ Gouvêa, Maria de Fátima Silva. «Redes governativas portuguesas...». 172-179.

¹⁵¹ Barbosa de Lima servia aos Condes do Prado desde 1669, quando acompanhou o pai de D. João, D. Francisco de Sousa, 3º Conde, quando serviu de embaixador em Roma. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 14, D. 1390.

¹⁵² AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 27, fl. 2480.

¹⁵³ Na verdade, nenhum em nenhum governo ultramarino, salvo no de Angola, o cargo de Secretário foi concedido em propriedade. Melo, *A ideia de arquivo...*, p. 157.

¹⁵⁴ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 29, D. 2622.

Oficial Maior da Secretaria desde 1728, quando foi provido por Duarte Sodré Tibão – de quem era criado e com quem já servira no governo de Mazagão – permanecendo por pouco mais de vinte anos dentro da Secretaria¹⁵⁵. Outros, como Domingos Lopes Preto¹⁵⁶ e Bernardino Farto Pacheco, atuavam como oficiais dentro da Secretaria, assumindo-a interinamente.

Quadro 4. Secretários de Governo de Pernambuco (1645-1802)¹⁵⁷

Secretário	Duração do Mandato
Manuel Gonçalves Correia	1645-1670
Diogo Rodrigues Pereira	1670-1678
Antônio Coelho Guerreiro	1678-1682
Antônio Barbosa de Lima	1682-1711
Joaquim Mendes de Alvarenga	1711-1715
Domingos Lopes Preto	1715-1717
Tomé Matos Girão	1717-1721
Manuel da Silva Rosa	1721-1726
Bernardino Farto Pacheco	1726-1727
José Duarte Cardoso	1727-1738
Inácio José Saldanha	1738-1739
José Antunes	1739-1749
Antônio José Correia	1749-1763
José Gonsalves da Fonseca	1763-1773
Manuel Carvalho Paes de Andrade	1773-1785
Antônio Pio de Lucena	1785-1799
Manuel da Cunha Azaredo Chichorro	1799-1802

Quanto ao perfil dos secretários, Josemar Henrique de Mello destaca que, além de boa parte já ter servido nos ofícios menores da Secretaria, quase todos eram militares. Alguns, entretanto, serviram em outros ofícios da escrita, alguns dentro de Pernambuco – como Antonio José Correia que, além de oficial da Secretaria por tempo de um ano servira de Tabelião do Público Judicial e Notas de Olinda e Recife, Juiz da Balança da Alfândega e “escrivão da residência do Juiz de Fora da Cidade de Olinda”¹⁵⁸ – e outros no reino – como Tomé de Matos Girão, Escrivão dos Agravos da Casa da Suplicação, Escrivão dos Feitos da Fazenda Real, Executor dos Contos da Mesa de Consciência e Ordens e Executor do Colégio dos Militares de Coimbra¹⁵⁹.

A experiência em ofícios da escrita era fundamental, pois os secretários “exercitavam uma série de atividades essenciais para a administração, atuando nos diferentes níveis do ato de produzir, circular e organizar a informação”¹⁶⁰. No exercício dos cargos, eram assistidos por um Oficial Maior e outro Oficial Menor, ainda que este quadro pudesse ser expandido em

¹⁵⁵ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 53, D. 4620.

¹⁵⁶ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 27, fl. 2480.

¹⁵⁷ O quadro foi elaborado com base nos dados recolhidos por Josemar Henrique de Mello. Cf.: Melo, *A ideia de arquivo...*, p. 206-210.

¹⁵⁸ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 68, fl. 5722.

¹⁵⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 27, fl. 2480.

¹⁶⁰ Palavras de Melo, *A ideia de arquivo...*, p. 159.

épocas de intensa produção documental com a contratação de auxiliares extranumerários¹⁶¹. Primordialmente, deveriam assistir aos despachos dos Governadores, acompanhando-os aonde quer que fossem, reduzindo “o ato governativo em forma escrita”, com letra legível, de acordo com padrões textuais que conferiam a oficialidade dos documentos¹⁶². Em 1686, passaram a servir também de secretários da Junta das Missões¹⁶³. Eram, então, os responsáveis diretos pela redação de todos os atos comunicativos, provisões, cartas patentes e datas de sesmária, organizando-os, posteriormente, através do **registro**, que era feito com base numa transcrição integral de todos os documentos que recebiam e os que produziam”¹⁶⁴.

Para isso, os Secretários e os oficiais da secretaria não recebiam ordenado fixo, sustentando-se por meio de emolumentos que eram auferidos com a produção de alguns documentos, a saber, de cartas patentes, provisões de ofício, despacho de navios, datas de sesmária, registro dos termos de juramento de preito & menagem dados pelos capitães-mores nas mãos dos governadores de Pernambuco, além da produção de traslados dos livros de registro da Secretaria, quando requeridos pelas partes¹⁶⁵. Todos estes emolumentos foram fixados pelo regimento de 1689, mas os seus valores foram acrescidos no ano de 1718, quando também passou a se cobrar por “cada maço de papéis de serviços que se preparam pela dita Secretaria” e também pela “busca que se pedir de cada livro de registros da Secretaria”¹⁶⁶.

O Secretário e os oficiais eram assim responsáveis pela cópia e organização de todos os papéis resultantes do expediente dos governadores, ainda que mais do que a expedição, fazia-se também o “registro, que era uma transcrição integral de todos os documentos que recebiam e os que produziam”¹⁶⁷. Na sua forma ideal, o arquivo da Secretaria estaria organizado em códices que eram agrupados segundo tipologias específicas, tais como Livros de Cartas; Livros de Ordens, Bandos, Portarias e Editais; Livros de Patentes e Provisões de Ofícios, Livros de Ordens Régias; Livros de Correspondência para a Corte; Livros de Sesmarias, dentre outros¹⁶⁸. A confecção destes materiais poderia ser encomendada a terceiros, de modo em 1713, encontramos uma ordem do Governador Félix José Machado ao Provedor da Fazenda de Pernambuco, mandando pagar ao “padre Antônio Pires Correia o feitio de três livros de cartas

¹⁶¹ Melo, *A ideia de arquivo...*, p. 158.

¹⁶² Melo, *A ideia de arquivo...*, p. 158.

¹⁶³ Sendo, a partir de então, referidos como “Secretários do Governo e Missões”. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 14, D. 1390.

¹⁶⁴ Melo, *A ideia de arquivo...*, p.160.

¹⁶⁵ O Regimento passado a Antônio Barbosa de Lima não traz detalhes sobre a forma de organizar os papéis, mas apenas uma lista dos emolumentos. AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 14, D. 1390.

¹⁶⁶ Melo, *A ideia de arquivo...*, p.169-170. ICP, p. 466.

¹⁶⁷ Melo, *A ideia de arquivo...*, p.160.

¹⁶⁸ Josemar Henrique de Melo apresenta uma descrição pormenorizada da organização tipológica do arquivo da secretaria. Melo, *A ideia de arquivo...*, p. 236-272.

reais que encadernou para esta secretaria em capas de olandilha [sic] verde”, segundo o preço arbitrado pelo próprio¹⁶⁹. Dois anos mais tarde, D. Lourenço de Almeida, ordenou ao mesmo Provedor que enviasse à Secretaria um “livro de *seis mãos*”, isto é, com cerca de 150 fólios, “de papel bom” e “em capa de pergaminho ou de olandilha bem acabado para servir de registo de Ordens e Bandos que se passam por esta secretaria”¹⁷⁰.

Além disso, a Secretaria deveria funcionar como uma espécie de repositório central das informações relativas à administração régia, pois não só atendia ao arquivamento do expediente interno do Governado, mas ordenava de maneira sistemática todo o conjunto de disposições normativas trocadas com a corte. Semelhantemente aos arquivos das *Audiencias* da América Hispânica, como o da Guatemala, talvez seja sensato considerar a Secretaria de Governo não apenas como um sistema de “*backup*”, mas, sobretudo, como uma espécie de “espelho”, ou, nas palavras de Sylvia Sellers-García, “*a documentary reflection of paper-work on the other side of the Atlantic*”¹⁷¹. Acrescente-se que o registo das comunicações emitidas pela Coroa não servia exclusivamente aos governadores, mas atendia também à redistribuição interna para as outras Capitanias do Norte e, circunstancialmente, para o Reino de Angola, por meio de cópias manuscritas, às demais instituições que, por sua vez, deveriam registrar em livros próprios¹⁷². Em junho de 1714, Félix Machado mandou fazer um livro “de três mãos de papel ordinário bom com capa de olandilha verde e fitas para servir na secretaria deste governo” para servir especificamente ao registo “das cartas de sua majestade que se expedirem da secretaria a registrar pelos tribunais da jurisdição deste governo a que pertencerem”¹⁷³. A secretaria atuava, nesse sentido, como um *hub* de informações para o distrito do governo.

Num outro sentido, a Secretaria representava o ponto culminante de um manancial de informações locais, corporificadas em cartas, representações, requerimentos e petições enviadas aos governadores a partir dos espaços contíguos ao centro de governo ou de localidades distantes. Tais fluxos, quando sedimentados num único arquivo, contribuía para a formação de um repositório de conhecimento que talvez não encontrasse parâmetros em outros corpos institucionais da capitania, pois, dentre as instituições existentes, a jurisdição dos Governadores era, de longe, a mais abrangente, espraiando-se da capitania do Ceará até os confins do Rio São Francisco. Estas informações eram fulcrais aos governadores, mas também

¹⁶⁹ PBA, 115, fl. 131

¹⁷⁰ De acordo com Raphael Bluteau, cada “mão” de papel contém 25 fólios. AUC, Cód. 32, fl. 230.

¹⁷¹ Sellers-García, *Distance and documents*... p. 145.

¹⁷² Para o caso de Angola, ver as cartas enviadas por D. Marcos de Noronha e Brito ao Governador daquele reino e que mencionam o envio de ordens régias. Cf: AUC, CA, “Index de tudo o que partiu na frota de Pernambuco”. Códices 35, fl. fl. 148-151v; Cód. 36, fls. 166-174; Cód. 37, fls. 125-126.

¹⁷³ BNP, PBA, 115, fl.286.

às partes, que dependiam do acesso à Secretaria para terem suas folhas de serviços produzidas e validadas na altura em que se pleiteavam cargos e ofícios junto à Coroa.

Todavia, para que a Secretaria pudesse funcionar como um núcleo provedor de informações respeitantes à governança e aos serviços prestados por oficiais de justiça, guerra e fazenda, era necessário não só preservar, mas, sobretudo, organizar a massa de papéis expedidos e recebidos pelos governadores a fim de tornar o conteúdo acessível. A perda da documentação original da secretaria nos impede de retrair o desenvolvimento de estratégias para organização interna do arquivo, mas há indícios que apontam para generalizada desorganização dos papéis no início do século XVIII. Em outubro de 1713, Félix Machado escreveu uma carta ao Conselho Ultramarino informando das “desordens” em que achou a Secretaria, aonde “os livros não se acham numerados, rubricados, nem com o encerramento na forma do estilo”¹⁷⁴. Na mesma carta, este governador deixa entrever uma contraparte de o Secretário permanecer longos períodos no cargo, pois afirma que a desordem fora causada pelo secretário anterior, o próprio Barbosa de Lima que, de acordo com ele, “deixou os ditos livros nestes termos com trinta anos de secretário, descuido que não pode suprir em todo o que hoje serve”, ainda mais por ter este “muito mais que escrever do que em nenhum tempo” tivera seu antecessor¹⁷⁵.

Na resposta, o Conselho Ultramarino louvou o seu procedimento no “trabalhado para emendar os erros dos cadernos das mostras e descuidos da Secretaria deste Governo”¹⁷⁶, recomendando que fizesse, como apontou, “numerar e rubricar os livros da Secretaria”¹⁷⁷. Félix Machado encomendou ao livreiro Domingos Rodrigues de Oliveira o “conserto [...] em quinze livros desta secretaria”¹⁷⁸. Nos livros das Mostras, isto é, referentes ao alistamento e pagamento dos militares, mandou acrescentar “os nomes dos pais certos, as confrontações e as terras de onde são naturais”. Além disso, colocou “em boa regra o registo das cartas dessa Secretaria”, introduzindo as “de Listas das que vão deste reino”, feitas, nos arquivos do Conselho Ultramarino “há muito poucos anos”. Félix Machado também propôs a organização de um “Alfabeto Geral”, sendo atendido pelo Conselho, que ordenou que desse continuidade, encarregando “a diligência a algum dos oficiais dessa Secretaria mais inteligente e cuidadoso e que faça boa letra ao qual se dará ajuda de custo que se entender poderá merecer por este trabalho”¹⁷⁹.

¹⁷⁴ AHU, Pernambuco Avulsos, D. 2362.

¹⁷⁵ AHU, Pernambuco Avulsos, D. 2362.

¹⁷⁶ AHU, Códice 258, fl. 23.

¹⁷⁷ AHU, Códice 258, fl. 35.

¹⁷⁸ BNP, PBA, 115, fl. 301.

¹⁷⁹ AHU, Códice 258, fl. 23.

Estes “alfabetos”, podem ser vistos como equivalentes funcionais dos instrumentos de pesquisa baseados em referências cruzadas, prática já difundida no âmbito das administrações centrais dos impérios atlânticos¹⁸⁰. A tarefa, no entanto, coube ao sucessor de Félix Machado, D. Lourenço de Almeida, que comissionou Manoel da Silva Rosa, oficial maior da Secretaria, para produzir “um Alfabeto de todas as ordens reais, que se acham nesta secretaria desde a restauração de Pernambuco até o presente”¹⁸¹, serviço pelo qual recebeu juntamente com as “pessoas que ajudaram pelo trabalho que teve”, 100 mil réis¹⁸². Não sabemos, entretanto, se tais referências eram organizadas por título, por assuntos, por geografias ou por temporalidades, mas é certo que resultam de um esforço para a organização interna das informações e do conhecimento acerca dos negócios políticos.

Aos Secretários também competia a responsabilidade de preparar inventários dos fundos acumulados na secretaria que, de acordo com Mello, “serviam também de 'banco de dados' quando os documentos eram transferidos de uma pessoa para outra”¹⁸³. Da mesma sorte, sempre que a correspondências dos governadores era enviada à Corte, eles preparavam listas completas de todas cartas. Em ambas as circunstâncias, esta medida se direcionava a evitar possíveis descaminhos quer no deslocamento, quer na transmissão dos papéis em curtas ou longas distâncias.

Numa escala interna, isso nos leva a considerar que as idas e vindas dos governadores entre Recife e Olinda, e a consequente residência temporária em uma ou outra parte, poderia afetar a conservação da Secretaria. A começar pela ausência de uma sede permanente para o arquivo, que só começou a ser referida em finais do século XVII, de modo que o recheio do arquivo deveria sofrer com movimento constante entre as duas partes. Referimos que nas reformas de Antonio Fernandes de Matos no Palácio, a Secretaria foi alojada numa sala, e que é provável, a partir de então, que se tenha dado princípio a uma maior organização do arquivo. No tempo de seu mandato, Félix Machado tratou de fazer alguns reparos na sala da secretaria, mandando colocar portas, duas fechaduras, tapar “buracos do sobrado”, fazer um alçapão e mandou o Provedor “comprar óleo e tintas necessárias para se olear e pôr letreiros na *papeleira* na secretaria deste Governo”¹⁸⁴. A necessidade de “olear”, aponta para a existência de dobradiças, revelando que as “papeleiras” seriam escaninhos ou armários fechados com portas, e, provavelmente, chaves destinadas a salvaguardar a segurança e o segredo dos papéis.

¹⁸⁰ Ross. «Legal communications...», p. 32.

¹⁸¹ AUC, CA, Códices 32, fl. 224v.

¹⁸² AUC, CA, Códices 32, fl. 224v.

¹⁸³ Mello, *A ideia de arquivo...*, p. 160.

¹⁸⁴ BNP, PBA, 115, f. 352.

Quanto ao problema do transporte cotidiano dos papéis entre Olinda e Recife, D. Lourenço de Almeida deu ordem ao Provedor da Fazenda, em março de 1715, para fazer “uma caixa de pau amarelo lira com sua fechadura” para “servir de recolher e conduzir os livros e mais papéis da Secretaria nas ocasiões em que se fazem as mudanças, quando precisamente são necessárias” entre o “Palácio do Recife”, isto é, o das Torres, e a “Cidade” de Olinda¹⁸⁵. De acordo com ele, a caixa era sumamente necessária, pois no trânsito, “sucedem molharem-se livros e perderem-se papéis de muita importância”¹⁸⁶. Contudo, é de se imaginar que o montante de livros e papéis da Secretaria não pudesse ser, e nem fosse, transportado na totalidade e de uma só vez entre ambos os espaços, e é provável que a maior parte dos fundos permanecesse na sala do arquivo. Na contramão destes esforços de organização, estava a fragilidade do próprio edifício do palácio, que representava uma ameaça à preservação do acervo. É o que se depreende de uma carta do Conde dos Arcos ao Cardeal da Motta que se via “obrigado a mudar[se] destas casas de residência dos Governadores, por causa da umidade e do cupim que nelas há, e temo que faça destroço irremediável nos papeis da secretaria, donde já tem principiado a fazer alguma ruína”¹⁸⁷. Portanto, o mesmo espaço que preserva e sedimenta o acervo, poderia, em contrapartida, favorecer a sua decomposição mais rápida, e talvez isso explique a iniciativa do Conde de mandar produzir os dois códices das *Disposições*.

Em todo caso, a progressiva fixação dos governadores no Recife e a instalação dos arquivos da Secretaria de Governo no Palácio das Torres, deve ter contribuído para a sedimentação dos papéis num único espaço e, conseqüentemente, para uma organização mais eficiente da memória governativa. Mas já antes, na década de 1680, consideramos que a tentativa de fazer com que o ofício de Secretário fosse concedido em regime de propriedade poderia representar a busca pela vinculação dos papéis à figura deste oficial. Como demonstra Roberta Stumpf, a concessão de um ofício da escrita em regime de propriedade “com sua hereditariedade potencial, favorecia a preservação da memória e da prática administrativas”, pois a perpetuação de um arquivo nas mãos de um mesmo indivíduo, ou de uma só família, por longos períodos, reduziria a transmissão dos papéis e dos cartórios entre os diferentes serventuários e, com isso, os riscos de dispersão ou descaminho¹⁸⁸.

Este é um problema marcante e que diferencia a Secretaria da generalidade dos outros arquivos da Capitania, mas, principalmente os notariais e os camarários. Diante da precariedade

¹⁸⁵ AUC, CA, Códice 32, fl. 227.

¹⁸⁶ AUC, CA, Códice 32, fl. 227.

¹⁸⁷ AUC, CA, Códice 35, fl. 107v.

¹⁸⁸ Stumpf, Roberta G, «Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português», *Topoi*, v. 15, n. 29, Rio de Janeiro, jul./dez. 2014, pp. 621-622.

ou mesmo da falta de edifícios que servissem para sediar as vereações¹⁸⁹, os documentos acabavam por ser armazenados fora dos Paços dos Concelhos e mesmo nos domicílios dos próprios escrivães que tutelavam a guarda dos livros de atas e mais papéis¹⁹⁰. O mesmo acontece com os registos notariais e com aqueles ligados às Ouvidorias pois, além não haver sede permanente para as audiências¹⁹¹, os ministros e seus oficiais percorriam grandes distâncias de quando em correição. Mas, como demonstramos em trabalhos anteriores, apenas uma pequena parte dos ofícios da escrita encontrava proprietários interessados e mesmo dentro deste grupo, eram poucos os que serviam os ofícios, arrendando-os a diferentes serventuários¹⁹².

Contudo, o cargo de Secretário nunca chegou a ser concedido em propriedade. Nesta que é a única tentativa de que temos notícia, o Conselho Ultramarino indeferiu a petição do secretário Antônio Barbosa de Lima para ser encartado¹⁹³, mas, reconhecendo seus serviços, recomendou que renovassem a sua serventia por mais nove anos. Na resolução do processo, diversos poderes foram consultados, dentre eles o próprio governador D. João de Sousa, que apresentou posicionamento favorável para que o ofício fosse concedido “em pessoa provida” nele “de propriedade para tratar de ter em boa forma os papéis pertencentes ao governo”¹⁹⁴. Em suas palavras, convinha que o ofício tivesse um único proprietário “porque diferentes eram os acertos de quem **proceda em os negócios com a experiência deles e quem obrava nas matérias sem as notícias necessárias**”, e estas, acabavam por só se ganhar “quando na ocupação o secretário acabou o de servir”. A serventia trienal, como enfatiza o governador, punha em risco a principal capacidade do Secretário que era, principalmente, a de saber guardar os segredos dos negócios políticos, pois estes seriam comunicados a “cada três anos a diversas pessoas” e “nem em todos se achava a fidelidade” necessária para o desempenho do cargo. Mais adiante é feita referência ao caso de Manoel Gonçalves Correia que, mesmo sem ter provisão régia, servira “por espaço de vinte anos” e “não houvera governador que o depusesse, tendo

¹⁸⁹ Cf.: Curvelo, Arthur; *et. al.* «Crime e justiça no “domicílio ordinário dos delinquentes”: Comarca das Alagoas (Século XVIII)» In: *Revista Crítica Histórica*, Ano II, Nº3. Julho/2011.

¹⁹⁰ Fenômeno, aliás, comum em outras formações políticas do mundo atlântico, nomeadamente nas Américas Hispânica e Britânica Cf.: Ross, «Legal communications...»; Em 1753, uma Consulta do Conselho Ultramarino deu conta de uma carta do Ouvidor da Comarca das Alagoas, em que relata “o miserável estado em que se acham todas as câmaras daquela comarca, não tendo casas da Câmara e da audiência decentes e sem as preparações necessárias para semelhantes atos, pois nelas não há cadeiras e arquivos”. DHBNRJ, 1951, N. 92, pg. 38.

¹⁹¹ Há indícios que os Ouvidores não atendiam as audiências em sede própria, mas o faziam nas casas de câmara ou, em certos casos, em suas próprias pousadas. O caso de José Sepúlveda de Matos, Ouvidor de Pernambuco entre 1669 e 1673, é emblemático uma vez que foi alvo de queixas por atender a população “na sua casa e até na própria sala em que curtia os couros que comercializava ‘como se sua ocupação só fora comprar e vender’”. Mello, *A ideia de arquivo...*, p. 176.

¹⁹² Curvelo, «Os oficiais da escrita...», §20-22.

¹⁹³ Sem, aliás, declarar os motivos.

¹⁹⁴ AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 14 D. 1390.

faculdade para fazê-lo, sem dúvida por considerarem **as inteligências de um secretário prático, motivo para a melhor direção do governo**”¹⁹⁵. Até mesmo as Câmaras de Olinda, Igarassu e Goiana foram consultadas e todas concordaram ser o pedido de Barbosa de Lima justificado “porque a experiência lhes tinha mostrado que **muita parte dos acertos dos governadores resultavam do bom procedimento dos secretários**”¹⁹⁶.

Em síntese, a pretensão de se conceder o cargo em propriedade visava o prolongamento do tempo de experiência na ocupação, sendo esta determinante não só para a organização dos papéis, mas, sobretudo, para a formação de conhecimentos sobre o cenário político local, garantindo, igualmente, sua transmissão segura a pessoas de confiança. Talvez seja esta a dimensão mais negligenciada no trabalho de Josemar Henrique de Mello. Concentrado em explanar sobre as funções a que hoje chamaríamos “burocráticas” dos secretários, descuida, por outro lado, em perceber os **usos** que faziam do acesso privilegiado à “memória burocrática” depositada ao longo dos anos nos arquivos da Secretaria. Com efeito, trabalhos como os de Pedro Puntoni ou de Guillermo Villena¹⁹⁷, demonstram que gestão de grandes arquivos capacitava os Secretários dos Vice-Reis ou Governadores-Gerais a atuar como potenciais informantes dos adventícios ou até do próprio rei¹⁹⁸.

Como demonstramos no início do capítulo, a maioria dos homens agraciados com o cargo de Governador jamais estivera em Pernambuco, sequer na América, vivenciando a maior parte de suas trajetórias pessoais no reino ou nos campos de batalha da Europa, a partir de onde poderia ser difícil conhecer os distantes territórios ultramarinos. O efeito da desterritorialização do poder dos governantes, também em termos de vivência da realidade social das Américas, acabava por ser encurtado quando os governadores, ao chegarem no local de destino, contavam com o suporte oferecido pelo Secretário que já lá se encontrava. Este oficial conhecia de perto os estilos do expediente administrativo, bem como as práticas governativas dos antecessores, como ilustra a intervenção favorável de D. João de Sousa ao caso de Antônio Barbosa de Lima. Deste último, o panegirista de Câmara Coutinho ao louvar as virtudes e os acertos do governador no governo, refere ter ele um “perfeito” e “prudente secretário”, “com quem [o governador] despacha por ser **homem prático na política do governo e ter dele grande experiência** por haver já ocupado este lugar no governo do senhor [D.] João de Sousa”¹⁹⁹. Virtude do governador e “prática” do secretário se cruzam de maneira clara na narrativa,

¹⁹⁵ AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 14 D. 1390, fl. 3. Negrito nosso.

¹⁹⁶ AHU, Avulsos Pernambuco, Cx. 14 D. 1390, fl. 3. Negrito nosso.

¹⁹⁷ Lohmann, «El Secretario Mayor...».

¹⁹⁸ Como é o caso de Bernardo Vieira Ravasco, Cf: Puntoni, «Bernardo Vieira Ravasco...». 2005, pp.174.

¹⁹⁹ BCCC, p. 271.

sugerindo estreita cooperação. Há casos que atestam, inclusive, que a proximidade entre os governadores e os secretários chegou a ser fortalecida em laços de parentesco espiritual. No diário que redigiu durante os anos de seu mandato, o Governador Luís Correia de Sá (1749-1756), regista ter sido padrinho de duas filhas do Secretário, Antônio José Correia²⁰⁰.

O protagonismo político dos secretários no cotidiano da governação, pode ser observado, por exemplo, no alvitre oferecido por Barbosa de Lima ao Marquês de Montebelo, analisado no início do capítulo. Mas, mesmo antes de tomarem posse, ainda em Portugal, os governadores poderiam receber informações que os secretários, à distância, lhes adiantavam. Isso é particularmente visível em conjunturas críticas, como nas “Alterações de Pernambuco”. Em 1710, momentos após a “sedição da nobreza” e a consequente fuga do governador Sebastião de Castro e Caldas, o mesmo secretário, em vias de deixar o cargo, escreveu um conjunto de advertências ao filho de Montebelo, Félix José Machado, então cotado para suceder a Castro e Caldas no governo²⁰¹. Juntamente aos conselhos, Barbosa de Lima enviou uma carta onde declara ter “inculcado em uma folha de papel” conteúdo “que necessitava de muitas conferências que se fazem perigosas e infaustas se se repetem entre o [Governador Capitão-] General e o Secretário, atribuindo a este a obstinação a que sempre deviam julgar e supor daquele para emenda”²⁰², deixando entrever a possibilidade de as ações tomadas pelos governadores serem, na verdade, baseadas no bom aconselhamento oferecido pelos Secretários.

Na introdução do alvitre, Barbosa de Lima afirma que “na experiência de trinta anos de secretário adquirir as melhores e mais úteis notícias para fazer um governador ditoso e aplausível”, reduzindo-as em vinte e uma “breves cláusulas deste papel”²⁰³. Sem esmiuçar todos os detalhes, ressaltamos que ele aborda, com minúcia e notória profundidade, quase todas as esferas de atuação dos governadores, recomendando particular cuidado com tudo aquilo que levou à queda de Castro e Caldas. No âmbito das articulações políticas, recomenda que Félix Machado fortaleça os vínculos com o Bispo e com as outras autoridades régias, nomeadamente o Ouvidor, o Provedor e o Juiz de Fora, sem deixar de vigiar suas ações. Deveria ter especial cuidado com pretensões da Câmara de Olinda e sugere que mande logo que o seu escrivão apresente “todas as ordens, privilégios, imunidades e isenções que lhe são concedidos pelas ordens reais”, porque “a sua mente, e o seu afeto é só de ampliar-lhas [sic]”²⁰⁴. Da mesma forma, deveria empenhar-se em respeitar os Mestres de Campo, e procurar que “os soldados

²⁰⁰ DGLCS, pp.24 e 84.

²⁰¹ Ver: Mello, *A fronda...*, p. 217-472.

²⁰² BNP, PBA, Códice 526, Miscelânea, fl. 268.

²⁰³ BNP, PBA, Códice 526, Miscelânea, fl. 263-264v.

²⁰⁴ BNP, PBA, Códice 526, Miscelânea, fl. 263-264v.

andem pagos pontualissimamente”, pois “sem eles nada se faz e são os que conciliam todo o respeito aos governadores”²⁰⁵.

Um dos pontos mais interessantes diz respeito à concessão de benesses e no qual o secretário insiste que o “Governo é pobríssimo e assim **regate vossa senhoria as mercês vendendo-as mui caras** e se puder com um só favor obrigar a muitos intercessores é política de que usaram alguns governadores destros”²⁰⁶. De acordo com Bluteau, o “regate”, ou a ação de “regatear”, é, precisamente, a de “porfiar sobre o preço, querer vender mais caro, querer comprar mais barato”, e um dos usos correntes da palavra é diretamente associado como, “regatear uma mercê, uma honra. Não concedê-la facilmente, formar dúvidas, mover dificuldades, buscar motivos para negá-la”²⁰⁷. A “venda”, nesse caso, pode não ter significado literal, como ato de venda a troca de dinheiro, mas sim figurativo da ação de barganhar a concessão de mercês em troca de favores e da obrigação. Mas, que “mercês” seriam estas? Barbosa de Lima não deixa suficientemente claro, mas um outro papel anônimo que acompanha o alvitre lista alguns benefícios que os Governadores de Pernambuco tinham à disposição para distribuir e refere: “a faculdade de proverem todos os ofícios da República que não têm proprietários por El Rei”, isto é, de fazenda, justiça, auxiliares e ordenanças, em Pernambuco, mas também em Itamaracá, Rio Grande, Ceará²⁰⁸; além dos postos militares do Açú e de Palmares “sem que para estes seja necessário suprimento de Sua Majestade”, e todos os da tropa paga até o de Ajudantes durante as vacâncias e enquanto não recebiam provisão do governo-geral; tinham, além disso, “a regalia de darem licença a qualquer embarcação que quiser sair para fora que sem ordem sua não pode seguir viagem”²⁰⁹. O papel não refere, mas os Governadores também passavam cartas de sesmaria, controlando o acesso à terra²¹⁰. Assim, ainda que estas mercês não sejam minimamente comparáveis às que, por exemplo, os vice-reis da Índia estavam autorizados a distribuir, como tenças, hábitos das ordens militares e pagamentos em dinheiro²¹¹, elas representam “moedas de troca” disponíveis aos governadores para a obtenção de lealdades com os interlocutores no terreno e, além destas, veremos que parte substancial de suas rotinas era dedicada ao recebimento e deferimento de petições.

Os conselhos do alvitre não se limitam às relações políticas mais visíveis, mas referem questões associadas à performance que os homens deveriam ter no cargo, recomendando o

²⁰⁵ BNP, PBA, Códice 526, Miscelânea, fls. 263-263v.

²⁰⁶ BNP, PBA, Códice 526, Miscelânea, fls. 264.

²⁰⁷ VPL, vol. 7, p. 195.

²⁰⁸ Prerrogativa garantida pelo Regimento de 1670.

²⁰⁹ BNP, PBA, Códice 526, Miscelânea, fls. 267-267v.

²¹⁰ Melo, *A ideia de Arquivo...*, p. 110.

²¹¹ Santos, «Goa é a chave...», p.

cuidado com a imagem e autoridade. Félix Machado deveria “reputar por lisonja” a intimidação para um duelo, pois “de um golpe e em uma só ação”, e triunfo sobre o desafiante, ficaria “em todo o tempo do seu governo temido e respeitado”²¹². Por outro lado, recomenda a dissimulação e que o governador “se obrigue nem cative dando a sua palavra senão respondendo com as gerais e afáveis”²¹³, sendo “impenetrável nos seus segredos e não diga palavra que não inclua mistério, explicando-se por meios termos, e mais para penetrar e deferir do que para ser definido e penetrado”²¹⁴.

Outros tópicos sugerem, nesse mesmo sentido, um profundo conhecimento dos riscos associados à preservação das informações, como quando ele recomenda ao governador que tome cuidado com as chaves do “bofete, cofre ou escarapate”, fiando-as a ninguém, especialmente seus criados, pois por eles “é que se esquadrinham os segredos de palácio”²¹⁵. Numa conjuntura especialmente crítica, em que a nobreza da terra tentou, sem sucesso, assassinar o antecessor, Castro e Caldas, o secretário recomenda cuidado com a segurança pessoal do governador, sugerindo que “quando vossa senhoria intentar sair fora dê o Santo”, isto é, a senha das guardas, “na noite antecedente para que os cabos da milícia o venham acompanhar”²¹⁶. Perto da conclusão, Barbosa de Lima, atesta, mais uma vez, a importância, bem como o potencial risco do lugar que ocupou, aconselhando que “do Secretário do Governo e da Secretaria não fie vossa mercê papel que não quiser pôr em abertas e publicadas”, pois “ainda que ele e os seus oficiais tenham juramento e obrigação de guardar segredo poderá ser que não tenham todos esta fidelidade”²¹⁷.

Esses e diversos outros conselhos mostram que os longos períodos de serviço, bem como o acesso privilegiado à “memória burocrática”, poderiam legar aprofundado conhecimento da governança aos Secretários de Governo e, da mesma forma, a convivência mais íntima com os governadores os levava a conhecer aspectos menos formais de sua atuação. Além disso, mais do que um espaço de sedimentação de documentos, naturalmente favorecida pela fixação cada vez maior no Recife e no Palácio, ao longo do século XVIII, a Secretaria emerge como um repositório de saberes políticos. Como é óbvio, esta não é uma percepção exclusiva de Pernambuco. Também na capitania das Minas, o autor da “*Instrução para o governo das Minas*”, datado de 1782, reconhece que “se o Governador procura instruir-se daqueles

²¹² BNP, PBA, Códice 526, Miscelânea, fls. 264-264v.

²¹³ BNP, PBA, Códice 526, Miscelânea, fls. 264.

²¹⁴ BNP, PBA, Códice 526, Miscelânea, fls. 263.

²¹⁵ BNP, PBA, Códice 526, Miscelânea, fls. 264v.

²¹⁶ BNP, PBA, Códice 526, Miscelânea, fls. 263.

²¹⁷ BNP, PBA, Códice 526, Miscelânea, fls. 263.

importantes e diversos conhecimentos pelos Livros da Secretaria, acha neles um amontoado de ordens sem separação das matérias”, e “se procura os escritos de seus predecessores, não acha mais do que os volumes das ordens que eles expediram, registadas sem método e sem declaração dos motivos que deram causa às suas determinações”²¹⁸. Para conhecer o mundo da política local, era necessária, portanto, a assistência de um Secretário capaz de decifrar o conteúdo das normas com a chave da experiência no terreno.

2.3 Recapitulação

Em resumo, no decorrer deste segundo capítulo, observamos os processos de seleção e recrutamento dos governadores nomeados para a Capitania de Pernambuco, e confirmamos que a dignidade associada ao território se reflete no recrutamento de homens com um perfil social destacado. Se a prática corrente na segunda metade do século XVII era a de remunerar os serviços de reinóis veteranos das guerras europeias com extensas folhas de serviço com a nomeação para o governo de Pernambuco, a partir de finais do século e durante todo o XVIII, os critérios de seleção tendem a favorecer indivíduos recrutados na primeira nobreza e/ou com experiências em guerras ou em outros governos ultramarinos. Isso pode indicar, do ponto de vista do centro, algum refinamento dos critérios de seleção dos homens que continuarão, de resto, quase todos adventícios ao território americano.

Constatamos que estes homens vinham ocupar a cabeça de um corpo político, e apesar de isso não ser claramente definido em suas cartas patentes, enxergavam a si próprios como representantes diretos do Rei no espaço da capitania. Ainda assim, estão posicionados no topo de uma hierarquia política, posição que é externada em práticas simbólicas que garantem posição de destaque no corpo social. Mas o Governo, enquanto corpo político, não se resumia apenas ao cargo de governador, mas estava dotado de uma sede material, progressivamente fixada no Recife e no Palácio das Torres, e também de uma Secretaria de Governo cuja alocação num espaço ocorre definitivamente em finais do século XVII.

Em adição a isso, podemos sublinhar que uma das características que definem a centralidade do complexo Olinda e Recife no conjunto do “Governo de Pernambuco” é, precisamente, a formação deste espaço como o principal núcleo produtor dos papéis que conferiam materialidade à administração régia nas Capitanias do Norte, não apenas através do governo de Pernambuco, mas do Bispado, da Provedoria da Fazenda, dos tabelionatos e das

²¹⁸ José João Teixeira Coelho «Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais, 1782». Reprodução fotográfica do original, depositado no Arquivo do IHGB, 1, 5, 28.

mais importantes Câmaras²¹⁹. Mas, o arquivo da Secretaria destaca-se em relação aos outros da capitania, não só pelo maior volume de documentação produzida, como pela organização interna. Veremos que ao receber, organizar e redistribuir múltiplos instrumentos de comunicação normativa, produzidos na Europa ou na América, a Secretaria oferecia oportunidades para que a Coroa e seus intermediários vencessem a distância que os separava das praças mais distantes e menos conectadas ao mundo atlântico.

Tendo sua residência fixada em Olinda ou Recife e jurisdição sobre territórios tão extensos, os governadores, possivelmente alheios aos equilíbrios sociais do poder local, encontravam nos papéis da Secretaria um repositório de conhecimentos acumulados sobre localidades distantes as quais dificilmente conseguiriam visitar na duração de seus mandatos, tais como Alagoas ou Penedo, para não falar das freguesias do sertão, como Rodelas ou Rio Grande de São Francisco do Sul. Tal conhecimento seria, naturalmente, limitado ao conteúdo das petições, requerimentos, cartas ou levantamentos que fossem produzidos nestas localidades pelas mãos de escrivães, notários e de outras autoridades, refletindo, portanto, um conhecimento mediado por aqueles que produziam as informações. No sentido inverso, podemos imaginar que a desorganização dos arquivos locais nos municípios, onde deveriam ficar registadas as disposições dos governadores, poderia impor limites à continuidade de uma memória das ações destes agentes sobre os espaços locais.

Ainda assim, podemos reconsiderar a questão das permanências, colocada por Charles Boxer, quando afirmou que Câmaras e as Misericórdias representariam “os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa, do Maranhão até Macau”, garantindo “uma continuidade que os governadores, bispos e os magistrados transitórios não podiam assegurar”²²⁰. Em outras palavras, isto implica reconhecer que a razoável estabilidade das formas assumidas pelo governo local contrastaria com a inconstância das práticas de administradores providos com mandatos limitados e que, via de regra, não lograriam tempo para adquirir experiências e, assim, consolidar raízes nos cenários políticos locais. No limite, se deslocamos o problema da “continuidade” para o desafio de perpetuar padrões de governabilidade numa escala temporal, assumimos que a constituição de memórias governativas em múltiplos níveis da administração era essencial para que os oficiais ou magistrados adventícios tivessem acesso às experiências acumuladas nos mandatos de seus antecessores. Nesse sentido, os Secretários de Governo destacam-se, pois, ao gerir os arquivos, cartórios, ou papéis produzidos pela governança, bem como as informações neles contidas, não só oficializavam os padrões textuais, mas controlavam

²¹⁹ Curvelo, «Os oficiais da escrita...».

²²⁰ Boxer, *O império marítimo...*, p. 286.

o acesso à memória institucional acumulada por anos e, como visto, arquitetavam os seus próprios saberes políticos.

Com efeito, a transitoriedade dos governadores poderia ser compensada, *in loco*, pela organização desta memória governativa, bem como pela longa experiência dos Secretários de Governo que, além de reduzirem a escrito suas disposições, poderiam atuar como potenciais conselheiros. Da mesma forma, este oficial poderia munir os Governadores com conhecimentos práticos acerca de um território que eles, geralmente, só conheciam à distância. Em resumo, o suporte da Secretaria poderia oferecer uma espécie de contrapeso às constantes idas e vindas dos governadores e, assim, assegurar mecanismos que garantissem certa continuidade entre uma administração e outra.

Poderíamos referir modalidades alternativas de transmissão da experiência entre os governadores que não através da mão dos secretários. Sabemos, por exemplo, que Duarte Sodré mantinha representantes comerciais em Pernambuco desde o início do século XVIII, sendo um deles o negociante Francisco Casado Lima, senhor de um engenho em Sirinhaém e que chegou a ser procurador na Câmara do Recife em 1711, altura em que também favoreceu a facção mascatal da capitania²²¹. Talvez através de um representante como este fosse possível obter conhecimentos prévios sobre o território antes de nele chegar. Além disso, um conjunto de cartas dirigidas a Félix José Machado antes de sua partida atesta a possibilidade de os governadores serem previamente instruídos por pessoas experientes. Dentre elas contamos com a do Secretário de Governo, mas há outras. Uma delas cartas foi escrita pelo ex-governador Caetano de Melo e Castro, em julho de 1711, na qual lhe aconselha o novo governador a buscar o apoio de alguns homens em quem achará “fidelíssimos cativos e amabilíssimos súbditos”, a saber, o Reitor do Colégio dos Jesuítas de Olinda, o Deão da Sé da mesma cidade, o vigário da Freguesia do Recife, o Sargento-Mor do Terço de Olinda, e Manoel Marques, um Capitão de Infantaria²²². As outras foram redigidas por anónimos, e alertam o governador sobre o estado das sublevações e motivos que levaram a nobreza olindense a se levantar. A análise dessas cartas merece estudos mais aprofundados e que por razões várias não puderam ser contemplados nesta tese.

Mas, o que convém reter é que o governo à distância implica os seus desafios, e importa caracterizar a organização da malha jurisdicional e político-administrativa antes de avançarmos em direção ao estudo das práticas comunicacionais que davam efetivo lastro à governabilidade.

²²¹ Oliveira e Silva, *Fidalgos e mercadores...*, pp. 85-86. Souza, *Tratos e mofatras...*, pp. 416-417.

²²² PBA, 526, fls. 228-228v.

PARTE II
O DISTRITO DO GOVERNO

CAPÍTULO 3

O Ordenamento do Território

Conquista, estatutos jurídicos e categorização espacial

“Dom João [III] etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que eu fiz hora doação e mercê a Duarte Coelho, fidalgo de minha casa para ele e todos os seus filhos, netos, herdeiros e sucessores de juro e de herdade para sempre, da capitania e governança de sessenta léguas de terra na minha costa do Brasil, as quais começam no Rio de São Francisco, que é do Cabo de Santo Agostinho para o sul e acabam no Rio de Santa Cruz”
Foral da Capitania de Pernambuco. Évora, 24 de setembro de 1534.

“D. João [IV] etc. Francisco Barreto de Menezes, Eu El Rey vos envio muito saudar. Fui informado que D. Miguel Portugal, como administrador da Fazenda de Duarte de Albuquerque Coelho, seu sogro, exercitara alguns atos de jurisdição na Capitania de Pernambuco no Estado do Brasil com fundamento de seu sogro ter sido donatário dela antes de a ocuparem os holandeses [...] E porque de mais do que o direito dispõe em semelhantes casos o exemplo que causou nas capitanias do Brasil de Donatários tomadas por inimigos e depois cobradas pela Coroa, foi maior o excesso de D. Miguel e o escândalo de sem me fazer requerimento algum e sem respeito a tanto sangue e tantas despesas como custou a Restauração daquela Capitania se querer introduzir na posse dela; Vos ordeno que logo que receberdes esta Carta restituindo-me a posse que em meu nome formastes quando ganhastes essa Capitania, desfais quaisquer autos de posse que D. Miguel tiver feito e priveis todas e quaisquer pessoas que tiverem posto, ofício ou qualquer outra coisa feita por ele, não consentindo que Dom Miguel ou Duarte de Albuquerque exercitem auto algum de donatário”
Carta Régia de D. João IV ao governador Francisco Barreto de Menezes. Lisboa, 04 de novembro de 1654.

Dentre as principais transformações vivenciadas no campo político durante o *post bellum*, está a mudança no estatuto jurídico da Capitania de Pernambuco. O primeiro excerto da epígrafe deste capítulo apresenta as palavras de abertura do Foral de Doação de 1534, no qual D. João III concedeu jurisdição vitalícia e hereditária ao primeiro donatário, Duarte Coelho, sobre a administração de sessenta léguas de terra na costa do Brasil. Neste espaço, prosperaria uma das principais capitanias de donatários do mundo atlântico. Se o foral define os contornos litorâneos da capitania Duartina, o segundo excerto foi extraído da Carta Régia com a qual D. João IV revogou toda e qualquer jurisdição dos donatários sobre a capitania restaurada, formalizando a incorporação de Pernambuco ao conjunto das capitanias reais na América Portuguesa. A base argumentativa desta desapropriação evoca a incapacidade dos Donatários em defender a capitania.

Esta alteração no estatuto jurídico surtiu impacto direto sobre as estruturas político-administrativas então existentes. A começar pela máxima instância do governo militar e político da Capitania que, como anteriormente mencionado, ficaria a cargo de um Governador apontado diretamente pela Coroa¹. Uma diferença crucial entre os capitães-mores, loco-tenentes, do *ante bellum* e os Governadores do *post bellum*, diz respeito à ampliação das prerrogativas e do raio de ação territorial destes em relação ao daqueles que, em certos momentos, incluiu não só Pernambuco, mas as capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará. Nesse sentido, ao longo do capítulo, e ao tentar justificar a adoção das Capitanias do Norte do Estado do Brasil como corte geográfico, pretende-se compreender como estes homens, sendo apenas de Governadores Pernambuco, chegaram a exercer jurisdição sobre as restantes capitanias, recorrentemente referidas como “anexas”².

Num primeiro momento, abordamos o processo de conquista e as correspondentes transformações nos enquadramentos jurídicos de todas estas capitanias entre o século XVI e meados do século XVIII, tentando demonstrar como as duas questões estão profundamente imbricadas. Sugerimos, com base na ampla bibliografia existente sobre o assunto, que a centralidade de Pernambuco sobre o conjunto das Capitanias do Norte começou a ser construída nos anos iniciais do processo de colonização, pois a Paraíba, o Rio Grande, o Ceará e o Maranhão foram conquistados por forças mobilizadas em Olinda. Em grande medida, este movimento foi responsável por alterar ou redefinir os contornos do estatuto jurídico das outras capitanias que – à exceção de Itamaracá – verteram à administração direta da Coroa até finais do século XVI. Estes conquistadores, provenientes ou fortemente relacionados à nascente açucarcracia³ de Pernambuco, não só formariam a primeira elite das capitanias ao norte, mas manteriam ligações de parentesco com os que permaneceram na capitania Duarteina⁴.

Se no primeiro tópico abordamos o ordenamento territorial de um ponto de vista essencialmente normativo e jurisdicional, passamos a tratar, no segundo, das formas mais usuais e cotidianas de perceber o conjunto e as diferentes partes do espaço político. Ao analisar

¹ AHU, Pernambuco Avulsos, D. 466.

² Naturalmente, há algumas obras de referência que embasam as interpretações propostas. A questão da anexação das Capitanias do Norte à de Pernambuco tem ocupado diversos autores desde o século XIX. No que concerne especificamente à jurisdição dos governadores de Pernambuco sobre estes espaços, a obra de Vera Lúcia Costa Acioli foi uma das pioneiras a abordar o assunto. Contudo uma das principais e mais recentes contribuições pode ser encontrada na tese de Inaldo Chaves Júnior, que se tem debruçado exaustivamente sobre a construção da *capitalidade* de Pernambuco sobre o território em questão – sobretudo no século XVIII. Acioli, *Jurisdição e conflitos...*; Chaves Júnior, «As Capitanias de Pernambuco...».

³ Evaldo Cabral de Mello cunhou a expressão “açucarcracia” para se referir à primeira elite açucareira de Pernambuco. Cf.: Mello, *Rubro veio...*

⁴ Questão abordada com minúcia nos trabalhos de Regina Célia Gonçalves para a Paraíba. Gonçalves, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Paraíba, 1585-1630*. Bauru: Edusc, 2007.

o vocabulário empregado no cotidiano político-administrativo, demonstramos que certas categorias de referência para a organização do território, bem como a toponímica, poderiam ser apropriadas e ressignificadas pelos atores políticos. Prestamos especial atenção aos diferentes significados que eram dados às palavras “governo” e “capitanias” para referir quer o conjunto do raio de ação dos governadores, quer as partes que nele estavam inseridas. Da mesma forma, observamos as categorias empregadas no cotidiano para referir a centralidade, bem como as relações, de Pernambuco para com as restantes capitanias.

3.1. Formação da arquitetura jurisdicional

3.1.1 Conquista do espaço e definição dos estatutos jurídicos

Ainda que as primeiras menções à presença portuguesa no atual Nordeste do Brasil remontem ao início do século XVI, os contornos ou circunscrições jurisdicionais deste território só começaram a ser traçados a partir da concessão das chamadas “Capitanias Hereditárias” ou de donatários durante o reinado de D. João III, na década de 1530. Tais concessões representam uma resposta da Coroa à pressão exercida por outras monarquias europeias que só reconheciam a soberania portuguesa sobre o vasto território outorgado com o Tratado de Tordesilhas (1494) por meio de sua efetiva ocupação⁵. Ao mesmo tempo, pretendia fazer frente às incursões francesas e inglesas na costa⁶. Indispondo de recursos suficientes para arcar com a colonização de um espaço tão amplo, o monarca optou por uma estratégia já bem conhecida e testada nas Ilhas Atlânticas, por meio da qual se concedia jurisdição vitalícia e hereditária sobre a administração de generosas porções de terra a particulares – nesse caso, os capitães-donatários⁷.

Para o conjunto do território que interessa ao presente estudo, incluem-se as porções que se tornariam as capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Rio Grande e Ceará, referenciadas no Mapa 1⁸. A carta de Doação de Duarte Coelho cedia-lhe, como referido acima, jurisdição sobre as 60 léguas de costa entre a barra do Rio São Francisco, ao sul, e o Rio de Santa Cruz, ao norte. Logo acima, as 30 léguas que corriam terra o Rio Santa Cruz e a Baía da Traição – e que viriam a ser a Capitania de Itamaracá – foram legadas à administração de Pero Lopes de Sousa, também agraciado com a capitania de São Vicente. Acima destas, a jurisdição sobre as quase 100 léguas

⁵ Cf. Carvalho, Filipe Nunes de. «Da instituição das capitanias-donatarias ao estabelecimento do governo-geral». Em: *O império luso-brasileiro (1500-1620)*. coords. Johnson, Harold. E Silva, Maria Beatriz Nizza da. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p.114-115.

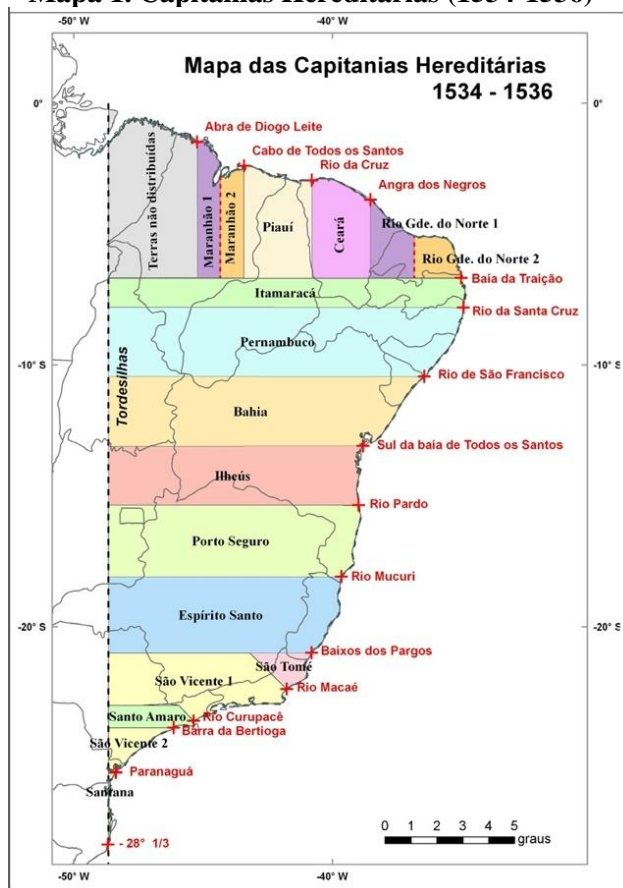
⁶ Saldanha, *As Capitanias do Brasil...*, p. 181-189.

⁷ Saldanha, *As Capitanias do Brasil...*, p. 181-189.

⁸ Este mapa resulta de correções propostas por Jorge Cintra aos mapas tradicionais das chamadas “capitanias hereditárias”, com base em fontes cartográficas alternativas e no próprio texto das cartas de doação das capitanias. Cintra, «Redesenhando...». p. 17.

entre a Baía da Traição e Angra dos Negros foram cedidas em duas parcelas de 50 léguas, sendo a ocidental entregue ao cronista João de Barros e a outra a Aires da Cunha, que se associariam na tentativa (fracassada) de as conquistar. Por fim, as 40 léguas entre Angra dos Negros e o Rio da Cruz, que viriam a ser a capitania do Ceará foram doadas a António Cardoso de Barros⁹.

Mapa 1. Capitanias Hereditárias (1534-1536)¹⁰



Para os limites aqui propostos e sem entrar em grandes detalhes, basta ressaltar que estas concessões tiveram impactos e desdobramentos diferentes, pois nem todos os capitães-donatários dispunham de suficientes recursos, ou interesses, para garantir o desenvolvimento de suas capitanias. Dentre as quatro mencionadas, a de Pernambuco foi a que prosperou com maior notoriedade nos quase cem anos de administração donatarial¹¹, ao passo que nenhuma das outras alcançou o mesmo sucesso. Pero Lopes de Sousa, não dispunha de cabedais

⁹ Cintra, Jorge Pimentel. «Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias». *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 11-45, Dec. 2013. p. 17.

¹⁰ Cintra, «Reconstruindo o mapa...».

¹¹ Almeida Prado, J. F. de. *Pernambuco e as capitanias do norte do Estado do Brasil (1530-1630)*. 4 v. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941; Mello, Evaldo Cabral de. *Uma Nova Lusitânia. Em: Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. org. Mota, Carlos Guilherme. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.p. 71-101.

suficientes – tampouco de interesse – para arcar com os custos da colonização de Itamaracá, de modo que, ainda nos primeiros cem anos, a presença europeia quase que se limitava à Ilha de mesmo nome. Da mesma forma, dada a proximidade com a vila de Olinda, mais povoada, segura e opulenta, Itamaracá atraiu poucos colonizadores e existiu, desde a sua criação, na órbita dos interesses e da economia de Pernambuco¹². João de Barros e seus descendentes lançaram duas expedições para a conquista ao Rio Grande, fracassando em ambas frente à resistência oferecida pelos potiguara. Já o donatário do Ceará, Antônio Cardoso de Barros, não moveu qualquer esforço para a conquista de sua capitania, devolvendo-a à Coroa em troca de cargos no Governo-Geral do Estado do Brasil¹³.

Nos primeiros vinte anos, o relativo sucesso dos Albuquerque Coelho em Pernambuco e o malogro total ou parcial das restantes capitanias deixou parte das terras ao norte de Itamaracá sem uma ocupação portuguesa efetiva, permanecendo em mãos dos seus naturais habitantes, os Potiguara, cuja resistência até finais do século XVI impôs os limites da conquista portuguesa. Na prática, isso fez com que Olinda se transformasse no mais seguro e importante núcleo de defesa daquelas paragens, atraindo a maior parte dos fluxos migratórios que vinham da Europa.

Com algum risco e de maneira sintética, o movimento de conquista do litoral de todo este espaço pode ser esboçado em três fases distintas, cujos intervalos de tempo entre uma e outra podem ter imprimido características particulares às configurações sociais e econômicas destas capitanias. Convém então referir brevemente este processo, aliás, já abordado por diversos autores. Na primeira fase, que ocorreu entre de 1535 e 1537, se deram os primeiros embates entre os colonizadores portugueses, os tabajaras, os potiguaras e os caetés pela conquista do espaço onde seriam fundadas as vilas de Olinda, em 1537, e de Igarassu numa data próxima a 1565¹⁴. De acordo com Frei Vicente do Salvador, entre 1537 e 1556, o movimento de conquista e as ações estiveram focados em defender as duas povoações e suas adjacências dos ataques dos caetés, ficando a ocupação de Pernambuco confinada a este enclave¹⁵. Na mesma altura, Pero Lopes de Sousa e seus loco-tenentes consolidaram o domínio sobre a ilha de Itamaracá¹⁶.

¹² Correia De Andrade, Manuel. *Itamaracá: uma capitania frustrada*. Recife: CEHM, 1999. Velez, Luciana de Carvalho Barbalho. «Donatários e administração colonial: a Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763)». Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2016.

¹³ Almeida Prado, Pernambuco e as capitanias do Norte..., p.276-277.

¹⁴ Mello, José Antônio Gonçalves de. *Cartas de Duarte Coelho ao Rei*.

¹⁵ Mello, *Cartas de Duarte Coelho ao Rei*.... p.1-6; Salvador, Frei Vicente. *Historia do Brazil (1500-1627)*. Transcrição integral. Curitiba: Juruá, 2007. p. 74

¹⁶ Salvador, Frei Vicente. *Historia do Brazil (1500-1627)*..., p. 89-104.

Entre 1556 e 1572, após a morte de Duarte Coelho, teve início uma nova onda de hostilidades, que levaram à segunda fase de conquista. Uma vez que Olinda crescia enquanto centro razoavelmente estabilizado, foi possível reunir efetivos suficientes e contar com o suporte bélico dos tabajaras, agora aliados, para uma nova expansão. Nesse contexto, a morte do primeiro Bispo do Brasil, D Pero Fernandes Sardinha, atribuída aos caetés, serviu de motivo suficiente para lhes declarar a “guerra justa” e, assim, fazer a conquista avançar em direção ao sul da Capitania. As expedições partiram de Olinda e conquistaram por terra, as povoações do Cabo de Santo Agostinho e de Sirinhaém e, por mar, as proximidades do Rio São Francisco, ainda que sem estabelecer-se ali uma povoação. De acordo com Frei Vicente do Salvador, as vitórias obtidas pelos colonizadores nesta campanha deixaram “todo o gentio desta costa [do Cabo] até o rio de S. Francisco tão atemorizado que se deixavam amarrar dos brancos como se fossem seus carneiros e ovelhas”¹⁷. E, a partir de então, a parte sul da Capitania teria sido ocupada por expedições menores e sem enfrentar maiores resistências dos povos indígenas.

Contudo, tal argumento não parece convincente, pois o próprio Frei Vicente afirma que, em 1578, se lançou uma nova “entrada” em direção ao Rio São Francisco e que, no caminho, ocorreram embates com alguns os indígenas. Esse episódio nos leva a considerar uma terceira fase nas últimas três décadas do século XVI, quando se deu a conquista e colonização do território que se estende do rio Una até o rio São Francisco, e o estabelecimento das povoações de Porto Calvo (c. 1590), Penedo (c. 1570-1575, ou posteriormente a isso), Santa Maria Madalena (c. 1591-1611) e Santa Luzia do Norte (1608-1610). É provável, entretanto, que esta última fase de expansão não se tenha caracterizado por uma ofensiva de grandes dimensões, mas por pequenas expedições de aprisionamento dos caetés¹⁸. Esta vaga de expansão portuguesa foi tanto motivada pelo interesse de adquirir de novas terras e aprisionar mais pessoas para as atividades produtivas, quanto por outros fatores de dimensão estratégica, tais como a atuação de franceses na costa e talvez para fazer frente aos mocambos dos Palmares, cujas menções começam a aparecer ainda em 1602¹⁹.

Concomitante à terceira fase de conquista do litoral sul de Pernambuco, os esforços se orientaram para o Norte, em direção à terra firme da capitania de Itamaracá e ao Rio Grande. De acordo com Regina Célia Gonçalves, este empreendimento foi direcionado contra os índios Potiguara que “habitavam o território que se estendia do Rio Paraíba até o Jaguaribe, já no

¹⁷ Salvador, *História do Brasil...*, p. 76.

¹⁸ Consideramos estas fases de conquista num trabalho anterior. Curvelo, Arthur. *O senado da câmara de Alagoas do Sul: governança e poder local no Sul de Pernambuco (1654-1751)*. Dissertação de Mestrado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2014 p.37.

¹⁹ Curvelo, *O senado da câmara...*, p. 37.

Ceará”²⁰. Estes, além derrotarem todas as expedições lançadas até a década de 1570, estabeleceram alianças com os franceses que vinham àquela parte da costa carregar pau-brasil, representando, portanto, um duplo entrave à presença portuguesa.

As hostilidades foram iniciadas em 1574, tendo como pretexto a destruição do engenho Tracunhaém, único posto avançado da presença colonizadora na parte norte da Capitania de Itamaracá, durante o episódio que ficou conhecido como “levante dos potiguaras”. A morte de seu proprietário e o temor de uma represália com possíveis rescaldos sobre Pernambuco, fizeram com que pelo menos cinco expedições de conquista fossem organizadas a partir de Olinda com o apoio do Governador-Geral na Bahia. Só na quinta expedição, em 1585, é que os conquistadores conseguiram vencer os potiguaras e estabelecer um forte na desembocadura do Rio Paraíba. Neste sítio, seria erigida a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves²¹. Uma vez que a conquista foi empreendida sem um vintém da família Lopes de Sousa, mas às custas da Fazenda de El Rei e de seus vassalos, parte da Capitania de Itamaracá foi desmembrada e ali fundada a da Paraíba, com o estatuto de Capitania Régia²².

Algo semelhante aconteceu com a conquista do Rio Grande. Como mencionamos, as tentativas de conquista não obtiveram êxito, e, de acordo com Carmen Alveal, João de Barros e Aires da Cunha acabaram por desistir “da empreitada e teriam aceitado reverter a doação [da Capitania] à Coroa em troca de uma indenização” por volta de 1570²³. O território, entretanto, manteve-se inconquistado até finais do século XVI. De acordo com Socorro Ferraz, a conquistada e ocupação definitiva da Paraíba empurrara os potiguaras remanescentes para a parte mais ao norte, de onde “organizavam incursões à Capitania da Paraíba”, contando com o suporte dos franceses²⁴. A falta de um posto avançado no Rio Grande colocava em risco as restantes capitanias, de modo que o capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, recebeu ordens de Filipe II para iniciar a conquista e erguer um forte. Em 1587, uma força conjunta mobilizada entre Olinda e a Paraíba, zarpou para o Rio Grande encontrando alguns reveses e uma epidemia de bexiga. O processo de conquista durou até 1599, quando teve fim a

²⁰ Gonçalves, Regina Célia. «Guerra e Açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (séculos XVI-XVII)». *Portuguese Studies Review*. v.14, n.1, 2006, p.35.

²¹ Fundada já com o estatuto de cidade. Gonçalves, «Guerra e açúcar...», 2006, p. 41.

²² Gonçalves, «Guerra e açúcar...», 2006, p. 42.

²³ ALVEL, Carmen. «Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII.» Em *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América Portuguesa*. orgs. Macedo, Hélder Alexandre Medeiros de. e Santos, Rosenilson da Silva. João Pessoa: Ideia; Natal: Edufrn, 2013. p. 32.

²⁴ Barbosa, Maria do Socorro Ferraz. «A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora». Em *O Brasil Colonial. 1580-1720*. Vol. 2. orgs. Fragoso, João e Gouvêa, Maria de Fátima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.p. 208.

construção do Forte dos Reis Magos e de Natal, fundada com o estatuto de Cidade, como a da Paraíba²⁵.

Por fim, a Capitania do Ceará se enquadra numa quarta fase de conquista. Sendo precocemente abandonada por seu donatário, foi colonizada muito tardiamente e não teve uma ocupação portuguesa estável até, pelo menos, a segunda metade do século XVII. A primeira iniciativa de estabelecimento começou em 1603 com Pero Coelho de Souza. Além de enfrentar os problemas colocados pela distância em que ficava dos outros núcleos colonizadores e a resistência dos povos indígenas, esta empreitada sofreu com as secas características da região e fracassou²⁶. As iniciativas de ocupação só seriam retomadas durante a guerra contra os franceses, que ocuparam o Maranhão entre 1612 e 1615. Como nas restantes capitanias, Olinda representou um ponto de partida para as expedições, sendo estas mobilizadas com recursos locais, mas também providos na Bahia. No caminho para o Maranhão, o comandante da expedição, Jerônimo de Albuquerque, ordenou ao capitão Martim Soares Moreno que construísse um forte no litoral do Ceará para servir de apoio. O forte foi construído e mantido como ponto de paragem das embarcações que transitavam na costa leste-oeste sem que atraísse, no entanto, muitos povoadores²⁷.

Em princípio, o Ceará teria o estatuto de “capitania régia” desde que foi devolvido à Coroa por seu donatário. Mas na altura da invasão neerlandesa, a presença lusa limitava-se ao forte construído por Moreno. Adrien van der Dussen, escrevendo ao Conselho dos XIX em 1640, dizia que “a Capitania do Ceará nunca foi povoada; os portugueses tinham ali somente um forte, de pouca importância, com muito pouca gente e do qual nos apoderamos”²⁸ com o auxílio dos ameríndios presentes no território, inimigos dos portugueses (provavelmente os janduís). Não por acaso que o Ceará não está entre as “quatro capitanias conquistadas no Brasil”, como indica o título do relatório apresentado, sendo, nas palavras do mesmo, apenas “ocupada”. A conquista definitiva só teve impulso após a Restauração Pernambucana (1645-1654) e, mais intensamente, durante a Guerra dos Bárbaros (1679-1720) como demonstram as recentes investigações de Rafael Ricarte²⁹. No entanto, até o último quartel do século XVII, a

²⁵ De acordo com Carmen Alveal, a fundação de povoações com o estatuto de “cidades”, ao invés de “vilas”, era um costume espanhol e denota uma das marcas do período da União Dinástica. Alveal, «Os desafios da governança...», *passim*, p. 29.

²⁶ Almeida Prado, Pernambuco e as capitanias do norte...; p. 291.

²⁷ Silva, Rafael Ricarte da. «A Capitania do Siará Grande nas dinâmicas do império português: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720)». Tese de Doutorado. Fortaleza, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, 2016. p. 39

²⁸ “Relatório sobre o estado das Capitanias Conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640”. Mello, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês vol. I: A economia açucareira**. Recife: CEPE, 2004.p.138.

²⁹ Silva, «A Capitania do Siará Grande...», p. 39.

presença portuguesa limitava-se ao entorno da Fortaleza e alguns aldeamentos na Serra de Ibiapaba, de modo que este enclave permaneceu por longos anos numa condição de fronteira, ou de posto avançado, sendo abastecido e guarnecido com destacamentos da tropa paga de Pernambuco. Veremos também que não teve vilas, tampouco câmaras, até o início do século XVIII, nem Provedoria da Real Fazenda ou Ouvidoria Geral até 1723.

Em síntese, basta ressaltar que Olinda representou um proativo centro de expansão geográfica para as restantes Capitanias do Norte, sendo esta mesma expansão movida por interesses de uma elite conquistadora fortemente representada entre os componentes da açucaroocracia *ante bellum*. De acordo com Regina Célia Gonçalves, que analisou com minúcia o caso da conquista da Paraíba, a elite local formada nesta capitania “deve ser compreendida como extensão da ‘nobreza da terra’ de Pernambuco”, pois foram “em sua maior parte os egressos das famílias de senhores já estabelecidos naquela capitania de donatário, que se instalaram na fronteira recém-conquistada”, de modo que “os descendentes dos grupos vinculados à família Duarte Coelho tornaram-se sesmeiros e senhores de engenhos e ocuparam a maior parte dos cargos e ofícios distribuídos pela administração colonial” na Paraíba³⁰. O mesmo se pode dizer no Rio Grande, onde o único engenho ativo, o Cunhaú, foi de propriedade de Jerônimo de Albuquerque, veterano da conquista e capitão-mor da mesma capitania³¹. Os trabalhos de Ana Lunara Morais demonstram que num corte cronológico mais avançado, mesmo após a guerra holandesa, famílias das principais de Pernambuco, como os Carneiro da Cunha, os Bezerra Cavalcanti e os Vieira de Mello, obtiveram e geriram sesmarias na Capitania do Rio Grande, participando ativamente de sua governança³². Assim, se pode dizer que esta primeira projeção de Pernambuco, para além de bélica, foi estruturada a partir da projeção territorial de redes familiares cujas conexões se mantinham à distância por via de laços de parentesco. Estas redes conformavam o que João Fragoso definiu como uma “nobreza da terra supracapitanias”³³.

Todavia, é preciso questionar a verdadeira extensão destas “capitanias”. Quando observamos as linhas divisórias das capitanias hereditárias, ilustradas no mapa 1, somos tentados a enxergar os primórdios da atual divisão federativa e ter a ilusão de que a totalidade

³⁰ Gonçalves, «Guerra e açúcar...», p.64.

³¹ Mello, Evaldo. *O bagaço da cana*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.p. 169.

³² Morais, Ana Lunara da Silva. «Entre veados, carneiros e formigas: conflitos pela posse de terra na ribeira do Ceará-Mirim e as concepções de mentalidade possessória, 1725-1761». Dissertação de Mestrado, Natal, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014, p.148-188.

³³ Fragoso, João. «Potentados coloniais e circuitos imperiais: uma nobreza da terra supracapitanias, no Setecentos». Em *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. orgs. Monteiro, Nuno Gonçalves; Cardim, Pedro, e Cunha, Mafalda Soares. Lisboa: ICS, 2005. p.133.

do espaço representado era preenchido com a presença colonizadora. Mas, à exceção de Pernambuco que, às vésperas da ocupação holandesa, contava com três vilas e quatorze freguesias, Itamaracá, a Paraíba e o Rio Grande tinham muito menor dimensão, e limitavam-se quase que ao entorno dos municípios cabeças.

É interessante observar, por exemplo, que as referências feitas pelo Sargento-Mor Diogo Campos Moreno à localização geográfica das capitanias do norte, em data próxima a 1609, revela diferentes dimensões dos espaços efetivamente ocupados. De um lado, ele localiza as capitanias do Rio Grande e da Paraíba em **pontos** estabelecidos em coordenadas muito específicas. De acordo com ele, “junto aos Baixios de São Roque, *está* o Rio Grande e por cinco graus com a Fortaleza dos Reis”³⁴, ao passo que “correndo a costa ao sul do Rio Grande em seis graus *está* a Capitania da Paraíba”³⁵. A descrição das capitanias de Pernambuco e de Itamaracá, por outro lado, toma como referência um ponto específico, mas apresenta uma extensão maior, inserida nas demarcações anteriores como uma espécie de **faixa** de ocupação. Vejamos. Itamaracá, seria “a Ilha de que toma o nome de toda a Capitania, vai *correndo* ao sul da Paraíba em 7 graus e 2/3 e pela demarcação que hoje se lhe dá”, de modo que “começa desde Guaiana, entre as terras da fronteira de Guaramame, e um ribeiro que aí a divide a Leste”³⁶. Já Pernambuco está descrito da seguinte forma: “em oito graus da [linha] Equinocial, cinco léguas ao Sul de Itamaracá, *está* o porto da famosa Capitania de Pernambuco, que começa des [sic] da Vila de Garaçu, sua demarcação, e *corre* ao Sul até a Alagoa ou Rio de São Francisco”³⁷. Da mesma forma que a Ilha de Itamaracá, as únicas coordenadas pontuadas são as do porto, reconhecendo, entretanto, que o território da Capitania não se limitava a ele, mas corria pela costa desde Igarassu até o Rio São Francisco.

3.1.2 *Os impactos da Guerra sobre a organização do espaço político*

Às vésperas da invasão holandesa, as Capitanias do Norte encontravam-se em diferentes estágios de ocupação territorial. As demarcações feitas ao longo do processo de conquista em algumas delas nada mais representam do que os limites máximos da expansão entre umas e outras e, não necessariamente, a faixa de terra colonizada. Durante o período holandês (1630-1654), a projeção de Pernambuco ganhou uma dimensão jurisdicional mais formalizada, pois

³⁴ "RPFEB" In: *RIAP*, v. 57, Recife, 1984, p.188. Grifo nosso.

³⁵ "RPFEB" In: *RIAP*, 192. Grifo nosso.

³⁶ "RPFEB" In: *RIAP*, 195. Grifo nosso.

³⁷ "RPFEB" In: *RIAP*, 199. Grifo nosso.

todas as capitanias anteriormente mencionadas vieram a integrar uma formação política mais vasta, a *Nieuw Holland*, que, no seu auge, chegou a agregar o Maranhão e Sergipe de El Rey.

Por razões estratégicas, Olinda, depois de conquistada, foi queimada e a capital do “Brasil Holandês” – residência do Governador e sede dos órgãos centrais da administração – foi instalada nas imediações do atual Recife³⁸, que passou a ocupar uma posição-chave para a expansão dos domínios da WIC. Os dois primeiros anos da presença neerlandesa foram marcados pelos impasses entre o exército invasor e o exército de resistência, liderado por Matias de Albuquerque, irmão do quarto Capitão-Donatário, restringindo-se à ocupação do Recife e, a partir de 1631, de Itamaracá. Entre 1632 e 1635 esse impasse começou a ser quebrado e as capitanias do Rio Grande (1633) e da Paraíba (1635) foram conquistadas. O quarto donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, promoveu uma recuada estratégica para o Sul de Pernambuco, ordenando que toda a população o acompanhasse. Ele estabeleceu um arraial em Porto Calvo, que se tornou o principal palco dos conflitos até o ano de 1637, quando o exército da Companhia das Índias Ocidentais, conseguiu, assenhorear-se do restante da Capitania de Pernambuco, instaurando a chamada *Pax Nassoviana* e os anos áureos da presença holandesa no Atlântico Sul³⁹. Acrescente-se que, de 1637 até 1644, foram realizadas outras incursões que não resultaram numa ocupação duradoura por parte dos neerlandeses, especialmente em Sergipe, no Maranhão e no Ceará (sem contar os infrutíferos ataques à Bahia e ao Chile)⁴⁰.

Com o despontar da revolta que conduziu à Guerra de Restauração Pernambucana (1645-1654) o território voltou a ser disputado entre holandeses e luso-brasílicos. Em grande medida, os neerlandeses fracassaram em estabelecer uma presença sólida no conjunto do território, de modo que a maior parte dos efetivos militares e da população estava concentrada no Recife. Talvez seja essa a principal razão do sucesso dos Restauradores que, já em 1645, com o apoio de tropas vindas da Bahia, se assenhorearam de todo o sul de Pernambuco até as imediações de Olinda, a partir de onde conseguiram cerrar cerco ao Recife. Para isso, fundaram dois arraiais, o do Bom Jesus e o de Nazaré, a partir de onde se organizavam as pequenas escaramuças que caracterizavam a “guerra lenta”⁴¹. O cerco foi montado por nove anos, até que a exaustão, a

³⁸ Mello, *A fronda...*, p.169.

³⁹ Mello, Evaldo Cabral. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/ Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

⁴⁰ Mello, Evaldo Cabral de. (org). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

⁴¹ Mello, *Olinda restaurada...*, p.24-51.

fome, a falta de pagamento dos soldados da WIC e, por fim, o bloqueio do Recife pela frota da Companhia de Comércio, forçaram a capitulação dos neerlandeses em 27 de janeiro de 1654.

No que concerne à questão dos estatutos jurídicos o corolário mais importante da Restauração diz respeito à imediata reincorporação de Pernambuco e de Itamaracá ao patrimônio régio, como mencionamos anteriormente. Uma vez que seus respectivos capitães-donatários falharam ao compromisso de defendê-las dos neerlandeses, tampouco auxiliaram na mobilização do movimento restaurador, ambas as capitanias passaram à administração direta da Coroa que passou a ter o controle sobre o processo de seleção de Governadores para Pernambuco e Capitães-Mores para Itamaracá. As famílias dos proprietários, entretanto, não aceitaram a decisão sem protestos e moveram litígios junto à Coroa para reincorporação das capitanias aos respectivos patrimônios⁴².

De acordo com Luciana Velez, os Marqueses de Cascais, donatários de Itamaracá, tinham fortes ligações com a Casa real brigantina, apoiando-os ativamente nas Guerras de Restauração (1640-1668), algo que pode ter favorecido a decisão régia de reincorporar Itamaracá ao patrimônio da Casa no ano de 1692⁴³. Assim, entre 1654 e 1692, esta capitania teria o estatuto de Capitania Régia, ao passo que de 1692 até sua incorporação definitiva à Pernambuco, em 1763, pertenceria à Casa de Cascais na condição de donataria⁴⁴.

Acrescente-se que, sendo Itamaracá uma capitania menor, não despertava tanto interesse para a Coroa quanto Pernambuco, cujo quarto donatário, Duarte de Albuquerque Coelho, não obteve o mesmo sucesso. Ele não só deixou de apoiar a casa de Bragança, como “permaneceu na Corte castelhana após a aclamação do Duque de Bragança como rei”, algo que, nas palavras de Virgínia Almoedo Assis, se não “pode ser visto como causa da hostilidade régia facilmente perceptível nas referências reais ao Donatário, também há de se convir, não era causa para dispor o monarca português a seu favor”⁴⁵. A memória deste posicionamento também não favoreceu seus descendentes. Seu genro e herdeiro direto, D. Miguel Portugal, 6º Conde de Vimioso, manteve o pleito sem sucesso. Até que, em 1716, seu neto, Francisco Paula de

⁴² Saldanha, *As capitanias do Brasil...*, p. 390, 404-410

⁴³ Velez, «Donatários e administração colonial...» p. 78.

⁴⁴ Velez, «Donatários e administração colonial...», p. 84.

⁴⁵ Assis, Virgínia Almoêdo. «Palavra de Rei. Autonomia e Submissão da Capitania Hereditária de Pernambuco». Tese de Doutorado Recife, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2001. p. 199.

Portugal e Castro desistiu do litígio em troca do título de Marquês por duas vidas e de uma comenda de 80 mil cruzados⁴⁶.

Mas, e as restantes? É evidente que a Paraíba, o Rio Grande e o Ceará mantiveram o estatuto que detinham antes da invasão, permanecendo como capitanias régias. Entretanto, uma vez que todas as capitanias se tinham incorporado a uma só formação política durante os anos da administração holandesa, continuando sujeitas à jurisdição de Pernambuco, convém destacar que a Coroa parece não ter tomado qualquer ação diretiva quanto à sua imediata desvinculação.

Durante a Guerra, os restauradores rogaram auxílio de armas e mantimentos a D. João IV e este, além do auxílio, enviou Francisco Barreto de Meneses para exercer o mais alto comando militar na condução da guerra com a patente de Mestre de Campo General do Estado do Brasil. Nas palavras de Evaldo Cabral de Mello, durante esse período, Francisco Barreto “acumulara, sem sujeição a Salvador, o comando militar e político não só da capitania duartina, mas de todas as demais que haviam constituído o Brasil holandês”⁴⁷. Se a carta patente de Mestre de Campo General, lhe garantia o supremo *governo militar*, foi uma patente passada pelo então Governador-Geral, Antonio Telles de Menezes, Conde de Vila Pouca de Aguiar, em 1648, que lhe agregou, conforme o texto da patente, “também o *governo político* daquelas capitanias”, nomeando-o “*Governador da Capitania de Pernambuco e de todas as mais do Norte*, com poder e jurisdição no político que costumam ter os Governadores”⁴⁸. Prerrogativa excepcional que lhe foi outorgada em virtude das urgências da guerra e dos imperativos colocados pela distância, para o general pudesse, de perto, “mais prontamente dar a execução tudo o que Sua Majestade for servido mandar-lhe ordenar”⁴⁹.

Ao fim de seu mandato, entretanto, não houve qualquer definição clara da Coroa acerca da subordinação das restantes capitanias à de Pernambuco. A iniciativa mais explícita de que se tem notícia para preservar unidas estas capitanias, aparece num anexo à consulta em que o Conselho Ultramarino deliberou sobre a nova forma do governo político e militar de Pernambuco, em março de 1654. Nela, Salvador Correia de Sá e Benevides, então conselheiro, propôs uma reorganização jurisdicional da América Portuguesa, que passaria, segundo seu projeto, a ser dividida em “quatro partes”⁵⁰. De acordo com ele, os governos de “Províncias

⁴⁶ Assis, «Palavra de rei...», p. 214.

⁴⁷ Mello, *A fronda...*, p. 34-35.

⁴⁸ “Patente do Cargo de Mestre de Campo General a Francisco Barreto”. Arquivo Público da Bahia, Atos do Governo, 1648-57, fls. 18-19. Grifo nosso. Rendo aqui a devida gratidão a Marcos Arthur Viana da Fonseca pela generosa indicação deste documento e pelas imagens de sua digitalização.

⁴⁹ “Patente do Cargo de Mestre de Campo General a Francisco Barreto”. Arquivo Público da Bahia, Atos do Governo, 1648-57, fls. 18-19.fl.18. Intervenção nossa.

⁵⁰ AHU, Pernambuco Avulsos, cx.6, D. 466. [31 de Março de 1654]. fl.3.

Largas”, nesse caso o Estado do Brasil, “são de grande inconveniente, porque o excedem a possibilidade do cuidado, ou pela própria razão faltam ao bom despacho dos negócios”, de modo que com a divisão proposta “os súditos ficarão mais satisfeitos, e os ministros poderão dar desse melhor conta”⁵¹. A primeira parte deveria ser o Governo do Sul cuja cabeça ficaria sendo o Rio de Janeiro, com jurisdição sobre “Rio das Caravelas, Espírito Santo, e São Vicente”⁵². O segundo, seria o da Bahia, com alçada sobre as capitanias de “Sergipe Del Rey, Ilhéus, Porto Seguro”. Já o “terceiro governo deve ser o de Pernambuco, e este sua cabeça, e se estenderá desde o Rio de São Francisco, até o Rio Grande”. Por fim, o quarto seria o governo do “Maranhão, e esta praça cabeça dele, e a sua ordem as capitanias do Ceará [e] Grão-Pará”⁵³.

Este projeto de divisão quadripartida não nos parece nem artificial nem completamente arbitrário, mas antes, indicia, de um lado, a incapacidade de o Governador-Geral poder, à distância, gerir eficientemente o conjunto das capitanias do Estado do Brasil e, de outro, denota o reconhecimento da importância das capitanias principais e que são elencadas por “cabeças” de cada um dos governos. O Estado do Maranhão, estava desmembrado do Governo-Geral do Estado do Brasil desde 1621. No caso específico do “Repartição Sul”, esta divisão jurisdicional já tinha sido ensaiada entre 1572-1575, posteriormente em 1608-1612⁵⁴.

No que toca especificamente à divisão proposta para o governo de Pernambuco, as deliberações foram mais orientadas a manter do que a propor alterações significativas nas estruturas de governo então disponíveis, pois, na opinião dos conselheiros “para conservar o que se ganha, não há melhor ciência, nem razão de Estado, que usar dos meios com que se ganhou”⁵⁵. No parecer, começam por referir a forma de organização militar. Todos parecem concordar que “se para a recuperação da praça de Pernambuco, bastou um Mestre de Campo General”, Francisco Barreto de Menezes, “parece que também será bastante para o governo dela e suas dependências”. Ainda que a Consulta não esclareça que “dependências” seriam estas, somos levados a crer que estejam incluídas tanto as restantes “Capitanias do Norte” – isto é, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará – quanto as vilas e povoações menores da Capitania de Pernambuco – Igarassu, Sirinhaém, Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo do Rio São Francisco⁵⁶. Da mesma forma, os conselheiros reconhecem a centralidade da “dita Capitania”

⁵¹ AHU, Pernambuco Avulsos, cx.6, D. 466., fl.3.

⁵² AHU, Pernambuco Avulsos, cx.6, D. 466., fl.3.

⁵³ AHU, Pernambuco Avulsos, cx.6, D. 466., fl.3.

⁵⁴ Ribeiro, Mônica da Silva. «O Rio de Janeiro pós-Repartição do Sul: as transformações no império português (1660-1730)». Em *Dinâmicas sociais, políticas e judiciais na América Lusa (séculos XVI-XIX)*. org. Caetano, Antonio Filipe Pereira. Recife: Editora UFPE, 2016.p.104.

⁵⁵ Idem, ibidem.

⁵⁶ Como explicaremos adiante, mais por serem “capitanias-mores”, sujeitas à jurisdição de um Capitão-Mor das ordenanças.

de Pernambuco por ser “a principal”, dentre as restantes, e “residência do Mestre de Campo Geral”⁵⁷. Nela, dizem que “os negócios que se oferecerem, ao menos nestes primeiros anos, quase todos serão militares, e as leis, e ordenanças se não fazem senão para os casos mais ordinários” e, por conta disso, propõe unanimemente “que a pessoa que tiver o governo militar, tenha juntamente a política”, de modo que uma só pessoa exercite “a administração e o governo das armas”⁵⁸. Na prática, a decisão não só preservaria o raio de ação de Francisco Barreto, como consolidaria a centralidade de Pernambuco sobre as restantes capitanias desde os finais do século XVI.

Mesmo que a Consulta tenha sido finalizada com o parecer favorável dos conselheiros, registrando que se “satisfaça ao que Sua Majestade mandou por Direto seu, acerca de se dar forma ao governo político da Capitania de Pernambuco”⁵⁹, não há registo de nenhum Alvará ou Carta Régia que formalize as deliberações em instrumentos jurídicos. Nesse sentido, a ausência de uma decisão comunicada aos representantes do Rei na América abriu o espaço para a gestação de um impasse de interesses entre, de um lado, manter as capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande sob a jurisdição de um governo centrado em Pernambuco, e de outro, fazer com que retomassem a autonomia jurisdicional que detinham no *ante bellum*, respondendo apenas à jurisdição do Governador-Geral na Bahia. Este impasse, por sua vez, fomentou conflitos de jurisdição entre os Governadores de Pernambuco e os Governadores-Gerais, e entre aqueles e os Capitães-Mores governadores das restantes capitanias que, a partir de então, passaram a ser cada vez mais referidas no vocabulário administrativo como “anexas” à de Pernambuco.

Estes conflitos tiveram seu ponto de arranque quando André Vidal de Negreiros, tentou perpetuar a jurisdição de seu antecessor sem ter para isso instrução⁶⁰. Amparando-se na ambiguidade contida na expressão “capitanias anexas”, ele continuou a despachar ordens e a fazer provimentos de ofícios para as capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará, à revelia do próprio Francisco Barreto, nomeado para o Governo-Geral depois da guerra. Esta atitude deu origem a uma série de atritos que se perpetuariam até o fim do mandato de André Vidal, em 1661, e chegariam ao de Francisco de Brito Freyre⁶¹.

E só depois de este último entrar em choque com os Capitães-Mores destas capitanias – a quem chegou a mandar prender – a coroa decidiu declarar pela ordem régia de 26 de janeiro

⁵⁷ AHU, Pernambuco Avulsos, cx.6, D. 466. [31 de Março de 1654].

⁵⁸ Idem, ibidem.

⁵⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, cx.6, D. 466, fl.4.

⁶⁰ Acioli, Jurisdição e conflitos..., p.82-83.

⁶¹ Acioli, Jurisdição e conflitos..., p. 106-107.

de 1662, que as do “Rio Grande e da Paraíba”, capitanias régias e sujeitas apenas ao governo-geral, “não podiam nunca ser da jurisdição de Pernambuco” já que esta era “antes da entrada dos holandeses capitania de donatários” mas, “nem depois da expulsão deles se anexaram nunca” ao dito governo, e só por especial pedido de João Fernandes Vieira, quando governou a Paraíba, é que se decretou que por se acharem as duas em “falta de mantimentos e comércio, fosse socorrida de tudo e provida de Infantaria de Pernambuco, enquanto nela não houvessem rendas” reais⁶².

Naquele mesmo ano, Brito Freyre reconheceu e contentou-se com o que fora determinado na carta régia, limitando-se a prestar auxílio militar ao Rio Grande e à Paraíba⁶³. Mas a falta de menção à Capitania de Itamaracá, favoreceu a interpretação de que ela deveria permanecer anexa, de modo que ele continuou a prover ofícios vacantes e enviar ordens até o final de seu mandato, perpetuando os entreveros entre com os capitães-mores e com o Governo-Geral por quase uma década até que a questão de Itamaracá ficasse resolvida, em 1672, já no mandato de Fernão de Sousa Coutinho. Neste ano, a Coroa determinou que “Itamaracá seja subordinada a esse Governo [de Pernambuco] enquanto ao militar e que no que toca ao governo ordinário da Justiça e Fazenda há de seguir a dita Capitania o mesmo que executavam até agora nos autos judiciais os ministros da Justiça como faziam para a Relação da Bahia e os da Fazenda ao Provedor-Mor dela”⁶⁴. E ainda que a ordem régia confinasse a jurisdição aos aspectos militares, a restituição de Itamaracá ao patrimônio da Casa de Cascais, em 1692, e o absentéismo dos donatários, deu margem para uma intervenção dos governadores sobre outras esferas de governação. Por fim, em 1763, depois de extinta a Casa de Cascais, Itamaracá foi definitivamente incorporada ao território da Capitania de Pernambuco⁶⁵.

Se a intervenção dos governadores sobre Itamaracá foi apenas vagamente definida face ao estatuto de capitania donatarial, ao longo do século XVIII, o rio Grande e a Paraíba voltariam a ser formalmente subordinadas. A situação precária do Rio Grande no pós-restauração, fez com que os socorros militares e a guarnição continuassem a ser providos por Pernambuco ao longo de toda a segunda metade do século XVII. A Guerra do Açú e a distância com relação à Bahia incrementaram a dependência com relação aos recursos providos por Pernambuco, sendo esta uma das principais justificativas para sua anexação, em 1701, a qual durou até 1799⁶⁶.

⁶² AHU, Códice 257, fl. 316.

⁶³ DHBNRJ, Vol. 9, p.133-137.

⁶⁴ AHU, Códice 276, fl. 75.

⁶⁵ Velez, «Donatários e administração colonial...» p.17. Mas não sem antes os capitães-mores da Paraíba tentarem por pelo menos três vezes anexá-la à sua jurisdição. Chaves Júnior, «As capitanias de Pernambuco...», p.. 86.

⁶⁶ Alveal, «A anexação da Capitania do Rio Grande em 1701...», pp. 135.

Autores como Carmen Alveal sugerem que a anexação foi motivada por interesses da elite local da capitania de Pernambuco, ciosa por ampliar as bases de sua atuação, construída, de resto, desde o *ante bellum*⁶⁷. Já a Paraíba, apesar de ter sua autonomia limitada em questões fiscais já na década de 1720⁶⁸, só foi formalmente subordinada ao Governo de Pernambuco em 1755, mantendo-se nesta condição até 1799⁶⁹.

Por fim, se a subordinação dessas três capitanias à de Pernambuco foi marcada por acirradas disputas por jurisdição, talvez se possa dizer que a anexação da capitania do Ceará tenha sido menos contestada. Talvez por conta de esta, até finais do século XVII, nada mais ser do que um enclave militar. Por ordem régia, a capitania foi desanexada do Governo do Maranhão em 1656, passando a ser socorrida em tudo a partir do Governo de Pernambuco do qual permaneceu subordinada até sua autonomização definitiva 1799⁷⁰.

Com efeito, entre finais do século XVII e meados do XVIII, o raio de ação dos Governadores de Pernambuco alargou-se para todas as chamadas Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Baseando-se na proposta de Mafalda Soares da Cunha de que “o império português era constituído por territórios de desigual valor para a Monarquia”⁷¹, e que estas desigualdades refletiam-se nos títulos conferidos aos seus mais altos representantes nos governos ultramarinos, Inaldo Chaves Júnior chama a atenção para uma suposta alteração do estatuto de Pernambuco em 1718. De acordo com ele, a partir deste ano, foi “conferido em definitivo o título de ‘governador e capitão-general’ aos próceres da capitania que, na prática, passara a ser reconhecida pelo qualitativo ‘capitania geral’ ou ‘principal’”⁷². Para o autor, esta atitude coroava “um nítido reforço da autoridade central da capitania”, de modo que seria “impossível não perceber que a elevação de Pernambuco à *categoria* de capitania-geral resgatava, em partes, a realização político administrativa do Brasil holandês, expressa na extensa jurisdição de João Maurício de Nassau”⁷³. Ainda que seja uma pontuação sumamente relevante e que pode denotar o reconhecimento da importância de Pernambuco no conjunto das restantes capitanias, não há indícios que comprovem qualquer alteração no **estatuto jurídico de Pernambuco**, tampouco elementos que apontem para o delineamento de uma nova formação política.

⁶⁷ Alveal, «A anexação da Capitania do Rio Grande em 1701...», pp. 135.

⁶⁸ Menezes, *Colonialismo em ação...*, p. 214.

⁶⁹ Chaves Júnior, «As capitanias de Pernambuco...», p.86.

⁷⁰ Chaves Júnior, «As capitanias de Pernambuco...», p. 86.

⁷¹ Cunha, Mafalda Soares. «Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)». In: *Modos de Governar*. orgs. Ferlini, Vera Lúcia e Bicalho, Maria Fernanda. São Paulo: Alameda, 2005. p.72-73.

⁷² Chaves Júnior, «As capitanias de Pernambuco...», p. 60.

⁷³ Chaves Júnior, «As capitanias de Pernambuco...», p. 60-61. Grifo nosso.

Por esta razão, somos levados a discordar de Chaves Júnior apenas quando sugere uma mudança na “*categoria*”, pois isto implicaria uma alteração normativa do estatuto jurídico de Pernambuco⁷⁴. Tampouco vemos a expressão “Capitania Geral de Pernambuco” ser utilizada nos atos cotidianos de governo. Por outro lado, há elementos suficientes no vocabulário utilizado pelos agentes da governança para comprovar certas questões levantadas por Inaldo Chaves Júnior, nomeadamente a de que haveria um ordenamento hierárquico do território e, da mesma forma, uma centralidade ou, em suas palavras, uma *capitalidade* exercida por Pernambuco. No próximo tópico, conferimos especial destaque a essa questão através da análise do léxico empregado para se fazer referência ao território e de suas diversas repartições.

3.2. “Governo” e “capitanias”: vocabulário de caracterização do espaço jurisdicional

Em um texto clássico, António Manuel Hespanha interviu em favor da relevância de se considerar o peso das *categorias*, ou da prática de *categorização*, para a demarcação das hierarquias sociais no Antigo Regime⁷⁵. Ao longo do texto, problematiza o poder que os mais diversos porta-vozes institucionais – como as câmaras, os tabeliães, os eclesiásticos, ou os magistrados – detinham na criação e aplicação de classificações sociais – tais como “nobre”, “peão”, “rústico”, “preto”, “pardo”, “mulato” – aos indivíduos, de modo que estas categorias demarcariam o seu posicionamento no corpo social. Assim, insiste que a mobilidade existente nos séculos XVI, XVII e XVIII, seria mais taxinómica do que social⁷⁶.

Partindo da premissa, proposta por Hespanha, de que a noção de “categoria remete, na reflexão sobre o conhecimento, para a ideia de modelos de organização das percepções, da ‘realidade’”⁷⁷, nossa proposta não é tanto a de olhar para as classificações aplicadas sobre indivíduos, mas, aquelas que eram projetadas sobre *espaços jurisdicionais*. Inventariamos, portanto, as formas de *dizer*, isto é, *categorizar* os espaços em categorias de referência espacial, implicando de maneira direta a sua hierarquização.

Assim como a aplicação das categorias sociais na América Portuguesa era caracterizada por certa fluidez, veremos que as categorias de referência na repartição dos espaços jurisdicionais também não eram estáticas. Estas categorias não apenas sofrem alterações ao

⁷⁴ Numa nota, o autor esclarece “não encontramos nenhuma fonte que explicita e efetivamente evidencie a sua transformação [de Pernambuco] numa capitania-geral. Neste caso a feitura em capitania principal parece ter acompanhado a concessão do título de governador e capitão-general, dado a todos os oficiais que foram a Pernambuco depois de 1714”. Chaves Júnior, «As capitanias de Pernambuco...», p. 60.

⁷⁵ Hespanha, António Manuel. «Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar». *Análise Social*. v. XXXVIII, (168), 2003, p. 823

⁷⁶ Hespanha, «Categorias. Uma reflexão...», p. 827

⁷⁷ Hespanha, «Categorias. Uma reflexão...», p. 823

longo do tempo como nem sempre tiveram um padrão único de expressão textual. Um mesmo espaço institucional, como veremos, poderia ser chamado, ao mesmo tempo e em discursos diferentes, de “vila”, “freguesia”, “capitania” e, até mesmo, “comarca”. Com efeito, interessamos observar tanto as expressões vocabulares que referenciavam os contornos do raio de ação jurisdicional dos governadores quanto as entidades, poderes e jurisdições ordenadas no seu interior.

Começemos com os diferentes empregos da expressão “*capitania*”. Nas disposições dos Governadores⁷⁸, este é o termo mais utilizado para referir as antigas “capitanias”, tanto hereditárias quanto régias, existentes no Norte do Estado do Brasil em finais do século XVI, incluindo aí a própria Capitania de Pernambuco, mas, igualmente, Itamaracá, Rio Grande, Ceará e a Paraíba. Todavia, na segunda metade do século XVII, a referência às vilas menores da Capitania de Pernambuco como “capitanias” torna-se cada vez mais difundida em expressões como “capitania das Alagoas” ou “capitania do Rio São Francisco”⁷⁹. Estas vilas eram, na verdade, “capitanias-mores”, isto é, sujeitas à jurisdição de um Capitão-Mor das Ordenanças. Não por acaso, algumas freguesias do sertão, como Ararobá ou Rio Grande de São Francisco do Sul, serão também referidas como “capitanias” por estarem sujeitas à jurisdição de um capitão-mor⁸⁰. O mesmo chega a acontecer com as maiores freguesias de Olinda, como a Várzea, São Lourenço da Mata e Jaboatão, Cabo e Ipojuca.

Dado muito interessante é que, em suas cartas patentes, os governadores do *post bellum* recebiam o título de “Governador *das Capitanias de Pernambuco e das mais anexas*”, referindo, ao longo de todo o período tratado, “capitanias” no plural e não no singular. Da mesma forma, os atos comunicativos expedidos por estes agentes quase sempre trazem a expressão no plural⁸¹. Esta nuance, foi mencionada por Carmen Alveal⁸² e exhaustivamente tratada por Inaldo Chaves Júnior, que a incorporou no título de sua própria tese⁸³. Este último,

⁷⁸ AUC, CA, Códcs. 31 e 32.

⁷⁹ AUC, CA, Códice 31. 152v, 172, 188v, 198v, 341, 362v, 363v, 412v, 443, 489, 517v, 524v, 573v. todos estes respeitantes apenas às Alagoas, e à mero título de exemplo, na segunda metade do século XVII. Alex Rollim Machado reparou na questão em um artigo recente, apontando igual emprego da expressão entre meados do século XVII e primeiras décadas do século XVIII. Machado, Alex Rolim. «Jurisdição militar, inquisitorial e territorial no sul de Pernambuco: contribuição para uma arquitetura dos poderes nas Capitanias de Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco (1655-1712)». *Revista Ultramares*, Nº 2, Vol. 2, Jan-Jul/2012, pp. 130-159.

⁸⁰ Veja-se, por exemplo, a ordem passada por D. Manuel Rolim de Moura, em 1722: “Ordeno ao Capitão-Mor da Capitania do Ararobá João Oliveira Neves, mande dar baixa no posto de Capitão-Mor das entrada ao dito João Pereira, sem remissão alguma, admitindo de nenhuma maneira a que fique nem ande arvorado no tal posto e de como executou esta me dará conta”. AUC, CA, Códice 32, fl. 304. (grifo nosso).

⁸¹ Especialmente nos textos dos Bandos e nas Cartas Circulares que eram distribuídas ao conjunto das vilas e freguesias de Pernambuco. AUC, CA, Códcs. 31 e 32.

⁸² Alveal, «A anexação da Capitania do Rio Grande em 1701...», p. 157.

⁸³ Chaves Júnior «As capitanias de Pernambuco...». p. 87.

considera que a expressão alude não somente ao conjunto de “capitanias” existentes nas sessenta léguas de costa doadas a Duarte Coelho em 1534, mas agrega as Capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará, sendo estas também “*Capitanias de Pernambuco*”, isto é, “pertencentes” a esta última⁸⁴.

A nós, cabe acrescentar apenas que a questão pode revelar formas específicas de conceber a organização do território. Em diversas petições e requerimentos dirigidos ao Conselho Ultramarino na segunda metade do século XVII, a Câmara de Olinda representava a si própria como *Câmara de Pernambuco*, mantendo esta designação até, no mínimo, os primeiros anos do século XVIII⁸⁵. Em que pese a intenção dos edis autodesignarem-se como a principal – “a” câmara da Capitania – e, eventualmente, falarem em nome de todas as outras, talvez seja possível sugerir que a expressão fosse empregada para referir-se ao próprio município. É interessante destacar que com a criação da vila do Recife, tal forma de designação foi caindo em desuso nas disposições normativas.

De outro lado, no próprio discurso dos governadores do *post bellum*, a expressão “Capitania de Pernambuco” – no singular – era mais comumente empregada para referir um ponto específico ao invés da totalidade da circunscrição jurisdicional. Ainda que a expressão pudesse ser empregada para designar o território da Capitania como um todo, é comum ver nos bandos que circulavam exclusivamente entre Olinda ou Recife a referência a “*esta capitania de Pernambuco*” no singular, ou, ainda mais frequentemente, “*praça de Pernambuco*”⁸⁶. Na Consulta já antes referida em que o Conselho Ultramarino deliberou sobre as formas de organização territorial das Capitanias do Norte, “Pernambuco” é referida como a “*capitania, que é a principal, e residência do Mestre de Campo Geral*”, aludindo tão somente o espaço de sua residência que, em 1654, era o Recife. Empregando a palavra no mesmo sentido, em abril de 1671, o governador Fernão de Sousa Coutinho (1670-1674) lançou um Bando recrutando moços solteiros para “os dois terços desta Capitania de Pernambuco”, ordenando que “todos os homens dos povos *desta Capitania* até Sirinhaém” mandassem sentar praça a pelo menos um de cada três ou quatro filhos que tivessem, deixando. Transparece a noção da “Capitania” como

⁸⁴ Chega mesmo a sugerir a certa noção de posse destes territórios no subcapítulo “(De) quem eram as anexas”. Chaves Júnior «As capitanias de Pernambuco...». p. 87.

⁸⁵ Mello, *A fronda...*, p. 78.

⁸⁶ Como nos Bandos pelos quais se marcavam as mostras e os exercícios militares. AUC, CA, Cód. 31 e 32.

um marco espacial específico e, como declara, contíguo à sede do governo, onde estavam estacionados os terços⁸⁷.

Quando Francisco Barreto de Menezes (1648-1657) confirmou Cristóvão Lins na propriedade do cargo de Alcaide-Mor de Porto Calvo, garantiu que, como de costume, gozasse “de todas as honras, privilégios, isenções e liberdades, prós e percalços que diretamente [sic] lhe pertencem e costumam gozar os mais Alcaldes-Mores **das vilas anexas a esta Capitania de Pernambuco**”⁸⁸. A “Capitania” aqui não só aparece no singular, mas as “vilas anexas”, referiam-se às vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo, cujos Alcaldes-Mores receberam as mesmas confirmações.

A endossar esta percepção muito particular da segunda metade do século XVII, é ainda mais interessante ver como as câmaras destas vilas menores referiam-se a “*Pernambuco*” como um espaço exterior e frequentemente confundido com Olinda ou Recife – a depender das circunstâncias. Em algumas vereações da Câmara das Alagoas, os oficiais deixam entrever esta noção ao registrar o movimento de pessoas ou recursos para fora da vila. Em algumas vereações de 1671, os edis discorreram sobre a passagem “do gado *desta jurisdição* para a de *Pernambuco*”⁸⁹ e, conseqüentemente, sobre as fianças entregues aos passadores que tinham o compromisso de “passar gado *para Pernambuco*”⁹⁰. Da mesma forma, em 1674, tiveram de eleger um novo Alcaide, pois o “que servia *tinha ido a Pernambuco* a levar uns presos a *cadeia do Recife* e havia dois meses que não vinha”⁹¹. Em ambos os casos, “Pernambuco” não só aparece como um espaço distante, mas também equivalente ao complexo Olinda/Recife.

Com efeito, estes exemplos, extraídos das rotinas administrativas da governança, sugerem que “Pernambuco” designava mais comumente o espaço nuclear, imediatamente contíguo ao centro político, que, na segunda metade do século XVII, confundia-se com termo do município de Olinda. Ao que parece, longe de ser concebido como uma faixa territorial uniforme e plenamente integrada, o território sob jurisdição dos governadores aparece no discurso como um arquipélago de **capitanias** “anexas” ou “subordinadas” a um núcleo de governo, a “Capitania de Pernambuco”, onde residiam os governadores. Eventualmente, ao longo do século XVII e no início do século XVIII, aparecem algumas categorias no vocabulário administrativo dos governadores para designar parcelas do território ou áreas geográficas, tais

⁸⁷ AUC, CA, Cód. 31, fl. 253

⁸⁸ AUC, CA, Cód. 31, fl. 34v. Grifo nosso.

⁸⁹ IHGAL – 00006-01-02-01 – Segundo Livro de Vereações da Câmara da vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (1668-1680).fl.44 v.

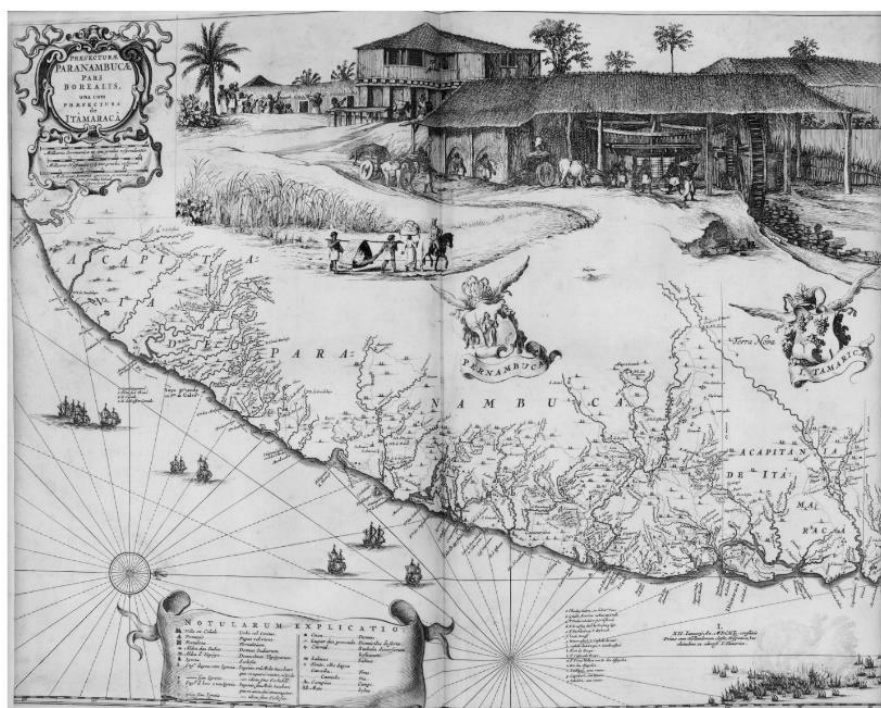
⁹⁰ IHGAL – 00006-01-02-01, fl.46v.

⁹¹ IHGAL – 00006-01-02-01, fl. 95v-96.

como “capitanias do norte” ou “capitanias do sul” e que reforçam a construção discursiva de um centro assentado entre Olinda e Recife. Não por acaso, como veremos adiante, uma das expressões mais utilizadas para referenciar a unidade territorial deste espaço fosse o “Governo de Pernambuco”. Naturalmente, esta é uma percepção que se constrói a partir de “de dentro”, pois quando vista de outras localidades, como Salvador ou Lisboa, a expressão “Capitania de Pernambuco” tende a designar a circunscrição jurisdicional completa.

Coube ao historiador Dirceu Lindoso, sublinhar que os neerlandeses foram os primeiros a ter a sensibilidade de perceber e registrar dois “Pernambucos” nas capitanias conquistadas: um do Norte (Boreal) e outro do Sul (Meridional)⁹². O ensaio desta primeira divisão administrativa pode ser claramente visualizado em dois mapas elaborados na década de 1640. Ambos fazem parte do livro de Gaspar Barléus, “História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil”, e são atribuídos à Georg Marcgrave, um dos naturalistas contratados pelo conde João Maurício de Nassau para registrar a fauna, a flora, as gentes e a geografia do “Brasil Holandês”. Ao que parece, a representação desta primeira divisão confere especial relevância às diferenças econômicas entre as duas partes.

Figura 5. *Præfecturæ Pernambucæ Pars Borealis*⁹³



⁹² Lindoso, Dirceu. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Edições Catavento, 2000.

⁹³ **Præfecturæ Pernambucæ Pars Borealis**. In: Barléus, Gaspar, *Rerum per octennium in Brasilia Et alibi nuper gestarum, sub praeectura illustrissimi comitis I. Mavritii Nassoviae, &c. comitis, nunc Vesaliae gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd. sub Avriaco ductoris, historia*. Amsterdam : Typographeio Ioannis Blaev. 1647. Disponível em : <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00246000>

O primeiro mapa (Figura 5) é intitulado *Præfecturæ Pernambucæ Pars Borealis* e representa, conforme a tradução do título, o “Distrito de Pernambuco na parte Boreal junto à Capitania de Itamaracá”, estendendo-se desta última, ao norte, até as cabeceiras de Porto Calvo. Há referência expressiva a engenhos e povoações distribuídos por todo o território e que remetem a um espaço razoavelmente bem preenchido em termos de unidades produtivas ou núcleos habitacionais. Contrasta com esta multiplicidade de pontos espalhados a menção a apenas duas “Vilas ou Cidades”, nomeadamente Olinda (já arrasada na época de confecção do mapa) e o Recife. A ilustração de um “Engenho Real” no canto superior direito só vem a reforçar a representação deste espaço repleto de engenhos como uma zona predominantemente açucareira.

Figura 6.*Præfecturæ Pernambucæ Pars Meridionalis*⁹⁴



Já o segundo mapa (figura 6), *Præfecturæ Pernambucæ Pars Meridionalis*, ilustra o “Distrito de Pernambuco na parte Meridional” – espaço que corresponderia à parte do atual Estado de Alagoas. Ao contrário do primeiro, observa-se a representação de uma quantidade

⁹⁴ **Præfecturæ Pernambucæ Pars Meridionalis.** In: Barléus, Gaspar, *Rervm per octennivm in Brasilia Et alibi nuper gestarum, sub præfectura illustrissimi comitis I. Mavritii Nassoviae, &c. comitis, nunc Vesaliae gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd. sub Avriaco ductoris, historia.* Amsterdam : Typographeio Ioannis Blaeu. 1647. Disponível em : <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00246000>.

muito menor de engenhos e de povoações. É de notar, por exemplo, que entre a região das duas lagoas (*Alagoa do Norte* e *Alagoa do Sul*, conforme a ilustração) e o Rio de São Francisco há um vasto espaço sem nenhum sinal de ocupação, algo que sugere ser esta uma zona bem menos habitada do que a parte “Boreal” da Capitania. A ilustração do mapa, ao invés de um engenho, representa um grupo de homens vestidos – provavelmente cativos – a pescar com uma grande rede de malha e alude ao potencial piscatório da mesma região mas, principalmente, ao papel das povoações do sul enquanto abastecedoras do restante da Capitania no período anterior à invasão neerlandesa.

Posteriormente, em 1642, a administração da WIC traduziu esta divisão imagética numa divisão efetivamente administrativa, criando o “Distrito das Alagoas” que, entretanto, não sobreviveu aos anos da guerra. Mesmo com o fim da ocupação, há indícios que nos permitem afirmar que a imagem de um “Pernambuco do Sul” sobreviveu durante *post bellum* até a criação da Comarca das Alagoas (1711). No entanto, os critérios de sua representação deixam de ser baseados nas características econômicas do território, mas pressupõe o posicionamento geográfico do espaço em relação ao “centro” que, no discurso, está situado ora em Olinda, ora no Recife, ou mesmo em “Pernambuco”. Com efeito, uma das primeiras referências às “capitanias do sul” pode ser encontrada no título de uma carta circular do governador Jerônimo de Mendonça Furtado (1664-1666) enviada às câmaras das “*Capitanias do Sul* até as Alagoas sobre o dote de Inglaterra e Paz de Holanda”⁹⁵. Numa ordem deste mesmo Governador à Câmara de Porto Calvo, passada em abril de 1665, diz tomar uma série providências “para reprimir as insolências que os negros levantados dos Palmares fazem aos moradores daquelas *capitanias do Sul*”⁹⁶. Anos mais tarde, em 1686, João da Cunha Souto Maior lançou outra ordem a todos os “oficiais de milícia e justiça das Capitanias de Pernambuco do distrito do meu Governo” para que “dêem toda ajuda e favor ao Reverendo Cônego Antônio Tavares Valcasser visitador de todas as *Capitanias da parte do sul* na visitaçāo que ali estava para fazer”⁹⁷.

Como demonstra Inaldo Chaves Júnior, a expressão “Capitanias do Norte”, fora utilizada por diversos atores e em variados espaços geográficos desde o início do século XVII para referir o conjunto das capitanias existentes ao Norte da Bahia, mantendo-se seu uso corrente até o *post bellum*⁹⁸. No que concerne especificamente ao discurso dos governadores, uma das referências mais explícitas, aparece num Bando lançado por Francisco Barreto de Meneses sobre as conveniências de que “as *Capitanias do Norte, desde o Rio Grande até a Ilha de Itamaracá, se*

⁹⁵ AUC, CA, Cód. 31, fl.8 (no índice) e fl. 131v na própria carta.

⁹⁶ AUC, CA, Cód. 31, fl. 132v. Carta aos oficiais da Câmara de Porto Calvo

⁹⁷ AUC, CA, Cód. 31, fl. 435v.

⁹⁸ Chaves Júnior «As capitanias de Pernambuco...». p. 71-80.

povoem outra vez para que assim se possam reedificar os engenhos de fazer açúcar e outras lavouras de que pendem o benefício público de todas estas capitanias”⁹⁹.

A centralidade de Pernambuco em meio às outras capitanias pode ser evidenciada em momentos de comunicação simultânea com as partes do Norte e do Sul. Em março de 1713, o governador Félix José Machado ordenou ao Provedor da Fazenda de Pernambuco que pagasse 8 patacas em dinheiro para a ajuda de custo de dois soldados que seguiam do Recife e levavam “cartas do serviço de sua majestade para as *Capitanias do Norte* e do *Sul*”¹⁰⁰. Da mesma forma, o registo que era feito das cartas circulares na Secretaria de Governo ilustra esta percepção espacial, cujo centro era o Recife. Naquelas que eram despachadas aos Capitães-Mores, copiava-se o conteúdo básico da carta na parte de cima do Livro de Registos e na parte de baixo, registavam-se os destinatários específicos, subdividindo-os a norte e a sul.

Todavia, como é evidente, sendo as “Capitanias” referidas a partir do Recife, Pernambuco acaba por não aparecer entre as “do Norte”. Mas, quando o conjunto é observado, por exemplo, aos olhos dos Governadores-Gerais, na Bahia, ou dos Conselheiros Ultramarinos, em Lisboa, todas capitanias existentes entre Pernambuco e o Ceará, costumavam ser referidas como as “Capitanias do Norte” ou “Capitanias de Cima”, ao passo que as expressões “Capitanias do Sul” ou “de Baixo”, seriam aquelas existentes entre Espírito Santo e São Vicente¹⁰¹.

Além destas expressões que se baseiam num eixo referencial entre “norte” e “sul”, outras expressões aparecem com menos frequência para designar a zona mais densamente habitada, no litoral, dos vastos sertões das Capitanias do Norte. Raramente, o “leste” e o “oeste”, ou “ocidente” e “orientes”, aparecem no vocabulário administrativo para situar as partes do território. A diferenciação mais comum, particularmente visível no início do século XVIII – quando a interiorização começa a ganhar força – é a divisão entre a “*marinha*” e o “*sertão*”. A expressão “sertões” ou “sertão”, neste período, costuma ser empregada – como em toda a

⁹⁹ AUC, CA, Cód. 31, fl. 16. Grifo nosso.

¹⁰⁰ BNP, PBA 115, fl. 129.

¹⁰¹ Inaldo Chaves Júnior fez uma discussão pormenorizada destes referenciais. Chaves Júnior «As capitanias de Pernambuco...», p.28-29.

América Portuguesa – para designar os espaços distantes dos principais núcleos de colonização, marcados por um povoamento mais descontínuo¹⁰².

É recorrente ver Bandos e Cartas Circulares do início do século XVIII mencionarem ou serem destinados às “vilas ou freguesias da *marinha* da jurisdição deste governo”¹⁰³. Os quatro anos da administração de Félix José Machado (1711-1715) foram marcados por constantes iniciativas de fortalecimento das estruturas defensivas e movimentos de prevenção de ataques franceses, inimigos durante a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714). Repetidas cartas circulares foram enviadas aos “*Capitães-Mores da Marinha*”¹⁰⁴ para preparar as tropas auxiliares e da ordenança de seus distritos para ataques marítimos ou, até mesmo, para prevenir novos “motins”, ou desdobramentos das “Alterações de Pernambuco” (1710-1711)¹⁰⁵. Alguns anos mais tarde, em 1718, durante uma das muitas carestias de farinha em Pernambuco, o governador Manoel de Sousa Tavares lançou um bando proibindo o embarque de farinhas “para fora desta Capitania”, esclarecendo que esta deveria ser entendida “não tão somente desta vila do Recife e Cidade de Olinda, mas nem ainda de nenhuma das *vilas e freguesias da marinha da jurisdição deste governo*”, referindo-se às restantes vilas e freguesias litorâneas¹⁰⁶. Vale sublinhar que ainda neste período a expressão “Capitania de Pernambuco” poderia ser associada (quicá confundida) com o complexo Olinda/Recife.

Consideradas as expressões utilizadas para designar as partes, convém passarmos às formas específicas de perceber o todo, isto é, o conjunto do território que estava sob a jurisdição dos governadores. Em sua contribuição pioneira, Inaldo Chaves Júnior chamou a atenção para uma diversidade de fórmulas que, desde o período holandês, enquadravam o conjunto das capitanias conquistadas. Algumas como ‘capitanias de Pernambuco’, ‘províncias de Pernambuco’ ou ainda ‘colônia de Pernambuco’, foram largamente utilizadas na sequência da colonização, mesmo após a restauração¹⁰⁷ à Coroa, em 1654. O mesmo autor cita uma passagem de Gaspar Barléus, cronista oficial de Maurício de Nassau, em que explica estarem os holandeses em posse das “quatro capitanias que eram da nossa jurisdição: Rio Grande,

¹⁰² Esta imagem difere daquela que se consolidou a partir de finais do século XIX, com a obra de Euclides da Cunha, que representa o sertão como um espaço árido, inóspito, despovoado. Muitos dos espaços referidos como “sertões” na documentação dos séculos XVII e XVIII, referem-se à zona atualmente designada por “agreste” e que é, quase sempre, húmida e fértil. Para uma análise da construção da ideia de “sertão” no imaginário das vilas litorâneas do atual nordeste da América Portuguesa, ver: Silva, *Nas solidões vastas e assustadoras...*

¹⁰³ AUC, CA, Cód. 32, fl.277. PBA 115.

¹⁰⁴ BNP, PBA, 115, fls. 209v, 259, 79,84,87,93,95, 91, 99, 111,144, 151, 233.

¹⁰⁵ BNP, PBA, 115, fl.259.

¹⁰⁶ AUC, CA, Cód. 32, fl. 277. Grifo nosso. Discurso aliás, encontrado sem nenhuma modificação num Bando de D. Manuel Rolim de Moura, datado de 1722. AUC, CA, Cód. 32, fl.292v.

¹⁰⁷ Chaves Júnior «As capitanias de Pernambuco...», p.53.

Paraíba, Itamaracá e Pernambuco”, sendo estas as “terras da *colônia* de Pernambuco”¹⁰⁸. Já o termo “província de Pernambuco” ou “Províncias de Pernambuco”, foi frequentemente empregado nas crônicas da Guerra Holandesa, nomeadamente na do Capitão Donatário, Duarte Coelho de Albuquerque, na de Francisco de Brito Freyre e de Francisco Barreto de Menezes, talvez para aludir à importância do território conquistado, o qual se tentava pôr em pé de igualdade, com as Províncias de Portugal¹⁰⁹. E, com efeito, meio século mais tarde, o *Vocabulário Portuguez e Latino* de Raphael Bluteau apresenta dois significados para a palavra “Capitania”, sendo um deles o seguinte: “Capitania do Brasil vem a ser o mesmo que Província”, citando não só as quatorze existentes na altura, mas trechos da obra de Brito Freyre, em que “chama este autor às ditas Capitánias, Províncias”. Bluteau acrescenta ainda que “como cada Capitania destas é uma espécie de *Governo*, poderá chamar-lhe *Praefectura*”, isto é, como aparecem nos mapas de Marcgrave¹¹⁰.

Salvo a expressão “Capitánias de Pernambuco”, que se manteve em uso corrente até finais do século XVIII, as restantes expressões não são encontradas com frequência nas disposições dos Governadores. No *post bellum*, por outro lado, tornou-se cada vez mais frequente o emprego da expressão “Governo de Pernambuco” para a designar o espaço sob jurisdição destes agentes. Na altura da publicação da obra de Bluteau, em 1728, o significado de “Governo” remetia, para além da ação de governar, para “um governo”, isto é, “*uma província que tem governador*”, aludindo, portanto, a um espaço jurisdicional ou formação política¹¹¹. Suspeitamos que por detrás do uso mais corrente da expressão “governo”, ao invés de “capitania” esteja também a intenção de valorizar, ou demarcar o estatuto de Pernambuco em meio às restantes capitánias, não como uma governada por capitães-mores, mas sim por Governadores.

Vejamos três brevíssimos exemplos que foram extraídos dos expedientes administrativos dos governadores, em que os mesmos mencionam a delimitação de um espaço mais amplo de circulação de alguns atos comunicativos. Quando foi incumbido de discutir as condições para o lançamento do Donativo para o Dote para o Casamento da Rainha de

¹⁰⁸ Chaves Júnior «As capitánias de Pernambuco...», p. 53. Grifo nosso.

¹⁰⁹ Coelho, Duarte de Albuquerque. Memórias diárias de la guerra del Brasil por discvrso de nveve años, empeçando desde el de M.DC.XXX escritas por Dvarte de Albvquerqve Coello a la catolica magestad del rey don Felipe Qvarto. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00592400> acessado em 22 de mai de 2013 às 19:45; Freyre, Francisco de Brito. Nova Lusitânia, história da guerra brasílica. Lisboa, Oficina de Joam Galram, 1675. disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00727000>; Menezes, Francisco Barreto. Relación verdadera de la recuperación de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya i de las capitánias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ciará e Isla de Fernando de Noronha. Lisboa, 1654. disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01591000>, acessado em 28 de junho de 2017.

¹¹⁰ Bluteau., VPL. vol.2, p. 126. Grifo nosso.

¹¹¹ Bluteau, VPL, vol.4, p.105.

Inglaterra e Paz com Holanda em Pernambuco, em 1662, o governador Francisco de Brito Freyre enviou uma carta circular às “*Câmaras deste Governo*” para que viessem à sua presença tratar do lançamento¹¹². Anos mais tarde, em 1687, o governador João da Cunha Souto Maior (1685-1688) lançou um bando sobre o cerceio da moeda para ser publicado e “manifesto a todos nestas praças de Olinda e Recife, e em todas as *Capitanias deste Governo*”, sendo remetido “por vias firmadas de minha mão a todos os capitães-mores estão para que as mandem publicar a som de caixas”¹¹³. Já Caetano de Melo de Castro, ordenou a circulação de um bando proibindo a abertura de novas salinas, ordenando a sua publicação “a som de caixas pelos lugares públicos desta Cidade de Olinda e praça do Recife, e o mesmo se fará em todas as *Capitanias deste Governo Anexas*”¹¹⁴. Fica ainda mais evidente que a expressão “Capitania de Pernambuco”, no singular, nem sempre é encontrada nos atos comunicativos de maior circulação geográfica, ao passo que “Governo”, nesse contexto, remete ao conjunto mais vasto da jurisdição dos governadores, incluindo não só Olinda e o Recife, mas as vilas menores de Pernambuco e, eventualmente, Itamaracá¹¹⁵.

A expressão “Governo de Pernambuco” não aparece apenas no cotidiano administrativo mas é constantemente empregada nas descrições do território e dos enquadramentos administrativos existentes. Uma delas foi feita pelo capitão Gregório Varela de Berredo Pereira, panegirista do governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, no *Breve compêndio*, redigido em 1690. Segundo ele, “tem este governo de jurisdição, pela costa marítima mais de 800 léguas, donde parte com o Maranhão, até a barra do Rio São Francisco, donde parte com a Bahia, e pelo sertão acima, logra e domina até onde se põe o sol”¹¹⁶. O sentido dado à palavra “Jurisdição” aparece aqui associado ao raio de ação territorial dos governadores que não só abarcava a totalidade da Capitania de Pernambuco, mas excedia seus limites, dilatando-se pela costa entre a Bahia e o Maranhão. Mas as 800 léguas de costa mencionadas não eram contínuas, pois a meio caminho estavam as capitanias da Paraíba e do Rio Grande, com autonomia reconhecida desde 1662. Entretanto, Berredo Pereira, claro porta-voz dos interesses de Câmara Coutinho, não deixa de expressar os projetos de subordinação das mesmas capitanias à de Pernambuco, dizendo que “se sua Majestade tivera as verdadeiras notícias das larguezas desta terra havia de mandar fazer nela Governo Geral, a respeito dos longes da Bahia, anexando a ela

¹¹² Carta de Francisco do Brito Freyre às Câmaras da Capitania de Pernambuco, convocando-as para discutir o lançamento do Donativo do Dote. AUC, CA, Cód. 31, fl. 81v.

¹¹³ Bando de João da Cunha Souto Maior sobre o Cerceio da Moeda. AUC, CA, Cód. 31, fl. 413v. Grifo nosso.

¹¹⁴ Bando de Caetano de Melo de Castro sobre as salinas. AUC, CA, Cód. 31, fl. 560. Grifo nosso.

¹¹⁵ Raros bandos foram lançados às Capitanias do Rio Grande e Ceará, como veremos no sexto capítulo.

¹¹⁶ BCCC p.280.

a Paraíba e Rio Grande”. Estas duas capitanias eram, segundo ele, “dois covis de malefícios, donde se recolhem todos os homiziados e malfeitores” de modo que “sendo tudo sujeito a este Governo logo teria Sua Majestade vassalos domésticos e cresceriam suas rendas e andaria tudo bem governado”. Este projeto de subordinação redundaria ainda em benefícios, pois “se escusariam os grandes gastos que padece este povo, em recolherem à Bahia, por espaço de 200 léguas, caminhos agrestes e por mar, fora da monção onde se não pode navegar”¹¹⁷.

Em seguida, Berredo Pereira descreve a organização jurisdicional do governo da seguinte forma:

Tem este governo *debaixo* de sua jurisdição muita quantidade de gente e famílias muito nobres, de que é metrópole a cabeça e cidade de Olinda, por outro nome Mairim, com sete vilas como comarcas com muitos engenhos e excelentíssimos templos, com capitães-mores de apresentação deste governo, com câmaras de que é a primeira e mais antiga a Vila de Igarassu dos Santos Cosme e Damião, em um sítio muito ameno, rodeada de muitos engenhos, com muito gado, pau-brasil e ricas águas, muito fértil de pescado, com porto de mar, excelentíssimo para navios e sumacas que àquele porto vão buscar as drogas da terra. Tem defronte a Ilha de Itamaracá vila de Nossa Senhora da Conceição e um belo terreno à vista do mar, mas por hora sem gente que a povoe, pelo dificultoso das passagens. Tem dentro esta ilha quatro engenhos de açúcar com a fortaleza de Santa Cruz da Barra. Para a parte do Norte [sic] a Vila Formosa de Sirinhaém, a Vila do Porto Calvo, a das Alagoas e do Rio de São Francisco do Penedo, com muito gado e excelentíssimos tabacos, com grandes larguezas de terras que só nelas se podia fazer um empório, regadas com aquele celebrado rio cujo nome é de São Francisco”¹¹⁸

Alguns elementos da descrição são dignos de nota. O primeiro, bastante sutil, é que o governo teria “*debaixo* de sua jurisdição muita quantidade de gente e famílias muito nobres”, algo que sugere a sua posição cimeira, ainda que integrada, no corpo social. Em seguida, a cidade de Olinda é referida não só como “cabeça”, por ser a residência oficial do Governador e do Ouvidor, mas “*metrópole*” do Governo¹¹⁹. Com base nas definições dadas por Bluteau, a que mais se adequaria seria a da “metrópole” como uma “Cidade Metropolitana, ou Igreja arquiépiscopal”. Outro significado refere-se à condição por onde “aquela cidade é superior a uma província”, cabível pelo menos numa dimensão simbólica, associada à condição de cabeça. Tomando, entretanto, a matriz grega da palavra, que significa “cidade mãe de outras, ou cidade principal”, o autor do *Vocabulario Portuguez e Latino* afirma que palavra “antigamente se apropriava às cidades das quais haviam saído colônias e povoações circunvizinhas, e que por esta razão eram cabeças e como mães das mais cidades a que elas haviam dado os primeiros

¹¹⁷ BCCC, p.280-281.

¹¹⁸ BCCC. Grifo nosso.

¹¹⁹ Mais adiante, o mesmo autor refere-se a Olinda como “A cabeça e metrópole de todo Pernambuco é a cidade de Olinda, donde de presente manda Sua Majestade assistir pessoa do Governador e mais tribunais de justiça”. BCCC, p.281.

moradores”¹²⁰ e, nesse sentido, poderia ter sido empregada para referir as glórias pretéritas do burgo duartino – aliás mencionadas no *Breve Compêndio*.

Por outro lado, e mais adiante, Berredo Pereira afirma que “é o Recife a *corte* de Pernambuco, com o título de povoação, donde o Flamengo, quando a possuiu, formou uma formosa cidade bem na pancada do mar, com ruas e casarias de três ou quatro sobrados, com torres e capitéis”¹²¹. Pode parecer paradoxal que a Cidade de Olinda que é a “cabeça” e a “metrópole” não seja também a “corte” de Pernambuco, em finais do século XVII, mas, como veremos no próximo capítulo, esta pode ser uma maneira muito particular de o autor do *Breve Compêndio* explicar a disposição geográfica do centro político da Capitania. Para Bluteau, a “corte” seria, obviamente, “o local onde reside o rei assistido dos oficiais e ministros da Casa Real”¹²², de quem os Governadores eram os mais altos representantes no local. Estes tinham a residência oficial fixada em Olinda, apesar de residirem a maior parte do tempo no Recife, onde também estava o Palácio das Duas Torres, apesar de não haver lá uma Corte tais como havia nos Vice-reinados da América Hispânica ou em Goa¹²³. Dentre os vários significados apresentados por Bluteau, o que mais se aproxima da situação do Recife dos finais do século XVII – e que pode explicar a intenção de Berredo Pereira de assim o tratar – é a de “corte” como a define Suetônio, isto é, “um ajuntamento de gente”, referindo assim a maior concentração populacional das Capitanias do Norte, ou ainda, como na Roma Antiga, “o lugar em que se costumavam tratar os negócios públicos”, remetendo aí para um espaço de vivência das sociabilidades características de uma urbe¹²⁴. Em qualquer dos casos, a percepção do Recife como uma “corte” remete à sua importância demográfica, comercial e política.

Quanto ao restante do “Governo” de Pernambuco, vale ressaltar que o panegirista afirma ser Olinda a sua cabeça e ter “sete vilas como *Comarcas*”¹²⁵, referindo posteriormente, Igarassu, Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá, Sirinhaém, Porto Calvo, Alagoas e Penedo. Em 1690, altura da redação do *Breve compêndio*, havia um único Ouvidor-Geral em Pernambuco e, conseqüentemente, uma única comarca, que abrangia Olinda, sua cabeça, e as restantes vilas. Já Itamaracá, estava integrada à Comarca da Paraíba desde 1687. Nesse sentido, a expressão “comarca” parece ser empregada por Berredo Pereira de um modo muito particular, que difere da usual referência a um espaço que está sob a alçada de um corregedor ou ouvidor, mas remete

¹²⁰ Bluteau, VPL, vol.5, p.469.

¹²¹ BCCC, p. 282.

¹²² Bluteau, VPL, vol. 2, p. 575.

¹²³ Cañeque, *The kings living image...*; Santos, Catarina Madeira. “Goa é a chave de toda a Índia”: perfil político da capital do Estado da Índia. Lisboa: CNCDP, 1999.

¹²⁴ Bluteau, VPL, Vol.2, p..576.

¹²⁵ BCCC, p.280.

às circunscrições jurisdicionais dos municípios existentes no Governo de Pernambuco. Quiçá, o autor estaria propondo uma referência a estas vilas como “comarcãs”, isto é, “vizinhos nos limites de dois territórios”¹²⁶.

Esta forma de referenciar a organização territorial já fora empregada anteriormente. Ao final de seu mandato como governador em Pernambuco, em 1664, Francisco de Brito Freyre redigiu uma espécie de relatório à Coroa em que discorre sobre as principais ações de seu triênio. Dentre elas, diz ter empreendido uma grande reforma militar nas “Capitanias”, quando dividiu “6503 infantes e 810 soldados de cavalo nas *comarcas* por terços, e nas paróquias por companhias”¹²⁷. No entanto, a única comarca existente na altura era a de Olinda e, com efeito, a divisão proposta previa a formação de **sete** terços, distribuídos, na verdade, entre as vilas e da seguinte maneira:

Terço da Praça do Recife, Vila de Olinda e Freguesia da Várzea
Terço da Freguesia de São Lourenço, Santo Amaro e Muribeca
Terço da Vila de Sirinhaém, freguesias de Ipojuca e Santo Antônio do Cabo
Terço das Vilas de Porto Calvo, Alagoas e freguesia do Una
Terço das Vilas de Itamaracá, Igarassu e Freguesia de Goiana
Terço da Capitania da Paraíba
Terço da Capitania do Rio Grande¹²⁸

Nesse sentido, parece claro que, entre meados do século XVII e o início do século XVIII, os referenciais de representação dos espaços jurisdicionais eram bastante heterogêneos e, por vezes, sobrepostos uns aos outros. Como vimos, uma mesma povoação poderia ser tratada, ao longo de todo este período, como “vila”, “capitania” e, até mesmo, “comarca”. Da mesma forma, em todas as descrições do conjunto emprega-se sempre algum elemento para destacar a centralidade do Recife ou de Olinda, seja a referência a estes espaços como “principal”, “cabeça”, “metrópole” ou “corte”. Os Governadores de Pernambuco, ou os discursos favoráveis à eles, acabam por ressaltar a centralidade que não se expressa somente numa questão política, mas também geográfica, evidenciada nas expressões “capitanias do norte” e “capitanias do sul”, ou “parte norte” e “parte sul”.

Mas, ao longo do século XVIII, estas categorias passaram a ganhar contornos cada vez mais homogêneos e que acompanham o processo de aparelhamento institucional das territorialidades. A expressão “capitanias do sul”, por exemplo, deixa de aparecer com recorrência nos anos posteriores à criação da Comarca das Alagoas (1711) e, da mesma forma,

¹²⁶ Bluteau, VLP, vol.2, p. 387. Ainda que falte o acento.

¹²⁷ “Relação de como governou Francisco de Brito Freyre”. BNP, Manuscritos Reservados, Mss. 236, n.15. fl.1. Grifo nosso. Mais detalhes sobre a reforma ver: Silva, *O miserável soldo...*, p.81-90.

¹²⁸ Consulta do Conselho Ultramarino 27/09/1663, AHU, Códice 16, fl. 89/89v. Citado por Kalina Vanderlei Silva, Apud. Silva, *O miserável soldo...*, p.88-89.

as vilas já não são referidas com tanta frequência no discurso oficial como “capitanias”. Cada vez mais, o território passa a ser descrito e mensurado tomando as vilas e freguesias como unidades populacionais.

Um dos primeiros levantamentos gerais do território, da população e das estruturas produtivas de Pernambuco foi elaborado em 1749 por um autor anônimo que o intitulou “Descrição de Pernambuco”. Trata-se de uma compilação de informações respeitantes às *Capitanias de Pernambuco* encomendada pelo governador D. Marcos de Noronha e Brito. Seu autor descreve o “Governo de Pernambuco” com as seguintes palavras:

“Estende-se o Governo de Pernambuco pela costa desde a barra do Rio de São Francisco, que fica em dez graus e quarenta e oito minutos de latitude sul, e trezentos e quarenta e sete graus e quatro minutos de Longitude, pelo meridiano da Ilha do Ferro, até o Rio Mundaú, extrema do governo da Capitania do Ceará, o qual Rio Mundaú em três graus de latitude do sul, e trezentos e quarenta e um graus de longitude; pelo sertão se termina este Governo no Rio Carunhanha, que faz barra no Rio de São Francisco, em altura de trezentos e trinta e dois graus de longitude, confrontando com os rios do Tocantins, que desemboca no Maranhão”¹²⁹

Quando comparada com a descrição feita em finais do século XVII, o autor anônimo não só apresenta informações mais detalhadas, de um ponto de vista geográfico, mas indicia um conhecimento mais sólido dos sertões da Capitania. Nela, o “Governo de Pernambuco” aparece com contornos razoavelmente mais estabelecidos do que anteriormente, algo que pode indicar um mapeamento mais acurado do território, descrito agora como um polígono. Com efeito, os sertões já não se alargam “até onde se põe o sol”¹³⁰, como sugeriu o autor do *Breve Compêndio*, mas delimita-se claramente no Rio Carunhanha, junto à Barra do Rio São Francisco, e com o Rio Tocantins, que desagua no Maranhão. Trata-se de um espaço mais ocupado, mais conhecido e plenamente integrado à Capitania das Minas pelas redes mercantis existentes na altura¹³¹.

É interessante observar ainda que, diferentemente da descrição do *Breve Compêndio*, o autor começa por dizer que “estende-se o Governo de Pernambuco” ao invés de dizer que o mesmo teria “debaixo de sua jurisdição” os territórios mencionados. Esta diferença aparentemente irrelevante pode apontar para diferentes formas de conceber a geografia política entre finais do século XVII e meados do século XVIII, projetando a imagem do “Governo” como uma “extensão” territorial integrada. A confirmar esta percepção, o autor continua a

¹²⁹ ICP, p. 120.

¹³⁰ BCCC. p.280.

¹³¹ Bonifácio, Hugo. «Das rotas que levam às Minas: Mercadores e homens de negócios da capitania de pernambuco no comércio de abastecimento da região mineradora no século XVIII». Dissertação de Mestrado, Recife, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

informar que “*Compreende* este Governo as Cidades e Vilas, que constam da Relação, que se segue”¹³².

Nesta relação, contabiliza-se

“o número de gente de pé, e de cavalo, auxiliares e Henriques, que guarnece cada uma das freguesias que se contém nas Cidades e Vilas dos quais os moradores no espiritual são governados pelo Reverendo Bispo e no temporal pelo Governador, e mais ministros de Justiça, a que Sua Majestade tem concedido as jurisdições, como se vê das relações seguintes”¹³³.

No próximo capítulo, os dados apresentados nestas relações serão explorados com mais detalhes. Basta, por hora, mencionar que aquelas arroladas no “Governo de Pernambuco” são as Cidades de “Olinda, cabeça do Governo” e “Cidade do Natal, cabeça da Capitania do Rio Grande”, além da “Vila de Santo Antônio do Recife”, sem qualquer outro adjetivo, e as de Igarassu, Goiana, Sirinhaém, Porto Calvo, Alagoas, Penedo e as três vilas existentes na Capitania do Ceará em meados do século XVIII, a saber, Aquiraz, Fortaleza e Icó. Trata-se de um espaço mais conhecido e referenciado, ainda mais com a inclusão do Ceará, que estava ausente da descrição do *Breve compêndio*.

3.3 Recapitulação

Em resumo, ao longo deste terceiro capítulo, vimos que é preciso compreender a centralidade de Pernambuco sobre as restantes Capitanias do Norte como um processo construído entre os séculos XVI e XVIII. O peso de Pernambuco afirma-se nos anos iniciais da conquista do território, formaliza-se no decurso da ocupação neerlandesa e persiste em maior ou menor dimensão nas prerrogativas dos Governadores régios nomeados no *post bellum*. Ainda que a subordinação destas mesmas capitanias venha a ser parcamente definida nos instrumentos ou estatutos jurídicos emitidos pela Coroa, a preeminência ou a amplitude do “Governo de Pernambuco” foi constantemente afirmada no vocabulário administrativo coevo.

Por enquanto, temos bases suficientes para afirmar que houve uma mudança nas categorias empregadas na descrição do território do Governo de Pernambuco. Do ponto de vista da cultura política, é de suma relevância que as povoações menores de Pernambuco sejam tão constantemente referidas como “*capitanias*”, à semelhança daquelas fundadas ao Norte, e não segundo seu real estatuto de vilas. Para além de isso denotar um protagonismo mais acentuado dos capitães-mores das ordenanças na América do que aquele que, efetivamente, demonstram

¹³² ICP, p.120

¹³³ ICP, p. 120.

em Portugal, pode ser também o indício das formas específicas de conceber o ordenamento do território entre meados do século XVII e os primeiros anos do século XVIII. Com efeito, “Pernambuco” aparece como um núcleo, ao invés de uma faixa, que governa outros núcleos menores de colonização, inclusivamente equiparados os blocos das “capitanias do norte” e das “capitanias do sul”. Por outro lado, o uso corrente da expressão “Governo de Pernambuco” parece estar associado a uma forma de demarcar a sua preeminência com relação às restantes capitanias e, quiçá, realçar o seu estatuto.

Contudo, à medida em que a colonização se expande e consolida nos sertões, nas primeiras décadas do século XVIII, estas percepções mudam, e as vilas das Alagoas, de Penedo ou Porto Calvo já não podem ser comparadas em extensão às Capitanias do Ceará e do Rio Grande, por exemplo, que deixam de estar concentradas em pontos litorâneos, alargando suas fronteiras aos sertões e deixando, na prática, de serem concebidas no discurso como pontos.

No próximo capítulo, aprofundaremos esta discussão com a análise dos enquadramentos populacionais e das estruturas administrativas existentes no território em questão, demonstrando a relativa pujança de Pernambuco em relação às restantes capitanias. Da mesma forma, pretendemos demonstrar as semelhanças e diferenças estruturais entre as vilas menores e as “capitanias do norte”, de modo a explicar, mais adiante, como estas características condicionavam a comunicação política do governo com estes espaços.

CAPÍTULO 4

A Topografia do Poder

Enquadramentos populacionais e arquitetura institucional nas Capitanias do Norte (séculos XVII e XVIII).

Numa passagem de *As vésperas do Leviathan*, Hespanha sugeriu que a “a distribuição do poder político” não é “algo que se opere por mera força das ideias ou das vontades”, mas é “condicionada por circunstâncias, as mais das vezes ligadas às condições materiais da produção do poder”¹. Para compreender a projeção do poder dos governadores no território, é preciso ter em conta que a sua autoridade não tem meios de se materializar em efetiva capacidade de comando sem que haja interação cotidiana com outros corpos político-sociais, pois são estes que, no limite, detém capacidades executivas indispensáveis à concretização das práticas governativas. Como veremos, a abrangência, a distribuição, bem como a complexidade do tecido político-institucional no espaço condicionam os ritmos de contato e as diferentes formas de relacionamento dos governadores com o distrito do Governo. Da mesma forma, a relativa autonomia jurisdicional garantida a cada célula social impõe limites à capacidade de comando dos governadores, também contestada por outras formas de resistência institucional.

Portanto, o objetivo deste quarto capítulo é topografar a distribuição da grelha político administrativa no espaço das cinco Capitanias do Norte entre a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII. Trata-se de um período marcado pelo dinamismo da expansão territorial e por transformações verificadas em diferentes níveis da organização social do poder. Esta análise ganha especial relevância dada a ausência de um corpo de subdelegados que representasse a autoridade dos governadores de forma direta e equivalente nas localidades em que eles estão ausentes, tal como acontece, por exemplo, com os *tenientes de gobernador* nomeados em algumas províncias da América Hispânica². O diálogo com uma panóplia

¹ Hespanha, *As vésperas do Leviathan*, p.61.

² Referimo-nos, principalmente aos Tenientes Territoriais ou Particulares, nomeados pelos Governadores em províncias da América Hispânica tais como a Venezuela, Buenos Ayres ou Tucumán, exercendo suas competências nos lugares em que estavam fisicamente ausentes. Para uma visão geral das competências dos *Tenientes de Gobernador*, ver: Rodrigues, Antonio Dougnac. *Manual De Historia Del Derecho Indiano*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México/Mc-Graw-Hill, 1998. p. 90-91. Para estudos de caso na Venezuela e no Rio da Prata, ver: Quintero, Gilberto R. «Gobernadores y tenientes de gobernador en la provincia de Venezuela. De los Welser a Juan de Villegas (1528-1553)». *Mañago*, n.17, 2001, p. 291-292; Collino, «Fernando Luis. Un teniente de gobernador de Corrientes en el temprano siglo XVII». *Rev. Esc. Hist.*, Salta, v. 15, n. 2, dic 2016.

diversificada de interlocutores era, desde logo, imperativo, quer para levantar ou mobilizar recursos materiais para a ação política, quer para mediar e executar as determinações nos diferentes territórios. Tal levantamento também nos permitirá tanto observar a diversidade de protagonistas que compartilham o espaço político com os governadores, quanto situar os núcleos de poder político entre os espaços locais e “centrais”.

Para isso, o capítulo se divide em quatro tópicos. De início, comparamos o tamanho e as características das molduras de enquadramento populacional existentes em Pernambuco e nas outras Capitanias do Norte. No segundo tópico, analisamos as diferenças entre os principais modelos de governo local adotados no litoral e nos sertões. No terceiro, inventariamos a dimensão e a distribuição geográfica do oficialato periférico da Coroa que, quando sobreposto à grelha local, conferia *centralidade* aos núcleos de governo. Por fim, no quarto, apresentamos a distribuição territorial dos efetivos armados.

4.1. Enquadramentos Populacionais

O esforço de topografar a variedade de poderes presenciais existentes nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil deve começar, necessariamente, por um levantamento, mesmo que sumário, da população e das estruturas de enquadramento populacional, uma vez que estas são basilares para a produção material do poder no território. Estes enquadramentos garantiam a ocupação e condicionavam a espacialização da ordem política. Para Hespanha, “a população tinha um peso político efectivo” para o controle dos espaços, pois “não só os recursos militares das várias regiões andavam estreitamente ligados aos seus efetivos populacionais”, mas, igualmente, a “riqueza tributável – sobretudo nos esquemas tributários ao antigo regime – mantinha uma relação estreita com o número de habitantes”³.

Dimensionar a população da América Portuguesa – mesmo que exclusivamente a dos núcleos de colonização – é uma tarefa árdua. Os principais levantamentos populacionais, ou censos, quase não existem antes de finais do século XVIII. Até então, também não se encontram referências a iniciativas regulares da administração no sentido de recensear a população existente. Os dados disponíveis, além de esparsos nas crônicas quinhentistas e seiscentistas ou em documentação de natureza eclesiástica, nem sempre apresentam referenciais uniformes, baseando-se, principalmente, na contagem de “vizinhos”, “fogos” e, quando muito, de “pessoas de comunhão”. Estes padrões de recenseamento, além de imprecisos, acabam por esconder

³ Hespanha, *As vésperas do Leviathan...*, p.64.

variáveis importantes, tais como o tamanho da população escravizada, o quantitativo de ameríndios cristianizados, o total de mulheres, de jovens e de crianças. Em todo o caso, estes dados servem para ilustrar o tamanho dos núcleos colonizadores, mesmo que a partir de aproximações.

4.1.1. Dados gerais sobre a população

Para o século XVI, as principais informações podem ser encontradas nos relatos produzidos por viajantes ou eclesiásticos. Em quase todas as crônicas desse período, Pernambuco aparece destacada enquanto exemplo de sucesso entre as restantes capitanias do Estado do Brasil, ombreando com a Bahia, sede do Governo-Geral. Na tabela a seguir, transpomos dados disponíveis nestas crônicas e que foram integralmente compilados por Ângelo Carrara para os anos de 1570, 1583, 1585 e 1590. Na primeira coluna, estão listadas as capitanias existentes no Brasil neste período e nas seguintes, as informações disponíveis para cada uma. As colunas representadas com a letra “a” representam o total de “fogos” ou “vizinhos” da população portuguesa, as com a letra “b” são estimativas do total da população de escravos africanos e, por fim, a letra “c”, os ameríndios cristianizados.

Tabela 2. População do Brasil em fogos, 1570-1590⁴.

Capitanias	1570	1583			1585			c.1590		
		a	b	c	a	b	c	a	b	c
Itamaracá	100	-	-	-	50	-	-	90	250	-
Parafba	-	-	-	-	-	-	-	150	400	-
Pernambuco	1000	1000	-	2000	1110	10000	2000	2000	18000	2000
Bahia	1100	3000	3500	8000	2000	3000	8000	1500	18000	3600
Ilhéus	200	150	-	-	150	-	-	300	400	2000
Porto Seguro	220	40	-	-	100	-	-	290	3000	3000
Espírito Santo	180	150	-	-	150	-	4500	400	700	9000
Rio de Janeiro	140	150	-	-	150	-	3000	280	700	3000
São Vicente	500	330	-	-	300	-	-	600	800	6000
Vizinhos	3440	4820	3500	10000	4010	13000	17500	5610	42250	28600

Nota, conforme o original, publicado por Ângelo Alves Carrara: a: total de fogos (ou vizinhos) de portugueses; b: total de escravos africanos; c: total de índios.

Através da Tabela 2, fica evidente que a Capitania atraiu, desde cedo, a maior parte dos fluxos migratórios que vinham da Europa e, forçosamente, de África. Em 1570, a Capitania tinha o dobro do número de fogos da Capitania de São Vicente e sete vezes mais que o Rio de Janeiro. Em 1590, foram contabilizados 2000 fogos em Pernambuco (Olinda e Igarassu), ao

⁴ Dados compilados por Ângelo Álvares Carrara e meramente transpostos; Carrara, Ângelo Alves. «A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica». *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, 2014, vol. 20. Acessado em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?p=2213>.

passo que a capitania de Itamaracá, tão antiga quanto sua vizinha, mal chegava a 90 que se distribuíam na Ilha do mesmo nome. Surpreende o rápido repovoamento da Paraíba que, sendo conquistada em 1585, possuía já 150 fogos. Respondendo por quase um terço da população portuguesa ou luso-descendente, Pernambuco se equiparava com a Bahia, cabeça do Estado do Brasil, chegando a suplantá-la em 1590. Inversamente, os dados apontam para uma redução drástica da população ameríndia, comparativamente mais expressiva nas Capitânicas de Baixo, sugerindo que os povos indígenas que habitavam a costa poderiam ter sido mais rapidamente aniquilados ou inseridos em menor número nos aldeamentos do que nas restantes capitânicas da América Portuguesa.

Ainda que não tenhamos dados para o início do século XVII, as aproximações, mesmo que imprecisas, oferecidas pelas crônicas do século XVI oferecem um vislumbre do crescimento dos núcleos colonizadores do Pernambuco *ante bellum*. No entanto, o quarto de século marcado pela guerra e ocupação neerlandesa alterou tais ritmos de crescimento de forma decisiva, ocasionando a dispersão ou a fuga da população. Basta dizer que durante quase todo o período, as capitânicas do norte transformaram-se numa espécie de zona de fronteira, constantemente disputada entre o “Brasil Português” e o “Brasil Holandês”. Além das fugas e passagens frequentes dos moradores entre os limites de uma e de outra parte, os comandantes militares do exército luso-brasilico optaram pela evacuação estratégica de todas as Capitânicas ao norte de Igarassu, arrasando voluntariamente os engenhos ou estruturas produtivas então existentes e concentrando os esforços de resistência na parte meridional de Pernambuco. Após a conquista definitiva de Porto Calvo, em 1638, boa parte da população que acompanhava o exército de resistência atravessou o Rio São Francisco em direção à Bahia, deixando todo o complexo econômico em estado de desordem.

Ainda que durante a administração de Maurício de Nassau (1637-1644) alguns dos antigos residentes tenham retornado à Capitania e, com efeito, retomado a produção açucareira bem como a reconstrução das povoações, este será um período caracterizado pela instabilidade, ou uma “paz relativa”, nas palavras de Mello⁵. Se as incursões de campanhistas vindos da Bahia, como Luís Barbalho, deram continuidade à queima de canaviais e engenhos, as guerras no cenário atlântico interferiram no fornecimento de escravos⁶. Da mesma forma, a desorganização das estruturas produtivas deu força os movimentos de fuga e resistência armada da população africana, ou afrodescendente, escravizada, levando ao crescimento de Palmares⁷. Diante do

⁵ Mello, *Olinda Restaurada...*, p. 7.

⁶ Puntoni, Pedro. *A mísera sorte: escravidão Africana no Brasil Holandês e as Guerras do Tráfico no Atlântico Sul (1621-1648)*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

⁷ Gomes, Flávio. *Mocambos de Palmares: história e fontes (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

cenário de guerra, não deixa de ser interessante reparar que os relatórios preparados durante a administração da WIC nas capitanias conquistadas não apresentam levantamentos tão sistemáticos da população quanto aqueles existentes para os engenhos. Resultaria esta ausência de um desinteresse da Companhia ou das dificuldades encontradas no terreno para contabilizar uma população em constante movimento? Não teria, igualmente, a desorganização da malha paroquial impactado na dificuldade em contabilizar os totais de fogos ou de pessoas de comunhão? São perguntas para as quais não encontramos respostas.

Mesmo que não tenham sobrevivido levantamentos gerais da população, há, entretanto, algumas informações disponíveis para o enclave mais sólido da WIC, isto é, o Recife. De acordo com Bruno Miranda, quando Olinda foi incendiada em 1631, todos os soldados da Companhia foram transferidos para o Recife, Antônio Vaz e uma “cabeça de ponte” em Itamaracá. Entre 1631 e 1635, mais de 7000 pessoas – dentre elas 3800 militares – apinharam-se no antigo porto que, naturalmente, não possuía as condições necessárias para abrigar tanta gente. Anos mais tarde, com a conquista efetuada na hinterlândia, esta população foi desafoçada. Ainda assim, de acordo com Miranda, era difícil encontrar moradias no Recife, onde “entre os anos de 1637 e 1644, uma população de aproximadamente 2.700 pessoas convivia em uma área de 0.1 km² entre Recife, Antônio Vaz e áreas adjacentes, o que correspondia a um elevado índice de 27 mil pessoas por km²”⁸. Nesse cenário caótico, o sentido da expansão urbana do Recife foi, por força das circunstâncias e da distribuição espacial, orientado para os céus, declaradamente nos seus edifícios de dois, três e até quatro andares. De acordo com George Cabral de Souza, certas ruas do Recife eram tão “estreitas que podiam ser cruzadas com um único ou dois passos”⁹. No entanto, o padrão de urbanização do Recife holandês, mesmo que discutível, não encontra paralelo em qualquer outra vila ou capitania, nas quais a penetração foi mais exígua. Para dar a medida, basta dizer que uma lista da população da vila das Alagoas, feita em 1643, elencava apenas 54 “moradores” portugueses que residiam na freguesia da Lagoa do Norte e da Lagoa do Sul¹⁰. Mesmo que só estejam representados os homens chefes de família, é de se entrever a dimensão modesta da ocupação.

Em todo caso, com a eclosão da Guerra de Restauração (1645-1654) a população foi submetida a novos deslocamentos forçados quando o comando do exército luso-brasílico decidiu concentrar os esforços de guerra nas cercanias do Recife, , desde 1646, de modo que,

⁸ Miranda, Bruno Ferreira. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese de Doutorado. Leiden, Universidade de Leiden, 2011. p. 177.

⁹ Souza, *Tratos e mofatras...*, p.49

¹⁰ FHBH, vol. II, p.135-137.

de acordo com Cabral de Mello, “naquela ocasião, fora evacuada para o sul de Pernambuco toda a população de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, que se transformaram numa terra de ninguém”¹¹. Terminada a guerra, o Governador Francisco Barreto de Meneses lançou um Bando ordenando que todos os que se retiraram para Pernambuco retornassem “cada qual à sua jurisdição e limites” dentro de um mês, sob pena de sequestro de bens¹² e, à partir deste período a “região tivera que ser repovoada, como se os colonos houvessem voltado ao século XVI”¹³.

Por conseguinte, o período que sucede à guerra contra os neerlandeses foi marcado por esforços de repovoamento, de recuperação econômica e de soerguimento das estruturas produtivas. Em contrapartida, foi também um período de crise para o mercado do açúcar que passou a sofrer com a concorrência anglo-neerlandesa nas Caraíbas, mas, nem por isso, de retração nos esforços de reativação da produção açucareira. Pelo contrário, os cem anos que sucedem à capitulação foram marcados por uma maior diversificação das atividades produtivas, na qual se enquadra a expansão do cultivo do tabaco, da pecuária, da indústria do couro e das carnes secas, marcantes não só em Pernambuco mas também nas restantes capitanias¹⁴.

Medir o processo de reconstrução econômica e social nestes cem anos é seguramente mais difícil, já que não dispomos de dados sistemáticos que contabilizem toda população residente nos anos imediatamente posteriores a 1654, de modo que as fontes disponíveis não apresentam levantamentos sistemáticos até a última década do século XVII. Mas, é de se imaginar que o retorno à administração portuguesa, ainda que numa conjuntura de crise econômica, tenha reanimado os fluxos migratórios. De acordo com Boxer, para a década de 1680, um testemunho anônimo mencionava que aproximadamente dois mil homens migravam de Viana, Porto e Lisboa para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro¹⁵. Ainda que nos falem indícios para confirmar estimativas como esta, a intensificação da presença portuguesa em Pernambuco pode ser exemplificada em certos grupos sociais como, por exemplo, o dos comerciantes. O grupo mercantil do Recife *post bellum*, de acordo com levantamentos feitos por George Cabral, entre 1654 e 1754 compunha-se esmagadoramente por reinóis vindos do norte de Portugal¹⁶.

¹¹ Mello, *A fronda...* p.47.

¹² AUC, CA, Cód.31, fl. 15v.

¹³ Mello, *A fronda...*p.86.

¹⁴ Acioli, Gustavo. *Negócio da Costa da Mina e Comércio Atlântico. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)*. Tese de Doutorado. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, 2008.

¹⁵ Boxer, Charles R. *The Golden Age of Brazil: Growing Pains of a Colonial Society (1695-1750)*. Manchester: Carcanet, 1995. p.10.

¹⁶ Souza, *Tratos e mofatras...*, p.99. Do total de indivíduos identificados, 91% era proveniente de Portugal, sendo 49,5% do Minho e Trás-os-Montes e 19,7% do Douro.

Os fluxos migratórios, como é evidente, não vinham apenas de Portugal. Com o fim da guerra holandesa, vários dos antigos proprietários de engenhos que haviam emigrado para outras capitanias retornou a Pernambuco com o intuito de reaver suas antigas propriedades¹⁷. Somado a tudo isto, a reativação da agroindústria açucareira, a reconquista de Luanda (1648) e o fim das guerras contra os neerlandeses no Atlântico, contribuíram para regularizar a chegada de africanos reduzidos ao cativeiro e forçosamente trazidos de Angola e da Costa da Mina¹⁸.

As taxas de natalidade e o crescimento interno da população são difíceis de medir em virtude da perda de boa parte da documentação paroquial do período. Em contrapartida, duas circunstâncias aparecem como contrárias aos ritmos de crescimento dos núcleos colonizadores na segunda metade do século XVII. De um lado, é provável que este seja um período marcado por elevados índices de mortalidade, já que os principais núcleos de povoamento da Bahia e do norte do Estado do Brasil foram afetados por epidemias de bexiga, na década de 1660, e de febre amarela, entre as de 1680 e 1690, que ceifaram a vida de centenas de pessoas, “sobretudo a população branca dos centros urbanos”¹⁹. Ainda que possa haver algum exagero, Gilberto Osório de Andrade estima que esta última ceifou 20% da população do Recife²⁰. De outro lado, é provável que o crescimento de Palmares durante a guerra e ocupação holandesa tenha levado ao seu fortalecimento enquanto reduto para a resistência dos cativos à escravidão e deve ter ocasionado uma maior fuga das unidades produtivas do litoral. Por esta mesma razão, o Sul de Pernambuco é provável que o Sul de Pernambuco fosse uma região menos atrativa até finais do século XVII.

Mas, em termos proporcionais, o setor populacional que sofreu o maior decréscimo na segunda metade do século XVII foi, sem dúvida, o dos povos indígenas que habitavam os sertões das Capitanias do Norte. Se a população que habitava originalmente o litoral fora já bastante reduzida no período anterior à invasão neerlandesa ou incorporada à sociedade colonial por meio da miscigenação e da política de aldeamentos, os assim chamados “tapuias”, ou “bárbaros”, foram dizimados ao longo do processo de expansão sertaneja e da chamada “Guerra

¹⁷ Mello, Olinda Restaurada..., p. 249-302

¹⁸ Alencastro, Luis Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁹ Cronista anônimo do início de setecentos, já mencionado por Cabral de Mello, afirma que, em Pernambuco, a primeira matou “muita gente e muito maior número nos escravos, dos quais deixou a terra extinta, e por este modo atenuadíssima”, ao passo que a segunda atacou “com tanta força e rigor que ninguém ficou a que perdoasse e despovoasse a maior parte das casas e famílias”, pondo a terra “quase no princípio de seu primeiro povoamento”. Mello, *A fronda dos mazombos...*, p. 63. Biblioteca Municipal do Porto. Ms. 543. *Tratado da Terra de Pernambuco e das sublevações que nella ocorreram athe o anno de MDCCXII*. p. 9v-10.

²⁰ Andrade, Montebelo, os males e os mascates...

dos Bárbaros”²¹. Os povos cariris, janduís, xucurus, brancarurus, paiacus e canindés sobreviventes foram reduzidos à escravidão ou enquadrados em novos aldeamentos.

Mesmo com todos os revezes apontados, há indícios de que Pernambuco e as restantes capitanias restauradas figuram entre as mais povoadas do Estado do Brasil, ficando atrás apenas da Bahia, sede do Governo-Geral. As *Visitas Ad Limina et Sacra*, feitas nos Bispados de Pernambuco e do Rio de Janeiro nos últimos vinte anos do século XVII, além de outras fontes para o Estado do Maranhão e Grão Pará, podem oferecer dados minimamente confiáveis para se dimensionar o tamanho relativo da população existente nas Capitanias do Norte. Os dados disponíveis e reunidos por Ângelo Carrara, apresentam descontinuidades conforme o tempo e o espaço, não os havendo, de todo, para a Bahia. Com isso, a Tabela 3 ilustra o total de fogos existentes em **algumas** capitanias do estado do Brasil, em diferentes anos, listadas na primeira coluna, com a infeliz exceção da Bahia e de Ilhéus.

Tabela 3. Relações de Fogos em algumas capitanias da América Portuguesa (1685-1701)²²

Capitania	1685	1687	1693	1701
Maranhão	1400		900	
Pará	500		400	
Ceará				80
Rio Grande			300	520
Paraíba			1730	1740
Itamaracá			1190	1260
Pernambuco			9333	9846
Porto Seguro		280		
Espírito Santo		582		
Rio de Janeiro		3739		
São Paulo		2725		
Santa Catarina e Paraná		222		

A tabela sistematiza as informações a respeito do número de fogos unicamente para fins de comparação. Somando mais de 9 mil fogos dispersos em sessenta léguas de costa, Pernambuco aparece com a capitania com a segunda maior quantidade de fogos. E isso, porque assumimos a proeminência da Capitania da Bahia, onde, apenas nas seis paróquias da cidade de Salvador existiam 4296 fogos e aproximadamente de 21.601 pessoas de comunhão no ano de 1706. Em comparação, o Recife, de acordo com a descrição do bispo D. Francisco de Lima, tinha, em 1693, uma população de mais de 10.000 pessoas de comunhão e que, em 1701, estava distribuída em 2450 fogos no seu núcleo principal. Em seu conjunto, Pernambuco tinha pouco mais que o sêxtuplo de fogos do Maranhão (se tomarmos a sua estimativa mais otimista), o

²¹ Cf.: Puntoni, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização no sertão do Nordeste (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec, EdUsp, 2002.

²² Dados levantados a partir de: Carrara, «A população do Brasil...», p. 20.

triplo de fogos existentes na capitania de São Paulo e pouco mais que o dobro da Capitania do Rio de Janeiro. Enquanto isso, é provável que a de Itamaracá tivesse mais que o dobro de fogos que qualquer das capitanias secundárias, tanto ao norte quanto ao sul, perdendo posição apenas para a vizinha Paraíba. O Rio Grande e, mais ainda, o Ceará figuram em finais do XVII como palcos de conquista que encontrariam razoável desenvolvimento no século XVIII.

Se consideramos uma média hipotética de cinco pessoas de comunhão por cada “fogo” mencionado nas relações²³, temos que a população de Pernambuco rondaria, em princípios do século XVIII, à volta de 50.000 comungantes, a de Itamaracá em aproximadamente 6.300, ao passo que 2.600 no Rio Grande. Trata-se de uma população pequena se comparada à de uma grande metrópole como a Cidade do México que, em 1692, tinha mais de 100.000 habitantes ou de toda a Baía de Chesapeake (Virginia e Maryland) que, em 1700, reunia perto de 98.000 indivíduos²⁴. No entanto, é esta uma estimativa grosseira, pois não temos a exata medida do tamanho da população escravizada em Pernambuco nesta virada de século e que poderia, certamente, suplantear qualquer das colônias da América Inglesa. Levando em consideração que a população escrava não estaria, provavelmente contabilizada nos 50 mil comungantes de Pernambuco, tampouco os ameríndios aldeados, tem-se uma cifra bem superior à de áreas como a Jamaica que, em princípios da década de 1690, contaria perto de 40 mil habitantes, sendo 10 mil brancos e o restante negros, ou de Barbados que, quatro anos antes, teria perto de 19.500 colonos brancos e 46.500 cativos africanos²⁵. Além do mais, na América do Norte de finais dos seiscentos, não havia qualquer centro urbano que pudesse ser equiparado aos da América Ibérica do mesmo período. De acordo com Steele, no ano de 1700, o maior deles, Boston, tinha apenas 6,7 mil habitantes, ao passo que Nova Iorque 5 mil, a Filadélfia 2,5 mil, Newport 2,6 mil e Charles Town 2 mil²⁶.

Com a estabilização dos cenários de guerra ao norte e ao sul de Pernambuco e com a redução na frequência de epidemias, é provável que a virada para o século XVIII represente um momento favorável ao crescimento populacional nas cinco capitanias. Todavia, o ciclo da

²³ Média estimada alcançada por Carrara para o Bispado do Rio de Janeiro, Carrara, «A população do Brasil...», p.20, E, igualmente, por Dauril Alden para o último quartel do século XVIII. Alden, Dauril. «The population of Brazil in the late Eighteenth Century: a preliminary study». *The Hispanic American Historical Review*, vol. 43, n. 2, mai, 1963, p. 199.

²⁴ Galenson, David W. “The settlement and growth of the colonies: population, labor, and economic development” In: *The Cambridge Economic History of the United States.*, vol. I: The colonial Era, ed. Engerman, Stanley & Gallman, Robert Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 170. Apud: Krause, Thiago. *Formação de uma nobreza ultramarina: coroa e elites locais na Bahia seiscentista*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. p. 12.

²⁵ Beckels, Hilary McD. The “Hub of Empire”: the Caribbean and Britain in the seventeenth century. In *The Oxford History of the British Empire*. Vol. I. The origins of empire. ed., Canny, Nicholas Oxford: Oxford University Press, 1998. p.224

²⁶ Steele, *The English Atlantic...*, p. 294.

produção aurífera nas Minas alteraria o destino dos fluxos migratórios e a distribuição da população entre as principais capitanias da América Portuguesa de forma drástica. Além de atrair a maior parte dos migrantes vindos da Europa e Ilhas Atlânticas para os sertões do atual centro-sul do Brasil, a descoberta do ouro também promoveu intenso movimento de migrações internas entre as Capitanias, das quais Pernambuco e a Bahia foram profundamente afetadas. O tráfico de escravos, interno e transatlântico, também se dirigiu de forma mais evidente para o atual centro-sul. Dado representativo é que logo no início do século XVIII, encontramos várias disposições dos Governadores de Pernambuco tentando impedir “aos moradores destas Capitanias de se levarem negros delas para as ditas Minas”, em razão do prejuízo de a deixarem despovoada e sem oferta de escravos para compra e revenda²⁷. O deslocamento do eixo populacional para as “capitanias de baixo” da América Portuguesa ao longo de setecentos pode ser ilustrado na Tabela 4, que reúne estimativas propostas por Duril Alden para o período 1772-1782²⁸, com algumas correções propostas por Tarcísio Botelho para 1780, que representam o “ponto de chegada” deste processo.

Tabela 4. População América Portuguesa c.1780²⁹

Capitania	1772-1782	Percentual	c.1780	Percentual
Rio Negro	10.386	0,7%	11.685	0,7%
Pará	55.315	3,5%	59.502	3,8%
Maranhão	47.410	3,0%	50.345	3,2%
Piauí	26.410	1,7%	28.126	1,8%
Pernambuco	239.713	15,3%	232.200	14,7%
Paraíba	52.468	3,4%	50.064	3,2%
Rio Grande do Norte	23.812	1,5%	22.453	1,4%
Ceará	61.408	3,9%	56.884	3,6%
Baía	288.848	18,5%	288.848	18,3%
Rio de Janeiro	215.678	13,8%	216.319	13,7%
Santa Catarina	10.000	0,6%	14.290	0,9%
Rio Grande de São Pedro	20.309	1,3%	20.309	1,3%
São Paulo	116.975	7,5%	124.847	7,9%
Minas Gerais	319.769	20,4%	323.380	20,5%
Goiás	55.514	3,5%	55.514	3,5%
Mato Grosso	20.966	1,3%	20.966	1,3%
Total	1.564.981	100,0%	1.575.732	100,0%

Com efeito, neste período, a capitania das Minas respondia por pouco mais de um quinto da população total da América Portuguesa, acompanhada pelo crescimento de seu principal escoadouro e nova residência do Vice-Rei do Estado do Brasil, a capitania do Rio de Janeiro.

²⁷ AUC, CA, 32, fl. 42. Carta Circular do Governador Sebastião de Castro e Caldas aos Capitães-Mores, impedindo que se passem pessoas pelos sertões até as Minas, 26/01/1708.

²⁸ Alden, «The population of Brazil...» p. 189.

²⁹ Alden, «The population of Brazil...» p. 189. Botelho, Tarcísio Botelho. «A população da América Portuguesa em finais do período colonial (1776-1822): fontes e estimativas globais». *Anais de História de Além Mar*, n. XVI, 2015, p.99.

Entretanto, mesmo com o deslocamento do foco de atração dos fluxos migratórios, a Baía manteve-se como a segunda capitania mais povoada de todo este espaço, seguida diretamente por Pernambuco que, na altura, respondia por aproximadamente 15% do total da população contabilizada, isto é, mais de 232.200 habitantes. Mas, ainda que houvesse numerosos povoados no sertão, o grosso da população continuava a concentrar-se na faixa litorânea³⁰.

Ainda que limitadas, do ponto de vista de uma análise demográfica propriamente dita, estas aproximações servem para ilustrar que os cem anos de que nos ocupamos são marcados pela recuperação nos ritmos de crescimento populacional que se verifica posteriormente a um momento de “ruptura” representado nos anos da guerra ocupação neerlandesa (1630-1654). Mas há que se sublinhar que é um crescimento limitado pela crise econômica, pela evasão e pela maior atratividade de outras regiões. Além disso, o exercício de comparação ensaiado parece útil para que se tenha dimensão do tamanho e da importância das Capitanias do Norte face às restantes da América Portuguesa e outras partes do Mundo Atlântico, questões às quais retornaremos nos capítulos seguintes.

4.1.2. *A malha paroquial*

Mas, e internamente? Como estava distribuída a população existente no vasto espaço designado no imaginário dos administradores coloniais como “Governo de Pernambuco”? Nas linhas que se seguem, procuramos dar resposta a esta pergunta. Sendo a freguesia a menor unidade de organização espacial dos domínios eclesiásticos na primeira modernidade, ela traduz, no plano religioso, “a jurisdição do pároco, ou cura de almas”³¹, mas sobretudo, enquadra a comunidade de fregueses que se organiza em torno de uma paróquia. e que é. Administrando todas as funções religiosas, os párocos a tinham certo controle sobre momentos marcantes da vida dos fiéis da comunidade, registando nascimentos, casamentos, mortes e róis de comunhão. Com efeito, as paróquias representam o universo básico de contagem populacional³². Se até o Diretório Pombalino não existiam, na América Portuguesa, paróquias cujos fregueses eram esmagadoramente índios, como acontece na América Hispânica, a quantidade de freguesias na América portuguesa nos serve de indicativo para se perceber o avanço da expansão territorial dos núcleos colonizadores. Na Tabela 5, encontra-se sumariada a evolução no total de freguesias existentes em cada uma das Capitanias do Norte do Estado do Brasil entre 1612 e 1777.

³⁰ Alden, «The population of Brazil...», p. 189.

³¹ Hespanha, Antonio Manuel e Silva, Ana Cristina Nogueira da. O quadro espacial. Em: *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1810)*, volume IV. org. Hespanha, António Manuel. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.p.43.

³² Alden, «The population of Brazil...» p. 189.

Tabela 5. Número de freguesias nas Capitanias do Norte (séculos XVII-XVIII) ³³

Capitanias	1612	c.1654	1693	1701	1749	1777
Pernambuco	11	14	21	26	34	45
Itamaracá	2	2	4	4	4	5*
Paraíba	1	3	3	4	4	10
Rio Grande	1	1	2	2	3	11
Ceará	-	-	1	1	4	20
Total	15	20	31	37	49	91

Entre o início do século XVII e meados do século XVIII, Pernambuco tinha a maior e mais extensa malha paroquial das Capitanias do Norte, respondendo por pouco mais de 70% do total de freguesias existentes, ao passo que as capitanias menores contavam com o mínimo de uma e o máximo de quatro, cada uma. Isso não só sugere a maior densidade dos núcleos populacionais nesta capitania como se refletirá, como veremos, na organização social dos poderes locais. Já na segunda metade do século XVIII, número de freguesias mais que duplicou na Paraíba, quase quadruplicou no Rio Grande e quintuplicou no Ceará, ao passo que os avanços em Pernambuco foram comparativamente mais modestos, indo de 34 em 1749 para 45, em 1777. Isso se deve, em grande medida, aos desdobramentos da política indigenista do Diretório dos Índios que procurou extinguir vários aldeamentos e suplantá-los, em contrapartida, com vilas quase que inteiramente compostas por ameríndios catequizados³⁴. Tal viragem pode sugerir que a população aldeada fosse proporcionalmente maior nas capitanias ao norte do que em Pernambuco, como veremos no próximo tópico.

As tabelas 6, 7 e 8 apresentam a distribuição territorial das paróquias com base nas vilas às quais pertenciam. A Tabela 6 contabiliza a distribuição dos fogos e das freguesias entre as vilas litorâneas da Capitania de Pernambuco, tomando por base a divisão entre o núcleo central, onde estava sediada a Câmara, e as freguesias existentes na jurisdição de cada uma. Com esta divisão, pretende-se comparar o tamanho das sedes dos concelhos existentes com a dimensão

³³ Os dados referentes ao ano de 1612 foram extraídos da Relação de Diogo Campos Moreno. Os que se referem ao ano de 1654 representam, na verdade, uma estimativa construída com base numa pluralidade de fontes legadas pela administração holandesa e por uma relação dos engenhos de todas as freguesias de Pernambuco feita em 1655, Cf.: “Traslado dos Rendimentos das Pensões, Redízima, Vintena e outras coisas mais que esta Capitania de Pernambuco pagava ao Donatário Dom Miguel de Portugal”. In: Mello, José Antônio Gonsalves de. **FHBH** vol. I: A economia açucareira. Recife: CEPE, 2004.p. 234-243. Os que se referem aos anos de 1693 e 1701, foram computados a partir das duas visitas *Ad Limina* feitas pelo Bispo D. Francisco de Lima, **VAL**. Também utilizados por Bruno Feitler e Ângelo Carrara. Os de 1749 remetem a uma relação das Vilas e Cidades existentes no Governo de Pernambuco, feita durante o mandato de D. Marcos de Noronha e Brito, 6º Conde dos Arcos (1746-1749) “Informação da Capitania de Pernambuco (1749)” In: *Anais Da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: BN, Volume 28, 1906. Por fim, os de 1777, posteriores ao Diretório Pombalino, foram retirados de um levantamento feito durante o mandato do governador José Cezar de Meneses (1774-1777). IPCP

* O território da Capitania de Itamaracá foi formalmente incorporado ao de Pernambuco em 1763.

³⁴ Processo no qual os governadores de Pernambuco participaram de forma ativa. Cf. Chaves Júnior «As capitanias de Pernambuco...» pp. 104-158.

de seus arrabaldes. Como se pode ver, os dados nem sempre apresentam uma continuidade ao longo dos anos, de modo que os que foram levantados durante o mandato de D. Marcos de Noronha e Brito, numa data próxima a 1749, contém lacunas para algumas freguesias. Não obstante, tal indisponibilidade acaba por ser compensada pela maior solidez dos que são referentes ao ano de 1777. Na tabela 6, duas colunas à direita indicam o total de engenhos existentes nos anos de 1655 e de 1749, a fim de ilustrar a localização das freguesias açucareiras de maior importância. Da mesma forma, é de se reparar que até o momento de sua elevação à categoria de Vila, o Recife e as freguesias do Cabo, Ipojuca e Muribeca pertenciam à Olinda, sendo o subtotal destas freguesias somado subtotal da cidade.

Tabela 6. Distribuição de Fogos nas paróquias de Pernambuco (1693-1777)³⁵.

Vila/Freguesias	Número de Fogos				Engenhos	
	1693	1701	1746-1749	1777	1655	1749
Cidade de Olinda (Sé)	c.800	660	612	1988	-	-
São Pedro Mártir	-	200	246	304	-	-
Paróquias do termo						
Várzea	600	260	482	554	16	14
Jaboatão	314	350	667	860	12	13
São Lourenço da Mata	850	450	752	920	9	18
N.S. da Luz		320	-	1649	-	18
Santo Antônio		150	439	1009	-	3
Boa Vista			739	-	-	-
Subtotal	5114	6240	>3937	7284	80	66
Vila do Recife	2000	2450	2021	3009		
Paróquias do termo						
Muribeca	400	400	812	1996	10	11
Cabo	650	700	1000	2016	16	24
Ipojuca	300	300	961	2016	17	21
Escada				103	-	-
Subtotal	-	-	4794	9037	-	56
Vila de Igarassu	400	600	-	988		13
Paróquias do termo						
Maranguape	70	100	276	484		2
Tracunhaém	100	260	-	1635		12
Limoeiro				57		
Bom Jardim				667		
Subtotal	570	960		3831		27
Vila de Sirinhaém	600	400	804	1856	13	23
Paróquias do termo						
Una	200	200	945	964	2	5
Barreiros				245		
Ipojuca II				460		
Subtotal	800	600	1749	3525	15	28

³⁵ Dados levantados a partir das seguintes fontes; 1693 e 1701: **VAL**. Também utilizados por Bruno Feitler e Ângelo Carrara; 1749: **ICP**, p.407-413; **IPCP**, p.

Tabela 6. Continuação.

Vila/Freguesias	Número de Fogos				Engenhos	
	1693	1701	1746-1749	1777	1655	c.1749
Vila de Porto Calvo	370	255	420	700	8	6
Paróquias do termo						
Camaragibe	230	310	-	1177		5
São Bento		120	411	600		3
S. Antº Meirim			176	70		
Una II				351		4
Subtotal	600	685	>1007	2898	8	18
Vila das Alagoas	307	540	-	1549	3	14
Paróquias do termo						
Lagoa do Norte	212	200	-	1070	2	9
São Miguel	150	180	635	1037	1	10
S. Antº Meirim				334		
Subtotal	669	920		3990	6	33
Rio de S. Francisco/ Vila do Penedo	500	300	931	1671		10
Paróquias do termo						
Poxim			248	472		
N. Sra. do Ó/Porto da Folha			295	689		
Porto Real				112		
Subtotal	500	300	>1474	2998	-	10
Freguesias do Sertão						
Ararobá	-	-	149	411		
Cabrobó				633		
Rodelas	280	-	-	-		
Rio Grande de S. Francisco	-	26	-	-		
Águas Belas			-	166		
Pilão Arcado				419		
Vila de Cimbres				222		
Vila de Águas Belas				166		
Bezerros				382		
Tacaratu				261		
Vila de Atalaia				650		
Total	9333	9846	>11975	41413	109	238

Ainda que não seja plausível estabelecer uma divisão absoluta entre “espaço urbano” e “espaço rural” nas vilas da América Lusa, é possível estabelecer comparações entre o núcleo central de cada concelho, onde estaria, provavelmente, a parte mais urbanizada, e as freguesias do termo de cada concelho. Uma primeira e inevitável constatação diz respeito à decadência de Olinda e o crescimento do Recife como corolários dos anos da guerra e da ocupação holandesa. Mas, ainda assim, Olinda mantivera-se no *post bellum* como a sede do mais extenso município da Capitania. Na virada do século XVII para o XVIII, no município de Olinda estava concentrada não só a metade (12) das freguesias da Capitania, como também aquelas mais povoadas e ricas, incluindo aí o Recife. No entanto, sem esta urbe, o conjunto caracterizava-se como um espaço marcadamente ruralizado. Não por acaso que as freguesias da sede do município (Sé e São Pedro Mártir), respondiam juntas por pouco mais de 880 fogos, isto é, 14% do total correspondente ao termo do concelho no ano de 1701, ao passo que 47% do total de fogos existentes no mesmo ano estavam dispersos por oito freguesias rurais, a saber, Várzea,

São Lourenço da Mata, Santo Amaro de Jaboaão, Santo Antão, Nossa Senhora da Luz, Muribeca, Cabo e Ipojuca, onde estavam concentrados 73,4% dos engenhos de açúcar de toda a Capitania, em 1655. Em comparação, fica em evidência o acentuado grau de urbanização do Recife cujos 2450 fogos correspondiam a 39% de todos os que existiam no termo do município. Tão grande discrepância serve para ilustrar que o Recife *post bellum* continuou a florescer enquanto ativo centro urbano e comercial, apesar de, politicamente, ser apenas parte do município de Olinda.

Se na virada do século XVII para o XVIII, o termo de todo o município de Olinda – incluindo aí o Recife – concentrava entre 60% e 65% do total dos fogos existentes na Capitania, os concelhos das vilas menores compunham-se de uma, duas ou três freguesias que, mesmo reunidas, não ultrapassavam a marca de mil fogos em cada uma. Por outro lado, a concentração de fogos em algumas freguesias, como no Cabo, chega a ultrapassar o tamanho de alguns concelhos, como o da vila de Porto Calvo ou do Penedo. Assim, além de confirmar a ausência de outros aglomerados de monta na Capitania, estes dados são determinantes para se perceber os equilíbrios e a organização do poder local em Pernambuco, assunto sobre o qual nos debruçaremos adiante.

Por hora, cabe destacar duas questões que caracterizam os anos que sucedem entre 1654 e a elevação do Recife à categoria de vila, em 1710. A primeira é que havia significativa assimetria no poder camarário, de modo que, nesse período, nenhuma edilidade tinha poder ou riquezas comparáveis às da Câmara de Olinda. A segunda é que havendo freguesias com tamanho comparável ao de algumas vilas, haveria, correspondentemente, alguns cargos cuja importância via-se acrescida no cenário político local, tais como os capitães-mores ou os juizes de vintena. Além do mais, havendo um número reduzido de câmaras, é igualmente acertado prever que malha paroquial assumisse grande importância para a territorialização dos poderes institucionalmente reconhecidos pela monarquia no espaço Americano.

No que concerne especificamente ao poder camarário, é certo que a criação da vila do Recife representou um ponto de viragem aos equilíbrios tecidos na centúria anterior, pois a câmara de Olinda perdeu, além do antigo porto, três das freguesias mais populosas e ricas, a saber, Cabo, Ipojuca e Muribeca. Além do mais, ao longo da primeira metade do século XVIII, o crescimento da antiga sede do concelho manteve-se estagnado. Somadas as freguesias da Sé de Olinda e de São Pedro Mártir, que contavam com respectivamente 612 e 246 fogos, em 1749, algo que representaria menos de um quinto do total do concelho. Não obstante, observa-se algum desenvolvimento na Boa Vista, que era a parte mais próxima do Recife e concentrava

739 fogos, além de “muitas lojas de fazendas molhadas, e secas”³⁶. Em contraste com a razoável estagnação do recinto da cabeça da capitania, ocorre o movimento de expansão em todas as freguesias rurais de Olinda que, ao longo da primeira metade do século, praticamente dobraram a quantidade de fogos.

Quanto ao Recife, regista-se uma ligeira redução quanto ao total contabilizado no início do século que, de 2450 passaram a 2020 fogos. A esta redução do número de fogos, acaba por não corresponder uma redução populacional, já que haveria perto de 10.000 comungantes no Recife em 1693, e 12.536, em 1749. Oito anos mais tarde, a Câmara do Recife informou ao Conselho Ultramarino que residiam mais de 30 mil habitantes em todo o termo da vila e justificava, com isso, a pretensão de ser elevada à categoria de “cidade”³⁷. Portanto, se os dados reunidos no levantamento de 1749 estiverem corretos, parece não ter havido grande expansão da zona urbana. Esta, de acordo com George Cabral, só seria verificada na segunda metade do século XVIII, quando a povoação começou a se expandir para a parte de fora das Portas do Bom Jesus³⁸. Os impactos desta expansão podem ser registados na relação de 1774, quando o Recife passou a marca de três mil fogos e teria, de acordo com o mesmo documento, em torno de 15 mil almas de comunhão. Ainda assim, a parte urbana do município correspondia a pouco mais de 42% do somatório total dos fogos de todo o concelho, além de que suas três freguesias rurais, mantiveram-se no topo da lista das mais populosas.

No que tange às vilas menores da Capitania, os dados disponíveis para o ano de 1749 são insuficientes para acompanhar a situação vivenciada por cada uma. Todavia, através das informações provenientes para o quarto de século seguinte, é de se estimar razoável nível de crescimento em todas. Basta acompanhar que o total de fogos no concelho de Sirinhaém quase triplicou, passando de aproximadamente 600 para um total de 1749, em cerca de cinquenta anos. Crescimento mais acelerado pode ser observado na Vila do Penedo, para onde foram criadas três novas freguesias, a saber Poxim, Águas Belas e Porto da Folha. Além disso, dada a posição estratégica que ocupava na foz do Rio São Francisco, Penedo assumiu grande importância por ser uma das portas de entrada para o mesmo rio e, conseqüentemente, para as rotas de abastecimento das Minas. Na primeira metade do século XVIII, a quantidade de fogos existentes na sede do concelho praticamente triplicou de 300 para 931 fogos. Já a vila das Alagoas, cabeça da Comarca homônima, passou de 540 para 1549 fogos entre 1701 e 1777. Se

³⁶ De acordo com a descrição do autor anônimo da “Ideia da População da Capitania de Pernambuco”. IPCP, p. 34.

³⁷ Souza, *Tratos e mofatras...*, p.54.

³⁸ Souza, *Tratos e mofatras...*, p.54.

pudéssemos estimar um crescimento anual de 1,4% durante estes 76 anos, é provável que o núcleo central da vila tivesse à volta de 1 mil fogos em meados de setecentos.

Assim, ao longo da primeira metade do século XVIII e, mais especificamente, nos primórdios do último quartel do século, aproximadamente 49% do total de fogos das vilas litorâneas de Pernambuco estava concentrado entre os concelhos de Olinda (22%) e do Recife (27%), ao passo que cada uma das vilas menores dispunha de entre 9% e 12% do mesmo conjunto. É de se assinalar que apesar de se ter encurtado a assimetria existente na virada do século entre o grande concelho de Olinda e as vilas menores, ela continua a existir. Essa diferença é particularmente visível no número de engenhos, pois 51,2% do total destas unidades produtivas estava concentrado entre os termos de Olinda (27,7%) e Recife (23,5%).

Tabela 7. Malha Paroquial das Capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande

Paróquias	1693	1701	1749	1777	Engenhos
Capitania de Itamaracá					1749
N. S. da Conceição	160	280	540	984	6
Tejucupapo	208	180	450	607	5
Vila de Goiana	600	600	1456	2291	19
Taquara	150	200	365	520	5
Curato do Desterro	72	-	-	-	-
Subtotal	1190	>1260	>2811	>4402	35
Capitania da Paraíba					
Cidade da Paraíba	1600	1650	1720	2437	
Mamanguape	130	90	498	1313	
Lugar entre Piancó e Piranhas/Vila de Pombal		-	-	2431	
Cariri			-	410	
Pilar				249	
Campina				421	
Jacoca				445	
Traição				265	
Vila de Alhandra				620	
Taípu				780	
Subtotal	1730	1740	>2218	9371	
Capitania do Rio Grande					
Cidade do Natal	300	400	-	472	
Goianinha		120	299	1890	
Açu			-	-	
Vila de Extremoz				484	
S. João da R. Açu				571	
Vila de Portalegre				141	
Vila de Paus dos Ferros				210	
S. João das Varzes				421	
Vila do Príncipe (Caicó)				200	
Vila de S. José				775	
Vila de Arés				386	
Vila Flor				264	
Subtotal	300	520	>299	5814	4

Apesar da indisponibilidade ainda maior de informações para a malha paroquial das restantes Capitanias do Norte, não deixa de ser interessante comparar sua dimensão e distribuição territorial. Através das mesmas fontes disponíveis para a composição da Tabela 5,

apresentamos na Tabela 6, a distribuição da malha paroquial entre Itamaracá, Paraíba, Rio Grande. Os dados referentes à Capitania do Ceará são apresentados na Tabela 7. Nela, a quinta coluna apresenta dados que constam na “*Ideia da População da Capitania de Pernambuco*”, mas que foram levantados no ano de 1765³⁹. Por meio dela, uma primeira constatação, é que na virada do século XVII para o XVIII, nenhuma das vilas ou “cidades” cabeças das Capitânias anexas possuía dimensões comparáveis às do Recife ou do concelho de Olinda. A segunda, é que até meados do século XVIII, as únicas vilas existentes nas Capitânias do Rio Grande e da Paraíba eram as suas respectivas cabeças, de modo que as restantes, só seriam criadas na segunda metade do século, com os desdobramentos das políticas indigenistas do pombalismo. Apesar de ostentarem o título de “cidade”, tanto a Natal quanto a Cidade da Paraíba equiparavam-se, na verdade à dimensão das vilas menores da Capitania de Pernambuco. Não é então de se estranhar que Sirinhaém, Alagoas ou Penedo fossem, por vezes, referidas como “capitânias” na documentação coeva, como demonstramos anteriormente.

Em finais do século XVII, a capitania da Paraíba, contava com apenas duas paróquias, a saber a da Cidade, e a de Mamanguape, ao passo que o Rio Grande contava com apenas a de Natal. É certo que as paróquias de ambas as “cidades” eram bastante dilatadas. Na visita feita por D. Francisco de Lima, diz ele que a freguesia da Cidade da Paraíba abarcava não só o recinto urbano, mas possuía, na costa, “15 léguas de distrito, e para o sertão de nascente a poente 120”, ao passo que a da Cidade do Natal, teria “pela praia do Norte ao sul 90 léguas de distrito e pelo sertão de nascente a poente mais de 300 léguas, quase todas de matos desertos, habitados de alguns moradores brancos que vivem de criar gados e de inumeráveis gentios”⁴⁰. É provável, entretanto, que o número de fogos declarados para a Paraíba em 1693 e 1701 contabilizasse não só os do recinto urbano, mas, igualmente, os dos distritos rurais circundantes. Nesta capitania, no início do século, o Bispo de Pernambuco mandou erigir uma terceira freguesia no sertão, no “lugar entre Piancó e Piranhas”, para a qual não há dados senão no levantamento de 1777 e, mesmo assim, diluídos no levantamento feito para a Vila de Pombal. Por outro lado, não parece claro se a contagem feita nos trezentos ou quatrocentos fogos de Natal, na virada do século, corresponderia somente ao recinto urbano da paróquia ou ao conjunto de sua extensão, ainda mais por haver indícios de que, no último quartel do XVIII, a quantidade de fogos mantivera-se praticamente a mesma. Com efeito, o enorme salto verificável entre meados do século XVIII e os quarto de século seguinte nas capitânias do Rio Grande, Paraíba e Ceará justifica-se na incorporação da população indígena aos levantamentos populacionais e, mais precisamente, à

³⁹ Como consta na própria documentação. **IPCP**, p. 2-9.

⁴⁰ **VAL**, fl.10.

transformação dos antigos aldeamentos existentes em novas vilas, moldadas segundo a matriz institucional portuguesa.

O caso da Capitania de Itamaracá parece bastante mais complexo. Ao longo de todo o período considerado, existe menção a cinco freguesias, a saber, a da ilha homônima sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, Goiana, curato do Desterro, Taquara e Tejucupapo. No período anterior à invasão holandesa, a única vila da capitania de Itamaracá encontrava-se na ilha, onde também se encontrava a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e a casa da Câmara. Contudo, no decurso da ocupação e nos anos posteriores, o povoamento deslocou-se da Ilha para a parte continental da Capitania, de modo que as freguesias do interior alcançaram notável crescimento.

Em meio às quatro existentes, a de Goiana parece ter sido a que mais prosperou no período posterior à ocupação neerlandesa, reunindo mais da metade dos fogos da Capitania em todo o período considerado. Já em 1680, esta freguesia prosperou tanto com o açúcar quanto com a criação de gado, expandindo-se em direção aos sertões. Por razões óbvias, na segunda metade do século XVII, Goiana superou a população confinada na antiga ilha. Além de maior, era nesta freguesia que residia a maior parte dos oficiais camarários, “sendo os mais deles senhores de engenho e lavradores de canas” que, ao ter que cruzar nove léguas para atender as vereações na casa da Câmara, então estabelecida na ilha, chegava a gastar “de ida e vinda quatro a cinco dias, exceto os de sua assistência”⁴¹. Estes edis, motivados por tais inconvenientes, solicitaram ao Conselho Ultramarino que a sede do município fosse, então, transferida para Goiana⁴². Depois de quase cinco anos de consultas aos mesmos e outros oficiais da justiça, os clamores foram atendidos em Lisboa e formalizados numa carta régia de 15 de Janeiro de 1685 que ordenava a transferência definitiva da sede do município, ao passo que o Capitão-Mor e a tropa paga deveriam permanecer na Ilha a guarnecer o forte de Nossa Senhora da Conceição⁴³.

Desde sua implementação, tal atitude levantou protestos contrários por parte dos habitantes da antiga sede do município e de outras autoridades que alegavam o despovoamento progressivo da ilha, dentre elas o governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas⁴⁴. Este, informando à Coroa, sobre os inconvenientes da assistência das autoridades em Goiana, teve o pedido deferido numa Carta Régia de 1709. Nela, o rei ordenava que o “capitão-mor, os oficiais da câmara, juiz dos órfãos e mais oficiais da justiça” assistissem na vila de Nossa

⁴¹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 13, D e 1293.fl.3

⁴² AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 13, D e 1293.fl.3

⁴³ Correia de Andrade, *Itamaracá: uma capitania frustrada*..., p. 95; AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 12, D. 1227, Cx. 13, Docs.1243 e 1293.

⁴⁴ AUC, CA, Conde dos Arcos, Cód. 33, fl.379v.

Senhora da Conceição, mantendo, entretanto, Goiana a categoria de vila⁴⁵. Esta decisão, parece ter acirrado ainda mais os conflitos entre as duas partes, agora motivados pelo desenrolar das Alterações de Pernambuco, levando a um período de instabilidade quanto à definição das jurisdições correspondentes a cada uma sobre as freguesias⁴⁶. A matéria parece ter sido resolvida em uma decisão implementada pelo Bispo D. Manuel Álvares da Costa, governador interino entre 1710 e 1711, que manteve ambos os municípios, conforme a determinação de 1709, mas delimitou as freguesias correspondentes a cada um, ficando a de Taquara para a câmara de Goiana e a de Tejucupapo para a de Itamaracá⁴⁷. Com efeito, a manutenção das duas vilas⁴⁸ na Capitania de Itamaracá reproduzia localmente, e em menor escala, o conflito vivenciado em Pernambuco entre Recife e Olinda pela condição de “cabeça” da capitania. Na prática, a ordem régia de 1709 confirmava, localmente, uma situação idêntica à da capitania vizinha, na qual a vila mais antiga, porém menos povoada, era a “cabeça” e tinha primazia sobre a mais recente e populosa. Contudo, assim como em Pernambuco, esta determinação não era obedecida, pois o capitão-mor, o provedor e a tropa paga assistiam recorrentemente em Goiana. As duas vilas disputaram tal estatuto com repetidas petições, até que, em 1742, a Coroa optou

⁴⁵ AUC, CA, Conde dos Arcos, Cód. 33, fl.379v.

⁴⁶ A questão foi tratada em detalhe por Mello, *A fronda...e Velez*, «Capitania de Itamaracá...», p. 80-92.

⁴⁷ AUC, CA, Códice 32, fl.76.

⁴⁸ Parece que as desordens causadas durante a Guerra dos Mascates e a consequente disputa entre as duas vilas pela condição de “cabeça” da Capitania confundiram boa parte dos autores que se debruçaram sobre a história da capitania de Itamaracá. A começar por uma afirmação de Pereira da Costa que no quarto volume dos *Anais Pernambucanos* afirma ter o Governador de Pernambuco, Félix José Machado, conferido “às justiças de Itamaracá jurisdição sobre toda a ilha e fixado mesmo a sua residência na Ilha, perdendo assim Goiana o seu predicamento de vila”, decisão esta implementada pelo Ouvidor efetivo Feliciano Pinto de Vasconcelos. AP, IV, p.248. Apesar de esta afirmação ser tautologicamente repetida e confirmada por Manuel Correia de Andrade e Luciana Barbalho Velez, compulsamos arduamente as disposições deste governador e não encontramos nenhuma menção às ações no sentido de *eleger* a cabeça da Capitania em Nossa Senhora da Conceição, tampouco nenhuma ordem de supressão da mesma câmara; Cf.: Andrade, *Op. Cit.* 1999, p. 5; VELEZ, *Op. Cit.* p. 107. Em contrapartida, e em conformidade com o que também encontrou Evaldo Cabral de Mello, haverá sempre menção às duas vilas de “Itamaracá” e “Goiana” na documentação Mello, *A fronda... passim*, p.349. A afirmação de Pereira da Costa parece derivar da interpretação equivocada de uma Carta Régia, passada no Conselho Ultramarino em 09 de março de 1712, onde, atendendo a uma representação dos oficiais da câmara de Itamaracá, o rei mandava suspender uma devassa tirada pelo Ouvidor “daquela Capitania dos moradores de Goiana por haverem feito aquela povoação vila sem ordem minha”, isto é, do Rei. Contudo, o Conselho resolve declarar que “a dita devassa é nula por falta de jurisdição”. Todavia, o Conselho ordenou que o Ouvidor de Pernambuco informasse sobre a vila então criada “e com que jurisdição se criou”, AHU, Códice 257, f. 338v. Em contrapartida, temos razões para crer que, ao contrário do que aponta a consulta, a câmara que prestou a queixa contra o Ouvidor seria a de Goiana, e não a de Nossa Senhora da Conceição. Pois, numa outra carta régia, datada de 28 de maio de 1713, os conselheiros respondem uma carta do Ouvidor da Paraíba de 13 de junho de 1712, em que os moradores de Goiana protestaram sobre a “mudança dos oficiais de justiça e da câmara para a Ilha de Itamaracá na forma que [Eu, o rei] fui servido resolver”. Portanto, há indícios de que a mudança teria de facto ocorrido, mas movida não pela vontade do governador Félix Machado e sim por uma determinação régia, até o momento desconhecida. Em todo caso, no desfecho da matéria, o conselho resolveu que Goiana ficasse “sempre vila”, tendo nela “os oficiais de justiça por suceder nela muitos crimes e haver muitas demandas em razão de ser a maior povoação de toda aquela capitania”. Algo que confirma, mais uma vez, a existência de duas vilas para o período em questão. AHU, Cód. 258, fl.12.

pela decisão mais lógica e que confirmava Goiana como “cabeça”, mantendo, ainda assim, as duas vilas⁴⁹.

Quanto à Capitania do Ceará, é evidente que sua ocupação definitiva só deslanchou nos anos finais do século XVII, em plena Guerra contra os Janduí⁵⁰. A consolidação da presença colonizadora no Ceará Grande foi baseada na conquista de seus sertões pelo gado e por sesmeiros pecuaristas. Além destes, é de se destacar a presença das ordens missionárias que promoveram a redução de várias nações ameríndias sobreviventes ao conflito nos aldeamentos. No período em questão, a distribuição populacional caracterizava pela dispersão e ausência de núcleos urbanos de monta. Na visita *ad limina* de 1701, o Bispo de Pernambuco fez menção a uma única freguesia, a de Nossa Senhora da Assunção, criada durante seu mandato, e que contava com apenas oitenta fogos. Sequer está claro se esta freguesia representava o agregado de casas que circundavam a Fortaleza homônima ou se nela estavam contabilizados os fogos existentes em toda a parte conquistada, pois o Bispo declara ter ela “de nascente a poente correndo para os matos desertos tem mais de 200 léguas quase todas povoadas de gentis bárbaros, que tem guerra com os brancos”⁵¹.

Tabela 8. Malha Paroquial da Capitania do Ceará

Paróquias	1693	1701	1746-1749	1765
Capitania do Ceará				
Ceará/Vila de Fortaleza		80	-	467
Vila de Aquiraz		-	-	530
Vila do Aracati/Russas			-	1027
Vila de Icó			-	725
Vila de Soure				243
Arronches				585
Vila de Masejana				450
Vila de Monte-Mor				129
Macaboqueira				225
Vila do Sobral				903
N. S. Amontada				339
Serra dos Cocos				544
Vila Viçosa Real				1559
Almofala				59
Vila de Quixeramobim				226
Inhamuns				613
Arneiros				103
Vila Real do Crato				172
S. José dos Cariris				980
Vila de Monte-Mor Velho				30
Subtotal		80	-	9489

⁴⁹ Velez, «Donatários e administração...», p. 108.

⁵⁰ Silva, «A Capitania do Siará Grande...».

⁵¹ VAL, fl.9v.

Para Gabriel Nogueira, na capitania do Ceará Grande “o desenvolvimento urbano local não se configurou efetivamente como justificativa preponderante para a criação de vilas”⁵². A criação da primeira Vila do Ceará foi autorizada pela Coroa em finais de 1699 com o claro propósito de afirmação da conquista e do fortalecimento das instituições comuns à matriz institucional portuguesa na Capitania, tanto para integrar a primeira elite conquistadora nos lugares da governança da terra, por meio da câmara, quanto para fazer frente aos desmandos dos Capitães-Mores com relação à população ameríndia. Prova cabal de que os propósitos de criação antecederam o crescimento “urbano” de qualquer povoação é o facto de seus primeiros edis sequer terem, à partida, lugar fixo para realizar as vereações. A primeira foi realizada em 1700, no lugar do Iguape “poucos quilômetros a leste da localidade do forte” com reconhecido carácter provisório. Poucos meses depois, os edis resolveram instalar-se nas redondezas de São José do Ribamar de Aquiraz, situando ali a primeira localização da vila. Um ano mais tarde, sob fortes protestos do Capitão-Mor, residente na atual Fortaleza, os edis concordaram em transferir a câmara para a barra do rio Ceará, “alguns quilômetros a oeste do forte” e, em 1706, este insistiu para que a edilidade fosse instalada ao pé da fortificação, de sorte que era de se “estranhar estar a alma do governo separado do corpo da governança”⁵³. Contudo, já em 1708 os oficiais da câmara, em sua maioria criadores de gado, reclamavam das inconveniências de assistir na localidade, por não ser ela propícia à pecuária, sugerindo o retorno para Aquiraz. Na sequência de atritos com o Capitão-Mor do Ceará e com o Governador de Pernambuco, os edis peticionaram ao Conselho Ultramarino que decidiu, em 1713, que o melhor sítio para instalar a vila era Aquiraz. Com efeito, foi lá que se fixou permanentemente a Câmara e o pelourinho, mesmo sob os protestos dos Capitães-Mores. As repetidas queixas destes oficiais tornaram imperativa a criação de uma segunda vila nas proximidades da Fortaleza, em 1726, sendo esta conhecida por Vila de Nossa Senhora da Assunção da Fortaleza ou, apenas, Vila de Fortaleza.

Fatores tais como os embates faccionais entre os potentados do sertão, e o decorrente clima de violência, motivaria a criação da Vila de Icó, em 1738, sem que houvesse ali uma concentração populacional que o justificasse⁵⁴. Acrescentaríamos, à perspectiva de Nogueira que prováveis expectativas econômicas também estivessem por trás da fundação da vila de Icó,

⁵² Nogueira, Gabriel Parente. «A institucionalização do poder: o processo de criação de vilas na Capitania do Siará Grande, contextos e motivações (1699-1802)». Em *Ceará: Economia, política e sociedade (séculos XVIII e XIX)*. orgs. Nogueira, Gabriel Parente; Silva, Rafael Ricarte da; Viana Júnior, Mário Martins. Fortaleza: Instituto Frei Tito Alencar, 2011. p.94.

⁵³ Documento XVI. Registo da proposta que o capitão maior Gabriel da Silva do Lago fez ao senado da Câmara desta vila para a mudança da vila. In: Oliveira, João Batista Perdigão de. A primeira vila da província: notas para a História do Ceará. *RIHC*. Fortaleza, tomo I, 1887, pp. 39-40. Apud: Nogueira, «A institucionalização do poder...», p.76.

⁵⁴ Nogueira, «A institucionalização do poder...», p. 79-83.

nomeadamente a descoberta de possíveis Minas de Ouro, como atesta uma sequência de expedições lançadas a partir de Pernambuco para este fim (de todo, infeliz).

A única vila criada em resposta ao efetivo desenvolvimento econômico e populacional, movido pelo comércio de gado e carnes secas com Pernambuco pelas redes sertanejas, foi a de Aracati, elevada a esta categoria em 1748⁵⁵. Ainda que dados disponíveis para estas quatro vilas em meados do século XVIII, podemos acompanhar o estado de seu desenvolvimento em meados da década de 1760, quando se pode reparar no assinalável povoamento da vila de Aracati e de Icó, mais metidas ao sertão do que Fortaleza e Aquiraz. Igualmente, é de se notar que diferentemente do padrão encontrado para as restantes capitanias do norte, cada uma destas vilas não concentrava mais freguesias que aquelas correspondentes ao seu distrito. As restantes vilas do Ceará Grande seriam todas erigidas na segunda metade do século XVIII. As de Viçosa Real, Soure, Arronches, Messejana e Monte-Mor o Novo da América correspondiam, segundo Medeiros, respectivamente, aos antigos aldeamentos de Ibiapaba, Caucaia, Porangaba, Paupina e Paiacú, e foram todas criadas entre 1759 e 1760 como parte da política indigenista do Diretório pombalino⁵⁶. A maior parte das outras vilas listadas na Tabela 8 foram, igualmente fundadas a partir de antigos aldeamentos entre 1760 e 1777, com a visível exceção de Sobral, que de acordo com Nogueira, foi fundada em 1773, com o propósito de sedimentar a população de vadios que erravam pelos sertões da Capitania do Ceará⁵⁷.

Em comparação ao conjunto das capitanias tratadas neste tópico, é provavelmente na do Ceará que se observa a mais rápida proliferação de vilas ao longo do século XVIII. Aqui, as configurações do poder local tiveram de se adaptar a um ambiente de conquista e, da mesma forma, ao intenso movimento de interiorização da conquista para territórios longínquos. Estes, desde o princípio de sua recente colonização, desenvolveram-se à distância considerável das praças litorâneas, onde o gado encontrava condições propícias ao desenvolvimento e circulação comercial. Por esta mesma razão, a multiplicação de municípios pode representar uma iniciativa para superar o obstáculo colocado pela distância, dotando localidades distantes de modelos de autogoverno. Contudo, intencionalmente ou não, esta forma de organização do poder local acarreta certa dispersão do povoamento por diversos núcleos, e à esta, como veremos, uma correspondente disjunção das instâncias “centrais” da administração da Capitania.

⁵⁵ Nogueira, «A institucionalização do poder...», p. 83-84.

⁵⁶ Medeiros, Ricardo Pinto. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas Capitanias do Norte da América Portuguesa. Em *Novos olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil*. orgs. Medeiros, Ricardo Pinto e Oliveira, Carla Mary S. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007, p. 129.

⁵⁷ Nogueira, «A institucionalização do poder...», p. 88-94.

4.1.3. *Os Aldeamentos e o Governo dos Índios*

Antes de passarmos a tratar dos modelos de governo local de todos os espaços referidos no tópico anterior, importa ainda discorrer sobre o enquadramento da população ameríndia na esfera de intervenção da monarquia portuguesa. Até o momento da implementação do Diretório dos Índios – e diferentemente do que ocorria em diversas partes da América Hispânica – não havia paróquias “urbanas”, tampouco vilas, compostas majoritariamente de índios no Bispado de Pernambuco, de modo que entre 1534 e 1759, a principal moldura de enquadramento institucional da população ameríndia estava representada nos **Aldeamentos** administrados pelo clero secular ou regular. Ainda que as tentativas de confinamento dos nativos nos aldeamentos não tenham alcançado pleno sucesso, pode-se afirmar que parte substancial desta população se concentrava sertões das Capitanias do Norte. Diante da complexidade do tema, limitamo-nos a traçar uma mera e sumária inventariação de como estavam distribuídos os aldeamentos nas capitanias e quais as principais ordens, ou sacerdotes, responsáveis por sua administração.

O confinamento da população ameríndia nos aldeamentos representa uma das faces explícitas das *políticas da diferença* adotadas pelos portugueses na América⁵⁸. De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida, as leis que foram promulgadas a partir de 1578 para a conservação dos povos nativos oscilaram em torno do contraditório equilíbrio entre dois interesses que tinham por base a catequização dos ameríndios. De um lado, visava torná-los fiéis vassalos, capazes de prover uma reserva dos efetivos armados em casos de mobilização. De outro, prescrevia a sua submissão a regimes de “trabalho compulsório que se fazia de acordo com um sistema de rodízio e pagamento de salário irrisório” que garantia o aproveitamento destas pessoas como uma reserva de mão de obra por parte dos colonizadores, oficiais régios e missionários segundo normas específicas e nem sempre respeitadas⁵⁹.

O processo de formação da malha de aldeamentos nas Capitanias do Norte não é, de nenhum modo, linear. Se há indícios da atividade missionária no período anterior à invasão neerlandesa, é certo que a atuação das ordens regulares na redução e na catequização dos povos indígenas foi profundamente afetada nos anos da guerra que, entretanto, não acabou com todos os aldeamentos então existentes. Diante da fuga ou da expulsão dos missionários católicos, as aldeias do “Brasil Holandês” foram administradas por comandantes militares, sendo estes recrutados nos próprios efetivos da WIC ou em meio aos próprios principais das Aldeias existentes, como é o caso dos célebres Antonio Paraubapa e Pedro Poti, que receberam

⁵⁸ Para o conceito, ver Cooper, Frederick. Burbank, Jane. *Empires in world history*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

⁵⁹ Almeida, Maria Regina Celestino. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 74

patentes⁶⁰. Aos olhos da administração da Companhia, os aldeamentos deixaram de ter uma vocação catequética e passaram a representar, essencialmente, assentamentos de aliados indígenas mobilizáveis em situações de conflito.

A política de alianças constitui elemento fundamental para se perceber a participação de ameríndios na Restauração Pernambucana (1645-1654), quer do lado neerlandês, quer do lado luso-brasílico, e, igualmente, para se compreender a hostilidade em relação aos grupos genericamente denominados “Tapuias” no *post bellum*, uma vez que vários destes povos se aliaram aos neerlandeses. De igual maneira, é fundamental para se perceber a ascensão social de algumas lideranças indígenas cuja participação é assinalável, tais como Antônio Felipe Camarão, responsável por liderar os contingentes de ameríndios aliados dos portugueses nas campanhas da Restauração, arregimentados num Terço de Infantaria. O terço seria um “dos produtos duradouros da aliança entre povos indígenas e a coroa portuguesa” e se compunha quase que inteiramente de índios cristianizados, tendo, de acordo com Medeiros, toda a hierarquia militar “que compreendia”, além dos próprios soldados, “cabos, tenentes, sargentos e capitães-mores”⁶¹ todos ameríndios, que se distribuíam nas aldeias e cujas patentes recebiam confirmações das autoridades régias, constituindo um elemento das tropas auxiliares da Capitania. No comando do Terço dos Camarões, figurava o Capitão-Mor Governador dos Índios, posto exercido por Filipe Camarão e seu sobrinho, D. Diogo Pinheiro Camarão, posteriormente confirmado na patente que foi dada ao seu sobrinho-neto D. Sebastião Pinheiro Camarão, em 1672⁶².

O “Governo dos Índios” parece constituir, paralelamente aos aldeamentos, um modelo de administração “militar” da população ameríndia que tinha por base a cessão de prerrogativas importantes sobre a mobilidade destas populações e também sobre a força de trabalho dos mesmos. Estes homens presidiam uma aldeia que, ao longo do período estudado, localizava-se ora nas cercanias de Ipojuca ora nas da Freguesia do Una e contava com um missionário que lhes administrava os sacramentos. No que concerne à atuação militar dos Governadores dos Índios, é de se destacar que tinham jurisdição sobre as aldeias que cobriam “todo o território que se estende da margem esquerda do Rio São Francisco à Capitania do Ceará”⁶³, tendo

⁶⁰ Gonçalves, Regina Célia, Cardoso, Halisson Seabra, Rolim, João Paulo Costa Pereira. «Guerras e alianças: os Potiguara no conflito luso-holandês (1630-1654)» Em *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. org. Possamai, Paulo. São Leopoldo: Oikos, 2012.

⁶¹ Medeiros, Ricardo Pinto. «Concessão de títulos nobiliárquicos a lideranças indígenas na América Portuguesa». *Revista Mosaico*, v. 4, n. 2, p.175-181, jul./dez. 2011, p. 177.

⁶² Raminelli, Ronald. *Nobrezas do novo mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. pp.150-151.

⁶³ Medeiros, Ricardo Pinto. «Concessão de títulos nobiliárquicos...», p. 177.

autoridade para fazer recrutamentos para as campanhas militares conforme as ordens do Governador da Capitania de Pernambuco, de quem eram subordinados. Vale destacar que, mesmo nos períodos em que as capitanias da Paraíba e do Rio Grande não estavam anexas à de Pernambuco, o governador dos índios tinha jurisdição sobre os índios aldeados das mesmas capitanias, o que gerava uma sobreposição de jurisdições neste campo. Para além das funções militares, cabia-lhes garantir, segundo as ordens dos Governadores da Capitania, “o fornecimento de índios para correios, construção de fortalezas e serviços particulares aos senhores de engenho, fazendeiros de gado e mineradores”⁶⁴.

Naturalmente, um conjunto tão largo de competências e sobre tão vasto espaço não raro levou a conflitos de jurisdição com as mais diversas autoridades, dentre elas as câmaras, os capitães-mores das capitanias, missionários e produtores locais. Estes conflitos giravam em torno dos constantes deslocamentos dos índios de suas aldeias de origem, seja para preenchimento do Terço ou para trabalhos compulsórios do interesse do próprio governador, e culminaram na extinção do cargo de Governador dos Índios em 1733, quando cada aldeamento passou a ser governado “por um capitão-mor dos mesmos índios e pelo missionário”, subordinados aos capitães-mores do distrito correspondente⁶⁵.

Até esta data, entretanto, o cargo figura como um poder concorrente e, por vezes, contraposto ao das ordens missionárias. Mesmo que os governadores dos índios pudessem intervir sobre a mobilidade das populações, são os aldeamentos que representam as unidades básicas de organização dos ameríndios catequizados na ordem portuguesa. Nos limites do capítulo basta assinalar que, mesmo ao término da guerra, a retomada das atividades de evangelização por parte das ordens missionárias não foi, de todo, imediata. De acordo com Gatti, um dos principais problemas relacionados ao governo espiritual dos índios integrados no Bispado de Pernambuco na segunda metade do século XVII, estava relacionado à falta de missionários para dirigir os aldeamentos. A insuficiência destes levava a que muitos ficassem “sob a administração de pessoas seculares”, isto é, não religiosos, e, portanto, sujeitos à não observância dos princípios que orientavam a legislação indigenista⁶⁶.

Com a criação do Bispado de Pernambuco, em 1676, parece haver uma preocupação maior com o melhoramento da atividade missionária e com a maior supervisão dos aldeamentos existentes. Numa Junta Extraordinária convocada para discutir a questão em 1678, foi oferecido

⁶⁴ Medeiros, Ricardo Pinto. «Concessão de títulos nobiliárquicos...», p. 177.

⁶⁵ Medeiros, Ricardo Pinto. «Concessão de títulos nobiliárquicos...», p.179. Citando, **AP**, v.3, p.80

⁶⁶ Gatti, Agatha Francesconi. «O trâmite da fé: a atuação da Junta das Missões em Pernambuco, 1681-1759». Dissertação de Mestrado. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Universidade de São Paulo, 2011. p.72. A autora apresenta um contexto histórico detalhado da formação da Junta das Missões em Pernambuco.

um papel anônimo ao primeiro Bispo de Pernambuco em que se refere a existência de “vinte e tantas aldeias”, só na Capitania de Pernambuco, das quais o autor sugere que fossem reduzidas a apenas oito para se poder melhor administrar os sacramentos entre missionários⁶⁷. Levantamentos mais concretos do estado dos Aldeamentos só começam a aparecer nos anos subsequentes à instalação da Junta das Missões, em 1692⁶⁸. Mas, antes de os analisar, cabe registrar alguns problemas implicados na natureza da atividade missionária que se desenvolveu em toda a América Portuguesa e, inclusivamente, no Bispado de Pernambuco, e que tornam difícil traçar uma linha de evolução para os aldeamentos existentes entre os séculos XVII e XVIII em maiores detalhes.

De início, cabe destacar que, como em toda a parte, os missionários encontravam dificuldades para confinar uma população ancestralmente nômade ao espaço das aldeias, de modo que as fugas eram constantes e havia oscilações constantes na população. Como destacou Celestino de Almeida, os missionários tinham de adotar atrativos e práticas de negociação com os ameríndios para que permanecessem nestes núcleos populacionais⁶⁹. Além disso, não faltam queixas, da parte dos missionários, de que os colonos retiravam índios dos aldeamentos para trabalhos nas propriedades rurais. Dada a constante variação dos contingentes populacionais residentes, era comum que as aldeias fossem ocasionalmente unidas umas às outras, algo que faz oscilar, naturalmente, o seu número. Um outro problema, é de natureza heurística, e diz respeito à constante mudança nos nomes dos aldeamentos de uma fonte para outra⁷⁰. Feitas estas ressalvas, o Tabela 9 serve apenas para se observar o crescimento da malha missionária entre finais do século XVII e meados do XVIII, relacionado somente o número de aldeamentos existentes em cada uma das capitanias do Norte entre 1696 e 1757.

⁶⁷ “Papel oferecido por uma pessoa zelosa do serviço de Deus ao Bispo de Pernambuco”. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 15, D. 1538. Apud: GATTI, *idem, ibidem*.

⁶⁸ A Junta foi criada por Carta Régia de 1681, mas só foi instalada em 1692. O primeiro, está incluído na visita *Ad Limina*, feita pelo bispo D. Francisco de Lima dividindo-se a relação entre as “*Missões, que o Bispo achou feitas*”, isto é, existentes numa data anterior a 1693, e aquelas que “*Missões que o bispo criou de novo nos sertões sobre as cabeceiras das capitanias que ficam para a parte do norte*” e “*para a parte do sul*”, portanto posteriores a esta data. Relações posteriores aparecem em 1729, durante o governo de Duarte Sodré Tibão, e em data próxima a 1749, durante o mandato de D. Marcos de Noronha e Brito e, por fim, nas relações apresentadas por Loreto Couto, em 1757. Uma topografia dos aldeamentos pode ser encontrada em Arraes, Esdras. «Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco». *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 47-77.

⁶⁹ Almeida, *Os índios na história do Brasil...*, p. 74.

⁷⁰ A Aldeia de São Miguel do Siri, em Itamaracá, por exemplo, é chamada em 1701 de “Aldeia dos Caboclos de São Miguel”, ao passo que em 1729 de “Aldeia do Siri

Tabela 9. Quantidade de Aldeamentos no Bispado de Pernambuco (1696-1757) ⁷¹

Capitania	c.1696	1701	1729	1749	1757
Pernambuco	10	23	24	26	26
Itamaracá	3	3	2	2	2
Paraíba	1	4	10	11	13
Rio Grande	2	5	6	5	5
Ceará	4	9	10	9	9
Total	20	43	52	53	55

Ainda que pouco detalhado, é possível sublinhar algumas questões a partir da tabela 9. A primeira delas, é que a política de aldeamentos teve grande impulso na virada do século XVII para o XVIII. Antes da chegada do Bispo D. Francisco de Lima, a maior parte dos de Pernambuco e de Itamaracá estava localizada nas proximidades de vilas ou freguesias litorâneas (como os aldeamentos de Ipojuca, Una, Camaragibe, Lagoa do Norte, Siri e Aratogui) ou os nas freguesias do sertão (como o de Ararobá ou Rodelas)⁷². Ainda que poucos, os dez aldeamentos existentes em Pernambuco eram administrados por missionários Capuchinhos Franceses (4), Franciscanos (3) e Oratorianos (3). Além destes, a Paraíba tinha uma aldeia dirigida pelos Beneditinos, o Rio Grande duas dirigidas por Jesuítas recém-chegados e o Ceará, a “Grande Missão da Serra do Ibiapaba” que, por sua vez, dividia-se em “três aldeias” onde “assistem padres missionários”.

A partir de então, como resultado das ações do Bispo D. Francisco de Lima⁷³ e das iniciativas da Junta das Missões em Pernambuco, ocorreu notável expansão missionária para partes as partes mais distantes das vilas e freguesias litorâneas⁷⁴. Para que se dê a devida dimensão deste crescimento, entre 1696 e 1701, foram criados 25 aldeamentos, dos quais 12 nos sertões da Paraíba, do Rio Grande e do Ceará e os 13 restantes nas ilhas e nas margens do Rio São Francisco ou no chamado Sertão do Rodelas. Com a falta de missionários das ordens regulares no Bispado, quase todos os aldeamentos (21) foram entregues à administração de clérigos seculares que, de acordo com o Bispo, receberam “título e obrigação de missionário”⁷⁵,

⁷¹ Dados reunidos a partir dos seguintes fundos. 1696 e 1701: **VAL**, fls.15-20; 1729: *Relação das Aldeias de Índios e Tapuias que habitam nas capitanias da jurisdição deste governo de Pernambuco*. In: AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 39, D. 3479 (anexos); c. 1749: *Relação das Aldeias que há no distrito d’este Governo de Pernambuco e Capitania da Paraíba, sujeitos à Junta das Missões deste Bispado*, in: **ICP**, pp.419-422; 1757: *Relação das Aldeias de Índios situadas nas capitanias de Pernambuco*, in: **DBGP** pp.170-171.

⁷² Ver anexo 1.

⁷³ Reportadas ao Vaticano, em 1701.

⁷⁴ Gatti, «O trâmite da fê...»

⁷⁵ **VAL**, fl.20. Uma apreciação de síntese deste processo e alguns de seus desdobramentos pode ser encontrada na dissertação de Cavalcanti, Alessandra Figueiredo. «Aldeamentos e política indigenista no bispado de Pernambuco – séculos XVII e XVIII». Recife, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2009. p. 83-94.

ainda que nem todos tivessem cômputo paga pela Provedoria da Real Fazenda. Os quatro restantes foram distribuídos entre Carmelitas Reformados, que receberam a incumbência de administrar um aldeamento no sertão da Paraíba, Jesuítas, obtiveram mais uma aldeia no Ceará, e Oratorianos, que foram agraciados com duas aldeias na mesma capitania.

A criação destes aldeamentos enquadra-se no processo da expansão pecuarista que ocorreu tanto ao norte, para os sertões, quanto ao sul, no Rio São Francisco, talvez, como forma de atalhar irregularidades no aproveitamento da mão-de-obra indígena por parte dos colonizadores⁷⁶. Da mesma forma, especialmente nas capitanias ao norte de Pernambuco, a disseminação da malha missionária inscreve-se nos desdobramentos Guerra dos Bárbaros e decorre do esforço de redução das nações genericamente designadas por “tapuias” que sobreviveram às campanhas. Mas a distância do litoral, as fugas e outras práticas de resistência, levaram ao fim ou à reorganização de alguns novos aldeamentos, de modo que alguns desapareceram da relação feita em 1729⁷⁷.

Ainda assim, de 1701 a 1729, a atividade missionária na Paraíba foi expandida, pois de quatro passou a dez aldeamentos. No mesmo período, delineou-se uma tendência à relativa estabilização do número de aldeamentos existentes em Pernambuco, Itamaracá, Ceará e Rio Grande. Ainda que nove tenham, aparentemente, desaparecido ou sido unificados a outros, pelo menos 13 foram fundados nos sertões destas quatro capitanias, de modo que em 1729 cada uma contava com um aldeamento a mais que em 1701. Neste período, verifica-se modesta expansão da atividade das ordens missionárias nos aldeamentos dos sertões. Dos 52 existentes em todo o território do Bispado, 21 eram administrados por sacerdotes seculares e dois não tinham missionário que residisse permanentemente. Os 28 restantes distribuíam-se entre os Beneditinos (2), Capuchinhos Italianos (7), Carmelitas Reformados (3), Carmelitas Observantes (2), Franciscanos (6), Jesuítas (4) e Oratorianos (4). Isso significa que ao menos dez aldeamentos dos que eram administrados por padres seculares em 1701 passaram às mãos de regulares em 1729, ao passo que três percorreram o caminho inverso.

Nos vinte anos seguintes, ocorre uma maior expansão das ordens missionárias na administração dos aldeamentos indígenas. Basta dizer que dos 53 aldeamentos listados na

⁷⁶ Pires, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no nordeste colonial*. Recife: FUNDARPE. 1990. p. 31.

⁷⁷ Como ocorreu com a Aldeia de Nossa Senhora das Montanhas no Ceará ou com a de Goveyra no Rio Grande. Igualmente, alguns aldeamentos do Sertão do Rodelas, antes administrados por Capuchinhos Franceses, como os das Ilhas de São Pedro e da Árvore, não sobreviveram à expulsão da ordem, em 1705. Outros, como os do Brejo, Aricobé e Araipé, administrados por padres seculares, não sobreviveram até a década de 1730, talvez pela distância com que se encontravam dos núcleos litorâneos de colonização. Em contrapartida, ao menos seis do rio São Francisco foram assumidos por Capuchinhos Italianos, sendo dois dos quais eram pertencentes aos capuchos franceses e outros quatro que antes permaneciam sob a administração de sacerdotes do hábito de São Pedro

Informação da Capitania de Pernambuco, apenas oito eram administrados por seculares e cinco não tinham missionário permanente. Os quarenta restantes, passaram ou permaneceram sob a administração de regulares. Os impactos são particularmente visíveis no Ceará. Em 1729, nove dos dez aldeamentos da capitania eram administrados por sacerdotes seculares e apenas o da Serra do Ibiapaba permaneceu sob a tutela dos Jesuítas. Vinte anos mais tarde, duas missões administradas por seculares foram extintas ou incorporadas a outros aldeamentos, e um novo foi fundado sob os cuidados dos capuchinhos italianos. Além disso, os Jesuítas assumiram quatro aldeamentos antes administrados por seculares, nomeadamente os de Caucaia, Paiacú, Parangaba e Paupina. Situação semelhante ocorre na Paraíba, onde, em 1729, os seculares respondiam pela administração de metade dos aldeamentos e nas duas décadas seguintes, tutelavam apenas a Aldeia de Campina Grande, passando as de Boa Vista e Panaty aos Carmelitas Descalços e a Aldeia do Brejo aos Capuchinhos italianos. Os Beneditinos mantiveram as duas aldeias que administravam nas redondezas da cidade, a saber, as de Iacoca e Utinga, assim como os Carmelitas Reformados que mantiveram as da Preguiça e de São Miguel, ambas na freguesia de Mamanguape.

No Rio Grande e em Itamaracá, a presença das ordens regulares mantém-se estável, ainda que com algumas mudanças. Na relação de 1749, os Jesuítas aparecem com dois dos três aldeamentos que administravam no Rio Grande vinte anos antes, entregando a Aldeia do Apodi aos Carmelitas Descalços (terésios). Já a Aldeia de Gramació foi mantida pelos Carmelitas da Reforma durante todo este período. Só aldeia do Mibipu, antes administrada por um secular, passou às mãos dos Capuchinhos. Em Itamaracá, os Carmelitas mantiveram-se à frente da Aldeia do Siri, à qual já administravam desde a segunda metade do século XVII, e os Oratorianos a de Aratagui, na freguesia de Taquara, já administrada por esta ordem em 1729.

Em Pernambuco, o equilíbrio entre administração regular e secular parece ter se definido ainda no primeiro quartel do século XVIII, já que dos 23 existentes em 1729, apenas cinco eram administrados por padres seculares, e dos 25 relacionados em 1749, apenas quatro. Dos 13 aldeamentos criados por D. Francisco de Lima nos sertões, em 1701, e que eram administrados por sacerdotes do Hábito de São Pedro, ao menos oito passaram às ordens regulares até o ano de 1729, nomeadamente aos Capuchinhos Italianos e aos Franciscanos. De resto, os Capuchinhos Italianos e os Franciscanos tendem a afirmar-se como as ordens com maior expressividade durante todo o período, principalmente no Rio São Francisco⁷⁸. Os padres

⁷⁸ Os primeiros, não só mantiveram os seis aldeamentos assentados nas ilhas do São Francisco, em 1729, mas granjearam um sétimo, em Araripé. Já os Franciscanos mantiveram sua antiga presença na Aldeia de Santo Amaro nas Alagoas por todo o período tratado, amealhando, em data anterior a 1729, os quatro aldeamentos mencionados e um quinto, a Missão Nova do Brejo, perto de meados do século XVIII.

da Congregação do Oratório de São Felipe Neri mantiveram as antigas aldeias do Ararobá e da Escada, existentes desde o século XVII, e obtiveram uma terceira, a do Limoeiro, nos limites com a Capitania de Itamaracá. Os Carmelitas mantiveram a administração da Aldeia de Una até meados do século. Os Jesuítas, cuja presença era incipiente nos aldeamentos de Pernambuco, ganharam o de Nossa Senhora do Ó, no sertão do Rio São Francisco, gerido por seculares em 1729.

Mas, qual o peso da população aldeada em cada Capitania? Em 1763, logo depois da implantação do Diretório, um levantamento refere 26.047 almas, população que, na altura, representava 22% de uma população de 117.180 almas⁷⁹. Indispomos de levantamentos semelhantes para períodos anteriores, pois as relações dos aldeamentos indígenas nem sempre informam a quantidade de pessoas a residir em cada um. Além disso, a unidade de contagem populacional mais usual, leva em conta o número de “casais”, o que não permite uma contagem exata da população. O mesmo levantamento refere que existiriam 6.327 casais nos vinte e cinco aldeamentos de Pernambuco, o que nos permite apresentar uma estimativa hipotética de pouco mais de quatro pessoas por cada casal. O primeiro levantamento data de 1729 e lista apenas treze dos vinte e quatro aldeamentos de Pernambuco, e não refere informações para onze que estavam localizados nas ribeiras e nas ilhas do Rio São Francisco. Ainda assim, ele apresenta distinções importantes entre as capitanias e é com base nessas considerações que apresentamos o total de aldeamentos e de casais referidos em cada capitania na tabela abaixo, bem como uma média de casais por aldeamento e, com efeito, uma estimativa deste quadro humano em 1729.

Tabela 10. Estimativa da população aldeada no Bispado de Pernambuco em 1729⁸⁰

	Aldeamentos Referidos	Casais	Média	População Estimada*
Pernambuco	13	748	58	3074
Itamaracá	2	160	80	658
Paraíba	10	555	56	2281
Rio Grande	6	442	74	1817
Ceará	10	1037	104	4262
Total	41	2942	72	12092

Os dados sugerem algumas diferenças interessantes entre as capitanias. A primeira é que a população ameríndia parece proporcionalmente maior nas capitanias da Paraíba, Rio Grande e Ceará do que em Pernambuco e Itamaracá. Por outro lado, indicam padrões de organização diferentes. A população aldeada em Pernambuco estava mais dispersa do que nas

⁷⁹ BNRJ, 03, 01, 038. Mapas estatísticos de Pernambuco, 1763.

⁸⁰ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 39, D. 3479 (anexos)

* Estimativa calculada com base em referência posterior, que leva em conta 4 pessoas por casal.

restantes capitanias, de modo que fora os aldeamentos do Rio São Francisco, e à exceção dos dois aldeamentos do Ararobá e de Pirassinunga, que contavam com 150 e 200 casais, respectivamente, todos os restantes terão entre um mínimo de 17 e um máximo de 61 casais. Este último, nas cabeceiras de Sirinhaém, era, de acordo com a mesma fonte, era a aldeia em que residia o próprio Governador dos Índios que retirara casais de outras aldeias para o seu próprio serviço⁸¹. Em Itamaracá, a desproporção também é grande entre os dois aldeamentos, pois se o Aldeamento do Siri tinha 40 casais, o do Aratogui, sob a administração dos oratorianos, 120. Nas outras capitanias a concentração parece ser maior, de modo que apenas dois aldeamentos na Paraíba e um no Ceará terão menos de quarenta casais. O maior de todos encontrava-se na Serra do Ibiapaba e contava com 280 casais. Nesse sentido, nas capitanias secundárias, onde há menos vilas e freguesias, os aldeamentos representam uma estrutura importante para a ocupação e integração dos espaços na monarquia.

Em resumo, entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, o processo de ampliação da conquista territorial foi acompanhado por uma tendência geral de crescimento dos núcleos populacionais em todas as Capitanias do Norte do Estado do Brasil, ainda que os maiores permanecessem no litoral. Na virada do século e a seguir à da Guerra dos Bárbaros, este crescimento foi acompanhado de um esforço cada vez maior na organização da atividade missionária nos sertões. Neste processo, as ordens regulares assumiram papel cada vez maior na administração dos aldeamentos fundados entre finais do século XVII e meados do XVIII, substituindo, em larga medida, o clero secular.

4.2. A Administração Local

O crescimento dos núcleos populacionais deveria ser acompanhado, ao menos em teoria, pelo adensamento da malha político-administrativa. Mas há que se questionar, efetivamente, os modelos e as características assumidas por estas estruturas em cada espaço. Descrita a composição do cenário populacional das Capitanias do Norte entre meados do século XVII e meados do XVIII, passamos agora a analisar os correspondentes modelos de governo local. As configurações da distribuição territorial destes modelos remontam, naturalmente, ao período da administração donatarial, mas também resultam de algumas modificações promovidas durante os anos da administração da WIC ou das urgências da guerra holandesa – tanto na fase de Resistência (1630-1637) quanto na Restauração (1645-1654).

⁸¹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 39, D. 3479.

4.2.1. Câmaras

O modelo de governo local mais importante da monarquia portuguesa está institucionalizado nas câmaras. No espaço das Capitanias do Norte, tal como no reino⁸², o poder camarário configura-se de forma assimétrica, tanto no que toca à distribuição espacial da malha concelhia quanto no que reporta aos recursos e à variedade de competências de cada edilidade.

De início, poderíamos sugerir que há a multiplicação de vilas e, consequentemente de Câmaras, é lenta e marcada por alguma contenção. No período donatário, esta faculdade era da competência dos capitães-donatários que, em Pernambuco, criaram as seis primeiras vilas⁸³. As vilas de Olinda e Igarassu foram fundadas nos anos iniciais da conquista e suas respectivas câmaras já se reuniam em data próxima a 1537⁸⁴. A terceira vila foi a de Sirinhaém, fundada quase cem anos depois em 1626⁸⁵. Antes disso, o modelo de administração local adotado era o das Alcaidarias-Mores, replicado também em Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo, que não tiveram o estatuto de vilas até a invasão holandesa, em 1636, quando o quarto donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, ao assentar os arraiais da resistência naquelas paragens, elevou-as simultaneamente⁸⁶. Mas, ao que parece, estas vilas não chegaram a ter câmaras e, logo no ano seguinte, foram tomadas pelos holandeses.

Consolidada a conquista de Pernambuco pelos neerlandeses, o conselheiro Adriaen van der Dussen relatou ao Conselho dos XIX, em 1638, que a Capitania se dividia em quatro jurisdições, Olinda, Igarassu, Sirinhaém, cada uma com sua respectiva Câmara, e a quarta jurisdição “que nunca teve câmara” era “dirigida *pro libitu* do mais poderoso do lugar, começa ao sul da jurisdição de Sirinhaém e se estende até o Rio de São Francisco”⁸⁷. Mesmo que encare o Sul de Pernambuco como uma única jurisdição, ele distingue quatro espaços: “Penedo, Alagoa do Sul, Alagoa do Norte (cada uma com uma povoação ou aldeia), e povoação do Porto do Calvo”⁸⁸. Em toda elas, os neerlandeses estabeleceram Câmaras de Escabinos, sendo este o primeiro modelo de administração corporativa com o qual as três vilas do sul tiveram contato. Contudo, como demonstrou Fernanda Luciani, os *escabinos* do Brasil Holandês não refletiam

⁸² Cf.: Monteiro, *Elites e Poder...*, pp. 37-82.

⁸³ Carta de Doação da Capitania de Pernambuco. In: *Doações e forais das Capitanias do Brasil 1534-1536*. Coleção Estudos e Documentos. vol.3. Lisboa: IANTT, 1999. p. 13.

⁸⁴ No entanto, José Antônio Gonsalves apresenta dados que contestam a fundação de Igarassu neste período, encontrando referências de finais do século XVI que afirmam não se ter procedido à edificação da vila. Cf. Mello, José Antônio G. de. Albuquerque, Cleonir Xavier. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife: Imprensa Universitária, 1967, p. 21-23.

⁸⁵ AP, vol. 2, p. 22.

⁸⁶ Coelho, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil (1630-1638)*. Recife: Fundarpe, 1944, p. 236. Apud: Luciani, «Municípios e escabinos...» p. 130.

⁸⁷ «Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas...», p. 80.

⁸⁸ «Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas...», p. 80.

em nada a administração municipal das Províncias Unidas, sendo antes uma adaptação das Câmaras portuguesas a um conjunto de exigências normativas colocadas pela administração da Companhia das Índias Ocidentais⁸⁹.

Em cada uma das restantes Capitanias do Norte, com exceção do Ceará, já havia também uma única Câmara. A de Itamaracá estava assentada na Ilha homônima desde o século XVI. A da Paraíba, fora fundada em conjunto com a Cidade, em data próxima a 1585. Se a conquista da Capitania do Rio Grande foi concluída em 1599, sua câmara, a da Cidade do Natal, só começou a se reunir em 1611⁹⁰. Com a evacuação promovida pela resistência durante a invasão holandesa, tais câmaras deixaram de se reunir. Contudo, tendo consolidado o processo de conquista, os neerlandeses empreenderam esforços para o repovoamento dos espaços ao norte de Pernambuco e, já em 1638, os oficiais da WIC lançaram as diretrizes para a instalação das Câmaras de Escabinos em cada uma das capitanias⁹¹.

Ao despoletar da Restauração Pernambucana (1645-1654), o poder municipal foi reativado em algumas partes conquistadas pelos luso-brasílicos⁹² e na altura da capitulação neerlandesa, havia seis vilas em Pernambuco – a saber Olinda, Igarassu, Sirinhaém, Porto Calvo, Alagoas do Sul e Penedo – ao passo que as capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande contavam com apenas uma em cada, e nenhuma no Ceará. Em que pese o processo de expansão territorial e os correspondentes indícios de crescimento populacional verificados nos cem anos seguintes, a contenção para a fundação de novas vilas foi visível.

Assim, entre 1654 e 1759, foram fundadas apenas seis – a saber as de Goiana (1685) em Itamaracá; a do Recife (1709), em Pernambuco; e as quatro do Ceará em Aquiraz (1699), Fortaleza (1726), Icó (1738) e Aracati (1748). É de se supor que as causas para as restrições na fundação de novos municípios estivessem ligadas ao desinteresse das grandes câmaras em perder jurisdição territorial, afinal, nas palavras de Romero Magalhães, “*cada novo concelho era uma amputação a um outro território concelhio*”⁹³. A perda de território consistia em uma limitação “não apenas espacial, mas social e de jurisdição” e acarretava, com ela, a perda das riquezas tributáveis⁹⁴. Com efeito, o desmembramento de todas as seis vilas criadas no pós-

⁸⁹ Luciani, *Municípios e escabinos...*, p. 150.

⁹⁰ Pombo, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Editores Annuário do Brasil - Rio de Janeiro: Renascença Portuguesa – Porto, 1922. p. 56;77. Apud. BARBOSA, Kleyson Bruno C. p. 257.

⁹¹ Luciani, *Municípios e escabinos...*, p. 150

⁹² Já em 1646, os edis de Porto Calvo e de Sirinhaém dirigiram uma petição conjunta ao recém-criado Conselho Ultramarino pedindo socorros de gente, armas e munições para a guerra. AHU, Pernambuco Avulsos, cx. 5, D. 338. e, da mesma forma, a Câmara de Olinda – reunida nas mediações da Várzea – assumiu papel preponderante na mobilização de recursos e mantimentos. Mello, *Olinda Restaurada...*

⁹³ Magalhães, Joaquim Romero. «Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial brasileira». *Revista de história económica e social*. Lisboa, v. 16, 1985. p. 18.

⁹⁴ Magalhães, «Reflexões sobre a estrutura municipal...», p. 18.

restauração ocasionou conflitos de jurisdição ou mesmo armados, como a criação da vila do Recife que, efetivada em 1710, resultou na “Guerra dos Mascates”⁹⁵.

Uma primeira questão quanto à natureza do poder camarário, e que também pode explicar as disputas que envolviam a sua multiplicação, relaciona-se com a sua composição, ou com os grupos sociais que preenchiam os cargos honrosos de todas estas câmaras. Em princípio, inventariar a composição das elites camarárias resulta numa tarefa árida, pois a perda da documentação produzida pelas vereanças na para a maior parte das vilas reflete-se na rarefeita disponibilidade de dados sistemáticos e, por conta disso, ainda não foi – e muito dificilmente será – feito um sólido estudo comparativo de cariz prosopográfico que abarque todas as edilidades das Capitanias do Norte.

A Câmara de Olinda tem sido tradicionalmente caracterizada pela historiografia como um reduto privilegiado para elites ligadas à produção açucareira, assumindo asoberbada importância para a defesa dos interesses deste setor⁹⁶. Nas vilas menores de Pernambuco, como Alagoas do Sul, o perfil social da gente da governança figurava-se mais heterogêneo, pois, além de elementos recrutados nas elites açucareiras, há indicativos que apontam para a participação de lavradores de tabaco e de criadores de gado⁹⁷. Quadro semelhante é apontado por Kleyson Barbosa na Câmara de Natal ou por Gabriel Parente Nogueira na de Aracati, ambas preenchidas por elites sociais com interesses econômicos diversificados, além de, muitas vezes, ramificados nas dinâmicas comerciais⁹⁸. Mesmo com a carência de dados disponíveis, parece acertado prever que a maior parte das câmaras oferecesse oportunidade para a inserção e representatividade institucional das elites nascidas na América e ligadas à produção econômica das respectivas localidades, servindo igualmente como canal de comunicação política com o

⁹⁵ Processo, aliás, já tratado por diversos autores e ao qual não nos reportaremos em detalhe. Para a criação do Recife ver: Barbalho, Nelson. **1710**; Mello, *A fronda...*; Souza, *Elites e exercício de poder...*; Para os conflitos envolvendo a criação da Câmara de Goiana, ver: Barbalho Velez, Luciana de Carvalho. Capitanias de Itamaracá. «Poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742)». Dissertação de Mestrado em História, Departamento em História, Universidade Federal da Paraíba, 2009. Por fim, os do Ceará, ver Nogueira, «A institucionalização do poder...»

⁹⁶ Mello, *A fronda...*, Lisboa, Breno Almeida Vaz. «Uma elite em crise: a açucarocracia de Pernambuco e a Câmara municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII». Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Pernambuco, 2011; Acioli, *Jurisdição e conflitos...*

⁹⁷ Curvelo, O senado da câmara de Alagoas do Sul... p. 97.

⁹⁸ Barbosa, Bruno Kleyson. «A Câmara de Natal e os homens de conhecida nobreza: governança local na Capitania do Rio Grande (1720-1759)». Dissertação de Mestrado. Natal, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017. Nogueira, Gabriel Parente. «Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)». Dissertação de Mestrado. Fortaleza, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, 2010.

Reino, com o Governo-Geral e, como veremos, com os Governadores⁹⁹. Não por acaso, estes grupos sociais apresentaram repetidos requerimentos ao monarca para impedir a entrada de reinóis nos lugares honrosos da república, sendo este o pomo da discórdia que levou ao longo processo de criação da Câmara do Recife para atender aos clamores de seu florescente grupo mercantil ao completo dissabor da antiga açucarocracia olindense¹⁰⁰.

Mesmo os oficiais da Câmara do Recife, tradicionalmente caracterizada como representativa dos comerciantes reinóis radicados na praça, tinham um perfil mais heterogêneo, como demonstram as investigações de George Cabral de Souza. De acordo com ele, as oposições entre senhores de engenho e comerciantes, ou naturais da terra *versus* reinóis, configuram-se como importantes para explicar o processo histórico de fundação desta edilidade, mas não explicam nem o funcionamento nem a caracterização de sua vereança desde o início do século XVIII até à Independência, em 1822. Assim, o perfil da elite camarária que esteve à frente da instituição ao longo do século XVIII não pode ser “simplificado a um esquema binário”¹⁰¹. Pelo contrário, logo na primeira década que seguiu a fundação da Câmara (1710), verifica-se “acordo tácito entre os homens bons do Recife” para que dos quatro oficiais existentes “dois fossem reinóis e dois naturais da terra”¹⁰². Se nas décadas de 1720 e 1730 houve um evidente “predomínio de portugueses” entre os oficiais, “o equilíbrio se recupera na década de 1740 e se mantém durante a de 1750”¹⁰³. Por outro lado, entre as décadas de 1760 e 1820 – período que escapa ao nosso corte cronológico – a situação se inverte completamente e os naturais da terra começam a predominar na ocupação dos lugares da vereança em relação aos reinóis. Em todo caso, se a presença de comerciantes era realmente esmagadora entre os edis, já que aproximadamente 54,46% do total de indivíduos com perfis econômicos identificados ocupavam-se com o comércio, havia também espaço para a presença de senhores de engenho das freguesias rurais e, conseqüentemente, para acomodação dos interesses de ambas as partes.

Ainda no que respeita às origens geográficas dos edis, o caso da Câmara de Natal revela dados interessantes. Assim como aconteceu para a Paraíba no início do século XVII¹⁰⁴, Alveal e Barbosa demonstram que parcela expressiva dos oficiais não eram, necessariamente, naturais da Capitania do Rio Grande. Alguns indivíduos que não alcançavam a devida inserção nas

⁹⁹ Como, aliás, em todo o mundo português. Bicalho, Maria Fernanda B. «As câmaras ultramarinas e o governo do império». Em *O antigo regime nos trópicos*. orgs. Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda B. e Gouvêa, Maria de Fátima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁰⁰ Mello, *Rubro veio...* p.92.

¹⁰¹ A abundância de dados disponíveis para esta Câmara permitiu que Souza construísse um trabalho de profundidade excepcional frente a trabalhos anteriores e posteriores. Souza, *Elites e exercício de poder...*, p. 179.

¹⁰² Souza, *Elites e exercício de poder...*, p. 179.

¹⁰³ Souza, *Elites e exercício de poder...*, p.183.

¹⁰⁴ Cf.: Gonçalves, *Guerras e açúcares...*

câmaras de Pernambuco ou da Paraíba, enxergavam a mudança para o Rio Grande como uma forma de ingressar nas instituições da governança e, assim, alcançar o estatuto de homens bons¹⁰⁵. Avaliando a origem social dos edis entre os anos de 1720 e 1759, Barbosa confirma que parcela substancial dos oficiais da Câmara provinha de fora, já que 46,5% eram naturais da própria Capitania do Rio Grande, ao passo que 25,5% provinham de Pernambuco, da Paraíba e da Bahia e 27% do reino e ilhas atlânticas¹⁰⁶. O caso de Natal serve para ilustrar que as edilidades nem sempre representavam interesses puramente locais ou de um único setor produtivo, podendo representar, pelo contrário, interesses de elites supracapitanias.

Mas, à heterogeneidade apontada entre os componentes das vereanças nas Capitânicas do Norte correspondia, talvez até em maior medida, grande assimetria no poder camarário. A começar no tamanho dos termos que eram geridos por cada uma. Em Pernambuco, apesar de a maior parte das Câmaras ter sede no litoral, quase todas tinham jurisdição mais ou menos dilatada sobre espaços que chegavam a adentrar os sertões. Com tão amplos espaços, a própria demarcação das jurisdições concelhias era precária e, não poucas vezes, deu azo a litígios entre as edilidades. Ilustrativo disso pode ser a atitude do Juiz de Fora de Olinda e Recife que ao ser acionado pela Coroa para fazer as demarcações do tombo e dos bens da Câmara de Olinda, em 1719, chegou à conclusão de que seria tão dificultoso que seria preferível suprimir a demanda do que arcar com o interminável trabalho e enormes custos a ela associados¹⁰⁷.

Sem uma demarcação clara dos distritos de cada uma, a organização eclesiástica acabava por servir de referencial dos termos respeitantes a cada concelho, no sentido de lhes assinalar freguesias. Assim, como mencionamos anteriormente, se a maioria das Câmaras tinha jurisdição sobre o mínimo de uma e o máximo de quatro freguesias, a de Olinda administrava doze freguesias no final do século XVII, incluindo aí o Recife e todo seu casario urbano. Essa distribuição tornava o poder municipal sensivelmente desproporcional entre as câmaras existentes no território da Capitania de Pernambuco, não só na dimensão das jurisdições, mas, igualmente, nas riquezas administradas por cada uma.

O *post bellum* representa, de longe, o ápice do poder da Câmara de Olinda na Capitania de Pernambuco. Não só pela vasta jurisdição territorial, mas pela manutenção de certas competências que adquiriu no decurso da Guerra de Restauração e que lhe conferiam certa jurisdição supramunicipal¹⁰⁸. Dentre estas, é de se ressaltar a administração de certos aspectos

¹⁰⁵ Acresce, de acordo com Alveal, que alguns dos oficiais que serviram na Câmara na segunda metade do século XVII chegavam a possuir sesmarias em outras capitanias Alveal, «Os desafios da governança...», p.41-43.

¹⁰⁶ Barbosa, «A Câmara de Natal e os homens...» p. 71.

¹⁰⁷ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx.30, D. 2768.

¹⁰⁸ Mello, *Rubro veio...*, p.124.

de natureza fiscal, tais como a arrematação dos contratos de impostos que incidiam sobre o Açúcar, sobre o Tabaco e sobre as passagens dos rios e pescarias de toda a Capitania de Pernambuco. Por vezes, estes contratos eram arrematados sob condições obscuras e a preços irrisórios a fim de que o arrematador pudesse auferir substancial margem de lucro em suas arrecadações¹⁰⁹. Certas competências cotidianas tais como o tabelamento dos pesos e medidas de aferição que eram utilizados em toda a Capitania ou a responsabilidade de difusão de informações como regimentos ou até mesmo ordens régias figuram entre suas responsabilidades¹¹⁰. Outra de suas atribuições que impactava sobre as vilas de toda a capitania consistia na interferência sobre a regulação dos preços do açúcar, uma vez que este gênero era enviado para o Reino a partir do porto do Recife e, mesmo aquele que fosse produzido fora da jurisdição de Olinda, tinha que ser levado das outras localidades até ali, para ser tributado e negociado.

Mas, a administração de avultado montante de recursos e subsídios era contrabalanceada com algumas responsabilidades. A principal delas, é que, até o primeiro quartel do século XVIII, a Câmara de Olinda arcou com o pagamento dos soldos dos dois terços de infantaria existentes em Pernambuco. Até mesmo a manutenção dos efetivos nas fortalezas das Capitânicas do Norte, como no Rio Grande, dependia de recursos geridos pela Câmara de Olinda¹¹¹. Da mesma forma, o aprovisionamento de víveres para o sustento das tropas no Ceará foi, em algumas circunstâncias, financiado pela edilidade olindense¹¹². Não faltaram, entretanto, tentativas – fracassadas – de se livrar dos ônus com despesas militares, sem que os edis perdessem, naturalmente, a administração dos recursos respeitantes à Fazenda¹¹³.

Contudo, na virada do século XVII para o XVIII, o poder da Câmara de Olinda começou a ser progressivamente supervisionado e depois cerceado, quando a Coroa tentou exercer um controle maior sobre as finanças da edilidade, fazendo com que as contas fossem apresentadas anualmente pelo Tesoureiro¹¹⁴. Um segundo golpe, como já mencionamos, foi a criação da vila do Recife, que não só lhe amputou a parte mais urbanizada do concelho mas, igualmente, três das mais ricas e populosas freguesias – Muribeca, Cabo e Ipojuca. Por fim, em 1727, as competências ligadas à administração da arrematação dos contratos mais importantes foram transferidas à administração da Provedoria da Real Fazenda de Pernambuco que, doravante,

¹⁰⁹ Lisboa, «Uma elite em crise...», 2012.

¹¹⁰ Curvelo, «O Senado da Câmara de Alagoas do Sul...» p. 116.

¹¹¹ Alveal, «Os desafios da governança...»

¹¹² AUC, Coleção do Conde dos Arcos, Cód. 31, fl.288.

¹¹³ Acioli, *Jurisdição e conflitos...*, p. 70

¹¹⁴ Andrade, *Montebelo, os males e os mascates...*, p.113.

também assumiu responsabilidade pelo pagamento das tropas de primeira linha e diversas outras despesas, incluindo o ordenado dos Governadores e mais ministros¹¹⁵. Não obstante a redução de seus poderes, a elite açucareira continuou a utilizar o espaço da Câmara para materializar seus interesses e, com efeito, atuar como grupo de pressão junto à Coroa¹¹⁶.

Nas capitanias ao norte de Pernambuco, o poder camarário configura-se de maneira diversificada a depender do contexto. Mesmo que tivessem o mesmo número de freguesias que as menores vilas de Pernambuco, as vereanças de Natal e da cidade da Paraíba representaram as únicas de suas respectivas capitanias até a implementação do Diretório dos Índios, em 1759. Kleyson Barbosa considera que a ausência de qualquer autoridade régia com residência permanente no Rio Grande conferia poderes alargados à Câmara de Natal que exercia, localmente, centralidade para todo o território da capitania por representar um dos poucos componentes de sua arquitetura institucional¹¹⁷. Em termos meramente comparativos, talvez a Câmara da Paraíba não tivesse centralidade tão assinalável para o território da capitania quanto a de Natal para a do Rio Grande, afinal, contava com um magistrado régio residindo na Cidade desde 1687¹¹⁸. No Ceará, a hegemonia da câmara de Aquiraz foi breve, durante pouco mais de um quarto de século, já que a vila de Fortaleza, segunda da Capitania, foi criada em 1726.

Em Itamaracá, como já referimos, a situação é bastante mais complexa. A única Câmara da Capitania reunia-se na Ilha homônima de forma permanente até o ano de 1685, quando foi transferida para a nova vila de Goiana. Em outras palavras, a criação da nova vila não implicou a criação de uma nova Câmara, mas apenas a transferência da que já existia em funcionamento na freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Em 1709, ocorreu uma cisão e Itamaracá passou a ter, por determinação régia, duas câmaras, uma em Goiana e outra na Ilha, a de Nossa Senhora da Conceição. Com o fim da Guerra dos Mascates (1710-1711), de acordo com Luciana Velez, tanto Goiana quanto Nossa Senhora da Conceição mantiveram o estatuto de vila, apesar de só haver uma única vereança que se reunia alternadamente entre as duas casas de câmara existentes em uma e na outra parte¹¹⁹. A perda dos papéis originais dos poderes camarários nos impede de testar a solidez desta informação que, entretanto, pode ser confirmada em fontes alternativas. Como veremos, **depois de 1715**, há apenas três disposições dirigidas à “câmara de Itamaracá”

¹¹⁵ Mello, *Rubro veio*, p. 124; Lisboa, Breno. «Poder local e arrecadação de impostos na América Portuguesa: a administração de contratos pela Câmara Municipal de Olinda (1690-1727)». *Revista História*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2014. p.19-41,

¹¹⁶ Cf.: Lisboa, «Uma elite em crise...».

¹¹⁷ Barbosa, «A Câmara de Natal e os homens...». p. 240.

¹¹⁸ Paiva, Yamê. «Justiça e poder na América Portuguesa: Ouvidores e administração da justiça na comarca da Paraíba (c.1687-c.1799)». Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2019. Capítulo 2. A Capitania da Paraíba em diacronia (1585-1799): conquista, ocupação, poderes e jurisdições. *Work in progress*.

¹¹⁹ Velez, «Capitania de Itamaracá...», p. 107.

em toda a coleção das *Disposições dos Governadores*. Em duas delas, datadas de 1716, D. Lourenço de Almeida reporta-se explicitamente aos “Oficiais da *Câmara* da Vila de Goiana e Itamaracá”¹²⁰, no singular e não no plural. A terceira, data de 1727, Duarte Sodré refere-se aos “senhores oficiais da *Câmara* de Itamaracá”, sendo esta a única carta endereçada desta maneira. Outras oito, entretanto, são direcionadas especificamente à *Câmara* de Goiana¹²¹. Isso nos leva a crer que eventuais menções à “*Câmara* de Itamaracá” na correspondência dos governadores, fizessem referência não a uma câmara instalada na ilha homônima, mas à **única** câmara da Capitania, instalada em Goiana.

Com efeito, mesmo que complexa, a malha concelhia nas Capitânicas do Norte tinha uma abrangência quase que inteiramente limitada às praças litorâneas, com a exceção de duas das quatro Câmaras do Ceará que estavam metidas no sertão. Por outro lado, as configurações do poder concelhio eram, na América, muito distintas das do reino de Portugal, caracterizado pela “miniaturização” do espaço político¹²², e por uma quantidade extraordinária de concelhos. No espaço americano ocorre exatamente o inverso, pois havia, comparativamente, poucas vilas para um território vasto e de fronteira aberta¹²³.

Assim, uma vez que havia um número elevado de freguesias para uma quantidade reduzida de vilas – e, conseqüentemente, de Câmaras – parece acertado prever que a malha paroquial assumisse importância mais alargada na América do que no Reino para a territorialização do poder político. Além dos párocos, via de regra e em conformidade à composição da matriz institucional, cada freguesia dispunha de representantes das autoridades judiciária e militar. A primeira estava investida em Juizes de Vintena e a segunda, detida por Capitães-Mores da Ordenança. A estes dois, é de se acrescentar um terceiro e um quarto, poder que, via de regra, apresentam-se como variantes locais da matriz institucional do reino. O primeiro, representa o dos “juizes ordinários” ou “julgados” que, apesar do nome, atuavam fora das câmaras. O segundo, é o dos Coronéis da Ordenança que, em circunstâncias excepcionais, principalmente nos sertões, chegavam a assumir o comando militar de algumas freguesias de maior importância ou de “distritos” em lugar dos capitães-mores. Ambos os cargos representam soluções, ou respostas, dos poderes institucionais aos enormes desafios colocados pela distância ou pela dispersão populacional sobre vastos territórios. Nas linhas que se seguem tratamos brevemente de cada um deles

¹²⁰ AUC, CA, Cód. 32, fl. 205 e 257v.

¹²¹ AUC, CA, Cód. 32, fls. 67, 79, 78v, 199v, 205v, 388, 598v.

¹²² Hespanha, *As vésperas do Leviathan...*, p.90.

¹²³ Monteiro, Frágoso, «Introdução» em *Um reino e suas repúblicas no atlântico...*, p. 17.

4.2.2. O Juízes de Vintena e os “Juízes Ordinários”

De acordo com as Ordenações Filipinas, as nomeações para o cargo de Juiz de Vintena deveriam ser feitas anualmente pela Câmara com jurisdição sobre uma freguesia com número superior ao de vinte vizinhos¹²⁴. Assim como no reino, estes cargos jamais foram preenchidos por magistrados letrados ou de carreira e sim por pessoas principais dos lugares¹²⁵. As ordenações conferiam-lhes alçada sobre causas pequenas, de até 400 réis, sem direito a apelação ou agravo “nem abrir processo”, competindo-lhes “conhecer e decidir, verbalmente, das contendas entre os moradores de sua jurisdição”¹²⁶. Decidindo as causas verbalmente, é difícil retrair a atuação destes juízes por não terem deixado, em sua maior parte, documentos¹²⁷.

Tidos como oficiais de menor importância na estrutura administrativa do Reino, é certo que, na América, os Juízes de Vintena tinham um maior relevo. De início, se as freguesias existentes no espaço das Capitanias do Norte ultrapassavam, e muito, a marca dos vinte vizinhos, consequentemente, alguns juízes de vintena, como os do Cabo ou de Jaboatão, atendiam circunscrições com mais de 4871 e 7344 pessoas de comunhão, respectivamente, em meados do século XVIII¹²⁸. Dada a sua relativa importância, há indícios de que, em meados de setecentos houvesse, além de um Juiz, um Escrivão de Vintena em cada uma das freguesias existentes no território em questão, sendo este responsável por despachar os processos¹²⁹.

Tendo as Câmaras jurisdição sobre territorialidades tão vastas, estes juízes atuavam, por vezes, como intermediários do poder municipal nas freguesias. Na Capitania do Rio Grande, onde só havia uma Câmara, estes juízes serão acionados como interlocutores locais da edilidade, sendo nomeados não apenas para as freguesias, mas, igualmente para as ribeiras distantes da sede do concelho. De acordo com Barbosa, a Câmara proveu homens para servir em onze lugares diferentes, apesar de o Rio Grande ter apenas três freguesias¹³⁰.

Outra diferença diz respeito ao tempo de provimento. Em algumas freguesias das vilas menores de Pernambuco, é comum encontrar variantes no cumprimento das normas que

¹²⁴ Pires, Maria do Carmo. «As Câmaras Municipais e as Freguesias: o poder vintenário». Em. *Administrando impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. orgs. Gonçalves, Andréa Lisly; Chaves, Cláudia Maria Das Graças e Venâncio, Renato Pinto. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 270.

¹²⁵ Hespanha, As vésperas do Leviathan..., p. 104.

¹²⁶ Salgado, *Fiscais e meirinhos*..., p. 131.

¹²⁷ Há, naturalmente, exceções, como os Juízes de Vintena de Minas Gerais. Vide: Pires «As Câmaras Municipais e as Freguesias», p. 104.

¹²⁸ Em data próxima a 1749, havia perto de 1000 fogos na freguesia do Cabo e, de acordo com a *Informação da Capitania de Pernambuco*, 4871 pessoas de comunhão. ICP, p. 411.

¹²⁹ ICP, p. 468. Ao fim de uma relação dos ofícios existentes em Recife e Olinda, consta que além dos oficiais de justiça e fazenda existiria “juiz e escrivão de vintena que há em cada freguesia do termo delas que provém as câmaras a que pertencem”.

¹³⁰ Barbosa, «A Câmara de Natal», p. 269.

ditavam a rotatividade anual dos indivíduos e localizar alguns que retiveram a posição por longos anos ou até vitaliciamente. É o caso, por exemplo, de João da Costa Viana, Juiz de Vintena na freguesia da Lagoa do Norte. Em 1670, Viana foi apenas confirmado pelos edis da Câmara de Alagoas do Sul por “haver tempo que serve o dito cargo com muita satisfação de tudo o que foi encarregado perante nós como nossos antepassados por ser muito auto e suficiente e fiel e verdadeiro”¹³¹. Entre os anos de 1668 e 1681, esta foi a única nomeação formal para a ocupação do cargo feita nesta Câmara.

Com maior alçada do que os Juízes de Vintena, existiam “Juízes Ordinários”, também chamados de “julgados”, em algumas freguesias ou distritos distantes. De acordo com Yamê Paiva, os julgados possuíam a mesma alçada que os Juízes Ordinários regularmente eleitos pelo sistema de pelouros nas câmaras, chegando ao ponto de, em algumas localidades mais próximas, um dos dois juízes eleitos anualmente servir numa povoação distante da sede do concelho¹³². Já Romero Magalhães, citado pela autora, considera que foi este um procedimento pontual e que atendia “áreas de fronteira” e de “expansão ainda incerta”¹³³.

O perfil desses juízes, aproximava-se mais do de homens com reconhecida autoridade e certa capacidade de mando, de modo que grande parte também servia nas ordenanças. Em certas circunstâncias, os próprios capitães-mores das ordenanças que comandavam as freguesias, acumulavam suas funções com as de Juízes Ordinários, “conciliando, portanto, o braço militar e o da justiça num mesmo indivíduo”¹³⁴.

Paiva identificou a criação de nove julgados nos sertões das Capitanias do Norte entre 1700 e 1759, três na Capitania de Pernambuco (Rodelas, Ararobá e Rio Grande do São Francisco do Sul), dois na Paraíba (Piancó e Cariris de Fora), um no Rio Grande (Ribeira do Açu e Apodi) e três no Ceará Grande (Jaguaribe, Acaraú, Cariris Novos)¹³⁵. Todos atuavam em locais longínquos e apartados das câmaras das capitanias em que se encontravam, sendo, portanto, um mecanismo adotado para se vencer distâncias que se levavam dias para percorrer. Sua seleção recaía ou sobre a Câmara mais próxima ou, no caso dos três de Pernambuco, sobre o Governador da Capitania. No caso do julgado do Rio Grande de São Francisco do Sul, o Governador-Geral também poderia intervir. Para cada um destes oficiais existia um escrivão próprio.

¹³¹ Segundo Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul (1668-1680). Arquivo do IHGAL – 00007-01-02-02. fl. 30v.

¹³² Paiva, «Justiça e Poder...», p. 41.

¹³³ Magalhães, Joaquim Romero, *Concelhos e organização municipal na Época moderna*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 161-162.

¹³⁴ Paiva, «Justiça e poder...», p. 42.

¹³⁵ Paiva, «Justiça e poder...», p. 42.

4.2.3. Capitães-Mores e Coronéis da Ordenança

No espaço americano, os Capitães-Mores da ordenança assumiam uma variedade mais alargada de competências do que seus equivalentes no Reino e, com efeito, tinham poderes mais significativos do que aqueles que lhes eram delegados pelo Regimento de 1570¹³⁶. Além do controle sobre os mecanismos de alistamento da população e da obrigação de fazer exercícios militares, estes Capitães eram recorrentemente solicitados para a divulgação de Bandos dos Governadores, para a prisão de criminosos, para a condução de madeiras e gêneros de subsistência até os principais portos, para a cobrança dos donativos nos sertões e para a mobilização dos produtores locais nas épocas de carregamento das frotas. Além disso, em localidades distantes, onde não havia Câmara, os capitães-mores poderiam ser as únicas autoridades localmente reconhecidas para além de juízes de vintena ou ordinários. Via de regra, estes homens não recebiam soldos, devendo sustentar-se às próprias custas, razão de serem escolhidos entre as pessoas mais ricas, poderosas e “autorizadas” dos lugares.

No Reino, o regimento de 1570 designava o “Alcaide-Mor” ou o “Senhor da Terra” residente para servir de Capitão-Mor, e nos lugares onde estes não existissem, seriam eleitos pelas Câmaras. De acordo com Joaquim Romero Magalhães, esta responsabilidade teria alargado o poder das edilidades no que concerne ao governo das armas nos respetivos concelhos, de modo que passaram a exercer o efetivo controle sobre as vias de acesso ao posto, algo que lhes daria, localmente, alguma primazia entre os protagonistas do poder local¹³⁷. Mas, no espaço americano ou, ao menos, em Pernambuco, os arranjos do poder local entre os capitães-mores e as câmaras assumiam diferentes configurações, pois o provimento daqueles se dava não por estas, mas diretamente pelos Governadores da Capitania¹³⁸.

O grau de arbitrariedade dos Governadores na seleção de homens para o posto é plenamente discutível, uma vez que há registo de cartas dirigidas às edilidades requerendo o envio de listas tríplices com possíveis candidatos¹³⁹. Nestas situações, governadores como Jerônimo de Mendonça Furtado, deixavam explícito que, para as companhias da Ordenança, fariam eles os provimentos “sem mais dependência que a informação” das Câmaras “sobre os merecimentos e qualidade dos sujeitos que me propuserem para elas, por ser jurisdição que

¹³⁶ Magalhães, *Concelhos e organização municipal...*, p.20-21.

¹³⁷ Magalhães, *Concelhos e organização municipal...*, p.20-21.

¹³⁸ Esta faculdade lhes era garantida pela vigésima cláusula do Regimento em que se estabelece o seguinte: “Provereis os postos milicianos das Ordenanças de vosso governo e seu distrito nas pessoas mais idôneas e capazes, sem dependência do Governador do Estado, e os providos mandarão tirar a este reino dentro em seis meses a confirmação por mim, como está disposto”. ICP, p. 124.

¹³⁹ AUC, Cód. 31, fl. 152, 181v; BNP, PBA 115, fl. 179.

tiveram meus antecessores”¹⁴⁰. Ressaltada a dependência por **informações**, a atitude de Mendonça Furtado – seguramente repetida por diversos sucessores – isentava as Câmaras de qualquer autoridade sobre o ato da nomeação dos Capitães-Mores, ainda que este se resumisse a confirmar um dentre os três apontados pelas vereanças. Mas há indícios de que a consulta às Câmaras nem sempre era feita. Em 1664, o mesmo Mendonça Furtado nomeou um Capitão para a vila de Porto Calvo sem consulta à Câmara, resultando em queixas por parte da edilidade¹⁴¹. O mesmo ocorreu em 1715, quando a Câmara das Alagoas protestou contra a nomeação de Antônio Álvares Bezerra para o posto de Capitão-Mor da Vila, feita por D. Lourenço de Almeida sem consulta prévia¹⁴². Em todo caso, a necessidade de confirmação dos postos locais da ordenança junto ao Governador, tornava imperativa a necessidade para a negociação de posições de autoridade em circuitos de poder com amplitude regional e que excediam o mero universo político municipal.

Não estando diretamente vinculados à autoridade concelhia, os Capitães-Mores andavam constantemente em conflitos de jurisdição com as edilidades, situação, aliás, também verificada no Reino¹⁴³. Mas, há repetidas queixas das Câmaras de toda a Capitania dirigidas aos Governadores contra estes capitães ao longo de todo o século XVII. Em 1689, Belchior Ramires de Carvalho, desembargador sindicante, informou ao Conselho Ultramarino que em sua visita recebeu copiosas queixas contra os Capitães-Mores, que tentavam cotidianamente usurpar jurisdições camarárias e dos juízes ordinários, “fazendo execuções”, “mandando soltar os presos dos Juízes e obrando muitos outros excessos muito escandalosos”, atuando como uns “régulos absolutos, sem haver quem se lhes oponha coisa alguma”¹⁴⁴. Como solução, propôs ao Conselho que os Ouvidores de Pernambuco e da Paraíba se lhes tirassem residências a cada três anos. Como resposta, obteve o parecer de um conselheiro que “se estes capitães-mores têm suas cartas patentes sem delimitação de tempo, e *como em propriedade*, duvido muito que este remédio produza algum efeito”¹⁴⁵. De acordo com o parecer, se dizia que o cargo era exercido no tempo “como em propriedade”, isto é, em semelhança aos cargos cedidos em propriedade. Mas, formalmente, pelo Regimento de 1570, o cargo era de provimento trienal. Não obstante, ao longo da segunda metade do século XVII, é comum ver situações semelhantes em que

¹⁴⁰ AUC, Cód. 31, fl. 152. Carta à Câmara das Alagoas.

¹⁴¹ AUC, CA, Cód. 31, fl. 209

¹⁴² AUC, CA, Cód. 32, fl. 200v.

¹⁴³ Monteiro, Nuno G. (coord.). «A sociedade local e seus protagonistas». Em: *História dos Municípios e do Poder local em Portugal*. dir. Oliveira, César. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p.48.

¹⁴⁴ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 15, D. 1485, fl. 1.

¹⁴⁵ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 15, D. 1485, fl. 1.

indivíduos se perpetuavam por longos anos no posto, alguns, inclusive, vitaliciamente¹⁴⁶. Em 1699, por exemplo, a Câmara de Alagoas do Sul peticionou ao Conselho Ultramarino contra os “insultos e as potências que de contínuo experimentam” seus moradores, por “serem os capitães-mores de propriedade, o que não se conseguiria se fossem de triênio e a estes se lhes tirassem residência”¹⁴⁷. Desta vez, a resolução final – que considerou um parecer do então Governador de Pernambuco – resolveu ser conveniente fazer estas residências trienais pelos Ouvidores¹⁴⁸.

Entretanto, as menções à realização de residências sobre o mandato dos capitães-mores só começaram a aparecer mais vigorosamente alguns anos mais tarde e, principalmente, durante o mandato de Félix José Machado (1711-1715). Entre 1713 e 1714, Félix Machado ordenou aos Ouvidores de Pernambuco e das Alagoas que tirassem residências de quase todos os Capitães-Mores¹⁴⁹. Com efeito, a partir da década de 1710, passou a haver uma observância mais estrita ao critério do provimento trienal, algo que reflete a tentativa de controle mais rigoroso por parte dos governadores sobre a perpetuação dos homens nestes postos.

A importância alargada dos Capitães-Mores na América pode ser também dimensionada pelo tamanho dos distritos dos quais estavam encarregados. Ao contrário do que preconizava o Regimento das Ordenanças de 1570, a presença destes oficiais não se limitava às vilas e às cidades, mas, estendia-se a algumas freguesias de maior importância¹⁵⁰. Por conseguinte, nem sempre é fácil quantificar as “capitanias-mores” de Pernambuco ao longo do tempo, já que alguns capitães-mores tinham jurisdição sobre mais de uma freguesia como, por exemplo, João da Fonseca, nomeado como Capitão-Mor da Alagoa do Norte e da Alagoa do Sul¹⁵¹ em 1672 ou João de Sá e Albuquerque, Capitão-Mor de Santo Amaro de Jaboaão e da Muribeca em 1685¹⁵². Em 1711, haveria sete vilas na Capitania de Pernambuco, mas, em princípio, dezoito

¹⁴⁶ Curvelo, «O senado da Câmara», p. 190-191. Situação também verificada por Nuno Monteiro para as ordenanças do Reino. Monteiro, «A sociedade local e seus protagonistas...» p. 48.

¹⁴⁷ AHU, Pernambuco Avulsos, cx. 18, d. 1829, fl. 1v. (25 de setembro de 1700).

¹⁴⁸ AHU, Pernambuco Avulsos, cx. 18, d. 1829, fl. 1v. (25 de setembro de 1700).

¹⁴⁹ BNP, PBA, 115, fl. 173. Na Comarca das Alagoas, apenas o Capitão-Mor de Penedo ficou isento das residências, ao passo que os outros como “José de Barros Pimentel da vila do Porto Calvo e Sebastião Dias Maneli da vila das Alagoas tem servido e estão servindo as suas ocupações de capitães-mores há muitos anos contra as ordens de Sua Majestade”. A mesma ordem se passou ao Ouvidor de Pernambuco, para suspender e tirar residências aos Capitães-Mores “Antônio da Silva Pereira, da vila de Igarassu, Jerônimo César de Melo, da Freguesia de Maranguape, José Camelo Pessoa, da Freguesia da Várzea, Lourenço Cavalcanti Uchoa, da Freguesia de São Lourenço, Cristóvão Paes Barreto da Freguesia do Una, Antônio de Sá e Albuquerque da Freguesia da Muribeca” por servirem as suas ocupações de Capitães-Mores a muitos anos, em contrariedade ao regime trienal estabelecido por ordens régias. Nos anos subsequentes, as ordens para a realização de residências tomavam dirigir-se, via de regra, sobre um único indivíduo.

¹⁵⁰ Tampouco no reino há coincidência entre a quantidade de vilas e de capitanias-mores da ordenança. Cf.: Monteiro «A sociedade local e seus protagonistas...»

¹⁵¹ ANTT, CHR, D. Afonso VI. Ofícios e Mercês. Livro 41. fl. 239.

¹⁵² AHU, PE, Cx. 13, D.1347.

capitanias-mores, pois estes não se limitavam às vilas de Igarassu, Sirinhaém, Porto Calvo, Alagoas e Penedo, mas se estenderiam por outras freguesias, a saber: Maranguape, Tracunhaém, Muribeca, Cabo, Ipojuca, Una, Santo Amaro de Jaboaão, São Lourenço da Mata, Várzea, Ararobá, Rodelas e São Miguel das Alagoas¹⁵³.

Dado interessante é que não encontramos menção à existência de Capitães-Mores de Olinda ou do Recife antes do mandato do Governador Henrique Luís Pereira Freire (1737-1746)¹⁵⁴. Este governador foi encarregado de aplicar algumas determinações régias voltadas à padronização das Ordenanças e das tropas Auxiliares¹⁵⁵. A principal destas medidas, encontra-se na Provisão Régia de 01 de abril de 1739, que estipulava a redução do número de postos da ordenança, de modo que “em cada vila não haja mais que um Capitão-Mor com seu sargento-mor e ajudante, e os capitães que forem necessários conforme o número de moradores”¹⁵⁶. Ao que tudo indica, tal resolução foi aplicada com sucesso, pois em um “*Mapa das Guarnições das Cidades e Vilas e seus termos da Capitania de Pernambuco*”, datado de 1746, seu sucessor, D. Marcos de Noronha e Brito (1746-1749), aponta a existência de apenas sete Capitães-Mores em Pernambuco, isto é, um para cada cabeça de município¹⁵⁷. Em resumo, estes dados sugerem a supressão de todos os capitães-mores de freguesias e, aparentemente a criação de dois novos postos, um em Olinda e outro no Recife.

A partir de então, cada freguesia passaria a ser comandada por um Capitão da Infantaria da Ordenança que, nas correspondências dos Governadores, passaram a ser endereçados como “Capitão Comandante” ou “Mandante”. Na prática, se poderia pensar que o facto de estes homens deixarem de arvorar o título de “Capitão-Mor” nada implicaria no papel político-administrativo antes assumido e que eles continuariam a ter a mesma importância nos cenários políticos paroquiais. Contudo, há indícios que apontam o contrário. Em carta dirigida à Coroa em julho de 1746, D. Marcos de Noronha e Brito reportou que seu antecessor deu inteira execução à ordem régia para a redução dos postos militares nas tropas de ordenanças, mas sugeriu, algumas alterações face à situação adversa do cenário político da América, de modo que algumas localidades continuassem a ter Capitães-Mores. O governador começa por aludir que o número de gente de ordenança em cada uma das freguesias da Capitania excedia, e muito, o critério de cem vizinhos estabelecido na ordem régia, de modo que os contingentes variavam

¹⁵³ Numerosas cartas de Félix José Machado foram dirigidas aos Capitães-Mores. Através das circulares, foi possível chegar a este levantamento.

¹⁵⁴ Silva, O miserável soldo...

¹⁵⁵ Silva, O miserável soldo...

¹⁵⁶ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 53, D. 4657.

¹⁵⁷ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 63, D. 5373, fl.1. A saber, os de Olinda, Recife, Igarassu, Sirinhaém, Porto Calvo, Alagoas e Penedo.

entre um mínimo de 132 e o máximo de 572 homens capazes de tomar armas. As freguesias de Pernambuco teriam também “grandes circuitos” e ficariam a “largas distâncias desta praça, como sejam o Rodelas e o Rio Grande de São Francisco”, distantes 150 e 250 léguas, respectivamente, do Recife. Mas, o principal motivo, seria o de que “tem mostrado a experiência que os comandantes não são tão obedecidos nem se executam as suas ordens com a prontidão com que faziam executar os capitães-mores quando os havia”¹⁵⁸. Nesse sentido, propunha ao monarca que seria “conveniente mandar Vossa Majestade que haja nas freguesias capitães-mores, como antes havia” ainda que “no mais se observe a sua real ordem sem se alterar coisa alguma”¹⁵⁹.

Entretanto, as propostas do governador foram indeferidas pelo Conselho Ultramarino com o parecer de que “sem embargo do zelo com que deu esta conta”, não seria conveniente pô-la em execução para se não “abrir exemplo, e com ele se não tornarem a pôr os em menos estimação os cargos das ordenanças no Brasil, os quais devem ser providos nas pessoas principais e de capacidade notória”. Por último, a opção de manter capitães comandantes ao invés de capitães-mores nas freguesias redundaria em benefício dos agraciados, desde que fossem pessoas autorizadas, pois gozariam da “prerrogativa de serem perpétuos e não trienais”¹⁶⁰. Nesse mesmo sentido, uma ordem régia promulgada em 12 de dezembro de 1749, acabaria por estender esta mesma prerrogativa aos Capitães-Mores, cujo período de serviço passou a ser vitalício e não mais trienal¹⁶¹.

Poderíamos, então, entrever que estas determinações promoveram as condições necessárias para efetivação de lugares de autoridade local sobre o espaço das conquistas e que os capitães-mores, ou mandantes, seriam reconhecidos como potenciais representantes do poder local, quer nos espaços em que a sua autoridade convivesse com o poder camarário, quer nas freguesias distantes onde, provavelmente, seriam os protagonistas mais assinaláveis. Em algumas, especialmente nas dos sertões, o peso da autoridade social dos mandantes era compensado pela concessão de patentes superiores, tal como ocorre nas freguesias de Rodelas e São Francisco do Rio Grande do Sul, que são capitânias-mores exercitadas por coronéis¹⁶². Nesta última, o coronel chegou a acumular o posto com o de Juiz Ordinário¹⁶³, além de serem também encarregados pelos governadores pela administração local dos Donativos Régios.

¹⁵⁸ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 64, D. 5439.

¹⁵⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 64, D. 5439.

¹⁶⁰ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 64, D. 5439.

¹⁶¹ Salgado, *Fiscais e Meirinhos...* p. 108. Citando: SCRR, vol.4, pp. 537-8.

¹⁶² AUC, CA, Cód. 32, fls. 320v, 328v, 584v, 587, 600, 606.

¹⁶³ AUC, CA, Cód. 32, fl. 587.

4.3 Administração periférica da Coroa

Sobre a base da administração local, em larga medida decalcada da matriz institucional do reino português que estava, ou não, descrita nas Ordenações, sobrepunham-se as estruturas da administração periférica da Coroa¹⁶⁴. Nas linhas que se seguem, passamos a situar cronológica e espacialmente a formação dessas estruturas, nomeadamente as que se relacionavam à administração da Justiça e da Fazenda.

4.3.1. Os Capitães-Mores Governadores de Armas

É preciso começar por distinguir os Capitães-Mores da Ordenança das vilas e freguesias dos Capitães-Mores das Capitánias pois, estes tinham funções análogas às dos Governadores, recebiam ordenado e eram nomeados de acordo com os mesmos procedimentos de concurso no Conselho Ultramarino, com exceção dos capitães-mores de Itamaracá, que, depois de 1692, passaram a ser providos conforme os candidatos apresentados pelo donatário daquela capitania. Com efeito, nas Capitánias do Norte, existiam quatro Capitães-Mores pagos, a saber, os de Itamaracá, do Rio Grande, do Ceará e o da Paraíba¹⁶⁵. Os do Ceará e de Itamaracá, nas vacâncias, poderiam ser providos interinamente pelos governadores de Pernambuco, ao passo que os do Rio Grande e da Paraíba, somente pelo Governo-Geral. Uma vez que até 1756, esta última não era uma “capitania anexa”, como as outras três, na maior parte do período considerado, alguns dos homens nomeados para o posto receberam a patente de *Governador da Paraíba*, com salário correspondente¹⁶⁶.

As diferenças entre os governos dessas quatro capitánias não estão suficientemente esclarecidas e merecem estudos mais aprofundados do que permitem as linhas deste trabalho, mas destacamos a existência de trabalhos de excelente qualidade sobre ofício de Capitão-Mor do Rio Grande¹⁶⁷ e outro sobre o governo da Capitania da Paraíba durante a fase de sua subordinação ao Governo de Pernambuco¹⁶⁸. Estes homens respondiam pelo governo militar e

¹⁶⁴ Hespanha, António M. e Nogueira, Ana Cristina, Em *O Antigo Regime (1620-1810)*, volume IV da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 53.

¹⁶⁵ Os capitães-mores da vila de Penedo chegaram por um curto período de tempo a receber um soldo pago pela Provedoria de Pernambuco. Códice 256, fls. 66, 96, 241v.

¹⁶⁶ Chaves Júnior, «As capitánias de Pernambuco...»

¹⁶⁷ Fonseca, Marcos Arthur Viana. «Sob a sombra dos governadores de Pernambuco? Jurisdição e administração dos capitães-mores da Capitania do Rio Grande (1701-1750)». Natal, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. Este autor desenvolve atualmente uma tese em que discute estas diferenças.

¹⁶⁸ Chaves Júnior, «As duras cadeias de um governo subordinado...».

político de cada capitania, com jurisdição semelhante, mas não idêntica, à dos Governadores, ostentando junto à patente de Capitão-Mor, o título de “Governador de Armas”. Seu perfil social, era bastante diverso daquele que encontramos para os governadores de Pernambuco, já que estes governos eram frequentemente concedidos a naturais da América, mas, principalmente, a indivíduos com longas carreiras militares¹⁶⁹. Mas, no geral, encontramos poucos fidalgos e cavaleiros das ordens militares¹⁷⁰.

A responsabilidade mais imediata desses capitães-mores está representada no governo das armas de cada Capitania, sendo responsáveis pelo máximo comando militar e, conseqüentemente, pela realização das mostras aos efetivos armados de cada uma. Contudo, tinham jurisdição compartilhada sobre o governo das fortalezas, a maior parte delas guarnecida por efetivos destacados da tropa paga de Pernambuco. Pela mesma razão, não faltaram atritos com os comandantes dos destacamentos, muitas vezes coagidos pelos Governadores de Pernambuco a obedecer às ordens dos capitães-mores¹⁷¹. No governo civil, tinham responsabilidades semelhantes às dos governadores, podendo receber e deferir petições, ainda que nem todos tivessem jurisdição para distribuir datas de sesmaria ou prover ofícios, como é o caso dos de Itamaracá¹⁷².

4.3.2 Fazenda

Nos anos iniciais da concessão das capitanias de donatários, os únicos oficiais da Real Fazenda eram os Vedores e Almoxarifes, com seus respectivos escrivães¹⁷³. Mas, ao contrário do que se verifica na Madeira e nos Açores, onde estes e os outros oficiais da administração fazendária eram providos diretamente pelos capitães-donatários¹⁷⁴, nas capitanias da América eram nomeados diretamente pelo rei, sendo, portanto, os organismos mais antigos da administração periférica da Coroa no continente¹⁷⁵.

Com a criação do cargo de Provedor-Mor da Fazenda do Estado do Brasil, em 1548, é nomeados os primeiros Provedores da Real Fazenda em cada capitania, assistidos por vários

¹⁶⁹ Cunha, Monteiro, «Governadores e capitães-mores...»; Oliveira, «Capitães-Mores das Capitanias do Norte...».

¹⁷⁰ Oliveira, «Capitães-Mores das Capitanias do Norte...».

¹⁷¹ AUC, CA, Códice 32, fl. 518v.

¹⁷² Como demonstra Fonseca, a jurisdição sobre o provimento de postos e ofícios no Rio Grande entre 1701 e 1715 foi acirradamente disputada com os Governadores de Pernambuco, ainda que a resolução final da Coroa sobre a questão tenha pendido favoravelmente à preservação da autonomia dos Capitães-Mores nesta matéria. E mesmo nos períodos de disputa, os Capitães-Mores do Rio Grande proveram a maior parte dos ofícios. Cf.: Fonseca, «Sob a sombra dos Governadores de Pernambuco?...», pp. 87-164, *máxime* 145-162.

¹⁷³ Salgado, *Fiscais e meirinhos...*, p. 84.

¹⁷⁴ Rodrigues, Miguel Jasmins «Madeira: colonização e estruturas de Poder (do início até ao reinado de D. Manuel, antigo duque...)», *Islenha*, Funchal, n.º 3, 1988, pp. 46-58; Rodrigues, José Damião, «As Finanças», vol. III da *Nova História da Expansão Portuguesa, A Colonização Atlântica*, Artur Teodoro de Matos (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, 2005, vol. I, pp. 428-445.

¹⁷⁵ Saldanha, *As Capitanias do Brasil*, p. 184; Salgado, *Fiscais e meirinhos...*, p. 84.

oficiais, ligados ao Almojarifado e às Alfândegas¹⁷⁶. Não havia uma demarcação clara entre as atividades da Provedoria e da Alfândega, de modo que ambas operavam em conjunto sob a supervisão dos Provedores que, geralmente, acumulavam o cargo de Juiz da Alfândega. Se fosse possível esboçar alguma distinção, à Provedoria competia a organização dos pagamentos das folhas eclesiástica, civil e militar; supervisionar a administração dos contratos de arrecadação; organizar os movimentos de receita e despesa em registos escritos; proceder às execuções de dívidas à real fazenda; e, por fim, dentre as funções do almojarifado, gerir todos os bens pertencentes à coroa nos armazéns régios – desde pólvora e armamentos até implementos agrícolas. Já à Alfândega, competia a supervisão de toda a sorte de movimentos portuários e a imposição de tributos aos gêneros comerciais aplicáveis.

Já no início do século XVII, encontravam-se instaladas quatro Provedorias da Fazenda nas Capitanias do Norte, a saber a de Pernambuco, a de Itamaracá, a da Paraíba e a do Rio Grande, todas com suas respectivas Alfândegas¹⁷⁷. Se estas deixaram de operar, como é natural, durante a invasão holandesa, foram gradualmente reativadas em todos os espaços. A de Pernambuco, por exemplo, aparece ativa já em 1645, isto é, no início da Restauração¹⁷⁸. O Provedor da Fazenda para a da Paraíba foi nomeado ainda em 1647, mas esta, aparentemente, só voltou a operar em 1654, a partir de quando foram nomeados os restantes oficiais, funcionando autonomamente até sua falência em 1759, ocasião que, de acordo com Mozart Menezes, deu azo à sua subordinação à Capitania de Pernambuco¹⁷⁹. No Rio Grande, a Provedoria voltou a operar em data próxima ao ano de 1663, contudo já sem os oficiais da Alfândega¹⁸⁰. A de Itamaracá, de acordo com Velez, permaneceu inativa durante quase vinte anos, de modo que suas rendas foram, provavelmente, administradas pela Provedoria de Pernambuco entre os anos de 1654 e 1674¹⁸¹. Só a partir de então, é que foi efetivamente instituído o cargo de Provedor da Real Fazenda de Itamaracá, aliás, extinta em 1763, face à incorporação desta Capitania à de Pernambuco¹⁸². Assim como na capitania do Rio Grande, as estruturas alfandegárias de Itamaracá foram suprimidas no *post bellum*. Na Capitania do Ceará, a implementação da Provedoria foi mais tardia, e remonta ao ano de 1723. Neste caso, o

¹⁷⁶ Salgado, *Fiscais e meirinhos...*, p. 84, Puntoni, *O Estado do Brasil...*

¹⁷⁷ “Relação de todos os ofícios da Fazenda e Justiça existentes neste Estado do Brasil”. In: Documentação Ultramarina Portuguesa, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, vol. II pp. 20-26.

¹⁷⁸ ICP, p. 448-49.

¹⁷⁹ Menezes, Mozart V. de. *Colonialismo em ação: Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755)*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2012. p. 67-69.

¹⁸⁰ Barbosa, Lívia. «Nos trâmites da fiscalidade: aspectos administrativos da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1660-1723)». Monografia de Graduação. Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016. p.36.

¹⁸¹ Velez,. «Poder donatario...» p. 209

¹⁸² Velez,. «Poder donatario...» p. 209

Ouvidor da Capitania acumulava o cargo de Provedor da Fazenda. Até então, o único representante da administração Fazendária seria um Almojarife, com seu respectivo escrivão, e suas rendas seriam geridas a partir da Provedoria do Rio Grande¹⁸³.

Geograficamente, as Provedorias da Real Fazenda e as respectivas “Casas dos Contos” e Almojarifados, distribuíam-se da seguinte forma. No *ante bellum*, a Provedoria da Real Fazenda e a Alfândega de Pernambuco funcionavam em Olinda, mas, no pós-restauração, uma sanção régia estabeleceu que deveria ser estabelecida no Recife, onde se encontrava todo o movimento portuário, juntamente com a Alfândega, Almojarifado e Armazéns Régios, situando-se nas proximidades do porto¹⁸⁴. Em Itamaracá, a Provedoria não teve uma sede fixa, tampouco edifício que a abrigasse até a terceira década do século XVIII, quando por uma carta régia, foi fixada em Goiana¹⁸⁵. Até então, não se sabe ao certo se a Provedoria sempre funcionou na ilha homônima, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, ou se nas mudanças da cabeça da Capitania e da sede do concelho passou a funcionar em Goiana¹⁸⁶. As da Paraíba e do Rio Grande funcionavam nas respectivas cidades. Já o caso do Ceará, é mais complexo, pois, uma vez que o Ouvidor era responsável pela administração fazendária, não se sabe se a Provedoria chegou, de facto, a ter uma sede ou edifício permanente em alguma das vilas, ainda que haja indícios de que o Almojarife e o Escrivão da Provedoria estivessem estabelecidos em Fortaleza¹⁸⁷.

Mas, importa salientar que, no *post bellum*, a administração fazendária nas Capitânicas do Norte assumiu características diferentes das que caracterizavam a sua estrutura no *ante bellum*. A começar pela supressão das Alfândegas de Itamaracá e do Rio Grande que, por não receberem os navios da frota da companhia de comércio, despachavam os gêneros da produção local para Pernambuco e, eventualmente, para a Paraíba, portos que efetivamente recebiam os comboios¹⁸⁸. Com efeito, estas diferenças podem ser demonstradas na estruturação dos ofícios ligados à administração Fazendária em cada uma das capitânicas, explicitada nos quadros 5, 6 e 7 a seguir.

¹⁸³ Carvalho, Reinaldo Forte de. «Governanças das Terras: poder local e administração da justiça na Capitania do Ceará (1699-1748)». Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2015. p. 93.

¹⁸⁴ Mello, *A fronda...*, p. 167-168.

¹⁸⁵ Oliveira, Luanna. «A Alfândega de Pernambuco: história, conflitos e tributação no Porto do Recife (1711-1738)». Dissertação de Mestrado. Recife: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2016. p. 97.

¹⁸⁶ Numa lista dos cargos e ofícios existentes em 1749, os ofícios ligados à Real Fazenda de Itamaracá são arrolados à parte de ambas as vilas. Entretanto, se levarmos em consideração que o porto desta capitania funcionava na ilha homônima, é de supor que a Provedoria estivesse estabelecida nas redondezas. ICP, p.470.

¹⁸⁷ Conforme se depreende de uma lista dos cargos e ofícios desta Capitania, elaborada em 1749, onde ambos aparecem associados à vila de Fortaleza. Cf. ICP, p. 471.

¹⁸⁸ Oliveira, «A Alfândega de Pernambuco...» p.63.

Quadro 5. Ofícios da Real Fazenda em Pernambuco (c. 1700-1749)¹⁸⁹

c.1700	1749
<p>Provedor da Fazenda que serve de Juiz da Alfândega e Vedor</p> <p>Almoxarife</p> <p>Procurador da Coroa e Fazenda</p> <p>Escrivão da Alfândega e Almoxarifado</p> <p>Escrivão da Real Fazenda e Matrícula</p> <p>Escrivão dos Feitos da Fazenda Real</p> <p>Escrivão dos Novos Direitos</p> <p>Escrivão das Execuções, Porteiro da Real Fazenda e Juiz do Pau Brasil</p> <p>Porteiro da Alfândega</p> <p>Escrivão da Abertura e Descarga da Alfândega</p> <p>Meirinho do Mar e da Alfândega</p> <p>Porteiro da Alfândega e Escrивão do Meirinho da Alfândega</p> <p>Guarda-Mor da Alfândega</p> <p>Guarda Livros da Alfândega</p> <p>Patrão-Mor da Barra</p>	<p>Provedor da Fazenda que serve de Juiz da Alfândega e Vedor</p> <p>Almoxarife</p> <p>Procurador da Coroa e Fazenda</p> <p>Escrivão da Alfândega e Almoxarifado</p> <p>Escrivão da Real Fazenda e Matrícula</p> <p>Oficial da Vedoria</p> <p>Oficial da Vedoria</p> <p>Oficial da Vedoria</p> <p>Escrivão dos Feitos da Fazenda Real</p> <p>Escrivão dos Novos Direitos</p> <p>Escrivão das Execuções e Porteiro</p> <p>Escrivão da Abertura e Descarga da Alfândega</p> <p>Tesoureiro da Dízima</p> <p>Feitor da Mesa de Abertura</p> <p>Feitor e Selador</p> <p>Meirinho do Mar e da Alfândega</p> <p>Porteiro da Alfândega e Escrивão do Meirinho da Alfândega</p> <p>Juiz da Balança da Alfândega</p> <p>Escrivão da Balança da Alfândega</p> <p>Guarda-Mor da Alfândega</p> <p>Guarda da Alfândega</p> <p>Patrão-Mor da Barra e Juiz dos Calafates</p>
14	22

Quadro 6. Ofícios da Real Fazenda na Paraíba¹⁹⁰

c.1700	1749
<p>Provedor da Fazenda</p> <p>Almoxarife e Escrивão da Alfândega</p> <p>Escrivão da Real Fazenda</p>	<p>Provedor da Fazenda</p> <p>Almoxarife e Escrивão da Alfândega</p> <p>Escrivão da Real Fazenda</p> <p>Tesoureiro da Dízima</p> <p>Escrivão da Mesa de Abertura</p> <p>Feitor da Mesa de Abertura</p> <p>Escrivão do Despacho e Descarga</p> <p>Escrivão da Ementa</p> <p>Juiz da Balança</p> <p>Escrivão da Balança</p>
3	10

¹⁸⁹ Dados anteriores a 1700, foram extraídos de Oliveira, «A Alfândega de Pernambuco...». Dados para 1749, foram extraídos de ICP.

¹⁹⁰ Dados anteriores a 1700, foram extraídos de Oliveira, «A Alfândega de Pernambuco...», Os de 1749 foram extraídos de ICP.

Ainda que não haja espaço para esmiuçar as atribuições de cada um dos cargos listados acima se pode perceber assimetrias na densidade e distribuição da grelha de oficiais da Real Fazenda nas Capitanias do Norte. Fica evidente que as capitanias com estruturas fazendárias mais desenvolvidas eram, seguramente, as de Pernambuco e a da Paraíba, onde, além dos ofícios diretamente ligados ao Provedor e Almoxarife, existiam os ligados à Alfândega. No início do século XVIII, como apontou Luanna Oliveira, a imposição da Dízima fez com que a grelha de oficiais da Fazenda em Pernambuco e na Paraíba fosse acrescida de alguns ofícios – tais como os de Tesoureiro, Cobrador e Escrivão da Dízima, bem como outros de natureza Alfandegária, nomeadamente o Feitor da Arrecadação e o Juiz da Balança – fazendo com que estes se multiplicassem de 14 para 22 na primeira, e de 3 para 10 na segunda¹⁹¹. Segundo a autora, esta diferença se explica pelo maior movimento no porto do Recife, o que fez com que a Alfândega e, por extensão, a Provedoria, de Pernambuco tivessem uma estrutura mais complexa. Nas Capitanias de Itamaracá, Rio Grande e Ceará, a administração Fazendária assumia dimensões mais modestas encontrando-se sob o encargo de um mínimo de dois e um máximo de cinco indivíduos.

Quadro 7. Oficiais da Real Fazenda em Itamaracá, Rio Grande e Ceará (1700-1749)

Itamaracá	Rio Grande	Ceará	
c.1700-1749	c.1700-1749	c.1700	1749
Provedor da Fazenda Almoxarife Escrivão da Real Fazenda	Provedor da Fazenda Almoxarife Escrivão da Real Fazenda Meirinho da Fazenda Real Escrivão das Execuções	Almoxarife Escrivão do Almoxarifado	Ouvidor-Geral serve de Provedor Almoxarife Escrivão da Real Fazenda
3	5	2	3

Com exceção dos ofícios de Procurador da Coroa, provido em letrados pelo Conselho Ultramarino, e dos três Oficiais da Vedoria, nomeados pelo Escrivão da Fazenda como auxiliares na organização dos papéis, todos os restantes ofícios ligados à administração Fazendária eram concedidos em regime de propriedade, incluindo aí os mais importantes de Provedor – com exceção do Ceará – Almoxarife e Escrivães¹⁹². Esta característica oferecia ampla oportunidade de engajamento das elites locais na administração fazendária, que não era,

¹⁹¹ Oliveira, «A Alfândega de Pernambuco...». p. 69-70. No entanto, a autora incorre em alguma confusão, ao assumir que a lista de cargos e ofícios de Pernambuco existente na *Informação da Capitania*, datada de 1749, seria, na verdade, proveniente do ano de 1718 – data de um regimento passado ao Secretário de Governo de Pernambuco, copiado em meio à relação. Uma vez que não houve grande alteração na grelha de oficiais da Fazenda neste período, esta imprecisão de datas não acarreta maiores prejuízos nas interpretações da autora.

¹⁹² ICP, conferir lista em anexo.

portanto, gerida por um corpo de oficiais especializados e nomeados diretamente a partir do centro, mas por vários indivíduos que, no geral, dividiam as atribuições dos cargos em que estavam investidos com a gestão de seus próprios negócios ou propriedades rurais.

A título de exemplo, podemos citar o caso da família Rego Barros, senhores de engenho na freguesia do Cabo, que, alegando os serviços prestados na guerra contra os holandeses bem como o seu pertencimento ao seletivo grupo da “nobreza da terra”, requereram, obtiveram e perpetuaram a propriedade do cargo de Provedor da Fazenda Real de Pernambuco por várias gerações, desde 1675 até 1777¹⁹³. Em Itamaracá, a propriedade do ofício foi concedida em finais do século XVII, em favor de Sebastião Lopes Grandio, sendo transmitida a seu filho, João Lopes Vidal, em 1701, e, em meados da década de 1730, a um neto homônimo “o qual permaneceu no ofício até a extinção da Provedoria da Fazenda Real de Itamaracá e de seu ofício de Provedor” em 1763¹⁹⁴.

Algo semelhante, ocorreu com o cargo de Provedor da Paraíba, cedido em regime de propriedade entre 1687 e 1733, mas a pessoas diferentes, já que o cargo não foi perpetuado em uma única família, mas em dois proprietários, a saber, Manuel Queiroz de Siqueira (1647-1683) que, por morrer sem descendentes, foi sucedido por Salvador Quaresma Dourado (1683-1733)¹⁹⁵. A partir de então, o cargo passou a ser provido por concessão precária e ainda não há estudos sistemáticos sobre o perfil dos Provedores¹⁹⁶.

No Rio Grande, o cargo de Provedor jamais foi cedido em regime de Propriedade, mas de concessão precária, feita, em geral pela Coroa¹⁹⁷. O perfil dos agraciados, entretanto, ainda carece de maiores análises, apesar de Lívia Barbosa já ter detectado que 55% dos Provedores que serviram entre 1663 e 1723, foram recrutados entre homens da governança do Rio Grande¹⁹⁸. No Ceará, como já mencionado, o cargo foi criado em 1723, anexo ao de Ouvidor da Capitania, que também o exercia. É discutível se esta foi uma atitude programada pela Coroa

¹⁹³ Para a trajetória da família na Provedoria, ver a dissertação de Clarissa Costa Carvalho e Silva. «Nos labirintos da governança: administração fazendária na Capitania de Pernambuco (1755-1777)». Recife, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2014, p.103. Há, entretanto, um breve hiato diante da menoridade de um dos Provedores, João do Rego Barros, como demonstra Aledson Dantas Silva. «Meu ofício, moeda e sustento: propriedade de ofícios na capitania de Pernambuco no período *post bellum*». Petrolina, *Revista Historien*, Ano 5, n. 10, jan/jun 2014. p. 230-247.

¹⁹⁴ Velez, «Donatários e administração colonial...» p. 213.

¹⁹⁵ Menezes, *Colonialismo em ação...*, p. 70-71.

¹⁹⁶ Menezes, *Colonialismo em ação...*, p. 115.

¹⁹⁷ De acordo com Lívia Barbosa, “No Rio Grande, entretanto, a serventia do cargo foi passada como mercê para Paulo Pereira de Miranda por pelo menos 11 anos. A aliança familiar entre o capitão-mor, Valentim Tavares Cabral, e Paulo Pereira de Miranda, revertida em poder administrativo, não era beneficiada pela propriedade do ofício como em outras capitanias. Nos anos seguintes nota-se que a provisão régia do ofício de provedor é muito variada, com casos da provisão por apenas um ano, até situações de provisão por tempo indeterminado”. Barbosa, «Nos trâmites da fiscalidade...» p.36.

¹⁹⁸ Barbosa, «Nos trâmites da fiscalidade...» p.36.

para assegurar um melhor domínio sobre a Real Fazenda numa capitania tão distante dos principais centros de poder da América Portuguesa, ou prática adotada para rentabilizar os vencimentos do magistrado.

Em todo caso, se as instituições fazendárias estavam concentradas nas principais praças litorâneas, ainda se está por esclarecer como atuavam sobre os espaços, nomeadamente os mais distantes. Para o caso da Capitania do Rio Grande, as formas de tributação nas Ribeiras, isto é, para além do termo da cidade do Natal, são bem conhecidas e estão tratadas por Marcos Fonseca e Livia Barbosa¹⁹⁹. No caso de Pernambuco, George Cabral deu a conhecer que os espaços mais longínquos da Capitania eram tributados pela ação dos homens que arrematavam os contratos de arrecadação e seus respectivos subcontratadores, subsidiados em cada uma das vilas principais²⁰⁰.

4.3.3. *Justiça*

Ao contrário da administração fazendária, a estruturação da grelha judiciária nas Capitanias do Norte foi um pouco mais tardia e, em certa medida, mais complexa. Há uma discussão em curso se no período anterior à invasão holandesa, cada Capitão-Donatário nomeava Ouvidores ou se exerceria por si – ou por loco-tenentes – as atribuições específicas da justiça²⁰¹. O que se pode afirmar com alguma segurança é que já a partir de 1557, a Coroa passou a nomear alguns magistrados letrados para atuar em Pernambuco, ainda que privilégios especiais fossem concedidos por Filipe III ao quarto capitão-donatário para escolher por si os seus próprios Ouvidores. Entretanto, a nomeação regular e constante de magistrados letrados para atuar nestas capitanias só teve início no *post bellum*²⁰².

A partir de então, o perfil dos homens nomeados para servir nos lugares de letras passou a ser o mesmo que caracteriza os magistrados de carreira, formados na Universidade de Coimbra²⁰³. Em menor escala, o perfil social dos Ouvidores e Juizes de fora nomeados para as Capitanias do Norte têm sido alvo de recentes estudos com cariz prosopográfico para as comarcas de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Alagoas²⁰⁴. No geral, todos têm apontado que pelo

¹⁹⁹ Barbosa, Livia. e Fonseca, Marcos Arthur Viana da. «A ribeira dos interesses: contratos, fiscalidade e conflitos na revolta dos magnatas (Capitania do Rio Grande, 1741-1744)». *Revista Ultramares*, Vol. 5, Nº 9, Jan-Jun, 2016.

²⁰⁰ Souza, Tratos e mofatras...

²⁰¹ Assis, Palavra de rei...

²⁰² Cunha, Mafalda Soares da. e Nunes, António Castro. «Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII». *Tempo*, Rio de Janeiro, jan-abr 2016, pp. 1-30

²⁰³ Analisados numa escala mais ampla por Nuno Camarinhas em *Juizes e administração da justiça no Antigo Regime: Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.

²⁰⁴ Paiva, Yamê. «Os Ouvidores e a Administração da Justiça no Brasil Colonial: o caso da Comarca da Capitania da Paraíba (c. 1687-1799)». In: **RJUAM**, n. 33, 2016-I, pp. 79-95. Carvalho, «Governança das terras...». pp.191-

menos 80% dos magistrados apontados para cada uma das Comarcas provinham do território continental do Reino e das ilhas atlânticas, sendo pouco expressiva a amostra de juizes procedentes de outras partes da América. Mesmo nestes casos, todos eram nascidos fora das comarcas para as quais se destinavam. A nomeação de oficiais “de fora da terra”, consiste numa prática adotada desde os finais da Idade Média pela Coroa na expectativa de que assim estariam mais descomprometidos “em relação às relações locais de poder e de influência”²⁰⁵. Contudo, tal expectativa nem sempre se comprova em casos concretos e não faltam exemplos de magistrados que se deixavam envolver nas parcialidades locais nas mais diversas circunstâncias²⁰⁶.

Quadro 8. Comarcas nas Capitânicas do Norte c. 1750

Cabeça da Comarca	Fundação	Desmembrada	Magistrados	Vilas do Termo
Olinda	Ant. 1654	-	Ouvidor de Pernambuco Juiz de Fora (1702)	Olinda Recife Sirinhaém Igarassu
Alagoas	1712	Olinda	Ouvidor das Alagoas	Alagoas do Sul Porto Calvo Penedo
Paraíba	1688	Salvador?	Ouvidor da Paraíba	Paraíba Natal Goiana Itamaracá
Aquiraz	1723	Paraíba	Ouvidor do Ceará	Aquiraz Fortaleza Icó Aracati
Total	4	-	5	15

O Quadro 8 sistematiza a cronologia de fundação das quatro comarcas nas Capitânicas do Norte do Estado do Brasil, tomando por base o cenário do ano de 1750. Da primeira à quinta coluna encontram-se relacionadas as respectivas cabeças das comarcas, o ano de fundação – determinado pela data de posse do respectivo Ouvidor – a comarca de origem, ou de onde foi desmembrada, os magistrados régios nela atuantes e as vilas incluídas nos termos de cada uma.

Entre meados do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII, o número de magistrados régios atuando no espaço das Capitânicas do Norte cresceu de apenas um para cinco, sendo quatro Ouvidores e um Juiz de Fora. O primeiro lugar a receber a presença contínua destes oficiais foi a Capitania de Pernambuco que, já em 1645, contava com um Auditor da Gente de Guerra que servia de Ouvidor e Procurador da Coroa e Fazenda, o Licenciado

192. Caetano, Antonio Filipe P. «A Comarca das Alagoas: Justiça, Trajetórias e Conflitos (1712-1817)». Em *Das partes do sul à Comarca das Alagoas: ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa (séculos XVII-XVIII)*. org. Caetano, Antonio Filipe P. Maceió: Viva, 2015.188-195.

²⁰⁵ Hespanha, *As vésperas do Leviathan*, p. 198.

²⁰⁶ Vide a feliz expressão de Stuart Schwartz para o “abrasileiramento da burocracia”. Schwartz, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

Domingos Ferraz de Souza, provido nas urgências da Guerra de Restauração, por patente do Governador-Geral²⁰⁷. A ele, seguiram-se mais quatro Ouvidores e Auditores-Gerais, que atuaram entre 1646 e 1653, sendo dois nomeados pelos comandantes das forças restauradoras e dois pelo Governo-Geral²⁰⁸. Em agosto de 1654, tomou posse o Licenciado Luís Marques Romano, provido Ouvidor e Auditor-Geral da Gente de Guerra nomeado diretamente pela Coroa, que começou, a partir de então, a promover a nomeação contínua de magistrados.

Resumidamente, se pode dizer que a dimensão geográfica da “Comarca de Pernambuco” se confundiria, provavelmente, com os limites da Capitania desde o *ante bellum* e que a nomeação contínua de magistrados foi efetuada sobre um espaço jurídico já delimitado. Aparentemente, e ao contrário de que alguns autores têm apontado, seus Ouvidores não teriam qualquer jurisdição sobre as restantes Capitanias do Norte do Estado do Brasil²⁰⁹. A Comarca de Pernambuco englobava a Cidade de Olinda e as vilas de Recife, Igarassu, Sirinhaém, Alagoas, Porto Calvo e Penedo, preservando esta dimensão até o ano de 1712, quando dela foi oficialmente desmembrada a Comarca das Alagoas e tomou posse o seu primeiro Ouvidor, José da Cunha Soares²¹⁰.

Na sucessão cronológica, a segunda comarca criada foi a da Paraíba, em 1687, com jurisdição sobre a cidade homônima, sobre Natal e sobre a única vila criada na Capitania do Ceará até o ano de 1723, nomeadamente Aquiraz. Além disso, o Ouvidor da Paraíba atuava como corregedor na Capitania de Itamaracá, especificamente sobre as vilas de Goiana e Nossa Senhora da Conceição. Mesmo depois de 1692, com a incorporação de Itamaracá ao patrimônio da Casa dos Marqueses de Cascais, seu donatário passou a ter o direito de nomear Ouvidor próprio. Ainda assim, a Capitania permaneceu sujeita às correições periódicas do Ouvidor da Paraíba. A partir de 1711, ficou determinado que, em ocasiões de vacância no cargo de Ouvidor do Donatário, o Juiz Ordinário mais velho da Câmara de Itamaracá atuaria como Ouvidor em Goiana. É curioso notar que, mesmo após a incorporação de Itamaracá à Capitania de Pernambuco, em 1763, o Ouvidor da Paraíba manteve jurisdição sobre as vilas de Goiana e

²⁰⁷ ICP. pp. 448 e 449.

²⁰⁸ A saber, Francisco Berenguer de Andrade (1646-1648) provido pelo Mestre de Campo André Vidal de Negreiros, o Doutor João Machado de Miranda (1648-1649), por patente do Governador-Geral; Francisco Gomes Muniz (1649-1650), por patente de Francisco Barreto de Menezes, e, por fim, o licenciado Francisco Álvares Moreira (1650-1653), pelo Governo-Geral. O primeiro e terceiro leigos recrutados no exército restaurador e o segundo e quarto letrados nomeados. ICP. pp. 448 e 449.

²⁰⁹ Menezes, Mozart Vergetti de. «Jurisdição e poder nas Capitanias do Norte (1654-1755)» *Saeculum – Revista de História*. [14]; João Pessoa, jan./jun. 2006. pp. 17-23.

²¹⁰ Para maiores detalhes sobre as motivações que levaram à criação da Comarca ver: Caetano, Antônio Filipe Pereira.(org). *Alagoas e o império colonial português*. Maceió: CEPAL, 2010. Rolim Machado, Alex. *O caleidoscópio do poder: monarquia pluricontinental e autoridades negociadas na institucionalização da ouvidoria das Alagoas na capitania de Pernambuco (1699-1712)*. Trabalho de Conclusão de Curso. – Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2013.

Nossa Senhora da Conceição²¹¹. Por fim, em 1723, ocorreu o desmembramento da Comarca do Ceará a partir da Comarca da Paraíba. Após uma série de atritos sobre onde seria a Cabeça da Comarca, ficou decidido que seria a vila de Aquiraz, tendo seu Ouvidor a vila de Fortaleza por termo e, nas décadas seguintes, acresceram-se as novas vilas de Icó e Aracati.

À partida, uma das principais diferenças entre grelha de comarcas no reino de Portugal e nas conquistas da América reside, precisamente, na quantidade e na dimensão territorial de cada uma. Enquanto no reino havia um número elevado de comarcas em comparação à dimensão reduzida do território, sendo estas também pequenas, na América, haveria um corpo diminuto de magistrados para dar conta de grandes circunscrições judiciárias²¹². De início, um entrave de monta é o da distância que os magistrados teriam de percorrer durante as correições. Mesmo que as ordenações estabelecessem que estas deveriam ser feitas anualmente, há indícios de que os de Pernambuco tinham dificuldades para percorrer as vilas do território sob sua jurisdição. Algumas vilas menores e mais distantes, como Alagoas do Sul, poderiam passar de três até cinco anos sem receber a visita dos magistrados²¹³. Na Comarca da Paraíba, de acordo com Yamê Paiva, não há o menor indício de que os Ouvidores visitassem o Ceará, enquanto este esteve sob sua alçada²¹⁴. Com efeito, deslocando-se com pouca frequência, é de se imaginar que as populações das vilas mais distantes acessassem a justiça a partir de petições escritas aos Ouvidores ou, talvez, por meio do envio de procuradores às cabeças das comarcas.

Mas, o próprio estabelecimento das “cabeças” de Comarca poderia representar um problema relevante. Este foi vivenciado com especial intensidade na Comarca de Pernambuco. Após alguns anos de conflitos jurisdicionais que envolviam a disposição geográfica do centro de governo em Pernambuco, a Cabeça da Comarca, como mencionamos anteriormente, foi formalmente estabelecida em Olinda desde o ano de 1663. Em princípio, desde a promulgação do primeiro regimento do Ouvidor de Pernambuco, em 1668, estes magistrados tinham obrigação de fixar residência em Olinda²¹⁵. Contudo, para além dos deslocamentos previstos aos Ouvidores durante as correições pelas vilas da Comarca, há indícios de que não residiam permanentemente em Olinda, assim como os Governadores. Nas palavras de Mello, estes oficiais viam-se na “obrigação de se deslocarem constantemente ao Recife, donde provinha o quinhão polpudo dos seus emolumentos”, além de lá residir a maior parte da população da

²¹¹ Paiva, «Justiça e poder...»

²¹² Cunha, Nunes, «Territorialização e poder...». p. 5.

²¹³ Curvelo, «O senado da Câmara...» p. 179.

²¹⁴ Paiva, Yamê. «Justiça e poder na América Portuguesa...»

²¹⁵ ICP.

Capitania²¹⁶. O mesmo autor esclarece que entre 1654 e 1663, os magistrados preferiram, por razões óbvias, passar a maior parte do tempo no Recife, mas que “entre 1663 e 1670, os Ouvidores permaneceram regularmente em Olinda”. Só com João Sepúlveda de Matos (1669-1673) é que voltaram a insistir na permanência mais prolongada no Recife, para onde também se viam compelidos a ir “os advogados, escrivães e mais pessoal do judiciário” em “desrespeito à autoridade régia”²¹⁷. É certo, em todo caso, que os Ouvidores não se fixavam permanentemente nem em uma parte nem em outra, mas transitavam constantemente entre Olinda e o Recife para atender a população de uma e de outra parte.

O mesmo se passou com o único Juiz de Fora, formalmente instituído pela Coroa para a Câmara de Olinda em 1702, mas que, a partir da criação da Câmara do Recife, em 1710, passou a atender às vereações de ambas alternadamente²¹⁸. Já em 1712, este magistrado pediu informações ao Conselho Ultramarino sobre a forma da assistência, em virtude de problemas concernentes aos dias em que deveriam ser feitas as vereações, por ser ele “presidente de ambas”. Pelo que se depreende com o parecer do Conselho, quando o Juiz e Fora estava em Olinda, os oficiais do Recife reuniam-se sem a sua presença no dia da semana que mais lhe conviesse, e vice-versa. Assim, para resolver a questão, e não “se fazer vereação sem a vossa assistência” tanto em uma como na outra, ficou decidido que ele deveria fazer em “dois na semana vereações na Cidade [de Olinda] e outros dois dias da mesma semana no Recife, alternadamente”²¹⁹. Mais uma vez, esta característica reforça a imagem de um centro político estruturalmente organizado para se dispersar entre as duas localidades.

Em todo caso, se pode dizer que a presença de magistrados sobre o território condicionava variados equilíbrios sociais do poder nos locais em que residiam e sobre os quais tinham jurisdição. No centro político da Capitania de Pernambuco, os Ouvidores compartilhavam o espaço político com outros oficiais régios nomeados diretamente a partir de Lisboa, a saber, o Governador e o Juiz de Fora. Já nas Comarcas da Paraíba e do Ceará, os Ouvidores poderiam representar os únicos oficiais régios numa larga porção de território, uma vez que os capitães-mores nem sempre recebiam o título de “Governadores” e eram, frequentemente, recrutados entre componentes da elite local – principalmente de Pernambuco.

Por fim, na Comarca das Alagoas, o peso político associado à presença destes magistrados era relativamente mais impactante, uma vez que seus Ouvidores não disputavam espaço imediato com outros oficiais da Coroa, isto é, com Capitães-Mores Governadores de

²¹⁶ Mello, *A fronda...*, p. 176.

²¹⁷ Mello, *A fronda...*, p. 176.

²¹⁸ AHU, Códice 257, fl. 345.

²¹⁹ AHU, Códice 257, fl. 345.

Armas ou com Provedores da Fazenda, limitando-se a estabelecer contatos, à distância, com o Governador de Pernambuco. Certos autores, como Filipe Caetano, chegam ao ponto de afirmar que a criação desta comarca “delimitou o espaço geográfico e fundou no extremo sul do território Pernambucano, uma 'capitania' dentro de outra”²²⁰. Ainda que a solidez desta afirmação seja discutível, uma vez que não haveria nem um comando militar minimamente concentrado na vila cabeça, nem qualquer elemento representativo da administração fazendária, essenciais numa capitania, é certo que a Comarca passou a assumir-se, progressivamente, como uma circunscrição político-administrativa e, como veremos, num espaço de comunicação.

4.4 Os efetivos armados

Face às mudanças mais lentas que caracterizam outras esferas da malha político-administrativa, a administração militar foi, provavelmente, a que teve mais intervenções estruturais ao longo do período considerado. Se as urgências da guerra holandesa fizeram com que o tamanho das tropas estacionadas em Pernambuco fosse alargado, os desafios de manter e aprovisionar este mesmo contingente num cenário de crise e de recuperação econômica impuseram a sua, talvez, precoce reformação face aos ritmos mais morosos que macaram a implementação do aparelho judiciário da Coroa²²¹. Tendo em vista a bibliografia disponível ou que está a ser desenvolvida²²² sobre o assunto, bem como os limites de nossa análise, retomaremos apenas algumas questões fundamentais a respeito da composição e distribuição territorial das tropas e das fortalezas.

No período anterior à invasão holandesa, os contingentes estacionados na Capitania de Pernambuco compunham-se basicamente de companhias de ordenanças, incluindo algumas de cavalaria, e uma pequena tropa paga. Em 1609, de acordo com informações de Diogo Campos Moreno, haveria 13 companhias de ordenanças distribuídas entre a vila de Olinda e todas as freguesias do interior, das quais, haveria “220 homens de cavalos”, além de “4 mil moradores

²²⁰ Caetano, Antonio Filipe P. «Nas brenhas da comarca, quem é ouvidor é governador? Poder, conflitos de jurisdição e administração (1712-1817)». Em *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial (séculos XVI-XVIII)*. orgs. Lisboa, Breno Vaz et ali. (orgs). Recife: Editora UFPE, 2016. p 324.

²²¹ Estas reformas foram descritas e analisadas por diversos autores, dentre os quais José Antonio Gonsalves de Mello, Evaldo Cabral de Mello, Vera Acioli, uma vez que elas estão diretamente associadas à guerra holandesa e aos seus desdobramentos que reverberaram até os anos que antecedem à Guerra dos Mascates. Mello, *A fronda...*; e Acioli, *Jurisdição e conflitos...* Contudo, uma análise pormenorizada das estruturas defensivas e das suas transformações só foi empreendida mais recentemente, com os trabalhos Kalina Vanderlei Silva e de Bruno Ferreira Miranda, sobre as tropas e sobre as estruturas defensivas, respectivamente. Silva, *O miserável soldo...*; e Miranda, *Fortes, paliçadas e redutos...*

²²² SILVA, Bruno Cezar Santos da. *Tropas pagas e milícias do Brasil colonial (c. 1750 – c. 1808). Tese (Doutoramento). Em preparação.*

brancos que tomam armas” e dos “soldados pagos que serão efetivos até sessenta e nunca passa daqui o seu número”²²³. Contudo, uma vez que se encontravam dispersos pelas freguesias rurais, estes homens juntos jamais passariam de 600 em emergências de combate, de acordo com o próprio autor.

Nos anos seguintes à invasão holandesa, durante a fase da resistência (1630-1637), os “efetivos locais permanentemente incorporados” às forças luso-brasílicas, não ultrapassariam a cifra de 400 homens, de acordo com Evaldo Cabral de Mello. Uma parcela reduzida dos efetivos armados, quando comparados aos 1100 soldados europeus (dos quais 700 comandados pelo Conde Bagnuolo e 400 reforços do reino de Portugal)²²⁴. Esta situação seria revertida durante a Restauração Pernambucana, quando a maior parte dos contingentes passou a ser recrutada localmente. De acordo com Mello, a “chamada infantaria natural corresponderá permanentemente à cerca de 2/3 do total de tropas” que participaram da guerra²²⁵. Em 1646, o total de contingentes vindos do reino e da Bahia somavam 820 homens que, somados a 35 companhias recrutadas em Pernambuco, Paraíba e Itamaracá, com um total de 910 homens, e as tropas indígenas sob o comando de Antonio Filipe Camarão, com 460 homens, e as novas companhias de homens pretos sob o comando de Henrique Dias, formado por quase 330 negros e 80 mulatos, resultariam num efetivo total de 2750 homens²²⁶. Na segunda, em 1648, os dois terços vindos da Bahia somavam 1.100 homens, ao passo que a “infantaria natural”, reunia 1.800 homens do terço do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, 350 ameríndios e 300 homens do terço de Henrique Dias. Todos juntos, mobilizaram cerca de 3.550 homens, em 1648.

Ao final da Guerra, Francisco Barreto de Menezes dispunha de uma força de 3277 homens²²⁷. Os anos que sucederam ao caracterizam-se como um período conturbado para a gestão das estruturas militares. A começar pelos problemas sociais, destacados por Kalina Silva, advindos com a acentuado incremento da população armada na Capitania e dos contingentes ociosos²²⁸. Desmobilizadas as ordenanças e as tropas irregulares, as tropas de primeira linha, isto é, pagas, reduziram-se a três terços. O sustento destas tropas, no *post bellum* permaneceu, como no tempo da guerra, sob o encargo da Câmara de Olinda que, para este efeito, assumia algumas competências da administração fazendária, a saber, a arrematação dos contratos de

²²³ **RPFEB**, p. 200-201.

²²⁴ Mello, *Olinda Restaurada*.... p. 170.

²²⁵ Mello, *Olinda Restaurada*.... p. 172.

²²⁶ Mello, *Olinda Restaurada*.... 1975, p. 172.

²²⁷ Mello, *Olinda Restaurada*...., p. 174.

²²⁸ Silva, *O miserável soldo*...249-252.

toda a Capitania. Além das tropas, a Câmara arcava com outros custos, associados à reconstrução de Olinda, ao pagamento dos ordenados dos Governadores, e, a partir de 1662, ao pagamento do Donativo para o Dote da Rainha de Inglaterra e Paz com Holanda. Com efeito, não tardaram a surgir queixas por parte de seus edis para que fossem aliviados do pagamento das tropas estacionadas em Pernambuco, sem que deixassem de se beneficiar das receitas provenientes da administração dos contratos régios²²⁹.

Percebendo os graves entraves colocados ao Governo de Pernambuco pelo exército inflacionado do pós-restauração, o Governador Francisco de Brito Freyre propôs uma série de medidas para sua reorganização. Estas medidas visavam à redução do tamanho da tropa paga estacionada em Pernambuco, mas, de outro, a regulamentar a organização da divisão dos efetivos armados em tropas de Ordenanças, Auxiliares, ou Milicianos, e Pagos, ou de Primeira Linha²³⁰. Além destes, Brito Freyre introduziu a criação de um corpo de artilharia e algumas companhias de cavalaria. As reformas empreendidas durante seu governo delinearam certas feições assumidas pelos efetivos armados da Capitania até o século XVIII.

4.4.1. A Tropa Regular ou de Primeira Linha

A tropa regular ou de primeira linha compõe-se do quadro permanente de oficiais e soldados pagos regularmente. No *post bellum*, o pagamento dos soldos de tropa regular permaneceu sob a administração da Câmara de Olinda, ao passo que as fardas e as munições sempre estiveram sob a responsabilidade da Provedoria da Real Fazenda²³¹. Para este efeito, a Câmara foi conservada na administração de vários subsídios aplicados às carnes, vinhos, tabacos e açúcares. Contudo, já em 1725, a responsabilidade pelo pagamento das tropas foi transferida à Provedoria da Real Fazenda, juntamente com a arrematação dos contratos²³².

Como mencionamos, ao fim da Restauração, existiam três terços de Infantaria paga, identificados pelos nomes dos seus respectivos Mestres de Campo: Francisco de Figueiroa com 228 soldados, D. João de Souza, com 555 e o maior, o de Antonio Dias Cardoso, com 1118 homens, totalizando 1901 infantess²³³. Em sua reforma, Brito Freyre propôs a supressão do

²²⁹ Acioli, *Jurisdição e conflitos...*, p. 69 e AP, vol. III, p. 380-381. De acordo com Pereira da Costa, estes contratos estavam associados aos “subsídios das carnes, açúcar, tabaco, balança, garapas, vinhos, que então cobrava, e também os subsídios que costumavam pagar algumas câmaras da capitania à mesma de Olinda”.

²³⁰ Tais medidas foram exaustivamente tratadas por Kalina Vanderlei Silva em *O miserável soldo* e outros artigos. Silva, Kalina Vanderlei. «Francisco de Brito Freyre e a reforma militar de Pernambuco no século XVII». Em *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. org. Paulo Possamai. São Leopoldo: Oikos, 2012.

²³¹ Acioli, *Jurisdição e conflitos...*, p. 69.

²³² Acioli, *Jurisdição e conflitos...*, p. 69; Cf.: Mello, *Rubro veio*, p.124.

²³³ Acioli, *Jurisdição e conflitos...*, p. 69. Miranda, «Fortes, paliçadas e redutos...», p. 179.

Terço de Francisco de Figueiroa, de modo que os dois restantes passariam a guarnecer, respectivamente, Olinda e o Recife²³⁴.

Contudo, esta proposta só foi colocada em prática no governo de seu sucessor, Jerônimo de Mendonça Furtado. Quando assumiu, em 1664, as tropas de primeira linha estavam reduzidas a 1582 homens alistados nos três terços, estando repartidos em 38 companhias, tendo 163 oficiais, ao total, e 1419 soldados de infantaria²³⁵. Cabia-lhe, então, reformar um dos terços, repartindo os dois restantes em um total de vinte companhias e, no máximo, 760 infantas que seriam “os que pode sustentar a Fazenda Real para se lhes dar farda e o Senado da Câmara para a ração ordinária”²³⁶.

Ainda que a reforma tenha se desdobrado em alguma resistência e protestos junto ao Governo-Geral, a redução dos efetivos pagos parece ter surtido efeito. A partir de então, o oficialato de cada Terço passou a compor-se de 71 oficiais em cada um, a saber: um Mestre de Campo, um Sargento-Mor, um Ajudante de Tenente, nove Capitães, nove Pajens, oito Alferes, oito “Embandeirados”, dez tambores, dez Sargentos do Número e dez Sargentos Supra, além de quatro ajudantes, como sintetizados no quadro abaixo.

Quadro 9. Oficiais da Tropa Regular c. 1664-1710.

Oficiais	Terço de Olinda	Terço do Recife
Mestre de Campo	1	1
Sargento-Mor	1	1
Ajudante de Tenente	1	1
Capitães	9	9
Pajens	9	9
Alferes	8	8
Embandeirados	8	8
Tambores	10	10
Sargentos do Número	10	10
Sargentos Supra	10	10
Ajudantes	4	4
Total	71	71

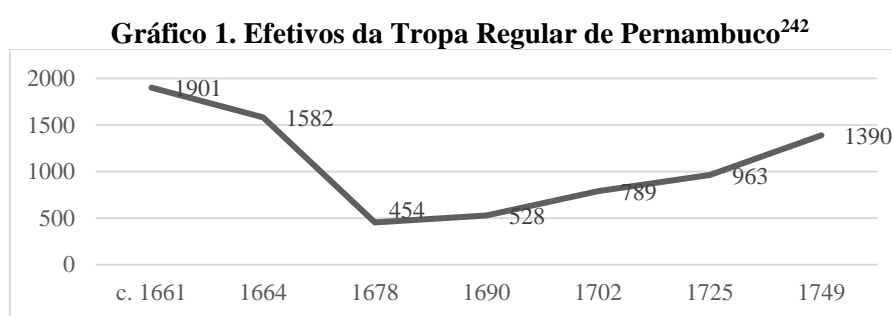
Nas mostras que se passaram aos terços de Infantaria Paga entre finais do século XVII e início do XVIII. O número de companhias foi efetivamente fixado para dez em cada um dos Terços, e os contingentes, apesar de bastante variáveis, raramente ultrapassaram a marca dos 500 homens de Infantaria em cada um. Na sequência das reformas empreendidas na década de 1660, o número de soldados matriculados diminuiu drasticamente, de modo que, em finais da década de 1670, os efetivos regulares encontravam-se reduzidos à terça parte do que representara na década anterior. Em 1678, o Terço de Olinda contava com 219 soldados ao

²³⁴ Miranda, «Fortes, paliçadas e redutos...» p. 179-180.

²³⁵ AUC, CA, Cód. 31, fl.164-164v.

²³⁶ AUC, CA, Cód. 31, fl.164-164v.

passo que o do Recife com 235²³⁷. Alguns anos mais tarde, em 1690, haveria apenas 528 soldados matriculados em ambos os terços, quando o número ideal de praças seria de 385 em cada um²³⁸. Contudo, entre finais do século XVII e a primeira metade do século XVIII, o tamanho da tropa voltou a aumentar, como ilustra o gráfico 1, abaixo. Em 1702, o Terço do Recife mantinha 424 soldados e o de Olinda 365²³⁹. Ao longo da primeira metade do século XVIII, verifica-se a estabilização no número de soldados alistados em ambos os terços. Em 1725, os dois Terços somavam 821 soldados pagos²⁴⁰ e, em meados do século, o Terço de Olinda teria 682 homens alistados, entre soldados e oficiais, ao passo que o do Recife 708 infantes, além de 123 artilheiros²⁴¹.



A priori, a tropa paga de Pernambuco deveria permanecer estacionada em Recife e Olinda, nos quartéis ou guarnecendo as fortalezas. Estas, devido aos altos custos de manutenção, também sofreram uma drástica redução ao longo da segunda metade do século XVII. De um total de 11 fortificações mencionadas no relatório de Adriaen van der Dussen, em 1640, apenas seis foram mantidas. O Forte Maurício, no Rio São Francisco, o Forte de Porto Calvo, o Forte de Bruyn, o Forte Domburch, no Cabo, e o Forte Willem, em Afogados, além de vários redutos tiveram que ser desmantelados²⁴³. Com efeito, as estruturas defensivas da Capitania ficaram limitadas ao espaço entre Olinda e a freguesia do Cabo de Santo Agostinho. Este espaço seria defendido pelas fortalezas de: Pau Amarelo, Cinco Pontas, Brum, Buraco, Forte do Mar e o de Nazaré. Mais ao sul, nas proximidades de Sirinhaém, foi erguido o sétimo forte de Pernambuco, o de Tamandaré. Por volta da década de 1730, durante o governo de

²³⁷ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 10, D. 983.

²³⁸ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 15, D. 1532.

²³⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 20, D. 1899.

²⁴⁰ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 32, D. 2958.

²⁴¹ ICP, p. 422-424.

²⁴² AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 10, D. 983. Cx. 15, D. 1532. Cx. 20, D. 1899, Cx. 32, D. 2958, ICP, p.422-424.

²⁴³ Para as opções com relação ao desmonte das fortificações, ver as contribuições de Miranda, *Fortes, paliçadas e redutos*, p. 85-86.

Henrique Luís Pereira Freire, a ocupação do arquipélago de Fernando de Noronha foi retomada, sendo ali construídos três fortes: a fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios, e os fortes de Santo Antônio e Conceição. Para todos estes espaços, eram enviados, periodicamente, destacamentos de soldados para a guarnição.

A anexação de algumas das Capitânicas do Norte à de Pernambuco entre meados do século XVII e meados do XVIII foi justificada, principalmente, por questões militares e, mais especificamente, à incapacidade destas Capitânicas defenderem a si próprias ou manterem efetivos regulares permanentes. Por conta disso, a maior parte das fortalezas das Capitânicas restauradas foi guarnecida por destacamentos da tropa paga de Pernambuco no pós-restauração. Ao longo da segunda metade do século XVII, somente algumas das fortificações reformadas ou edificadas no tempo da ocupação holandesa foram mantidas, de modo que existia apenas uma fortificação em cada uma das Capitânicas vizinhas. Em Itamaracá, o forte de Nossa Senhora da Conceição ficava situado na ilha homônima e era guarnecido por um destacamento de 40 soldados pagos de Pernambuco. No Rio Grande, manteve-se o Forte dos Reis Magos. Por fim, no Ceará, a única fortificação estava situada em Fortaleza, também guarnecida por efetivos de Pernambuco, trocados de ano em ano – a “tropa da muda”²⁴⁴. Em certos períodos, os contingentes regulares poderiam limitar-se, nestas Capitânicas, aos destacamentos da tropa paga de Pernambuco, mantidos apenas para a defesa das fortificações.

Quadro 10. Tropa Regular nas Capitânicas do Norte (c. 1746-1747)²⁴⁵.

Capitania	Efetivos
Pernambuco	Regimento de Olinda – 682 homens Regimento do Recife – 708 homens Companhia de Artilharia – 123 homens
Itamaracá	Destacamento dos Regimentos de Pernambuco
Rio Grande (Natal)	Duas companhias de Infantaria Paga – 120 homens
Ceará (Fortaleza)	Duas companhias de Infantaria Paga – 120 homens
Paraíba	Três Companhias – 159 homens Oficiais da Artilharia – 12 homens
Total	1924

Mesmo que mantidos localmente, quantidade de homens matriculados sempre foi muito menor que em Pernambuco. Ainda que nos seja difícil precisar o tamanho dos contingentes ao longo do tempo, dada a escassez de informação sistemática disponível, é possível ilustrar estas diferenças para os meados do século XVIII, conforme o Quadro 10. O contingente estacionado nas capitânicas ao norte da de Pernambuco era bastante reduzido. Tanto a dimensão populacional quanto os recursos disponíveis às Provedorias da Fazenda de cada uma não permitiam manter

²⁴⁴ AUC, CA, Cód. 31, fl. 363.

²⁴⁵ Informações levantadas com base em ICP, 422-431.

mais do que algumas companhias que jamais ultrapassaram duzentos homens. Mas, tanto em Pernambuco quanto nas outras Capitânicas, a tropa regular estava longe de ser uma tropa completamente profissional. Como demonstrou Kalina Silva, os soldados eram recrutados entre “os pobres livres e os vadios”, mais especificamente entre os “jovens solteiros, oficiais mecânicos sem emprego ou renda fixa”²⁴⁶. O processo de recrutamento, era geralmente violento e forçado, destinando-se a dar uma “utilidade social” a setores ociosos e potencialmente perigosos para a sociedade colonial²⁴⁷. A este fator, estaria associado o grande desprestígio da tropa paga. Além disso, havia graves problemas na oferta de fardamentos por parte da Real Fazenda e os soldos eram baixíssimos, algo que, além de alimentar o desinteresse pelo serviço militar, fazia com que os soldados andassem estropiados e tivessem que andar à procura de outros meios de subsistência que não o serviço permanente nas armas²⁴⁸.

4.4.2. *Milícias ou Tropas Auxiliares*

Uma vez que a tropa regular limitava sua presença às vilas cabeças de cada Capitania ou, no máximo, às fortificações costeiras, boa parte do território era guarnecido por tropas auxiliares. Estas tropas teriam uma base de organização territorial, tais como as Ordenanças, e que, por vezes, excede a escala de uma freguesia ou município. Tratam-se de efetivos não remunerados, “a não ser quando em serviço ativo”²⁴⁹. De acordo com Silva, “são compostas por civis que não se afastam de suas respectivas ocupações, seus exercícios são organizados aos domingos”, sem a necessidade de permanecer de prontidão permanentemente, tal como a tropa paga²⁵⁰.

Para compensar a redução dos efetivos regulares e do número de fortalezas, Francisco Brito Freyre propôs e, efetivamente, promoveu a criação de oito Terços Auxiliares, por ele chamados de milicianos²⁵¹. Um papel dirigido por ele ao rei D. Afonso VI dá conta da criação deste “exército utilíssimo para a defesa, e para dispêndio sem nenhum custo”²⁵², cuja distribuição territorial se basearia em terços e deveria levar em conta a capacidade de se acudir rapidamente às praças litorâneas em caso de ataques costeiros. De acordo com Brito Freyre,

²⁴⁶ Silva, *Nas solidões vastas e assustadoras...* p.80,

²⁴⁷ Silva, *O miserável soldo...* p. 140

²⁴⁸ Silva, *O miserável soldo...* p. 183

²⁴⁹ Silva, *O miserável soldo...* p. 78.

²⁵⁰ Silva, *O miserável soldo...* p. 78.

²⁵¹ A redução no número de fortalezas e a criação de companhias móveis estão diretamente associadas uma à outra como forma de compensação. Dada a natureza do terreno, parecia mais interessante às autoridades régias ter uma força gratuita manobrável, do que arcar com a manutenção de estruturas permanentes. Para mais detalhes, ver: Miranda, «Fortes, paliçadas e redutos»..., p. 85-86.

²⁵² BNP, Cx. 236, D. 51.

esta força reuniria 6503 infantas e 810 homens de cavalaria²⁵³, ainda que ele não especifique a repartição destes homens entre os oito terços, é possível destringir o quadro de oficiais existentes em cada um, bem como a sua distribuição territorial, conforme o Quadro 11.

Quadro 11. Forças Auxiliares criadas por Brito Freyre c. 1663²⁵⁴.

Terços	Composição
Terço da Praça do Recife, Vila de Olinda e Freguesia da Várzea	8 Companhias de Infantaria 1 Companhia de Cavalaria - Comissário Geral da Cavalaria
Terço da Freguesia de São Lourenço, Santo Amaro e Muribeca	6 Companhias de Infantaria 3 Companhias de Cavalaria
Terço da Vila de Sirinhaém, freguesias de Ipojuca e do Cabo	6 Companhias de Infantaria 6 Companhias de Cavalaria
Terço das Vilas de Porto Calvo, Alagoas e freguesia do Una	8 Companhias de Infantaria 2 Companhias de Cavalaria
Terço da Vila do Rio de São Francisco e Seu Distrito	2 Companhias de Infantaria 1 Companhia de Cavalaria
Terço das Vilas de Itamaracá, Igarassu e Freguesia de Goiana	6 Companhias de Infantaria 2 Companhias de Cavalaria
Terço da Capitania da Paraíba	6 Companhias de Infantaria 2 Companhias de Cavalaria
Terço da Capitania do Rio Grande	1 Companhia de Infantaria
Total	7 Mestres de Campo 1 Capitão-Mor 8 Sargentos-Mores 43 Capitães de Infantaria 43 Companhias de Infantaria 1 Comissário Geral da Cavalaria 18 Companhias de Cavalaria

De acordo com a proposta enviada ao Conselho Ultramarino, em 1663, cada um dos Terços seria comandando por um Mestre de Campo, com seu Sargento-Mor e Capitães de Infantaria que, de acordo com o tamanho das povoações, variariam entre um máximo de 8 e um mínimo de 2, conforme o quadro acima. Apenas no Rio de São Francisco, “por ter pouca gente” e “não se poder agregar de outra, ficando quarenta léguas da mais vizinha, entre despovoados muito grandes, foi necessário dar-lhe forma à parte”, tendo um Capitão-Mor ao invés de um Mestre de Campo, assistido por um Sargento-Mor e dois Capitães de Infantaria²⁵⁵.

A criação destas forças auxiliares destinava-se, de um lado, a suprir a carência de recursos da Real Fazenda e, ao mesmo tempo, aliviar as despesas feitas pela Câmara de Olinda no pagamento dos soldados²⁵⁶. Mas esta reforma também abriu precedentes para consolidar, “as unidades milicianas como espaços de poder específicos da elite açucareira”, uma vez que seus comandantes eram, via de regra, recrutados entre os membros das elites locais e pessoas com

²⁵³ BNP, Cx. 236, D. 51.

²⁵⁴ Informações levantadas à partir de: AHU, Bahia, Luísa da Fonseca, Cx. 18, D. 2092.

²⁵⁵ A relação enviada ao Conselho Ultramarino pode ser encontrada nos anexos de uma consulta sobre a reforma dos Terços, localizada entre os papéis da Bahia. AHU, Bahia, Luísa da Fonseca, Cx. 18, D. 2092.

²⁵⁶ Silva, *O miserável soldo...*, p. 81-82.

maior autoridade social de cada localidade²⁵⁷. Estas, ocupariam não só os postos nas Ordenanças, mas, se beneficiariam de patentes de alto comando nas tropas auxiliares, como as de Mestre de Campo, Comissário Geral da Cavalaria e, posteriormente, Coronel e Tenente-Coronel. Em contrapartida, os postos de alto comando das tropas de primeira linha, de acordo com a autora, deveriam ser reservados ou, idealmente, preenchidos por reinóis²⁵⁸.

Em todo caso, as propostas de criação dos Terços Volantes, apesar de bem recebidas no Conselho Ultramarino, resultaram em uma Consulta ao então Governador-Geral, D. Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos. Este, a seu turno, desaprovou as medidas de Brito Freyre, alegando que aquele “exército utilíssimo” não teria senão a “aparência das listas que dele se enviaram a Sua Majestade”. De acordo com ele, a multiplicação dos postos em tempos de paz resultaria apenas no desassossego e na opressão das populações locais, por serem estas obrigadas aos exercícios militares. Em tempos de paz, bastaria apenas um capitão da ordenança em cada freguesia e, “para a gente de pé e de cavalo, dois coronéis”. Aprovado pelo Conselho, o parecer resultou em novas ordens para a reforma nos postos auxiliares, cuja execução foi, mais uma vez, encarregada ao novo governador, Mendonça Furtado.

No entanto, existem claras evidências que Mendonça Furtado não cumpriu cabalmente às determinações do Conselho, já que, no tempo de seu governo, fez o provimento de, pelo menos, 14 postos das companhias de Auxiliares, conforme os terços criados por Brito Freyre. Dentre eles, é de se destacar o provimento de dois Mestres de Campo dos Auxiliares, em 1665²⁵⁹. As medidas para a reforma nos postos milicianos, ou auxiliares, só parecem ter sido empregadas após a deposição deste Governador, já durante o governo interino de André Vidal de Negreiros, em 1667. Ao que tudo indica, Vidal de Negreiros procedeu apenas ao provimento de postos nas companhias de Ordenança e não concedeu nenhuma patente de oficiais das forças auxiliares²⁶⁰.

Poucos anos depois, ainda na década de 1670, durante a Guerra dos Palmares, o Governador D. Pedro de Almeida voltou a formar postos de auxiliares, nomeadamente de terços

²⁵⁷ Silva, «Brito Freyre e a Reforma Militar de Pernambuco no século XVII...» p. 218.

²⁵⁸ Silva, «Brito Freyre e a Reforma Militar de Pernambuco no século XVII...» Ideia, que, de resto, carece de maiores confirmações em estudos prosopográfico.

²⁵⁹ A saber, Marcos Barros Correa, Mestre de Campo dos Auxiliares das Freguesias de Santo Antônio do Cabo, Ipojuca e Sirinhaém, em 21/12/1665 e Francisco Dias Ferreira, Mestre de Campo dos Auxiliares das Vilas de Igarassu e Itamaracá, 24/12/1665. Estas informações foram extraídas de uma lista dos provimentos militares feitos entre 1648 e 1667, elaborada pelo Secretário de Governo de Pernambuco e remetidas ao Conselho Ultramarino em 1669, pelo Governador Bernardo de Miranda Henriques. AHU, Pernambuco Avulsos. D. 9, Cx. 867.

²⁶⁰ Ao que tudo indica, Vidal de Negreiros fez 47 provimentos dos postos da ordenança. Na lista dos provimentos feitos em tempo de seu governo, consta a menção seguinte: “*Lista dos Postos Militares da Ordenança que proveu André Vidal de Negreiros o tempo que governou estas capitanias segunda vez depois da Reforma dos Auxiliares*”. Esta menção confirma, ou ao menos sugere, que as reformas foram empreendidas ao longo de seu governo. AHU, Pernambuco Avulsos. D. 9, Cx. 867.

de homens solteiros. Estes, foram extintos no mandato de seu sucessor, Ayres de Souza de Castro (1678-1682) por ordem régia²⁶¹. Na conjuntura da Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714), o Governador Francisco de Castro Morais tomou medidas de prevenção e voltou a formar Terços Volantes nas proximidades dos portos do mar, formados por moços solteiros. Seguindo a tradição de Brito Freyre, Castro Morais formou três terços, a saber, o “das Capitanias de Porto Calvo, de Una e de Sirinhaém”, o da “Capitania de Ipojuca, do Cabo e de Muribeca” e o das freguesias de “Santo Amaro, Nossa Senhora da Luz, Santo Antônio, São Lourenço e Várzea”²⁶². Estes terços foram mantidos até, pelo menos, a primeira metade do século XVIII.

Mas, o que importa aqui salientar é que várias companhias auxiliares foram criadas e extintas entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, conforme as circunstâncias e as ameaças de guerra. Entretanto, a par dos terços volantes criados ao sabor das circunstâncias, os contingentes indígenas, anteriormente mencionados, e o Terço da Gente Preta, ou dos Henriques complementam o quadro de tropas auxiliares existentes na Capitania de Pernambuco. Herdeiros dos Terços de Antônio Filipe Camarão e de Henrique Dias, formados durante a guerra contra os holandeses, o Terço dos Camarões e o Terço dos Henriques distinguem-se por sua composição obedecer a critérios raciais, já que estes eram recrutados entre ameríndios e pretos ou pardos forros, respectivamente. Diferentemente das Ordenanças e dos Terços Volantes, que replicavam as hierarquias sociais estabelecidas na América, os terços dos Camarões e dos Henriques acabavam por oferecer possibilidades, ainda que limitadas, de distinção social para seus comandantes. De acordo com as folhas de pagamento da Câmara de Olinda e, posteriormente, da Provedoria de Pernambuco, tanto o Governador dos Índios quanto o Mestre de Campo dos Henriques recebiam soldos²⁶³.

De resto, não há informações precisas sobre a composição exata de ambos os terços, ainda que Brito Freyre, com notório exagero, mencione no papel que dirigiu ao Conselho Ultramarino em 1663 que, se mobilizadas, ambas as forças somariam mais de 10 mil homens prontos para o combate. Em meados do século XVIII, o Terço dos Henriques estaria dividido em 14 companhias, espalhadas por várias freguesias de Pernambuco, com um total de 1064 indivíduos, entre soldados e oficiais, conforme o quadro 12. Quanto às companhias de indígenas, parecem ser recrutadas nos aldeamentos em situações de combate ou para a realização de trabalhos forçados. Em data próxima a 1749, D. Marcos de Noronha e Brito

²⁶¹ AUC, CA, Cód. 31, fl. 335; AUC, CA, Cód. 33, fl. 92v.

²⁶² AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 22, D. 2064.

²⁶³ AHU Pernambuco Avulsos, cx.10, D. 983.

estimou que seria possível mobilizar “3700 praças” indígenas em todos os Aldeamentos do Bispado de Pernambuco²⁶⁴. Ainda que não fossem tão numerosos, é de se assinalar que a sua participação nas Guerras de Palmares, dos Bárbaros e até mesmo nas Alterações Pernambucanas (1710-1711) foi bastante ativa²⁶⁵.

Quadro 12. Tropas Auxiliares em Pernambuco c.1709-1749²⁶⁶

Lugar	Auxiliares em 1708		Companhias Auxiliares em 1749					
	Companhias	Efetivos	Companhias	Efetivos	Henriques	Efetivos	Índios	Efetivos
Olinda			1	60	1	175		
São Lourenço	3	105	3	201	1	54		
N. Sra da Luz	1	40	1	68	1	92		
Santo Antônio	1	40	1	65				
Jaboatão	3	96	2	136	1	55		
Recife			9	545	2	155		
Muribeca	2	89	2	112	1	53		
Cabo	4	171	4	247				
Ipojuca	4	146	4	241				
Igarassu			2	139	1	77		
Tracunhaém					1	76		
Sirinhaém	4	157	6	341	1	53		
Una	2	91	2	119	1	53		
Porto Calvo	4	233	1	57	1	57		
Alagoas					1	50	2	120
Penedo					1	114		
Total	28	1168	38	2331	14	1064	2	120

No quadro 12, situamos a localização das companhias de auxiliares nas freguesias da Capitania de Pernambuco em 1709, ano em que foram novamente criados os Terços Volantes, e em 1749, quando já se dispõe de um levantamento mais sistemático acerca da distribuição territorial dessas tropas. Nele, assinalamos o número de companhias auxiliares existente em cada freguesia e a quantidade de efetivos matriculados em cada uma. Para o ano de 1749, foi possível localizar informações para as companhias de Henriques, e duas companhias de “Índios”, situadas na Vila das Alagoas.

Fica evidente que a existência de companhias de auxiliares compensava a ausência de tropas regulares na maior parte das freguesias de Pernambuco durante o século XVIII, já que

²⁶⁴ ICP, p. 430-431.

²⁶⁵ Silva, *Nas solidões vastas e assustadoras...* pp. 102-103; 142-154.

²⁶⁶ Os dados referentes a 1709 foram extraídos de da lista feita pelo Governador Francisco de Castro Morais, e não considera as tropas de Henriques ou indígenas estacionadas na Capitania. Os dados referentes a 1749 podem ser encontrados nos mapas de tropa mandados preparar por D. Marcos de Noronha e Brito, em 1746 ou 1749. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx.22, D. 2064, ICP, p. 426-427, e 429-430.

haveria pelo menos uma companhia auxiliar ou de soldados Henriques em cada uma delas. Além disso, o total de 3515 indivíduos matriculados seria bastante superior, além de territorialmente mais abrangente, que os 1390 efetivos matriculados nas tropas pagas. Padrão semelhante pode ser visto nas Capitânicas de Itamaracá, Rio Grande e Ceará, como ilustra o Quadro 13, abaixo.

Quadro 13. Tropas Auxiliares nas Capitânicas ao Norte 1744-1749²⁶⁷

Lugar	Companhias	Efetivos	Henriques	Efetivos
<i>Capitania de Itamaracá</i>				
Goiana	5	244	1	136
Tejucupapo	1	71		
Taquara	1	64		
N. Sra. da Conceição	3	181	1	44
Total	10	560	2	180
<i>Capitania do Rio Grande</i>				
Natal	10	525	-	-
<i>Capitania do Ceará</i>				
Fortaleza	10	580	-	-

As capitânicas de Itamaracá, Rio Grande e Ceará eram guarnecidas por um Terço de Infantaria Auxiliar em cada uma, composto de dez companhias e mais de 500 homens. Ainda que a distribuição territorial deste mesmo terço fosse mais abrangente em Itamaracá, onde houvera ao menos uma Companhia em cada Freguesia, no Rio Grande e no Ceará as milícias estariam, em princípio, concentradas nas praças litorâneas – talvez aí para compensar a limitada tropa regular matriculada. Apesar de haver uma presença assinalável – guardadas as devidas proporções – da gente preta em Itamaracá, não conseguimos localizar menções a companhias de Henriques no Rio Grande e no Ceará. É provável que a ausência do Terço da Gente Preta nestas capitânicas se explique no facto de receberem fluxos mais modestos de migração forçada de africanos, do que as de Pernambuco e Itamaracá, não sendo aí suficientes para formar um Terço ou várias companhias.

4.4.3 As Ordenanças

Por fim, as companhias de ordenança concluem o quadro dos efetivos armados universalmente reconhecidos pela matriz institucional portuguesa. As ordenanças

²⁶⁷ Os dados referentes às Capitânicas do Ceará e de Itamaracá, foram extraídos das mesmas listas de tropas preparas no mandato de D. Marcos de Noronha e Brito. Os dados do Rio Grande, ausentes da mesma relação, foram extraídos de um Mapa de Tropa, enviado pelo Capitão-Mor da mesma Capitania em 1744. AHU, Avulsos Rio Grande do Norte, Cx.5, D. 288. Informações levantadas com base em ICP, 422-431.

representariam os elementos mais “irregulares” destes efetivos, constituindo meros alistamentos da população livre disponível ao serviço militar com idades entre 16 e 60 anos de cada freguesia, distrito ou “capitania”, aqui entendida como circunscrição jurisdicional submetida a um Capitão ou Capitão-Mor. Este, deveria ter cadernos de matrícula destes indivíduos, a quem repartiria por companhias segundo os locais de residência. As ordenanças deveriam armar-se e vestir-se por conta própria e atender às mostras gerais quando estas fossem convocadas pelos próprios capitães ou, como veremos adiante, até pelos próprios Governadores²⁶⁸.

Quadro 14. Distribuição das Ordenanças na Capitania de Pernambuco c. 1749²⁶⁹.

Freguesia	Infantaria	Efetivos	Cavalaria	Efetivos	Total
Olinda	4	268	1	69	337
Várzea	2	151	1	72	223
S. Lourenço	2	133	3	179	312
N.S. da Luz	4	439	2	153	592
Santo Antônio	3	241	1	67	308
Jaboatão	3	145	1	63	208
Ararobá	1	58	2	108	166
Rodelas	3	168	3	159	327
Recife	4	328	2	126	454
Muribeca	3	302	2	114	416
Cabo	5	333	2	142	475
Ipojuca	4	321	1	63	384
Igarassu	5	438	1	59	497
Tracunhaém	8	532	1	77	609
Maranguape	3	132			132
S. Lourenço da Mata	1	87			87
Sirinhaém	6	337	3	155	492
Una	2	149			149
Porto Calvo	8	564	2	106	670
Alagoas do Sul	4	346			346
São Miguel	6	388			388
Alagoas do Norte	4	?	-	?	0
Vila do Penedo	9	752	1	65	817
Poxim	2	196			196
Total	96	6808	29	1777	8585

²⁶⁸ Monteiro, «A sociedade local e seus protagonistas».

²⁶⁹ Informações levantadas com base em **ICP**, 422-431.

As tropas de ordenança dividiam-se, essencialmente entre tropas de infantaria e cavalaria, sendo aquelas comandadas por Capitães-Mores e estas por Coronéis. Sua distribuição territorial e volume de tropas será variável consoante a densidade populacional de cada localidade e, igualmente, à existência de companhias regulares ou auxiliares. Nesse sentido, recenseamentos gerais das companhias de ordenança não seriam fáceis de empreender em larga escala, já que implicariam os gastos para se acionar uma grelha de informantes locais que pudessem contabilizar, registrar e informar a quantidade de homens matriculados nas ordenanças de cada freguesia. Não por acaso, os primeiros levantamentos só começam a aparecer em meados do século XVIII, não os havendo para antes. No Quadro 14, relacionamos a distribuição territorial das companhias de Ordenança nas freguesias de Pernambuco, relacionando o número de companhias e os efetivos matriculados tanto na Infantaria quanto na Cavalaria.

Em meados do século XVIII, as Ordenanças da Capitania de Pernambuco agregavam mais de 96 companhias de infantaria e 29 de cavalaria. Por meio do Quadro 14, se pode observar que a proporção entre densidade populacional e número de companhias não era direta, pois os maiores contingentes das Ordenanças não estavam localizados com os maiores centros defensivos e populacionais, mas nas freguesias rurais em que o número de tropas regulares ou auxiliares era nulo ou mais reduzido. Nesse sentido, vemos que as freguesias de Tracunhaém, ou de São Miguel, que não possuíam tropas pagas ou auxiliares, concentravam mais companhias – oito e seis, respectivamente – que, por exemplo, Recife ou Olinda, onde estava estacionada a tropa regular, mas também algumas companhias de auxiliares. Por outro lado, as companhias de cavalaria, para além de presentes em quase todas, eram, proporcionalmente, mais expressivas nos sertões da Capitania, como em Rodelas ou Ararobá, do que nas vilas litorâneas. É provável que nestes espaços, marcados por grandes distâncias entre núcleos de povoamento, a maior parte da população se ocupasse da criação de gado e possuísse, para o trabalho, mais cavalos. Esta percepção pode ser confirmada, ou, no mínimo, questionada, confrontando os dados do quadro 14 com os do quadro 15, onde se apresentam as Capitânicas de Itamaracá e Ceará, sendo estas as únicas para as quais foi possível encontrar informações neste mesmo período.

Ao que tudo indica, apesar de terem uma dimensão mais reduzida em número de companhias e de homens alistados tanto em Itamaracá quanto no Ceará, salta aos olhos a pujança da cavalaria na composição ou, se calhar, na estruturação das Ordenanças. Em ambas as Capitânicas, a quantidade de companhias de cavalaria e infantaria é equivalente, no caso de

Itamaracá, onde havia dez companhias de infantaria e onze de cavalaria, ou muito superior, no caso do Ceará, onde haveria 22 companhias de cavalaria para apenas três de infantaria.

Quadro 15. Distribuição das Ordenanças em Itamaracá e no Ceará, c. 1749²⁷⁰.

Freguesia	Companhias	Efetivos	Cavalaria	Efetivos	Total
Capitania de Itamaracá					
Goiana	5	290	4	207	497
Itamaracá	1	123	3	174	297
Tejucupapo	1	158	2	98	256
Taquara	1	68	1	58	126
Desterro	2	114	1	54	168
Total	10	753	11	591	1344
Capitania do Ceará					
Vila de Fortaleza	1	61	10	1365	1426
Vila de Aquiraz	1	44	3	132	176
Vila de Icó	1	79	9	514	593
Total	3	184	22	2011	2195

Todavia, é igualmente discutível se todos os homens alistados nestas companhias de cavalaria possuíam realmente cavalos ou se esta divisão seria meramente ilustrativa. Analisando o caso específico do Ceará, Eudes Gomes menciona o curioso caso do Capitão-Mor de Aquiraz que, em 1754, teve que remover 107 homens dos que estavam matriculados no regimento pelo facto de estes não terem cavalos próprios, apresentando-se às mostras militares montados em éguas ou com cavalos emprestados de outras pessoas²⁷¹. Este mesmo autor explica que a participação nas tropas de cavalaria da Ordenança agregaria certo prestígio aos homens que nelas servissem, já que a posse do cavalo seria, por excelência, um signo de distinção social ao qual vários dos colonizadores daquela Capitania, como das restantes, almejavam²⁷².

Prestígio e distinção social. Este seria o principal atrativo para o ingresso nas companhias de ordenança em todo o mundo português. Locais de reprodução das hierarquias sociais estabelecidas, aonde os postos de comando mais elevados deveriam ser preferencialmente destinados aos homens mais ricos e poderosos de cada localidade. As Ordenanças serviam, para institucionalizar posições sociais ou verter capacidades de mando em efetiva autoridade. Ainda assim, vários autores têm sublinhado o papel decisivo das ordenanças na América Portuguesa, no sentido de que não seriam meros alistamentos da população

²⁷⁰ Informações levantadas com base em ICP, 422-431.

²⁷¹ Gomes, José Eudes A. B. «As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista». Niterói, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 209-210.

²⁷² Gomes, Eudes. «Milícias de El Rey...». p.209

disponível ao combate, mas ativos protagonistas do poder local e da governança territorial²⁷³. Nos próximos capítulos, teremos a oportunidade de entrever este papel mais ativo dos corpos de ordenança.

4.4.4. Variantes da Matriz Institucional

Ao conjunto dos efetivos armados presentes nas Capitâneas do Norte se faz necessário acrescentar aqueles que não se enquadrariam, a priori, na matriz institucional do mundo português. Aqui, nos referimos especificamente aos “Paulistas”, e aos “Homens do Cipó”, também chamados Tundacumbes, ambos contingentes irregulares e que passaram por alguma institucionalização entre finais do século XVII e início do XVIII.

De acordo com Puntoni, o uso de tropas regulares e auxiliares nas frentes de combate nos sertões mostrou-se ineficaz ou insuficiente em diversas circunstâncias. Diante desse cenário, a contratação de sertanistas provenientes da Capitania de São Paulo, revelara-se como uma solução proveitosa e já experimentada pelo Governo-Geral durante vários conflitos com os povos indígenas que habitavam o sertão da Bahia desde a década de 1650²⁷⁴. O deslocamento destes homens por longas distâncias ocorria segundo condições contratuais bem estabelecidas e que se baseavam na promessa de sesmarias nas terras conquistadas, além de garantia de cativos, entre os ameríndios capturados por seus e “de maneira incerta, soldados”²⁷⁵. Portanto, os Paulistas poderiam ser enquadrados como uma força absolutamente irregular, porém depositária de saberes adquiridos com a experiência no aprisionamento de ameríndios e que seriam especialmente valorizados por suas táticas e habilidades com o tipo de guerra feita nos matos e contra inimigos que não pelejavam da mesma forma que nos campos de batalha da Europa, valendo-se, pelo contrário, de um saber próprio, que aproveitava as especificidades do

²⁷³ O próprio Eudes Gomes sublinha que “Resumidamente, os serviços prestados pelos terços e companhias das milícias e corpos de ordenança no Ceará setecentista foram: o cumprimento das ordens das autoridades régias na capitania; a escolta de autoridades, como capitães-mores, ouvidores e juizes; a manutenção da “paz” e a promoção da “polícia” (bom funcionamento) das suas vilas e sertões; a realização de diligências para a captura de criminosos, escolta e remessa de presos; a realização do recrutamento, mostras e o exercício das tropas aos domingos e dias santos; a confecção de levantamentos populacionais através dos alistamentos e da confecção de mapas de tropas; a cobrança de impostos; a construção de capelas e a remuneração e sustento de religiosos seculares; a realização de obras públicas e o oferecimento de donativos e doações para a sua concretização, sem esquecer, ainda, a realização de festas régias e religiosas no espaço das vilas, promovendo a representação do poder monárquico em âmbito local”. Gomes, José Eudes. «As armas e o governo da República: tropas locais e governação no Ceará setecentista». Em *Dinâmica Imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (séc. XVI-XIX)*. org. Guedes, Roberto. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 202.

²⁷⁴ Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros*, p.89-122.

²⁷⁵ Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros*, p. 201.

terreno e capacidade de não depender de mantimentos ou de munições vindas das distantes praças litorâneas²⁷⁶.

Os Paulistas foram contratados para atuar na Guerra dos Bárbaros e chegaram nas Capitanias do Norte na década de 1680, mas também participaram da Guerra contra Palmares, principalmente nas fases finais. Parte das táticas adotadas no conflito envolviam o estabelecimento de alguns redutos permanentes nos sertões, os “Arraiais”, a partir de onde se poderia controlar com mais facilidade a movimentação de indígenas ou cativos em fuga. Ao final dos conflitos, sua presença foi reconhecida como necessária para garantir a segurança das capitanias e evitar, no caso de Palmares, a formação de novos mocambos. Assim, em finais do século XVII, ocorreu um processo de maior formalização das tropas de Paulistas, de modo que foram incorporados aos contingentes pagos de Pernambuco e do Rio Grande, mais especificamente em dois Terços: o do Palmar e o do Açú.

De acordo com Puntoni, o Terço do Açú foi formado em 1695, pago pela Provedoria do Rio Grande, dividia-se em dez companhias, tais como os outros, mas compunha-se de um contingente diminuto e que raramente ultrapassou os 300 homens. Mais da metade dos homens matriculados (54%) eram indígenas, alguns retirados dos aldeamentos das redondezas ou das capitanias vizinhas²⁷⁷. Contudo, após uma diversidade de conflitos com os moradores do Rio Grande e do Massacre do Jaguaribe, foi decidido pela extinção do mesmo Terço, só efetivada em 1716.

No caso do Terço do Palmar, formado em finais do século XVII, dividia-se em dois arraiais, a saber, o de Nossa Senhora das Brotas e o de Jacuípe, ambos no sul de Pernambuco – nas cabeceiras de Alagoas do Sul e de Porto Calvo, respectivamente. Na década de 1730, o Governador de Pernambuco, Duarte Sodré, propôs uma redução drástica no tamanho dos Terço, que passou a ser apenas um arraial guarnecido por apenas 30 soldados pagos, sendo homens destacados da tropa paga de Pernambuco, e não mais os sertanistas da Capitania de São Paulo²⁷⁸. As menções ao Arraial podem ser encontradas até os anos finais do século XVIII²⁷⁹.

Já os “Homens do Cipó”, atuavam nas freguesias de São Lourenço da Mata e em Itamaracá, consistindo de um bando armado a serviço de particulares que, de acordo com Mello, chegou, no seu ápice, a reunir incríveis 500 homens²⁸⁰. No tempo de seu governo de Félix José

²⁷⁶ Puntoni, A Guerra dos Bárbaros, p. 188.

²⁷⁷ Puntoni, A Guerra dos Bárbaros, p. 205

²⁷⁸ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 39, D. 3533; Cx. 42, D. 3810, Cx. 54, D. 4726.

²⁷⁹ O Terço dos Palmares ainda carece de estudos mais aprofundados. Contudo, tais menções podem ser encontradas em várias correspondências dos Governadores de Pernambuco. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 121, D. 9238.

²⁸⁰ Mello, *A fronda...*, p. 398.

Machado, os empregou importantes na perseguição aos “cabeças” das Alterações Pernambucanas, e foi nessa altura em que eles foram institucionalizados como uma tropa auxiliar, comandada por um Coronel, capitães e auxiliares²⁸¹.

4.5. Recapitulação

É evidente que o complexo cenário de que tratamos não chega a esgotar os problemas associados à análise das estruturas político-administrativas existentes nas Capitânias do Norte do Estado do Brasil. Mas, essa cartografia do poder nos permite verificar um conjunto de transformações institucionais que acompanharam o crescimento populacional e a retomada das atividades econômicas nas cinco capitânias, ainda que em ritmos muito diferentes. Entre 1654 e 1756, o número de freguesias mais que duplicou, passando de 20 para 49, assim como o número de aldeamentos que de 20, em finais do século XVII, passou a 55, em 1757. Todavia, este crescimento foi acompanhado por uma multiplicação apenas limitada no número de vilas e, consequentemente, de Câmaras, que de nove existentes no conjunto das Capitânias restauradas, passaram a apenas quinze, em meados do século XVIII, tendência que fez com que o poder camarário ficasse confinado em Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande às praças litorâneas até à implantação do Diretório dos Índios, iniciada em 1759. Não obstante, foram adotadas formas alternativas de organizar o governo local, com a multiplicação de capitânias-mores ou de julgados nos sertões, com seus respectivos escrivães.

Além disso, a presença das tropas pagas e das fortalezas limitava-se à guarnição dos enclaves portuários conferindo-lhes destaque enquanto centros de defesa, aonde o poder régio dispunha de contingentes estacionados e permanentemente disponíveis. Porém, ao longo do pós-guerra, os efetivos regulares e a rede de fortalezas deixada pelos neerlandeses foram progressivamente reduzidos, fazendo com que a maior parte do território fosse guarnecida basicamente por tropas auxiliares e de ordenanças, ou por pequenos destacamentos da tropa regular em alguns espaços, a partir de finais do século XVII.

Sobrepostos a esta malha de poucos municípios e várias paróquias, emergiram alguns centros de governo com dimensões bastante assimétricas. Aqui, ganha destaque a Capitania de Pernambuco, cujo núcleo de governo se consolida, e, em boa medida, acaba por se adaptar ao trânsito constante entre os dois espaços mais densamente povoados e economicamente mais ativos, nomeadamente Olinda e Recife. É aqui que se vai concentrando a maior presença de oficiais régios, nomeadamente o Governador, o Ouvidor, o Juiz de Fora, o Provedor da Fazenda

²⁸¹ Mello, *A fronda...*, pp. 397-398, 463.

e, na jurisdição eclesiástica, o Bispo. Autoridades que tinham, com a exceção do Juiz de Fora, jurisdições territorialmente amplas, por vezes sobrepostas a outras capitanias. Acrescente-se que era no Recife onde se reuniam os organismos permanentes ou extraordinários de decisão colegiada, a saber, as Juntas das Missões, a partir de 1692, e a da Justiça²⁸², a partir de 1735, além de todas as juntas extraordinárias convocadas para decidir sobre os Donativos Reais que impactavam sobre as cinco capitanias²⁸³. A concentração deste feixe de estruturas políticas neste ponto do território conferia efetiva *capitalidade* à Pernambuco perante as cinco capitanias. Contudo, a multiplicação – ainda que limitada – de magistrados régios nomeados para alguns espaços, levou à formação de centros de poder político com menor dimensão, nomeadamente nas comarcas da Paraíba, das Alagoas e do Ceará – dotando a cada uma delas de um peso político específico, consoante a presença ou a ausência de outros poderes de competências regionais ou, no mínimo, supramunicipais, tais como os Provedores da Fazenda ou os Capitães-Mores Governadores de Armas.

O corpo de oficiais regularmente remunerados pela Fazenda Real limita-se basicamente: aos soldados e oficiais da tropa regular, ao governador, aos capitães-mores governadores de armas, aos ouvidores, ao juiz de fora, e aos provedores, aos almoxarifes e a alguns oficiais da Fazenda e Alfândega²⁸⁴. Diante disso, e sendo a presença de todos estes limitada quase tão somente aos espaços nucleares de governo, acaba por ser incontornável observar que a maior parte do território é efetivamente “administrada” por poderes que não são, de todo, remunerados ou cuja remuneração provém unicamente de emolumentos. Isso significa que a Coroa não só arcava com uma parcela numericamente reduzida do conjunto das estruturas político-administrativas, como boa parte dessas estruturas permanecia em mãos de indivíduos nascidos na América. Se preferirmos, fica mais do que evidente que o domínio português nesta quarta parte da América não tinha condições de ser sustentado apenas pela força de agentes externos, mas era a flexibilidade, e os mecanismos de negociação (ainda que desigual), associados à capacidade da Coroa em legitimar e aproveitar-se da ação dos poderes orgânicos, que permitiram a sobrevivência deste domínio por quase quatro séculos.

A terceira parte da tese trata, precisamente, da interação estabelecida entre os Governadores e essa constelação de poderes, vista de forma sistemática e através da comunicação política vista em escala transoceânica, continental e regional.

²⁸² Sobre esta junta ver: Paiva, «Justiça e poder...», p. 191-197.

²⁸³ Lisboa, «Uma das principais dos domínios...», p. 233-247.

²⁸⁴ A saber: Escrivão da Fazenda e seus três oficiais; o Porteiro e o Escrivão da Alfândega, Escrivão dos Feitos da Coroa. **ICP**, p. 315-316.

PARTE III
DISTÂNCIA, COMUNICAÇÃO E GOVERNABILIDADE

CAPÍTULO 5

O Governo no Atlântico

Os Governadores de Pernambuco e a comunicação política com o reino

“Eu, o Príncipe, (...) Faço saber a vós, Governador de Pernambuco, que eu fui servido logo na criação do Conselho Ultramarino mandar passar ordens para que nas conquistas deste reino se não guardassem outras algumas, tocantes às matérias de Justiça, Fazenda e Guerra que não fossem expedidas pelo mesmo Conselho; e porque sou informado que elas não se guardam com a mesma pontualidade (...) vos mando que façais executar muito inteiramente, como nelas se contém, não consentindo que se dê cumprimento se não às que forem passadas pelo mesmo Conselho Ultramarino (...) salvo as que forem expedidas pelas Secretarias de Estado e expediente”

(Provisão Régia passada a Bernardo de Miranda Henriques em 18 de setembro de 1668).

“... por este Regimento vos ordeno, confio, em todas as matérias assim do eclesiástico, como da Justiça, Fazenda e Guerra, e as mais tocantes ao bom governo d'estas capitánias, tal procedimento como é a confiança que faço da vossa pessoa para vos encarregar d'elas, assim vos ordeno e mando, que de todas me deis particular conta, e das que sucederem e intenderdes convém ter eu notícia (...) o que fareis em todos os navios que partirem destes portos, e não impedireis aos oficiais das Câmaras, e Ministros e Oficiais da Justiça, Fazenda e Guerra a me escreverem, ainda mais que sejam queixas, pelo que cumpre a meu serviço e administração da mesma justiça, e quando se vos peçam informações, as mandareis com toda a clareza, e distinção, que puder ser”

(Capítulo 29 do Regimento passado ao Governador de Pernambuco em 1670)

Os excertos que abrem as linhas deste capítulo foram extraídos de dois dos principais suportes utilizados pela Coroa para transmitir informações aos Governadores na América Portuguesa. Os **Regimentos** comportam instruções básicas de caráter permanente que deveriam delimitar as obrigações essenciais ao exercício do cargo de Governador¹ e ao contrário do que acontecia com os governadores das colônias reais da América Inglesa, que recebiam conjuntos renovados de instruções ao início de cada mandato, o de 1670 manteve-se inalterado até o

¹ Tais como atender às mostras militares e ao pagamento dos soldos e das fardas, observar a manutenção das fortalezas, da artilharia e dos hospitais que atendiam aos soldados enfermos, defender o território de potenciais ameaças, gerir o expediente das frotas, garantir a boa administração da Fazenda e da Justiça, pagar as consignações destinadas às Misericórdias, dentre outros. Para uma análise do conteúdo dos regimentos dos governadores, ver: Melo, «Das cousas que convém...».

alvorecer do século XIX². Mas, mais do que ditar os limites da ação política³, os regimentos possuíam caráter legitimador e que visava respaldar a autoridade dos governadores em termos jurisdicionais. **Provisões** como a da epígrafe, juntamente a outras tipologias de comunicações legislativas ali evocadas como os Alvarás, Cartas e Ordens Régias, serviam, pelo contrário à transmissão constante de informações dos organismos da administração central da Coroa ao oficialato periférico⁴.

Portanto, a produção de instruções fixas, de um lado, e a emissão rotineira de comunicações normativas, de outro, representam modalidades distintas de instrução dos governadores. Os conselhos oferecidos por Antônio Barbosa de Lima a Félix José Machado em 1710 fazem alusão especial às comunicações normativas para a orientação da prática política. Numa das cláusulas do alvitre, ele recomendou ao governador adventício que procurasse “logo que tomar posse do Governo, o seu Regimento e o livro das cartas de sua Majestade e o **estude** por ele e por elas que são a **mente do rei escrita e expressa** por onde Vossa Senhoria governando se há de governar”⁵. Trata-se, no limite, de uma projeção idealizada da governação, uma vez que o cumprimento irrestrito das determinações da Coroa era muitas vezes incompatível com as oportunidades de ação no terreno⁶. Da mesma forma, ela representa apenas um dos sentidos da troca de informações e pouco alude ao papel dos governadores como informantes que, ao representar ou favorecer interesses locais perante o monarca, engajavam-se mais na posição de mediadores – ou de **intermediários** – entre Reino e Conquistas do que na de aplicadores imparciais dos anseios metropolitanos⁷.

Mesmo a “Coroa”, estava longe de ser um corpo coeso, marcado por interesses unívocos e bem articulados de ação política, constituindo-se, por outro lado, como um feixe pouco coordenado de Conselhos e Secretarias⁸ com atribuições consultivas e, por vezes, conflitantes que controlavam as vias de acesso efetivo ao rei⁹. Se a maior parte das cartas dos governadores

² Labaree, Leonard. *Royal Government in America: A study of the British Colonial System before 1783*. New York: Frederick Ungar Publishing, 1929. pp. 420-449.

³ Certas cláusulas contêm recomendações, no limite, ambíguas e outras muito genéricas tais como simplesmente recomendar o “bom tratamento que deveis fazer aos oficiais de Justiça e Fazenda”. «Regimento passado a Fernão de Sousa Coutinho do posto de Governador Capitania de Pernambuco em 1670». **ICP**.p. 121.

⁴ Também se poderiam chamar de “Comunicações Legislativas”, ou “legal communications”, tal como entende Richard Ross. «Legal communications...». pp.104-143.

⁵ BNP, Cx. 236, manuscrito 51, fl.1.

⁶ Russell-Wood, A.J.R. «Governantes e agentes». Em: *História da Expansão Portuguesa*. v3. orgs. Bethencourt, Francisco E Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p.192.

⁷ Burkholder, Mark, org. *Administrators of Empire*. Ashgate: Andershot/Brookfield, 1998. p. xxiii.

⁸ Hespanha, *As vésperas do Leviathan...*, Cardim, Pedro. «"Administração" e "Governo": uma reflexão»..., p.53.

⁹ Ou, nas palavras de Bredecke, um sistema centralizado e baseado em opiniões de “confiança” confronta-se com “*Vorraum*’ or ‘*korridor der macht*’ (Carl Schmitt), filled up with people who try to control the communication between the centre and the peripheries”. Bredecke, Arndt. «Informing the council: central institutions and local

da América era endereçada diretamente ao soberano, sabe-se que, ao chegarem em Lisboa, eram remetidas a diferentes destinatários e organismos da polissinodia. Desde que foi criado, em 1642, Conselho Ultramarino tinha primazia em relação aos restantes tribunais palatinos por superintender todos os assuntos relacionados às conquistas, por recepcionar e por redistribuir, ao menos em teoria, todas as comunicações recebidas do além-mar¹⁰. Mas, é certo que os Governadores mantinham também correspondência com – e acessavam o monarca através de – outras instâncias da administração central, tais como o Conselho de Estado e seu secretário, ou, já no período joanino, através da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar¹¹.

Além disso, as relações com estes conselhos não eram sempre harmoniosas. Os Governadores, tal como ilustra excerto da provisão régia de 1668, chegaram a negar o cumprimento de certas determinações do Conselho Ultramarino, queixando-se dos conselheiros através de outras instâncias¹². Além disso, o mesmo Conselho que coordenava o movimento dos papéis e que dava expedição às ordens, era o canal privilegiado para que os poderes locais apresentassem reclamações acerca dos procedimentos dos Governadores, garantia, aliás, expressa no excerto do Regimento apresentado na epígrafe, por onde os Governadores não poderiam impedir as comunicações de “oficiais das Câmaras, e Ministros e Oficiais da Justiça, Fazenda e Guerra” e “ainda mais que sejam queixas”¹³.

Os circuitos transoceânicos de comunicação político-administrativa tinham características complexas, de modo que a variedade dos arranjos relacionais estabelecidos entre a Coroa e os Governadores excedia os limites de um mero “governo por instrução”¹⁴. Se existia uma subordinação bem definida dos Governadores ao Conselho Ultramarino, seria bastante limitado observá-la desde um ponto de vista unilateral, onde caberia ao segundo formular as diretrizes que o primeiro meramente aplicaria. Mas, se não parece acertado compreender que os Governadores atuavam como meras correias de transmissão e execução das determinações do centro, insistimos que sua importância era decisiva para manter as ligações entre este e as conquistas no mundo atlântico.

knowledge in the Spanish Empire». Em *Empowering interactions: political cultures and the emergence of the State in Europe 1300-1900*. org. Blockmans, Wim et al. Surray: Ashgate, 2009. p.240.

¹⁰ Cruz, Miguel Dantas da. *Um império de conflitos: O Conselho Ultramarino e a Defesa do Brasil*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.p.31.

¹¹ Circunstância, aliás, demonstrada nas linhas iniciais da epígrafe deste capítulo.

¹² Carta do Governador Antônio Félix Machado ao Secretário de Estado Roque Monteiro Paim, 1692. British Library, 21.000. fls.174-175.

¹³ Situação comum a todos os governos da América Portuguesa. Aliás, o Regimento passado ao Governador-Geral do Estado do Brasil acrescentava ainda que a obrigação de não impedir as comunicações ainda que fossem queixas era essencial ao Real Serviço, por onde “convém haver a liberdade necessária”. Cosentino, Francisco et al. «Governadores reinóis e ultramarinos...». p.301.

¹⁴ Labaree, *Royal Government in America...*, pp. 421-449.

Paralelamente à responsabilidade de representar um monarca materialmente ausente, vinha o dever de mantê-lo informado daquilo que se passava em territórios que, em virtude da distância, só se podia conhecer através das tecnologias disponíveis, a saber, dos relatos de viajantes, do papel manuscrito, ou das representações cartográficas e iconográficas. Investigações recentes, amparadas em maciços conjuntos de dados têm apontado que os Governadores e Governadores-Gerais representam “os oficiais com maior intervenção na comunicação política [da América] com o Reino”, sendo eles também os “interlocutores preferenciais do centro político”¹⁵. Com efeito, se a distância oceânica fazia com que todas as informações transmitidas por via marítima e acumuladas no centro da monarquia fossem, em larga medida, obtidas a partir de conhecimentos locais¹⁶.

E diante da grande variedade de fontes de informação disponíveis no espaço da monarquia, a Coroa estabelecia hierarquias de importância entre os informantes¹⁷. E é precisamente aí que se pode perceber o papel destacado dos Governadores nas comunicações. Tal como ilustrado nas linhas da epígrafe, o capítulo 29 do Regimento de 1670, associa diretamente “a **confiança** que faço da vossa pessoa”, isto é, dos Governadores, no encargo das matérias eclesiásticas, de guerra, de justiça e de fazenda com a ordem de dar delas “particular conta” e ainda de todas mais que “sucederem e intenderdes convém ter eu notícia” e, insista-se, aproveitando-se de “todos os navios que partirem destes portos”¹⁸. Miudamente, do ponto de vista da administração central, a qualidade investida nos detentores do cargo era proporcional à expectativa de que estes servissem de fornecedores confiáveis de informações. Alguns, como o vice-rei Marquês de Angeja, chegaram a ser repreendidos por falhar com este dever, como em 1714, quando o Conselho Ultramarino apresentou queixa de que este escrevera apenas “oito cartas”, em grande prejuízo da autoridade daquele tribunal¹⁹.

Da mesma forma, a demanda constante de informações a partir do centro fazia com que muitas questões que subiam à Coroa e sobre as quais os conselheiros do ultramarino não se sentiam suficientemente esclarecidos para opinar, fossem redirecionadas novamente à América para apreciação dos governadores, frequentemente eram acionados para emitir pareceres. Não despropositadamente, o Regimento prescreve que sempre “quando se vos peçam informações,

¹⁵ Cosentino et al. «Governadores reinóis e ultramarinos...». p. 302.

¹⁶ Brendecke, *Imperio e información...*

¹⁷ Nomeadamente aquelas que considerada como mais confiáveis. Este fenómeno este observado por Arndt Brendecke para o caso hispânico. Brendecke, «Informing the council...», p.240

¹⁸ Grifos nossos

¹⁹ Bicalho, Maria Fernanda B. «Cultura política, governo e jurisdição no Antigo Regime e na América Portuguesa: uma releitura do ofício de vice-rei do Estado do Brasil». Em *Cultura política, memória e historiografia*. (orgs.) Azevedo, Cecília et. al. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 369.

as mandareis com toda a clareza, e distinção, que puder ser”²⁰. Semelhantes solicitações não se limitavam apenas à emissão de questionários, ou perguntas pontuais que atendessem aos interesses da administração central, mas, como veremos, ao acionamento dos Governadores para opinar sobre petições, requerimentos e representações de outros poderes nos territórios.

Nesse sentido, ao longo deste capítulo abordamos os padrões da comunicação política estabelecida entre os Governadores de Pernambuco e a Coroa Portuguesa em três tópicos. No primeiro, consideramos as questões inerentes à materialidade das comunicações empreendidas à longa distância através do Atlântico, reportando-nos tanto ao tempo quanto às condições associadas ao transporte e ao trâmite das comunicações numa e noutra margem do oceano. No segundo, consideramos os espaços e os interlocutores privilegiados nas comunicações emitidas pela Coroa às Capitanias do Norte do Estado do Brasil, aferindo o peso e o destaque dos Governadores em meio aos restantes atores do processo comunicativo. No terceiro, debruçamo-nos especificamente sobre a comunicação política estabelecida entre os Governadores e a Coroa, aferindo variações no volume das correspondências emitidas e recebidas, as principais tipologias de assuntos apresentados, as diferentes modalidades de comunicação bem como os mecanismos que garantiam a participação destes agentes na formulação das decisões políticas tomadas nesta escala atlântica de comunicações.

5.1. Materialidades da conexão atlântica

O contato entre os Governadores de Pernambuco e o Reino dependia, por razões óbvias, da navegação de longa distância cujos ritmos eram determinados por fatores de ordem política e climática, nomeadamente, das frotas, de um lado, e do regime dos ventos e correntes marítimas no atlântico, de outro. Tais condicionamentos impactavam no ritmo de comunicação com a Coroa, bem como na duração do “tempo administrativo.

5.1.1 A Navegação de Longa distância.

A navegação transatlântica obedecia a um “calendário marítimo muito preciso, uma ‘janela’ sazonal delimitada”²¹. Basta dizer que a época ideal para zarpar de Lisboa, aproveitando a monção nordeste no Atlântico Norte, situava-se quase que impreterivelmente entre os meses de setembro e março, ao passo que o retorno deveria se dar entre abril e o começo

²⁰ Regimento dos Governadores de 1670, In: **ICP**, *Op. Cit.* p.122-123.

²¹ Alencastro, *O trato dos viventes...*, p. 57.

do mês de outubro, quando se aproveitava a monção sudeste, no Atlântico Sul²². Nestas condições ideais, o tempo médio de viagem de Lisboa à Pernambuco girava em torno de 60 dias, ao passo que a viagem de retorno se fazia em 75 dias²³. Nas palavras de Alencastro, “fora destes prazos, o tempo de cada uma das etapas da viagem”, ida e volta, “dobrava – no mínimo – com o aumento exponencial do risco da tripulação, exposta às tempestades sazonais, à sede e às doenças nas calmarias” na zona da linha do Equador²⁴. O tempo razoavelmente curto de viagem colocado nestas oito ou dez semanas, aliado à posição geográfica favorável para as navegações, conferia à Pernambuco um lugar privilegiado nas comunicações estabelecidas com o reino. Posição que pode ser comparada com outras experiências imperiais, conforme os dados compilados na Tabela 11 que apresenta, sucessivamente, os destinos das viagens, as distâncias aproximadas a percorrer (em quilômetros), e o tempo das viagens de ida e volta, contabilizado em semanas.

Tabela 11. Distâncias e tempo de navegação²⁵

Tabela 11. Distâncias e tempo de navegação				
Partida	Chegada	Distância	Ida	Volta
		Kms.	(Semanas)	
Atlântico Português				
Lisboa	Pernambuco	5838	8	10
Lisboa	Bahia	6503	10	12
Lisboa	Rio de Janeiro	7710	12	13
Lisboa	São Luís	5827	5	5
Atlântico Hispânico				
Sevilha/Cádiz	Veracruz		11	18
Sevilha/Cádiz	Havana		9	9
Sevilha/Cádiz	Cartagena		7	15
Sevilha/Cádiz	Istmo do Panamá		11	19
Atlântico Inglês				
Bristol	Barbados	6500	8 a 9	6 a 7
Bristol	Kingston	7600	9 a 11	12 a 14
Londres	Boston	4550	8 a 9	4 a 5
Atlântico Francês				
La Rochelle	Québec	4850	06 a 12	4 a 6
La Rochelle	Nova Orleans	9100	14 a 21	9 a 12
La Rochelle	Louisbourg	6600	4 a 8	2 a 4
La Rochelle	Saint Pierre	4100	5 a 9	6 a 10

²² Mauro, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 39-55.

²³ Russell-Wood, Anthony J. R. *The Portuguese Empire, 1415-1808: a world on the move*. Baltimore/London: John Hopkins University Press, 1998. p.35.

²⁴ Alencastro, *O trato dos viventes...*, p. 57.

²⁵ A distância e o tempo de viagens entre os diferentes portos foram sistematizados respectivamente com as seguintes referências, Russell-Wood, *The Portuguese Empire...*, p. 35; Burkholder, Mark A., Johnson, Lyman L. *Colonial Latin America*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 71. Os dados para o Atlântico Inglês e Francês foram sistematizados em: Banks, *Chasing Empire across the sea...*, p. 52-56.

Vemos que a viagem de Lisboa até à Bahia levava-se, em média, 70 dias na ida e 84 na volta, e entre a primeira e o Rio de Janeiro, 90 na ida e 97 na volta. Salvo o tempo de viagem entre a capital do império e São Luís no Maranhão, que durava perto de cinco semanas, a viagem entre Recife e Lisboa era a que se fazia em menos tempo. Mesmo face ao contato entre os principais portos europeus de outras monarquias com suas possessões atlânticas, a comunicação com Pernambuco está dentre as mais rápidas neste lado do mundo, equiparando-se ao tempo de viagem entre os portos da Andaluzia e Havana ou ao tempo de navegação entre Bristol e Barbados.

O tempo de conexão figura ainda mais curto quando se tem em conta que, para o caso português, o destino final das frotas coincidia com a capital administrativa do Reino. Na França, por exemplo, os dois principais portos de lançamento das navegações atlânticas situavam-se em La Rochelle e Rochefort, na costa ocidental, ao passo que o *Bureau des Colonies*, organismo responsável pelos assuntos das colônias francesas, estava em Marly ou Versailles²⁶. Neste caso, ao tempo de viagem marítima, é preciso acrescentar o tempo de transporte terrestre entre as cidades portuárias e as capitais. Isto significa, por exemplo, que ao tempo aparentemente curto de viagem entre Québec e La Rochelle, feito entre 4 e 6 semanas ou mais longo, como entre Nova Orleães e La Rochelle, que durava, no mínimo, nove semanas, deve-se acrescentar uma viagem de mais quatro a seis dias até Versailles ou Marly, onde o *Bureau* atendia às reuniões, viagem em si mesma dependente da atividade dos correios terrestres²⁷.

Na monarquia hispânica, ocorria algo semelhante, já que O *Consejo de Índias* se reunia em Madrid, ao passo que as frotas chegavam, vindas da América, em Cádiz ou Sevilha. Mas, ainda a este tempo é preciso considerar que os principais centros governativos da América nem sempre coincidiam com as principais praças portuárias. Veracruz, principal “gargalo” da Nova Espanha, ficava distante da Cidade do México, assim como o esquadro de Cartagena ficava distante de Lima, de modo que as correspondências tinham de ser transportadas por terra até serem embarcadas em direção aos portos da Andaluzia²⁸.

O problema relacionado com o transporte interno pode ser observado de forma inversa nas Capitanias interioranas da América Portuguesa, onde tempo real de comunicação com o reino poderia durar um ano ou até mais²⁹. Para traçar um parâmetro de comparação, a viagem entre Lisboa e Vila Boa fazia-se com a travessia marítima até o Rio de Janeiro e de lá até Goiás

²⁶ Banks, *Chasing Empire across the sea...*, p. 52-56.

²⁷ Bastante eficazes, de acordo com Banks, *Chasing Empire across the sea...*, p. 53.

²⁸ Burkholder, Johnson, *Colonial Latin America...* ; Cf.: Sellers-García, *Distance and documents...* p. 34.

²⁹ Lemes, Fernando. «Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás». *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 13, jan-jul, 2012, p. 115.

pelos sertões, percurso chegava a durar entre 71 e 85 dias. Além disso, é preciso acrescentar o tempo de espera no Rio de Janeiro pelas condições ideais de viagem pelo interior, isto é, fora dos meses de inverno ou de seca, o que em alguns casos chegava a 8 meses de espera³⁰. Portanto, entre o envio de uma correspondência e a sua resposta gastava-se, no mínimo dois anos.

Esta breve comparação serve para ilustrar que as condições de contato marítimo entre as autoridades das capitanias litorâneas e Lisboa permitiam comunicações mais rápidas e relativamente mais favoráveis quanto ao tempo dispendido com o andamento dos processos de recolha de informação ou de tomada de decisões. Em situações meramente hipotéticas, as condições de navegação permitiriam que as viagens fossem feitas duas vezes ao ano entre Lisboa e Pernambuco, algo impossível para as capitanias do interior. Assim seria se as comunicações entre os dois portos não fossem também organizadas por fatores comerciais e políticos, nomeadamente as **frotas**.

Se entre o início da expansão portuguesa e meados do século XVII, os navios mercantes podiam atravessar o oceano sem qualquer restrição política, a necessidade de proteger a carga das embarcações das ameaças oferecidas por piratas ou navios inimigos fez com que, juntamente à criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil, em 1649, fosse instituído o regime de navegação por frotas. Este, aliás, sobreviveu ao fim da Companhia, em 1720, e perdurou até 1765, quando foi abolido³¹. Durante este período, os navios mercantes não estavam autorizados a viajar sozinhos, mas só acompanhados de outros e escoltados por naus de guerra. A distribuição destas fazia com que a frota se organizasse em três comboios: um para Pernambuco, outro para a Bahia e um terceiro para o Rio de Janeiro. Uma vez chegados à América, cada comboio seguia para o seu porto de destino e lá aguardava o carregamento dos gêneros, por vezes destacando-se em comboios menores para carregar nos portos das capitanias vizinhas até que, finalmente, no momento da volta, reuniam-se novamente em Pernambuco e de lá seguiam viagem para Lisboa. Nesse sentido, ao já referido tempo de travessia do Atlântico, é preciso acrescer dois outros que são o período de carga nos portos e o tempo necessário para que os três comboios se reunissem antes de fazer a viagem da volta. Por conseguinte, isto acabava por anular a relativa vantagem do Recife em relação aos outros portos no que tange ao tempo de viagem, e ainda mais quando consideramos que era preciso esperar que as embarcações fossem carregadas no Rio de Janeiro e na Bahia. Em condições ideais, de acordo

³⁰ Lemes, «Governo colonial, distância e espera...», p. 115.

³¹ Boxer, *O império marítimo...*, p.224.

com Russell-Wood, entre a ida e a volta de Lisboa, só a viagem poderia levar de dez meses até um ano, contando os possíveis atrasos nos períodos de travessia, carga e descarga³².

Naturalmente, exceções eram esporadicamente concedidas para que alguns navios viajassem fora do corpo da frota³³. Além disso, em situações de urgência ou de destinos alternativos à capital do império, pequenos comboios poderiam ser constituídos entre os comerciantes locais. Nestas ocasiões, os Governadores tinham um papel importante, pois passavam cartas nomeando os capitães escolhidos para comandá-los, tal como sucedeu com João da Cunha Souto Maior em agosto de 1685, quando passou um “regimento” ao mestre Manoel Álvares Paredes para ir como capitão de uma esquadra de cinco navios que viajaram fora da frota até a cidade do Porto³⁴. Mas, já em março de 1688, semelhantes licenças foram expressamente proibidas por um Alvará Régio³⁵.

Para além de pouco frequentes, o que é certo é que a maior parte das comunicações era transportada nas frotas e só em situações muito excepcionais ou de extrema urgência é que os Governadores expediram navios com o expresse objetivo de levar informações extraordinárias ao monarca. Uma das poucas ocasiões de que temos notícia no século XVIII, deu-se em 1709, quando Sebastião de Castro Caldas enviou um patacho com avisos urgentes a ele remetidos pelo Governador do Rio de Janeiro e pelo Capitão-Mor de São Paulo acerca do levante dos Emboabas (1707-1709), nas Minas³⁶. E mesmo que bem intencionada e louvada da corte, a atitude do governador foi também respondida com uma advertência do monarca para que “em ocorrendo algum caso assim semelhante, o deveis examinar com toda a averiguação de verdade para poder mandar embarcação de aviso, tendo entendido que nunca a deve mandar sem ser por mui relevante motivo”³⁷. Ao que parece, a razão para a reprimenda pode estar associada à conjuntura vivenciada no momento da participação de Portugal na Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), e o potencial risco de as informações serem capturadas por navios inimigos ou corsários.

Anos antes, mesmo sem ter envolvimento direto nos conflitos europeus, a Coroa prescreveu algumas providências para preservar a segurança no transporte das informações entre o reino e as conquistas. Em 1671, por exemplo, uma ordem régia assinada pelo Duque de

³² Russell-Wood, *The Portuguese Empire...*, p. 35.

³³ Por meio de uma carta régia de 29 de fevereiro de 1672, D. Pedro II autorizou que todos os navios artilhados com mais de 25 canhões pudessem circular livremente fora dos comboios desde que solicitassem a licença em Lisboa. AUC, CA, Cód. 31, fl.208v.

³⁴ AUC, CA, Cód. 31, fls. 70 e 425.

³⁵ AUC, CA, Cód. 33, fl. 155.

³⁶ AUC, CA, Cód. 33, fl.394v-395.

³⁷ AUC, CA, Cód. 33, fl.395.

Cadaval, então presidente do Conselho Ultramarino, informava ao governador Fernão de Sousa Coutinho que para a “comunicação dos negócios importantes à conservação deste estado” e a fim de que se evitasse “por este meio serem tomadas as cartas por inimigos desta Coroa, e por outros sucessos do mar” ou ainda nas ocasiões que “sucendendo não teres embarcações se não de estrangeiros, como me dais conta como muitas vezes sucede”, deveria ele dispor de uma **cifra**, remetida por cópia pelo Conselho³⁸. Que seria esta cifra? Por meio das palavras de Bluteau, entende-se que, à época, esta seria uma “*arcanae* ou *ocultae notae*”, isto é, “escritura enigmática com caracteres peregrinos, ou inventados, ou como os nossos, trocados uns por outros em valor ou em lugar” e ainda “qualquer figura que encerra algum segredo”, ou um código secreto de comunicação com o qual a monarquia respondia aos riscos de interceptação das correspondências³⁹. Infelizmente, não encontramos qualquer documento cifrado que nos permitisse identificar a estrutura com que era feito, mas a mera referência a um procedimento de proteção das informações não deixa de ser relevante.

Outra medida, seguramente menos complexa, mas ainda assim destinada a garantir o segredo, consistia na confecção de bolsas diferenciadas em cores e detalhes conforme os diferentes destinatários para lacrar as correspondências e na produção de cópias duplicadas remetidas em diferentes embarcações. Desde finais do século XVII, encontramos portarias dos Governadores de Pernambuco aos Provedores da Fazenda mandando confeccionar sempre “duas bolsas de chamalote verde para as vias [de cartas] de Sua Majestade [...] que hão de ir pelo Conselho Ultramarino com seus letreiros dourados e listões encarnados” e mais duas “bolsas de chamalote azul com seus letreiros dourados e listões encarnados para as vias que hão de ir para o Conselho de Estado na forma que se faz todos os anos”⁴⁰. Aliás, a escrita em diferentes vias é recomendada num papel anônimo, intitulado “*A respeito do Governo*”, oferecido a Félix Machado na mesma altura em que lhe foram dados os conselhos por Antônio Barbosa de Lima. Nele, o autor enfatiza a necessidade de o governador escrever “para este reino cartas duplicadas para obrigar a correspondência ganhar amor donde o não houvesse”⁴¹, aludindo então ao risco de interceptação.

Uma outra forma de garantir a segurança no envio das comunicações oceânicas, consistia na elaboração de listas arrolando os títulos de todas as cartas enviadas numa determinada ocasião a fim de evitar descaminhos dos papéis, já que, ao chegar ao local destino,

³⁸ AUC, CA, Cód.34, fl. 66.

³⁹ Bluteau, **VPL**, Vol.6, p.103-104.

⁴⁰ AUC, CA, Cód. 31, fl. 37.

⁴¹ Coleção Pombalina, PBA, 526, fls.265-265v.

seria possível verificar se todas as cartas correspondiam àquelas que estavam listadas⁴². Esta tarefa competia ao Secretário de Governo, quando enviadas a partir de Pernambuco, mas também aos escrivães do Conselho Ultramarino quando as comunicações eram dali remetidas aos Governadores.

Todas estas questões servem para demonstrar que, apesar do curto tempo de navegação entre Lisboa e Pernambuco, as comunicações dos Governadores com a Coroa não eram feitas arbitrariamente e ao sabor das circunstâncias, mas seguiam um conjunto de procedimentos definidos para garantir a segurança no transporte e a preservação das informações transmitidas. Basta então dizer que, entre 1649 e 1765, a quase totalidade da correspondência trocada entre Pernambuco e Lisboa seguia junto com os comboios das frotas que atravessavam o Atlântico uma vez ao ano. Tal periodicidade imprimia um ritmo particular às rotinas e à duração do tempo administrativo. No que concerne às rotinas, podemos dizer que os Governadores respondiam à maior parte das cartas que chegavam diretamente da Coroa, durante os três ou quatro meses do carregamento das frotas.

5.1.2. *O “tempo administrativo” nas comunicações transoceânicas*

Isso nos leva diretamente à questão do tempo dispendido na atividade político-administrativa tanto no reino quanto em Pernambuco. E ao propor a consideração do “tempo administrativo”, esclarecemos que o nosso entendimento da questão diverge da noção apresentada por Belloto, e que este não seria apenas “o tempo que transcorre entre a emanação de uma ordem real e o seu conhecimento pelos súditos ou autoridades a quem é destinada”⁴³, como apresenta a autora, mas sim o tempo de produção ou processamento das respostas em diferentes escalas. Em outras palavras, ao invés de medir o mero tempo entre a expedição de uma ordem régia e a sua imediata chegada e cumprimento, aludimos a um processo mais complexo e que resgata tanto o protagonismo dos governadores enquanto informantes, e não meros executores das determinações régias, quanto o tempo de digestão das informações no próprio centro da monarquia, aqui entendido, mais um vez, como um complexo polissinodal e não como um núcleo uniforme de ação política. Isto nos permite problematizar as dinâmicas da governação num sentido mais amplo do que a mera imposição da autoridade metropolitana e

⁴² Nos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, encontramos pelo menos dez dessas listas para o período contemplado na investigação. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 19, D. 1882; Cx. 28, D. 2511, Cx. 65, D. 5521, Cx. 68, D. 5769, Cx. 70, D. 5890, Cx. 75, D. 6278, Cx. 79, D. 6582.

⁴³ Belloto, Heloísa. «Estado Português: sistema administrativo e fiscal». Em *Nova História da Expansão Portuguesa*. Vol. 8. O Império Luso-Brasileiro (1750-1822). orgs. Serrão, Joel; Marques, António de Oliveira Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 265.

considerar, em complemento, o acionamento desta mesma autoridade a partir de baixo, ou desvendar o processo de construção do conhecimento a respeito das conquistas à partir das informações providas pelo oficialato periférico.

Com efeito, a Tabela 12 registra uma comparação entre o tempo de navegação e o que chamamos de “tempo de resposta”, calculado com base na diferença de datas entre a emissão de uma correspondência e a produção da resposta pelo interlocutor. Através dela, também procuramos sondar a diferença entre o tempo daquilo que chamamos “respostas diretas”, expedidas sem aparente produção de Consulta pelos conselheiros do Conselho Ultramarino, e o tempo próprio das deliberações tomadas através deste gênero de processo decisório, com o qual dimensionamos a morosidade do debate entre os seus membros. É importante destacar que a diferença de tempo calculada refere-se apenas ao tempo de resposta das correspondências e nem sempre se refere ao tempo de conclusão ou encerramento dos processos, pois é preciso ter em conta que, apesar de exercer grande influência junto ao soberano, nem o Conselho nem outros tribunais palatinos detinham plena autonomia para desfechar o processo de decisão política, cabendo esta sempre ao despacho final do monarca⁴⁴.

Tabela 12. Tempo de Navegação vs. Tempo Administrativo 1654-1756⁴⁵

Rota	Tempo de Navegação	Tempo administrativo	
		Comunicação Direta	Consultas
Lisboa-Recife	60 dias	270 dias (86 a 996)	
Recife-Lisboa	75 dias	136 dias (66 a 457)	214 dias (67-820)

Entrevemos que o tempo global de resposta das comunicações era bastante superior ao mero tempo de navegação entre as duas margens do Atlântico, pois a este, é preciso acrescentar o ritmo das rotinas governativas, a morosidade dos processos de deliberação e o tempo necessário à obtenção das informações. Certas comunicações poderiam passar vários meses, e até anos, até serem respondidas, seja pelos Governadores seja pelo Conselho Ultramarino. Uma primeira, e surpreendente, constatação é a de que o tempo médio de resposta é, aparentemente, muito mais curto em Lisboa do que em Pernambuco. Isto significa que, não obstante ter que

⁴⁴ Cruz, *Um império de conflitos...*, p.43.

⁴⁵ Os dados foram computados a partir de diferentes amostras. Assumimos a estimativa apresentada por Russell-Wood para o tempo de navegação entre Lisboa e Recife. Para calcular o tempo de comunicação direta entre Lisboa e Recife, utilizamos uma amostra de 100 documentos que mencionam as datas de emissão de uma ordem régia e sua respectiva resposta pelos Governadores em Pernambuco, extraídos do fundo dos Manuscritos Avulsos da Capitania de Pernambuco entre os anos de 1654 e 1756. Já o tempo de resposta das cartas dos Governadores em Lisboa, foi calculado com base nos fundos das “Cartas para Pernambuco”, nos códices 256 (1670-1698) e 259 (1724-1731). Por fim, o tempo de resposta considerado por meio das “Consultas” foi baseado no conjunto destas que se deposita no fundo dos Manuscritos Avulsos da Capitania de Pernambuco.

lidar com demandas provenientes de todas as possessões ultramarinas e, portanto, com um volume astronômico de papéis, os membros do Conselho Ultramarino conseguiam deferir às cartas dos Governadores em quase metade do tempo que estes levavam para responder às comunicações emanadas do Centro. Esta diferença é ligeiramente encurtada quando consideramos o tempo de resposta em Lisboa através Consultas, seguramente alargado pela necessidade de deliberação entre os conselheiros, ao contrário das cartas que seguiam por “Expediente”, isto é, sem aparente deliberação conjunta. Certas questões, poderiam, inclusive, extrapolar o âmbito do próprio Conselho requerer pareceres de agentes ou organismos externos, como a Casa de Suplicação, o Desembargo do Paço, o Conselho de Estado ou o Procurador da Fazenda. Portanto, é certo que nos casos de circulação dos papéis entre os próprios tribunais palatinos, o processo de deliberação tornava-se, seguramente, mais lento.

Abordemos a questão através da narração de um exemplo concreto extraído de um assunto tão delicado quanto a formação de uma nova Comarca. Com vistas a atalhar uma série de crimes que ocorriam no Sul de Pernambuco, para onde os ouvidores deslocavam-se com pouca frequência, e evitar descaminhos no comércio do tabaco, o Governador Francisco de Castro Morais propôs, em carta de 27 de janeiro de 1706, que se estabelecesse um Ouvidor naquela parte da Capitania com jurisdição sobre as vilas de Porto Calvo, Alagoas e Penedo⁴⁶. Vendo-se a carta do governador no Conselho Ultramarino, se lhe expediu resposta por ordem régia, sem consulta, pouco mais de oito meses depois, em 09 de outubro do mesmo ano, solicitando que as câmaras das três vilas impusessem “nos gêneros que lhes vão deste reino por via de Pernambuco ou Bahia ou nos gados que se matam ou semelhantes coisas”, um tributo suficiente para dar ao dito Ouvidor um ordenado de 200 mil réis, por se encontrar a Real Fazenda exaurida de recursos⁴⁷. A determinação régia parece só ter sido atendida no mandato do sucessor, Sebastião de Castro Caldas. Este, apresentando a carta às três Câmaras, encontrou respostas favoráveis por parte das de Alagoas e Penedo, que logo se prontificaram a lançar tributos nas águas ardentes e no sal, mas a câmara de Porto Calvo apresentou relutância em integrar a nova comarca, protestando para manter-se sob a jurisdição do Ouvidor de Pernambuco, aliás, acionado para intervir em seu favor. Castro Caldas reuniu os papéis das Câmaras e do Ouvidor e tornou a informar o Conselho acerca da questão em 16 de junho de

⁴⁶ AHU, Códice 266, fls.195v-196. À margem da resposta encontra-se abreviada a palavra “expediente”. A questão é, naturalmente, mais complexa. Para compreender o processo de fundação da comarca em profundidade ver: Caetano, «A Comarca das Alagoas...»; Rolim Machado, «Caleidoscópio do Poder...»

⁴⁷ AHU, Códice 266, fls.195v-196.

1708, um ano e oito meses depois da carta régia⁴⁸. Em Lisboa, os membros deste, reuniram-se para deliberar sobre as informações recebidas e resolveram consultar, já na corte, ao ex-governador, Francisco Castro Morais e, como de praxe, o Procurador da Coroa em Lisboa. Reunidas todas as informações, o Conselho reuniu-se mais uma vez e expediu uma Consulta ao monarca em 20 de junho de 1709, advogando em favor de o ordenado do ministro ser pago pela Provedoria em Pernambuco ou na Bahia, tendo em consideração o baixo rendimento das três vilas e, em especial, a relutância dos edis de Porto Calvo⁴⁹. O monarca, ao ter ciência da Consulta, reencaminhou ao Desembargo do Paço em 27 de julho para que este expedisse o seu parecer. Este, a seu turno, só foi proferido em 26 de setembro do mesmo ano, favoravelmente à criação do lugar e ao pagamento do ordenado de 300 mil réis pela Real Fazenda de Pernambuco. Já o despacho final, data de 29 de outubro de 1709 e decide favoravelmente a todo o processo, requerendo-se à Mesa do Desembargo do Paço que nomeasse os sujeitos de qualidade para ocupar o lugar. Por fim, entre o despacho e a ordem régia de 08 de agosto de 1710 por onde se estabelece definitivamente o lugar, vão-se mais quase dez meses. Mas, devido às alterações pernambucanas (1710-1711), o novo Ouvidor só pôde tomar posse em 09 de maio de 1712, assentando Alagoas do Sul como cabeça da nova comarca⁵⁰.

Em resumo, entre o início e a conclusão do processo passaram-se mais de quatro anos e meio e isto se não contamos com o tempo de chegada e efetivo estabelecimento do novo Ouvidor ou com a decisão final do Conselho de estabelecer a cabeça da Comarca na Vila das Alagoas, que só se deu em 25 de setembro de 1715⁵¹. De facto, o tempo de resposta mais curto nas etapas do processo foi o da expedição da primeira resposta, por parte do Conselho, à carta de Francisco de Castro Morais, em pouco mais de 8 meses. Uma fase mais longa, verifica-se nos vinte meses em que o governador e seu sucessor tomaram ações e informações locais para dar resposta às determinações do Conselho, fazendo, para isso, diligências em espaços distantes do local de sua residência, onde enfrentaram certa resistência dos poderes locais. Todavia, se consideramos a demora entre a resposta de Castro e Caldas, em junho de 1708, e a aprovação definitiva da proposta, em agosto de 1710, vemos que a maior parte do tempo foi dispendida na tramitação dos papéis dentro da Corte, mesmo quando descontamos o tempo de transporte de Recife até Lisboa, temos um total de 710 dias, ou quase dois anos.

⁴⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Desembargo do Paço/Repartição das Justiças e Despacho da Mesa/Maço 1882 fl.1v.

⁴⁹ AHU, Códice 257, fls. 211-212.

⁵⁰ Machado, «Caleidoscópio do poder...»

⁵¹ AHU, Códice 258, fls. 94-94v.

Mesmo ações que não requeriam uma ação territorial abrangente, tal como a avaliação de um ofício, poderiam ser demoradas e, não raras vezes, imprecisas. Vejamos um outro exemplo concreto e que partiu, desta vez, de uma demanda da Coroa aos Governadores. Em 11 de março de 1705, a rainha regente deu ordem ao mesmo Francisco de Castro Morais para que fizesse “com todo o segredo e sem intervenção da parte”, a avaliação do ofício de Provedor das Fazendas dos Defuntos, Ausentes Capelas e Resíduos da Capitania de Pernambuco⁵². Em 22 de dezembro do mesmo ano, mais de nove meses depois, o Governador respondeu atestando grande dificuldade em satisfazer à ordem, de modo que a questão ficou para ser respondida na frota seguinte. Sem resposta, a rainha expediu uma nova ordem régia em 24 de setembro de 1706 exigindo a conta, impreterivelmente, “na frota futura”. Mas, esta só foi respondida quase dois anos depois, em 28 de agosto de 1708, no mandato de Sebastião de Castro e Caldas. Este, por sua vez, limitou-se a responder que “é dificultosa esta averiguação, porque há anos que importa muito e outros pouco”, além do mais, este era um ofício particularmente complexo por ser anexo a dois cargos diferentes, o do Juiz de Fora e do Ouvidor. Ao que parece, pelas palavras do governador, antes da criação do cargo de Juiz de Fora, o ofício andava anexo ao cargo de Ouvidor, mas que, com a criação, ficou acertado que o primeiro serviria “na Cidade e seu termo” e o “Ouvidor na mais Comarca”, de modo que o primeiro renderia 150 mil réis ao passo que o segundo 200 mil⁵³. O que importa dizer é que, entre a promulgação da ordem de avaliação do ofício, em março de 1705, e a resposta de Castro e Caldas, em agosto de 1708, passaram-se quase três anos e meio.

Tal é o tempo necessário ao processamento da governação régia no mundo Atlântico. Neste espaço, os Governadores de Pernambuco assumiam papel relevante na intermediação do trâmite dos papéis entre o Reino, o interior da Capitania e mesmo entre o Reino e as capitanias vizinhas. Com efeito, cabe só retomar que a principal razão para a diferença entre o tempo médio de resposta entre as duas margens do Atlântico, apontado na Tabela 12 e confirmada no caso narrado, deve-se, principalmente, à óbvia diversidade de competências entre o Conselho Ultramarino e os Governadores nos processos. Se ao primeiro competia expedir apenas pareceres ou formular decisões para a apreciação e despacho final do rei, grandemente com base em casos ou problemas já formulados, ao segundo competia uma tarefa muito mais árdua e complexa: a de obter e, efetivamente, produzir saberes locais sobre um território de dimensões

⁵² AHU, Códice 257, fl.171.

⁵³ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx.23, D. 2091. De acordo com Yamê Paiva, o mesmo acontece em outras Comarcas da América portuguesa, aonde há Ouvidor e Juiz de Fora. Da mesma forma, quando se estabeleceu a Comarca das Alagoas, seu Ouvidor assumiu também o cargo de Provedor dos Defuntos, Ausentes, Capelas e Resíduos. Cf. Paiva, «Justiça e Poder...».

regionais, além de opinar sobre questões muito variadas e sobre as quais nem sempre têm conhecimento direto. Naturalmente, como também ilustram os exemplos, a média dos intervalos de tempo entre as comunicações esconde uma grande variação no tempo real, de modo que este é também proporcional à complexidade das questões colocadas. Dito de outra forma, é seguramente mais rápido confirmar o recebimento e publicação de uma ordem régia, do que remeter uma lista completa das companhias de ordenança existentes em cada freguesia do distrito do Governo, já que para atender a esta última seria necessário expedir ordens aos capitães-mores de vilas e de Capitânias e esperar pelas respostas de todos eles, acrescentando, portanto, o tempo de viagem dos papéis no interior da América.

Se o Recife era o principal porto de paragem das frotas anuais, vale destacar que nem os portos menores de Pernambuco, nem os portos das capitânias vizinhas de Itamaracá, Paraíba Rio Grande e Ceará mantinham comunicação direta e regular com o reino, mas dependiam de escalas em Pernambuco. Tais escalas poderiam ser feitas diretamente por navios destacados do comboio da frota que seguia para Pernambuco com destino aos outros portos das capitânias do norte⁵⁴ ou pela navegação de cabotagem, ativa entre estes mesmos portos e o porto do Recife⁵⁵. Isto quer dizer que Pernambuco e, através da Secretaria de Governo atuava como uma espécie de *hub* receptor e difusor das comunicações legais emanadas pelo reino para as Capitânias vizinhas.

Na prática, esta condição acarretava graves problemas que prolongavam largamente o tempo de contato destas Capitânias com a Coroa. Ainda em 1728, o Capitão-Mor do Rio Grande queixava-se ao Conselho Ultramarino que “as ordens que lhe vão deste reino e se remetem pela Secretaria dessa Capitania [de Pernambuco] chegam à mão muito tarde por lhe irem a tempo competente por cujo respeito faltava em responder a elas nas ocasiões das frotas”⁵⁶. Em fevereiro do mesmo ano, foi a vez de os oficiais da Câmara de Aquiraz, no Ceará Grande, queixarem-se ao Conselho Ultramarino contra o Governador de Pernambuco. Pela resposta do Conselho, dirigida ao mesmo Governador, sabemos que os camaristas reclamavam “em como desde o ano de 1721 até o presente não tem recebido carta minha”, isto é, do rei, “e tem justo receio de que as representações que me fazem se lhe divertem para não chegarem à minha presença e da mesma maneira os avisos que por ordem minha se lhes fazem”, suspeitando que

⁵⁴ Dias, Thiago Alves. «Monopólio indireto: colonização mercantil e no Norte do Estado do Brasil (c.1710-c.1780)». Tese de Doutorado, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Universidade de São Paulo, 2017, p. 82-97.

⁵⁵ Mello, Evaldo Cabral. «A cabotagem no Nordeste oriental». Em *Um imenso Portugal: história e historiografia*. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2008.

⁵⁶ AHU, Códice 259, fl. 184.

por interesses pessoais do Governador se lhes estivesse impedindo a comunicação com o reino há pelo menos sete anos! Ao Conselho nada mais restou do que repreender Duarte Sodré Tibão e insistir para que tivesse “todo o cuidado que assim as representações que pela sua parte me fizerem” os ditos oficiais “como as ordens minhas”, do Rei, “que deste reino forem para eles se lhes não ocultem e lhas envieis em tal forma que se lhes não desencaminhem”⁵⁷.

Com efeito, a intermediação da Secretaria de Governo e os fatores condicionantes à comunicação interna poderiam ser decisivos para retardar o tempo de viagem das comunicações entre a Coroa e as outras Capitanias do Norte. Tal como veremos a seguir, isso tinha impacto direto no volume de atos comunicativos dirigidos aos diferentes espaços e constataremos que as comunicações entre o reino e as capitanias vizinhas ou subordinadas não se faziam com a mesma regularidade, proporção e ritmo do que aquelas estabelecidas com Pernambuco.

5.2 Espaços e interlocutores da Coroa nas Capitanias do Norte

Avaliados os condicionamentos materiais que demarcavam os ritmos de contato entre as cinco Capitanias e o reino, passamos a tratar da intensidade dos fluxos comunicacionais estabelecidos entre estas e o Conselho Ultramarino. Ao longo deste tópico, procuramos situar o lugar da Capitania de Pernambuco e, em especial, dos seus Governadores, face aos outros interlocutores do Conselho nas Capitanias do Norte. Além disso, procuramos comparar os padrões comunicativos aqui identificados com as experiências de governação encontradas em outras monarquias europeias.

5.2.1. Fluxos geográficos de comunicação

A organização de impérios ou de grandes formações políticas se assenta na eficácia das comunicações⁵⁸. E convém não confundir “eficácia” com o excesso ou “volume” de atos comunicativos, pois há diferentes práticas, modalidades, circuitos e propósitos na transmissão das informações⁵⁹. Num trabalho clássico, Harold Innis distinguiu duas variedades de suporte das comunicações nos impérios da Antiguidade. A primeira, identificada com as tábuas de barro ou de pedra, ou mesmo com o papiro, favoreceria a transmissão das informações ao longo do **tempo**, pois estes materiais apresentam maior resistência e durabilidade, ainda que fossem preparados e transportados com maior lentidão. A segunda modalidade se ampara materiais

⁵⁷ AHU, Códice 259, fl. 206.

⁵⁸ Innis, Harold. *Empire and communication*. Oxford: Clarendon Press, 1950. p.4

⁵⁹ Innis, *Empire and communication...*, p. 4.

menos duráveis, só que mais leves e de mais rápida confecção, como o papel ou o pergaminho, favoreceriam a circulação de informações através do **espaço**. Ao passo que os suportes mais leves, contribuiriam para centralização política, por possibilitar a ligação constante das províncias e territórios distantes aos centros imperiais, os mais pesados e duráveis favoreceriam a regionalização do poder investido em governantes locais, de modo que a circulação menor e menos intensa de atos comunicativos fosse compensada com a delegação de ampla autonomia de decisão, tomadas sem necessidade de contato recorrente com os centros imperiais⁶⁰.

O esquema parece sumamente interessante – e deverá ter sua validade para um estudo comparado dos impérios da antiguidade, tal como pretende Innis⁶¹ – mas, quando transposto para os impérios transoceânicos da primeira modernidade, é preciso fazer algumas reflexões. Primeiro, uma vez que não há diversidade quanto ao material que dá suporte à informação é preciso estar mais atento às finalidades do **conteúdo**. Neste período, a função que Innis atribui aos suportes mais duráveis seria equivalente à das compilações de leis, ordenações e regimentos, que deveriam garantir os limites e contornos essenciais da atividade político-administrativa ao longo do tempo, ao passo que os suportes mais leves seriam identificados com as formas mais correntes, usuais e cotidianas de comunicação, a saber, a correspondência, e todo gênero de avisos, ordens, requerimentos trocados entre os participantes dos processos comunicacionais.

Por outro lado, ainda que o papel manuscrito, enquanto suporte, tenha permitido a troca constante, até mesmo diária, de correspondência entre os centros e os territórios, ele não favoreceria, necessariamente a “centralização estatal”, senão a ligação mais ou menos frequente entre os territórios. Isto quer dizer que a difusão generalizada do suporte abria espaço tanto para que os centros despachassem comunicações aos territórios, como também o inverso. Com efeito, através do acesso a formas ou modalidades de resistência institucional, seja por meio de representações, requerimentos ou petições, indivíduos ou grupos de interesse eram capazes de reverter, amenizar ou negociar os efeitos das determinações dos centros. Ademais, não havia uma estrutura de poder suficientemente abrangente e capaz de materializar os ideais de centralização por vezes pretendidos⁶², e a própria organização das estruturas político-administrativas na época moderna, marcada pela sobreposição de jurisdições, fazia com que os recursos e apelações – conforme a natureza e a importância – pudessem ser dirigidos a diferentes instâncias. Nesse cenário, o uso generalizado do papel permitia também o acesso a

⁶⁰ Innis, *Empire and communication...*, p. 5

⁶¹ E, aliás, outros estudos no âmbito das comunicações políticas na Antiguidade. Cf.: Radner, Karen (ed.). *State Correspondence in the ancient world...*

⁶² Hespanha, *Poder e instituições...*, p. 35.

escalas alternativas de decisão, dificultando a canalização para uma via hegemônica e aglutinadora dos clamores da base. Por estas razões, se pode dizer que o papel em si, como suporte, nem sempre favorecia a organização do poder em uma orientação centrípeta, mas, pelo contrário, poderia contribuir para sua distribuição centrífuga.

Ainda assim, não resta dúvida de que o papel, enquanto principal meio de comunicação da época, possibilitava a governação à longa distância. No caso dos impérios europeus no mundo atlântico, não deixa de ser interessante destacar que a dimensão dos fluxos comunicacionais bem como para a frequência de contato entre os espaços no tempo, pode revelar ritmos de contato e padrões de governabilidade diferenciados entre os diferentes impérios e no interior de cada um. Isso permite mapear as regiões mais ou menos articuladas ao poder central e medir, em cada uma, o grau de participação dos diferentes agentes. Uma das marcas distintivas entre, por exemplo, os impérios hispânico e britânico no Atlântico é a de que, no primeiro caso, um conjunto muito variado de interlocutores efetivamente acionava a Coroa ou a autoridade dos organismos centrais de Castela a partir de baixo e de forma direta, ao passo que, no segundo, esta diversidade era consideravelmente menor, e o grosso dos fluxos comunicacionais produzido em Londres se dirigia às instâncias cimeiras da governação – neste caso, aos Governadores e às Assembleias – e vice-versa⁶³.

Nesse sentido, a monarquia hispânica dispunha não somente de mais protagonistas que serviam de “pontos de contato” com o território, mas também contava com uma variedade muito maior de fontes de informação que, inclusive, eram estimuladas a produzir comunicações regulares e denunciar umas às outras. A pluralidade de interlocutores resultava em laços mais fortes e cotidianamente estabelecidos entre o centro e os domínios americanos, contribuindo também para a gestação de um ambiente propício à desconfiança e à vigilância mútua⁶⁴. Já no império britânico, seja por força da instabilidade dos regimes políticos no século XVII, seja por indiferença ao que se passava nas colônias, ou ainda por especificidade da cultura jurídica, a metrópole não demonstrava preocupação tão grande em ouvir as apelações enviadas diretamente a partir das colônias, preferindo reforçar o poder dos Governadores e tribunais superiores, regulando a política pelo topo da administração colonial e à distância⁶⁵. A maior

⁶³ A monarquia inglesa creditava aos Governadores a mais alta responsabilidade nos processos de recolha das informações, emitindo questionários e instruções. Cf. Ross, «Legal communications...», p.106 e 117.

⁶⁴ Ross, «Legal communications...», p.115.

⁶⁵ Ross, «Legal communications...», p. 113-114. O papel dos Governadores na governação local do Atlântico Inglês nos séculos XVI e XVII foi interpretado por certos autores, como Saunders Webb, como semelhante ao governo das praças militares conquistadas nos reinados dos últimos Tudor e primeiros Stuart na Europa continental, havendo, inclusivamente, ampla circulação de veteranos destas guerras para as colônias da América. Cf.: Webb, Samuel Saunders. «Army and Empire: Garrison Government in Britain and America, 1569-1763». Em *Administrators of Empire*. org., Burkholder, Mark. Ashgate: Andovers/Brookfield, 1998.

parte dos petítórios individuais ou coletivos corria em tribunais da própria Inglaterra, sem que estes tivessem qualquer especialização nas causas relativas às colónias. Tais processos dependiam da associação direta entre os grupos de interesses americanos⁶⁶, e seus representantes ou procuradores em Londres⁶⁷.

A soma de todos estes fatores resulta, para Richard Ross, na constatação de que a troca de comunicações entre os territórios da América e a Coroa castelhana era incomensuravelmente maior do que entre as colónias inglesas e Londres. Apenas para traçar parâmetros de comparação, basta dizer que, até meados do século XVII, Haring estima a cifra de 400.000 *cedulas* despachadas a partir da Coroa Castelhana para o conjunto de suas possessões americanas⁶⁸ e Ian Steele, em contrapartida, afirma que os Governadores do Atlântico inglês e o Conselho destinado especificamente às questões coloniais, o *Lords of Trade*, escreveram juntos, entre os anos de 1675 e 1737, numa margem e na outra do oceano, apenas 3.720 cartas⁶⁹. Este montante resulta numa média anual de 52 correspondências expedidas e recebidas do conjunto das Colónias inglesas nestes sessenta e dois anos, que é consideravelmente baixa até mesmo quando comparada a casos como o do império Francês, considerado por Kenneth Banks como exemplo de insucesso no estabelecimento de comunicações regulares. De acordo com este autor, o *Bureau des colonies* emitiu, só em 1713, 760 cartas ao parco conjunto dos territórios ultramarinos daquela monarquia⁷⁰.

À partida, parece bastante óbvio que o caso das comunicações no Atlântico português guarda maiores semelhanças com o a monarquia hispânica do que com a monarquia britânica, pois não só o direito de escrever ao monarca era acessível a quase toda a gente⁷¹, como também se pode confirmar uma variedade estonteante de interlocutores nos territórios luso-americanos, os quais não se encontram geograficamente restritos às principais praças portuárias ou às posições cimeiras da governança⁷². Aliás, certos autores associam a incorporação dos domínios portugueses na monarquia hispânica durante a União Ibérica (1580-1640) a um incremento visível na quantidade e na variedade de informações produzidas a respeito do Estado do Brasil

⁶⁶ Tais como grupos mercantis, coffee houses, minorias religiosas como os Anabatistas, Quakers, etc.

⁶⁷ Cf.: Olsen, *Making the empire work...*

⁶⁸ Haring, *The Spanish Empire in America*. New York, 1963. p.105. Apud. Ross, «Legal communications...», p. 112.

⁶⁹ Steele, Ian. «Moat theories and the English Atlantic, 1675-1740». *Canadian Historical Association, Historical Papers*, 1978, p. 18-33. e Steele, Ian. *The politics of colonial policy: The board of trade in colonial administration*. Oxford: Clarendon Press, 1968. 7-9, 142-143. Apud. Banks, *Chasing Empire across the seas...*, p.48.

⁷⁰ Nomeadamente Canadá, Louisiana e Ilhas do Vento. Cf.: Banks, *Chasing Empire across the seas...*, p.48

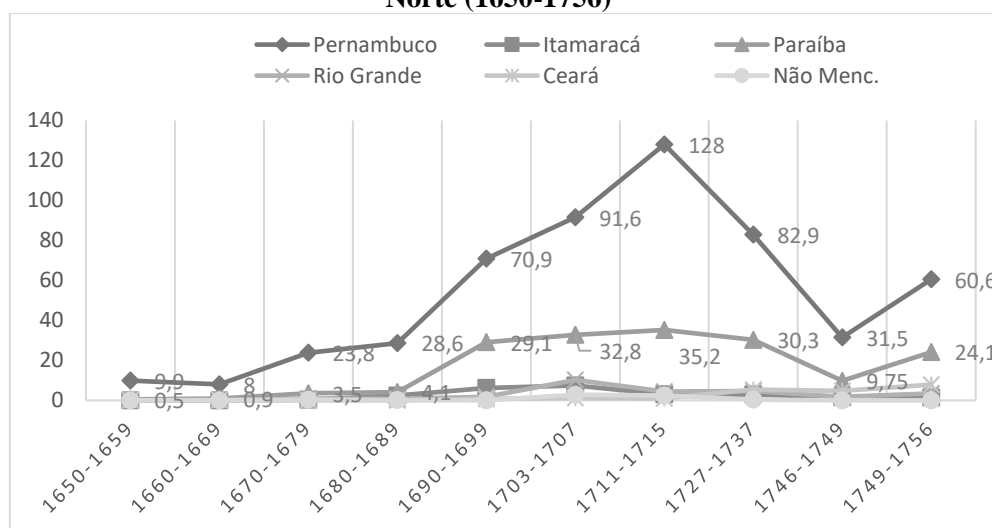
⁷¹ Boxer, *O império marítimo português...*,

⁷² Ainda que largamente concentrados nelas. Veja-se o exemplo das Câmaras de Pernambuco ou de outras Capitanias da América Portuguesa. Raminelli, Ronald. «Poder político das câmaras». Em *Um reino e suas repúblicas no Atlântico...* pp. 371-429.

e do Estado do Maranhão, e que se refletiu de forma direta na intensificação dos fluxos comunicacionais transoceânicos⁷³. Depois da Restauração, e através do Conselho Ultramarino, a Coroa abriria espaço para que uma ampla variedade de interlocutores se manifestasse e, efetivamente, fortalecesse os vínculos entre agentes e súbditos no reino e nas conquistas. Estes vínculos, como demonstram os dados recentemente levantados para o Atlântico Português, tendem a visível crescimento entre a segunda metade do século XVII e todo o século XVIII nas principais Capitanias⁷⁴.

Mas, será que a Coroa mantinha ritmos de comunicação equivalentes com todas as Capitanias? Dito de outra forma, será que todas se corresponderiam com o centro na mesma frequência? Ou os fluxos de comunicação variariam conforme as diferentes possessões na América? Para responder a estas questões, apresentamos uma comparação entre os fluxos comunicacionais mantidos entre o Conselho Ultramarino e cada uma das Capitanias do Norte do Estado do Brasil⁷⁵. Através das médias anuais de correspondência expedida pelo Conselho a cada uma das Capitanias no período em questão, conseguimos produzir, através de 5803 registros, o levantamento que se encontra ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Médias anuais da comunicação expedida pelo Conselho Ultramarino às Capitanias do Norte (1650-1756)⁷⁶



⁷³ Marques, Guida. «De um governo ultramarino: a institucionalização da América Portuguesa no tempo da União das Coroas (1580-1640)». Em *Portugal na Monarquia Hispânica: dinâmicas de integração e conflito*. orgs. Cardim, Pedro; Costa, Leonor Freire; Cunha, Mafalda Soares da. V^{as} Jornadas Internacionais da Red Columnaria – História das Monarquias Ibéricas. Lisboa, 2013. p.232, 234.

⁷⁴ Monteiro, Fragoso, *Um reino e suas repúblicas no Atlântico...*, p. 23.

⁷⁵ Para este efeito, contabilizamos todas as cartas régias, ordens e provisões emitidas pelo Conselho entre 1645 e 1699. Como veremos, tamanha foi a intensificação dos fluxos comunicacionais no século XVIII, que não nos foi possível considerar a totalidade dos registros na análise, de modo que foi preciso selecionar cortes cronológicos mais reduzidos e que coincidem com a duração dos mandatos de alguns Governadores.

⁷⁶ Dados levantados com base em AHU, Códices 245, 256, 257, 258, 259, 260 e 261. Cf. Capítulo 1.

Por meio do gráfico, é possível constatar algumas questões. A primeira, relaciona-se à tendência para o crescimento exponencial das médias anuais de comunicações dirigidas pelo Conselho Ultramarino à Capitania de Pernambuco entre o início da segunda metade do século XVII e o início do século XVIII, acompanhado de longe apenas pela capitania da Paraíba. Basta dizer que entre 1650 e 1700, Pernambuco absorveu quase 73% de todas as correspondências dirigidas pelo Conselho às Capitanias do Norte, e passou de médias anuais próximas às 10 cartas por ano na década de 1650, para 71 na década de 1690, alcançando o pico de 128 cartas entre 1711-1715, durante o conturbado mandato de Félix José Machado. Dez anos mais tarde, no mandato de Duarte Sodré, estas médias tornam a descer para a casa das 83 cartas ao ano, despencando drasticamente no mandato de D. Marcos de Noronha e Brito (1746-1749) e tornando a subir à média de 60 durante a transição para o período josefino. A queda registada no mandato do Conde dos Arcos, duplamente recuperada no de Luís Correia de Sá, explica-se por duas razões. A primeira, deve-se a uma quebra no ritmo de expedição das frotas, já que quase não há cartas contabilizadas para o ano de 1747, da mesma forma que quase não as há para 1749 e 1752. A segunda, é a de que os efeitos da emergência das Secretarias de Estado e do relativo declínio do protagonismo do Conselho Ultramarino começam a ser sentidos já neste período.

Outra constatação relevante, diz respeito à enorme distância entre o volume dos fluxos comunicativos dirigidos à Pernambuco e às restantes Capitanias. A tendência ao crescimento no número de cartas expedidas pelo Conselho e verificada para o caso de Pernambuco, é acompanhada somente pela Capitania da Paraíba, e, mesmo assim, de forma desigual. Basta dizer que a Paraíba eleva-se de uma média baixíssima de uma carta ao ano na década de 1660, quando começou a ser mais efetivamente repovoada, para médias cada vez mais elevadas de 3,5 e 4,1 nas décadas de 1670 e 1680 para atingir, já com a criação do cargo de Ouvidor, médias de 29,1 na década de 1690 até 35,2 entre 1711-1715. De apenas 5% dos registos absorvidos na década de 1650, a Paraíba emerge como segundo destino das cartas régias em 1690, quando assume cerca de 27% de todas as cartas que seguiam para as Capitanias do Norte, mantendo entre 20% e 25% destas médias ao longo do século XVIII.

O contato entre a Coroa e as capitanias de Itamaracá, Rio Grande e Ceará era muito mais irregular e inconstante do que o estabelecido com Pernambuco e Paraíba. A expressividade de cada uma destas Capitanias oscilou sempre abaixo dos 10%, seja no século XVII ou no XVIII. Se guiarmos-nos pelas médias, podemos dizer que a comunicação com Itamaracá só se tornou regular em todos os anos a partir da década de 1680, oscilando sempre em médias inferiores às

8 cartas por ano em todo o período considerado depois disso, e inclusive depois de sua incorporação à Casa de Cascais, em 1692. No caso do Rio Grande, os contatos só passaram a ter frequência anual a partir da década de 1690, atingindo o pico de 10,2 cartas ao ano no início do século XVIII, e, em seguida, despencando para médias inferiores a este valor. O Ceará só passou a ser efetivamente integrado nas dinâmicas de comunicação de forma regular no século XVIII e, mesmo assim, à frequências baixíssimas de uma carta ao ano, até que a multiplicação de vilas e a criação do cargo de Ouvidor, a partir da década de 1720, tornou os fluxos um pouco mais constantes, oscilando entre 4,75 e 7,9 cartas ao ano. Crescimento em nada comparável ao de Pernambuco ou sequer da Paraíba.

Por conseguinte, as linhas do gráfico nos permitem sugerir que a reintegração das Capitanias Restauradas aos circuitos de comunicação política da monarquia portuguesa não se deu de maneira uniforme nos cem anos que sucedem à capitulação neerlandesa no Recife. Podemos dizer que há espaços de comunicação mais ativos, ou centrais, como se verifica em Pernambuco, outros que absorvem volumes intermediários, como a Paraíba, e outros ainda mais periféricos, pouco integrados nos circuitos comunicacionais do mundo atlântico, como é o caso das capitanias de Itamaracá, Rio Grande e Ceará. Quer queira quer não, as diferentes escalas nos fluxos comunicacionais refletem a condição política destas Capitanias, se são subordinadas ou se abrigam maiores ou menores núcleos de governo com raios de ação territorialmente alargados. Constataremos mais adiante que a governação destes espaços menos integrados no mundo atlântico se fazia por intermediação de diversos protagonistas estabelecidos em Pernambuco.

Variações regionais dos ritmos de comunicação representam, aliás, características comuns à governação de outros impérios atlânticos. Ian Steele, por exemplo, aferiu ritmos de contato mais intensos entre a Coroa Britânica e as principais possessões régias no Caribe, tal como a Jamaica, Barbados e as Ilhas Leeward, do que com áreas menos atrativas como são as menores colônias do continente Norte-Americano, como a Nova Escócia, Pensilvânia, Connecticut ou Rhode Island. Entre os anos de 1675 e 1737, as primeiras assumem médias anuais variáveis entre 4 e 7,2 cartas ao ano, ao passo que estas últimas ficam com ritmos mais irregulares que sequer chegam a ser anuais, ficando abaixo de uma carta ao ano⁷⁷. Algo semelhante ocorre no conjunto das possessões francesas no Atlântico. Para elas, Kenneth Banks coletou dados apenas para o ano de 1713 e demonstrou, por exemplo, que o *Bureau des Colonies* mantinha uma comunicação muito mais expressiva com a Nova França, que absorveu

⁷⁷ Steele, Ian K. *The English Atlantic...*, p. 317.

mais de 126 cartas expedidas por aquele órgão do que, por exemplo, com a Louisiana ou com Caiena, regiões mais periféricas e destino de apenas 15 e de 21 cartas, respectivamente. À par desta variação alargada, ele identificou volumes intermediários de 73 e 81 para Santo Domingo e para a Martinica, respectivamente⁷⁸. Assim, se consideramos a comunicação por médias, vemos que há uma comunicação muitíssimo mais intensa entre a Coroa Portuguesa e seus domínios no Atlântico do que aquela estabelecida entre Londres e as principais colônias de domínio real. Contrastando com a experiência francesa e tomando o mesmo ano de 1713 por comparação, vemos que Pernambuco, não sendo o principal espaço de interlocução da monarquia no Atlântico⁷⁹, recebeu mais cartas (182) que a área de maior atratividade e com maior número de interlocutores do atlântico francês, isto é a Nova França⁸⁰. Mesmo que os casos não sejam diretamente comparáveis, este exercício nos permite sugerir que a governação portuguesa no Atlântico comporta circuitos comunicacionais mais expressivos, talvez à semelhança do caso hispânico, do que as monarquias inglesa e francesa.

Voltemo-nos, por enquanto, às comparações internas. O que explicaria a flagrante desigualdade entre os padrões comunicativos observados em Pernambuco e nas restantes capitanias do Norte? Qualquer resposta que se queira dar à questão é complexa e não pode ser dada sem a conjugação de diversos fatores. À partida, poderíamos argumentar que Pernambuco representa a maior, mais rica e mais povoada de todas estas Capitanias, agregando um maior número de vilas e freguesias, e, conseqüentemente, uma maior e mais diversificada arquitetura institucional do que as restantes capitanias. Talvez esta desproporção, em princípio numérica, se reflita nos fluxos comunicacionais estabelecidos com o Conselho Ultramarino. Para testar a validade deste argumento, teríamos de olhar para a distribuição interna dos fluxos comunicacionais destinados à Pernambuco e aferir a participação de cada cidade ou vila. Com efeito, é o que apresentamos na Tabela 13, na qual listamos na coluna da esquerda as principais vilas ou cidades de destino das cartas régias contabilizadas para Pernambuco em meio ao conjunto de comunicações levantadas nos séculos XVII e XVIII.

Uma primeira observação quanto à tabela deve ser feita. Há uma grande quantidade de correspondências com destinatários que se movimentavam constantemente entre Olinda e Recife e para os quais não nos é possível aferir de forma exata o lugar onde se encontravam na hora do recebimento e, por esta mesma razão, encontram-se reunidos numa única categoria na primeira linha do gráfico. Por meio da análise da distribuição interna dos fluxos comunicativos

⁷⁸ Banks, *Chasing Empire across the seas...*, p. 51.

⁷⁹ Posição seguramente ocupada pela Bahia no mesmo período.

⁸⁰ Banks, *Chasing Empire across the seas...*, p.51. Os dados levantados para Pernambuco foram colhidos a partir dos registos contidos nos códices 257 e 258, sistematizados em nossa base de dados.

dirigidos à Capitania de Pernambuco, é possível constatar, de início, que o destino geográfico das Cartas, Ordens e Provisões régias contabilizadas quase que se restringe às praças de Olinda ou Recife. Ainda que não estejam aí contabilizadas as emissões de cada uma das localidades, podemos, certamente, inferir que os contatos diretamente estabelecidos entre o reino e o interior da Capitania eram esporádicos e mais irregulares do que os estabelecidos com a cabeça do corpo político e principal praça portuária.

Tabela 13. Distribuição interna das Ordens, Provisões e Cartas Régias dirigidas à Capitania de Pernambuco (1647-1756)⁸¹

Localidade	1650-1699	1703-1756	Total
Olinda ou Recife	1253	2346	3599
Olinda	147	110	257
Recife	1	39	40
Igarassu	4	20	24
Sirinhaém	1	2	3
Porto Calvo		4	4
Alagoas do Sul	1	35	36
Penedo	1	3	4
Sertões	4	1	5
Total	1412	2560	3972

Nota-se um crescimento interessante, no volume de comunicações expedidas para Igarassu no século XVIII e cabe adiantar que este pode ser associado à sua proximidade com as os limites internas entre as Capitanias, e aos atritos que a vila e seus protagonistas mantiveram ao norte com a vila de Goiana, em Itamaracá, e ao sul com a cidade de Olinda, ocasionando repetidas comunicações. Além desta, a única modificação assinalável que se pode observar nas outras vilas menores está na comunicação estabelecida com a vila das Alagoas que regista algum crescimento depois de estar ser alçada à condição de Cabeça da Comarca homônima depois de 1712. Ainda assim, a segunda cabeça de comarca na Capitania de Pernambuco não regista um percentual tão acentuado de comunicações quanto as das outras comarcas existentes nas Capitanias do Norte. Acresce que a falta de comunicação direta do Conselho com os espaços nos sertões é um dado impressionante.

Fica claro que a extensão territorial de Pernambuco, com 26 e 34 freguesias, seis ou sete vilas e duas comarcas no século XVIII não parece ser razão suficiente explicar a discrepância entre esta capitania e as restantes no que toca ao volume de correspondências. Talvez seja necessário, por outro lado, inquirir a posição de Olinda e Recife enquanto principal núcleo de governo da Capitania. Isto quer dizer que o grande fluxo de comunicações dirigidas aos dois espaços pode estar associado ao facto de as principais estruturas da administração da régia e,

⁸¹ Dados levantados com base em AHU, Códices 245, 256, 257, 258, 259, 260 e 261. Cf. Capítulo 1.

por conseguinte, a maior parte dos cargos e ofícios da Capitania, estar ali concentrada, bem como a maior parte da população, conventos e confrarias religiosas. Com efeito, torna-se imperativo procurar respostas nos padrões de participação dos diferentes interlocutores acionados pela Coroa em cada capitania e aferir o peso de cada um no processo comunicativo consoante o raio de ação territorial e a amplitude de competências geridas por cada um.

5.2.2. Os interlocutores do Conselho Ultramarino nas Capitanias do Norte

Como sugerimos anteriormente, o protagonismo desempenhado pelos Governadores em meio ao conjunto global dos atores das comunicações transoceânicas diferia bastante conforme o período e o caso imperial estudado. Mas, ainda que a dimensão dos fluxos comunicacionais no caso português guarde mais semelhança, em volume, com o caso espanhol do que com o caso do britânico ou francês, não deixa de ser interessante aferir a dimensão do protagonismo dos governadores, mesmo que em meio a um conjunto mais alargado de participantes dos circuitos comunicacionais. Através de uma massa de dados recentemente compilados, a historiografia aponta que os Governadores de Capitanias e os Governadores-Gerais do Estado do Brasil representam, de forma crescente e no conjunto global das comunicações, os interlocutores de proa da Coroa Portuguesa no espaço atlântico, respondendo pela quarta parte do total das correspondências político-administrativas dirigidas ao reino a partir deste espaço⁸².

Se não nos foi possível neste trabalho contabilizar o conjunto de emissões dirigidas pela Capitania de Pernambuco ao Reino, reunimos dados que ilustram a participação destes universo de protagonistas no sentido inverso do processo comunicativo, isto é, a partir das cartas, ordens e provisões régias expedidas pelo Conselho Ultramarino à Capitania. Consideramos que esta representa um fundo mais sólido para perceber a participação dos Governadores em meio aos outros agentes porque foi construída com base em registos seriados que seriam, por si, mais completos do que a documentação avulsa que sobreviveu no Arquivo Histórico Ultramarino⁸³.

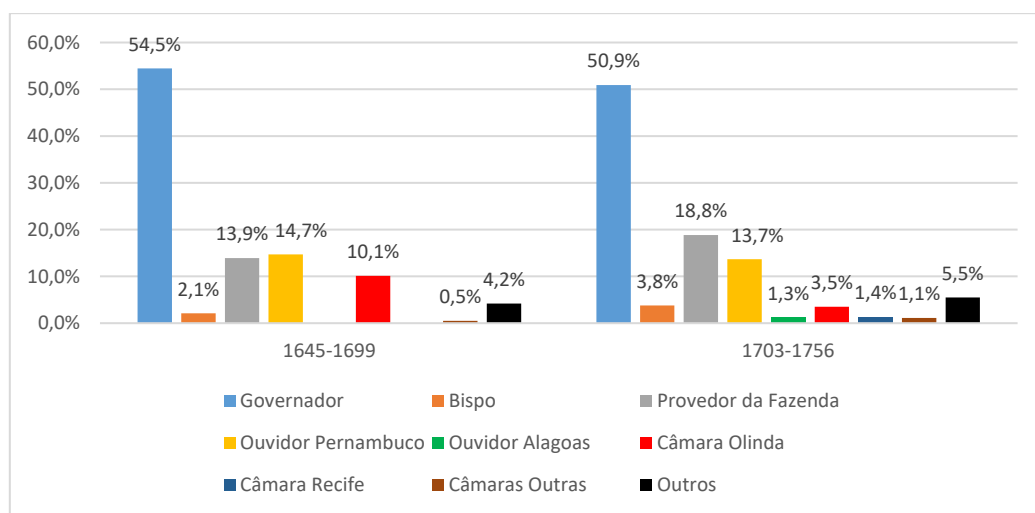
Por meio do Gráfico 3, podemos visualizar a representatividade dos Governadores em meio aos demais interlocutores do Conselho na Capitania de Pernambuco. Para observar os impactos da entrada de novos interlocutores no terreno no século XVIII, tais como o Juiz de

⁸² Os governadores respondem, mais especificamente, por 24,97% do total das comunicações levantadas pelo projeto. Cosentino, Francisco et al. «Governadores reinóis e ultramarinos...», p. 302

⁸³ Para que se tenha dimensão da fragilidade da amostra dos documentos avulsos, basta oferecer alguns exemplos. Por meio dos Avulsos, conseguimos identificar apenas 17 cartas do Marquês do Monte Montebelo ao Conselho Ultramarino, ao passo que na amostra dos códices identificamos, pela menção, ao menos 37 cartas. O mesmo se passa com Caetano de Melo e Castro para quem há apenas 43 cartas nos Avulsos e 106 mencionadas nos códices, ou, ainda pior, Fernando de Castro Morais, de quem há apenas 29 no fundo e 129 referidas no segundo.

Fora, a Câmara do Recife, o Ouvidor das Alagoas, os Coronéis das Tropas Auxiliares, organizamos as comunicações em apenas dois períodos, nomeadamente a segunda metade do século XVII à esquerda e a primeira do XVIII à direita.

Gráfico 3. Interlocutores da comunicação expedida pelo Conselho Ultramarino para a Capitania de Pernambuco (1650-1756)⁸⁴



Os dados evidenciam que os Governadores representam, de longe, os principais interlocutores da monarquia em Pernambuco. Constatamos nas emissões do Conselho Ultramarino uma expressividade duplamente superior àquela identificada pela historiografia a partir das emissões sobreviventes no fundo dos manuscritos avulsos⁸⁵. Na segunda metade do século XVII, mais de 54,5% e na primeira metade do século XVIII, 50,9% de todas as cartas registadas no Conselho Ultramarino com destino à Pernambuco foram dirigidas aos Governadores. Em números absolutos, isso representa 769 missivas de um total de 1412 no primeiro corte cronológico, e 1303 de um total de 2560 no segundo. Considerando que o conjunto selecionado para o século XVIII deixa de considerar o mandato de sete governadores, é de se calcular que há, apesar de um leve declínio na expressividade percentual calculada em relação aos restantes protagonistas, um crescimento real muito maior do que o assinalado e que também se verifica no volume de correspondências dirigidas por estes agentes ao Reino.

Fica também evidente que a participação dos Governadores neste circuito não é ombreada por nenhum dos outros protagonistas. Dentre os do século XVII, os que mais se aproximam e, mesmo assim, sem alcançar a marca dos 20% são o Ouvidor da Capitania

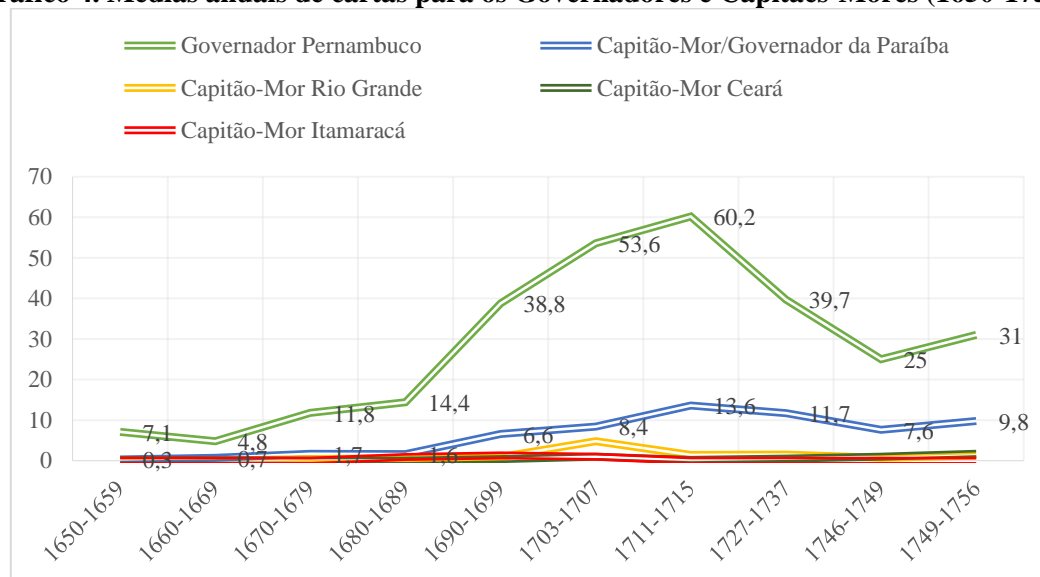
⁸⁴ Dados levantados com base em AHU, Códices 245, 256, 257, 258, 259, 260 e 261. Cf. Capítulo 1.

⁸⁵ Cosentino, Francisco et al. «Governadores reinóis e ultramarinos...», p. 302.

(14,7%), seguido de perto pelo Provedor da Fazenda (13,9%) e pela Câmara de Olinda (10,1%) que vivencia o auge de seu poder. A virada para o século XVIII, e a entrada de novos interlocutores na Capitania acarreta algumas mudanças neste cenário. De um lado, mesmo com a criação do cargo de Juiz de Fora em 1702 e da Ouvidoria das Alagoas em 1712, a importância do Ouvidor nos circuitos mantém-se estável e reduz-se em apenas 1%, ao passo que a transferência das competências fiscais da Câmara de Olinda para o Provedor da Fazenda em 1727 e a criação da Vila do Recife fazem com que a importância deste cresça quase 5% e a daquela despenque de 10 para apenas 3,5% no conjunto dos interlocutores. Por outro lado, a emergência de outros interlocutores, como o Ouvidor de Alagoas e da Câmara do Recife fazem-se sentir de maneira muito residual nos circuitos, não chegando à marca dos 2% do cômputo global. O mesmo ocorre com a participação das Câmaras menores da Capitania, incipientes, diante de Olinda e Recife, mas representadas em cerca de 1%.

Mas, e nas restantes Capitânicas? Será que os Capitães-Mores desempenham um protagonismo relativamente equiparável ao dos Governadores de Pernambuco? Para responder a esta questão, parece interessante começar por estabelecer comparações a partir do protagonismo destes dois agentes e aferir, em seguida, em cada Capitania o peso relativo de cada um em relação aos restantes interlocutores no terreno. Nesse sentido, o gráfico 4 apresenta uma comparação entre as médias anuais das Cartas expedidas pelo Conselho aos Governadores e aos Capitães-Mores das Capitânicas de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará.

Gráfico 4. Médias anuais de cartas para os Governadores e Capitães-Mores (1650-1756)⁸⁶



⁸⁶ Dados levantados com base em AHU, Códices 245, 256, 257, 258, 259, 260 e 261. Cf. Capítulo 1.

Autores clássicos como Caio Prado Júnior sugeriram que haveria uma equivalência de atribuições entre os Governadores e Capitães-Mores de Capitânias⁸⁷ e, que as diferenças entre ambos se resumiriam à questão de titulação correspondente à dignidade do lugar da nomeação⁸⁸. Todavia, os dados apresentados no gráfico 4 ilustram uma diferença abismal entre as médias anuais de cartas dirigidas pelo Conselho aos Governadores de Pernambuco e os Capitães-Mores das restantes capitânias. Os que mais se aproximam em termos absolutos dos Governadores de Pernambuco são os da Paraíba. Mas estes, em alguns períodos específicos e anteriores à anexação, ostentaram o título de Governador, além do de Capitão-Mor e, posteriormente, Coronel ou Mestre de Campo Governador entre as décadas de 1740 e 1750⁸⁹. Mesmo assim, com qualquer deles, a discrepância é enorme. Ao passo que os de Pernambuco respondem por médias anuais que variam entre 4,8 e 60,2 correspondências ao ano, os da Paraíba só começam a manter comunicações anuais regulares na década de 1670, recebendo, a partir de então e de forma crescente, médias anuais que variam entre menos de duas cartas ao ano até um máximo próximo de 14, no grande pico das comunicações que se verifica globalmente entre 1711-1715. Com relação aos Capitães-Mores das restantes Capitânias, verificamos ritmos ainda mais inconstantes de comunicação. A Coroa só passou a se corresponder anualmente com os do Rio Grande a partir da década de 1690, e mesmo assim pouco, o que é curioso pois é nesta década que ocorre o ápice da Guerra dos Bárbaros, e salvo um pico de envio de quase cinco cartas ao ano, no início do século XVIII, volta a haver uma quebra no volume dos fluxos, especialmente depois de esta Capitania ter sido subordinada à de Pernambuco em 1701. No caso das capitânias do Ceará e Itamaracá, precocemente anexadas à de Pernambuco, o ritmo de comunicação com os Capitães-Mores será bem mais irregular, não chegando durante a maior parte do tempo a ser anual. Os de Itamaracá desaparecem completamente das comunicações ao longo do século XVIII, e isto talvez se explique pelo estatuto jurídico daquela Capitania, cujo capitão-mor passou a ser nomeado pelo donatário e, em certas intermitências, por um capitão-mandante provido em Pernambuco⁹⁰.

Vale acrescentar que esta não parece ser uma especificidade exclusiva das Capitânias do Norte. Na verdade, os baixos índices de comunicação entre a Coroa e os Capitães-Mores das

⁸⁷ Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*..., p. 320.

⁸⁸ Pois seria costume conceder o título de “governador” somente aos governantes das Capitânias principais. Cunha, Monteiro, «Governadores e capitães-mores...». p.203

⁸⁹ Curiosamente, depois da anexação o título ostentado não foi rebaixado outra vez para Capitão-Mor, mas alçado ao de “Brigadeiro-Governador” durante o longo mandato de Jerônimo José de Melo e Castro (1764-1797). Chaves Júnior, «As capitânias de Pernambuco...». p. 63.

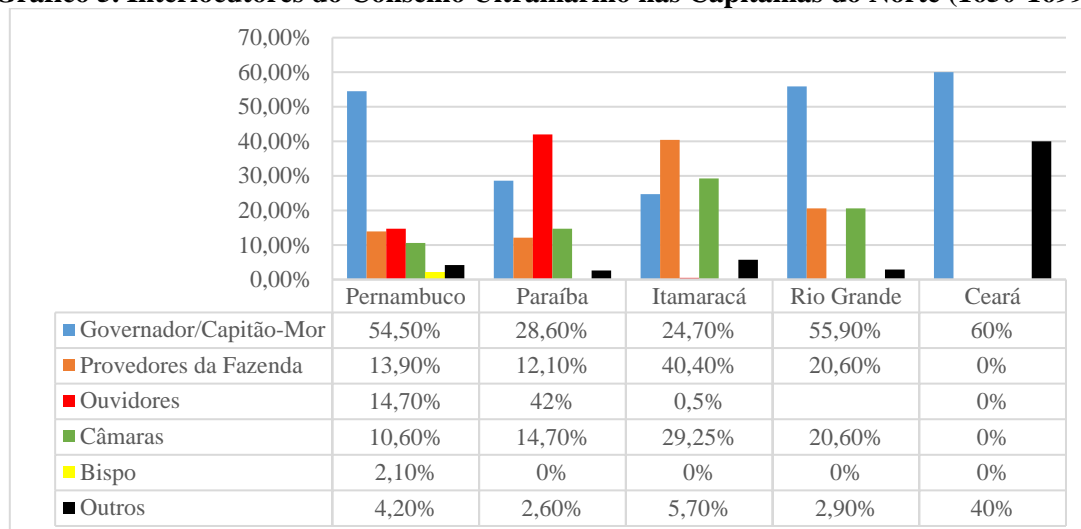
⁹⁰ Como ocorreu em 1713, quando Manuel Clemente foi suspenso do posto e Félix José Machado recebeu ordem régia para que “se nomeie um Capitão de Infantaria dos que servem nestas praças, pessoa de satisfação, valor e prudência e fidelidade” no “posto de capitão-mor regente da Capitania de Itamaracá”. BNP, PBA, 115, fl. 231.

capitanias subordinadas também foram identificados por Dauril Alden nas capitanias subordinadas ao Rio de Janeiro durante o mandato do Marquês de Lavradio, nomeadamente Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento⁹¹. De acordo com eles, os Capitães-Mores subordinados sequer mantinham comunicações ativas com o reino, ainda que se correspondessem muito frequentemente entre si e com o Vice-Rei no Rio de Janeiro⁹². Nos próximos capítulos, quando nos debruçarmos sobre os circuitos internos de comunicação, verificaremos que algo semelhante ocorre na interação entre os Governadores de Pernambuco e os Capitães-Mores de Itamaracá, Rio Grande e Ceará, que figuram como interlocutores mais destacados daqueles nestas Capitanias. Mas, por hora, basta dizer que a baixa expressividade dos Capitães-Mores das Capitanias subordinadas pode ser atribuída a uma diversidade seguramente menor de competências que administram em suas respectivas jurisdições e que, na maior parte do tempo, resumir-se-á às questões militares e, eventualmente, aos atritos com outras autoridades. Convém, entretanto, inquirir, diante desse cenário, se há e quais são os interlocutores mais acionados pela monarquia nestas Capitanias para além dos Capitães-Mores, e qual o peso de cada um no processo comunicativo. Para tanto, os gráficos 5 e 6 apresentam uma comparação entre a expressividade dos destinatários das cartas do Conselho Ultramarino em cada uma das Capitanias, incluindo a de Pernambuco. Para uma melhor visualização, apresentamos esta expressividade em colunas na parte de cima e em tabela na parte de baixo, considerando os destinatários de mais destaque em cada Capitania.

⁹¹ Alden, *Royal Government in Colonial Brazil...*, p.448-449.

⁹² Cito: “Like the viceroy, the borderlands governors conducted a wide-ranging official correspondence. Besides reporting regularly to Lavradio, they issued instructions to their own corps of subordinates and corresponded each other. The governors of Colônia and Rio Grande also exchanged insults with their counterparts in neighboring Spanish territories. Since they faced common military and economic problems, the governors of Rio Grande and Santa Catarina often shared information with the captains-general of São Paulo. However, the subordinate governors did not communicate with other captains-general or with the Court; the viceroy was always the channel through which they received instructions from Lisbon”. Alden, *Royal Government in Colonial Brazil...*, p. 448-449.

Gráfico 5. Interlocutores do Conselho Ultramarino nas Capitanias do Norte (1650-1699)⁹³

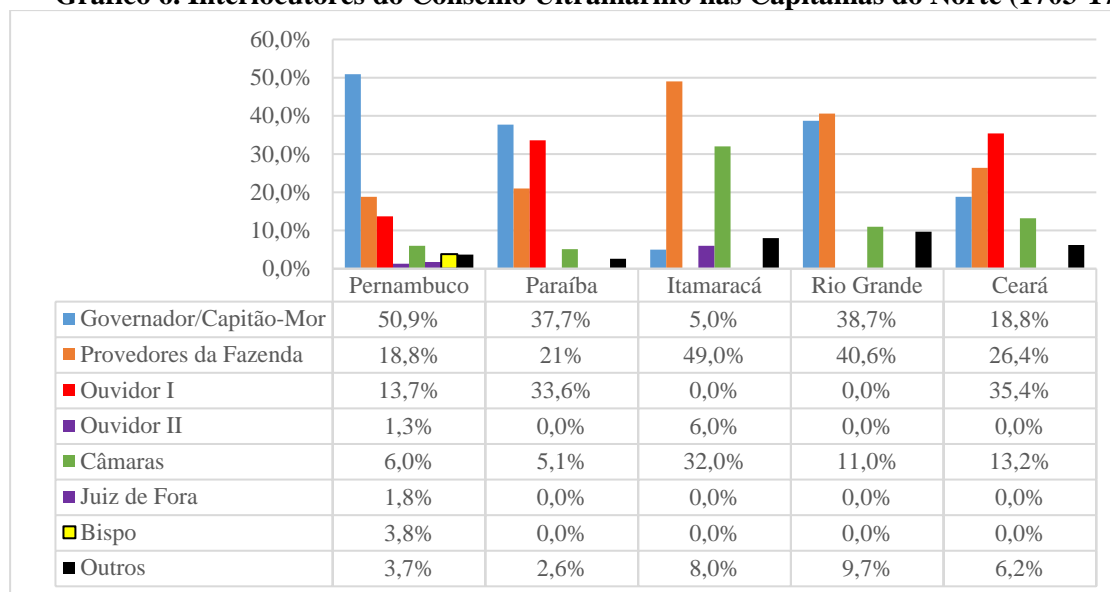


A ideia de que os Capitães-Mores desempenham um protagonismo semelhante ao dos Governadores em suas respectivas jurisdições cai por terra quando comparamos, por exemplo, a Capitania de Pernambuco com a da Paraíba, na qual o Capitão-Mor recebe, ao longo de toda a segunda metade do século XVII, apenas 28,6% das comunicações dirigidas pelo Conselho Ultramarino, sendo o Ouvidor o principal interlocutor naquela Capitania que responde por 42% de um total de 381 cartas dirigidas no período. E este é um dado relevante, posto que a Ouvidoria da Paraíba só foi criada em 1687 e, portanto, a sua participação só é contabilizada por um total de 13 anos. Algo de semelhante ocorre em Itamaracá, onde o Capitão-Mor tem pouco destaque, e aparece em terceira posição com 24,7% e bem atrás do destinatário mais ativo que é o Provedor da Fazenda, com 40,4%, e ligeiramente atrás da única Câmara da capitania⁹⁴ que responde por 29,2%. No Rio Grande e no Ceará, a expressividade percentual dos Capitães-Mores é maior em relação à dos outros interlocutores por duas razões. A primeira, deve-se ao volume reduzido das comunicações, que nos dá um total de 34 missivas para a primeira e de apenas 10 para a segunda. No caso do Rio Grande, tratamos de um período anterior à anexação desta Capitania à de Pernambuco e que talvez justificaria a sua importância em relação aos restantes interlocutores. No Ceará, a ausência de justiças, provedoria e vilas até o início faz com que o Capitão-Mor seja realmente o único interlocutor disponível à monarquia no território e, mesmo assim, como vimos, a frequência de comunicação com ele é bastante reduzida.

⁹³ Dados levantados com base em AHU, Códices 275, 256 e 257. Cf. Capítulo 1.

⁹⁴ Antes e depois de a sede ter sido mudada da freguesia de Nossa Senhora da Conceição para Goiana.

Gráfico 6. Interlocutores do Conselho Ultramarino nas Capitanias do Norte (1703-1756)⁹⁵



No século XVIII, ocorrem algumas alterações nos padrões observados nas Capitanias vizinhas a Pernambuco. Na Paraíba, o Capitão-Mor assume a posição de principal destinatário das correspondências do Conselho, mantendo, contudo, uma vantagem apertada de apenas 4,1% em relação ao Ouvidor e de 16,7% em relação ao Provedor da Fazenda. Por mais que se verifique algum destaque do Capitão-Mor em sua jurisdição, politicamente autónoma de Pernambuco até 1756, sua participação não é comparável ao do Governador de Pernambuco nos circuitos externos de comunicação, já que este que mantém vantagem superior aos 32% com relação a qualquer dos outros poderes naquela Capitania. Mas, o que explicaria esta diferença?

Ora, a expressividade maior do Ouvidor da Paraíba em finais do século XVII e a pequena diferença que há entre este e o Capitão-Mor no século XVIII poderia ser explicada, dentre outros fatores, com base na dimensão do raio de ação territorial de cada um. Se jurisdição do Capitão-Mor Governador da Paraíba está circunscrita aos limites desta Capitania, as do Ouvidor excedem-na e projetam-se sobre o Itamaracá e Rio Grande, onde foi corregedor em todo o período considerado, e também sobre o Ceará, incluído na Comarca até 1723. A mesma questão explicaria, por exemplo, a discrepância que há entre a participação do Governador de Pernambuco, cuja jurisdição se espalha em quase todas as Capitanias do Norte, e a do Ouvidor de Pernambuco, que no XVII terá jurisdição sobre toda a Capitania e, a partir de 1712, a perderá nas partes do sul para o novo Ouvidor das Alagoas.

⁹⁵ Dados levantados com base em AHU, Códices 257, 258, 259, 260 e 261. Cf. Capítulo 1.

Nas capitanias anexas, a participação dos Capitães-Mores é pouco destacada em relação à de outros protagonistas. No Rio Grande, já anexado à Capitania de Pernambuco, não há profundas alterações na arquitetura institucional, mas há mudanças no protagonismo dos poderes presenciais existentes. Em relação aos cinquenta anos anteriores, o Capitão-Mor vê sua importância reduzida e fica quase igualado ao Provedor da Fazenda, cuja participação dobra nesta primeira metade do século XVIII. Os dois juntos mantêm uma distância ampla com relação à Câmara de Natal, cuja expressividade na viragem do século reduz-se de 20,6% para 11%. Talvez a baixa representação do Capitão-Mor esteja, mais uma vez, associada à dimensão reduzida de suas jurisdições e talvez a uma variedade menor de assuntos de suas comunicações do que as matérias relacionadas à defesa e manutenção das tropas que, de resto, são compartilhadas com o Provedor da Fazenda e também com os Governadores de Pernambuco.

Já na capitania do Ceará, a consolidação da conquista foi também acompanhada da emergência de novos poderes, a saber do Ouvidor que também servia de Provedor da Fazenda e das quatro Câmaras fundadas até 1748. Esta expansão no tamanho da malha administrativa surte impactos relevantes nos padrões comunicativos e traduz-se na limitada representatividade do Capitão-Mor, que absorve apenas 18,8% das comunicações dirigidas àquele espaço, e pelo destaque do Ouvidor e Provedor, que, somadas as duas atribuições que exercita, responde por nada menos que 62% das comunicações dirigidas pelo Conselho àquela Capitania⁹⁶. Se a amplitude do raio de ação territorial também não pode explicar as diferenças existentes entre o Ouvidor e o Capitão-Mor do Ceará, poderíamos busca-las na diversidade de competências geridas por cada um, já que o Ouvidor, para além das matérias de justiça, superintende também as de fazenda naquela Capitania, ao passo que as comunicações com os Capitães-Mores do Ceará quase que se restringem aos assuntos da defesa ou da disciplina militar.

Em Itamaracá, capitania de donatários desde 1692 e anexa à de Pernambuco desde 1672, os fluxos comunicacionais assumem proporções mais reduzidas e a importância do Capitão-Mor enquanto protagonista é ainda menor do que nas restantes, já que eles receberam menos de 5% das cartas do Conselho. Ali, nesta primeira metade de século, o principal interlocutor da Coroa será o Provedor da Fazenda que responde por 49 das 100 cartas contabilizadas no período, seguido da Câmara de Goiana que recebeu 32. Os padrões identificados para Itamaracá podem explicados na alteração de seu estatuto jurídico. Por ser uma capitania de donatário, poderíamos supor que a ação da Coroa sobre este espaço não seria equivalente àquela exercida

⁹⁶ Vale destacar que apesar de os dois cargos serem exercidos por uma única pessoa, as cartas destinadas ao Ceará hora respeitam a distinção dos lugares, hora os consideram em conjunto. Por vezes, as cartas relativas à Justiça referem o “Ouvidor da Capitania do Ceará” e as de Fazenda “O Provedor da Real Fazenda da Capitania do Ceará”, e em outras são destinadas ao “Ouvidor do Ceará que serve de provedor de minha fazenda”.

numa capitania régia, ainda que não estivesse isenta de intervenções do centro e, como veremos, mesmo de Pernambuco. Isso também explica o facto de a comunicação ser mantida de forma mais intensa com o único representante direto da administração régia na Capitania, o Provedor da Fazenda, encarregado de gerir tanto as rendas competentes à Coroa quanto as competentes ao donatário. Explica, da mesma forma, a baixa expressividade do Capitão-Mor e do Ouvidor Donatarioal, cargos providos diretamente pela Casa de Cascais. Poderíamos sugerir que o Capitão-Mor de Itamaracá representaria menos a figura do rei do que a do próprio Donatário, de quem é efetivo loco-tenente e, repetidas vezes, Procurador. Luciana Velez, refere que estes agentes chegavam ao ponto de querer furtar-se às obrigações militares que competiam aos Capitães-Mores na defesa e disciplina das tropas, interessando-se apenas em representar os donatários e cobrar em seu nome as suas rendas e direitos⁹⁷.

Em resumo, da mesma forma que se pode sugerir que a Coroa estabelece vínculos mais ativos com uns espaços do que outros, também se pode dizer que certos interlocutores assumem posições mais destacados que outros conforme as diferentes Capitánias e os diferentes períodos considerados. Mas fica ainda mais evidente que o protagonismo dos Capitães-Mores das Capitánias do Norte não é comparável ao que é desempenhado pelos Governadores de Pernambuco no conjunto de interlocutores desta Capitania. O ritmo de comunicação com estes Capitães-Mores ou é mais reduzido ou é irregular desde uma perspectiva temporal e a sua importância no conjunto dos interlocutores do centro, por variadas razões, acaba por ser menor, equivalente ou só ligeiramente maior do que a de outros, como os Ouvidores e Provedores da Fazenda. A quantidade de cartas dirigidas pela Coroa aos Governadores de Pernambuco, por outro lado, chega a ser duas e até três vezes superior à que é dirigida ao segundo protagonista mais acionado nesta Capitania (o Ouvidor na segunda metade do século XVII e o Provedor da Fazenda ao longo do XVIII).

Se importância destes agentes não se resume ao espaço de Pernambuco, deve ser também avaliada no conjunto das capitánias do norte. De um total de 5803 cartas régias contabilizadas em nossa base de dados para todas as Capitánias do Norte entre os anos de 1654 e 1756, 2072 (cerca de 36%) foram parar às mãos destes agentes. Se pudessemos estabelecer uma lista dos interlocutores mais acionados pela Coroa nesta quarta parte da América, os Governadores estariam no topo seguidos pelos Provedores da Real Fazenda de Pernambuco, que receberam “apenas” 678 cartas régias (12% do total) ou a terça parte do volume de correspondências dirigidas aos Governadores. Este levantamento serve para ilustrar a

⁹⁷ Velez, «Donatários e administração colonial...», p. 168.

importância destes agentes para a governabilidade não só de Pernambuco, mas de toda esta parcela do Atlântico Português.

Mas, o que explicaria tamanho destaque dos Governadores em meio aos restantes interlocutores do Conselho Ultramarino nas Capitanias do Norte? Tentaremos responder a esta pergunta no próximo tópico, mas podemos adiantar que algumas razões que explicam a baixa expressividade dos Capitães-Mores em suas respectivas capitanias ajudam a explicar o lugar ocupado pelos Governadores em meio aos protagonistas.

5.3. A Comunicação entre os Governadores de Pernambuco e o Reino

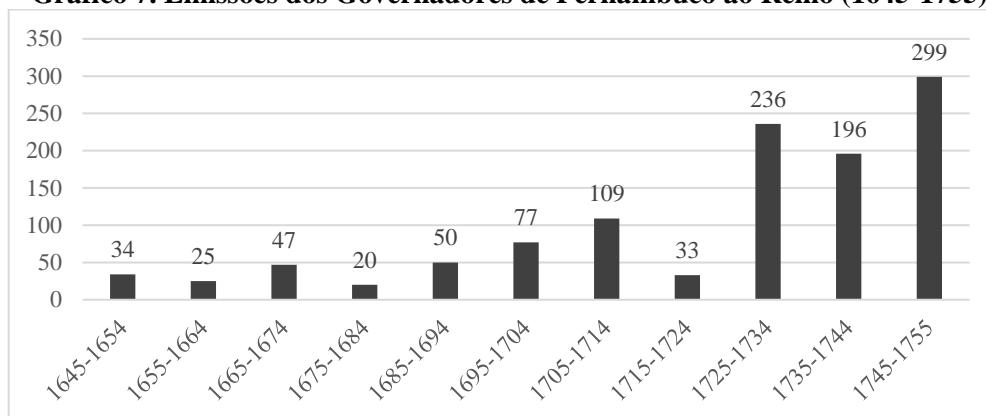
Considerada a importância dos Governadores de Pernambuco em meio aos interlocutores do Conselho Ultramarino nas Capitanias do Norte nos cem anos posteriores à Restauração Pernambucana, convém agora explicá-la e, quando possível, compará-la à dos governantes de outras partes da América Lusa e mesmo de outros impérios. Para este efeito, é importante compreender os padrões assumidos por esta comunicação e aferir algumas variáveis tais como o volume das correspondências e frequência com que eram mantidas, os principais assuntos de que tratam, o escopo geográfico que alcançam e, principalmente, as diferentes modalidades de comunicação que davam “sentido” a este circuito comunicacional.

5.3.1 O volume das comunicações trocadas entre o Governo e o Reino

No tópico anterior, enfatizamos que o volume de correspondências expedidas pelo Conselho Ultramarino aos Governadores de Pernambuco tende a crescer de forma progressiva entre meados do século XVII e a primeira metade do XVIII, ainda que com alguns períodos de ruptura, como na década de 1660. Convém então aferir se esta tendência é acompanhada no sentido inverso, isto é, pela frequência da comunicação expedida pelos Governadores ao Conselho Ultramarino. Para tratar desta parcela do circuito, os fundos documentais disponíveis são muito mais fragmentários do que aquele das cartas expedidas às Capitanias e que ficaram registadas no Conselho Ultramarino. Com a perda dos papéis da Secretaria de Governo, foi necessário proceder a um levantamento em meio ao fundo de documentos avulsos do Conselho Ultramarino, como explicamos no capítulo 1, ainda que estivéssemos cientes de que este fundo não regista por si os volumes reais da comunicação emitida pelos Governadores, que poderia, em princípio, ser muito maior do que a documentação remanescente. Em que pese esta incompletude, apresentamos o resultado deste levantamento no gráfico 7, abaixo. Uma vez que

os mandatos dos Governadores tinham duração desigual, optamos por ordenar a o conjunto em decênios a fim de observar as variações ao longo do tempo.

Gráfico 7. Emissões dos Governadores de Pernambuco ao Reino (1645-1755)⁹⁸



Não obstante alguns períodos de aparente declínio na frequência das comunicações em dois decênios específicos, mais visível entre 1675 e 1684 e entre 1715 e 1724, o conjunto de dados levantados sugere que os Governadores tendem a expedir volumes cada vez maiores de correspondências à Corte. Se pudéssemos estabelecer médias anuais com base nos fundos disponíveis, veríamos que elas tendem a evoluir de um mínimo de 2 ou 3 até 5 cartas ao ano na segunda metade do século XVII para médias progressivamente mais expressivas entre os finais deste século e ao longo do XVIII. Estas rondariam, perto de 11 cartas ao ano no conturbado decênio que enquadra as vésperas e os desdobramentos da Guerra dos Mascates, atingindo médias duplamente superiores vinte anos depois, rondando 23.6 cartas ao ano entre 1725 e 1734 e um máximo de quase 30 no decênio que antecede ao diretório pombalino. Esta tendência se correlaciona a um padrão mais geral, identificado em outras Capitanias e que se expressa tanto na intensificação das comunicações entre as conquistas e o centro da monarquia, como em um maior protagonismo dos governantes do império enquanto provedores de informações mais destacados em meio aos outros atores do processo comunicativo⁹⁹.

Contudo, sendo construídas a partir de um fundo documental muito fragmentado, estas médias, escondem variações consideráveis de um ano para outro. Se a média do período 1645-1654 é de pouco mais de três cartas, há registo de que, só em 1654, quando da capitulação neerlandesa, Francisco Barreto enviou 18 – mais da metade disponível para formar a amostra. O mesmo ocorre no decênio 1665-1674, quando se verifica uma média inferior às cinco cartas

⁹⁸ Dados levantados com base no fundo dos manuscritos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino referentes às capitanias de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande e Ceará.

⁹⁹ Cosentino, Francisco et al. «Governadores reinóis e ultramarinos».

anuais, havendo dez cartas apenas para o ano de 1671. Além disso, é possível perceber as lacunas no conjunto através de Listas de Cartas remetidas pela Secretaria de Governo de Pernambuco nas frotas que seguiam para Lisboa, que confirmam volumes muito superiores aos remanescentes. Se constam apenas duas cartas emitidas pelos Governadores na documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino no ano de 1701, uma lista daquele mesmo ano menciona um total de **92** enviadas só ao Conselho Ultramarino¹⁰⁰. Para o ano de 1717, localizamos apenas três emissões destes agentes no referido fundo, mas há, pelo menos, **59** referidas numa relação de “cartas de conta” remetidas ao Conselho no mesmo ano¹⁰¹.

Ademais, a diferença entre o volume de comunicações trocadas num século e no outro poderia ser também explicada com base nas próprias limitações dos fundos disponíveis, uma vez que os conjuntos disponíveis para períodos mais recuados seriam provavelmente menores por conta da erosão ou da perda dos papéis¹⁰². De facto, uma vez que só dispomos de listas para o século XVIII, torna-se difícil aferir se as médias relativamente baixas do século XVII resultam ou não da indisponibilidade de fontes que resistiram à ação do tempo. Mas é possível comprovar a fragilidade do conjunto com base em outros. Pode-se dizer que se restaram apenas 17 missivas do mandato do Marquês de Montebelo (1690-1693) nos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, uma relação completa da correspondência enviada à Corte entre 1690 e 1692, atualmente preservada na British Library, revela um total de **139** cartas¹⁰³. O mesmo ocorre no mandato de D. Marcos de Noronha e Brito, para o qual há registos seguramente completos da correspondência com diferentes interlocutores no reino e que, no total, revelam a emissão de **328** cartas¹⁰⁴.

Estes dois fundos representam os conjuntos mais sólidos para tratar das correspondências emitidas pelos Governadores ao Reino e registam um crescimento superior a 58% entre o volume de correspondências enviadas no mandato de um para o do outro governador. Ainda assim, se poderia argumentar que uns Governadores produzem mais registos que outros e que os registos disponíveis acabariam por condicionar a interpretação dos dados para a totalidade do período. Contudo as cópias das comunicações **expedidas pelo Conselho Ultramarino** também nos servem como conjunto de teste e nos permite confirmar a tendência ao crescimento através das **respostas** que eram dadas às cartas dos Governadores e que fazem

¹⁰⁰ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 19, D. 1882, fl. 3v.

¹⁰¹ Mais adiante retornaremos ao tema das tipologias de correspondência trocada entre os governadores e o Conselho. Cf: AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 28, D. 2511.

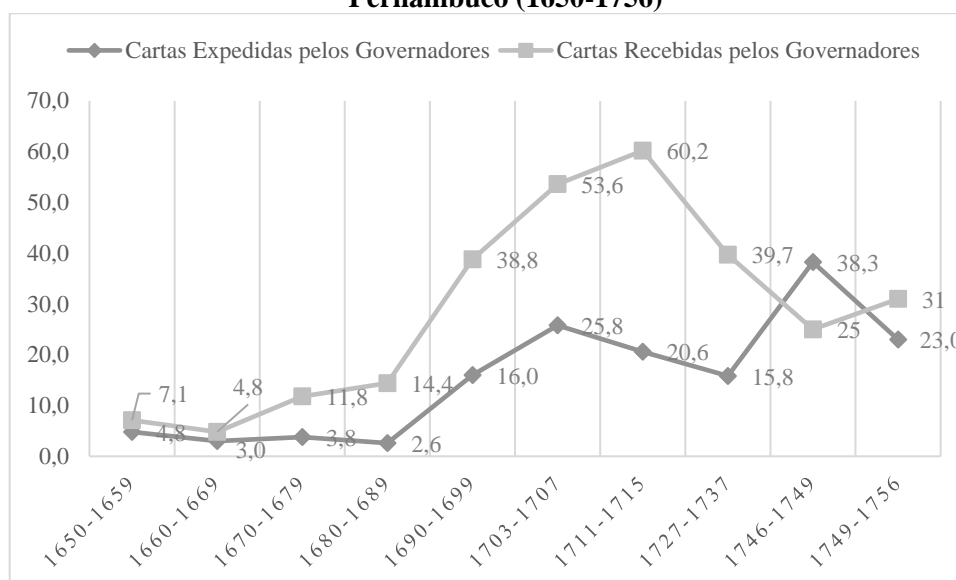
¹⁰² Convém sempre lembrar que esta é uma amostra composta da parcela do arquivo do Conselho Ultramarino que sobreviveu às consequências desastrosas do Terramoto de 1755.

¹⁰³ British Library, 21.000.

¹⁰⁴ AUC, CA, Códices 35, 36 e 37.

referência, portanto, as comunicações emitidas entre 1654 e 1756. Mesmo assim, há certos períodos em que há mais cartas no fundo dos manuscritos avulsos do que *referidas* nas respostas dadas Conselho. Esta diferença sugere que nem todas as cartas dos Governadores chegavam a obter resposta ou que fossem parar em outros canais de comunicação, como o Conselho ou as Secretarias de Estado. Feitas estas ressalvas, e para ilustrar a tendência ao fortalecimento dos vínculos entre os Governadores e a Coroa no século XVIII, apresentamos um cruzamento dos dados levantados para o sentido “descendente” e para o sentido “ascendente” no gráfico 8, abaixo, apresentando, entretanto, variações nas médias anuais de comunicação. Assim, considerando as lacunas referidas e para compor o volume das emissões dos Governadores ao Conselho, consideramos sempre o fundo em que há mais registros, seja nas cartas remanescentes ou referidas nos documentos avulsos, seja nas cartas referidas nos códices.

Gráfico 8. Médias anuais de comunicação expedida e recebida pelos Governadores de Pernambuco (1650-1756)¹⁰⁵



Esta modalidade alternativa de apresentação dos fluxos comunicacionais adequa os dados disponíveis para as emissões dos Governadores aos cortes cronológicos considerados no conjunto levantado pelas emissões do Conselho Ultramarino, e apenas confirma a constatação de que a troca de comunicações entre os Governadores e a Coroa tende a se intensificar, nos dois sentidos, entre finais do século XVII e o início do século XVIII. Por meio do gráfico é

¹⁰⁵ Os dados da comunicação expedida pelos governadores foram levantados com base no fundo dos manuscritos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino referentes às capitanias de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande e Ceará. Para as décadas em que os documentos sobreviventes são seguramente menores no fundo dos documentos avulsos, complementamos com os dados levantados nos códices 275, 256, 257, 258, 259, 260 e 261. Os mesmos códices servem para tratar da comunicação expedida aos mesmos agentes.

possível sugerir que nas décadas de 1650 e 1660, o volume de comunicações expedidas pelo Conselho tende a ser semelhante ao da comunicação produzida pelos Governadores. De um lado, uma monarquia ainda atribulada com a Guerra de Restauração (1640-1668), parece intervir pouco sobre o conjunto dos territórios restaurados ao domínio holandês¹⁰⁶. Da mesma forma que se poderia associar a dimensão reduzida das comunicações neste período à instabilidade que marcou os primeiros anos de funcionamento do Conselho Ultramarino¹⁰⁷, frequentemente acossado em matérias de jurisdição pelos outros Conselhos da monarquia¹⁰⁸ ou mesmo dependente de recursos geridos por outros organismos como o Conselho da Fazenda¹⁰⁹.

Na outra margem do Atlântico, parece que a prática de os Governadores darem contas e informações à Coroa não estava suficientemente consolidada, o que também pode indicar um menor envolvimento destes agentes nos processos de tomada de decisão que tem lugar no centro da monarquia. Por outro lado, também se pode sugerir que os Governadores do período atuavam com mais autonomia e não reportavam suas ações ao Conselho, em Lisboa com tanta frequência e, aliás, deparamo-nos com algumas modalidades alternativas de comunicação, como os dois *relatórios* de síntese enviados por Francisco de Brito Freyre nos anos de 1663 e 1664¹¹⁰.

Este padrão começa a se alterar de forma visível no último quartel do século, quando a proporção entre as comunicações expedidas e recebidas começa a ser mais desigual e a correspondência que é enviada pelo Conselho aos Governadores parece ser maior do que as emissões destes agentes. Explicar o crescimento correspondente parece uma tarefa seguramente mais complexa. Por mais genéricas que sejam as interpretações do fenómeno é preciso considerar não só a fragilidade do conjunto das emissões, mas aferir o impacto de tendências gerais que se observam no conjunto dos territórios atlânticos da monarquia portuguesa e outras questões conjunturais e que estão relacionadas às circunstâncias localmente vivenciadas.

Globalmente, a virada de seiscentos para setecentos foi marcada por um interesse crescente da monarquia em assentar as suas bases no espaço atlântico. Esse processo tem sido referido por diversos autores e se verifica tanto na ampliação dos cargos e ofícios da

¹⁰⁶ Como também se pode observar no gráfico 3

¹⁰⁷ Barros, Edval de Souza. *Negócios de tanta importância: O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2008.

¹⁰⁸ Cardim, Pedro. «"Administração" e "Governo"...». pp. 45-51.

¹⁰⁹ Cruz, *Um império de conflitos...*, p.160.

¹¹⁰ Em 1663 e em 1664, Francisco de Brito Freyre escreveu dois relatórios muito semelhantes, alardeando suas ações não menos “na disciplina da guerra”, “no zelo da justiça e no aumento da Fazenda”. Notícia que o governador de Pernambuco deu a Sua Majestade, quando tomou posse do governo destes reinos, na qual dá notícia do estado da dita província, com as hostilidades feitas pelos holandeses. Recife de Pernambuco, 23 de março de 1663. 51-VI-1. fl. 247-250v, n.76 (a). A produção de relatórios representa uma modalidade bastante usual em outros impérios, como atestam aqueles produzidos pelos administrados da Companhia das Índias Ocidentais entre 1630 e 1654. Cf. **FBHB**.

administração periférica da Coroa quanto na transferência progressiva de competências diversas, das mãos dos poderes locais para a de administradores régios. Este fortalecimento da autoridade régia, especialmente no reinado de D. João V, pode ser associado a uma supervisão mais efetiva do centro da monarquia sobre a gestão dos territórios e que pode ser inferida a partir do crescente volume de comunicações que atravessa o oceano de um lado a outro. Não por acaso, os períodos de pico nas emissões do Conselho Ultramarino, entre 1670 e a década de 1730 coincidem com aquele que Miguel Cruz considera como “o tempo do protagonismo político e institucional” deste organismo, particularmente interventivo nas dinâmicas de organização das estruturas defensivas e fiscais do espaço atlântico da monarquia, mas principalmente na dinâmica de provimento dos cargos e ofícios¹¹¹.

Além disso, a ampliação dos fluxos comunicacionais **expedidos**, especialmente entre 1735 e 1755, poderia estar associada à criação da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, em 1736. De acordo com Miguel Cruz, a criação deste órgão coincidiu com um declínio nas atribuições, nos recursos e no protagonismo do Conselho Ultramarino, especialmente a partir da década de 1730¹¹². Ainda assim, até ao final do reinado de D. João V, nas palavras de Nuno Monteiro, esta e as outras duas secretarias “só funcionaram de forma muito limitada, podendo o rei despachar com juntas e outros intervenientes”, de modo que só se tornariam verdadeiros ministérios na segunda metade do século XVIII¹¹³. E é justamente neste período que se observa um maior número comunicações enviadas pelos Governadores à Secretaria¹¹⁴, pois como mostra o conjunto levantado nos documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, os Secretários só passaram a ganhar destaque efetivo enquanto destinatários durante o governo de Luís José Correia de Sá (1749-1756). Das 137 correspondências contabilizadas em seu mandato, ao menos 57 (41,6%) foram destinadas à Diogo Mendonça Corte Real, então Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, ao passo que outras 76 são endereçadas ao rei, sem que saibamos se passaram pelo Conselho Ultramarino ou pela Secretaria.

Fundos alternativos e que não estão contabilizados acima podem reforçar o argumento de que Secretários de Estado da Marinha e Ultramar emergem como destinatários de peso no conjunto da correspondência enviada pelos governadores à Corte. À de cópias da

¹¹¹ Cruz, *Um império de conflitos...*, p.171.

¹¹² Cruz, *Um império de conflitos...*, p.171.

¹¹³ Monteiro, Nuno. «A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e a Administração no Antigo Regime (1736-1834)». Em *Do reino à administração interna: História de um ministério (1736-2012)*. orgs. Almeida, Pedro T. & Sousa, Paulo. Lisboa: Imprensa Nacional, 2015.

¹¹⁴ Tendência referida para o conjunto da América Lusa por: Bicalho, Maria Fernanda B. e Costa, André. «O Conselho Ultramarino e a emergência do secretário de estado na comunicação política entre reino e conquistas». Em *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. org. Monteiro, Nuno Gonçalo e Fragoso, João. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p.147.

correspondência expedidas pelo Conde dos Arcos entre 1746 e 1749, foi possível sistematizar a variedade de interlocutores na Corte e compor os dados apresentados na Tabela 14, que relaciona os respectivos canais à esquerda e os montantes enviados a cada um.

Tabela 14. Destinatários da Comunicação expedida pelo Conde dos Arcos à Corte (1746-1749)¹¹⁵.

CANAL	1746	1747	1748/1749	Total
Respostas às Provisões Régias	70	49	32	151
Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar	30	31	23	84
Conselho Ultramarino	25	18	28	71
Cardeal da Motta	6	6	-	12
Frei Gaspar da Encarnação	3	2	1	6
Alexandre de Gusmão	1	2	1	4
Total	135	108	85	328

Através da correspondência do 6º Conde dos Arcos, podemos verificar que o peso da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar no conjunto das emissões ao reino começa a se notar já neste período e chega a ser bastante superior ao volume de cartas de conta dirigidas ao Conselho Ultramarino em 1747. Por outro lado, é de se referir que a primeira linha referente às “Respostas às Provisões Régias”, cujo destinatário seria, em princípio, o próprio rei, pode ser remetida tanto ao Conselho quanto à Secretaria. No título da secção correspondente a estas emissões no código referente ao ano de 1746, consta que são, na verdade, “*Respostas das provisões e cartas da Secretaria de Estado que vieram na frota de 1746 e voltaram na frota do mesmo ano*”, ao passo que no código respeitante aos anos de 1748 e 1749 refere como “*Ordens reais e suas respectivas respostas pelo Conselho Ultramarino*”. Mas há, dentre elas, algumas assinadas pelo Conselho Ultramarino, outras pela Secretaria de Estado e mesmo pelo Desembargo do Paço. Sendo este, na verdade, o volume mais expressivo das missivas enviadas, não resulta claro qual é o organismo emissor de todas essas provisões, de modo que não as podemos incluir nem numa categoria nem em outra. Com efeito, estes dados nos levam também a concordar que a criação das Secretarias de Estado não substituiu, de imediato, o protagonismo do Conselho nos assuntos referentes às conquistas, de modo que, ainda nesse período, ambos parecem compartilhar espaço sobre o controle das comunicações políticas.

Uma outra questão digna de nota diz respeito à possibilidade de acessar o monarca através de canais de comunicação alternativos, os quais incluem, para além do Conselho e da Secretaria, algumas das mais importantes figuras da Corte joanina, como o Cardeal da Motta,

¹¹⁵ Dados reunidos à partir do fundo intitulado “Índice de tudo o que pertence à Frota que partiu do Porto de Pernambuco” (1746-1749). AUC, CA, Códices 35, 36 e 37.

o Frei Gaspar da Encarnação e Alexandre de Gusmão¹¹⁶. Sem que nos aprofundemos ao detalhe, basta dizer que essa correspondência relata as principais ações de governo e notícias da Capitania, como também trata de assuntos pessoais do interesse dos governadores, como, por exemplo, da preocupação frente ao endividamento da Casa e a pretendida promoção do Conde dos Arcos a outros governos, recebendo, nesse caso, o de Goiás¹¹⁷.

Voltando à explicação para o aumento da troca comunicacional na virada para o século XVIII, também é preciso salientar, tal como referem Cosentino e Monteiro, que as comunicações entre as conquistas e o Reino “se intensificavam quando as exigências do centro ou as circunstâncias locais se modificavam” e que “em contextos nos quais a estabilidade normativa prevalecia, a frequência da comunicação seria menor”, ao menos tendencialmente¹¹⁸. Isto poderia explicar, conforme o Gráfico 7, o porquê de haver mais emissões no período da guerra contra os holandeses (1645-1654), do que no decênio subsequente. Da mesma forma, o pico dos anos 1705-1714, quase coincide com a participação portuguesa na Guerra de Sucessão Espanhola e os esforços dela decorrentes de organizar as defesas internamente. Este decênio foi também marcado por instabilidades internas decorrentes das Alterações de Pernambuco (1710-1711) e de levantes indígenas no Rio Grande. Além destes fatores, há que se contabilizar diversas modificações nos equilíbrios do poder local, expressas, por exemplo, na fundação da vila do Recife e da Comarca das Alagoas. Com a estabilização das ameaças internas e externas, este pico foi seguido por um período de aparente diminuição das comunicações entre 1715-1724. Para o declive observado contribuiu também a morte do governador Manoel de Sousa Tavares de Távora em serviço e pelo facto de o interino que lhe sucedeu, o Mestre de Campo D. Francisco de Sousa (1721-1722), não ter produzido, aparentemente, muitas comunicações. Já os trinta anos seguintes, entre 1725 e 1755, foram marcados por um protagonismo ativo dos Governadores, sendo estas potencialmente motivadas por circunstâncias locais, marcadas por vários conflitos de jurisdição em quase toda a parte e por insurreições das tropas pagas em Pernambuco, quanto por novas demandas colocadas a partir do centro, quer seja a cobrança do novo Donativo Real para o Casamento dos Príncipes, quer seja um maior controle sobre as formas de arrecadação e despesa da Fazenda Real, com a transferência da responsabilidade

¹¹⁶ Cf. Almeida, «O Absolutismo de D. João V...», p. 193.

¹¹⁷ Deixamos a análise mais aprofundada destas cartas para trabalhos futuros, mas basta referir que o Conde herdara uma casa endividadíssima e não esconde em sua correspondência pessoal com o Cardeal da Mota e com Frei Gaspar da Encarnação a pretensão de ser provido em outros governos que não o de Pernambuco. AUC, CA, Cód. 35, fl. 105; Cód. 36, fl. 136v. Monteiro, *O crepúsculo dos grandes...*, p. 384.

¹¹⁸ Cosentino, Francisco e Monteiro, Nuno Gonçalo. «Grupos corporativos e comunicação política». Em *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. org. Monteiro, Nuno Gonçalo e Frago, João. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 439.

sobre a arrematação dos contratos e do pagamento dos terços das mãos da Câmara de Olinda para a Provedoria, ou mesmo a notícia da possível descoberta veios auríferos no Ceará¹¹⁹.

Quando tratarmos dos assuntos das comunicações, no próximo tópico, voltaremos a abordar estas questões em maior profundidade, mas antes parece interessante ensaiar algumas comparações e verificar se a tendência à maior participação dos governadores nos circuitos comunicativos pode ser identificada em outras partes da América Lusa ou mesmo nas dinâmicas governativas de outros impérios. Estas comparações contribuem para identificar diferenças regionais nos ritmos de comunicação, mas também apontar características comuns entre certas Capitânicas a nível estrutural.

Para o efeito, dispomos de dados levantados no âmbito do projeto *A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808)* e que abarcam as emissões referentes às capitânicas da Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro e Minas Gerais¹²⁰. Mas, para que seja possível estabelecer esta comparação, será necessário ajustar os números levantados em nossas bases aos parâmetros de seleção das informações adotados no projeto. Se nossa seleção foi construída com base na totalidade dos registos emitidos pelos Governadores entre 1645 e 1756, os dados tomam por base a amostra de apenas alguns anos. Assim, para tornar o exercício exequível, foi necessário estabelecer novas médias para os Governadores de Pernambuco considerando apenas os anos apresentados na primeira coluna da Tabela 15.

Tabela 15. Média das emissões dos Governadores da América Lusa (1640-1756)¹²¹

Período	Governos				
	Pernambuco	Bahia	Rio de Janeiro	Maranhão	Minas Gerais
1640-1656	5,8	3,81	-	-	-
1680-1690	3	5,4	-	-	-
1725-1726	40	82,5	28,5	5	13,5
1735-1736	7,5	35	38	5,5	25,5
1755-1756	44,5	67	43,5	15	8,5

Em que pese a dimensão do projeto e a impossibilidade de se estabelecer amostras totais das comunicações expedidas pelos Governadores-Gerais e de Capitânicas, é visível que a seleção de biênios específicos acaba claramente por condicionar a amostra. Note-se, por exemplo, que a média de registos sobreviventes para os anos de 1735-1736 é extremamente reduzida para a

¹¹⁹ A descoberta destes, entretanto, mostrou-se um completo fracasso. Cf. AHU Pernambuco Avulsos, Cx. 73, D. 6147; Cx. 76, D. 6346.

¹²⁰ Cosentino et al. «Governadores reinóis e ultramarinos...». p. 310-311.

¹²¹ Dados sistematizados com base em: Cosentino et al. «Governadores reinóis e ultramarinos...». p. 310-311. Os dados referentes à Capitania de Pernambuco foram levantados à partir das emissões dos Governadores de Pernambuco contidas no fundo dos documentos Avulsos referentes a Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande.

Capitania de Pernambuco, e que bastaria recuar dois ou três anos e encontrar médias superiores a 25 cartas expedidas ou avançar três e encontrar 53 entre 1738-1739. Em linhas gerais, poderíamos dizer que o protagonismo dos Governadores de Pernambuco ombreava com os do Rio de Janeiro e que ambos, estando à frente de duas das mais antigas e importantes Capitânicas da América, tendem a destacar-se em relação aos das outras, com se nota com o caso do Maranhão e de Minas-Gerais. Por outro lado, consideramos que o aumento nas emissões dos Governadores do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII não nos parece razão suficiente para justificar uma precoce supremacia da Cidade antes mesmo de ter o estatuto de sede do Governo-Geral do Estado do Brasil¹²², já que o mesmo fenômeno pode ser observado em Pernambuco na mesma quadratura.

Ao invés de explicar os intensos fluxos comunicacionais pela importância econômica das geografias imperiais, talvez seja mais interessante considerar outros fatores. Dentre estes, é de se referir a dimensão alargada dos territórios sob a jurisdição dos governadores dessas duas capitânicas que também abarcavam capitânicas “anexas” ou subordinadas no período de crescimento das médias. Como consequência disso, mas não só, também se pode referir a complexidade da malha governativa do espaço governado, pois onde há mais súbditos da monarquia, mais efetivos armados e maior número de vilas, com suas respectivas câmaras, haverá, por conseguinte, maior número de comunicações¹²³.

Com isso, insistimos que a jurisdição sobre territórios mais amplos parece-nos razão suficiente para explicar o porquê de o montante de correspondências emitido pelos Governadores-Gerais na Bahia chegar ao ponto de ser duplamente superior ao dos de Pernambuco ou mesmo do Rio de Janeiro¹²⁴. Como vimos, este mesmo fator explica a baixa frequência de comunicações entre a Coroa e os Capitães-Mores das capitânicas anexas, ou o facto de o Ouvidor da Paraíba ter uma comunicação mais expressiva com o reino do que o

¹²² Nas palavras dos autores: “... apesar de a mudança da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro só acontecer em 1763, a tendência ao crescimento nas emissões dessa capitania, depois sede do vice-reinado, já se manifesta desde o início do século XVIII, ultrapassando as emissões dos governadores da Bahia logo no período 1735-1736, demonstrando que a monarquia demorou trinta anos para institucionalizar e reconhecer a supremacia do Rio de Janeiro, transferindo para o recôncavo carioca a sede do governo-geral/vice-reinado”. Cf.: Cosentino, Francisco et al. «Governadores reinóis e ultramarinos...». p. 311.

¹²³ Tomemos como exemplo as questões militares. Sabemos que as tropas de primeira linha estacionadas nas Capitânicas do Norte estavam largamente concentradas em Pernambuco e que o número de companhias nos dois terços, com seus respectivos oficiais, era seguramente maior do que aquele existente em capitânicas menores, como a Paraíba ou o Rio Grande. Consideremos também que era preciso, por vezes, opinar não só sobre os candidatos aos postos militares de Pernambuco, mas igualmente sobre os das Capitânicas anexas. Logo, se é maior o número de postos, é provavelmente maior a frequência de vacâncias e, por conseguinte, de comunicações.

¹²⁴ Ainda que a distância entre este e os outros dois não seja assim tão expressiva, o que poderia estar associado ao controle limitado que tem o Governador-Geral sobre as Capitânicas que estão fora da Bahia e suas anexas, tal como sugere Alden, *Royal Government in colonial Brazil...*, p. 455-456.

governador daquela Capitania¹²⁵. Para ilustrar a questão, basta referir que das 2072 cartas régias dirigidas aos Governadores, há ao menos 178 cartas que fazem menção à capitania de Itamaracá, 164 ao Rio Grande, 156 ao Ceará e 94 à Paraíba. Com isso, ao menos 592 cartas régias, ou quase 30% do total das comunicações estabelecidas entre o Conselho e os Governadores, reporta-se à tomada de ações no âmbito geográfico das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil. Isso nos permite sugerir que em diversas circunstâncias a menor interação direta entre a Coroa e essas capitânicas “anexas” ou “subordinadas” acaba por ser suprida pelo recurso à mediação dos Governadores de Pernambuco, de modo que a Coroa intervém ou se informa acerca de um espaço com dimensões regionais através destes agentes que encarnam, nesse sentido, um centro político secundário.

Mas há outros pontos a considerar. Ao longo dos próximos tópicos, demonstraremos que a variedade de matérias tratadas na governação; a dimensão territorial alargada do raio de ação dos Governadores; e a capacidade de intervir de forma ativa sobre a formulação das políticas no espaço Atlântico representam fatores de peso e que ajudam tanto a explicar a expressividade destes agentes em meio aos participantes de outros circuitos de comunicação quanto o crescimento que se verifica na intensidade das trocas comunicacionais entre os séculos XVII e XVIII.

5.3.2 Tipologias dos assuntos das comunicações

Ao contrário de seus congêneres reinóis, os Governadores de Armas, os governantes das capitânicas do espaço atlântico da monarquia desempenhavam funções que extrapolam o exercício do comando militar destes territórios e se projetam para o que hoje chamaríamos de “administração civil”¹²⁶. Se estes governadores assumiam a posição de intermediários entre a administração central do reino e circunscrições de dimensão potencialmente regional, é de se esperar que a prática de escrever e opinar sobre um conjunto diversificado de matérias resultasse invariavelmente na produção de volumes mais alargados de correspondências do que outros agentes menos participativos.

Uma das virtualidades de se considerar a comunicação política, é a de que ela nos permite considerar as temáticas apresentadas nas correspondências desde uma perspectiva sistemática. Mas para isso, e diante da pluralidade de questões tratadas, é necessário estabelecer

¹²⁵ Na verdade, o Capitão-Mor sempre cobiçou ter a mesma jurisdição territorial que o Ouvidor da Paraíba, e fez ao menos três propostas para que ela fosse concedida. Chaves Júnior, «As capitânicas de Pernambuco...», pp. 216-217, 303.

¹²⁶ Cosentino, Et ali. «Governadores reinóis e ultramarinos...», p. 300.

parâmetros de seriação e proceder ao esforço de categorizar os assuntos em 17 tipologias específicas, relacionadas no quadro abaixo.

Quadro 16. Tipologias dos Assuntos da Comunicação transoceânica

Assunto	Descrição
Guerra	Conflitos armados, ataques.
Defesa	Manutenção das estruturas defensivas e das tropas, fardamentos e soldos, disciplina militar em geral
Fazenda/Fiscalidade	Alocação de recursos econômicos, fiscalização, tributação, preços
Justiça	Aplicação da Justiça
Descaminhos	Denúncias de descaminhos ou ilicitudes
Donativos	Donativos Régios dos Casamentos, Reconstrução de Lisboa
Cargos/Mercês	Provimto de cargos, apresentação de candidatos, concessão de privilégios
Frotas/Comércio/Navegação	Autoexplicativo
Conflitos de Jurisdição	Autoexplicativo
Ameríndios	Governo dos Índios, relações de trabalho, população etc.
Revoltas e Insurreições	Autoexplicativo
Privados	Assuntos pessoais dos Governadores, tais como ajudas de custo, soldos, emolumentos, pedidos de substituição.
Eclesiásticos	Jurisdição eclesiástica, provimento de párocos, aprovisionamento de igrejas e capelas.
Terras/Bens de Raiz	Concessão de terras, sesmarias ou de propriedades em geral, engenhos, casas, curtumes etc.
Escravidão	Relações de trabalho ou tráfico
Governança	Assuntos gerais relacionados à dinâmica governativa, tais como local de residência, tempo de provimento, procedimentos, estruturas de governo, posse, vacância, registo de leis e alvarás e publicitação de disposições régias, eleições.
Outros	Todas as questões que não se enquadram em nenhuma destas tipologias.

Se estas tipologias não são capazes, por si, de retratar a complexidade de todas as questões tratadas nas correspondências dos governadores, elas nos permitem aferir as esferas temáticas sobre as quais opinavam ou eram acionados a opinar. Todavia, este esforço de seriação não é exato, pois tanto há assuntos que se encaixam em mais de uma tipologia quanto era prática comum que o espaço de um mesmo papel fosse usado para tratar de mais de uma questão. Consequentemente, uma única carta pode tratar de mais de um assunto e, por conta disso, nosso esforço se direciona mais a representar os percentuais de incidência dos assuntos nas correspondências do que o número exato de correspondências que tratam de um determinado assunto. Considerando as alterações verificadas na intensidade dos fluxos entre os séculos XVII e XVIII, sistematizamos as informações em dois cortes cronológicos específicos, a saber, o primeiro, que considera os anos entre 1645 e 1700 e o segundo os anos entre 1701 e 1756. As colunas dos gráficos 9 e 10 confrontam, por ordem de expressividade, os principais assuntos em dois sentidos. Nas colunas de tonalidade mais escura, encontram-se os assuntos mais recorrentes nas correspondências remetidas pelo Conselho e **recebidas** pelos Governadores e nas de tonalidade mais clara os assuntos presentes nas comunicações **expedidas** por estes mesmos agentes à corte. Para facilitar as explicações, chamemos ao

primeiro de sentido “descendente” e o segundo de sentido “ascendente” das comunicações. A consideração de ambos nos servirá para comparar, de um lado, os principais assuntos que o centro político da monarquia delega à responsabilidade dos Governadores e de outro os que estes julgam importantes de reportar à corte.

Gráfico 9. Tipologias de Assuntos das Comunicações Recebidas e Expedidas pelos Governadores (1650-1700)

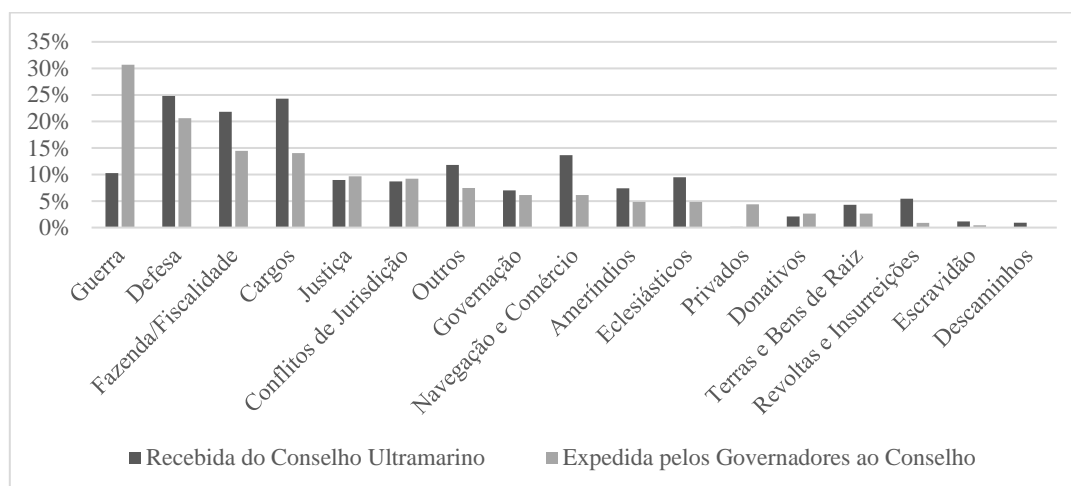
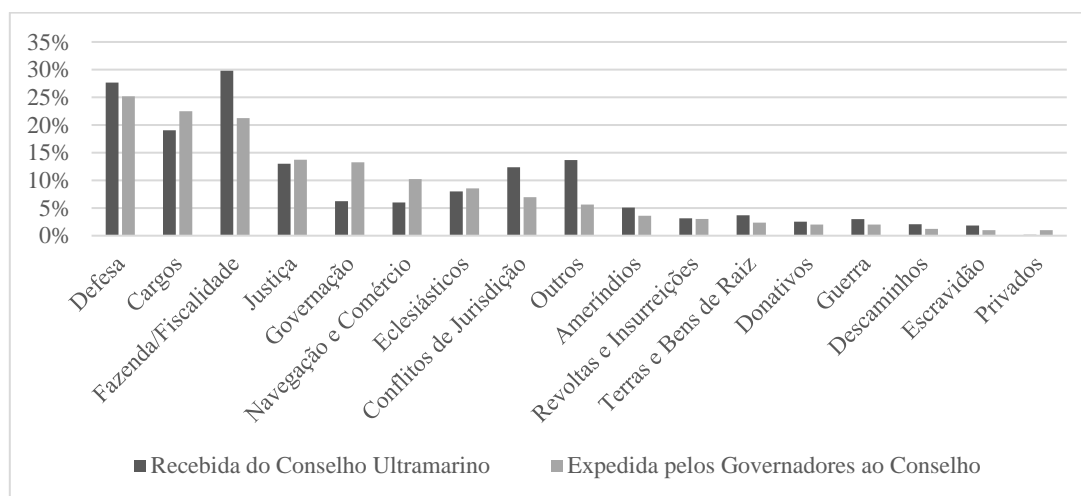


Gráfico 10. Tipologias de Assuntos das Comunicações Recebidas e Expedidas pelos Governadores (1701-1756)



Uma constatação preliminar é a de que há assuntos que se destacam de forma mais acentuada do que outros, como também há os recebem mais atenção numa ponta do circuito comunicacional do que na outra. Além disso, é possível verificar algumas variações importantes de um século para o outro. O que este par de gráficos ilustra é que a troca de comunicações com o reino abrangia grande diversidade de temáticas, sem que houvesse qualquer uma que fosse

interdita à apreciação dos Governadores, inclusive nas questões ligadas às esferas judiciária e eclesiástica.

No conjunto, as questões militares, aglutinadas nas categorias “Defesa” e “Guerra”, assumem mais destaque quando do que as restantes. Isto se explica pelas atribuições que são inerentes ao posto de Governador. Uma vez que encarna a mais alta instância de comando militar nas Capitanias governadas, o centro político os encarrega da supervisão de todas as matérias concernentes à manutenção das tropas, dos armamentos e das estruturas defensivas, mas também os encarrega de gerir as dinâmicas de promoção ou alocação do oficialato. Isto fica particularmente evidente quando consideramos a expressividade da categoria “Defesa” no fluxo descendente e que se apresenta em 25% das correspondências do século XVII e em 28% nas do XVIII. Mas é também dos assuntos que os governadores mais reportam ao centro político, já que se encontra presente em mais de 21% das emissões relativas ao século XVII e em 25% das do XVIII. A intersecção entre os dois sentidos demonstra que a organização das tropas e das estruturas defensivas seria gerida de forma particularmente ativa entre as duas margens do Atlântico¹²⁷.

O mesmo não ocorre com a gestão da guerra que não assume lugar de centralidade em meio às cartas emitidas pelo Conselho Ultramarino, mas figura em nada menos que 31% das correspondências emitidas pelos Governadores no século XVII. À partida, a expressividade deste assunto no sentido ascendente das comunicações está associada à conjuntura de permanentes conflitos que é a segunda metade de seiscentos e à necessidade de informar da necessidade de recursos, ou sobre os sucessos e revezes obtidos durante a Restauração Pernambucana, a Guerra contra Palmares e as “Guerras dos Bárbaros”. A pequena expressividade do assunto nas emissões do Conselho pode ser explicada por uma política de menor intervenção da Coroa na condução direta destes conflitos, deixada mais à cargo da autonomia dos governadores ou dos comandantes militares no terreno, que, a seu turno, assumiam a responsabilidade de reportar os resultados ao reino. Ao longo do XVIII, o cenário tende a se estabilizar internamente e externamente, ainda que conflitos de menor dimensão jamais deixassem de ocorrer na expansão sertaneja, e isto se reflete na perda geral de importância do assunto nas correspondências emitidas ou recebidas pelos Governadores, já que aparece em apenas 2% delas. Sabemos, por exemplo, que a Guerra de Sucessão Espanhola não teve impactos diretos em Pernambuco e nas Capitanias do Norte, de modo que as ações tomadas no período se organizaram mais no sentido de prevenção das estruturas defensivas.

¹²⁷ Questão, aliás, já bem demonstrada por Cruz, *Um império de conflitos...*, pp. 159-201.

Além das questões militares, as que aparecem com mais recorrência numa ponta e na outra do circuito são as que estão ligadas à Fazenda e à gestão dos Cargos e Provimientos, pilares de ação do Conselho Ultramarino sobre o espaço Atlântico¹²⁸. A primeira aparece em 22% das cartas régias emitidas pelo Conselho no século XVII e em nada menos que 30% das do XVIII, dados que ilustram a importância destes agentes para as dinâmicas de organização da arrecadação de tributos e da despesa de recursos tocantes à Coroa nas Capitâneas do Norte, e sobre o qual há especial atenção de dar conta ao Conselho. Se somarmos a administração Fazendária às questões ligadas às Frotas e ao Comércio, dimensões diretamente associadas ou à organização das navegações ou à transferência de recursos entre as conquistas e o reino, talvez possamos entrever uma das dimensões que davam ares efetivamente “coloniais” aos governantes das conquistas e os diferenciavam dos seus congêneres reinóis, os Governadores de Armas.

Talvez um dos dados mais interessantes seja a representatividade da categoria relacionada ao provimento de Cargos e Ofícios, que se apresenta em 24% e 19% das cartas régias dirigidas aos Governadores entre os séculos XVII e XVIII, e em 14% e 22% das respostas proferidas por estes. Estes percentuais apontam para o elevado grau de intervenção destes agentes sobre os processos de seleção ou acomodação dos candidatos aos postos militares bem como sobre os pedidos de mercês que visavam a propriedade de alguns cargos de justiça e fazenda. Este processo passava pela alçada direta do Conselho Ultramarino que, conferindo as propostas e as folhas de serviços dos candidatos, escolhia entre os mais capacitados. Mas, em certas ocasiões, os conselheiros nem sempre conseguiam decidir pelo candidato ideal, de modo que consultavam os Governadores para que estes informassem os nomes mais adequados para o serviço¹²⁹. Nestas ocasiões, os oficiais da Secretaria de Governo também desempenhavam um papel de destaque ao preparar as certidões referentes aos serviços dos suplicantes. Este gênero de informação, que só podia ser obtida por meio de conhecimentos locais, acumulados durante gerações nos arquivos da Secretaria de Governo, era essencial para que o Conselho pudesse avaliar critérios relevantes para a seleção dos candidatos, tais como a qualidade, a condição e o percurso de vida.

Outras categorias de assuntos são menos frequentes nas comunicações atlânticas, tais como as de “Donativos”, “Terras e Bens de Raiz” e “Ameríndios”. A inexpressividade destas categorias, longe de dizer que os Governadores não intervinham sobre estes temas, revela que se limitam a uma esfera de ação essencialmente local. Isto fica particularmente evidente quando

¹²⁸ Cruz, *Um império de conflitos...*, pp. 213-238, 287-382.

¹²⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 42, D. 3780.

comparamos algumas que são inexpressivas no conjunto das comunicações transoceânicas, mas se destacam no conjunto das comunicações internas. É o que ocorre com a categoria “Donativos”, que não se apresenta nem em 5% das comunicações transoceânicas, mas chega a estar em quase 20% das disposições nos circuitos internos durante as décadas de 1660, 1720 e 1730, nos quais comunicação se dirige essencialmente a gerir os meios de arrecadação no território, para a qual era imprescindível contatar com os mais diversos interlocutores e, conseqüentemente, se produzia uma quantidade maior de atos comunicativos, no circuito transoceânico, o dever dos Governadores seria essencialmente o de informar ou sobre os resultados do processo de arrecadação ou sobre representações de outros poderes neste mesmo processo, por onde poderiam, por exemplo, queixar-se ou pedir alívio das contribuições.

Em resumo, a diversidade de assuntos sobre os quais os Governadores opinavam pode ajudar a compreender o volume de documentação por eles produzida. Mas, para que se compreenda a tendência ao estabelecimento de contatos mais acentuados entre estes agentes e o centro da monarquia na virada do século XVII para o XVIII é preciso perquirir os fatores que orientavam e davam impulso à produção das comunicações políticas numa ponta e na outra do circuito comunicacional¹³⁰.

5.3.3 O “sentido” das comunicações

Numa escala atlântica, o crescimento da participação dos governadores nos circuitos comunicacionais pode ilustrar uma mudança nos padrões de governabilidade, visto que estes agentes tendem a destacar-se como intermediários de peso. Mas, o que explicaria a articulação mais evidente entre estes homens e a Coroa? Seria o resultado de uma tentativa de maior intervenção da administração central sobre os territórios através da ação dos Governadores? Resultaria apenas das respostas que eles dão à produção normativa veiculada a partir de Lisboa? Ou se explicaria pela iniciativa voluntária destes agentes que, querendo servir, agiriam de forma mais ativa para manter a Coroa informada do que se passa em solo americano? Este parece um fator relevante para que se possa compreender as relações estabelecidas entre o reino e as conquistas por intermédio dos governadores. Ao observarmos a natureza do conteúdo das comunicações transoceânicas, seremos capazes de problematizar o “sentido”, isto é, a razão, que impulsiona a produção das informações numa ponta e na outra do circuito comunicacional.

¹³⁰ Empregamos a expressão “sentido das comunicações” de forma evocativa e para dialogar com a proposta de Caio Prado Júnior de indagar os “sentidos da colonização”, ou os propósitos que fizeram a monarquia portuguesa dispendar energias e recursos para a manutenção do Brasil Colonial. Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo...*

Comecemos pela natureza das comunicações expedidas pela Coroa através do Conselho Ultramarino aos Governadores. De início, é preciso distinguir que a produção de comunicações normativas do período é muito mais diversificada do que a que tratamos nas linhas deste capítulo¹³¹. Aqui, desconsideramos por exemplo Leis, Decretos, Alvarás e Pragmáticas, que, de acordo com Pedro Cardim e Miguel Baltazar, representam tipologias de normas régias de caráter mais geral ou que não se dirigem a uma parcela específica do território, mas à totalidade deles¹³². Nosso enfoque incide, pelo contrário, sobre a produção normativa veiculada para o território das Capitanias do Norte do Estado do Brasil e que se corporifica em Cartas, Ordens e Provisões régias. Poderíamos dizer que estas são o produto das rotinas governativas numa margem e na outra do Atlântico, podendo ser identificadas com modalidades mais cotidianas de comunicação¹³³. Se a forma como estas disposições estão registadas nos livros do Conselho Ultramarino nem sempre nos permite identificar dentre as três variedades tipológicas, podemos empreender um esforço de categorização do *teor*, entendido como um “padrão de procedimento”, passível de repetição. Atentamos principalmente à utilização dos suportes de comunicação para veicular mensagens, requisitar ou responder a informações providas.

À partida, temos disposições normativas de caráter executivo e que são destinadas aos Governadores para que façam dar inteiro cumprimento no espaço de sua jurisdição. O teor destas pode se orientar à comunicação de sentenças, de despachos ou de decisões tomadas nos organismos da administração central. Poderíamos exemplificar com uma ordem que foi a Francisco Barreto de Menezes em maio de 1654 na qual o Conselho mandou que fizesse dar cumprimento à sentença que Ana de Castro alcançou naquele tribunal para ser metida na posse de seu engenho São Paulo, vendido a Francisco Soares da Cunha no tempo da guerra holandesa¹³⁴. Mas, as decisões poderiam, inclusive, ser voltadas contra os Governadores, tal como a carta régia que foi a Fernão de Sousa Coutinho, em janeiro de 1671, mandando inquirir o procedimento de seu antecessor, Bernardo de Miranda Henriques acusado de ter coagido os criadores de gados, “ameaçando-os com prisões e degredos” a venderem-lhe couros pela metade do preço que valiam¹³⁵. Tais disposições poderiam ainda determinar que os

¹³¹ Cf. Cardim, Pedro e Baltazar, Miguel. «A difusão da legislação régia (1621-1808)». Em *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. org. Monteiro, Nuno Gonçalo e Fragoso, João. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 163, e p.195.

¹³² Cardim, Baltazar, «A difusão da legislação régia...» p. 163.

¹³³ Como demonstram Cardim e Baltazar, a coroa além de ter uma produção normativa fragmentada em várias instâncias de poder, nem sempre conseguiu distinguir de forma precisa a nomenclatura de cada uma destas tipologias. Na organização destas comunicações no próprio Conselho, nem sempre fica claro o que seria uma ordem, carta ou portaria, já que as cópias não registam essa informação, resumindo-se a declarar o destinatário e possíveis duplicatas.

¹³⁴ AHU, Códice 275, fl. 239.

¹³⁵. AHU, Códice 276, fl. 45v.

Governadores acomodassem ou dessem posse efetiva a algum oficial nomeado pelo centro, tal como uma de janeiro de 1677, em que o Conselho informou a D. Pedro de Almeida que fez mercê do posto de Capitão de Artilharia daquela capitania a “Antonio da Costa, francês de nação”, e ordenou que o fizesse “acomodar da melhor forma e lhe dar alguma terra”¹³⁶. As correspondências ordinárias também poderiam determinar o cumprimento de leis, alvarás ou de cláusulas de regimentos ou de contratos muito variados, tal como uma que foi a Duarte Sodré Tibão em dezembro de 1728, mandando cumprir com as condições estabelecidas no contrato de arrematação do sal arrematado por Agostinho de Andrade Silva no reino naquele mesmo ano¹³⁷.

Além destas, cujo teor representa a comunicação de decisões já formuladas, temos uma infinidade de cartas por meio das quais o Conselho requisitava informações aos governadores para poder formular decisões variadas sobre situações rotineiras ou casuísticas. Neste caso, vemos que o acesso a conhecimentos de base local era imprescindível às dinâmicas de deliberação que tomavam lugar naquele organismo.

De um lado, a demanda por informações poderia ser despoletada a partir de situações apresentadas em contas, requerimentos e petições dirigidos pelos poderes das conquistas ao Conselho. Para que fique claro, podemos ilustrar com alguns exemplos. Em 1706, o Provedor da Fazenda deu conta ao Conselho da diminuição no valor do contrato das pensões dos engenhos e logo na mesma ocasião, o governador Francisco de Castro Morais foi acionado para justificar os motivos desta redução¹³⁸. Em 1715, D. Lourenço de Almeida foi chamado a informar sobre a petição de Francisco Ponce de León, na qual este “se oferece para abrir uma mina a que os holandeses tinham dado princípio entre as Capitanias da Paraíba e Rio Grande”. Na carta, o Conselho mandou que ele informasse acerca da “probabilidade que pode haver esta mina e se será mui custoso o seu descobrimento e distância em que fica da marinha e do que achardes nesta matéria me dareis conta para se tomar nela o expediente que mais convier”¹³⁹. Em 1728, incapaz de decidir sobre a confirmação da patente requerida por Antônio Pereira Caldas do posto de Comissário da Cavalaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rodelas, o Conselho ordenou a Duarte Sodré Tibão para que informasse “que número de cavalaria há nesse distrito e quantas companhias se compõe o regimento dela para conforme a vossa notícia se poder tomar neste particular o expediente que for conveniente”¹⁴⁰. Em

¹³⁶ AHU, Códice 256, fl. 19v.

¹³⁷ AHU, Códice 259, fl.221.

¹³⁸ O valor dos contratos despencou de 7.800 cruzados para apenas 2.005 cruzados AHU, Códice 257, fl.184v.

¹³⁹ AHU, Códice 258, fl. 90.

¹⁴⁰ AHU, Códice 259, fl.210.

novembro de 1751, Luís Correia de Sá foi solicitado para informar sobre o conteúdo de uma petição dos Eretores da Fábrica de Couros de Pernambuco em que pediam que se lhes fosse concedida licença para continuar a arrematar o contrato das carnes daquela Capitania, mandando que declarasse de forma precisa “que conexão tem este contrato com os da Fábrica”, e informando ainda o meios com que se podem separar¹⁴¹.

De outro lado, temos os *pedidos de informação* despoletados por rotinas ou interesses do poder central e que não se reportam a comunicações dirigidas pelos poderes no território. Sabemos que o interesse de se avaliar os ofícios vagos e sem proprietários, por exemplo, resultou em uma ordem passada a Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho em fevereiro de 1689, para que remetesse “com toda brevidade relação de todos os ofícios que há nessa Capitania, entrando nela os Governadores, com distinção dos ordenados propinas e emolumentos que vencem”¹⁴². O interesse permanente em organizar as defesas, resultou no pedido para que aquele mesmo governador remetesse uma relação completa do estado militar, apresentando “uma relação das munições, armas, quantidade de pólvora, número de artilharia e de balas”, mas também “uma outra das ordenanças, de infantaria e da cavalaria, e de todos os cabos delas”¹⁴³. A ameaça de guerra eminente na virada do século XVIII, fez com que o Conselho delegasse a Fernão Martins Mascarenhas de Lencastre, para efeito de “se poder vir no conhecimento certo da defesa com que se acha essa conquista”, a missão de remeter “as plantas de todas as fortalezas que há nessa praças dessa Capitania e seu distrito e das que estão junto ao mar enviando as medidas delas e as distâncias que há de umas às outras com todas as declarações necessárias para se ter a notícia e se mandar obrar o que se tiver por mais conveniente”¹⁴⁴. A manutenção das armas também representa uma preocupação recorrente e que se manifesta em inquirições específicas, como sucedeu em 1706, quando os conselheiros perguntaram a Francisco Castro Morais se haveria um oficial de Armeiro pago pela Fazenda Real de Pernambuco para limpar as armas¹⁴⁵. Em 1753, Luís Correia de Sá foi requisitado para informar acerca do “o número de oficiais e tropas auxiliares que há no vosso distrito e portos de mar e costa que necessitam de suas assistências na forma de minhas ordens na criação destas tropas”¹⁴⁶.

¹⁴¹ Carta a Luís Correia de Sá, 23 de novembro de 1751. AHU, Códice 261, fl. 150.

¹⁴² AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 15, D. 1478.

¹⁴³ AHU, Paraíba Avulsos, Cx.2, D. 167

¹⁴⁴ Ordem a Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho. 28 de fevereiro de 1689. AHU, Códice 256, fl. 85.

¹⁴⁵ Carta a Francisco de Castro Morais. 02 de setembro de 1706. AHU, Códice 257, fl.184v.

¹⁴⁶ AHU, Códice 261, fl. 169v.

Note-se que em nenhuma destas ações, os Governadores foram chamados para decidir sobre quaisquer dos casos, mas apenas prover informações concretas. Estas missivas teriam efeitos semelhantes aos dos questionários referidos por Arndt Brendecke no caso da monarquia hispânica. Requisições desta natureza contribuíam para “estabilizar a hierarquia” entre aquele que formula a pergunta e aquele que responde e, a depender do caso, também moldar a forma de expressão da informação pretendida. Por este mecanismo, era possível restringir as informações provenientes “de baixo” a um conjunto definido de objetivos ou a padrões passíveis de repetição de uns territórios para os outros, uma vez que envolvem descrições sistemáticas e, em grande medida, baseadas na compilação de nomes, números e categorias¹⁴⁷. Referem-se, portanto, ao fornecimento de informações exatas às quais, em princípio, não se poderia adicionar grande carga de interpretação. Em princípio, se este gênero de demandas contribuiria para reforçar o conhecimento que se foi acumulando na Corte acerca das conquistas, as delongas, as informações confusas ou as omissões poderiam representar, nesse mesmo sentido, mecanismos de resistência às determinações do centro. Note-se, por exemplo, a relutância da Câmara de Olinda em prestar contas ao Conselho daquilo que arrecadavam e despendiam com a arrematação dos contratos régios.

Todavia, informações sistemáticas como estas nem sempre eram fáceis de se obter no terreno, e não faltam correspondências dos Governadores reportando a incapacidade de se dar cumprimento às demandas a que eram submetidos. Câmara Coutinho, por exemplo, falhou em responder a ambos os pedidos que referimos acima. No que concerne à remessa da relação de cargos e ofícios, respondeu na frota de 1689 que ele necessitaria “de mais tempo e que o Ouvidor que vá em correição a todas as vilas da jurisdição deste governo”, sendo este o oficial mais preparado para produzir as tais listas, já que nas andanças poderia identificar os nomes dos proprietários e serventuários dos ofícios, além de avaliar o rendimento de cada um¹⁴⁸. Quanto ao levantamento do estado militar, Câmara Coutinho conseguiu responder apenas parcialmente à demanda. Como era seguramente mais fácil obter informações sobre a tropa paga, assim como sobre a maior parte das fortalezas e dos armazéns onde se guardavam as munições, tudo estabelecido no termo de sua residência, este governador conseguiu remeter a relação requerida na mesma frota. Todavia, na mesma resposta, esclarece que “no que toca às ordenanças” só poderia remeter “na futura frota por despende-se muito tempo e de se passar

¹⁴⁷ “This structure of administrative communication not only restricts messages ‘from below’, but indeed constitutes the ‘below’, because it defies the ‘subjects’ as ‘objects’ of acts of observation and as the potentially reactive party in the constantly asymmetric dialogue of administration”. Brendecke, «Informing the council...», p.247.

¹⁴⁸ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 15, D. 1478.

primeiro mostra geral para que vá com toda a clareza e distinção necessárias”¹⁴⁹. Com efeito, era seguramente mais difícil contabilizar os efetivos alistados em todas as vilas e freguesias do distrito do governo. Seja como for, Câmara Coutinho foi promovido ao Governo-Geral na Bahia em 1690 e acabou por não remeter estas listas. Tampouco há menções de que seu sucessor em Pernambuco, o Marquês de Montebelo, o tenha feito.

Quer resultassem em sucesso ou insucesso na resposta, os pedidos de informação tenderiam a direcionar as vias finais de decisão ou de conhecimento para a deliberação do próprio Conselho. Mas algo diferente ocorria com os *pedidos de pareceres* nos quais, mais do que informar, os Governadores eram efetivamente acionados para *opinar* sobre certas matérias, sugerir possíveis soluções ou arbitrar sobre casos apresentados por meio de petições e requerimentos. É precisamente neste nível que podemos ver que a participação dos Governadores nos processos de deliberação que tinham lugar na corte poderia representar também uma regionalização das capacidades decisórias, já que nas respostas os Governadores poderiam favorecer ou descreditar as pretensões dos peticionários. Vale acrescentar que a opinião dos Governadores raramente era descartada nas Consultas. O conteúdo e a origem geográfica das petições era muitíssimo variado e dedicaremos um último tópico a explorar a questão em detalhe.

Além das disposições normativas produzidas por iniciativa do Conselho, temos as que respondem àquelas emitidas pelos Governadores. E aqui parece oportuno referir a natureza das comunicações destes agentes e distinguir quatro fatores genéricos. Primeiramente, temos as correspondências geradas por demanda ou pela obrigação de comunicar. Nestas, incluem-se as cartas por onde os governadores respondem aos pedidos de informação ou de parecer do Conselho ou reportam a execução das normas régias. Além destas, algumas cláusulas do Regimento de 1670 fixaram a obrigação de remeter certas informações regularmente. A primeira está no capítulo 7 e estabelece a obrigação de enviar listas de todos os ofícios de Justiça e Fazenda, declarando a forma de provimento, os nomes dos proprietários e dos serventuários¹⁵⁰. A segunda consta do capítulo 8 e ordena ao Governador que se informe e remeta uma relação do rendimento da Real Fazenda, “da forma como se arrecada e despende”, garantindo assim as bases para o controle dos recursos disponíveis ao monarca no território¹⁵¹. No décimo capítulo, se coloca a necessidade de o governador remeter uma lista detalhada acerca do estado das armas, do estoque das munições e da artilharia, descriminando os calibres, “a que

¹⁴⁹ AHU, Paraíba Avulsos, Cx.2, D. 167

¹⁵⁰ Capítulo 7 do Regimento de 1670. In. **ICP**, *Op. Cit.* p.122.

¹⁵¹ Capítulo 8 do Regimento de 1670. In. **ICP**, *Op. Cit.* p.122.

está cavalgada e apeada”, fazendo relatar “por vias todos os anos” a “pólvora que se dispender, e as armas que faltarem para que se possa prover de novo”¹⁵². À esta relação detalhada do estado militar da Capitania, deveria também ser preparado um “pé de lista”, ou relação dos contingentes, das tropas de primeira linha estacionadas em todo o distrito do Governo de Pernambuco¹⁵³. Vale acrescentar que todas estas atribuições podem ser encontradas nos regimentos entregues aos governadores de outras partes do ultramar luso, mas não nos regimentos entregues aos Governadores de Armas do Reino¹⁵⁴.

À partida, este gênero de demandas contribuiria para reforçar o conhecimento que se foi acumulando na Corte acerca das conquistas através de uma demanda regular. No entanto, muito poucas sobreviveram até aos nossos dias para que pudéssemos afirmar se eram ou não remetidas com alguma regularidade ao reino. Entre os anos de 1670 e 1756, conhecemos apenas três relações, aliás, todas incompletas, de cargos e ofícios¹⁵⁵; apenas seis relações sobre o estado da Fazenda Real¹⁵⁶; outras cinco contendo a relação de efetivos militares¹⁵⁷ e, por fim, doze sobre o estado das fortalezas, armas ou munições¹⁵⁸. Como referimos para as questões militares, os procedimentos necessários à aquisição deste gênero de informações num raio territorial amplo, como era o do Governo de Pernambuco, eram complexos e dependiam, como qualquer outra ação governativa, da intermediação de variados interlocutores locais.

Em seguida, temos as “contas” ou “cartas de conta”, que são informações providas por iniciativa local, ou sem responder a uma demanda gerada no topo da administração imperial. Através delas, os governadores noticiavam questões muitíssimo variadas tais como a presença de navios estrangeiros¹⁵⁹, os motivos de atraso nas frotas, a aparição de piratas e corsários na costa¹⁶⁰, poderiam descrever batalhas navais¹⁶¹ ou as ações tomadas no curso das guerras em Palmares ou no Açú¹⁶². Mas, mais do que dar notícias à corte, as “cartas de conta” assumem um papel determinante para a governação numa escala transoceânica porque é através delas que

¹⁵² Capítulo 10 do Regimento de 1670. In. **ICP**, *Op. Cit.* p.122.

¹⁵³ Capítulo 28 do Regimento de 1670. In. **ICP**, *Op. Cit.* p.123.

¹⁵⁴ Cosentino, et ali. *Op. Cit.* p. 301.

¹⁵⁵ AHU, Pernambuco Avulsos, D. 1705, Cx. 26, D. 2374, Cx. 32, D. 2917. **ICP**, *Op. Cit.*

¹⁵⁶ Isto é, remetidas pelos Governadores ou por suas próprias ordens. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 15, D. 1541, D. 1565, Cx. 30, D. 2705, Cx. 41, D. 3670, Cx. 67, D. 5685.

¹⁵⁷ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 23, D. 2140, Cx. 27, D. 2441, Cx. 63, D. 5373

¹⁵⁸ AHU, Pernambuco Avulsos,

¹⁵⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, Só para referir algumas: Cx. 8, D. 789, Cx. 8, D. 782, Cx. 18, D. 1759, D. 1785, Cx. 34, D. 3112, Cx. 38, D. 3401, Cx. 38, D. 3431, Cx. 39, D. 3488, Cx. 58, D. 5023, Cx. 60, D. 5184; Cx. 63, D. 5354, Cx. 64, D. 5431, Cx. 68, D. 5755, Cx. 68, D. 5758, Cx. 73, D. 6121, Cx. 75, D. 6321.

¹⁶⁰ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 14, D. 1362. Cx. 14, D. 1374, Cx. 16, D. 1615, Cx. 17, D. 1677, Cx. 18, D. 1757, Cx. 25, D. 2333.

¹⁶¹ AUC

¹⁶² Há pelo menos 39 emissões que referem a situação da guerra em Palmares. AHU, Pernambuco Avulsos Cx. 10, D. 917, D. 961, d. 988, d. 1007; Cx. 11, D. 1103, D. 114, 1116. E vários outros.

os Governadores submetiam decisões locais, tomadas em virtude da margem de autonomia que lhes é outorgada, à aprovação no topo das estruturas de governo da monarquia. Isso é especialmente relevante, pois em matérias de decisão, estes agentes, assim como os conselheiros ultramarinos, estavam desprovidos de autoridade suficiente para proferir a palavra final que cabia ao Rei¹⁶³.

Com efeito, a aprovação ou desaprovação régia poderia legitimar os impactos das ações tomadas *in loco* pelos Governadores, contribuindo para reforçar o seu poder no terreno. Tal sucedeu em julho de 1669 quando Bernardo de Miranda Henriques deu conta ao Conselho de que mandou lançar um bando na Capitania proibindo a qualquer pessoa de obedecer a uma “lei e compromisso” que fizeram “alguns homens de negócio concorrendo nisso oficiais da Câmara [de Olinda] em razão de que deviam pagar [n]os fretes e avarias [d]os navios que fossem a essa capitania fora do corpo da frota da companhia geral”¹⁶⁴. Informado da matéria, o Conselho respondeu mandando agradecer “o bem que nisto houvestes com o bando que mandastes lançar para se não praticar a dita lei e compromisso”, e informando que mandaria “estranhar o excesso com que nisto houveram” os oficiais da Câmara “e que se não use da dita lei nem se consinta daqui em diante semelhantes introduções sem ordem particular minha”, por ser “em tanto prejuízo de minha regalia”, isto é, no que toca ao direito exclusivo do rei de passar leis¹⁶⁵.

Mas, o efeito poderia ser exatamente o inverso, de modo que o Conselho poderia derrogar ou não aprovar o efeito das disposições dos governadores. Como vimos, as reformas militares feitas por iniciativa de Francisco Brito Freyre na década de 1660 foram todas derrogadas¹⁶⁶. Anos mais tarde, em 1691, quando o Marquês de Montebelo deu conta das diligências que aplicou para conter a febre amarela em Pernambuco e em especial dos “bandos de saúde” que mandou lançar, o conselho agradeceu pelo louvor empregado nas diligências, mas derrogou os efeitos, mandando que “suspender a execução dos Bandos por se entender que os males que deram ocasião a eles não necessitavam destes reparos”. De acordo com Gilberto Osório de Andrade, os bandos incidiam sobre questões específicas à jurisdição eclesiástica, como a determinação dos lugares em que os mortos deveriam ser enterrados, mas também sobre questões da alçada das Câmaras quanto à salubridade urbana¹⁶⁷. Com efeito, completou a resposta dizendo ao governador que se abstivesse de intervir nestas esferas e “sendo necessário para o bem espiritual desse povo eger-se algum meio o deveis recomendar ao Bispo e pelo

¹⁶³ Cruz, Miguel. 2015 p.43.

¹⁶⁴ AHU, Códice 276, fl. 24v.

¹⁶⁵ AHU, Códice 276, fl. 24v.

¹⁶⁶ Silva, *O miserável soldo...*, p. 89.

¹⁶⁷ Cf.: Andrade, *Montebelo, os males e os mascates...*, p. 151-171.

que toca à limpeza deveis recomendar à Câmara dando-se-lhe para este efeito toda ajuda e favor”. Anos mais tarde, foi a vez de seu filho Félix José Machado, ter um bando derogado. Ele, em finais de 1712, mandou lançar um em que prometia recompensas às pessoas que prendessem os envolvidos nas Alterações, “sem que antes houvessem sido sentenciados”¹⁶⁸.

Além disso, era através das cartas de contas que os Governadores poderiam sugerir modificações na arquitetura institucional do território ou das jurisdições concedidas aos governadores. Em 1672, e em virtude da grande quantidade de assassinatos e crimes cometidos em Pernambuco, o governador Fernão de Sousa Coutinho sugeriu ao rei, sem sucesso, que os Ouvidores pudessem sentenciar crimes graves de negros e peões até a pena de morte sem apelação para a Bahia¹⁶⁹. Em maio de 1730, Duarte Sodré sugeriu que se fizesse separação entre os ofícios de Tabelião do Público, Judicial e Notas e Escrivão da Câmara, Órfãos e Almotaçaria de Sirinhaém, que andavam todos juntos num único proprietário, até então único escrivão da vila, devendo servir dois sujeitos, um de Tabelião e Escrivão da Almotaçaria e outro de Escrivão da Câmara e Órfãos¹⁷⁰. Em 1732, o conselho aprovou a sua decisão. Cinco anos mais tarde, o mesmo governador sugeriu a criação de uma vila no sertão dos Icós, no Ceará, tencionando a boa administração da justiça “e quietação daqueles povos pela distância de 80 léguas que fica de Aquiraz”¹⁷¹, e foi atendido.

Parece interessante destacar que o dever e a competência de informar sobre certas matérias poderia ser entendida como da alçada específica dos Governadores em certas épocas. É o que se observa na proposta lançada pelo Ouvidor da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, ao Conselho Ultramarino em 1696, na qual propôs que fosse criada uma “câmara com juízes, vereadores e escrivão” na Capitania do Ceará Grande, então termo de sua correição, alegando a “falta que faz a boa administração de justiça o não haver naquela capitania oficial dela para as diligências que se oferecerem”. Como resposta, o Conselho informou simplesmente que “este negócio de que dais conta é próprio, e da obrigação dos governadores, e a vós vos não pertence”¹⁷². Com efeito, dois anos depois, Caetano de Melo e Castro, então Governador, fez a mesma proposta e foi atendido¹⁷³. Este exemplo não só põe em evidência que a Coroa podia estabelecer hierarquias entre os seus diferentes interlocutores no território, como restringe a

¹⁶⁸ AHU, Códice 257, fl. 365.

¹⁶⁹ Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a carta do governador da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho acerca da quantidade de mortes ocorridas naquela capitania, e pedindo que o governo tenha a mesma jurisdição da Justiça que tem o Rio de Janeiro. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 10, D. 958.

¹⁷⁰ AHU, Códice 260, fl. 105.

¹⁷¹ AHU, Códice 260, fl. 105.

¹⁷² AHU, Códice 16, fl. 214.

¹⁷³ AHU, Códice 257, fl. 11.

opinião sobre certas questões, com é a interferência direta na malha institucional, à apreciação dos governadores.

Por fim, temos as petições enviadas à corte pelos próprios governadores¹⁷⁴. Estas eram emitidas com uma frequência bastante menor que outros atores do processo comunicativo, tais como as Câmaras. A maior parte delas atendia a interesses pessoais e raramente os Governadores intercediam por outros grupos sociais por meio de requerimentos. Nelas, vemos pedidos de acrescentamento de soldo¹⁷⁵ e concessão de ajudas de custo para se deslocar do Reino até Pernambuco¹⁷⁶, pedidos de cargos para familiares¹⁷⁷, dentre outros. Há ainda aquelas petições feitas ao Conselho que visavam o envio de recursos, munções e mesmo homens em situações de conflito ou de necessidade de aprimoramento das estruturas defensivas como as de Francisco Barreto durante a Guerra contra os holandeses¹⁷⁸. Para resumir as tipologias referidas no esforço de categorizar a natureza das comunicações expedidas pelo Conselho aos Governadores, apresentamos sete categorias distintas, que servirão para referência do leitor.

Quadro 17. Tipologias das comunicações expedidas pelo Conselho Ultramarino

Tipologias das Comunicação	Descrição
Ordens Executivas	Cartas, Ordens ou Provisões Régias de caráter executivo remetidas pelo Conselho Ultramarino aos Governadores
Pedidos de Parecer	Cartas do Conselho aos Governadores solicitando a emissão de pareceres sobre contas, requerimentos e petições de outros poderes.
Pedidos de Informação	Cartas ou questionários do Conselho aos Governadores requisitando informações sobre o território.
Resposta – Cartas de Serviço	Resposta do Conselho às Cartas de Respostas, também chamadas “cartas de serviço”, emitidas pelos Governadores.
Resposta – Cartas pelo Regimento	Resposta às cartas dos Governadores produzidas por força dos capítulos do Regimento de 1670.
Resposta – Cartas de Conta	Respostas do Conselho às “Cartas de Conta”, ou às informações voluntárias, proferidas pelos Governadores.
Resposta – Petições	Respostas do Conselho às petições dos Governadores.

Este esforço de categorização nos permite organizar o conjunto de fontes levantadas de forma sistemática e de acordo com as diferentes tipologias. Através deste exercício, teremos elementos suficientes para problematizar o “sentido” que orientava a produção das

¹⁷⁴ Questão, alias, referida por Cosentino, Soares da Cunha, Raminelli e Nunes. Cosentino, Francisco et al. *Op. Cit.* p. 302.

¹⁷⁵ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 9, D. 898; Cx. 25, D. 2242

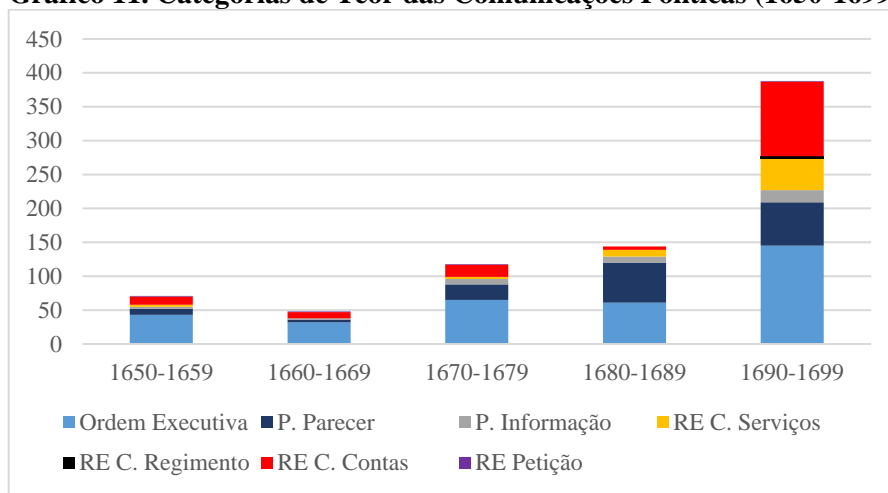
¹⁷⁶ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 8, D. 724, Cx. 22, D. 2012, Cx. 5, D. 358, 403, 407, 408

¹⁷⁷ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 21, D. 1956.

¹⁷⁸

comunicações, explicando a origem no crescimento dos fluxos na virada do século. Para tanto, os gráficos 11 e 12, na página a seguir, contabilizam as variedades tipológicas do teor das comunicações ao longo da segunda metade do século XVII e da primeira do XVIII, respectivamente. Tanto num gráfico como no outro, as colunas representam os valores reais das amostras adotadas em cada corte cronológico (décadas no gráfico 11 e mandatos no gráfico 12), e as faixas de cada coluna, com as respectivas cores, estão associadas a categorias específicas e que estão discriminadas no próprio gráfico.

Gráfico 11. Categorias de Teor das Comunicações Políticas (1650-1699)¹⁷⁹



A análise do gráfico 11 nos permite apontar algumas mudanças relevantes no que toca ao padrão de relações comunicativas estabelecidas entre o Conselho Ultramarino e os Governadores de Pernambuco. Em princípio, vemos que as disposições expedidas durante décadas de 1650 e 1660, além de poucas quando comparadas às décadas subsequentes, registam essencialmente ordens executivas e fazem pouquíssima referência às cartas de conta ou cartas de resposta emitidas pelos Governadores a partir de baixo. Este dado parece confirmar as tendências identificadas nos gráficos 6 e 7 que sugerem para uma menor participação dos governadores no circuito comunicacional enquanto emissores – seja por ação voluntária de comunicar-se com o centro da monarquia, seja como resposta às demandas por informação. Ao que parece, estes agentes seriam mais acionados para fazer observar ou pôr em prática as normas metropolitanas do que para participar de forma efetiva nas decisões que são levadas a cabo em Lisboa, tal como indicam os poucos pedidos de informação ou de pareceres que o Conselho lhes dirigiu no período. Ainda assim, a troca de comunicações neste período assume

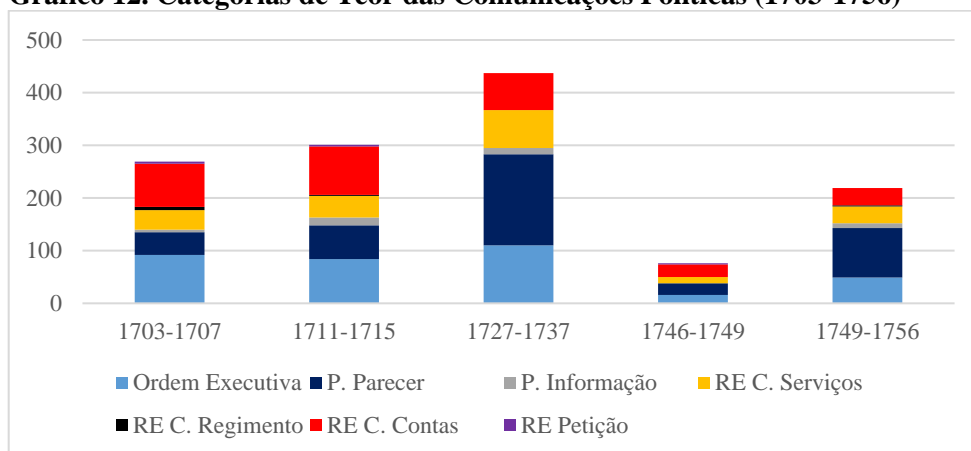
¹⁷⁹ Dados levantados com base em AHU, Códices 275, 276, 256, 257, 258, 259, 260 e 261. Cf. Capítulo 1.

proporções muito modestas para que se possa inferir uma maior projeção da administração central sobre Pernambuco.

Estes padrões começam a se alterar de forma gradual nos últimos trinta anos do século XVII. Se até então a maior parte das disposições dirigidas aos Governadores veiculava a transmissão ordens executivas, o teor das comunicações começa a ganhar outros sentidos. Isso é particularmente visível com o maior número de requisições de pareceres dos Governadores sobre as contas, requerimentos e petições oriundas das capitanias do norte. Se estes pedidos representam apenas 8% do conjunto levantado na década de 1660, passam a compor 19% na de 1670 e chega a estar presente no teor de 41% das comunicações dirigidas na década de 1680, ombreando com transmissão das ordens executivas (42%). Isso pode estar associado à entrada de novos poderes nos circuitos de comunicação política. Não por acaso, identificamos que é precisamente nestas décadas em que crescem os fluxos comunicacionais estabelecidos entre o Conselho e as Capitanias do Norte.

Em termos absolutos, o crescimento na troca de comunicações na década de 1690 não se justifica apenas na maior influência dos governadores sobre as petições, requerimentos, representações ou contas de outros protagonistas do processo comunicativo, mas também resulta de uma participação mais ativa dos próprios governadores. Podemos verificar esta tendência através da expressividade de disposições do Conselho que davam resposta às “cartas de conta”, em vermelho, mas também no maior registo de resposta às cartas de serviços, em amarelo, emitidas pelos Governadores. Isso demonstra o papel central adquirido por estes agentes no fornecimento de informações ao centro, seja por demanda ou por iniciativa própria.

Gráfico 12. Categorias de Teor das Comunicações Políticas (1703-1756)¹⁸⁰



¹⁸⁰ Dados levantados com base em AHU, Códices 257, 258, 259, 260 e 261. Cf. Capítulo 1.

A explosão de registos no século XVIII, como já explicamos, nos colocou diante da necessidade de escolher cortes cronológicos mais reduzidos e privilegiar o mandato de alguns governadores. O conjunto, ainda que leve menos anos em consideração, revela que certos padrões observados nos últimos trinta anos do século XVII tendem a se consolidar de forma efetiva na primeira metade do século seguinte. Vista em conjunto, a intensificação no volume de comunicações neste período resulta mais da resposta que é dada no Conselho às demandas que lhe advém de baixo do que de uma projeção descendente da autoridade metropolitana.

Isso quer dizer que a transmissão de ordens executivas, ainda que cresça em números absolutos no início de setecentos, passa a representar uma parcela muito menor do conjunto das comunicações expedidas aos Governadores. Basta dizer que a comunicação de ordens executivas, que chega a representar 67% das disposições dirigidas aos governadores na década de 1660, passa a representar apenas 34% do total das correspondências dirigidas pelo Conselho a Francisco de Castro Morais e 28% das dirigidas a Félix José Machado. No segundo quartel do século, o peso desta categoria nas emissões do conselho é ainda menor e ronda abaixo dos 25% nos mandatos dos outros três governadores.

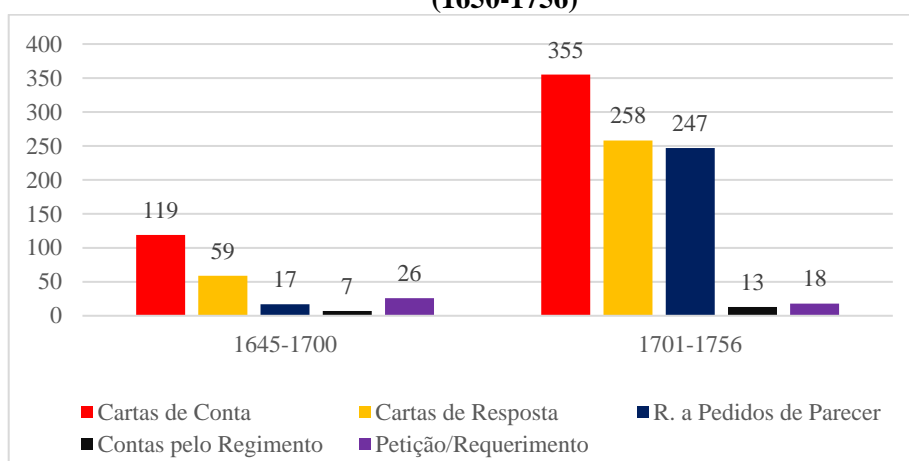
O verdadeiro impulso das comunicações no primeiro quartel do século parte de baixo. De um lado, ele é o resultado de uma maior participação dos Governadores nos circuitos comunicacionais, pois ao menos 48% das comunicações veiculadas pelo Conselho se compõe de respostas às emissões de Francisco Castro Morais e de Félix José Machado. Deste percentual, vale ressaltar que pouco mais de 30% no mandato de cada um representa a emissão de respostas às cartas de conta, o que é indicativo do protagonismo destes homens no terreno ou do papel de relevo que exercem enquanto informantes. Além disso, há que se destacar que parcela significativa dos atos comunicativos regista a solicitação de pareceres dos Governadores com relação às comunicações dirigidas pelos outros poderes no território, ocupando parcela semelhante à que identificamos para a última década do século XVII.

Mas é precisamente no segundo quartel do século XVIII que esta categoria assume posição central para explicar as relações entre o Conselho e os Governadores. Neste período os pedidos de parecer chegam a representar 40% de todas as cartas dirigidas a Duarte Sodré Tibão, quase 30% das dirigidas a D. Marcos de Noronha e Brito e 43% das que seguiram para Luís Correia de Sá já às vésperas do pombalismo. Em princípio, poderíamos associar esta mudança à consolidação gradual de um processo que tem início ainda na década de 1680, e que se refere à construção de uma cultura peticionária no espaço atlântico. Este processo foi marcado pela participação mais alargada dos poderes do território nos circuitos comunicacionais através da emissão de contas, petições e requerimentos da mais variada natureza. Da mesma forma,

também é possível sugerir que um dos corolários imediatos desta tendência se reflete numa mudança de postura do Conselho Ultramarino com relação à participação dos Governadores nos processos de deliberação. A partir da década de 1720, a prática de consultar os Governadores antes de se formular as Consultas se consolida de forma mais evidente, e estes agentes passaram a ter um papel cada vez mais decisivo na arbitragem das comunicações políticas dirigidas pelos súbditos e poderes das Capitanias do Norte à corte. Corrobora nesse sentido a constatação de que estes agentes são chamados mais a opinar do que apenas a prover informações concretas sobre o território, afinal, no conjunto, os *pedidos de parecer* são numericamente muito mais expressivos que os *pedidos de informação*.

As tendências apontadas até aqui podem ser confirmadas através das cartas emitidas pelos Governadores ao Conselho. A diversidade das comunicações emitidas pelos Governadores é, naturalmente, menor que a das comunicações expedidas pelo Conselho, de modo que no gráfico 13, abaixo, só contabilizamos as *cartas de conta* (informações voluntárias), as cartas emitidas em resposta às exigências permanentemente colocadas por força dos capítulos do regimento de 1670, as “*cartas de resposta*” às demandas colocadas pelo Conselho, as respostas aos pedidos de parecer e, por fim, as petições dos Governadores.

Gráfico 13. Categorias de Teor das Comunicações Políticas Expedidas pelos Governadores (1650-1756)¹⁸¹



Em que pese a fragilidade do conjunto documental, os dados mostram que o crescimento no volume das comunicações ao longo do século XVIII resulta, em grande medida, do papel de relevo dos Governadores enquanto informantes destacados da monarquia, mas também das ações que passaram a desempenhar na arbitragem das comunicações dirigidas ao Conselho por

¹⁸¹ Dados levantados com base na documentação Avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino referente às capitanias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

outros interlocutores. Por fim, é de se apresentar duas constatações que são comuns a todo o período tratado e ambos os sentidos do circuito comunicacional. A primeira é que há uma baixa incidência de comunicações providas por força das obrigações do Regimento de 1670. Em que pese a complexidade das informações requisitadas e as dificuldades encontradas no terreno para seu levantamento, esta constatação nos permite sugerir que estas obrigações não são particularmente impulsionadoras das comunicações políticas no período. Este dado vem a corroborar para conclusões já previamente estabelecidas e que apontam mais para o caráter mais legitimador do que propriamente instrutivo do conteúdo do Regimento, isto é, os governadores nem sempre guiavam a sua atuação por meio das questões nele dispostas. A segunda observação é que acaba por confirmar o papel de árbitros, refere-se à reduzida parcela de petições e requerimentos feitos pelos próprios Governadores, modalidade incipiente quando comparada às demais categorias. Parece-nos que este é um dado revelador da grande porção de autoridade ou da potencial autossuficiência investida no posto ocupado por estes homens. Como recorda Antônio Barbosa de Lima no alvitre dirigido a Félix Machado em 1710, o dever expectável destes agentes era mais o de “deferir do que ser deferido”¹⁸².

Em outras palavras, diferentemente de outros poderes que necessitavam de recurso constante à monarquia para legitimar jurisdições ou apresentar requerimentos, era esperado que os Governadores, dada a posição cimeira que ocupam perante a arquitetura institucional, arbitrassem a resolução das tensões sociais. Esta parece ser uma questão de suma relevância e que nos ocupará no decorrer do próximo tópico.

5.3.4 Os conselheiros do rei na América

No último parecer oferecido ao rei D. João V, expedido em fevereiro de 1732, o conselheiro Antonio Rodrigues da Costa, célebre pela rigidez de seus posicionamentos¹⁸³, alertou o monarca para duas ordens de perigos que ameaçavam sobrevivência dos domínios da monarquia portuguesa na América. A primeira seria a dos “perigos externos” relacionados às ameaças de invasão das possessões portuguesas por forças de outras monarquias. A segunda, a de “perigos internos”, refere-se às tensões inerentes à situação colonial, ou aqueles que podem “causar os naturais do país [Brasil] e mesmos vassalos”¹⁸⁴, movidos pela “desafeição e ódio que concebem contra os dominantes, os quais ordinariamente procede de injúrias e violências

¹⁸² BNP, PBA, 526, fls. 263-264v.

¹⁸³ Veja-se, por exemplo, as medidas sugeridas na repressão das Alterações de Pernambuco. Mello, *A fronda dos mazombos...*, pp. 356-361.

¹⁸⁴ RIHGB, Tomo VII, 3ª edição, 1845. p.475.

com que são tratados pelos governadores, da iniquidade com que são julgadas as suas causas pelos ministros da justiça”, mas também do “encargo de tributos quando entendem que são exorbitantes” e, para o que mais nos interessa doravante, “*da dificuldade, trabalho, despesa e demora de que necessitam para recorrerem à corte* para se queixarem das sem razões que padecem e injustiças que lhes fazem”¹⁸⁵. Para minimizar esta última causa de descontentamentos, ele sugere que

“a dificuldade de recurso à corte ainda que de todo não se possa evitar, em muita parte se pode diminuir por vários modos, ordenando que todas as pessoas que houverem de ter requerimentos com Vossa Majestade nesta corte os apresentem com todos os documentos que tiverem para ajuntar, ao vice-rei e governadores, conforme os seus distritos; para os vice-reis e governadores, tomando primeiro as informações necessárias consultem os ditos negócios a vossa majestade”¹⁸⁶.

O procedimento evitaria “a dilação de quase dois anos, que são necessários para recorrer à corte nos negócios que hão de necessitar de retornarem ao Brasil para informar, *que são quase todos*”¹⁸⁷. Com efeito, mais do que buscar uma maior agilidade no expediente dos papéis, a Consulta reflete também uma mudança na postura do Conselho em relação aos clamores locais. É verdade que a historiografia tem atribuído um lugar central à análise das petições e dos requerimentos como forma de resistência, através da qual se poderia construir, ou “moldar”, a estrutura ou a política dos Estados Modernos a partir de baixo¹⁸⁸. Mas, a necessidade referida por Rodrigues da Costa de remeter quase todos os “negócios” dirigidos à administração central do reino à apreciação dos governantes revela também alguma reserva por parte da administração central em atender às demandas colocadas pelos súditos sem antes consultar os seus próprios representantes da monarquia no lugar. Da mesma forma, isso pode revelar o grau de interdependência que se vai construindo entre a administração central e a administração periférica da Coroa nos processos de decisão.

Mas o conselheiro foi cuidadoso ao arquitetar algum equilíbrio entre os Vice-Reis, Governadores e outros representantes da administração régia, de modo que enfatizou que na conferência dos negócios, deveriam eles o fazer “chamando à sua presença os ministros que Vossa Majestade lhe declarar, conforme a matéria e cada um de seus negócios, os quais também

¹⁸⁵ RIHGB, Tomo VII, 3ª edição, 1845. p.478. Itálico nosso.

¹⁸⁶ RIHGB, Tomo VII, 3ª edição, 1845. p.478.

¹⁸⁷ RIHGB, Tomo VII, 3ª edição, 1845. p.479. Itálico nosso.

¹⁸⁸ Cf. Blockmans, Wim et al. (ed.) *Empowering interactions: political cultures and the emergence of the State in Europe 1300-1900*. Surry: Ashgate, 2009. É particularmente revelador a atuação dos grupos mercantis para moldar a legislação comercial no Atlântico Inglês, ou a participação de súditos do império espanhol para a formação da legislação de castas na América. Cf. Olsen, *Making the empire work...*, Masters, Adrian. «A Thousand Invisible Architects: Vassals, the Petition and Response System, and the Creation of Spanish Imperial Caste Legislation». *Hispanic American Historical Review* 1 August 2018; 98 (3): 377–406. doi: <https://doi.org/10.1215/00182168-6933534>

devem interpor os seus pareceres”. E conviria também que “a qualidade dos negócios e requerimentos faz preciso que não sejam sempre os mesmos ministros com que o vice-rei e governadores hajam de conferir”. Deste modo, propõe que nas matérias de Justiça deveria o Vice-Rei recorrer ao chanceler da Relação da Bahia assistido por um ministro de agravos, e os governadores aos ouvidores ou ao juiz de fora. Nos de Fazenda, deveriam consultar sempre com o Provedor da Fazenda ou o Superintendente das Casas de Fundição e Moeda. Já nas questões militares, deveriam conferir sempre com “dois oficiais de guerra de maior patente que tiverem no seu governo” e o Provedor da Fazenda, que, no espaço americano, servia também de vedor geral. Mas, como também haveria “negócios que ou são mistos ou não pertencem aos três gêneros sobreditos”, deveriam os próprios governadores chamar pessoas consideradas “mais próprias e mais proporcionadas para nelas interporem juízo”¹⁸⁹.

Nestes procedimentos, cada interveniente poderia manter alguma discrição em relação aos restantes. Sabendo também que nas consultas formuladas em conjunto, poderia haver “muitos casos em que os ministros não possam fazer com a liberdade necessária”, poderiam eles interpor os pareceres sem manifestá-los aos governadores, entregando-os em “carta fechada” aos governadores num prazo de oito dias. Estes deveriam remeter juntamente com seus próprios pareceres ao Conselho Ultramarino para nele se consultarem. Além disso, o conselheiro também alertou que o Conselho deveria manter sempre um canal de comunicação aberto para que se possa “ao arbítrio dos povos, recorrer à sua majestade, e algumas vezes lhes será assim preciso fazerem-no assim por se queixarem do Vice-Rei ou do Governador”¹⁹⁰.

Na prática, Rodrigues da Costa acaba descrevendo certos procedimentos institucionais que, como vimos, já eram seguidos na década de 1730. Mas, mais do que isso, ele parece sugerir que aquilo que até então era um *costume* se tornasse a *norma*, através da qual se traria uma nova organização à dinâmica comunicativa e peticionária, com a intenção de torna-la mais expedita, ainda que sujeita à arbitragem dos governantes e outros agentes da monarquia. Mas é importante sublinhar que não era conferida autonomia a qualquer destes agentes para dar a palavra final nas decisões, e, nesse sentido, sua capacidade de arbitrar os processos, querelas, requerimentos, representações e petições que subiam em direção ao reino se resume à possibilidade de **influenciar** o curso das decisões. Com efeito, esquema traçado acaba por situar os governadores e vice-reis no topo de uma hierarquia de informantes, já que lhes garante voz ativa em todas as esferas jurisdicionais referidas, ao passo que a dos restantes se restringiria apenas às que lhes competissem.

¹⁸⁹ RIHGB, Tomo VII, 3ª edição, 1845. p.479.

¹⁹⁰ RIHGB, Tomo VII, 3ª edição, 1845. p.479.

No entanto, nem a proposta chegou a ter qualquer espécie de formalização, nem as opiniões vigorosas do convalescente Antônio Rodrigues da Costa reverberam marcas hegemônicas da alta política no reinado joanino. O momento político em que a consulta foi escrita pode ser caracterizado como uma fase de transição, ou de “mutações silenciosas”¹⁹¹, marcada pela convivência entre antigas e novas práticas políticas, e no qual se passou a buscar, em diversos níveis da administração, formas mais expeditas para resolução dos negócios políticos¹⁹². Processo no qual, organismos colegiados de decisão, dentre eles o Conselho Ultramarino¹⁹³, serão lentamente preteridos em relação às juntas e aos poderes unipessoais¹⁹⁴.

Ainda assim, os dados trazidos no tópico anterior revelam que parcela muito expressiva das comunicações estabelecidas entre o Conselho Ultramarino e os Governadores de Pernambuco ao longo do século XVIII transmitia pedidos de parecer sobre as mais diversas contas, requerimentos ou petições, e isso pode ser o reflexo de uma destas mutações, desde logo acompanhadas por um reforço da administração periférica da Coroa¹⁹⁵. Isso não quer dizer que outros poderes não fossem acionados para informar ou emitir pareceres sobre comunicações de terceiros. Os Ouvidores, por exemplo, costumavam ser requisitados com bastante frequência para informar sobre o perfil de pretendentes à serventia ou à propriedade dos cargos e ofícios vacantes. É o que vemos, por exemplo, em junho de 1681, quando o Ouvidor de Pernambuco foi acionado para informar sobre a pretensão de dona Cristina de Lemos, viúva de João Sande de Vasconcelos, proprietário do ofício de Juiz dos Calafates, para conceder o ofício de seu marido, herdado dela por dote, ao seu genro Domingos Paes, “somente por casar com sua filha”¹⁹⁶. As Câmaras, por vezes, também podiam ser eventualmente acionadas para a emissão de pareceres. A de Olinda, por exemplo, foi contatada em 1676 para informar sobre o requerimento em que o Prepósito da Congregação do Oratório de Santo Amaro pediu ao rei a concessão de 500 arrobas de açúcar, pagos pelo contrato dos dízimos de Pernambuco, para sustentar suas missões nos sertões da capitania¹⁹⁷.

Feita esta ressalva e uma vez estabelecida a dimensão que os pedidos de parecer assumem nas comunicações trocadas entre os Governadores e o Conselho Ultramarino, interessa-nos agora aferir a origem geográfica e o perfil dos peticionários. Tendo por base o

¹⁹¹ Almeida, Luís Ferrand de. «O absolutismo de D. João V». in *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra: 1995, p. 183-207.

¹⁹² Monteiro, «A Secretaria de Estado...», p.28.

¹⁹³ Cruz, *Um império de conflitos...*, pp 307-335, 337-367.

¹⁹⁴ Sendo estes poderes progressivamente encarnados nos Secretários e nas Secretarias de Estado. Monteiro, «A Secretaria de Estado...», p. 32.

¹⁹⁵ Monteiro, «A Secretaria de Estado...», p. 32.

¹⁹⁶ AHU, Códice 256, fl. 39.

¹⁹⁷ AHU, Códice 256, fl. 18v.

conjunto de 553 pedidos de pareceres identificada no fundo das comunicações expedidas pelo Conselho, inventariamos o perfil e a procedência geográfica dos remetentes das contas, requerimentos e petições que foram submetidas à apreciação dos governadores de Pernambuco. Uma vez que estes pedidos ajudam a explicar o crescimento nos fluxos comunicacionais ao longo do tempo, agrupamos o conjunto em dois períodos. Com efeito, a tabela 16 apresenta os dados coletados entre 1650 e 1699. Da esquerda para a direita, encontra-se relacionada a variedade dos remetentes, e nas colunas subsequentes, as capitanias de origem de cada um.

Tabela 16. Origem Geográfica dos Emissores mencionados nos Pedidos de Parecer do Conselho Ultramarino aos Governadores de Pernambuco (1650-1699)¹⁹⁸

Protagonistas	Pernambuco	Itamaracá	Rio Grande	Ceará	Paraíba	Não Menc.	Total
Capitão-Mor	-	-	1	3	-	-	4
Câmaras	15	2	-	-	1	-	18
Ouvidor	-	-	-	-	-	-	0
Provedor da Fazenda	7	-	-	-	-	-	7
Particulares	17	1	-	1	-	2	21
Bispo e Eclesiásticos	10	2	-	1	-	1	14
Militares	20	10	-	1	-	-	32
Ordenanças	10	1	-	-	-	-	10
Milícias ou Auxiliares	7	-	-	-	-	-	7
Misericórdias/Irmandades	6	-	-	-	-	-	6
Srs. de Engenho/Lavradores	3	-	-	-	-	-	3
Homens de Negócio	1	-	-	-	-	-	1
Mulheres	2	-	-	-	-	1	3
Ameríndios	5	-	-	1	-	-	6
Moradores ou "Povo"	4	1	-	-	-	-	5
Outros	17	-	-	-	-	3	20
Total	124	17	1	7	1	7	157

Como vimos no tópico anterior, os pedidos de parecer representam uma parcela menos expressiva das comunicações dirigidas pelo Conselho Ultramarino aos governadores de Pernambuco na segunda metade do século XVII (apenas 18% de um conjunto de 862 disposições). Em linhas gerais, os dados sistematizados revelam que, além de poucos, estes pedidos incidem essencialmente sobre comunicações expedidas em Pernambuco. Ali, os governadores foram chamados a opinar sobre as petições ou contas lançadas por uma ampla variedade de interlocutores, dentre os quais mais se destacam os oficiais da tropa paga, da milícia e da ordenança. Estas petições representam pouco mais de 31% do conjunto e veiculam, em sua maioria, pedidos de promoção, acrescentamento de soldo ou aprimoramento de estruturas defensivas. É modesta a quantidade de pedidos de parecer sobre petições das Câmaras

¹⁹⁸ Dados levantados com base em AHU, Códices 275, 276, 256 e 257. Cf. Capítulo 1.

da capitania, ainda que as matérias dos requerimentos fossem especialmente relevantes neste período, como demonstramos a seguir. Não parece, de todo, ser uma prática recorrente, por parte do Conselho, pedir a estes agentes que informassem sobre representações de outros oficiais régios, como os Ouvidores (que sequer aparece enquanto peticionário) ou Provedores.

Outra característica que se pode identificar na segunda metade do século XVII, é que os governadores raramente eram chamados a informar sobre petições, contas ou requerimentos emitidos nas outras capitanias. Fora de Pernambuco, sua influência quase que se limitava às comunicações da capitania de Itamaracá. À partida, isso pode resultar da menor quantidade de petições enviadas por estas capitanias, uma vez que o volume de comunicações trocadas entre elas e o Conselho não era particularmente expressivo no período em questão. Se isso pode explicar as poucas referências à Itamaracá e ao Ceará, não pode justificar a pequena de influência dos governadores sobre as comunicações produzidas nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande, que não eram anexas à Pernambuco no período.

Tabela 17. Origem Geográfica dos Emissores mencionados nos Pedidos de Parecer do Conselho Ultramarino aos Governadores de Pernambuco (1703-1756)¹⁹⁹

Protagonistas	Pernambuco	Itamaracá	Rio Grande	Ceará	Paraíba	N. Menc.	Outros	Total
Capitão-Mor		1	13	8	5			27
Câmaras	93	15	11	11	3		3	136
Ouvidor	8	1		4	3		3	19
Provedor da Fazenda	5	13	21		3			42
Juiz de Fora	5							5
Particulares	7	1	2					10
Bispo/Eclesiásticos	18	3	1	1		1		24
Militares	36	8	7	2	1	2	2	58
Ordenanças	15			3				18
Milícias ou Auxiliares	6			1				7
Misericórdias/Irmandades	7	4						11
Srs. de Engenho/Lavradores	1							1
Petições Conjuntas	2							2
Outros Grupos Corporativos	2							2
Mulheres		1						1
Ameríndios	6		1					7
Moradores ou "Povo"	5	2						7
Outros	14	2	2				1	19
Total	230	51	58	30	15	3	9	396

Mas estes padrões se alteram de forma significativa no século XVIII. Os pedidos de parecer, como demonstramos, ocupam um lugar de importância na articulação entre as duas pontas do circuito comunicacional (31% de um total de 1303 cartas expedidas a estes homens). Territorialmente, o raio de intervenção dos Governadores se alarga para além de Pernambuco e passa a incidir sobre comunicações emitidas nas restantes Capitanias do Norte. Entre a

¹⁹⁹ Dados levantados com base em AHU, Códices 257, 258, 259, 260 e 261. Cf. Capítulo 1.

segunda metade do século XVII e a primeira do XVIII, a quantidade de pareceres solicitados a estes agentes sobre comunicações emitidas em Itamaracá salta de 17 para 51, e o mesmo ocorre em todas as restantes, com as do no Rio Grande que de apenas uma salta para 58, e com as do Ceará, que de 7 chegam a 30. Pode parecer um número pequeno diante da dimensão geral dos fluxos comunicacionais, mas importa lembrar que estas capitanias se comunicam menos frequentemente com a Coroa. As 51 contas, requerimentos e petições emitidas em Itamaracá que foram arbitradas pelos govenadores de Pernambuco correspondem, em termos absolutos, a 50% do volume de comunicações expedidas pela Coroa para aquela Capitania. Vale lembrar que o salto verificado no Rio Grande pode estar associado aos impactos da anexação desta capitania à de Pernambuco em 1701, ao passo que o aumento no Ceará, que já era anexa, está relacionado, de um lado, à consolidação da conquista e, de outro lado, ao crescimento de sua malha político administrativa. Contudo, o que explicaria a intervenção sobre as comunicações petições originadas na Paraíba, que só se tornou anexa em 1756, se não a ascendência progressiva que os governadores adquiriram sobre a comunicação política das capitanias do norte?

Outro traço marcante é que além de um alargamento do arco de influência geográfica, verifica-se uma maior intervenção sobre 136 petições emitidas pelas Câmaras de todas estas Capitanias que representam 34% do conjunto dos pedidos de parecer. Além disso, fica claro que estes homens também passam a informar com mais frequência sobre as informações prestadas nas contas e petições de outros componentes do oficialato periférico da Coroa, a saber, sobre os Provedores da Fazenda, Capitães-Mores de Capitanias e Ouvidores que, juntos, estão representados em 23% de todas as comunicações que receberam pareceres dos Governadores. De resto, os requerimentos dos oficiais das tropas pagas, da milícia e da ordenança continuam a ter representatividade, somando pouco mais de 21% do conjunto.

A mudança verificada na viragem do século XVII para o XVIII resulta tanto de um crescimento nos fluxos comunicacionais²⁰⁰ no espaço atlântico quanto de uma nova postura do Conselho em relação aos governadores no que toca à sua participação nos processos de decisão política. Em síntese, o peso dos governadores enquanto informantes amplia-se tanto num arco

²⁰⁰ Este crescimento pode ser inferido pelos dados trazidos anteriormente, e pode ser também confirmado com os dados apresentados por George Cabral de Souza para as Câmaras, por exemplo. Através do fundo dos documentos avulsos, ele identificou que o volume de contas e petições emitidas pelas Câmaras de Pernambuco e de Itamaracá triplica entre a segunda metade do século XVII e a primeira do XVIII. Sua amostra contabiliza 59 correspondências entre 1645 e 1705, e 185 entre 1706 e 1750. Souza, George Cabral de. «Entre o local e o central: uma tentativa de sistematização da correspondência entre as câmaras de Pernambuco e Itamaracá e os poderes centrais (sécs. XVI-XVII)» Comunicação Apresentada no Seminário das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, 1. 2015, Lisboa. *Anais...*, Lisboa, 2015. (texto inédito).p. 12.

territorial quanto projeta-se sobre outros protagonistas das comunicações transoceânicas. Estes, ao recorrer ao poder arbitrário da Coroa deixavam uma esfera puramente local ou regional para buscar promoções, acrescentamentos, benesses, legitimação de jurisdições ou soluções para situações localmente vivenciadas. E na medida em que o rei, através de seus Conselhos e Secretarias, recorria aos pareceres dos Governadores promovia o deslocamento de algumas das capacidades deliberativas da administração central, contribuindo, por conseguinte, para uma maior regionalização do poder encarnado nestes agentes.

Mas, mais do que aferir esta tendência na quantidade de comunicações arbitradas, é importante explorar o conteúdo e problematizar a forma como as opiniões dos governadores poderiam favorecer ou desfavorecer as pretensões dos requerentes e peticionários. Na impossibilidade de tratar dos 553 casos levantados em nossas bases de dados, nos concentraremos em explorar alguns que indiquem as relações estabelecidas com os diferentes comunicantes. Nesta exploração mais qualitativa, privilegiamos situações particularmente tensas para a manutenção dos equilíbrios estabelecidos entre o reino e a América e no interior do próprio espaço americano.

O raio de intervenção mais imediato dos governadores incide, naturalmente, sobre a esfera militar. Como referimos, as petições e requerimentos lançados por oficiais e soldados circunscrevem-se, principalmente, às promoções na carreira, ao abastecimento, ao fardamento, ao pagamento dos soldos e à manutenção das estruturas defensivas. Os pedidos de promoção talvez sejam os mais frequentes, e a opinião dos governadores ao prover informações sobre o perfil dos indivíduos poderia facultar ou negar o acesso dos pretendentes às posições almejadas. Em janeiro de 1684, D. João de Souza, foi acionado para informar sobre a petição do Sargento-Mor do Terço da Gente Preta, João Martins, em que pediu para ser promovido em Mestre de Campo, por falecimento de Antonio Gonçalves Caldeira, declarando “se [o suplicante] é pessoa suficiente para o posto”²⁰¹. O governador foi favorável à súplica do oficial que recebeu sua promoção. Com esta, seu posto ficou vago e no ano seguinte foi a vez do capitão João Luiz Soares, do mesmo terço dos Henriques, pleiteá-lo²⁰². Casos como este se repetem diversas vezes tanto na tropa paga, quanto na tropa auxiliar, de modo que a vacância de um posto acaba por despoletar, quase que automaticamente, outros pedidos de promoção dentro da hierarquia militar.

Em certos pedidos de parecer, o Conselho não só participava a pretensão dos candidatos à apreciação dos governadores, como também podia acrescentar a demanda por outras

²⁰¹ AHU, Códice 256, fl. 50.

²⁰² AHU, Códice 256, fl. 54v.

informações que justificassem, para além do perfil, a pertinência das propostas. Tal sucedeu com a petição de Manoel Barbosa de Lima quando solicitou a mercê de ser provido capitão da fortaleza da Barra de Catuama, em Itamaracá, com o mesmo soldo do capitão da principal fortaleza daquela capitania, a de Santa Cruz²⁰³. Sem que tivesse informação anterior de o posto já tivesse sido provido com patente régia, o Conselho solicitou que o governador Câmara Coutinho não só para opinasse com seu “parecer se convém haver esta fortaleza, e se teve antigamente Capitão e como se guarnecia e o soldo que tinha para se poder deferir a este requerimento”²⁰⁴. Mas, com a sua promoção para o Governo-Geral na Bahia, em 1690, a matéria ficou para ser decidida por seu sucessor, o Marquês de Montebelo. Este, ainda em junho de 1690, ordenou ao Capitão Engenheiro de Pernambuco, José Pais Esteves, que fosse até Itamaracá fazer uma vistoria na dita fortaleza de Catuama, averiguando exatamente sobre o conteúdo da carta régia e “se convém ou não haver outra fortaleza do tamanho que se deve fazer (quando convenha) segundo a defesa do lugar em que está se teve antigamente Capitão a soldo que tinha e como se guarnecia”²⁰⁵. Sua resposta, infelizmente, nos é desconhecida. Mas, ao que parece, a questão se protelou até 1707, quando Francisco de Castro Morais recebeu ordem do Conselho para acomodar o pretendente no posto de Cabo da barra de Catuama, dando-lhe algum soldo²⁰⁶.

A questão dos soldos era especialmente relevante, já que os atrasos no pagamento eram frequentes e o recurso ao Conselho Ultramarino poderia ser uma alternativa para agilizá-lo. Os governadores eram chamados a informar sobre estes pedidos, mas também para dar o parecer sobre petições em que os suplicantes pedem acrescentamentos dos soldos, tal como quando o Cabo da Fortaleza das Cinco Pontas, Domingos Fernandes Barbosa o pediu em 1728²⁰⁷. Para os integrantes das tropas auxiliares que, como vimos, só eram pagos quando em serviço e, mesmo assim, nem em valor nem em forma equivalente à tropa paga a questão dos soldos era crucial. Os valores destes não só eram mais baixos, como oficiais e soldados recebiam sempre o mesmo valor, independentemente da graduação. Isso deu motivo para que os Capitães, Ajudantes, Alferes, Sargentos e Soldados do mesmo Terço da Gente Preta assinassem uma petição conjunta ao monarca, na qual requereram que “nas ocasiões que forem mandados aos Palmares, Fronteira do Açu ou outra qualquer parte” se lhes “assista a cada um dos que forem com a mesma farda e socorros respectivamente à praça que tiverem na mesma forma em que

²⁰³ AHU, Códice 256, fl. 93.

²⁰⁴ AHU, Códice 256, fl. 93.

²⁰⁵ BNP, PBA, Códice 239, fl. 15. Ordem ao Capitão Engenheiro José Paes Esteves. Olinda, 23 de junho de 1690.

²⁰⁶ AHU, Códice 257, fl. 203.

²⁰⁷ AHU, Códice 259, fl.210v.

são socorridos os mais terços” e que “aos Capitães e Sargentos se lhe continue sempre uma praça de nove tostões por mês e 10 mil réis de farda por ano”²⁰⁸, estando em combate ou desmobilizados. A petição foi reencaminhada para apreciação do governador Caetano de Melo e Castro em 1694, mas não conhecemos a sua resposta. Esta só foi dada seis anos mais tarde por seu sucessor, Fernão Martins Mascarenhas de Lencastre, que foi completamente favorável à pretensão dos requerentes, parecendo-lhe “utilíssima, e que Vossa Majestade deve mandar deferir-lhes”, julgando que se poderiam pagar os soldos pela Câmara de Olinda, já que “não são estes os soldados de menos suposição que vossa majestade tem nestas conquistas a respeito da forma da Guerra e terreno delas, nem os menos obedientes aos seus governadores, e os mais hábeis e prontos para qualquer ocasião”²⁰⁹.

Como ilustram os exemplos acima, petições, representações e requerimentos poderiam ser coletivos ou individuais. No primeiro grupo enquadram-se também certos grupos corporativos que podem representar interesses identificados com uma tropa ou terço, como vimos acima, mas, principalmente com municípios, misericórdias, irmandades, confrarias e ordens religiosas. No conjunto, parece haver razoavelmente poucos pareceres dos governadores sobre petições de grupos corporativos no século XVII. Mas é importante frisar aqui que o papel mediador destes agentes não se observa apenas na quantidade, mas, sobretudo, na relevância das questões tratadas. A intervenção sobre as comunicações camarárias incide, por exemplo, sobre problemas fulcrais à administração dos recursos ou fontes de rendimento de cada uma ou sobre outras que são particularmente geradoras de tensões sociais, como os tributos. Quando a Câmara de Olinda, por exemplo, tentou se ver aliviada da obrigação assumida durante a guerra holandesa de arcar com os soldos da tropa paga, em 1670, sua representação foi submetida à apreciação do governador Fernão de Sousa Coutinho e negada²¹⁰. Algo de semelhante se observa nas decisões do Conselho em submeter as petições com que as câmaras de Olinda²¹¹, Porto Calvo²¹² e Sirinhaém²¹³ pleitearam o alívio da contribuição com o Donativo do Casamento da Rainha de Inglaterra e Paz de Holanda à apreciação dos governadores, na segunda metade do século XVII. E o mesmo se passa no século XVIII, quando

²⁰⁸ AHU, Códice

²⁰⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 18, D. 1828. CARTA do governador da capitania de Pernambuco, Fernão Martins Mascarenhas de Lencastre, ao rei [D. Pedro II], 1700, junho, 25, Recife.

²¹⁰ AHU, Códice 276, fl. 41v.

²¹¹ AHU, Códice 275, fl. 326.

²¹² AHU, Códice 256, fl. 100v-101.

²¹³ AHU, Códice 256, fl. 132v.

as Câmaras de Olinda por quatro vezes²¹⁴, Recife²¹⁵ e Penedo²¹⁶ por três vezes e Natal²¹⁷ por duas vezes requereram a mercê de não pagarem o Donativo do Casamento dos Príncipes.

Matérias fiscais também se apresentam com recorrência nos requerimentos, representações e petições camarárias. Com a transferência da administração dos contratos para a responsabilidade da Fazenda Real, por exemplo, várias das principais câmaras peticionaram ao monarca com o intuito de reaver a administração de alguns ou de obter consignações que suprissem a quebra nas rendas dos conselhos. Sobre estas questões de matéria fiscal, os governadores também foram chamados a opinar com alguma frequência. Quando a Câmara de Olinda requereu ao Conselho Ultramarino, ainda em 1728, que os contratos fossem devolvidos à sua administração ou ao menos os dos vinhos e da balança para poderem dar conta das despesas com as pontes da vila. Este tribunal achou por bem ouvir ao governador, Duarte Sodré, que, na resposta, negou a pretensão dos oficiais, sendo favorável apenas a um aumento na consignação de 600 mil réis pagos pela Fazenda que passou a lhes ser aplicada desde então para o valor de 900 mil réis. O Conselho, “para consolar esta Câmara”, achou por bem aliviar o arbítrio do Governador e restituir apenas o contrato da balança²¹⁸. Anos mais tarde, em junho 1733 a Câmara de Olinda tornou a representar ao rei que era necessário fazer obras na cadeia da cidade e, para isso requereram que o pagamento fosse feito com recursos da arrematação dos mesmos contratos agora administrados pela Real Fazenda. Recebendo a petição, o Conselho Ultramarino escreveu ao mesmo governador para que interpusse seu parecer e este deu parecer favorável à petição por se tratar de obra indispensável e necessária à segurança pública²¹⁹. Na decisão final, seu parecer prevaleceu e confirmou a posição do Procurador da Fazenda e do Conselho²²⁰.

Para além das questões fiscais, outra particularmente tensa se associa à negociação de privilégios e participação política dos vassalos ultramarinos na governação dos territórios. Ambas se apresentam em petições camarárias arbitradas pelos governadores e se cruzam em requerimentos como os da Câmara de Olinda que solicitou por duas vezes o direito de eleger um Juiz do Povo e Mesteres, com “privilégios idênticos aos concedidos à Casa dos Vinte e Quatro” das cidades de Lisboa, do Porto, e tal “como gozam os cidadãos da Bahia”²²¹. Trata-se

²¹⁴ AHU, Códice 259, fls. 270v, Códice 260, fl. 33v, 35, 124.

²¹⁵ AHU, Códice 260, fls. 125v, 117-117v, Códice 261, fl. 88.

²¹⁶ AHU, Códice 260, 63v, 185v, Códice 261, fl. 140.

²¹⁷ AHU, Códice 259, fl. 274, Códice 260, fl. 84.

²¹⁸ AHU, Códice 266, fl. 170v-171.

²¹⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 47, D. 4166.

²²⁰ “Dando-se vista ao Procurador da Fazenda, respondeu que se fizesse justiça na conformidade da resposta do governador”, parecendo o mesmo ao Conselho. AHU, Códice 266, fl. 210v-211.

²²¹ AHU, Códice 256, fl. 61v.

de uma dignidade concedida aos principais municípios do reino e que garantia a possibilidade de mercadores e corporações de oficiais mecânicos²²² elegerem representantes que, no caso destas cidades, totalizavam um total de vinte quatro. Dentre estes, eram eleitos quatro, chamados de Mesteres, e que tinham o direito de tomar assento nas sessões da vereança e participar, de acordo com Boxer, “em todos os assuntos que afetassem as guildas e corporações de artífices, e a vida econômica da vila ou cidade”²²³. O mais velho destes quatro Mesteres, recebia o título de Juiz do Povo.

A primeira das duas petições, feita em 1686, foi remetida ao Ouvidor de Pernambuco para que opinasse, e dele desconhecemos a resposta. A segunda, expedida em julho de 1690, foi redirecionada pelo Conselho à apreciação do governador Antônio Félix Machado, Marquês de Montebelo para que interpusse seu parecer²²⁴. Este acabou frustrando por completo as expectativas dos edis²²⁵. O teor da resposta do governador é particularmente interessante, pois não se prende exatamente com o sistema de representação que o privilégio concederia às corporações de ofício, mas com o prestígio que seria auferido pela Câmara de Olinda, principal antagonista à sua autoridade em Pernambuco²²⁶. Ele começou por dizer ao monarca que “se conforme o estilo nacional do reino em que nasci”, o da Savóia:

“tomara que neste de vossa Majestade não houvera Juiz do Povo e Mesteres em nenhuma das cidades dele, porque comumente combinam melhor o ímpeto do mesmo povo para as sublevações dele do que para remédio e proveito conhecido da República, porque nos sujeitos pouco costumados a se governarem pelos ditames do entendimento não pode haver eleição nem verdadeiro zelo se não fúria ou paixão animada por pessoas que sendo de outra esfera costumam usar dos desta para seus fins e vinganças particulares”²²⁷.

À partida, o argumento de Montebelo pode parecer exagerado quando sugere que dar voz ativa à pessoas de estatuto social mais baixo e incluí-las no governo local era perigoso para os equilíbrios sociais. Sua real intenção se desvela quando esclarece que esse risco era especialmente grande “em Pernambuco e Olinda, cabeça dele”, pois “é a gente desta terra entre toda a do Brasil a mais fácil e pronta para motins e desobediências dos Governadores que nela representam a pessoa de sua Majestade como a experiência o tem mostrado”²²⁸. A resposta,

²²² Artesãos, Ourives, Sapateiros, Tanoeiros, Ferreiros, Alfaiates etc.

²²³ Boxer, *O império marítimo...*, p.268. Boxer, Charles R. *Portuguese society in the tropics*. Madison: The University of Wisconsin Press/ Madison and Milwaukee, 1965. p. 142.

²²⁴ AHU, Códice 256, fl. 109.

²²⁵ AHU, Códice 256, fl. 126.

²²⁶ Questão explorada por farta historiografia. Para citar apenas os de maior importância: Andrade, *Montebelo, os males e os mascates*, p. 105-150, Mello, *A fronda...*, pp. 21-110, 217-279.

²²⁷ BL, 21.000, fl.98v

²²⁸ BL, 21.000, fl.98v

com efeito, faz eco a uma tradição de antagonismo entre a elite local de Olinda e os governadores seus antecessores, mas parece profundamente influenciada pelos entreveros do tempo de seu governo²²⁹. Lembra ainda que o pedido “no tempo presente poderá ter o fim de sacudir o Senado de Olinda o jugo”, isto é o controle “que sobre ela começou a praticar o meu antecessor”, Câmara Coutinho, que “eu com alguma felicidade vou conservando e concluindo”. Este “jugo”, a que Montebelo se refere não se revela na resposta, mas pode ser encontrado numa outra carta dirigida ao Secretário Roque Monteiro Paim, em 1692, na qual esclarece que o “meu antecessor introduziu as contas da Câmara e o Registo dos Editais dos Contratos que ela administra”, além de várias outras medidas que inquietaram a elite local, razão pela qual achou “os homens principais da terra sumamente queixosos e o governo mal quisto”²³⁰. Na conclusão do parecer sobre a petição, ele refere que não se deve deferir, e informa de uma “notícia que me chegou de que os oficiais da Câmara deste ano intentam mandar procurador particular a essa corte” para “pedirem a Vossa Majestade seja servido *eximi-los totalmente da sujeição dos governadores*, pois para a largueza do ânimo, intenção e consciência destes homens é *insofrível aperto o terem quem os domine, examine suas ações e lhes peça contas dos cabedais que administram*”²³¹.

Alarmados, talvez, com o tom da resposta do governador, os Conselheiros acataram respondendo de volta, em dezembro de 1691, que na “consideração das vossas razões se não deferiu ao requerimento” dos oficiais da Câmara²³². Situações como esta podem demonstrar a influência da opinião dos governadores nas decisões finais tomadas na Corte, mas também ilustram que os pedidos de parecer ofereciam oportunidades para controlar ou, no limite, constranger os interesses locais e, principalmente os das Câmaras.

Frustrada pela intercessão do governador e pela decisão final do Conselho, a Câmara não deixou de aspirar ao privilégio, e uma vez que não foi concedido, uma das primeiras medidas tomadas quando os edis tomaram o governo de Pernambuco durante as Alterações, em 1710, foi a de eleger um Juiz do Povo²³³. Neste momento, as previsões de Montebelo, se concretizaram. Como nos informa Evaldo Cabral de Mello, esse juiz “ilegalmente aclamado”, tornando-se “menos o representante da plebe do que o instrumento dos poderosos para darem

²²⁹ Mello, *A fronda....* Nas cartas que escreveu Ao Secretário Roque Monteiro Paim, em 1692, Montebelo não deixa de evocar o temor que ainda causava a memória da deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado. BL, 21.000, fl.174.

²³⁰ BL, 21.000, fl.99.

²³¹ BL, 21.000, itálico nosso. fl. 99.

²³² AHU, Códice 256, fl. 126.

²³³ Mello, *A fronda....*, p. 336.

aura de legitimidade a seus fins particulares”²³⁴.. Durante o levante, ele acabou servindo para “consolidar o apoio do povo da cidade ao movimento da nobreza” de Olinda, e para efetivar algumas de suas pretensões que foram frustradas ao longo do tempo, tais como “a expulsão dos nêris, a redução do preço do sal e a tapagem da ponte do Varadouro de Olinda”²³⁵.

O controle dos governadores também se nota em questões de grande importância, como as concessões do estatuto de Cidadania ou de Privilégios para as câmaras das vilas menores de Pernambuco, que, via de regra, passavam pelo crivo dos Governadores. A Câmara das Alagoas, por exemplo, solicitou a concessão destes privilégios à Coroa pelo menos três vezes – em 1699, em 1732 e em 1751²³⁶. Em todas elas, o Conselho Ultramarino acionou os Governadores para que emitissem pareceres. Na primeira delas, os edis requisitaram os tão cobiçados privilégios da Câmara do Porto²³⁷, justificando-se nos serviços prestados na Guerra contra Palmares, e também “no leal zelo com que este senado se mostrou sempre cuidadoso [com] as obrigações de seus nobres cargos”²³⁸. Incumbido pelo Conselho de informar com o seu parecer, Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, deferiu negativamente, alegando que não obstante ser aquela das mais ricas vilas da Capitania, “contudo não é a mais antiga, e ficarão queixosos os moradores de Igarassu, que é a primeira vila que houve na América”²³⁹. Anos mais tarde, em 1732, portanto depois da criação da Comarca, os edis tornaram a requerer privilégios, mas, desta vez, iguais aos da Cidade de Olinda, utilizando como argumento ser ela a cabeça “deste estado de Pernambuco”²⁴⁰ e esta [das Alagoas] cabeça desta Comarca”²⁴¹. Da mesma forma, os conselheiros acionaram o Governador, Duarte Sodré para deferir ao pedido, sendo ele plenamente favorável, não só por sua condição de Cabeça, mas também uma das maiores do distrito deste governo [de Pernambuco], e nela sejam [sic] moradores muitos homens bons cujos pais e avós se assinalaram muito no serviço de Sua Majestade e bem de sua pátria em tempo do holandês”²⁴². E, ao que parece a posição favorável do Governador não teve aceitação em Lisboa, pois já em 1751, tornou a Câmara de Alagoas tornou a pedir os mesmos privilégios, pedindo-os, novamente, iguais aos da “Câmara de Pernambuco”. Sabemos pelo parecer do

²³⁴ Mello, *A fronda...*, p. 336.

²³⁵ Mello, *A fronda...*, p. 336.

²³⁶ Tratamos da questão em trabalhos anteriores e em maior profundidade. Curvelo, «O senado da câmara...», pp. 197-199.

²³⁷ Silva, Francisco Ribeiro da. *O porto e seu termo: os homens, as instituições e o poder (1580-1640)*. 2 v. Dissertação de Doutorado em História Moderna e Contemporânea. Porto, Universidade do Porto, 1985. p. 320.

²³⁸ AHU, Pernambuco Avulsos, cx. 18, d. 1829, fl. 1v. (25 de setembro de 1700).

²³⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, cx. 18, d. 1829, fl. 1v. (25 de setembro de 1700).

²⁴⁰ Esta é mais uma designação possível para a Capitania ou para o Governo de Pernambuco, ainda que apareça com menos frequência nas fontes manuscritas.

²⁴¹ AHU, Alagoas Avulsos, cx.2 Documento 137 [20 de Março de 1751].

²⁴² AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 44, D. 4003.

Conselho colocado à margem que Luís Correia de Sá foi acionado para opinar sobre a questão, ainda que sua resposta não tenha sido encontrada. Vale destacar que não conseguimos localizar requerimentos semelhantes que tenham partido das outras vilas de Pernambuco e que tenham sido atendidos ou considerados pelo Conselho Ultramarino. A Câmara do Penedo, por exemplo, solicitou os Privilégios dos Cidadãos do Porto, naquele mesmo ano sem sequer receber resposta do Conselho²⁴³, a Câmara de Aquiraz solicitou os mesmos das de Igarassu ou de Lisboa em 1735²⁴⁴ e também não foi deferida.

A interação com grupos corporativos não se restringe, entretanto, à arbitragem de petições camarárias. Vemos, por exemplo, intervenção sobre súplicas de irmandades e confrarias da América. Estas, apesar terem suas referências fundadas em suas congêneres reinóis, adaptaram-se às circunstâncias e estruturas sociais das conquistas. Certos grupos subalternizados, como os escravos forros, por exemplo, podiam organizar-se em irmandades e atuar como grupos de interesse cujas pretensões, uma vez apresentadas, poderiam desvelar os limites da familiaridade do alto oficialato da administração central com a realidade das conquistas. Para dirimir as dúvidas, o recurso aos governadores era quase certo. É o que vemos em novembro de 1683, quando D. João de Souza foi acionado para informar com seu parecer sobre a petição dos Irmãos da Confraria de Nossa Senhora de Água de Lupe (Guadalupe) da Vila de Olinda, em que “eles levados do zelo e piedade cristã por serem homens pardos”, queriam licença para que “com esmolas que tirassem entre si e pelos fiéis cristãos resgatar todos os escravos homens e mulheres de sua cor em razão de muitos sofrerem o mal cativo por serem filhos de homens honrados que me serviram [ao Rei] na guerra [contra os holandeses]”²⁴⁵. Para justificar o pedido, alegavam que muitos desses escravos, sem ter meios para comprar a sua liberdade “fugiam muitos para os negros dos Palmares, apartando-se do prêmio da Igreja”. Além disso, requeriam ao monarca que lhes passasse provisão para pudessem pagar pela liberdade dos homens e mulheres, “pagando-os aos seus senhores pelo justo preço que arbitrarem dois homens de consciência na forma que tem os irmãos do Rosário da Ilha de São Tomé e desta cidade”²⁴⁶. Infelizmente, desconhecemos qual foi o parecer do governador

²⁴³ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico das Alagoas**. Vol. XVIII, Maceió, 1935.p. 68. Não conseguimos encontrar a resposta no Catálogo de Documentos Avulsos da Capitania de Pernambuco contidos no Arquivo Histórico Ultramarino, mesmo que ela exista, não deve ter confirmado esses privilégios, já que solicitaram os mesmos privilégios vinte e três anos depois, sem serem atendidos. Carta dos Oficiais da Câmara da Vila do Penedo ao rei [D. José] a solicitarem a concessão dos mesmos privilégios da Câmara da Cidade do Porto, em razão dos seus serviços e de seus antepassados nas guerras de restauração e do Palmar, para motivar os elegíveis à Câmara. AHU, Alagoas Avulsos cx.2 Documento 147. [05 de Abril de 1755].

²⁴⁴ AHU, Códice 260, fl.149v.

²⁴⁵ AHU, Códice 256, fl. 48v.

²⁴⁶ AHU, Códice 256, fl. 48v.

sobre a questão, que nos serve apenas para ilustrar a diversidade de matérias sobre as quais opinavam.

Não obstante as Câmaras e outros grupos corporativos falarem por coletividades ou mesmo em nome do “povo” ou dos “moradores”, vemos que estes também podiam organizar-se enquanto grupo e dirigir petições sem a intermediação de qualquer instituição. É o que se vê, por exemplo, quando os moradores de “Pernambuco” queixaram-se ao rei contra a Câmara de Olinda, em 1691, pedindo para que esta tornasse a cumprir com a obrigação firmada de dar 10 mil réis a cada mês para se reconstruir um recolhimento aonde pudessem assistir as mulheres nobres da Capitania, petição sobre a qual o Marquês de Montebelo foi chamado a opinar. Ou quando em 1698, os moradores da freguesia de São Gonçalo do Una dirigiram petição ao monarca para poderem confirmar a licença que o mesmo governador dera para poderem formar uma nova povoação, petição pelo parecer de seu sucessor, Caetano de Melo e Castro. Anos mais tarde, em 1703, o conselho mandou a Câmara de Sirinhaém informar com seu parecer sobre nova pretensão dos moradores da freguesia de Una, mas dessa vez para se elevarem à categoria de Vila, também negada²⁴⁷.

Para além de interesses coletivos, e no que toca especificamente às representações individuais, os governadores opinavam sobre uma quantidade expressiva de petições de particulares, como a que foi dirigida ao monarca pelo comerciante Manoel Tavares de Brito, em 1691, na qual pediu para que não fosse executado em seus bens por conta de dívidas e, só após consulta ao então Governador por carta, foi atendido por este ter deferido favoravelmente à sua causa²⁴⁸. Em 1675, D. Pedro de Almeida foi chamado a informar sobre a petição de Dona Maria de Oliveira, viúva do Sargento-Mor Manoel de Azevedo Correia em que pedia para ser restituída na posse das casas que tinha no Recife o dito seu marido que recebeu de Francisco de Brito Freire em satisfação dos soldos. E se havia “contra ela alguma sentença que lhes mandasse largar”²⁴⁹. Em fevereiro de 1680, Ayres de Sousa de Castro, seu sucessor, recebeu ordem para informar na petição de André Vidal de Negreiros que, após “aqui ajuntar vinte casais de índios os mais deles brabos dos sertões que conduziu à sua custa e aposentou no sítio de Aldeia Velha do Coreu”, sitas no seu engenho, requereu junto ao rei que lhe concedesse “a administração dos ditos índios e com a mesma ficassem seus sucessores sem que pessoa alguma possa entender como os ditos casais obrigando-se ele a ter na dita Aldeia um sacerdote para os doutrinar”²⁵⁰.

²⁴⁷ AHU, Códice 257, fl.131v.

²⁴⁸ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 15, D. 1551.

²⁴⁹ AHU, Códice 256, fl. 11. 20 de agosto de 1675.

²⁵⁰ AHU, Códice 256, fl.33v.

E quanto às petições ou requerimentos emitidos fora da Capitania de Pernambuco? Como vimos, os governadores parecem ter menos influência sobre as comunicações das capitanias ao norte na segunda metade do século XVII. Ainda assim, vemos que eram chamados a opinar sobre algumas questões relevantes para a governação dos territórios. Em 1673, Fernão de Sousa Coutinho foi chamado para dar seu parecer sobre a petição em que a Câmara de Itamaracá requereu a mudança da sede da vila da Ilha para a freguesia de Goiana²⁵¹. Em agosto de 1696, o Capitão-Mor do Ceará representou a falta de justiças naquela Capitania, antes desnecessária “por não haver nela mais que gentios do mestiços e soldados de guarnição da fortaleza”, mas naquela altura já estava “povoada com mais de duzentos moradores e esses não tinham ministros nem oficiais que lhes decidissem as dúvidas, e sentenciassem as causas que tudo entre eles era confusão”²⁵². No mês de novembro do ano seguinte, Caetano de Melo e Castro recebeu carta do conselho mandando dar o seu parecer “declarando que modo de governo tem este povo quanto à justiça e se nele há juiz ordinário e se é bastante”²⁵³. Ao que parece, a resposta do governador levou à fundação de uma câmara três anos depois.

No século XVIII, a interferência sobre comunicações lançadas fora de Pernambuco é consideravelmente maior. É no mínimo interessante apontar que em questões complexas como a criação de vilas nos sertões do Ceará, como Icó ou Aracati, ou a possibilidade de estabelecimento de um Juiz de Fora no Rio Grande fosse o Governador de Pernambuco, e não os Capitães-Mores destas capitanias, a serem ouvidos acerca das mesmas conveniências²⁵⁴. Além disso, o facto de serem requisitados para opinar sobre os requerimentos ou sobre as contas emitidas pelos Capitães-Mores para que estas pudessem ser confirmadas no Conselho pode indicar alguma preeminência dos de Pernambuco sobre estes. Poderíamos citar diversas situações em que os governadores foram chamados a intervir sobre propostas dos capitães-mores. Tal pode ser visto, por exemplo, com a falta armas, fardamentos e munições²⁵⁵ ou construção de quartéis²⁵⁶ na Capitania do Rio Grande, ou com o estabelecimento de uma companhia paga permanente no Ceará²⁵⁷.

Até mesmo requerimentos quanto ao local de residência dos Capitães-Mores passavam pela arbitragem dos governadores. Quando o Capitão-Mor do Rio Grande peticionou ao monarca, em 1735, para que não se desse cumprimento a uma Ordem Régia para demolir uma

²⁵¹ AHU, Códice 256, 1v.

²⁵² AHU, Códice 256, fl.252.

²⁵³ AHU, Códice 256, fl.252.

²⁵⁴ AHU, Códice 266, fl. 208-209. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 31, D. 2855.

²⁵⁵ AHU, Códice 259, fl. 327.

²⁵⁶ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 47, D. 4161.

²⁵⁷ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 62, D. 5334.

“cadeia e casa da Câmara que ali se havia feito”, “por não estar conforme o termo da arrematação que fez o empreiteiro”, e que antes seria “conveniente conservá-las para residência dos Capitães-Mores pelas não terem”, sua petição foi remetida ao governador de Pernambuco Duarte Sodré Tibão para que informasse com seu parecer²⁵⁸. Em setembro de 1753, Luís Correia de Sá foi chamado para dar seu parecer no requerimento que o Capitão-Mor do Ceará, Francisco Xavier de Miranda, fez ao rei, no qual pedia a consignação de 100 mil réis todos os anos para poder levantar uma “casa para sua residência, assim como o tem o Ouvidor” daquela Capitania. Respondeu dando parecer favorável em agosto de 1755, explicando ser esta “uma súplica que me pareceu razoável, não só pelo limitado soldo” de 400 mil réis que tem o dito Capitão-Mor, mas “por não haver em todo o Estado do Brasil nos governos de que eu tenho notícia, governador que pague o aluguel das casas de sua residência”, e ainda no Rio Grande, “donde o mesmo Francisco Xavier governou” e onde era “a Fazenda Real mais diminuta, tem os seus capitães-mores casa que lhe deu Sua Majestade para assistirem”²⁵⁹. O parecer não só foi favorável, como o valor consignado para as casas do Capitão-Mor foram acrescidos à soma de 200 mil réis ao ano.

Também era recorrente que os Governadores fossem acionados para arbitrar atritos ou conflitos de jurisdição entre autoridades das Capitânias subordinadas. Em 1706, a Câmara do Rio Grande lançou uma queixa ao monarca de que o Capitão-Mor daquela Capitania estava usurpando-lhes a jurisdição que tinham sobre o provimento dos postos de ordenança, “que há mais de quarenta anos estavam de posses”, e foi o então governador de Pernambuco, Francisco de Castro Morais, a ser acionado para interpor o parecer²⁶⁰. Em 1730, nas celebrações dos Casamentos Reais – entre os príncipes D. José e D. Mariana Vitória, e D. Fernando e D. Maria Bárbara – o capitão-mor do Rio Grande excedeu-se nas festividades dispendendo, às suas custas, com “nove dias sucessivos com comédias e várias festas de cavalos e outras celebrações, iluminando-se três dias e três noites todas as casas” da cidade do Natal, iluminando a que lhe servia com “oitenta luzes cada noite”²⁶¹. Assoberbado com as despesas pessoais, este Capitão-Mor teve notícia que a Provedoria da Paraíba pagava uma propina aos governantes daquela capitania nas ocasiões de festas. Com efeito, desejando, reaver quatro arrobas de cera que tinha dispendido deu ordem ao Provedor do Rio Grande para que ressarcisse seus gastos com os efeitos da Fazenda Real. O Provedor, por sua vez, duvidou da pertinência do pedido e requereu licença ao Conselho Ultramarino para poder pagar as tais

²⁵⁸ AHU, Códice 260, fl. 188.

²⁵⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 79, D. 6606. fl.1.

²⁶⁰ AHU, Códice 257, fl. 183.

²⁶¹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 42, D. 3801.

propinas em cera. Este, sem conhecer a prática local para poder decidir, pediu por carta ao então Governador de Pernambuco, Duarte Sodré Tibão, para opinar com seu parecer. Na resposta, Tibão demarcou claramente as hierarquias entre os governantes e enfatizou que “este Capitão-Mor festejou os desposórios [sic] dos sereníssimos príncipes” com “mais aplauso que pedia a terra”, e que só aos Governadores “manda dar Vossa Majestade de propina três arrobas de cera por cada vez”, sendo justo, contudo, conceder uma arroba e meia “de cera de propina” ao dito Capitão-Mor e só porque o considerava “merecedor, porque além das referidas despesas serviu a Vossa Majestade com bom procedimento neste lugar”²⁶². No Conselho, o caso foi deferido em favor do Capitão-Mor, conforme o parecer do governador²⁶³.

Quando os membros do Conselho Ultramarino reconheciam claras parcialidades entre autoridades nas capitanias subordinadas para opinar sobre certas questões, era frequente recorrerem aos governadores para obter uma opinião mais isenta. Foi o que ocorreu em 1751, quando se recorreu a Luís Correia de Sá para informar sobre uma contenda entre as vilas de Aquiraz, Icó e Aracati no que respeita à divisão do termo da freguesia das Russas, uma das maiores daquela Capitania²⁶⁴. Sabendo também que o Ouvidor daquela Capitania tinha claro interesse em manter a freguesia no termo de Aquiraz²⁶⁵, cabeça da comarca, o Conselho escreveu ao governador mandando que “sem dependência de informações das Câmaras da Capitania do Ceará e do Ouvidor atual dela pela notória oposição que se lhe reconhece à conservação da dita nova vila” de Aracati, criada em 1748, “vos informeis aí de *peessoas práticas* daquele pais dos distritos por onde se poderá dividir o Continente da Freguesia das Russas” para que, informando nessa matéria se pudesse “fazer uma divisão com tal igualdade que as três Câmaras fiquem cada uma com termo competente e com suficiente número de moradores para a sua subsistência”²⁶⁶. Sua resposta, infelizmente, nos é desconhecida.

Mas, o que importa insistir é que, ao acionar os Governadores para informar, com enorme recorrência, sobre os clamores dos súbditos ou arbitrar situações de atrito jurisdicional entre os poderes do território, a Coroa confirmava a posição de autoridade ou de preeminência destes agentes em meio à arquitetura institucional do espaço de sua residência. Mas não só, pois sabemos que os Governadores também eram acionados a deferir e informar sobre situações

²⁶² AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 42, D. 3801.

²⁶³ AHU, Códice 266, fl. 186.

²⁶⁴ A questão parece ter se arrastado até finais do século XVIII, e foi tratada em detalhe por Gabriel Parente Nogueira. «Fazer-se nobre nas fimbrias do império...», p.174-1748.

²⁶⁵ Anos antes, segundo informações que chegaram ao Conselho, o Ouvidor Alexandre de Proença Lemos teria coagido os moradores de Aracati a desistirem de uma pretensão que tinham sobre algumas terras concedidas no ato de criação da vila. AHU, Códice 267, fl. 21.

²⁶⁶ AHU, Códice 261, fl. 148v.

exteriores ao espaço em que residiam, seja sobre as capitanias subordinadas, como referimos, ou sobre petições oriundas das vilas menores de Pernambuco. Como veremos, ações como esta confirmavam, num outro eixo de relações políticas, a sua posição de centralidade para os atores existentes num território vasto e de proporções regionais.

Com efeito, tal como demonstraremos nos próximos capítulos, parcela substancial do contato estabelecido entre os Governadores e as vilas menores de Pernambuco fazia-se através da dinâmica peticionária ou a partir das demandas que os poderes locais punham à resolução no âmbito dos circuitos internos de comunicação política. Poderíamos dizer então que esta dinâmica contribuía, numa escala local e regional, para reforçar a posição de centralidade dos Governadores em meio à Capitania.

E mesmo quando observamos as comunicações transoceânicas, verificamos que todas as vezes em que o Conselho Ultramarino acionava os Governadores para deferir sobre as petições dirigidas ao monarca pelos poderes do território acabava, na prática, por reforçar esta mesma centralidade ao fazer com que estes tivessem voz ativa nos processos decisórios que, em princípio, estariam sujeitos à deliberação apenas em âmbito metropolitano. A ação de arbitrar contribuía por estas mesmas razões para a formação de um centro de poder influente em âmbito regional.

5.4 Recapitulação

O exercício de comparação destas constatações com aquelas observadas em outros espaços imperiais pode ser igualmente interessante para fazer um balanço das constatações feitas ao longo do capítulo e que nos ajudaram a problematizar as razões que explicam o protagonismo mais destacado dos governadores em relação aos outros atores do processo comunicativo. Em princípio, os fluxos comunicacionais estabelecidos entre os Governadores de Pernambuco e a Corte parecem-nos bem mais intensos do que quando confrontados, por exemplo, com as cinco ou seis cartas enviadas anualmente pelos governadores das principais colônias sob administração direta da coroa britânica, nomeadamente a Jamaica, Barbados ou a Virgínia²⁶⁷. À partida, esta diferença pode sugerir que a Coroa Portuguesa nutria um interesse maior em relação à governança dos seus domínios na América – de cujas receitas era, aliás, extremamente dependente neste período²⁶⁸ – do que a atenção dispensada pela administração

²⁶⁷ Steele, *The English Atlantic...*, p.317.

²⁶⁸ Reis, Jaime, Palma, Nuno, Freire Costa, Leonor. «The Great Escape? The Contribution of the Empire to Portugal's Economic Growth, 1500-1800». *Working Papers in Economic History*, 13-07. Madrid: Universidad Carlos III, 2013.

central do império britânico às suas principais colônias no mesmo período. E sem contrariar a importância atribuída pela historiografia anglo-americana à figura dos Governadores enquanto principais pontos de contato entre a administração central e os territórios americanos²⁶⁹, seríamos tentados a enxergar, para além de um protagonismo maior dos governadores régios do atlântico luso, diferentes lógicas ou “sentidos” das comunicações. Essa discrepância pode ser atribuída a diversos fatores dos quais destacamos três.

O primeiro, diz respeito às distintas tradições da governança imperial. A começar pelas diferenças institucionais nas atribuições destes agentes num império e no outro. Aparentemente, os do mundo português opinavam sobre variedade muito maior de questões e tomavam parte em quase todas as esferas do governo militar, fazendário e judicial, ao passo que os do mundo britânico, como os de Barbados ou da Virgínia, só interferiam localmente sobre matérias alheias à defesa quando reunidos com os restantes membros do Conselho de Governo²⁷⁰.

Em seguida, é preciso referir que a dimensão dos territórios geridos pelos governantes da coroa inglesa era muito mais reduzida, quando comparada às vastas jurisdições territoriais dos Governadores das capitanias principais da América Lusa, sendo necessário a estes informar não só sobre o que se passava nesta Capitania, mas também em suas anexas, como referimos. Uma das marcas distintivas da administração na América Inglesa é, pelo contrário, a ausência de vinculações jurisdicionais entre as treze colônias ou, dito de outra forma, não há formações políticas anexas umas às outras, traço estrutural que se verifica nos mundos ibéricos²⁷¹. Como fica claro, o crescimento exponencial das comunicações dos Governadores de Pernambuco ao longo do século XVIII também se justifica numa ampliação cada vez mais relevante do raio de ação destes agentes sobre as capitanias subordinadas.

Um terceiro fator pode estar associado à diferença entre o nível ou entre as formas de participação dos governantes e outros interlocutores nas dinâmicas da governabilidade transoceânica. Tal pode ser visto, por exemplo, na diferença entre as práticas peticionárias nos dois impérios, pois a variedade de interlocutores que acionavam a administração central da monarquia lusa era muito maior do que aqueles que, estando na América, despachavam representações para serem resolvidas diretamente em Londres, onde não havia um tribunal ou organismo capaz de absorver a totalidade das petições dos súditos de além-mar²⁷². Esta função

²⁶⁹ Ross, «Legal communications...», p.121.; Steele, *The English Atlantic...*, p.317.

²⁷⁰ Tradução literal para o “Council” que acessorava os governadores de parte do atlântico inglês. Para a estrutura tripartida da administração, ver: Wilkinson, Henry. «The Governor, the Council and Assembly in Bermuda during the first half of the Eighteenth Century». Em *Administrators of Empire*. org. Burkholder, Mark. Ashgate: Andover/Brookfield, 1998. p. 687.

²⁷¹ Ross, «Legal communications...», p.121.

²⁷² Olsen, *Making the empire work...*

era desempenhada na monarquia lusa pelo Conselho Ultramarino. Mas, os seus integrantes nem sempre eram capazes de conhecer, refletir e deferir sobre a aleatoriedade das causas provenientes de um império que se estendia do Índico ao Atlântico. Em alternativa, reencaminhavam volumes maciços de petições, requerimentos e representações aos Governadores na América, chegando este tipo de pedidos a compor a quarta parte das comunicações transoceânicas. Estes agentes eram então acionados para opinar e emitir pareceres sobre os mais variados requerimentos que eram então devolvidos ao Conselho para que este formulasse as Consultas. Com efeito, sendo menor o montante de representações que circulavam entre as margens do Atlântico Inglês, é pouco provável que os Governadores das colônias inglesas tivessem que emitir pareceres sobre as querelas dos colonos de sua jurisdição com frequência semelhante aos das monarquias ibéricas.

Com efeito, as conclusões gerais que podemos tomar de toda esta análise do circuito transoceânico de comunicação são as seguintes. A dimensão das trocas comunicacionais estabelecidas entre o reino e as Capitanias do Norte parece revelar que o contato da Coroa com os territórios das conquistas privilegia a interação mais ativa com certos pontos e agentes específicos, de modo que não há comunicações regulares e constantes com a totalidade dos espaços, e sim com os principais núcleos de governo que, no caso das cinco capitanias, coincidem com as principais praças portuárias. A partir destes núcleos, certos agentes como o Governador de Pernambuco, o Ouvidor da Paraíba e o Bispo de Olinda supervisionam a governação de territórios que extrapolam os limites de suas próprias capitanias e intervêm sobre matérias de governação muitíssimo diversificadas. A intermediação destes agentes era fundamental para organizar a governação numa escala atlântica, equacionando recursos materiais e humanos disponíveis no espaço, dando oportunidade para que as instituições da administração central aproveitassem o reduzido corpo de oficiais periféricos para obter conhecimento sobre espaços de grande dimensão.

No limite, isso nos permite sugerir que certos espaços mais periféricos, com os quais a coroa não mantém comunicação regular, são governados numa escala atlântica a partir da articulação entre a administração central da monarquia e os núcleos secundários de governo na América. No decorrer dos próximos capítulos, discutiremos a questão, mas numa outra escala, observando como dois governos de tamanho desigual, nomeadamente o Governo de Pernambuco e o Governo-Geral do Estado do Brasil interagem entre si e, efetivamente, se projetam sobre o espaço das Capitanias do Norte.

CAPÍTULO 6

Cinco Capitanias entre dois Governos:

Comunicações entre o Governo-Geral, o Governo de Pernambuco e as Capitanias do Norte do Estado do Brasil

“Terá o Capitão-Mor entendido que nenhuma Capitania das do Estado, ou seja Del Rey meu Senhor ou Donatário, é subordinada ao Governo de outra vizinha: e todas são imediatas e sujeitas a este Governo-Geral, por cujo respeito só dele há de aceitar o Capitão-Mor as ordens”
(Capítulo 3 do Regimento Passado pelo Vice D. Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos, aos Capitães-Mores das Capitanias do Estado do Brasil, 1663)¹.

“Sua Majestade, que Deus Guarde, foi servido encarregar-me [com] o Governo destas Capitanias, excetuando-se as do Rio Grande e Paraíba, por estarem sujeitas ao do Brasil, como se vê da minha patente, cuja cópia remeto a Vossas Mercês com esta [carta] para o terem entendido e me darem parte de qualquer sucesso a que convenha acudir daqui com socorro ou com as disposições que me parecerem convenientes ao Serviço de Sua Majestade”
(Carta do Governador Jerônimo de Mendonça Furtado à Câmara de Itamaracá, 09 de Março de 1664)².

A existência de vínculos político-administrativos entre diferentes circunscrições jurisdicionais distingue as formas de organização dos impérios ibéricos na América dos modelos adotados em outras experiências imperiais como a britânica ou a francesa³. Se não há, por assim dizer, colônias subordinadas umas às outras na América Inglesa, a arquitetura institucional das conquistas lusas ou hispânicas na América apresenta características seguramente mais complexas, pois conta com circunscrições jurisdicionais sobrepostas umas às outras. Aquelas de maior dimensão, como os vice-reinos ou governos-gerais, sobrepunham-se aos governos de diferentes províncias ou capitanias que, a seu turno, superpõe-se às escalas municipais e paroquiais de organização política⁴. Diferença marcante do ponto de vista da arquitetura jurisdicional e que se vê igualmente refletida na organização dos circuitos de comunicação política. Por conseguinte, se a circulação das comunicações nas possessões inglesas era quase que inteiramente orientada em mão dupla entre a Europa e a América, nos

¹ DHBNRJ, Vol. 5, p. 375.

² AUC, CA, Códice 31, fl. 211.

³ Ross «Legal communications...» pp.122.

⁴ Elliott, John. *Imperios del mundo atlántico: España y Gran Bretaña en America (1492-1830)*. Madrid: Taurus, 2006.

casos ibéricos, além das conexões transoceânicas, verifica-se a existência de fluxos mais ou menos intensos de comunicação no interior do próprio continente⁵.

No interior da América Portuguesa, os fluxos comunicacionais coexistiram e se interpenetraram – de forma mais harmônica ou mais conflituosa – em diferentes escalas, quer ao nível da cooperação **local** supra ou intermunicipal⁶; quer ao nível **provincial** ou, se preferirmos, no âmbito interno de uma só capitania; quer a um nível superior a estes dois, que poderia ser identificado como a uma escala **continental** como ocorre no âmbito de um Vice-Reino ou Governo-Geral, como referimos. Este arranjo tríplice ganhou contornos ainda mais complexos quando, em diferentes alturas dos séculos XVII e XVIII, algumas capitanias menores ficaram “anexas” ou “subordinadas” aos governos das capitanias de colonização mais antiga, levando ao aparecimento de uma quarta escala de comunicação que se organiza em âmbito **regional** ou, no limite, *supracapitanias*⁷. Tal sucedeu, por exemplo, entre 1658 e 1662, quando Salvador Correia de Sá e Benevides foi agraciado com o posto de Governador da Repartição Sul, e as capitanias do Espírito Santo e São Vicente ficaram anexas ao governo do Rio de Janeiro⁸. Situação complexa e na qual os vínculos com o Governo-Geral do Estado do Brasil não chegaram a ser totalmente rompidos.

A anexação das capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará ao Governo de Pernambuco no *post bellum* é ainda mais complexa, pois decorre menos de uma delegação de jurisdição, do que de uma apropriação historicamente construída à margem das imprecisões contidas no conteúdo dos regimentos e das cartas patentes dos governadores. Por essa mesma razão, a jurisdição sobre estas quatro capitanias foi motivo de prolongadas disputas entre os Governadores-Gerais e os Governadores de Pernambuco e na qual ambos tentaram alargar o seu raio de ação sobre as capitanias menores. O par de excertos apresentados na epígrafe referem desdobramentos destes conflitos pois, de um lado, temos as iniciativas tomadas por governadores-gerais, como o Conde de Óbidos, para tentar desfazer qualquer laço de subordinação das capitanias secundárias ao Governo das Capitanias principais, como Pernambuco, e de outro, uma carta de Jerónimo de Mendonça Furtado, tentando reafirmar os

⁵ Ross, «Legal communications...», p. 122

⁶ No caso, por exemplo, de comunicações estabelecidas entre diferentes Câmaras de uma mesma Capitania. Cf. Moura, «Redes associativas...»; ou entre instituições locais, como confrarias, e os poderes camarários. Cf.: Oliveira, M. «Na confraria e na Câmara: a correspondência entre a Irmandade do Santíssimo do Pilar do Ouro Preto e a Câmara de Vila Rica». *História Revista*, v. 21, n. 1, p. 26-46, 21 set. 2016.

⁷ Expressão cunhada por João Fragoso para referir-se a uma questão diferente, a saber, a forma de organização de grupos sociais auto-identificados como “nobreza da terra”, com ramificações em diferentes capitanias. Mas, para todo os efeitos referimo-nos à escala de comunicação. Fragoso, «Potentados coloniais...».

⁸ Boxer, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta por Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Brasiliense, 1973. Ribeiro, «O Rio de Janeiro pós-repartição sul...». p.104.

vínculos com aquela capitania tal qual entendiam seus antecessores, questão que, só ficou resolvida em 1672⁹.

Num plano comunicacional, os dois exemplos servem para demonstrar que uma mesma Capitania poderia ter que responder não só às instâncias internas de governo como à ação de instâncias externas situadas no próprio espaço americano. Ainda que o raio de ação dos governadores de Pernambuco sobre as Capitanias do Norte tenha sido historicamente construído, ou apropriado, à margem das imprecisões das disposições normativas, ele não pode ser menosprezado, uma vez que as capitanias poderiam ser “anexas” em algumas esferas de governo, como no militar, e não em outras, como no civil. Ademais, como referimos no capítulo 3, as capitanias do Ceará, Itamaracá, Rio Grande e Paraíba foram formalmente anexadas em 1656, 1672, 1701 e 1756, respectivamente, de modo que o raio de ação do Governo de Pernambuco sobre estes espaços ao norte passou a se consolidar de forma legítima.

Por outro lado, podemos dizer que a jurisdição dos governadores-gerais sobre a totalidade das capitanias do Estado do Brasil estava declarada nas patentes e nos regimentos passados desde a nomeação de Tomé de Sousa para o lugar, em 1549¹⁰. Mas, como sugerem alguns trabalhos recentes, a projeção destes agentes sobre o espaço foi progressivamente construída. Em termos jurisdicionais, o conteúdo dos regimentos passou a definir a sua supremacia de forma cada vez mais explícita até culminar no conteúdo do último, passado a Roque da Costa Barreto, em 1677¹¹. Mas, para além do conteúdo normativo, se poderia questionar o quanto desta autoridade se reverte em efetiva capacidade de comando. Autores clássicos da historiografia colocaram dúvidas quanto a essa questão, acreditando que o poder destes agentes quase que se restringia aos limites da capitania da Bahia e de suas anexas¹². Abordagens mais recentes têm problematizado a questão e contribuído para demonstrar que, ao menos na segunda metade do século XVII, os Governadores-Gerais interagiram ativamente com as outras capitanias da América Lusa, controlando o acesso aos postos e ofícios vacantes, despachando ordens, recebendo petições e requerimentos¹³.

⁹ Acioli, *Jurisdição e conflitos...*, p. 82-83.

¹⁰ Cosentino demonstrou, na verdade, que os Regimentos e Patentes dos Governadores-Gerais foram delimitando e aprofundando as cláusulas que enfatizavam a sua preeminência sobre as restantes capitanias do Estado do Brasil desde 1549 até 1678, com o regimento dado a Roque da Costa Barreto. Cf.: Cosentino, «Hierarquia política e poder no Estado do Brasil...», p. 527.

¹¹ Cosentino, «Hierarquia política e poder no Estado do Brasil...», p. 515-543.

¹² Veremos isso mais adiante em detalhes. Basta, por enquanto, mencionar que essas interpretações marcaram os trabalhos de Caio Prado Júnior e de Dauril Alden.

¹³ Cosentino, «Hierarquia política e poder no Estado do Brasil...»; Araújo, «Práticas políticas e governação no império português...», p. 195.

Estas questões preliminares traçam o plano de fundo da discussão apresentada no decorrer deste sexto capítulo, no qual problematizamos o fenômeno da dupla sujeição das capitâneas secundárias, bem como a projeção dos Governadores-Gerais e dos Governadores de Pernambuco sobre o conjunto das cinco Capitâneas do Norte do Estado do Brasil em perspectiva comparada. O capítulo encontra-se dividido em três tópicos. No primeiro, concentramo-nos em explorar os condicionamentos materiais da comunicação estabelecida entre a Bahia, Pernambuco e as restantes Capitâneas do Norte do Estado do Brasil, aferindo as distâncias, os meios disponíveis para superá-las. Atentamos ao modo como as limitações impostas por estes condicionamentos acabam por potenciar ou restringir a frequência dos contatos estabelecidos por cada um dos dois Governos com as diferentes capitâneas. Como veremos, a questão da distância é especialmente relevante para justificar a anexação do Rio Grande à Capitania de Pernambuco em 1701, da mesma forma que o regime de navegação pela costa parece-nos decisivo para que o Governador-Geral não disputasse jurisdição com os de Pernambuco sobre o Ceará. Em seguida, e aferindo o impacto dos condicionamentos materiais sobre a comunicação política estabelecida entre os dois Governos e as diferentes Capitâneas, analisamos as transformações nos ritmos e padrões de comunicação estabelecidos entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, aferindo os espaços de comunicação bem como os interlocutores acionados no terreno. No terceiro e último tópico, exploramos os padrões da comunicação bilateral estabelecida entre os Governadores de Pernambuco e os Governadores-Gerais, aferindo os ritmos e os sentidos da comunicação, concluindo-o com uma análise sistemática das relações políticas através da consideração das principais tipologias de assuntos tratados na correspondência.

6.1 Distância e condicionamentos materiais da comunicação

O nível de integração interna de uma formação política pode ser dimensionado pela capacidade de comunicação entre os diferentes espaços. Se pretendemos comparar os condicionamentos materiais de integração das cinco capitâneas à cabeça do Estado do Brasil e à Capitania de Pernambuco, é preciso considerar três eixos de conexão, a saber: entre Salvador e cada uma das Capitâneas do Norte; entre Pernambuco e as mesmas capitâneas; e por fim no próprio interior da Capitania de Pernambuco. O sentido de analisar os três em conjunto é o de que, os meios disponíveis para vencer as distâncias, eram quase sempre os mesmos.

Mas, além das distâncias físicas entre as localidades, é preciso atentar a outros fatores ligados à variedade de estruturas materiais disponíveis para encurtar o tempo de transposição dos espaços, tais como estradas, rios, pontes, balsas, mas também aos serviços postais e ao tráfego comercial¹⁴. A existência, conservação e aproveitamento dessas estruturas poderiam moldar as configurações do espaço político e condicionar a frequência de contatos entre os diferentes territórios considerados na análise. Repare-se, por exemplo, que as grandes dificuldades de comunicação entre a Bahia e o Maranhão – dificultada em terra pelos vastos sertões não conquistados aos habitantes originais e no mar pelo regime desfavorável dos ventos e correntes – levaram a Coroa a criar ali um governo apartado da jurisdição do Governador-Geral do Estado do Brasil¹⁵.

6.1.1 *Os limites da integração territorial*

Em outras experiências imperiais, como na América Hispânica, nos deparamos com a existência de rotas terrestres interligando os principais centros administrativos às povoações mais distantes, tais como as que conectavam a Cidade do México à zona portuária de Veracruz ou a cidade de Lima às minas de Potosí e de lá até o porto de Buenos Aires. Uma vez que os recursos econômicos de maior importância como o ouro, a prata ou o mercúrio estavam no interior dos territórios e em lugares distantes das praças portuárias, o esforço de estabelecimento dessas rotas pretendia facilitar tanto os fluxos comerciais de longa distância, quanto a mobilidade terrestre de ministros e oficiais da administração, representando os “únicos laços reais que davam unidade ao império americano”, nas palavras de Murdo Macleod¹⁶. Mas, é também verdade que os espanhóis aproveitaram um sistema de estradas já consolidado pelos povos indígenas, principalmente na região andina¹⁷. Já no conjunto das possessões francesas da América do Norte, a ausência de sistema semelhante foi compensada pelo aproveitamento da extensa rede fluvial e lacustre, que permitia o tráfego constante de pessoas, bens, informações

¹⁴ Banks, *Chasing Empires across the sea...*, p. 66.

¹⁵ Magalhães, Joaquim Romero. «A construção do espaço brasileiro». Em: *História da Expansão Portuguesa*. v2. orgs. Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p.29.

¹⁶ Macleod, Murdo J. «Aspectos da economia interna da América Espanhola Colonial: Mão de Obra, Tributação, Distribuição e Troca». Em *História da América Latina: A América Latina Colonial*. Vol.II. org. Bethel, Leslie. São Paulo: EDUniversidade de São Paulo, 2008, p. 254.

¹⁷ Given-Wilson, Chris. «Bureaucracy without alphabetic writing: governing the Inca Empire». Em *Empires and bureaucracy in World History: from Late Antiquity to the Twentieth Century*. eds. Crooks, Peter & Parsons, Timothy H. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

e assegurava a ligação entre os principais centros políticos, como Montreal, e as regiões mais afastadas¹⁸.

Entre a Bahia e as Capitanias do Norte, os entraves naturais encontrados eram comparativamente maiores. De um lado, não havia, como no Peru, uma estrutura permanente e ordenada de estradas que fosse anterior à chegada dos Europeus, e tampouco houve esforços coordenados para as construir até avançado século XVIII. Ainda que mapas detalhadíssimos do período da ocupação holandesa, como os de Margraf¹⁹, façam referência aos incontáveis caminhos de terra batida, sua abrangência territorial era limitada ao interior de cada capitania, aonde, compondo-se como um emaranhado completamente desordenado de vias terrestres criadas em resposta à necessidade de interligar os engenhos e as freguesias rurais aos escoadouros litorâneos mais imediatos. Entre o Recife e Penedo, a cartografia do período neerlandês regista a existência do “Caminho do Conde” e do “Caminho do Camarão” que, bem ou mal, poderiam estabelecer uma via de interligação num eixo norte-sul. A par dos caminhos registados pela cartografia, sabe-se que, ao menos uma vez ao ano, grande quantidade de gado era comboiada, pelo litoral, desde Penedo até o Recife, passando por Alagoas, Porto Calvo e Sirinhaém, sendo esta uma provável oportunidade para a troca de missivas entre aquelas vilas e os governadores e que também sugere a existência de caminhos até então não cartografados²⁰. Este trajeto parece ser registado no início do século XIX, no *Guia de Caminhantes* de Anastácio de Santana, que assinala um caminho litorâneo entre o Recife e Penedo que passava pelo Pontal de Nazaré, Sirinhaém, Porto Calvo, Santa Luzia do Norte e Alagoas do Sul²¹.

Para cima, entre Pernambuco e as capitanias ao norte, Gabriel Parente identifica a existência de vários caminhos de interligação por via terrestre e que foram desenvolvidos, provavelmente, para responder à necessidade permanente de comboiar as boiadas. Pela costa, ele refere a “estrada velha”, que ligava o Recife até São Luís do Maranhão, passando pela Paraíba, Natal, Aracati, Aquiraz e Fortaleza²². A partir do século XVIII e pelos sertões, Pernambuco, a Paraíba e o Ceará eram interligados pela “estrada das boiadas” e pela “estrada do Jaguaribe”, cujo ponto de interseção era a vila de Icó, fundada em 1738²³.

Mas, mesmo no interior da Capitania de Pernambuco, ao menos na segunda metade do século XVII, é provável que as rotas terrestres de interligação estivessem no início de um

¹⁸ Banks, *Chasing Empire across the sea...*, p. 89.

¹⁹ Veja-se as figuras 5 e 6, no capítulo 3.

²⁰ Curvelo, «O senado da câmara...», p. 119-120.

²¹ http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart325616/cart325616.htm

²² Nogueira, «Fazer-se nobre nas fimbrias do império...», p. 71-72.

²³ Nogueira, «Fazer-se nobre nas fimbrias do império...», p. 71-72.

processo formativo que acompanhou a expansão pecuária e só viria a se consolidar no decorrer do século XVIII²⁴. A descoberta dos veios auríferos em Minas logo despertou atração das redes comerciais, e já a partir da década de 1730, vários autores dão conta de caminhos abertos nos sertões que, margeando o Rio São Francisco, ligavam a capitania de Pernambuco à das Minas, passando antes pela Comarca de Jacobina, na Bahia²⁵. Um destes caminhos é representado por Anastásio de Santana como uma “estrada real” que ligava, pelo Agreste, a freguesia de Santo Amaro de Jaboaão até Penedo, e continuava na outra margem do rio, passando pela capitania de Sergipe D’El Rey até Salvador.

Numa parte ou na outra, estes caminhos eram de terra batida e, pela mesma razão, não estavam disponíveis ao trânsito em todas estações do ano. Em 1729, por exemplo, Duarte Sodré deu conta ao Conselho Ultramarino que o atraso na expedição das frotas deveu-se a “grandes temporais que houve, que foram tais que as águas levaram as pontes e impediram os caminhos, de sorte que nem por mar e nem por terra se podiam conduzir as caixas de açúcar”²⁶. Quando tentou contabilizar os efetivos das Ordenanças da Capitania de Pernambuco, em 1746, D. Marcos de Noronha e Brito deparou-se com as chuvas e com as cheias dos rios no sul de Pernambuco, que lhe impediram de obter as informações necessárias a todas as freguesias da vila das Alagoas, cabeça da Comarca, e de Penedo do Rio São Francisco²⁷.

Tampouco existia uma rede fluvial suficientemente abrangente que compensasse a precariedade das ligações terrestres e permitisse a interligação vertical, num eixo Norte-Sul, pois a maior parte dos rios então existentes entre o Cabo de São Roque e Bahia de Todos os Santos encontra-se horizontalmente posicionada, num eixo Leste-Oeste. A costa de Pernambuco, entre o canal de Santa Cruz, ao norte, e o Rio São Francisco, ao sul, era entrecortada por quase trinta rios que correm do interior do continente para o Atlântico²⁸. Outro entrave, além do posicionamento geográfico, é que quase não havia pontes para transpor esses rios²⁹, de modo que a passagem era feita em pontos específicos através de canoas, barcas e balsas, ou em vaus que podiam ser atravessados a pé durante a maré baixa³⁰. Cada ponto de

²⁴ Cf.: Bonifácio, Hugo. «Das rotas que levam às Minas...», pp.71-89.

²⁵ Mello, José Antonio Gonsalves de. *Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano (1738-1802)*. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

²⁶ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 39, D. 3492.

²⁷ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 63, D. 5373. No quadro em que apresenta os efetivos de cada vila, ele registra em Alagoas e Penedo que “pela cheia do rio não veio a Relação”.

²⁸ ICP, p. 474-475.

²⁹ A maior parte estava concentrada no espaço urbano, entre Olinda e Recife. Cf: Souza, George F. Cabral de. «Recife post bellum: calles, rios y puentes de una ciudad de la America Portuguesa». (Eds.). *De urbe indiana: ensayos sobre ciudades y urbanismo en Brasil y en la América Hispana*. ed. Gómez, Júlia Sánchez y Pérez, José Manuel Santos. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 2010.

³⁰ Uma carta topográfica da enseada de Jaraguá, datada de 1757, registra a existência de um desses pontos de passagem entre a enseada de Jaraguá e o canal que desagua no encontro das lagoas Mundaú e Manguaba, referindo

passagem era arrendado pela Fazenda Real a particulares que, a seu turno, cobravam certos valores dos transeuntes pela travessia. Em Pernambuco, no ano de 1655, encontramos menção ao arrendamento de **16** desses pontos de passagem entre os rios de Maria Farinha, ao norte, e o de Rio São Francisco, ao sul³¹. E vale acrescentar que o estado de conservação dessas embarcações nem era sempre adequado, como não era particularmente ágil e empenhado o serviço prestado pelos barqueiros, de modo que as travessias, além de perigosas, podiam ser demoradas³². Portanto, e ao contrário do potencial integrador da hidrografia que é destacado por vários autores para quase todas as outras partes da América Portuguesa³³, nas Capitanias do Norte, mais do que promover a integração, a disposição geográfica dos rios acabava por dificultar a conexão entre as cinco capitanias e a Bahia, mas também impunha entraves à integração interna que se fazia entre Olinda/Recife e as partes meridionais da capitania, de um lado, e as capitanias ao norte, de outro.

Para além da paisagem natural e da paisagem cultural, importa ainda considerar a conexão territorial através dos organismos institucionais especialmente designados para o transporte dos papéis e da correspondência através do espaço. Referimo-nos especificamente aos serviços postais ou às estruturas encarregadas do transporte oficial de correspondências. Na Nova Espanha, por volta de 1730, um serviço semanal de correio operava entre a Cidade do México e o porto de Veracruz, e um outro com periodicidade mensal atuava entre a mesma

a “*Canoa em q passa a gente q vam para as Povoacoes das dittas Alagoas*” bem como a “*Caza do passageyro*”³⁰, informação que sugere ter este homem uma residência próxima para atender à demanda dos passageiros. Silva, Maria Angélica, Muniz, Bianca M. e Menezes, Catarina «A. Caminhos das águas, caminhos de terra: trilhando o território alagoano através dos mapas nos primeiros séculos coloniais». *Anais Do Museu Paulista* São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p.51. Outra fonte, já de 1665, regista a existência de uma “barca” na passagem do Rio São Francisco. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 8, D. 762.

³¹ As passagens estavam localizadas nos seguintes sítios: Maria Farinha, Rio dos Afogados, Rio Jangada, Pontal de Nazaré, Pontal de Camboa, Rio Maracáipe, Barra de Sirinhaém, Rio Formoso, Rio Una, Rio de Porto de Pedras, Rio de Tatuamunha, Rio Camaragibe, Rio Santo Antônio Grande, Passagem da Lagoa do Norte e do Sul, Rio de São Miguel e, por fim, a passagem do Rio de São Francisco. 15/08/1655. AHU, Pernambuco Avulsos, Caixa 6, D. 544.

³² Como se vê no relatório apresentado por Adriaen van Bullestrate aos agentes da WIC em 1642. Bullestrate regista que na passagem do Rio Sirinhaém “que nos meses de inverno corre com muita força, encontrei uma péssima canoa na qual os passageiros são transportados com muito perigo. É necessário colocar-se uma balsa ou barco nesse lugar para serviço dos passageiros, dos cavalos e dos animais”. Passando pelo Rio Una, adiante, em direção a Porto Calvo, o diretor menciona que “o barcaceiro da passagem é um português de quem muitos se queixam os neerlandeses e também os soldados”, pois “ficam eles dias inteiros ou meios dias sem ter quem os transporte e quando o faz é em uma jangada, como eu memso, com o comboio, fui transportado com perigo”. Indo a Penedo de barco e subindo de volta para as Alagoas, Bullestrate refere ainda que na passagem do Rio São Miguel, “encontramos aí um mulato, encarregado da barca de passagem”, a “quem se tinha encarregado um escravo negro. Não o encontramos a princípio, depois apareceu e não tinha para serviço senão uma péssima canoa e uma embarcação minúscula”. Cf.: “Relatório de viagem ao sul de Pernambuco por A. van Bullestrate (1642)”. In: **FHBH vol. II**: A administração da conquista. Recife: CEPE, 2004.p. 154.

³³ Cf.: Obras clássicas: Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957; Holanda, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2ª ed.. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; Russell-Wood, *The Portuguese Empire...* pp. 55-56;

capital e a Guatemala³⁴. Nas treze colônias inglesas, os esforços de implementação de um correio terrestre remontam ao ano de 1692, quando este viajava entre as principais cidades com periodicidade semanal³⁵, e anos mais tarde, entre 1753 e 1774³⁶, o serviço foi aprimorado ao ponto de garantir conexões entre Nova York e a Filadélfia três vezes por semana³⁷.

No caso da monarquia portuguesa, até finais do século XVIII, os serviços postais estavam sob a responsabilidade do Correio-Mor do Reino e do Correio-Mor das Cartas de Mar, cargos cedidos em propriedade à família Gomes da Mata desde os anos de 1606 e 1657, respectivamente³⁸. A abrangência destes serviços, ainda que limitada, limitava-se ao próprio reino e às comunicações transoceânicas, de modo que o Correio-Mor jamais chegou a desenvolver correios de terra na América Portuguesa, isto é, que servissem à comunicação entre as diferentes capitanias e no interior de cada uma.

Há, inclusive, referências à resistência dos poderes locais quando das tentativas de implementação de semelhantes serviços por parte da Coroa e do Correio-Mor. Logo no início da década de 1690, este último apresentou interesse ao Conselho Ultramarino de nomear um Assistente para lhe representar e atuar na Capitania de Pernambuco. Os conselheiros seguiram a opinião de que, pelos regimentos passados, o detentor do cargo tinha o direito de fazer a tal nomeação, mas, por outro lado, manifestou preocupação em efetivá-la, citando o caso dos súditos da Bahia, onde

“foi muito mal recebida a introdução destes officios pelos povos, julgando-a tão violenta que a encontraram com um grande clamor, chegando a negar-lhe a posse dele com repugnância quase simultânea, com o pretexto de lhes ofender a liberdade que aí tinham, e que os privavam das vias de terem com mais pressa os avisos, assim nos seus negócios como nos particulares de cada um”³⁹.

Com efeito, a introdução de um sistema postal era vista como um grande atentado às “liberdades” dos povos, justamente por terem que pagar pelos serviços e ficarem condicionados aos às rotinas colocadas pelo próprio oficial, por conseguinte, a uma menor rapidez no despacho das comunicações. A decisão final do Conselho, foi a de que o assistente poderia ser nomeado exclusivamente para as cartas do mar e apenas com “jurisdição nas cartas que forem deste reino, e que esta não se estenderá nas que forem dos portos do Brasil e de Angola para aquela

³⁴ Sellers-García, *Distance and documents...*, p.82

³⁵ Johnson, Richard R. «Intra-imperial communications, 1689-1775». Em *A companion to the American Revolution*. ed. Greene, Jack P.; Pole, J. R. Massachusetts: Blackwell, 2000. p. 16.

³⁶ Período no qual Benjamin Franklin serviu como *Deputy Postmaster General of The Colonies*.

³⁷ Johnson, Richard R. «Intra-imperial communications...», p. 16.

³⁸ Guapindaia, Mayra. « Comunicação e poder: a implantação do Correio Marítimo de 1798 e as respostas dos governos da América Portuguesa », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Débats, mis en ligne le 11 décembre 2017.

³⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx.16, D. 1600, fl.3-3v.

conquista pelo grande prejuízo que se pode seguir em retardar a entrega delas”⁴⁰. Sequer as ligações internas, por via terrestre, aparecem como uma preocupação, mas apenas a comunicação entre as capitanias.

Anos mais tarde, em 1738, o Correio-Mor do Reino dirigiu um requerimento mais específico e que foi remetido à apreciação do governador de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire, por onde pretendia estabelecer um “correio-mor que servisse para toda esta Capitania”, para as “cartas de mar e de terra”⁴¹. Frente ao pedido, o mesmo Governador decidiu consultar as Câmaras do Recife e de Olinda para informassem das conveniências de se criar o cargo. Nas respostas, ambas demonstraram grande relutância. Os edis do Recife, impugnaram a proposta alegando que o ofício não era “de utilidade para este povo” e “antes lhe serve de vexame e opressão, pois sempre esta Capitania desde a sua fundação se conservou sem este encargo”, sendo “costume antigo deste povo não haver correio, cujo costume nos compete defender”⁴². Além do mais, para eles, não fazia sentido começar por estabelecer o correio por Pernambuco “que vem a ser uma quarta parte desta América”, sem que houvesse antes a sua criação na Bahia, “cabeça deste Estado [do Brasil]”⁴³. Os argumentos da Câmara de Olinda seguem o mesmo sentido, mas explicitam de forma mais evidente os prejuízos econômicos para o proprietário e para os povos da capitania. Para eles, a criação do cargo era irrelevante, a começar pela incapacidade de estabelecer um controle sobre o fluxo de cartas, pois “haver Correio-Mor não impedia nem evitava a malícia, conveniência ou cumplicidade dos que pretendessem haver a si as cartas que lhes parecer”, pois o dito oficial “não pode obviar por não conhecer as pessoas que as pretendem, nem o porte de cada uma pode obstar por ser tão diminuto”. Acrescentavam ainda a miséria com que “se acha esta terra reduzida a um deplorável estado, assim pelos contratempos que experimenta, como pelo pesado ônus com que se acha de contribuir à Vossa Majestade” com os valores do “Donativo [para o Casamento dos Príncipes], dos quais ainda nem a metade se acha satisfeita”⁴⁴.

Os casos servem para ilustrar que o estabelecimento de correios institucionais, isto é, suportados pela monarquia nos territórios da América, foi visto com grandes reservas até finais do século XVIII. Para além das questões econômicas, os interesses locais descreditavam a eficácia do serviço para o transporte das comunicações e apresentaram resistência às – aliás,

⁴⁰ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx.16, D. 1600, fl.3v.

⁴¹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx.52 D. 4541, fl.1 e 2.

⁴² AHU, Pernambuco Avulsos, Cx.52 D. 4541, fl.1,

⁴³ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx.52 D. 4541, fl.1,

⁴⁴ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx.52 D. 4541, fl.2.

poucas – tentativas de sua implementação, preferindo, de resto dar continuidade ao emprego de escravos ou de mensageiros particulares para o envio das missivas.

6.1.2. *Vencendo as distâncias internas: navegação costeira e ligações terrestres*

Portanto, diante da ausência de uma estrutura de redes fluviais ou de estradas suficientemente abrangentes e mesmo de instituições especificamente voltadas ao transporte interno de correspondências, somos levados a questionar quais as alternativas disponíveis na Bahia, em Pernambuco e nas restantes Capitanias para responder aos desafios colocados pela paisagem, pela distância e pelos custos associados ao envio de correspondências.

Richard Johnson sugere que uma das melhores formas de se compreender os obstáculos e as oportunidades colocados às comunicações na época moderna é a de se tentar imaginar “um mundo de oceanos separados por terra” ao invés de um “mundo de terra separado por oceanos”⁴⁵. Os núcleos políticos aqui considerados estavam no litoral, de modo que a precariedade das estradas ou a indisponibilidade de vias fluviais tornava o transporte marítimo o mais ágil e eficiente meio de interligar Salvador ao Recife e cada um destes portos com os restantes espaços considerados. É o que se pode ilustrar, por exemplo, numa carta escrita por D. Marcos de Noronha e Brito ao Cardeal da Motta, em 1746, quando tentou justificar o atraso na partida da frota, dizendo que “a maior parte dos açúcares com que se faz a carga desta frota **são conduzidos por mar**”, e “para chegarem a tempo conveniente a esta praça [do Recife] é preciso que os ventos lhe sejam favoráveis e os que se conduzem por terra também necessitam que o tempo esteja capaz, porque se chove perdem-no”⁴⁶.

Despachar informações e certas mercadorias por terra era tanto mais caro quanto mais arriscado do que o fazer por mar. E, mesmo assim, o transporte marítimo tinha suas limitações. Entre Pernambuco e a Bahia, a troca de comunicações político-administrativas aproveitava-se largamente dos fluxos da navegação costeira. Em condições favoráveis, a viagem entre Recife e Salvador poderia levar entre 4 e 5 dias, e o percurso inverso entre 10 e 12 dias⁴⁷. Como pontuou Hugo Araújo, este tempo poderia ser maior, a considerar outros fatores como “as condições de navegação, a quantidade de embarcações (bem como o estado de conservação das

⁴⁵ Johnson, «Intra-imperial communications...», p. 14.

⁴⁶ AUC, CA, Códice 35, fl.107v-108. Negrito nosso.

⁴⁷ Russell-Wood, *The Portuguese Empire...*, p. 34. Araújo, «A Construção da Governabilidade...», p. 135. O percurso seguido por Adriaen Bullestrate, em 1642, mostra que a distância entre Porto Calvo e o Rio de São Francisco poderia ser vencida, em finais de dezembro, ao cabo de um dia e meio de viagem. Bullestrate, *Op. Cit.* p. 164.

mesmas) e ainda a habilidade dos pilotos e mestres de navios”⁴⁸. É natural, por exemplo que um comboio de embarcações mercantes abarrotado com mercadorias viajasse mais lentamente que uma única embarcação que não tivesse de acompanhar o passo das restantes. Esta é uma das razões para a adoção dos paquetes de correio em finais do século XVIII⁴⁹. Mas, o maior problema é que a navegação costeira, assim como a navegação de longa distância, obedecia a um calendário específico e que estava associado aos regimes de ventos e correntes marítimas. As monções favoráveis para descer a costa, em direção ao sul, ocorriam entre o início da primavera e o fim do verão, portanto, entres os meses de setembro e março, ao passo que a navegação no sentido inverso era favorecida entre o início do outono e final do inverno, portanto, entre março e agosto⁵⁰.

À partida, as comunicações aproveitavam largamente a navegação de cabotagem, entre Recife e Salvador. Para ilustrar a dimensão do tráfego comercial, basta referir que entre 1647 e 1648 os agentes a serviço da Companhia das Índias Ocidentais apresaram 220 embarcações na costa entre Pernambuco e a Bahia⁵¹. Cem anos mais tarde, 1749, existiam pelo menos 75 embarcações matriculadas só no porto do Recife⁵². Embarcações comerciais de maior ou de menor porte, tais como sumacas, brigues, lanchas, charruas e patachos são recorrentemente mencionadas na correspondência trocada entre os governadores de Pernambuco e os governadores-gerais⁵³. O tráfego comercial entre os dois portos também beneficiava a comunicação estabelecida entre o Recife e as vilas meridionais de Pernambuco. Mas havia também navegação direta entre estas vilas e o Recife, sendo referida em diversas correspondências trocadas com os governadores e mesmo na documentação camarária de algumas delas⁵⁴.

⁴⁸ Araújo, «A Construção da Governabilidade...», p. 133-134.

⁴⁹ Guapindaia, «Comunicação e poder...»

⁵⁰ Alencastro, *O trato dos viventes...*, p. 57. Outros autores como Russell-Wood referem que os meses favoráveis seriam entre Outubro e Abril para descer a costa, e Abril e Outubro para subir. Russell-Wood, *Op. Cit.*, 1998, p. 35. Araújo, «A Construção da Governabilidade...», p. 135.

⁵¹ Boxer, Charles R. *The Dutch in Brazil (1624-1654)*. Oxford: Claredon Press, 1957, p. 280-289. Apud: Araújo, «A Construção da Governabilidade...», p. 132.

⁵² Sendo cinco patachos, quatro corvetas, quatro galeras, três bergantins, uma lancha e 56 que são descritos como “barcos” de tonelagem muito variada. *ICP*, p. 431-433.

⁵³ Várias cartas começam indicando o meio de envio das correspondências. Poderíamos citar inúmeros casos. Numa carta escrita por Alexandre de Sousa Freire a Bernardo de Miranda Henriques, ele refere “Senhor meu e Amigo tenho respondido a Vossa Senhoria a todas as suas cartas por uma Sumaca”. Respondendo a uma carta de Francisco Castro Morais, em 1705, o Governador-Geral D. Rodrigo da Costa refere que “com a chegada da *sumaca dos azeites* [...] recebi as cartas de vossa senhoria em resposta das que lhe havia escrito pela dita embarcação”. Itálico nosso. *DHBNRJ*, vol. 39, p. 228.

⁵⁴ Na resposta que deu a uma carta da Câmara das Alagoas, em 1672, Fernão de Sousa Coutinho menciona enviar uma série de virtualhas, “neste barco”, indicando aí o meio de transporte das missivas. *AUC, CA, Cód. 31, fl.276*. Em 1690, o governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho respondeu a uma carta da Câmara das Alagoas, informando dentre outros assuntos que “no primeiro barco que partir remeterei os sete quintais de ferros para as grades da cadeia dessa vila” e, dois dias depois, respondeu a uma carta do Sargento-Mor da vila do Penedo

Por outro lado, é provável que os portos da Paraíba, do Rio Grande e do Ceará não tivessem vitalidade comercial comparável à do Recife. A comunicação entre a Bahia e essas capitanias, apesar de mencionada, nem sempre podia ser feita de forma direta. Muitas vezes as comunicações eram enviadas primeiro para Pernambuco e de lá remetidas à Bahia⁵⁵ ou, quando remetidas de Salvador, chegavam ao Recife e eram depois redistribuídas para as restantes capitanias⁵⁶, e tal como observamos nos circuitos transoceânicos, a Secretaria de Governo de Pernambuco podia funcionar como uma espécie de “hub” para a circulação de comunicações entre a Bahia e as cinco capitanias.

Alternativamente ao tráfego comercial, encontramos referência a outras embarcações. Há menção recorrente⁵⁷ a uma “Fragatinha dos Padres da Companhia [de Jesus]”, que servia “de transporte para os Provinciais e visitantes daquela religião”, e que circulava periodicamente entre os portos do Estado do Brasil⁵⁸. Vemos esta embarcação servir ativamente às comunicações entre o Governo-Geral e Pernambuco, mas também ao contato com as capitanias de Itamaracá⁵⁹, Paraíba⁶⁰ e do Rio Grande⁶¹. O único destino não mencionado é o Ceará, para onde o regime de ventos e correntes marítimas da costa Leste-Oeste dificultava quando não impedia os contatos marítimos⁶².

Sabemos que a navegação de cabotagem também atendia aos contatos entre Pernambuco e as outras capitanias ao norte, especialmente com a Paraíba e Rio Grande⁶³. O tempo de navegação entre os portos dessas capitanias era razoavelmente curto. Em condições favoráveis, a viagem entre o Recife e o Rio Grande podia ser feita em pouco menos de dois dias⁶⁴, ao passo

informando que também enviava “na primeira ocasião de barco” os ferros para a cadeia daquela vila. AUC, CA, Cód. 31, fl. 489, 489v. Cf.: Curvelo, «O senado da Câmara...» 2014.

⁵⁵ DHBNRJ, vol. 10, p. 91-92. Carta ao Capitão-Mor da Paraíba. 22/07/1673. Nela, diz o Governador-Geral: “Recebi a carta de Vossa Mercê de 20 de Maio havendo se me feito entrega do maço que Vossa Mercê me enviou por via de Pernambuco”. DHBNRJ, vol. 10, p. 91-92.

⁵⁶ Numa carta ao Provedor da Paraíba, declara o Conde de Óbidos refere que “a ordem que nesta se acusa se remeteu já a Vossa Mercê por via de Pernambuco”. DHBNRJ, vol. 9, p. 187.

⁵⁷ A “fragatinha” aparece em ao menos 114 registros de um total de 1636, contabilizados em nossa base, o que indica ser um meio de transporte das comunicações muito recorrente.

⁵⁸ DHBNRJ, vol. LIV, p. 193. Despacho do Marquês de Angeja à fragatinha dos padres da companhia. Bahia, 07 de janeiro de 1717.

⁵⁹ DHBNRJ, vol. 85, p.221-222.

⁶⁰ DHBNRJ, vol. 40, p. 95; vol 85, p. 204.

⁶¹ DHBNRJ, vol. 39, p. 82-83, 163-164.

⁶² Boxer, *The Golden Age of Brazil...*, p. 273-274.

⁶³ Uma “Relação dos portos em que comerciam os moradores de Pernambuco”, datada de 1749, menciona comércio ativo entre o Recife e os portos de “Camocim, Ceará, Mundaú, Jaguaribe e Açú”. ICP, p. 482-483.

⁶⁴ Tomamos por referência aquilo que o soldado Peter Hansen Hajstrup. Hansen registou em seu diário que zarpando do Recife em 27 de Abril “às quatro horas da manhã, e, no outro dia, às duas da tarde, chegamos ao Rio Grande, percorrendo uma distância de 60 milhas no barco de Dirck Wittepaert”. 62-63.

que o retorno, em condições **desfavoráveis**, podia levar entre quatro ou cinco dias⁶⁵. Tal como na correspondência com os governadores-gerais, sabemos que este fluxo de navegação favorecia a circulação das comunicações políticas no território. Escrevendo ao Capitão-Mor do Rio Grande em maio de 1672, o governador Fernão de Sousa Coutinho menciona fazer resposta à “carta que vossa mercê me escreveu pelo barco”, esperando apenas a sua partida para remetê-la junto com uma guarnição de 20 homens e um sargento para a defesa do forte dos Reis Magos⁶⁶.

Mesmo no caso específico das comunicações com o Ceará ao longo de toda a segunda metade do século XVII, quando este enclave ainda não absorvia grandes fluxos comerciais, a Provedoria da Fazenda fretava um barco que zarpava do Recife, uma única vez ao ano, o “barco da muda”, assim chamado pois o seu principal objetivo era o de transportar os soldados pagos que se revezavam – ou que iam “mudar” – na guarnição da fortaleza, bem como os mantimentos, botica, fardas e soldos do seu sustento, além de, obviamente, cartas e outras disposições normativas dos governadores de Pernambuco⁶⁷. Em 1654, numa carta que o governador Francisco Barreto de Meneses enviou a Álvaro de Azevedo, capitão-mor do Ceará, refere que aquela capitania “fica mui distante desta de Pernambuco e não pode haver comunicação com ela senão com as monções dos ventos”⁶⁸. Indicando, portanto, um outro agravante, a saber, as condições naturais que ditariam, além dos custos, o contato entre as duas capitanias. Diante da dificuldade de abastecer e governar uma capitania distante, era necessário, como em diversas circunstâncias, procurar soluções no próprio espaço local. Na mesma carta, o governador reconhecia que poderia “suceder faltarem os mantimentos para o sustento da infantaria que vai assistir de guarnição”, sendo necessário ao Capitão-Mor procurar “tomar das pessoas que tiverem redes os bastimentos [sic] necessários para assistir a dita infantaria”⁶⁹.

Seja como for, apesar de a navegação costeira ser o meio mais seguro e veloz para empreender as comunicações entre as capitanias, ela só era viável em determinados meses do ano e estava condicionada à disponibilidade de embarcações. Diante disso, chegamos mesmo a ver que embarcações de pequeno porte poderiam transportar comunicações urgentes. Na altura da primeira sublevação do Recife, durante as Alterações Pernambucanas, a Câmara de Olinda e o Bispo, então governador interino, enviaram uma jangada à Salvador para dar aviso ao

⁶⁵ O mesmo soldado regista que “a 5 de maio, saímos do Rio Grande no barco de Dirck Wittepaert. No mar, tivemos uma grande tempestade com trovões. A 7 do dito, chegamos à Paraíba, onde ficamos três dias. A 11 do dito, saímos da Paraíba à cidade do Recife. A 13 do dito chegamos ao Recife”. p. 63.

⁶⁶ AUC, CA, Códice 31, fl. 263v.

⁶⁷ AUC, CA, Códice 31, fls. 121v, 129, 189v, 288, 363, 389v, 426v.

⁶⁸ AUC, CA, Cód. 31, fl. 14

⁶⁹ AUC, CA, Códice 31, fl. 14.

Governador-Geral⁷⁰. Em setembro de 1713, durante uma sublevação de índios na Capitania do Ceará, o governador Félix Machado ordenou ao Provedor de Pernambuco para que mandasse aprontar duas jangadas para que fossem enviadas ao Capitão-Mor daquela Capitania dentro do barco da muda, “por se assentar em junta das missões a necessidade delas para avisos de estado em que estão os índios levantados”⁷¹. Duas semanas depois, o barco foi despachado com as duas jangadas e com um aviso ao Capitão-Mor para que com elas “vossa mercê me faça de pronto o aviso que necessitarem delas e também será conveniente que estes se segurem vindo outros [avisos] por terra e os que não tiverem muita pressa **não** virão nas jangadas por que ao depois não façam muita falta quando sejam necessárias”⁷².

Pela carta de Félix Machado, fica claro que as jangadas deveriam servir apenas em situações de urgência. Mas, talvez pela falta de segurança, era necessário diversificar as formas de envio e, com efeito, despachar também os avisos por terra, transportados pelo que se chamava, à época, de “*correios*”⁷³. Estes “correios” em nada se relacionam com os serviços postais disponíveis no Reino, como mencionamos anteriormente, mas eram, na verdade, emissários que portavam cartas ou ordens, a pé ou à cavalo. Da mesma forma com que as elites locais demonstraram sérias resistências à instalação de serviços postais, a Coroa também se preocupou em assegurar que eles não fossem estabelecidos nas capitanias sem consentimento do Correio-Mor no Reino. Foi assim que o Conselho Ultramarino expediu uma ordem, em 1730, para que os Governadores e Capitães-Mores declarassem se nas capitanias existiam os tais serviços. A esta ordem, deu resposta o Capitão-Mor do Ceará em fevereiro de 1732, dizendo que “nesta Capitania, como em toda a de Pernambuco e mais partes, *não há correios com salários de condução de cartas, e quem carece disso o faz por escravos seus, ou por sujeitos de pouca ocupação ou índios das aldeias a quem pagam os salários em que se ajusta*”⁷⁴. Assim, para o envio das comunicações entre Pernambuco e Ceará por via terrestre, tanto os Governadores quanto os Capitães-Mores empregavam militares da tropa paga ou, em alguns casos, indígenas que recebiam uma recompensa ao chegar no local de destino⁷⁵.

⁷⁰ DHBNRJ, vol. 39, p. 313.

⁷¹ BNP, PBA, Códice 115, fl. 195. 24/09/1713.

⁷² BNP, PBA, Códice 115, fl. 226. 01/10/1713.

⁷³ BNP, PBA, Códice 115, fl. 542. No início do século XVIII, Raphael Bluteau define correio como “o que corre a pé ou à cavalo” e “que leva cartas” ou ainda, que “leva ou traz novas”. **VPL**, vol.2, p. 566.

⁷⁴ AHU, Ceará Avulsos, Cx. 2, D. 128.

⁷⁵ A título de exemplo, podemos citar uma ordem entregue pelo Governador ao Provedor da Fazenda de Pernambuco, em 1713, para que pagasse dez patacas “de ajuda de custo ao índio e cabo Álvaro da Costa que veio do Ceará com cartas do serviço de sua majestade e seis índios que o acompanharam a quem toca uma pataca cada um e quatro ao dito Cabo na forma que se pratica”. BNP, PBA, 115, fl.144.

Para além do envio de missivas ao Ceará, os “correios” eram empregados tanto na comunicação com as restantes capitanias do norte, quanto na comunicação com as vilas do interior da capitania de Pernambuco e também com a Bahia. No geral, eles costumavam ser recrutados dentre os soldados da tropa paga⁷⁶ e, no caso das comunicações expedidas a partir das vilas e freguesias distantes – onde não havia efetivos pagos – as cartas podiam ser transportadas por soldados dos auxiliares ou das ordenanças. Tal como nas comunicações com as capitanias anexas, estes serviços eram recompensados, como pode ilustrar uma ordem passada pelo mesmo Governador ao Provedor da Fazenda que pagasse quatro patacas de ajuda de custo ao soldado Bento Pereira, “por ir com cartas do serviço de sua majestade para as Capitanias do Sul”, isto é, para as Alagoas, Porto Calvo Penedo e Sirinhaém⁷⁷. O exemplo também serve para mostrar as correspondências poderiam ser dirigidas diretamente a um único espaço ou, em outros casos, seguir o curso numa espécie de “rota”, que partia radialmente de Olinda ou Recife para as Capitanias ao Norte ou para as vilas do Sul de Pernambuco.

Em alternativa aos “correios”, os governadores recorriam aos “*próprios*”, isto é, portadores particulares, ou os “sujeitos de pouca ocupação”, referidos pelo Capitão-Mor do Ceará. A depender das distâncias, os governadores poderiam arcar com o custo de despacho de seus próprios portadores, ou aproveitar a viagem daqueles despachados por outros remetentes⁷⁸.

O emprego de “correios” ou de “próprios” representa o meio mais ordinário para o despacho de comunicações que não pudessem esperar por navios ou viajantes ocasionais. Mas, quando comparadas à rapidez das comunicações por via marítima, a viagem por caminhos terrestres poderia demorar muito mais tempo. Como referimos no tópico anterior, os caminhos estavam quase sempre em mau estado e os rios constituíam entraves consideráveis, de modo que a viagem por terra entre Pernambuco e a Bahia não tinha uma duração prevista. Ao menos é o que se observa no tom áspero de resposta que o governador-geral, D. Lourenço de Almada, deu ao capitão mandante do Recife, João da Mota, em setembro de 1711, ainda durante as Alterações, na qual reclama da demora dos correios e o acusa dizendo:

“muito de propósito se escolhem os correios mais incapazes para me trazerem as cartas, pelas quais se me dá conta do estado em que se acha essa Capitania, pois **gastando os primeiros quarenta dias na jornada estes que de presente chegaram** com uma carta de Vossas Mercês (sic) de 14 de Julho **se detiveram quase dois meses**: não sei verdadeiramente a que possa atribuir tão estranhas

⁷⁶ Encontramos várias ordens dos Governadores aos soldados da tropa paga para o transporte de missivas. Em uma delas, Félix José Machado ordenou ao soldado Teodósio Teixeira, que “vá logo logo [sic] a Sirinhaém a levar e entregar ao Capitão Pedro de Mello Falcão umas cartas do serviço de sua majestade”. PBA, 115, fl. 311

⁷⁷ PBA, 115, fl.208.

⁷⁸ É o que se observa numa carta enviada ao Capitão-Mor das Alagoas, em 1672, em que Fernão de Sousa Coutinho o informou que já havia “remetido a vossa mercê uma carta em companhia de outra que levou um próprio do Chantre e Vigário Geral”. AUC, CA, Cód. 31, fl. 305.

dilações, quando **no maior rigor do inverno se não gasta mais tempo, na mesma jornada que vinte até vinte e cinco dias**⁷⁹.

Delonga proposital, pela agitação política da capitania, ou afetada pelos caminhos precários entre as duas capitanias, o que importa é que quando comparados aos cinco, dez ou doze dias de viagem por mar, as comunicações por terra eram, seguramente, mais lentas. Isso também se observa nas comunicações com o Sul de Pernambuco. A viagem do governador Luís Correia de Sá e sua comitiva, do Recife até a vila das Alagoas, por exemplo, durou onze dias na ida e doze na volta⁸⁰. Uma carta enviada de Porto Calvo para Félix José Machado, em outubro de 1713, levou vinte dias para chegar às suas mãos⁸¹. Até mesmo a comunicação com as freguesias rurais de Olinda ou do Recife poderia levar algum tempo. Em condições favoráveis, a distância entre o Recife e Goiana, ou o Recife e a cidade da Paraíba, poderia ser vencida, a cavalo, no intervalo de um ou dois dias⁸², mas no princípio das estações chuvosas, poderia demorar mais tempo. Uma carta enviada pelo Capitão-Mor da freguesia de Santo Antônio, em 29 de maio de 1746, ao governador D. Marcos de Noronha e Brito só chegou às suas mãos em 06 de junho, portanto oito dias depois⁸³.

Seja como for, ainda que o pagamento dos “correios” ficasse registado como uma despesa regular da Provedoria da Real Fazenda, seu emprego ou o de “próprios”, atendia apenas às exigências do expediente administrativo dos Governadores, operando de tempos em tempos, conforme as circunstâncias exigissem e não como serviço permanente e aberto ao conjunto da sociedade⁸⁴. Aliás, entrevemos algumas práticas para reduzir os custos implicados no transporte das comunicações. Isso é particularmente visível naquelas que seguiam por terra entre o governador-geral e o governador de Pernambuco. Em diversas ocasiões, ao invés de enviar correios que percorressem toda a costa até Recife ou Olinda, o Governador-Geral os enviava apenas até a vila de Penedo, de onde o seu Capitão-Mor deveria remeter as correspondências para o Governador. É o que pode ser ilustrado na carta escrita por Alexandre de Sousa Freire, em 1671, ao capitão-mor de Penedo, Diogo Pinto do Rego, pedindo-lhe que “por ser grande a importância da carta que será com esta para o Sr. Fernão de Sousa Coutinho”, enviava por um soldado para que ele, capitão-mor “no mesmo ponto que a receber” lhe remetesse “por pessoa

⁷⁹ DHBNRJ, vol. 39, p. 307.

⁸⁰ DLCS, pp 299-302.

⁸¹ AUC, CA, Cód. 32, fl.93.

⁸² Ver, por exemplo, AUC, CA, Cód. 32, fl. 50v; BNP, PBA, 239, fl. 376. Resposta do Marquês de Montebelo, em 16 de julho de 1692, à Carta do Ouvidor da Paraíba de 15 de julho de 1692.

⁸³ AUC, CA, Cód. 35, fl. 201v.

⁸⁴ Uma relação das despesas da Provedoria da Fazenda de Pernambuco regista, em 1725, o pagamento de 200 mil réis com os correios, ao passo que o fretamento do barco destinado anualmente à Capitania do Ceará importava a quantia de 130 mil réis. AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 32, D. 2958, fls.7v e 8.

fiel, e com tal recomendação, que de nenhuma maneira possa correr perigo, nem ter a menor detença”⁸⁵. Em 1711, foi a vez de D. Lourenço de Almada expedir respostas urgentes ao Bispo de Pernambuco por via de Penedo, acionando o capitão-mor, João Dantas Aranha, para as remeter “no mesmo instante que as receber”, enviando além do próprio que as trouxe de Pernambuco “outro que o acompanhe, para que no caso em que tenha algum impedimento no caminho, vá a levar as ditas cartas”⁸⁶.

Mas também no interior da Capitania de Pernambuco, os Governadores procuravam aproveitar meios de reduzir os custos com os correios e, efetivamente, aproveitavam certos espaços institucionais de comunicação. Em 1733, por exemplo, o governador Duarte Sodré Tibão enviou um edital para a Câmara das Alagoas, com algumas instruções quanto à sua publicação. De acordo com uma carta anexa que acompanhou o documento, os oficiais deveriam “registar nos livros da câmara e ao depois entregá-lo para se publicar ao som de caixas nessa vila”, deixando esta publicação a critério do Sargento-Mor “na parte pública que lhe parecer” e, em seguida, deveriam “tirar as cópias que hão de ser remetidas a todos os capitães-mores do distrito dessa Comarca [das Alagoas] na forma que nela se declara”⁸⁷. Com esta medida, o edital enviado apenas para a vila cabeça, com um único custo de transporte, difundia-se para as dez freguesias da Comarca, incluindo aí as vilas de Penedo e Porto Calvo.

Além dos custos, um outro fator agravante, diz respeito aos riscos encontrados no trajeto. Nas disposições dos governadores, abundam referências a salteadores, bandos armados, quilombolas e índios inimigos dos colonizadores⁸⁸. Quando as comunicações eram empreendidas em longos percursos, era necessário adotar medidas para prevenir possíveis assaltos e garantir a segurança dos portadores. Reconhecendo estes perigos, o Marquês de Montebelo ordenou aos Capitães-Mores das Alagoas, Porto Calvo e Penedo, em 1691, que oferecessem todo o adjutório de gente ao Capitão Luís da Silveira para que pudesse andar “com toda a segurança pelos caminhos mais perigosos em que possam andar negros levantados dos palmares, pelos riscos, assim de sua pessoa como das cartas de importância que leva para a Bahia”⁸⁹. Se os caminhos terrestres podiam apresentar riscos, também não faltam menções de atividades de corso e pirataria indicando os perigos encontrados nos caminhos marítimos⁹⁰.

⁸⁵ DHBNRJ, vol. 9, p. 409-410.

⁸⁶ DHBNRJ, vol. 39, p. 282-283.

⁸⁷ AUC, CA, Cód. 32, fl.372.

⁸⁸ AUC, CA, Cód. 31-32.

⁸⁹ AUC, CA, Códice 31, fl. 537.

⁹⁰ AUC, CA, Cód. 31, fls. 24, 49, 50, 403, 405, 432, 437v, 476, 487, 563v; AUC, Cód. 32, fls.297.

Este conjunto de condicionantes poderia, como veremos, afetar os ritmos de contato ou o intervalo de tempo existente entre o envio e o recebimento das comunicações. Seja entre a Bahia e Pernambuco, entre a Bahia e as outras capitanias ao norte, ou entre essas e Pernambuco, e ainda mesmo no interior desta capitania, os desafios colocados pelas condições climáticas, pela paisagem ou pela precariedade das infraestruturas eram quase sempre os mesmos. A grande diferença está na extensão do percurso que separa umas partes das outras, e que acaba por impor mais limites ao contato de Salvador com as cinco capitanias. Do ponto de vista dos acidentes naturais, talvez o maior entrave possa ser identificado na Capitania do Ceará, cuja comunicação marítima com a Bahia era muito dificultada pelo regime dos ventos. Ademais, os laços comerciais e a vitalidade dos portos poderiam contribuir para a maior ou para a menor disponibilidade de navios e, com efeito, para o estabelecimento de contatos recorrentes. O facto é que em qualquer parte, as comunicações feitas à distância e sem o aproveitamento de barcos ou portadores, normalmente implicavam custos, seja para a Real Fazenda ou para os remetentes, com a contratação de correios ou próprios.

6.1.3 O “tempo administrativo” nas comunicações internas

Ao abordar o problema da distância no período moderno ou pré-moderno, é preciso considerar não apenas as medidas espaciais, mas, sobretudo, os obstáculos colocados pela geografia e pelo tempo⁹¹. Quanto à primeira questão, já demonstramos que quer partisse de Pernambuco, quer da Bahia, o contato com as cinco capitanias estava sujeito aos condicionamentos materiais colocados, de um lado, pelo calendário da navegação costeira ou das estações mais chuvosas, e de outro, pelos custos implicados no despacho de “correios” ou de próprios. Importa agora dimensionar o impacto destas limitações sobre o cotidiano da comunicação entre os territórios e, mais do que o tempo de viagem, considerar o tempo próprio das comunicações institucionais no interior do continente e em meio às rotinas da governação.

Isso porque quando somado aos condicionamentos materiais referidos, o excesso de responsabilidades que convergia às mãos dos governadores-gerais e de capitanias, poderia dilatar o tempo de espera entre o envio e recebimento da correspondência. O período de despacho das frotas, por exemplo, exigia muito da presença dos governadores que, além de despachar os navios e acompanhar o de embarque das mercadorias para o reino, precisavam responder a todas as cartas régias e consultas que eram anualmente enviadas à Corte. Em 1664,

⁹¹ Sellers-García, *Distance and documents...*, p.1.

quando a câmara de Porto Calvo enviou algumas missivas a Jerônimo de Mendonça Furtado tratando de diversos assuntos e, juntamente à resposta, receberam um pedido de desculpas do governador que se justificou pela demora dizendo que “as ocupações que até agora me trouxeram, divertido o expediente da frota, não deram lugar a responder as cartas que tive de vossas mercês que agora faço”⁹². Em 1728, vemos que ao receber quatro cartas da Câmara de Fortaleza, Duarte Sodré limitou-se a responder dizendo “que agora não posso responder a todas pelos vários negócios que nesta ocasião trago entre mãos, expedindo ontem um *próprio* para a Bahia com cartas para irem na Frota e nelas negócios do serviço de Sua Majestade”, e que não poderia escrever as respostas naquela altura, pois faria atrasar a partida “[d]este barco está detido a um par de dias”, com destino ao Ceará⁹³.

Portanto, mais do que contabilizar o mero tempo de viagem, é preciso conjugar as limitações dos transportes às rotinas político-administrativas e aferir aquilo que Heloísa Bellotto designou por “tempo administrativo”. Este pode ser entendido, em suas palavras, como “**a duração da operação de autoridade**, isto é, o tempo que transcorre entre a emanção de uma ordem real e o seu conhecimento pelos súditos ou autoridades a quem é destinada”⁹⁴. Apesar de sumamente interessante, a noção tal como colocada não apenas se restringe à dimensão transoceânica da governabilidade, como se ancora em aportes teóricos diferentes dos que norteiam o presente trabalho, mostrando-se, em contraste, alinhados à dimensão política da teoria do Antigo Sistema Colonial, cujos principais expoentes dão pouca ênfase à existência de outros centros de autoridade fora da metrópole⁹⁵.

Compete então declarar que é do nosso interesse fazer um emprego diferenciado da expressão, adequando-a aos nossos aportes teóricos e à escala do espaço político observado. Compreendemos que a governança dos impérios da primeira modernidade se pautava num processo dinâmico e interativo e que a monarquia lusa não dispunha de meios suficientes para impor a sua autoridade sem o necessário recurso às dinâmicas de negociação⁹⁶. Preferimos pensar que a autoridade poderia ser barganhada em múltiplas escalas de poder, e também em diferentes sentidos, isto é, dos “centros” às “periferias” como das “periferias” aos “centros”, e,

⁹² AUC, CA, Códice 31, fl. 151v.

⁹³ AUC, CA, Códice 32, fl. 590.

⁹⁴ Bellotto, «Estado Português: sistema administrativo e fiscal...». p. 265. Negrito nosso.

⁹⁵ Visível exceção é o trabalho de Pedro Puntoni que parte da teoria do Antigo Sistema Colonial, mas reconhece a vitalidade política do governo-geral enquanto braço forte do poder metropolitano na América. Puntoni, *O Estado do Brasil...*, p. 36.

⁹⁶ Greene, Jack. *Negotiated Authorities: essays in colonial political and constitutional history*. Virginia: University Press of Virginia, 1994, p. 3-4.

da mesma forma, no interior das “periferias”⁹⁷. Por conseguinte, mais do que medir a “duração da operação da autoridade” meramente entre o reino e as conquistas, ou o tempo transcorrido entre a expedição e execução de uma ordem régia, interessa-nos, sobretudo, compreender esta duração numa escala interna ou, se preferirmos, na correspondência entre os protagonistas do poder político na América. Como tampouco nos interessa apenas medir o tempo com que as ordens dos governadores gerais ou dos de Pernambuco eram executadas, temos em conta que é preciso não assumir o cumprimento das ordens como um dado garantido e questionar a disponibilidade demonstrada pelos outros protagonistas para executar, ou não, as disposições que lhes são dirigidas. Isto, em si, poderia dilatar o tempo transcorrido entre a emissão, a recepção e a execução das determinações.

Além disso, a centralidade de qualquer núcleo de governo pode ser também medida pelo *reconhecimento* que lhe é dado pelos interlocutores nos territórios quando recorrem ao poder destes agentes para resolver as suas próprias questões⁹⁸. Parte substancial do cotidiano governativo dos agentes da coroa na América lusa era dedicado a receber e deferir um manancial de petições, representações e requerimentos que lhes era dirigido. Esta relação pressupõe algum reconhecimento às capacidades de deliberação dos governantes e acabava por reforçar as hierarquias entre os poderes políticos, mas também revela que a efetiva transformação da *autoridade* ou do *poder* que é investido num plano jurisdicional a dado protagonista em *capacidade de comando*, pode ser observada em sentidos simultaneamente ascendentes e descendentes, isto é, dos centros de governo às instituições locais e vice-versa⁹⁹.

Com efeito, para que o “tempo administrativo” possa ser medido numa escala intra-americana, ele deve ser compreendido essencialmente como o tempo transcorrido entre o envio de uma comunicação e a sua resposta. Mencionamos “resposta” ao invés de “execução”, porque não nos interessa compreender **apenas** a velocidade com que as disposições dos governantes são executadas no território. Primeiro porque alguma resistência ao cumprimento das ordens poderia ser apresentada, mas, sobretudo, porque nos interessa aferir o tempo com que os próprios governadores gerais ou os de Pernambuco respondem às demandas que lhes são colocadas “de baixo”.

⁹⁷ Tal como pontua Jack Greene no caso da América Britânica, alargando, entretanto, suas teorizações para o conjunto mais vasto do mundo atlântico. Greene, «Transatlantic colonization and the redefinition of Empire...», p. 268.

⁹⁸ Santos, “Goa é a chave de toda a Índia”..., pp. 33-34.

⁹⁹ Adota-se a distinção entre “poder” e “comando”, proposta por José Vicente Vives: “poder como teoria; comando como prática governativa”. Vives, J. Vicente. «A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII». Em: *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. org. Hespanha, António Manuel. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.p. 208, *passim*.

A perda da documentação produzida e registada nos arquivos locais das Capitanias do Norte, tanto da Secretaria de Governo de Pernambuco quanto nos municípios das cidades mais antigas, nos impede de retrair o “tempo administrativo” com o máximo de exatidão. Todavia, por meio de um grande conjunto de cópias da documentação emitida tanto pelo Governo de Pernambuco quanto pelo Governo-Geral, foi possível chegar a algumas aproximações. O tempo de resposta dos Governadores às comunicações expedidas pelos poderes locais é seguramente mais fácil de aferir do que o tempo transcorrido no sentido inverso, isto é, o da execução das disposições nos territórios. Isso porque as respostas dadas às missivas, petições e requerimentos geralmente fazem referência às datas em que foram expedidas, o que nos permite contabilizar a quantidade de dias entre o envio e a resposta. Assim, com base nos dados levantados para a comunicação interna expedida pelos Governadores de Pernambuco e pelo Governo-Geral, apresentamos o Quadro 18, que sistematiza uma comparação entre os dias transcorridos para acionar cada um dos dois Governos. Na primeira coluna à esquerda, encontra-se a procedência geográfica das comunicações dirigidas a ambos os governadores. Na coluna seguinte, encontra-se referida a *variação* entre o mínimo e o máximo de dias transcorridos entre a emissão de uma missiva e a sua respectiva resposta, seja em Pernambuco ou na Bahia, seguida de uma média geral deste tempo de recurso, contabilizada com base no volume das amostras disponíveis.

Quadro 18. Tempo administrativo: fluxo ascendente. Dias transcorridos na emissão de respostas às comunicações dos poderes locais no Governo de Pernambuco e no Governo-Geral (1648-1749)¹⁰⁰.

Local de Procedência	Governo de Pernambuco (Olinda/Recife)		Governo-Geral (Salvador)	
	<i>Variação (dias)</i>	<i>Média (dias)</i>	<i>Variação (dias)</i>	<i>Média (dias)</i>
Capitanias do Norte				
Olinda/Recife	-1	-1	6 a 88	36
Itamaracá	1 a 18	9,5	14 a 98	47
Paraíba	1 a 23	11	22 a 111	67
Rio Grande (Natal)	7 a 21	14	24 a 89	46
Ceará (Fortaleza e Aquiraz)	26 a 185	51	68 a 178	120
Vilas menores de Pernambuco				
Igarassu	1 a 12	6	S. Info.	S. Info.
Sirinhaém	3 a 6	4,5	S. Info.	S. Info.
Porto Calvo	8 a 10	9	S. Info.	S. Info.
Alagoas	5 a 26	15	26 a 76	40
Penedo	18 a 35	26	19 a 64	37

¹⁰⁰ Os dados para o Governo de Pernambuco foram levantados com base numa amostra de documentos dispersos entre os fundos disponíveis no Arquivo da Universidade de Coimbra e na Biblioteca Nacional de Portugal. AUC, CA, Códices 31, 32, 35, 36 e 37; BNP, PBA, Códices 115 e 239. Já os dados levantados para o Governo-Geral do Estado do Brasil, foram levantados através das correspondências publicadas na coleção dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. DHBNRJ, Vols. III, IV, V, VI, IX, X, XI, XXXVIII, XXXIX, XL, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI.

É evidente que lidamos apenas com aproximações. Numa ponta ou na outra do circuito comunicacional, não se pode garantir que as comunicações, fossem enviadas ao local de destino no mesmo dia em que eram redigidas, estando aqui implicadas a disponibilidade de meios de transporte e portadores anteriormente mencionadas. Além disso, as datas das emissões nem sempre são mencionadas, de modo que não nos foi possível contabilizar, por exemplo, o tempo de comunicação entre Porto Calvo, Sirinhaém, Igarassu, de um lado, e Salvador, do outro.

Este levantamento apenas confirma que, para o conjunto dos interlocutores referidos em qualquer das Capitanias do Norte, era seguramente mais rápido contatar com o Governo de Pernambuco do que com o Governo-Geral. Se as comunicações expedidas na Paraíba ou em Itamaracá poderiam chegar e ser respondidas, em Pernambuco, no intervalo mínimo de um dia, há indícios de que se dispenderia pelo menos duas semanas para atingirem a Bahia e obterem resposta. O tempo médio de resposta por parte do Governo de Pernambuco às emissões destas duas Capitanias chega a ser quatro ou até cinco vezes menor que o tempo de resposta do Governo-Geral. Algo de semelhante ocorre com as comunicações expedidas a partir da Capitania do Rio Grande, que poderiam ser encaminhadas e respondidas em Pernambuco no decurso de uma semana, mas precisariam de ao menos três para atingir o Governo-Geral. Se o contato com Capitania do Ceará não era imediato em qualquer dos casos considerados, Pernambuco estava, seguramente, mais acessível do que Salvador. A maior parte das comunicações vindas do Ceará levava entre trinta e quarenta dias para serem respondidas em Pernambuco, e os quase seis meses ilustrados como limite máximo da variação de tempo ocorreu uma única vez. Já o contato desta capitania com o Governo-Geral poderia levar mais que o dobro do tempo.

Podemos então dizer que quanto mais distantes os lugares de origem das comunicações, mais dilatado era o tempo de recurso a qualquer uma das partes aqui destacadas. É verdade que essa diferença se explica, pela proximidade de Pernambuco com as outras quatro capitanias, mas também é preciso considerar que o Governador-Geral, além de mais distante, atendia a uma rotina governativa provavelmente mais intensa do que os de Pernambuco. Para ilustrar a questão, parece oportuno lembrar que este homem não só presidia a Relação da Bahia, mas atendia ao expediente de toda a comunicação que lhe chegava das capitanias do Estado do Brasil. Isso também quer dizer que o Governador de Pernambuco estaria mais disponível não só de um ponto de vista geográfico, mas também “político-administrativo”.

No que toca às comunicações com o interior da Capitania de Pernambuco, a troca de correspondência entre Olinda e o Recife decorria no espaço de horas, permitindo a expedição

de réplicas e trélicas no decorrer de um só dia¹⁰¹. O quadro indica que há indícios de que o recurso das vilas de Igarassu¹⁰² e Sirinhaém ao governador, podia ser feito em menos de uma semana, ao passo que o das vilas do sul da Capitania, como Porto Calvo e Alagoas, levava entre 9 e 15 dias, respectivamente. A média das vilas meridionais, se assemelha às das comunicações estabelecidas com a Capitania do Rio Grande, quase tão distante do Recife quanto Alagoas do Sul. O contato entre Penedo e o Recife era o mais lento, e podia levar quase tanto tempo quanto o recurso desta vila ao Governo-Geral, em Salvador.

Internamente, se o tempo de comunicação dos espaços mais distantes chegava a levar semanas, o caminho inverso, nomeadamente o tempo de envio e publicitação dos atos comunicativos nas vilas menores, podia ser ainda maior. Cabe salientar que essa dimensão do tempo de comunicação é ainda mais difícil de mensurar, pois a documentação camarária das antigas vilas da Capitania, onde deveria ser feito o registo do recebimento das missivas dos governadores, foi destruída, perdida ou extraviada. Uma rara exceção é o *2º Livro de Vereações da Câmara de Alagoas do Sul* que tem suas datas-limite fixadas entre os anos de 1668 e 1680. Nele, se encontram registados nove “Bandos”, todos enviados pelos Governadores de Pernambuco entre os anos de 1670 e 1674. Por meio deles, é possível chegar a uma aproximação do tempo transcorrido entre o envio e o registo nos livros de atas da câmara.

Quadro 19. Tempo administrativo: fluxo descendente. Registo de Bandos no Livro de Vereações da Câmara das Alagoas (1668-1680)¹⁰³.

Assunto	Expedição	Registo	Tempo (dias)
Porte de Armas	26/11/1670	06/01/1671	41
Comércio	20/06/1671	17/08/1671	58
Defesa	18/05/1672	20/06/1672	43
Palmares	15/09/1672	03/10/1672	19
Palmares	20/09/1672	07/11/1672	58
Palmares	02/10/1672	26/12/1672	58
Cerceio da Moeda	23/06/1674	08/08/1673	46
Palmares	19/10/1674	03/12/1674	45
Palmares	14/02/1674	07/03/1674	21

No Quadro 19, relacionamos, a data de expedição na coluna da esquerda, a data de registo nos livros de atas na coluna do meio, e na terceira coluna à direita, a quantidade de dias transcorridos nesse processo. Por meio dele, verifica-se que poderia transcorrer entre um

¹⁰¹ Disso nos dá conta o Governador Luís Correia de Sá em diversas passagens de seu diário, tal como em 25 de junho de 1750, quando regista “fui no escaler a Olinda. Jantei no Colégio. De tarde assisti umas conclusões. Vim à noite para o Recife”. **DLCS**, p. 58.

¹⁰² A viagem a cavalo de Recife até Igarassu demorava horas. **DLCS** p.33.

¹⁰³ Dados levantados a partir de nove bandos lançados em Alagoas do Sul e que se encontram no Segundo Livro de Vereações. IHGAL – 00006-01-02-01 – Segundo Livro de Vereações da Câmara da vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (1668-1680), fls. 36, 48, 61v, 65v-66, 66v-67, 73-74, 81-82, 103-103v, 155-155v.

mínimo de 19 e um máximo de 58 dias para um Bando ser lançado pelos governadores e publicado na vila das Alagoas. Mesmo assim, apenas dois dos nove bandos analisados foram registados em menos de quarenta dias. Vimos, anteriormente, que uma carta ou petição levava entre cinco e vinte e seis dias para ser escrita, enviada a partir de Alagoas e respondida no Recife, mas, se a distância era a mesma, o que justifica um Bando demorar quase o dobro do tempo para ser expedido pelos governadores e recebido pelos edis das Alagoas? A resposta passa, mais uma vez, pela dinâmica institucional de um dos polos do circuito comunicativo, nesse caso, o receptor. Se no sentido ascendente, os governadores podiam demorar a responder às comunicações que lhes chegavam por conta do excesso de atribuições, no sentido descendente, observamos exatamente o oposto, pois a dilação pode ser explicada pelos longos intervalos de tempo entre as reuniões da vereança de Alagoas do Sul. Como enfatizamos anteriormente, os oficiais da câmara precisavam se reunir para receber e deliberar sobre as cartas, ordens e bandos que lhes eram enviados, e, como demonstramos em outros trabalhos, os das Alagoas reuniam-se poucas vezes ao ano, chegando a passar três meses seguidos sem fazê-lo (aliás, mesmo quando o fizeram, jamais excederam a frequência de duas sessões por mês)¹⁰⁴. Em outras palavras, e ao menos no século XVII, o registo e o cumprimento das ordens dos governadores na vila podia se prolongar por meses por estar condicionado à disponibilidade de a vereança estar reunida.

Todavia, há aqui uma diferença crucial entre as duas dinâmicas, pois, tanto em Olinda quanto no Recife, os governadores não dependiam das respectivas câmaras para publicar os Bandos, fazendo-o quase instantaneamente por oficiais da tropa paga ou da Secretaria de Governo¹⁰⁵. Nas freguesias circundantes e nas vilas distantes, era sempre necessária a intermediação de autoridades locais. Vale ressaltar que, na virada do século, ocorreu uma mudança nos padrões de seleção dos principais agentes para a publicitação dos Bandos, especialmente nas partes do sul de Pernambuco. Se na segunda metade do século XVII eles eram, majoritariamente, enviados às câmaras, no início do XVIII, os ouvidores e os capitães-mores assumiram preponderantemente essa função. Durante o governo de Félix José Machado, o recém chegado Ouvidor das Alagoas, José da Cunha Soares recebeu “quatro Bandos” das mãos do governador que, junto a eles, enviou uma carta pedindo para que “os mande publicar nessa vila e nas partes nelas declaradas, e vossa mercê pelo que lhe toca, faça dar execução, impondo aos transgressores as penas da lei”¹⁰⁶. Assim, não só a difusão, mas o cumprimento

¹⁰⁴ Curvelo, «O Senado da Câmara...», p. 108.

¹⁰⁵ Retornaremos ao assunto dos Bandos no capítulo 7.

¹⁰⁶ PBA, 115, fl. 237v

do conteúdo do Bando, ficavam a cargo do novo ouvidor, poder unipessoal, que o podia publicar no momento exato do recebimento. Infelizmente, a inexistência de livros de vereação para períodos subsequentes nos impede de aferir os impactos desta mudança para a velocidade nas comunicações.

6.2. A sombra de dois governos

Importa agora questionar o reflexo de tais condicionamentos materiais, assim como a maior facilidade de comunicação com Pernambuco, sobre as relações comunicativas dos Governadores-Gerais e dos Governadores de Pernambuco com as diferentes localidades. Ao longo dos próximos tópicos, exploraremos a questão tendo por base a frequência dos contatos estabelecidos entre os dois Governos e as cinco capitanias.

6.2.1 *Espaços de Comunicação do Governo-Geral do Estado do Brasil*

O alcance e os limites da projeção territorial do poder dos Governadores-Gerais do Estado do Brasil constituem problemas razoavelmente antigos para a historiografia brasileira. Já referimos que Caio Prado Júnior, em 1948, considerava que a diferença entre os governadores gerais e os de capitanias ficaria apenas no título ostentado por cada um, de modo que os da Bahia ou do Rio de Janeiro, a partir de 1763, não tinham poder maior “que os de seus colegas de outras capitanias, e não se estendiam, além da sua jurisdição territorial de simples capitão-general”¹⁰⁷. Vinte anos mais tarde, e concentrando-se no mandato do Marquês do Lavradio (1769-1779), Dauril Alden relativizou esta proposição ao sugerir que apesar de estarem encarregados do governo de todos os domínios da Coroa na América, faltava aos vice-reis e governadores-gerais os “poderes coercitivos” para gerir o conjunto do território de forma direta, limitando-se, quando muito, a administrar “apenas uma pequena parte dele”¹⁰⁸. A autoridade de Lavradio seria, nesse sentido, limitada pois esbarrava na dos governadores capitães-gerais com quem manteria ativa correspondência, mas não uma relação baseada no princípio de “*supereminetia*”, limitando-se muitas vezes ao estabelecimento de acomodações horizontais de caráter “*primus inter paris*”¹⁰⁹. Dito de outra forma, apesar de manter contatos regulares, a autoridade do vice-rei não substituiria a jurisdição territorial dos capitães-gerais,

¹⁰⁷ Prado Junior, *Formação do Brasil Contemporâneo*..., p. 306.

¹⁰⁸ Tradução livre para o seguinte trecho: “In theory, they were charged with the management of the king's domains throughout the length and breadth of the colony, but in reality they administered only a small part of them”. Alden, *Royal Government in colonial Brazil*..., p. 447.

¹⁰⁹ Alden, *Royal Government in colonial Brazil*..., p. 447.

de modo que sequer mantinham comunicações regulares com as capitanias subordinadas a estes últimos.

Trabalhos mais recentes como os de Francisco Cosentino, Érica Lôpo e Hugo Araújo têm procurado relativizar tanto uma quanto outra afirmação, chamando a atenção para o processo de formação do governo-geral na longa duração. Concentrando-se, sobretudo, na segunda metade do século XVII, os três autores concordam que sua posição de centralidade se vê crescentemente fortalecida a partir do mandato do Conde de Óbidos e não apenas numa dimensão simbólica ou jurisdicional, mas também prática e material¹¹⁰. Quando se trata, por exemplo, dos canais de comunicação institucional interna ao Estado do Brasil, basta observar que os Governadores-Gerais mantinham ligações recorrentes com todas as capitanias e tinham grande controle sobre a dinâmica de provimentos de cargos e ofícios.

Uma vez que os deslocamentos para fora de Salvador passaram a ser expressamente proibidos pelos regimentos¹¹¹, o contato dos governadores-gerais com as diferentes capitanias do Estado do Brasil, tinha de ser invariavelmente construído à distância¹¹². Para superá-la, o único recurso disponível era a tinta e o papel e nas palavras de Hugo André Flores de Araújo expedição maciça de atos comunicativos foi a verdadeira “pedra angular da governação na América lusa”¹¹³. Analisando o período que decorre entre os anos de 1642 e 1682, este autor deu uma contribuição inovadora ao tratar dos circuitos internos da comunicação política dos governadores-gerais e demonstrar que projeção político-administrativa destes agentes excedia os limites da capitania da Bahia e de suas anexas¹¹⁴.

Contrariando, em parte, algumas afirmações de Prado Júnior e Dauril Alden, ele argumenta que o governo-geral mantinha ativa comunicação com boa parte das capitanias do Estado do Brasil. Ao mapear os principais espaços de comunicação do governo-geral e, suas constatações relativizam a asserção de Russell-Wood de que a autoridade destes “já mostrava sinais de atenuação a menos de 100 quilómetros de distância do assento da autoridade [... sofrendo] uma erosão muito rápida”¹¹⁵. Ao longo destes quarenta anos, e levantando um total

¹¹⁰Cosentino, «Hierarquia política e poder...» Araújo, «A construção da governabilidade...». p.139. Araújo, «Práticas políticas no império português...», p. 195

¹¹¹ Estes capítulos foram passados como forma de coibir a prática adotada por alguns governadores-gerais entre 1602 e 1619, como Diogo Botelho, D. Diogo de Meneses e Siqueira, Gaspar e Sousa e Luís de Sousa, de não residir em Salvador durante a maior parte de seus respectivos mandatos. Todos estes, de acordo com Francis Dutra, residiram em Olinda durante intervalos de tempo que variam 11 meses até três anos e seis meses. Dutra, «Centralization vs. Donatarial Priviledge...», p. 26-27.

¹¹² Cosentino, «Comunicação entre governadores, capitanias e câmaras...», p. 7.

¹¹³ Araújo, «A construção da governabilidade...»

¹¹⁴ Araújo, «A construção da governabilidade...». p.139. De acordo com o próprio autor, que só considera as cartas, esta cifra poderia ser consideravelmente maior se considerássemos as provisões, portarias, bandos e alvarás que, em sua grande maioria, circunscrevem-se à Bahia.

¹¹⁵Russell-Wood, A.J.R. «Governantes e agentes...».

de 2039 **cartas**, ele demonstra que 45,5% de toda a comunicação expedida pelo Governo-Geral no período destinava-se ao interior da Capitania da Bahia (26,7%) e capitanias anexas (17,8%) enquanto que todo o resto dirigia-se em menores proporções para as outras Capitanias do Estado do Brasil¹¹⁶. Fora da Bahia, ele atesta que os fluxos mais intensos de comunicação se destinavam às capitanias principais. Dentre estas, Pernambuco representa o principal espaço de interlocução dos Governadores-Gerais, absorvendo aproximadamente 15,5% de toda a comunicação expedida, um pouco à frente do Rio de Janeiro, que responde por cerca de 14%¹¹⁷. Já o contato com as capitanias menores, assume proporções mais modestas. Juntas, e de acordo com seu levantamento, a Paraíba, Itamaracá, Rio Grande e Ceará foram alvo de apenas 6,17% de toda a comunicação expedida pelo governo-geral no período¹¹⁸.

Apesar de menos intensos, há que se referir que, ao menos neste período, os governadores-gerais mantinham contato com as capitanias menores, tanto a norte quanto a sul, diferentemente do que Dauril Alden identificou para o último terço do século XVIII. De acordo com ele, se o Marquês do Lavradio mantinha extensa correspondência com os Governadores Capitães-Generais nas principais capitanias, estes contatos não se reproduziam de forma equivalente com as capitanias subordinadas, tampouco com seus respectivos capitães-mores¹¹⁹. Assim, a pequena intervenção do vice-rei rei sobre os territórios que estavam sob a tutela dos Governadores Capitães-Generais, levou Alden a afirmar que estes encabeçavam, cada um na sua jurisdição, “hierarquias separadas, ainda que inter-relacionadas”¹²⁰.

As constatações destes autores podem parecer contraditórias, mas é preciso reconhecer que os padrões de comunicação territorial identificados por Araújo entre 1642 e 1682, talvez não sejam idênticos aos de finais do século XVIII, como os descritos por Alden. Importa então perquirir os ritmos e espaços de comunicação no intervalo de tempo transcorrido entre os anos finais do século XVII e a primeira metade do século XVIII, e observar as suas potenciais transformações. Ao assumir a possibilidade de alterações, é relevante verificar se os processos de subordinação das capitanias de Itamaracá, Rio Grande e Ceará ao Governo de Pernambuco neste período acabam por impactar sobre os contatos mantidos entre o Governo-Geral e estas capitanias. Além disso, convém também aferir se as transformações na arquitetura institucional

¹¹⁶ Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro. Araújo, «A construção da governabilidade...», p. 139

¹¹⁷ Alden, *Royal Government in colonial Brazil...*, pp. 137, 143 e 151.

¹¹⁸ Alden, *Royal Government in colonial Brazil...*, p.144.

¹¹⁹ Fora das capitanias principais, este vice-rei, no Rio de Janeiro, só mantinha comunicações regulares com as de Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento. Alden, *Royal Government...*, p. 448.

¹²⁰ Alden, *Royal Government...*, p. 447.

das Capitanias do Norte, tal como ilustramos no capítulo 4, refletem-se, ou não, na intensidade dos fluxos comunicacionais mantidos com o Governo-Geral.

Para isso, e sem deixar de reconhecer o caráter inovador das contribuições de Hugo Araújo, parece-nos oportuno organizar os dados de uma maneira diferente a fim de permitir comparações diretas com o protagonismo comunicacional dos governadores de Pernambuco. Uma vez que este autor abraçou o desafio de considerar a comunicação dos governadores-gerais com a totalidade do Estado do Brasil, interessa-nos, primeiramente, reduzir o espaço de observação exclusivamente para as Capitanias do Norte, observando variações na frequência de comunicações expedidas a cada capitania ao longo do tempo. Isso porque a análise de Hugo Araújo toma por base os volumes totais de comunicações dirigidas a cada capitania e acaba por não observar variações nos fluxos *anuais* destinados a cada Capitania¹²¹. Além disso, os critérios para a composição do conjunto de Araújo, que só considerou “cartas que não tivessem grandes trechos corroídos ou dilacerados pela ação do tempo” e que “permitissem identificar com clareza o assunto tratado, assim como os destinatários”¹²², acabam por ser diferentes dos nossos, que estão mais orientados para uma abordagem panorâmica e, pela mesma razão, quantitativa.

O conjunto documental levantado, como referimos no capítulo 1, compõe-se exclusivamente da documentação publicada na coleção dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sem considerar a documentação primária¹²³, motivo pelo qual as balizas cronológicas estão condicionadas às comunicações produzida entre os anos de 1650 e 1732¹²⁴, e não avança até o ano de 1756, limite de nossa análise. Neste fundo, reunimos uma base com 1676 documentos, que será suficiente para caracterizar os ritmos de comunicação do Governo-Geral com as capitanias. Agrupamos os dados contabilizados em *décadas*, a fim de que possamos acompanhar a variação dos padrões de comunicação com cada uma das capitanias ao longo dos 82 anos considerados¹²⁵. Ainda que não disponhamos de dados minimamente completos para toda a década de 1730, consideramos os anos de 1730, 1731 e 1732 como uma amostra deste período¹²⁶. Para ilustrar a frequência dos contatos,

¹²¹ Preferindo observar a frequência das comunicações considerando os *meses*. Sua análise de médias anuais incide, sobretudo, para a quantidade de cartas expedidas ao longo dos mandatos de cada governador-geral, e acaba por não observar estas médias consoante a diversidade dos territórios. Araújo, 2018, p. 120-124.

¹²² Araújo, «A construção da governabilidade...», p. 120.

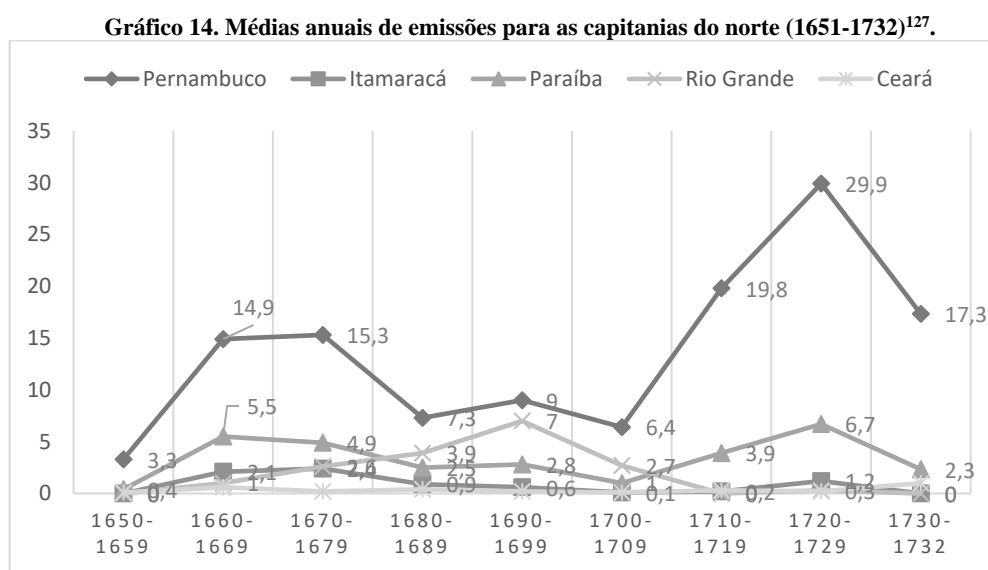
¹²³ Tal como faz Hugo Araújo. Araújo, «A construção da governabilidade...», p. 120.

¹²⁴ DHBNRJ, Vols. III, IV, V, VI, IX, X, XI, XXXVIII, XXXIX, XL, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI.

¹²⁵ Esses dados podem ser vistos de forma sistemática no Anexo X.

¹²⁶ Ao passo que as médias calculadas anteriormente tomam o período de dez anos para calcular as médias, as calculadas para este período foram calculadas a partir destes três anos.

contabilizamos a variação nas médias anuais com base no volume total de correspondência dirigido a cada capitania em cada década. Reunimos estas médias no Gráfico 14.



O que está no alto assemelha-se ao que está em baixo. Entrevemos que comunicação expedida pelo Governo-Geral espelha, em muito menor escala, os padrões da comunicação expedida pelo Conselho Ultramarino às Capitanias do Norte. O contato com Pernambuco é marcado pelo envio anual e regular de comunicações aos interlocutores da Capitania, oscilando entre médias próximas a 3,3 cartas ao ano na década de 1650 até a um máximo de quase 30 na de 1720. Mas esta tendência não é marcada por um crescimento uniforme, e sim por oscilações nos fluxos de cada década. Observemos, por exemplo, que o crescimento exponencial das médias nas décadas de 1660 e 1670 pode estar associado, de um lado, à conjuntura vivida em Pernambuco com a Guerra dos Palmares, mas também coincide com os períodos mais acirrados dos atritos entre os Governadores e o Governo-Geral em torno dos provimentos dos ofícios vacantes e da jurisdição sobre as capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande¹²⁸. Já o declínio das comunicações ao longo das décadas de 1680 e 1690, pode estar associado a alguma acomodação destes conflitos, como veremos ao fim do capítulo. Os fluxos voltam a se intensificar nas décadas de 1710 e 1720, por razões que explicaremos mais adiante no texto.

Os contatos com Pernambuco se restringem, na maior parte do tempo, à interlocução com Olinda e Recife, que juntas respondem por 1048 de todas as 1111 missivas contabilizadas

¹²⁷ Dados levantados com base na correspondência dos Governadores Gerais publicada em: DHBNRJ, Vols. III, IV, V, VI, IX, X, XI, XXXVIII, XXXIX, XL, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI.

¹²⁸ Acioli, *Jurisdição e conflitos...*; Mello, *A fronda...*; Chaves Júnior, «As capitanias de Pernambuco...», Araújo, «A Construção da Governabilidade...».

no conjunto documental levantado. As únicas vilas menores com as quais o Governador-Geral manteve comunicações entre 1650 e 1732, foram as de Alagoas, destino de 27 cartas, e Penedo, para onde foram enviadas 23. As outras de Igarassu, Sirinhaém e Porto Calvo receberam, cada uma, uma carta. Isso confirma, em boa medida, que a autoridade do Governador-Geral quase não penetra no interior do território da Capitania, limitando-se, quando muito, ao contato com o Sul de Pernambuco que, de resto, é uma região de passagens para a Bahia.

Fora de Pernambuco, a correspondência do Governo-Geral com a Capitania da Paraíba, só passou a ser regular a partir da década de 1660, quando seu povoamento começou a ser retomado de forma efetiva. Assim como nos circuitos transoceânicos, a Paraíba representa o segundo espaço de interlocução mais importante para o Governo-Geral, assim como é a única capitania, dentre as do Norte, que recebeu fluxos anuais de comunicação de forma efetiva e regular.

As comunicações com o Rio Grande crescem de forma tênue, porém contínua entre os anos de 1663 e 1690, período em que assumem periodicidade regular e anual¹²⁹. O pico das comunicações com esta capitania ocorre durante o ápice da Guerra do Açu, na década de 1690, quando, as médias giram à volta de sete cartas anuais, quase ombreando com a média de nove destinadas à Pernambuco no mesmo período. Como demonstrou Pedro Puntoni, o Governo-Geral esteve particularmente empenhado na organização da guerra aos “tapuias”, e, como veremos, a maior parte das comunicações neste período foi dirigida aos sertanistas¹³⁰. Contudo, na década seguinte, o volume de correspondência dirigida à capitania começa a declinar de forma visível depois da anexação daquela capitania ao Governo de Pernambuco, em 1701, chegando ao ponto de perder a frequência anual entre as décadas de 1710 e 1730. Isso é particularmente interessante, porque a anexação à Pernambuco não excluiu o Rio Grande da jurisdição do Governo-Geral, ficando esta capitania, na verdade, duplamente sujeita, ainda que menos ligada à Bahia.

O mesmo vale, em menor medida nas comunicações com Itamaracá, para onde o Governador-Geral enviava pelo menos uma, duas ou três cartas anuais até a década de 1690, quando foi revertida ao estatuto de Capitania de Donatários (1692). A partir de então, o contato vai se tornando cada vez mais irregular, ao ponto de praticamente desaparecer nos primeiros vinte anos do século XVIII. Mas, nesse caso, as médias podem esconder algumas nuances, pois

¹²⁹ Neste período, os únicos anos em que não há indícios de correspondência para o Rio Grande são os de 1666, 1679, 1680 e 1683.

¹³⁰ Puntoni, A guerra dos bárbaros...

mesmo antes, encontramos anos como 1666, 1673, 1680 e 1681, em que não há registro de comunicações enviadas a esta capitania.

Por fim, os dados levantados revelam que o Ceará nunca esteve plenamente integrado ao do raio de ação do Governo-Geral, resumindo-se ao estabelecimento de contatos muitíssimo esporádicos. Hugo Araújo atribuiu estes índices razoavelmente baixos ao incipiente “nível de institucionalização” da capitania¹³¹. Mas, se os indícios apontam que mesmo depois de se ter alargado a composição da grelha administrativa da capitania na passagem do século XVII para o XVIII, os contatos com a Bahia permaneceram incipientes, é de se buscar outros fatores que expliquem a baixa cadência de contatos. O mesmo autor reconhece, e nós concordamos, que as dificuldades de conexão por via marítima ou terrestre com a Bahia constituíam um potencial entrave às comunicações, mais facilmente atendidas a partir de Pernambuco, como demonstramos anteriormente¹³².

No próximo tópico, aferimos se a falta ou a baixa frequência de contatos entre o Governo-Geral e estas capitanias era ou não suprida por contatos mais intensos com os Governadores de Pernambuco. Mas, antes, convém referir que para além das cartas, os Governadores-Gerais tinham alçada para expedir uma grande variedade de suportes comunicacionais, tais como **alvarás**, **bandos**, **ordens**, **portarias** e até mesmo **regimentos** às diferentes capitanias, e que nenhum deles está contemplado nos dados relacionados acima e tampouco foram alvo de um estudo sistemático por parte da historiografia¹³³.

Uma vez que estes suportes eram destinados, no geral, à transmissão de comandos com caráter executivo, eles acabam por demarcar certas hierarquias de subordinação entre o emissor e o receptor e, com efeito, asseguram a posição cimeira dos governadores-gerais sobre os outros poderes. Com base nisso é que se pode compreender a preocupação do Conde de Óbidos, no excerto da epígrafe deste capítulo, em prevenir o capitão-mor de Itamaracá para que não aceitasse *ordens* do governador de Pernambuco, mas apenas do Governo-Geral¹³⁴, uma vez que estas, e os outros suportes, materializavam a intervenção ativa sobre os territórios e jurisdições da alçada dos governadores ou dos capitães-mores. Convém é questionar a frequência com que eram expedidos para as Capitanias do Norte.

¹³¹ Araújo, «A Construção da Governabilidade...», p. 149.

¹³² Araújo, «A Construção da Governabilidade...», p. 149.

¹³³ Ao se debruçar sobre os interlocutores presentes nas **cartas** do governador-geral para a Bahia, Hugo Araújo constata, por exemplo, que apenas 2,38% delas era destinada ao Provedor-Mor, e que isso poderia ser explicado pela tipologia do suporte comunicacional, já que os “instrumentos privilegiados para expressar as relações de poder entre esses oficiais” seriam os “alvarás e as provisões”, nos quais os provedores aparecem com mais frequência. Araújo, «A Construção da Governabilidade...», p.139.

¹³⁴ DHBNRJ, Vol. V, p. 375.

Não sabemos ao certo como este gênero de comunicações estava organizado nos arquivos da Secretaria do Governo-Geral. Se as **cartas** expedidas passaram a estar ordenadas, tal como no arquivo do Conselho Ultramarino, de acordo com as diferentes áreas geográficas de destino, não encontramos nada semelhante para os Alvarás, Bandos, Editais, Provisões ou Portarias. A partir da documentação publicada na *Coleção dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, único fundo que tivemos acesso, foi possível identificar 27 livros em que ficavam registadas as **Patentes, Provisões e Alvarás**, e outros 8 que serviam ao registo de **Portarias**¹³⁵. Os livros de patentes, provisões e alvarás estão atrelados à dinâmica de provimentos dos ofícios, ao passo que os de portarias abrangem questões mais genéricas e que estão relacionadas ao expediente da governação. Os oito livros de Portarias, todavia, têm datas limite fixadas entre 1711 e 1736 e tratam essencialmente de documentos expedidos para a Bahia, Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro. Nestes oito volumes, encontramos meras **cinco** portarias dirigidas às Capitânicas do Norte, sendo duas ao Provedor de Pernambuco, duas ao Capitão-Mor das Alagoas – em forma de despacho a uma petição sua – e uma à Câmara de Itamaracá¹³⁶.

Mesmo que não tenhamos encontrado qualquer livro de registo de **Bandos** dos governadores-gerais, sabemos por meio de fundos documentais alternativos que eles eram utilizados nas comunicações com as Capitânicas do Norte, ainda que pouco frequentemente. Exploraremos o emprego e as características dos bandos no próximo capítulo, quando examinarmos a sua utilização pelos governadores de Pernambuco. Mas, por hora, basta dizer que o Bando é um suporte empregado para as comunicações dirigidas ao coletivo da sociedade, o qual era lido nos lugares mais frequentados das vilas ou cidades ao rufar de caixas. O conteúdo dos bandos apresenta efeitos potencialmente legislativos, pois estabelece uma determinação específica e um conjunto de punições aplicáveis. No caso dos bandos lançados pelo governador-geral, destacamos essencialmente dois tipos. Os bandos de abrangência geral para todo o Estado do Brasil e os que eram dirigidos a uma parcela específica do território.

Dentre os primeiros, temos, apenas para citar um exemplo, o que foi lançado pelo Marquês das Minas, em 1687, divulgando uma ordem régia em que se proibiu o “cerceio da moeda”, “de ouro ou de prata, nacional ou estrangeira em todo o Estado do Brasil”, sob “pena de morte”¹³⁷. A publicação deste bando foi encarregada ao governador João da Cunha Souto

¹³⁵ DHBNRJ, Vols. V, VII, VIII, XII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXIV, XLV, LIII, LIV, LVI, LVII, LVIII, LIX, LX. XLI, XLII, XLIX, XLXX, XLXXIII, XLVI, XLVII.

¹³⁶ DHBNRJ, Vol. LXIX, pp. 227, 234, 287, 306, 140. Na verdade, esse é o único livro de portarias disponível na coleção que regista esta tipologia de atos comunicativos para as capitânicas do norte.

¹³⁷ AUC, CA, Códice 31, fl. 413.

Maior para ser publicado no Recife e em Olinda, mas também remetido por vias firmadas aos Capitães-Mores “em todas as capitanias deste governo”, a “cujo cargo estão para que o mandem publicar a som de caixas e fixar nas partes costumadas para que em nenhum tempo se alegue ignorância”¹³⁸.

Os de abrangência local, poderiam atender a circunstâncias específicas à ação do governo-geral ou das justiças, como o bando lançado por Afonso Furtado do Rio de Mendonça, em Salvador, para perseguir e prender os acusados da morte de Pedro da Silva Pimentel, mas remetido ao governador de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho em dezembro de 1674, para que mandasse “publicar aí, e fixar as copias nas vilas e lugares dessa Capitania onde possa ser mais notório”, por se ter “certeza, serem passados para essas Capitanias, e se os Capitães-mores delas, puserem cuidado na prevenção das passagens, e caminhos, e na especulação deles, pelos sinais, é mui provável se achem”¹³⁹.

Alguns bandos do governo-geral poderiam, inclusive, suprir as limitações da jurisdição delegada aos governadores ou capitães-mores das capitanias. Sem que conheçamos o conteúdo de um bando remetido por D. João de Lencastre ao Rio Grande, sabe-se ao menos que ele foi requisitado ao dito governador-geral pelo então Capitão-Mor Bernardo Vieira de Mello, em novembro de 1696¹⁴⁰. Em maio de 1722, Vasco Fernandes César de Meneses resolveu por sua livre iniciativa “lançar um Bando com pena de morte a quem transportasse ou remetesse algum gênero de ouro e prata para a Costa da Mina”, pois se achava “esta proibição tão relaxada que já se principiava a mandar patacas provinciais para o resgate dos negros”¹⁴¹. E justificava o envio do bando àquela Capitania dizendo que só o fazia “porque Vossa Senhoria não se acha com jurisdição para impor a última pena”, isto é, a de morte, por ser uma regalia “e ser esta a que só possa impedir aquela extração” da moeda, mandando publicá-lo.

Casos como estes revelam que a expedição de bandos por parte do governo-geral ou veiculava a divulgação de normativas régias ou atendia a situações muito excepcionais. Ainda que não tenhamos encontrado conjuntos mais completos para tratar do assunto, a parca referência a tipologias de suporte comunicacional alternativas às *cartas* pode ser reveladora dos limites da intervenção do governador-geral sobre as capitanias. Veremos no próximo capítulo que a diversidade tipológica dos suportes de comunicação empregados pelo Governo de Pernambuco é seguramente maior e mais recorrentemente.

¹³⁸ AUC, CA, Códice 31, fl. 413v.

¹³⁹ DHBNRJ, vol. 10, fl. 134.

¹⁴⁰ Constatamos, através de uma menção ao bando na carta anexa, no qual Lencastre lhe diz: “Com esta [carta] remeto o bando que Vossa Mercê me pede”. DHBNRJ, vol. 38, fl. 417.

¹⁴¹ DHBNRJ, vol. 85, fl. 114.

6.2.2 *Espaços de Comunicação do Governo de Pernambuco*

Por ora, tratemos, para efeitos comparativos, de dar alguma dimensão quantitativa à comunicação política interna dos governadores de Pernambuco. Se o contato do Governo-Geral com as cinco capitanias do norte era invariavelmente feito à distância, os governadores de Pernambuco tinham a oportunidade de o fazer presencialmente – de forma contínua no núcleo de governo e esporadicamente em outras localidades. Se estes agentes não estavam autorizados, pela primeira cláusula do Regimento de 1670, a deixar o local de residência, em Olinda, e visitar pessoalmente os espaços locais¹⁴², a cláusula nem sempre foi cumprida e, a partir do início do XVIII, o Recife passou a ser o local de residência preferido, como ilustramos no capítulo 2. Mas, além disso, há referências que em algumas circunstâncias, os governadores deslocaram-se até as povoações e até mesmo capitanias vizinhas. Na conta que deu de seu mandato ao rei D. Afonso VI, em 1664 – portanto antes da promulgação do Regimento – Francisco de Brito Freyre diz ter “gastado mais de sete meses no expediente de visitar todas as povoações maiores e mais pequenas” que estavam sob sua jurisdição¹⁴³. Trata-se de uma exceção, pois daí em diante, a documentação deixa de mencionar deslocamentos prolongados, ainda que encontremos indícios de visitas mais curtas. Em 1668, Bernardo de Miranda Henriques saiu do Recife e visitou a vila de Nossa Senhora da Conceição na Capitania de Itamaracá, atitude repetida por Henrique Luís Pereira Freire, em Goiana no ano de 1739¹⁴⁴. Há também indícios que Félix José Machado visitou a vila de Igarassu, em outubro de 1712¹⁴⁵.

A prática de percorrer o conjunto do território parece ter sido retomada por Luís Correia de Sá (1749-1756). Em 23 setembro de 1749, seis meses depois de tomar posse, este governador se deslocou para o norte e durante dezesseis dias esteve em Igarassu, na Ilha de Itamaracá, em Goiana, e em Maranguape, de onde retornou ao Recife, no dia 11 de outubro¹⁴⁶. Durante esse tempo, o governador passou mostras às companhias de ordenança, visitou fortalezas, atendeu a festas religiosas e encontrou-se com o Governador da Paraíba nos limites entre esta Capitania e Itamaracá. Faltando menos de um ano para concluir o mandato, em novembro de 1755, ele registou em seu diário que, no dia 10 “saí do Recife dando princípio à jornada das Alagoas”.

¹⁴² De acordo com a primeira cláusula do regimento passado a Fernão de Sousa Coutinho, em 1670, estes oficiais eram obrigados a fazer sua “assistência na vila de Olinda” e dela não deveriam sair “para parte alguma” sem expressa ordem do rei. Regimento passado a Fernão de Sousa Coutinho do posto de Governador Capitania de Pernambuco em 1670. In: **ICP**, p. 121.

¹⁴³ BNP, Cx. 236, manuscrito 51, fl.1.

¹⁴⁴ AUC, CA, 31, fl.235; 32, fl. 622.

¹⁴⁵ PBA, 115, fl. 76

¹⁴⁶ **DLCS**, pp.33-37.

Nos dias que se seguiram, o Governador percorreu as freguesias do Cabo, Ipojuca, a vila de Sirinhaém, Camaragibe – em Porto Calvo – Santo Antônio Mirim e de lá até a barra de Jaraguá, de onde seguiu para a vila de Alagoas do Sul, aonde chegou no dia 21. Sua permanência na cabeça da Comarca prolongou-se por dez dias, ocasião em que teve oportunidade de atender a uma série de cerimônias, celebrações locais, jantares nas casas dos senhores de engenho e outros entretenimentos, mas também de passar mostras às companhias da ordenança e dos auxiliares. No dia 01 de dezembro iniciou a jornada de volta, passando à cavalo pelos mesmos sítios, e chegou ao Recife no dia 12¹⁴⁷. Entre 23 dias de viagem ao sul de Pernambuco e 10 de permanência, o Governador ausentou-se por mais de um mês do local de sua residência e não esclarece quem respondeu pelo governo da capitania durante o período.

Apesar destas referências, é certo que visitas de longa duração como as de Brito Freyre ou de Luís Correia de Sá não eram frequentes. Além disso, certos espaços mais longínquos como Penedo ou as freguesias do sertão, parecem nunca ter sido visitados, assim como as capitanias do Rio Grande e do Ceará. Com efeito, fora de Recife ou de Olinda, onde há indícios de que os governadores atendiam presencial e oralmente aos negócios do governo, o contato com os espaços distantes dependia do recurso às comunicações manuscritas. Tal como o que identificamos para o governo-geral, importa agora aferir os padrões de comunicação ou a frequência com que estes contatos eram mantidos.

Uma vez que a documentação original da Secretaria de Governo de Pernambuco foi quase que totalmente perdida, é preciso recorrer a fundos documentais alternativos para remontar o circuito comunicacional. A Tabela 18, apresenta um mapeamento dos fluxos geográficos de comunicação interna dos governadores com base na coleção do Conde dos Arcos, contemplando as localidades na primeira coluna e o número correspondente de atos comunicativos expedidos para cada uma em cada década. A última coluna, apresenta o somatório destinado a cada espaço e a última linha, a quantidade de disposições disponível em cada década. Dividimos a tabela em três seções, a saber, a comunicação dirigida ao interior da capitania de Pernambuco, a documentação dirigida às Capitanias do Norte e à Ilha de Fernando de Noronha, e a comunicação dirigida a espaços alternativos ou não mencionados. Na última linha de cada seção, encontra-se indicado o somatório total de cada década em cada circuito.

¹⁴⁷ **DLCS**, pp 299-302.

Tabela 18. Volume de comunicação expedida pelos Governadores de Pernambuco (1660-1746)¹⁴⁸

Local	1648-1659	1660-1669	1670-1679	1680-1689	1690-1699	1700-1710	1711-1715	1715-1724	1725-1734	1735-1746	Total
Comunicação Interna na Capitania de Pernambuco											
Olinda	20	82	43	55	27	31	63	30	27	48	426
Recife	22	77	75	172	128	74	230	166	156	148	1248
Olinda e Recife	4	22	9	38	23	14	10	13	4	10	147
Olinda ou Recife	3	3	10	25	5	1	17			2	66
Igarassu	2	4	13	5			1	2	1	7	35
Sirinhaém	1	24	42	12	7	1	10	8	7	3	115
Porto Calvo	1	29	19	5	6	1	5	2	2	3	73
Alagoas	3	20	18	7	11	3	9	5	15	5	96
Penedo	1	25	26	9	11	5		1	8	5	91
Todas de Pernambuco	3	12	16	19	6	4	15	6	14	9	104
Sertões	-	1	1		5	10	5	7	41	10	80
<i>Subtotal</i>	<i>60</i>	<i>299</i>	<i>272</i>	<i>347</i>	<i>229</i>	<i>144</i>	<i>365</i>	<i>240</i>	<i>275</i>	<i>250</i>	<i>2481</i>
Comunicação com as outras Capitânicas do Norte e Ilha de Fernando de Noronha											
Itamaracá	-	16	53	27	17	24	42	21	9	10	219
F. de Noronha	1	-	-	-	-	-	-	-	-	22	23
Paraíba	6	8	-	-	3	1	4	2	6	-	30
Rio Grande	2	2	6	5	7	14	29	19	5	7	96
Ceará	2	1	-	6	5	1	13	5	57	6	96
<i>Subtotal</i>	<i>11</i>	<i>27</i>	<i>59</i>	<i>38</i>	<i>32</i>	<i>40</i>	<i>88</i>	<i>47</i>	<i>77</i>	<i>45</i>	<i>464</i>
Espaços de comunicação alternativos ou não referidos											
N. Especificado	1	19	19	36	21	5	2	11	11	4	129
Outros		5				1			2	1	9
<i>Total de Disposições</i>	<i>72</i>	<i>350</i>	<i>350</i>	<i>421</i>	<i>282</i>	<i>190</i>	<i>455</i>	<i>298</i>	<i>365</i>	<i>300</i>	<i>3083</i>

Ainda que maciço, trata-se, como referimos anteriormente, de um conjunto de cópias seguramente incompleto, e que longe de nos permitir acompanhar volumes absolutos das comunicações dirigidas a cada localidade, serve apenas para ilustrar **tendências** de comunicação. Uma primeira constatação que se pode inferir é a de que, em todo o período considerado, a maior parte das comunicações expedidas pelos Governadores difundia-se no espaço circundante à sua residência, nomeadamente Olinda, Recife e suas respectivas freguesias, correspondentes, no somatório geral, a quase de 60% de toda o conjunto disponível na Coleção do Conde dos Arcos. Note-se que a documentação circulante entre Olinda e o Recife está enquadrada em quatro categorias, a saber: os fluxos dirigidos a cada um destes espaços individualmente, as comunicações circulares dirigidas simultaneamente aos dois espaços (Olinda e Recife) e ainda as comunicações dirigidas a destinatários que circulavam cotidianamente entre ambos (como o Ouvidor, Juiz de Fora, Tabeliães) e que por esta mesma razão, nem sempre foi possível acompanhar o local exato em que se encontravam na altura em que receberam as comunicações (daí serem enquadrados na categoria Olinda ou Recife). Este

¹⁴⁸ Dados computados a partir do fundo das Disposições dos Governadores de Pernambuco, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coleção do Conde dos Arcos, Códices 31 e 32.

corresponderia ao centro nevrálgico da ação governativa, no qual estavam sediadas as instituições de maior peso político e também as Juntas regulares e extraordinárias.

Cabe também reparar que o contato com o ativo núcleo urbano do Recife era bem mais intenso do que o estabelecido com Olinda, especificamente, dado que confirma o dinamismo que aquele espaço adquiriu no *post bellum*. Acrescente-se que se a mobilidade dos Governadores entre Recife e Olinda permitia contatos presenciais cotidianos com as autoridades do lugar¹⁴⁹, o uso dos suportes escritos nem sempre era dispensado para os efeitos de formalização dos atos governativos. Mencionando uma conversa que teve sobre uma provisão Régia com o Provedor da Fazenda, em maio de 1746, o governador D. Marcos de Noronha e Brito escreveu-lhe dizendo que “sem embargo de ser da mesma [matéria] em que falamos esta tarde, deve vossa mercê por papel dizer o seu parecer”¹⁵⁰. Três meses antes, atendendo a uma solicitação verbal do capitão-mor de Igarassu para que preenchesse uma companhia vacante de seu distrito, o mesmo governador respondeu-lhe dizendo que informasse o distrito e as pessoas capazes, mas também repreendeu o capitão-mor dizendo “se há mais alguma coisa me faça saber o fará por escrito”¹⁵¹. Veremos no próximo capítulo que há mesmo um suporte comunicacional, as **portarias**, destinado a registrar as ordens ditas oralmente em papel.

Observando o conjunto das disposições dirigidas ao interior da Capitania, fica claro que as vilas menores da Capitania absorviam fluxos mais modestos de comunicação que variam entre 3% e 7% do total das disposições registadas no período. Ainda que estes números não representem os volumes reais da documentação que um dia circulou entre os comunicantes aqui referidos – e sim os atos de governo considerados como os mais importantes pelo copiadador do Conde dos Arcos – é bastante sugestivo que o principal espaço de ação política dos Governadores se circunscrevia ao próprio centro de governo. E mesmo diante da incompletude da amostra, também fica claro que a intensidade dos contatos entre o governador-geral e as vilas de Igarassu, Sirinhaém, Porto Calvo, Alagoas e Penedo, como demonstramos no tópico anterior, não é minimamente equiparável à comunicação expedida pelos governadores de Pernambuco para estes mesmos espaços. Além disso, é preciso referir que o contato com estes espaços também se fazia através de normas gerais, dirigidas a todas as vilas e que estão registadas em cartas, ordens e bandos *circulares*, representados na categoria “Todas de Pernambuco”. O mesmo se pode dizer da comunicação com os sertões de Pernambuco, que

¹⁴⁹ Não raras vezes, encontramos disposições dos Governadores agendando reuniões presenciais com os provedores, magistrados, oficiais camarários e militares AUC, CA, Cód.32, fl.596v.

¹⁵⁰ AUC, CA, Cód. 35, fl. 192.

¹⁵¹ AUC, CA, Cód. 35, fl. 162.

também é inexpressiva na correspondência dos governadores-gerais, mas assume proporções crescentes ao longo da primeira metade do século XVIII, com o despontar do povoamento e da atratividade econômica destes espaços, sustentada pelo incremento da produção pecuária e do abastecimento interno da Capitania das Minas.

Considerando agora a comunicação expedida para fora de Pernambuco, isto é, para as capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará, observamos, algumas questões. A começar pelos padrões de comunicação com a Paraíba, que não estando subordinada ao Governo de Pernambuco até o ano de 1756, vê-se pouco representada no conjunto levantado nas *Disposições dos Governadores*, dado que pode confirmar uma articulação mais forte com o Governo-Geral durante todo o período. Veremos no próximo capítulo que a comunicação dos governadores com esta capitania, limitava-se a algumas questões específicas à defesa, à fiscalidade ou à perseguição de criminosos, e que se dirigem ao Capitão-Mor ou ao Provedor da Fazenda.

Algo diferente ocorre no caso dos contatos estabelecidos entre os governadores de Pernambuco com a capitania de Itamaracá que, desde 1654, ficou, por diversos interesses, duplamente subordinada ao Governo de Pernambuco e ao Governo-Geral. Estes fluxos comunicacionais não só eram os mais intensos no conjunto das capitanias ao norte, mas são os que se mantêm de maneira mais regular entre 1654 e 1746 quando comparados aos das outras capitanias. Este padrão de contato mantém-se, inclusive, no período posterior à devolução desta capitania ao patrimônio da Casa de Cascais, em 1692, quando os contatos desta capitania com o Governo-Geral praticamente anulam-se. Isso sugere, e confirmaremos no próximo capítulo, que há uma intervenção contínua e mais pronunciada sobre esta capitania do que sobre as restantes. A ausência do donatário é preenchida pela sombra do governador de Pernambuco.

O Ceará esteve subordinado a Pernambuco durante todo o período analisado, mas vê-se pouco representado entre as disposições dos governadores na segunda metade do século XVII, do mesmo modo em que está praticamente ausente nas emissões do Governador-Geral neste mesmo período. Mas, com a consolidação da conquista e a institucionalização, a capitania passa a ganhar um destaque cada vez maior na primeira metade do século XVIII. Destaque este que não se observa nas comunicações trocadas com o Governo-Geral no mesmo período.

Por fim, uma derradeira questão refere-se à mudança nos padrões de comunicação com o Rio Grande no período posterior à sua anexação, em 1701. Ao longo da segunda metade do século XVII, portanto, antes da anexação, os contatos parecem estabelecer-se de forma irregular, e especialmente quando comparados à comunicação ativa desta Capitania com o Governo-Geral. Mas a tendência inverte-se duplamente após a anexação, pois ao longo do

primeiro quartel do século XVIII, e ao contrário do que ocorre com a inflexão no volume de comunicações dirigidas pelo governador-geral a esta capitania, o volume de comunicações dirigidas pelos Governadores de Pernambuco ao Rio Grande tende a crescer, o que é indicativo de uma maior interação com esta. Mas, voltamos a repetir, esta, como nos outros casos, é uma mera **tendência** observada através de um fundo absolutamente fragmentário onde parecem estar registadas apenas as disposições consideradas mais importantes pelo copiadador do Conde dos Arcos. Tal inconsistência parece evidente entre 1725 e 1746, e será necessário comparar isso com outros fundos documentais mais completos.

Em resumo, os dados levantados nos códices das *Disposições dos Governadores*, sugerem que, se comparada à manutenção uma comunicação constante e regular com Olinda e Recife ao longo do tempo, a intensidade de comunicação com as vilas menores e com os sertões da Capitania de Pernambuco, de um lado, e com as capitanias ao norte, de outro, é mais ou menos regular, variando conforme certas circunstâncias. Note-se, por exemplo, que os maiores índices de comunicação com as vilas menores de Pernambuco, tais como Alagoas, Porto Calvo, Penedo e Sirinhaém coincidem com as décadas de 1660 e 1670¹⁵², marcadas pela ação dos governadores no sentido de coordenar esforços no terreno durante a Guerra dos Palmares, e tendem a declinar já nas décadas de 1680 e 1690, quando as operações passaram cada vez mais ao comando das tropas de Paulistas¹⁵³. O mesmo pode ser verificado nas comunicações expedidas para o Ceará, mais concentrada entre os anos de 1725 e 1735, período turbulento, marcado pela criação de vilas, pela chegada e difícil acomodação do novo Ouvidor na capitania e pelas fracassadas tentativas de descoberta das “Minas dos Icós”¹⁵⁴. Tais variações sugerem que, talvez, os Governadores não tivessem uma projeção tão ativa sobre os espaços mais distantes, limitando-se a responder às circunstâncias e às demandas locais ou a expedir normas gerais para o conjunto dos territórios.

Uma vez que os códices das *Disposições* preservam apenas um conjunto parcial dos fluxos comunicacionais, contendo, em princípio, apenas os atos de governo mais importantes, a solidez dos dados disponíveis e das sugestões levantadas poderia ser colocada em causa. É preciso, com efeito, testá-la através da comparação com fundos mais substanciais de documentação, disponíveis para os mandatos do Marquês de Montebelo (1690-1693)¹⁵⁵ e de

¹⁵² Mendes, Laura Peraza. «O serviço de armas nas guerras contra palmares: expedições, soldados e mercês (Pernambuco, segunda metade do século XVII)». Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

¹⁵³ Puntoni, *A guerra dos bárbaros...*, pp.201-202

¹⁵⁴ AUC, CA, Cód.32, fls.201v, 203, 221, 262, 324v, 487v, 488.

¹⁵⁵ BNP, PBA, Códice 239.

Félix José Machado (1711-1715)¹⁵⁶. Para este efeito, as Tabelas 19 e 20 sistematizam os fluxos geográficos de comunicação política expedida ano a ano por esses dois governadores, tomando por base os mesmos parâmetros que nortearam a elaboração da Tabela 18. Na quinta coluna encontramos o somatório do volume de comunicações destinado a cada localidade e na sexta, as médias anuais calculadas segundo os espaços.

Tabela 19. Fluxos Geográficos de Comunicação Expedida por Antônio Félix Machado (1690-1693)¹⁵⁷

Lugar	1690	1691	1692	1693	Total	Média Anual
Comunicação Interna de Pernambuco						
Olinda	32	50	33	17	132	33
Recife	71	128	96	19	314	78,5
Recife ou Olinda	8	7	5	0	20	5
Igarassu	1	1	2	1	5	1,25
Sirinhaém	1	5	4	0	10	2,5
Porto Calvo	1	1	3	0	5	1,25
Alagoas do Sul	1	3	2	0	6	2
Penedo	1	4	0	1	6	1,5
Sertões	6	7	4	0	17	4,25
Todas de Pernambuco	6	2	0	0	8	2
<i>Subtotal</i>	<i>128</i>	<i>208</i>	<i>149</i>	<i>38</i>	<i>523</i>	<i>131,25</i>
Comunicação com as outras Capitanias do Norte						
Itamaracá	12	4	24	0	40	10
Paraíba	4	3	5	0	12	3
Rio Grande	1	4	0	0	5	1,25
Ceará	0	2	0	0	2	0,5
<i>Subtotal</i>	<i>17</i>	<i>13</i>	<i>29</i>	<i>0</i>	<i>59</i>	<i>14,75</i>
Espaços de comunicação não referidos						
Não Especificado	10	6	9	3	28	7
Total	155	227	187	41	610	152,5

Tabela 20. Fluxos Geográficos de Comunicação Expedida por Félix José Machado (1711-1715)¹⁵⁸

Lugar	1711	1712	1713	1714	1715	Total	Média Anual
Comunicação interna de Pernambuco							
Olinda	10	61	85	66	45	267	66,75
Recife	38	126	205	140	60	569	142,25
Igarassu	2	5	7	4	3	21	5,25
Sirinhaém	8	6	8	5	3	30	7,5
Porto Calvo	5	4	2	2	1	14	3,5
Alagoas do Sul	6	6	7	6	7	32	8
Penedo	4	0	2	2	1	9	2,25
Sertões	2	0	13	2	4	21	5,25
Todas de Pernambuco	5	9	11	3	4	32	8
<i>Subtotal</i>	<i>80</i>	<i>217</i>	<i>340</i>	<i>230</i>	<i>128</i>	<i>995</i>	<i>248,75</i>
Comunicação com as outras Capitanias do Norte							
Itamaracá	14	27	28	12	17	98	24,5
Paraíba	2	10	3	0	4	19	4,75
Rio Grande	16	8	28	13	6	71	17,75
Ceará	0	1	22	20	6	49	12,25
<i>Subtotal</i>	<i>32</i>	<i>46</i>	<i>81</i>	<i>45</i>	<i>33</i>	<i>237</i>	<i>59,25</i>
Espaços de comunicação não referidos							
Não Especificado	8	2	12	11	7	40	10
Total	120	265	433	286	168	1272	318

¹⁵⁶ BNP, PBA, Códice 115.

¹⁵⁷ Dados levantados com base nas cópias das disposições de Félix José Machado. BNP, PBA, 239.

¹⁵⁸ Dados levantados com base nas cópias das disposições de Félix José Machado. BNP, PBA, 115.

À partida, os dados levantados para os mandatos destes dois governadores servem para ilustrar a incompletude do conjunto apresentada na Tabela 18, mas confirmam assim como nos códigos das *Disposições dos Governadores*, as evidências de que os fluxos comunicacionais mais intensos incidiam sobre Olinda e Recife, ao passo que as localidades distantes, recebiam amostras bem menos significativas – com percentuais até menores do que os inferidos anteriormente. Da mesma forma, o conjunto disponível para o mandato destes dois governadores confirma a possível inconstância dos fluxos dirigidos para fora do espaço de residência dos governadores, atendendo principalmente a circunstâncias locais ou conjunturais. É de se observar, por exemplo, que tanto em um como no outro caso, há anos como o de 1692 e 1712 em que a Vila do Penedo não recebeu sequer uma carta para além das *circulares* emitidas pelos governadores. Fora de Pernambuco, note-se, que a posição de Itamaracá, como terceiro maior destino das comunicações, ilustra a atenção do Marquês de Montebelo com aquele espaço durante as alterações de Goiana, decorridas na sequência da reincorporação da Capitania ao patrimônio da Casa dos Marqueses de Cascais¹⁵⁹. Já a distribuição mais ativa de disposições para as vilas menores de Pernambuco e para a Capitania de Itamaracá, durante o mandato de Félix Machado, resulta, em grande medida, das ações tomadas no âmbito da perseguição aos partidários da nobreza olindense, entrincheirados no interior da Capitania, durante a Guerra dos Mascates¹⁶⁰. Mas, não apenas disso, e sim dos constantes avisos sobre o perigo de incursões estrangeiras no território e dos alertas passados aos Capitães-Mores para a defesa da costa.

Também não deixa de ser interessante comparar a expedição de normas gerais com os fluxos mais localizados de comunicação. Observe-se que, tanto no mandato de Montebelo quanto no de Félix Machado, o volume de disposições circulares é superior aos fluxos dirigidos especificamente às vilas menores como Penedo, Porto Calvo e Igarassu ou quase equivalente ao fluxo expedido para as Alagoas e Sirinhaém.

Por fim, não deixa de ser interessante comparar o “governo de dentro” com o “governo de fora” da Capitania de Pernambuco. Através das tabelas 19 e 20, fica claro que os fluxos comunicacionais dirigidos pelos Governadores às capitanias subordinadas poderiam até ser mais intensos do que os que se dirigiam a cada uma das vilas menores de Pernambuco e aos sertões. Mas, para dar a real medida da comparação, é preciso somar os fluxos locais com a expedição de disposições gerais, ainda que estas abrangessem apenas o território de Pernambuco. Na década de 1660, consoante a tabela 18, há indícios de contatos intensos com as vilas menores da Capitania, algumas delas com fluxos bem superiores ao do total de

¹⁵⁹ Mello, *A fronda...*, pp. 96-106.

¹⁶⁰ Mello, *A fronda...*, p. 403-470

circulares expedidas e, com efeito, bem mais intensos do que os contatos estabelecidos com Itamaracá ou com o Ceará – então reduzido a uma guarnição de soldados pagos. Cinquenta anos mais tarde, a situação inverte-se. Quando somamos, por exemplo, as 32 circulares expedidas por Félix Machado com as 30 ou 32 disposições enviadas para Alagoas e Sirinhaém, vilas menores que mais receberam suas comunicações, temos fluxos ainda menores do que as 98 cartas dirigidas à Capitania de Itamaracá ou as 71 expedidas ao Rio Grande nas mesmas circunstâncias.

Com efeito, o contato dos Governadores com o interior ou o exterior do território de Pernambuco não atendia a um padrão uniforme, e sim variável conforme as circunstâncias apresentadas. Mesmo assim, no cômputo geral, o fluxo das comunicações dirigidas às vilas menores e às capitanias subordinadas é semelhante quando confrontado com a enorme difusão de atos comunicativos no próprio centro de governo. Estes mesmos fluxos podem ser avaliados de diferentes perspectivas e estas podem revelar diferentes padrões de relacionamento político com os territórios.

Quanto às comparações que estabelecemos com a comunicação expedida pelos governadores-gerais às cinco capitanias, algumas questões ficam ainda mais evidentes. É possível confirmar, por exemplo, que em finais do século XVII, os contatos do Governo de Pernambuco com as Capitanias ao Norte dirigiam-se, sobretudo, à capitania de Itamaracá, não tendo o Marquês de Montebelo comunicações regulares nem com o Rio Grande nem com o Ceará. Nesse mesmo período, ainda que o Ceará não fosse inteiramente abrangido no raio de ação dos governadores-gerais, os indícios apontam para a intensa articulação destes agentes com o Rio Grande. Já a tabela 20 confirma que a inflexão no volume de comunicações dirigidas pelo Governo-Geral às capitanias de Itamaracá e Rio Grande foi contrabalanceada pelo alargamento do raio de ação dos Governadores de Pernambuco sobre estas capitanias e também sobre o Ceará. Entre o mandato do pai, Montebelo, e o mandato do filho, Félix Machado, os fluxos destinados a Itamaracá saltam de 40 para 98 disposições; os destinados ao Rio Grande de 5 para 71; os dirigidos ao Ceará de apenas 2 para 49. Já a Paraíba, mantém-se com médias de três ou quatro cartas ao ano, padrão, na verdade, muito semelhante ao que encontramos nas comunicações expedidas pelo Governo-Geral, e que sugere que nem eles, por prática, e nem os de Pernambuco, por não terem jurisdição, intervinham de forma recorrente no expediente da administração interna daquela capitania.

Em síntese, poderíamos dizer que entre a segunda metade do século XVII e a primeira do XVIII, as capitanias de Itamaracá e do Rio Grande vão deixando a esfera de intervenção do Governo-Geral de forma gradativa, passando ao raio de ação direta dos Governadores de

Pernambuco, que também assumem alguma projeção sobre a Capitania do Ceará. O mesmo se pode dizer, em alguma medida da Capitania da Paraíba, que se não será subordinada ao Governo de Pernambuco até 1756, deixa de ter uma interação tão recorrente com o Governo-Geral ainda neste período.

Comparando com uma outra escala de comunicação, o crescimento da comunicação interna dos Governadores de Pernambuco com as restantes capitanias ao norte corresponde ao protagonismo amplificado destes agentes nos circuitos externos, ou transoceânicos, pois, tal como identificamos no capítulo anterior, especialmente na virada do século XVII para o XVIII, a Coroa podia intervir nestas capitanias através dos Governadores de Pernambuco, acionando-os para executar disposições nos territórios e informar sobre contas, petições e requerimentos neles emitidos.

Assim, os indícios apontam para uma progressiva contração da ação comunicativa dos governadores-gerais e para uma crescente regionalização do poder comunicativo dos governadores de Pernambuco. No entanto, e em contraste à tendência verificada ao longo do primeiro quartel do século XVIII, também identificamos que os fluxos de comunicação com a Capitania de Pernambuco tendem ao crescimento. Poderia isso significar um maior “controle” do Governo-Geral sobre esta Capitania e sobre seus governadores, especificamente? Ou haveria outras explicações possíveis? Para dar conta de explicar a questão, é preciso observar tanto o perfil dos interlocutores do Governo-Geral nos territórios, mais detidamente em Pernambuco, quanto a natureza das comunicações estabelecidas diretamente com os Governadores, identificando possíveis mudanças nos padrões de relacionamento.

6.3 A comunicação entre os dois Governos

No decorrer deste último tópico, analisamos os padrões da comunicação política expedida pelo Governo-Geral tentando verificar possíveis transformações ao longo do tempo, mas também explicar a tendência inversa à que se observa nas capitanias ao norte e que se caracteriza pelo aumento nos fluxos comunicacionais estabelecidos entre os governadores-gerais e a capitania de Pernambuco. Importa também compreender os fatores que justificam o peso desta perante as outras capitanias nos circuitos comunicacionais e, por esta mesma razão, aferir a variedade de interlocutores nos territórios, situando também o peso dos governadores em relação a estes.

6.3.1 Os Governadores e os outros interlocutores do Governo-Geral nos territórios.

Uma das primeiras razões que poderia explicar o peso das comunicações com a capitania de Pernambuco, prende-se com a complexidade de sua arquitetura político-administrativa. De entre todas as capitanias do norte, como demonstramos no capítulo 4, Pernambuco sempre teve um maior contingente de efetivos armados nas tropas pagas, nas ordenanças e nos auxiliares; o maior número de vilas e freguesias, com suas respectivas câmaras, capitães-mores e oficiais menores; mas também uma malha político-administrativa maior, que contava com juiz de fora a partir de 1702, dois Ouvidores desde 1712, além de ser a sede do Bispado desde 1686. Há, portanto, uma maior quantidade e variedade de interlocutores em Pernambuco do que nas capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará. Além disso, há que se destacar a importância de certos organismos institucionais de Pernambuco, como a Câmara de Olinda ou a Provedoria da Fazenda que, em dadas alturas, centralizavam a gestão de certas operações fiscais com impacto sobre todas as outras capitanias¹⁶¹.

Para testar a força desse argumento, é preciso aferir a participação de todos estes protagonistas nas comunicações dos governadores-gerais. Considerando a passagem do século XVII para o XVIII como um momento decisivo para a mudança nos padrões comunicativos aqui identificados, apresentamos a distribuição dos principais interlocutores do Governo-Geral em cada capitania nas Tabelas 21 e 22, a seguir.

Tabela 21. Interlocutores do Governo-Geral nas Capitanias do Norte. 1651-1699¹⁶².

	Pernambuco	Itamaracá	Paraíba	Rio Grande	Ceará	N. Menc.	Total
Governador/Capitão-Mor	320	29	94	75	14		532
Provedor da Fazenda	58	8	22	17			105
Ouvidor	22	4	10	1			37
Câmara(s)	42	17	24	23			106
Bispo	1						1
Militares	23	1	5			1	29
Milícia							0
Ordenança	16			1		1	17
Sertanistas	2		2	27			31
Missionários				1	1		2
Eclesiásticos	3					1	3
Particulares	5	1	1			1	7
Lideranças Indígenas	4			2			6
Outros	2		3				5
<i>Total</i>	<i>498</i>	<i>60</i>	<i>161</i>	<i>147</i>	<i>15</i>	<i>4</i>	<i>881</i>

¹⁶¹ Como, por exemplo, o pagamento de contingentes militares ou das despesas com as fortificações, mas também a administração de certas consignações aplicadas às Provedorias das outras capitanias ou de alguns contratos que, com o tempo, passaram a ser todos arrematados em Pernambuco. Para compreender o problema acarretado por estas consignações, ver: Menezes, *Colonialismo em ação...*, p. 209-220.

¹⁶² Dados levantados com base na correspondência dos Governadores Gerais publicada em: DHBNRJ, Vols. III, IV, V, VI, IX, X, XI, XXXVIII, XXXIX, XL, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI.

Na primeira coluna da Tabela, à esquerda, encontram-se tipificados os principais destinatários e nas colunas seguintes, à direita, a quantidade de cartas destinadas a cada um de acordo com a sua respectiva capitania. Na última coluna, apresentamos o somatório geral dos protagonistas, visualizando a sua participação no conjunto das cinco capitanias, ao passo que na última linha, encontra-se o volume de comunicações destinadas a cada uma das cinco capitanias. Note-se que agrupamos os Governadores e os Capitães-Mores numa única linha que representa os indivíduos encarregados do governo político de cada capitania.

Através dos dados apresentados, confirmamos que o peso de Pernambuco no conjunto das outras capitanias pode ser, em parte, explicado pela maior complexidade de sua malha político-administrativa. Há interlocutores de destaque, como o Provedor da Fazenda desta capitania, que mantinha comunicação mais ativa com o governador-geral do que os provedores das outras três capitanias juntos. O mesmo se pode dizer do peso das Câmaras neste circuito comunicacional, que é seguramente maior em Pernambuco do que nas restantes capitanias. Mas, vale destacar que isso não se explica tanto pela maior quantidade de edilidades e sim pelo protagonismo da Câmara de Olinda que, no conjunto, responde por 35 das 42 cartas enviadas pelo governador-geral às edilidades da capitania, ao passo que Penedo recebeu seis e Sirinhaém uma. Há também uma variedade maior de interlocutores em Pernambuco do que nas restantes, principalmente os oficiais militares e os oficiais da ordenança, que estão pouco representados na comunicação expedida às outras capitanias.

Mas o dado mais importante é que ao longo da segunda metade do século XVII, e em consonância com o que já tinha apontado Hugo Araújo para o período compreendido entre 1642 e 1682, os interlocutores mais destacados nas correspondências expedidas pelos governadores-gerais para o conjunto das cinco capitanias do norte são os governadores e os capitães-mores, que respondem por 60% do total 881 comunicações identificadas¹⁶³. Ainda que o volume seja bastante variável de uma capitania para a outra, podemos atestar a importância destes agentes no circuito comunicacional ao perceber que os governadores de Pernambuco receberam 64% das cartas destinadas à capitania, os capitães-mores da Paraíba 58%, os do Rio Grande 51%, os de Itamaracá 48%. Expressividade relativa ao total de cada capitania, pois se visto em conjunto, o volume de comunicações dirigido ao governador de Pernambuco é três vezes maior que o que respeita ao capitão-mor da Paraíba, o quádruplo do volume endereçado ao do Rio Grande e quase onze vezes maior do que aquele dirigido ao de Itamaracá.

¹⁶³ Araújo, «A construção da governabilidade...» p. 144-150.

A expressividade dos outros protagonistas varia em cada capitania¹⁶⁴. Em Pernambuco, à seguir ao governador, a maior parte das cartas foi dirigida ao Provedor da Fazenda que, todavia, não chega a receber 12% do total da capitania. Na Paraíba, a posição do Provedor é equiparável à da Câmara. Já na Capitania de Itamaracá, padrão se inverte, pois a Câmara representa o segundo interlocutor mais destacado (28%) e o Provedor o terceiro (13%). No Rio Grande, além da Câmara e do Provedor, há também algum destaque para a comunicação do governador-geral com os sertanistas durante a Guerra do Açú, cuja participação representa 18% das 147 cartas dirigidas àquela capitania. No Ceará da segunda metade do século XVII, além da irregularidade que apontamos nas comunicações, o capitão-mor representa quase o único interlocutor disponível, além dos missionários e do almoxarife da fortaleza e, com efeito, aca por ser o único que é contatado no território. Dito isso, importa agora aferir o impacto da emergência de outros interlocutores no território ao longo do século XVIII.

Tabela 22. Interlocutores do Governo-Geral nas Capitanias do Norte. (1700-1732)¹⁶⁵.

	Pernambuco	Itamaracá	Paraíba	Rio Grande	Ceará	Total
Governador/Capitão-Mor	372	4	58	7	3	444
Provedor da Fazenda	101	2	15	4		122
Ouvidor	44		25		4	73
Juiz de Fora	5					5
Câmara(s)	36	1	7	1		45
Bispo	5					5
Oficiais Militares	5		4			9
Oficiais Milícia						0
Oficiais Ordenança	16	1				17
Sertanistas	1	1	1	14		17
Missionários				2		2
Eclesiásticos	6		1	1	1	9
Particulares			1			1
Lideranças Indígenas	2				1	3
Outros	23	3	11	1		38
<i>Total</i>	<i>616</i>	<i>12</i>	<i>123</i>	<i>30</i>	<i>9</i>	<i>790</i>

Os dados da tabela 22, apesar de coletados para um corte cronológico mais curto, revelam algumas transformações dignas de atenção. A primeira, é que a emergência de novos interlocutores em Pernambuco vê-se pouco refletida na correspondência com aquela capitania. Entre as 616 missivas enviadas pelos governadores-gerais, há apenas cinco cartas para o Juiz de Fora e dezesseis para o Ouvidor das Alagoas. Apesar da entrada da câmara do Recife no

¹⁶⁴ Confirmando, com pequenas variações, aquilo que Hugo Araújo levantou para os anos de 1642 e 1682. Araújo, «A construção da governabilidade...»

¹⁶⁵ Dados levantados com base na correspondência dos Governadores Gerais publicada em: DHBNRJ, Vols. III, IV, V, VI, IX, X, XI, XXXVIII, XXXIX, XL, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI.

universo de protagonistas, a comunicação com as Câmaras representa apenas 6% das correspondências emitidas no período, sendo 19 para a Câmara de Olinda, 9 para a do Recife, 3 para a de Alagoas, cabeça da Comarca, 2 para a do Penedo, uma para Igarassu e outra para Sirinhaém. A mesma retração nas comunicações com as câmaras se observa na Paraíba, em Itamaracá e no Rio Grande. Reduz-se também a comunicação com os oficiais da tropa paga, apesar de manter-se alguma comunicação com os oficiais da ordenança, maioritariamente representados pela figura dos capitães-mores. Com efeito, não é tanto a emergência de novos protagonistas no terreno que faz com que cresçam as comunicações estabelecidas com a Capitania de Pernambuco, e sim a importância adquirida por alguns destes protagonistas. Este é o caso do Provedor da Fazenda, que absorveu 101 das 122 missivas dirigidas às provedorias de todas estas capitanias.

Mas, o mais importante a sublinhar é que em Pernambuco, os Governadores continuam a ser os principais correspondentes do Governador-Geral, recepcionando 60% das comunicações dirigidas à capitania. Já a comunicação com os capitães-mores das capitanias subordinadas permanece tênue no Ceará e praticamente se anula com os de Itamaracá e do Rio Grande. Nesta última, o contato com os oficiais do terço dos Paulistas chega a ser mais importante do que a comunicação com o capitão-mor da capitania. Essa tendência é semelhante à imagem sugerida por Dauril Alden para finais do século XVIII e parece confirmar a baixa comunicação dos governadores-gerais e vice-reis com os comandantes das capitanias subordinadas, nesse caso, ao Governo de Pernambuco. Note-se que o mesmo não ocorre com o capitão-mor governador da Paraíba, que, não sendo subordinada, mantém-se como principal protagonista naquela capitania.

Em síntese, face aos restantes interlocutores do Governo-Geral no território, os Governadores de Pernambuco mantêm-se como ativos correspondentes por todo o período considerado. A correspondência entre esses dois governos representa 36% de todo o fluxo comunicacional dirigido para as capitanias do norte na segunda metade do século XVII e ao menos 47% do mesmo fluxo nos primeiros trinta anos do século XVIII. Comparativamente, seus congêneres na Paraíba não chegam a responder por 11% das comunicações expedidas entre 1651 e 1699, e nem por 7% das enviadas entre 1700 e 1732.

Com base nisso, poderíamos sugerir que os fluxos de comunicação expedidas pelo Governo-Geral às capitanias do Norte entre 1651 e 1732 verticalizam-se crescentemente para os Governadores de Pernambuco, sendo estes o principal “ponto de contato” entre o Governo-Geral e o território. Mas é preciso frisar que apesar da quase sempre estável troca de correspondência, a natureza das relações entre os dois agentes não foi sempre a mesma, da

mesma forma em que o volume de missivas não é, neste caso, sinónimo de controlo. E assim, para compreender a importância dos Governadores neste circuito comunicacional será preciso observar mais atentamente as características destes padrões bilaterais de comunicação, aferindo seus ritmos e os principais assuntos tratados.

6.3.2 A correspondência entre os Governadores-Gerais e os Governadores de Pernambuco

A opção por tratar da “correspondência”, e não exatamente da “comunicação”, entre o governo-geral e o governo de Pernambuco reflete a presunção de que o universo de fontes disponíveis é limitado, pois dispomos quase que unicamente de *cartas*, quando a hierarquia entre ambos poderia ser materializada, no plano comunicacional, em outras tipologias de suporte. Dentre elas temos as **ordens** que são mencionadas no excerto do regimento passado pelo Conde de Óbidos aos Capitães-Mores, em 1663¹⁶⁶, ou no capítulo 39º do regimento de Roque da Costa Barreto, em 1677, onde se declara expressamente a subordinação dos governadores de Pernambuco e do Rio de Janeiro ao Governo-Geral e o dever de obedecerem “a todas as ordens que ele [Governador-Geral] lhes mandar, dando-lhe o cumpra-se, e executando-as assim as que lhe forem dirigidas”¹⁶⁷. Além dos regimentos, repetidas provisões e ordens régias reafirmaram esta obrigação ao longo do tempo, como ocorreu quando o título de Capitão-General começou a ser sistematicamente atribuído aos governadores de Pernambuco, e, para evitar dúvidas quanto à subordinação, foram expedidas novas ordens enfatizando o dever de cumprir ordens do Geral “com a mesma prontidão que deveis cumprir as minhas”, isto é, do Rei¹⁶⁸. Além das ordens, outras tipologias de suporte como as portarias e os alvarás poderiam servir à transmissão de comandos, e os governadores de Pernambuco tinham, como referimos, o dever de executar e fazer circular os bandos dos governadores-gerais.

Diferente do dever de executar ordens é o **dever de comunicar**¹⁶⁹. Vimos no capítulo anterior que a obrigação de prover informações regulares ao Conselho Ultramarino apresentase de forma clara no capítulo 29º do Regimento dos Governadores de Pernambuco, onde se estabelece que deveriam dar contas “em todos os navios que partirem desses portos”¹⁷⁰. Já o dever de comunicar-se regularmente com o Governo-Geral só foi estabelecido tardiamente pela Coroa através de numa Ordem Régia passada a D. Manuel Rolim de Moura em outubro de

¹⁶⁶ DHBNRJ, Vol. 5, p. 375.

¹⁶⁷ RFAB, p. 804.

¹⁶⁸ ICP, 129.

¹⁶⁹ Cosentino, et. al. «Governadores reinóis e ultramarinos...» p.301.

¹⁷⁰ ICP, 126.

1722, por onde se estabelece que o governador deveria “dar conta do estado desse Governo ao Vice-Rei, ou Capitão-General de todo esse Estado do Brasil, **ainda que não haja novidade; pois até isso lhe deveis fazer presente**, porque convém que o Governo-Geral **seja inteirado de todas as notícias**”¹⁷¹. Talvez o facto de semelhante obrigação não constar em ordens régias dirigidas a outros oficiais como, por exemplo, os Ouvidores, Provedores e Câmaras, sirva para explicar o maior nível de participação dos governadores e dos capitães-mores das capitanias nos circuitos de comunicação com o governo-geral.

O que não fica tão claro no conteúdo da ordem é o sentido, ou a razão, de se manter o governador-geral constante e regularmente informado dos acontecimentos locais. A historiografia recente dá conta que o processo de formação dos Estados no período moderno foi acompanhado, mais cedo ou mais tarde, pelo interesse dos monarcas, ministros e integrantes dos organismos das administrações centrais em conhecer a realidade dos diferentes territórios através do controle da informação¹⁷² e que, na prática, a satisfação desse interesse dependia da ação de redes mais ou menos organizadas de informantes¹⁷³. Basta lembrar que no âmbito dos territórios domínios ultramarinos da monarquia pluricontinental portuguesa, estas redes amparavam-se na ação constante dos governadores das diferentes capitanias e no governo-geral¹⁷⁴. Acresce a isso que o contato entre Lisboa e a Bahia era feito de forma mais constante ou mesmo fora do calendário das frotas¹⁷⁵, e é possível que, em certas ocasiões, a maneira mais rápida de se transmitir notícias de Pernambuco ou das restantes capitanias ao reino fosse através de Salvador, mais especificamente através da mediação do governador-geral.

É o que vemos, por exemplo, através da correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, quando governador-geral, endereçada ao Secretário de Estado, Roque Monteiro Paim. Este conjunto de cartas é identificado como referentes aos “negócios tocantes ao seu Real Serviço os quais foram **os primeiros na frota**”, isto é, que seguiram na dianteira das restantes embarcações¹⁷⁶. Nas que foram escritas em julho de 1693, Câmara Coutinho refere

¹⁷¹ ICP, p. 128-129. Itálicos nossos.

¹⁷² No caso hispânico, esta preocupação emerge talvez mais precocemente, ainda durante o reinado do “rei papelero”, Filipe II, marcado pela busca de ter *entera noticia* do que se passava nos territórios. Cf.: Brendecke, Arndt. «Informing the council...», p.251.

¹⁷³ Veja o grande refinamento das redes de informação de Jean Baptiste Colbert enquanto esteve à frente das Secretarias de Estado de Luís XIV. Soll, Jacob. *The Information Master: Jean-Baptiste Colbert's Secret State Intelligence System*. Michigan: The University of Michigan Press, 2009, pp.67-83; 140-153.

¹⁷⁴ Cosentino, Et al. «Governadores reinóis e ultramarinos...»

¹⁷⁵ Russell-Wood, *The Portuguese Empire...*, p.34.

¹⁷⁶ Trata-se do título de um compêndio de cartas atualmente preservado na Biblioteca Nacional do Palácio da Ajuda. (BPA). 51-V-42. Livro de Cartas que Escreveo o senhor Antonio Luis Gonçalves da Camera Coutinho sendo Governador e Cappitam General do Estado do Brasil aos Ministros de Sua Majestade sobre negócios tocantes ao seu Real Serviço aos quais foram os primeiros na frota que no princípio do seu governo partiu em 17 de julho de M.DC.LXXXI. Negrito nosso.

dentre vários assuntos de importância, “uma carta do Governador de Pernambuco” – provavelmente uma das últimas do Marquês de Montebelo ou uma das primeiras de Caetano de Melo e Castro – na qual “diz que o Reitor do Colégio de Olinda dissera que um confessado seu o avisara em confissão que os de Pernambuco e de Itamaracá tratavam de se comunicar com El Rei de França para se entregarem” e que este, sendo movido pelo “sentimento deste arrojo lhe disse”, em visível quebra do sigilo confessional, “para que o manifestasse ao Governador debaixo de todo o segredo e logo o dito Governador me avisou por essa carta que remeto a Vossa Mercê com mais miúda circunstância deste negócio”¹⁷⁷. O próprio Câmara Coutinho não escondeu suas dúvidas quanto à seriedade da ameaça, recomendando que Paim não fizesse “tanto caso desta matéria como ela pede, porque estes povos são costumados a deitar semelhantes novas pelos confessores para intimidarem aos Governadores daquela Capitania para que os não aperte com o castigo que merece as suas insolências”, e que o recente levante dos moradores de Itamaracá contra a posse do donatário deixara aquela capitania “temerosa do castigo”, sendo esta “uma das razões porque deitaram este boato”¹⁷⁸. Mas, ainda assim, não deixa de pôr o ministro em sobressalto dizendo “não é esta matéria para desprezar, porque estes homens estão costumados a prenderem o seu Governador, como o fizeram a Jerônimo de Mendonça”, em 1666, e como “ficaram sem castigo poderão dar em outro excesso maior porque são capazes para isso”, já que “só os moradores da Bahia em todo este Estado são verdadeiros vassalos de Sua Majestade, pela obediência e amor que tem ao seu Governador que os mais são [vassalos] por força e não de coração”¹⁷⁹. E diante da seriedade da matéria, era “muito preciso que Vossa Mercê dê logo conta a Sua Majestade deste negócio para mandar o que for servido”¹⁸⁰.

Ainda que ignoremos os desdobramentos, o caso serve para sublinhar algumas questões. A começar pela complexidade da circulação das informações no mundo moderno, no qual as esferas “civil” e “eclesiástica” não estavam plenamente demarcadas uma da outra, interpenetrando-se com notável recorrência. Em seguida, é de se apontar o percurso da informação pelas diferentes escalas de comunicação que referimos no início do capítulo, desde a paróquia, passando pelo governo da capitania e pelo governo-geral até alcançar um dos homens mais próximos de El Rei D. Pedro II. Num outro sentido, também serve para mostrar que, através das cartas dos governadores de Pernambuco, o governo-geral poderia ser inteirado e, efetivamente, escrever sobre o que se passava em outras capitanias. O parecer de Câmara

¹⁷⁷ BNPA, 51-V-42, fl. 33v-34.

¹⁷⁸ BNPA, 51-V-42, fl. 33v-34.

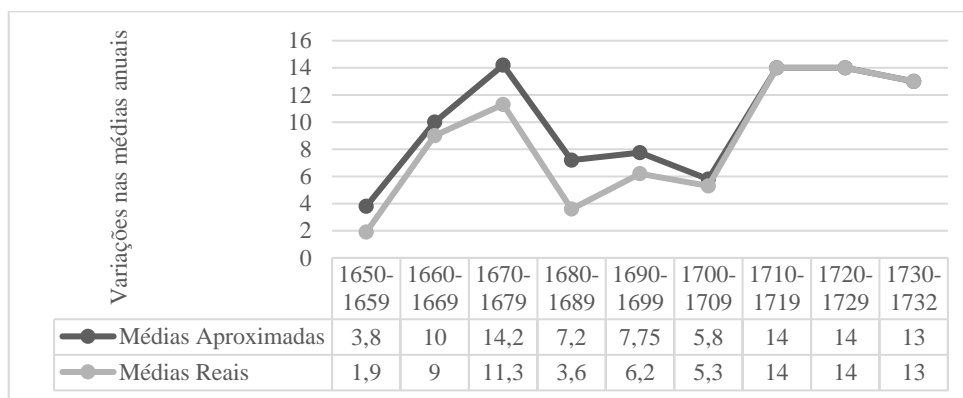
¹⁷⁹ BNPA, 51-V-42, fl. 33v-34.

¹⁸⁰ BNPA, 51-V-42, fl. 33v-34.

Coutinho é ainda particularmente interessante por se tratar de um indivíduo que passou diretamente do governo de Pernambuco para o governo-geral e pôde, mais do que meramente retransmitir a informação recebida, acrescentar impressões baseadas em sua experiência pessoal naquele governo, marcada pela tentativa constante de exercer um maior controle sobre os poderes locais e demarcar o lugar dos governadores nas hierarquias estabelecidas.

Mas, para além de casos excepcionais como o referido acima e voltando a pensar numa escala intra-continental, vemos que a governação e a defesa de um espaço da dimensão do Estado do Brasil dependiam da circulação de notícias entre as diferentes capitanias. Antes mesmo de a necessidade ser referida em qualquer conteúdo normativo, a troca de correspondência entre os dois governos existiu sempre como prática natural. O gráfico 15, ilustra os ritmos de comunicação entre os dois governos apresentando variações nas médias anuais de missivas expedidas pelos governadores-gerais aos de Pernambuco. Presumindo que a documentação publicada na coleção dos Documentos Históricos apresenta lacunas em alguns anos, como 1660, 1677, 1680, 1681, 1683, 1689, 1691 e 1693, a linha azul do gráfico apresenta Médias Anuais calculadas com base apenas nos anos para os quais há pelo menos uma carta disponível, ao passo que a linha laranja apresenta estas mesmas variações, mas considerando a possibilidade de não haver, realmente, comunicação entre os dois governos em alguns anos.

Gráfico 15. Envio de correspondências do Governador-Geral ao Governador de Pernambuco (1650-1732)¹⁸¹

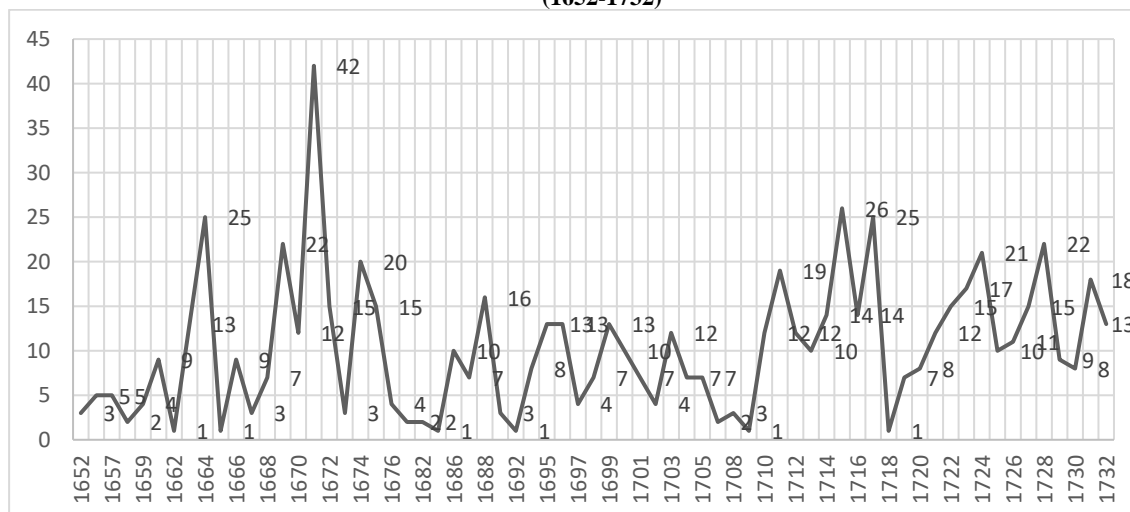


Quer consideremos as médias aproximadas ou as médias reais de comunicação expedida pelo governo-geral ao de Pernambuco, é possível identificar padrões de contato mais ou menos intensos conforme o avançar do tempo. Verificamos que de entre duas ou quatro cartas no dealbar da ocupação holandesa, os governadores-gerais passam a emitir cerca de dez na década

¹⁸¹ Dados levantados com base na correspondência dos Governadores Gerais publicada em: DHBNRJ, Vols. III, IV, V, VI, IX, X, XI, XXXVIII, XXXIX, XL, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI.

de 1660 e de 11 a 14 na de 1670, crescimento que pode sugerir um contato mais ativo, marcado pelo envio de comunicações em quase todos os meses do ano, independentemente dos condicionamentos materiais colocados pela navegação costeira ou pelo clima. Todavia, o contato não representa um padrão harmônico de relacionamento, já que estes anos acompanham o ápice dos atritos entre os dois governadores. O período de ativa troca de correspondência, é sucedido por uma aparente acomodação, ou declínio, que se perpetua entre a década de 1680 e os primeiros dez anos do século XVIII. Esta tendência é seguida por uma aparente reativação dos contatos entre ambos, caracterizada pelas médias superiores ao montante de doze cartas por ano, o que parece caracterizar a consolidação da prática de comunicação entre os dois governos em todos ou em quase todos os meses do ano.

Gráfico 16. Frequência na expedição de correspondência pelo Governo-Geral aos Governadores de Pernambuco (1652-1732)¹⁸²



Todavia, por detrás dessas médias, esconde-se uma variação muito mais pronunciada de ano para ano, especialmente nas décadas de 1660 e 1670. Se considerássemos os volumes absolutos, ao invés de médias, veríamos, conforme o gráfico 16, que há anos em que a quantidade de correspondências enviadas excede as vinte cartas, chegando ao máximo de 42, em 1671, e ao mínimo de 2 em 1678. É também verdade que na década de 1670, os contatos tendem a ser menores nos anos em que a Junta tríplice esteve à frente do Governo-Geral, isto é, entre finais de 1675 e início de 1678, durante o qual há referência a apenas cinco missivas. Algo semelhante ocorre em outros períodos em que o governo-geral foi ocupado por Juntas, nomeadamente entre outubro de 1688 e outubro de 1690, durante o qual há apenas quatro cartas

¹⁸² Dados levantados com base na correspondência dos Governadores Gerais publicada em: DHBNRJ, Vols. III, IV, V, VI, IX, X, XI, XXXVIII, XXXIX, XL, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI.

enviadas aos governadores de Pernambuco, e entre novembro de 1719 e outubro de 1720, durante o qual há apenas sete cartas¹⁸³. Tais dados podem sugerir que durante os governos interinos, os contatos com os governos das outras capitanias tendem a diminuir ou anular-se por completo em alguns anos.

Os fluxos tendem a menores oscilações a partir da década de 1710, pouco antes da promulgação da ordem régia dirigida a D. Manuel Rolim de Moura em outubro de 1722. A partir de então, começamos a encontrar referências à preocupação de manter comunicações regulares, como na carta escrita por Vasco Fernandes César de Meneses ao sobredito governador em abril de 1726, queixando-se de que “há tempos que me faltam cartas de Vossa Senhoria e também ocasião de embarcação em que lhe escrevesse”, sendo a última datada de dezembro de 1725¹⁸⁴.

Tabela 23. Calendário mensal das comunicações de D. Marcos de Noronha e Brito com o Vice-Rei Conde das Galvêas (1746-1749)¹⁸⁵

Meses/Anos	1746	1747	1748	1749
Jan	1	5	1	1
Fev	1	2	2	1
Mar	2	4	8	1
Abr	0	0	0	1
Mai	2	1	3	0
Jun	0	0	2	0
Jul	0	3	2	0
Ago	4	2	2	0
Set	2	0	2	0
Out	5	6	3	0
Nov	3	4	2	0
Dez	5	1	1	0
<i>Total</i>	25	28	28	4

Na segunda metade do século XVII, mesmo se considerarmos os anos em que há maior incidência de comunicações, veremos que elas são distribuídas de forma desigual no decorrer dos meses. Em 1671, ano de pico da década, temos comunicações apenas em janeiro, março, junho, julho, setembro, novembro e dezembro¹⁸⁶. O mesmo ocorre em 1669, para o qual as 22 cartas concentram-se apenas em janeiro, abril, agosto, setembro e dezembro¹⁸⁷. As 25 missivas enviadas 1664, cobriram todos os meses daquele, exceto agosto. No século XVIII, os ritmos de

¹⁸³ DHBNRJ, Vol. X, pp. 388-394.

¹⁸⁴ DHBNRJ, Vol. LXXXV, p.

¹⁸⁵ Dados levantados com base na correspondência do Conde dos Arcos, copiada em AUC, CA, Cód. 35, fl. 125v-141; Cód. 36, fls. 139v-159; Cód. 37, fls. 102v-127.

¹⁸⁶ DHBNRJ, Vol. IX, pp. 400-458, Vol. X, pp.8-31.

¹⁸⁷ DHBNRJ, Vol. IX, pp. 313-367.

contato parecem distribuir-se mais espaçadamente ao longo do ano e oscilam entre o contato rigorosamente mensal, como em 1717, ou bimensal, como nos de 1715, 1722 e 1724¹⁸⁸. No lado das comunicações emitidas pelos governadores de Pernambuco, o conjunto disponível para o mandato do Conde dos Arcos (1746-1749) nos permite acompanhar a regularidade dos ritmos de comunicação mês a mês, como sistematizado na tabela 23.

O conjunto disponível para o mandato do Conde dos Arcos respalda a hipótese de que os contatos entre o Governo de Pernambuco e o Governo-Geral tendem a se consolidar de forma cada vez mais regular com o avançar do século XVIII. No geral, a maior parte do fluxo das cartas acompanha foi despachada nos meses mais favoráveis à navegação no sentido sul, concentrando-se entre outubro e março, ao passo que nos meses desfavoráveis entre abril e setembro, este volume tende a minguar ou mesmo a desaparecer. Talvez isso possa ser associado às condições materiais de conexão entre os dois espaços que, de resto, aproveitaria o ritmo das navegações internas nos meses favoráveis ou dependeria do envio de correios nos que não fossem. Já em 1749, vemos que D. Marcos enviou pelo menos uma carta em cada mês ao Vice-Rei enquanto aguardava a chegada de seu sucessor. Comparando com as emissões o governo-geral, a quantidade de cartas nos três primeiros anos não só é maior do que as médias ou os volumes absolutos levantados a partir do primeiro quartel do século XVIII, como é razoavelmente bem distribuída ao longo do ano, de modo que não chega a haver intervalo maior que o de um mês sem que a correspondência fosse remetida à Bahia, salvo entre junho e julho de 1746. Pelo contrário, identificamos ocasiões em que as cartas eram enviadas duas vezes ao mês¹⁸⁹. Estes dados podem sugerir um maior esforço em manter o vice-rei informado do que se passava em Pernambuco, mesmo quando não havia nada considerado de importância a ser relatado. Em algumas cartas, o governador resume-se a dizer que “depois da última carta que escrevi a Vossa Excelência, não tem havido cousa de novo nestas capitanias de que haja de render-lhe conta”¹⁹⁰ ou em outras escreve apenas para “saber da saúde de Vossa Excelência”, sem tratar de outras matérias relacionadas com o governo¹⁹¹. A ação dos governadores na circulação interna de notícias entre os governos pode ser, inclusive, comparada ao esforço protagonizado por seus congêneres no Atlântico Francês, especialmente empenhados nesse sentido¹⁹².

¹⁸⁸ DHBNRJ, Vols. LXXXIV e LXXXV.

¹⁸⁹ Como ocorre em agosto e dezembro de 1746, e também em janeiro, em julho e em outubro de 1747, ou em março e novembro de 1748. AUC, CA, Códice 35, fls. 129-130v, 137v-141; Códice 36, fls. 140-143, 149-152, 154-156; Códice 37, fls. 105-109, 116-119.

¹⁹⁰ Carta ao Vice-Rei, Conde das Galveas, 06 de novembro de 1747. AUC, CA, Cód. 36, fl.157.

¹⁹¹ Carta ao Vice-Rei, Conde das Galveas, 12 de fevereiro de 1748. AUC, CA, Cód. 37, fl.105.

¹⁹² Banks, *Chasing Empire across the sea...*, p. 190-191.

Mas, do que tratava toda esta correspondência? Uma primeira questão a considerar é a da natureza, ou da forma, assumida pelas cartas. Os manuais de etiqueta cortesã sucessivamente reeditados em Portugal entre os séculos XVII e XVIII, dentre eles o célebre “*A Corte na Aldea*”, aludem a pelo menos três “gêneros” de cartas. De acordo com Tiago Miranda e João Luís Lisboa, seu autor Francisco Rodrigues Lobo, refere que, em primeiro lugar, estavam as “«cartas de negócio, e das cousas que tocam à vida e fazenda e estado de cada um» também conhecidas por «cartas familiares»”. Em segundo, as «cartas dentre amigos uns aos outros, de novas e cumprimentos de galantarias», destinadas à «recreação do entendimento». E, por fim, “as cartas sobre «matérias mais graves e de peso» onde se incluíam as dos assuntos do governo da República e da Igreja”¹⁹³.

Ainda que as questões relacionadas à governação fossem predominantes na correspondência trocada entre os governadores e o governo-geral, não se pode dizer que há distinções claras entre os três estilos, de modo que as cartas não traziam apenas matérias que hoje considerariamos como “oficiais”, mas mesclam elementos de natureza pessoal ou familiar de forma recorrente¹⁹⁴. Dentre esses, os que se apresentam com maior recorrência são os cumprimentos pela chegada e pela partida, desejos de saúde ou relatos de doença, além de eventuais votos de pesar e de luto por familiares perdidos¹⁹⁵. Mesmo as mais acirradas disputas por jurisdição incluem declarações de apreço e deferência, tão típicas à expressão da amizade como era entendida no Antigo Regime. É o que se pode encontrar, por exemplo, na abertura de uma carta de Francisco Brito Freyre ao companheiro de batalha e então governador-geral Francisco Barreto de Menezes em que lhe diz que “se conforme os meus desejos continuara as diligências de procurar boas novas de vossa senhoria, não houvera dia sem correio porque não há hora sem saudade”¹⁹⁶.

Quanto ao sentido propriamente político das missivas, é importante esclarecer que, apesar de visivelmente subordinados, os governadores de Pernambuco não buscavam o governador-geral para aprovar as suas próprias ações no terreno, como faziam por exemplo, nas

¹⁹³ Lisboa, João Luís, e Miranda, Tiago dos Reis. «A cultura escrita nos espaços privados». Em: *História da Vida Privada em Portugal: A idade moderna*. coord. Monteiro, Nuno Gonçalo. Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011. pp.367.

¹⁹⁴ Alden menciona que com o avançar do século, os assuntos de natureza pessoal, apesar de mencionados nas *cartas de ofícios*, ficariam mais reservados às “*cartas de familiar*”, o que pode sugerir uma progressiva separação entre as duas esferas que, de resto, não se identifica no período compreendido em nossa análise. Alden, *Royal Government...*, p.456.

¹⁹⁵ Lamentando a morte do filho de Fernão Cabral, escreve-lhe D. Matias da Cunha, prestando-lhe “o pêsame da desgraça que teve aquela vida que Vossa Senhoria mais amava, e por todas as considerações que a fazem mais sensível, se sirva Vossa Senhoria regular a mágoa com que acompanho a Vossa Senhoria em uma dor que suponho sem alívio”. DHBNRJ, vol. X, p. 298. Assunto também referido por Alden, *Royal Government...*, p. 455-456.

¹⁹⁶ AUC, CA, Cód. 31, fl. 54.

contas remetidas ao Conselho Ultramarino para aprovação de bandos ou de despesas extraordinárias. Ao contrário dos contatos estabelecidos com outros interlocutores, como as câmaras, por exemplo, não encontramos petições ou requerimentos dos governadores de Pernambuco ao governo-geral¹⁹⁷. Um raríssimo exemplo pode ser visto em dezembro de 1686, quando o governador João da Cunha Souto Maior requereu por carta a Antonio Luís Teles de Meneses, Marquês das Minas, a autorização para fazer despesa pela Fazenda Real com o aluguel das casas em que morava e com as obras do Palácio das Torres¹⁹⁸. Mesmo assim, na resposta, o governador-geral resumiu-se a lembrar que não podia atender ao pedido, pois a “diferença que vai de um a outro governo, [é] a **primazia** com que se acha esse [da Bahia] a este [de Pernambuco]” além de que “vossa senhoria tem jurisdição para mandar fazer esta despesa, e eu confesso que nenhuma, nem para aprovar, nem para a mandar fazer”¹⁹⁹. E parece oportuno lembrar que “primazia” podia ser entendida, de acordo com Bluteau, como “primado, superioridade ou excelência” ou a “prioridade” que quando “comparada entre igual e igual, sempre fica superior”²⁰⁰. No limite, um superior entre iguais, ou, literalmente, *primus inter pares*, cada qual dotado de jurisdição nos limites de seu governo.

Por conseguinte, o grosso da correspondência trocada entre ambos parece fluir numa base mais horizontal do que propriamente verticalizada, em que o objetivo acaba por ser mais o de informar sobre situações locais do que propriamente legitimar as ações de governo. Há, por outro lado, certas esferas, como a defesa, em que ambos partilham responsabilidades, de modo que a correspondência dá conta de cooperações em larga escala, referindo a acomodação ou redistribuição de recursos, o envio de engenheiros militares, o movimento de navios estrangeiros, dentre outras matérias, como pano de fundo. Mas, além disso – e talvez seja esse o aspecto mais explorado pela historiografia – a troca de missivas também dá voz a ambos os lados nos momentos de acirrada disputa política, principalmente no tocante às matérias relacionadas aos provimentos ou às jurisdições sobre as chamadas capitanias “anexas”, de resto, não resolvidas neste eixo comunicacional, e sim na comunicação com a Corte. É de acrescentar que os Governadores-Gerais poderiam derogar nomeações dos governadores de capitania, anular bandos ou ordens, mas a execução das disposições do governo-geral ficava sempre sujeita à aposição do “cumpra-se” dos governadores de capitanias. No limite, os Gerais poderiam usar cartas para desautorizar atitudes dos governadores, sem jamais ter a jurisdição

¹⁹⁷ Cf.: Alden, *Royal Government...*, p. 434.

¹⁹⁸ DHBNRJ, Vol. X, pp.232-233.

¹⁹⁹ DHBNRJ, Vol. X, p.233. Negrito e intervenção nossa.

²⁰⁰ Bluteau, **VPL**, Vol. 6, pp. 735-736.

para suspendê-los do posto²⁰¹. Há, portanto, um universo complexo de questões a ser tratado nas missivas e que será explorado de forma sistemática no próximo tópico onde tratamos dos principais assuntos da correspondência dos governadores-gerais.

6.3.3 Do atrito à acomodação: os principais assuntos da correspondência

Uma vez que virada do século XVII para o XVIII pode ser vista como um momento de mudanças nos padrões de comunicação, passamos agora a aferir os seus reflexos nas formas de relacionamento entre os governadores-gerais e os governadores de Pernambuco. Ao considerar que esta interação se estabelece à distância e por meio de uma relação comunicativa, interessamos abordá-la de um ponto de vista sistemático acompanhando os principais assuntos que estavam em pauta na correspondência trocada entre os dois agentes.

Quadro 20. Tipologias de Assunto da Correspondência entre o governador-geral e o governador de Pernambuco.

Assunto	Descrição
Guerra	Conflitos armados, narração de batalhas ou escaramuças, organização de ataques, mobilização de recursos, mantimentos e esforços de guerra.
Defesa	Manutenção das estruturas defensivas e das tropas, fardamentos e soldos, disciplina militar em geral
Fazenda/Fiscalidade	Riqueza. Alocação de recursos econômicos, fiscalização, tributação, preços, gestão dos contratos, cunhagem e cerceio de moedas, descaminhos e ilicitudes
Justiça	Aplicação da justiça, denúncias de crimes, perseguição de criminosos, prisões, execução de sentenças, litígios, etc.
Donativos	Organização das formas de arrecadação dos Donativos Régios do Dote da Rainha de Inglaterra e Paz com Holanda, do Casamentos dos Príncipes, da Reconstrução de Lisboa.
Cargos e Provimentos	Provisionamento de cargos, nomeações diversas, apresentações, criação de cargos, avaliações de ofícios.
Frotas e Navegação	Carga e descarga das frotas, aparecimento de navios estrangeiros, naufrágios.
Conflitos de Jurisdição	Autoexplicativo
Definição de Jurisdições	Delimitação de competências ou de limites de ação governativa
Ameríndios	Governo dos Índios, relações de trabalho, população etc.
Revoltas e Insurreições	Autoexplicativo
Privados	Assuntos pessoais dos Governadores, tais como notícias da família ou de amigos, avisos de chegadas e partidas, desejos de saúde e demonstrações de pesar.
Eclesiásticos	Assuntos relacionados à jurisdição eclesiástica, atribuição de côngruas, provisionamento de igrejas e capelas.
Escravidão	Relações de trabalho ou tráfico
Governança	Assuntos gerais relacionados à dinâmica governativa, tais como local de residência, tempo de provisionamento, procedimentos, estruturas de governo, posse, vacância, registo de ordens e publicitação de disposições régias.
Outros	Situações não contempladas em nenhuma das categorias.

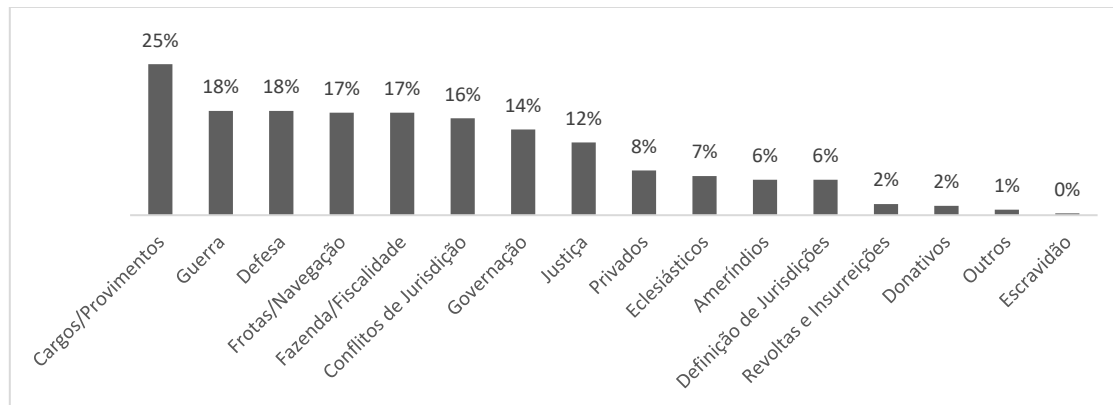
Assim, uma vez que o volume de cartas nos impossibilita de tratar dos assuntos de cada uma em profundidade, preferimos, em alternativa, mapear as principais esferas temáticas

²⁰¹ Alden, *Royal Government...*, p. 452.

através de um esforço de categorização do conteúdo apresentado em cada uma das missivas em 16 *tipologias de assuntos*²⁰², apresentadas no Quadro 20.

O esforço de contabilizar estas categorias de forma seriada e estatística é bastante mais complexo. De um lado, porque a organização das informações segue padrões diferentes do que aqueles identificados em outros circuitos comunicacionais e era ainda mais comum que o espaço de uma única carta fosse usado para tratar de vários assuntos diferentes. De outro, porque um mesmo tópico pode ser enquadrado em mais de uma categoria, como são, por exemplo, os atritos em torno do provimento de ofícios nas capitanias anexas, que se enquadraria tanto na categoria “Conflitos de Jurisdição” quanto na categoria “Cargos e Provimentos”. Com efeito, mais do que contabilizar o número de cartas que tratam de um determinado assunto, os gráficos se que seguem procuram medir a **incidência** dos assuntos nas cartas dos governadores-gerais aos de Pernambuco através de percentuais considerando-os em dois períodos específicos, a saber, a segunda metade do século XVII e os primeiros trinta e dois anos do século XVIII. As tipologias dos assuntos mais destacados em cada gráfico estão ordenadas, da esquerda para a direita, dos mais recorrentes aos que menos se expressam.

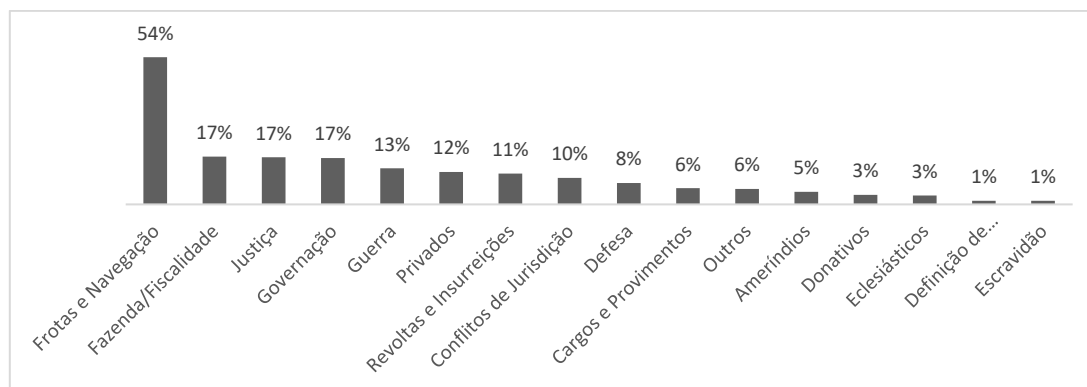
Gráfico 17. Tipologias de assunto na correspondência dos governadores-gerais (1652-1699)²⁰³.



²⁰² Convém, pontuar que devido à natureza específica da correspondência entre os governadores-gerais e os de Pernambuco, alguns dos assuntos apresentam definições distintas daqueles que apresentamos no capítulo anterior, especialmente no que toca à omissão da categoria relaciona às questões de Terra e Bens de Raiz, que não é encontrada no conjunto da correspondência destes agentes.

²⁰³ Dados levantados com base na correspondência dos Governadores Gerais publicada em: DHBNRJ, Vols. III, IV, V, VI, IX, X, XI, XXXVIII, XXXIX, XL, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI.

Gráfico 18. Tipologias de assunto na correspondência dos governadores-gerais (1700-1732)²⁰⁴.



Observando os dados sistematizados nos dois gráficos é possível apontar algumas características e mudanças nos padrões de assuntos encontrados na comunicação entre os dois governos. Começamos por apontar tendências gerais. Ao longo da segunda metade do século XVII, correspondência dos Governadores-Gerais revela uma atenção razoavelmente bem distribuída sobre as temáticas relacionadas à jurisdição militar (36%), às dinâmicas de provimento dos cargos e ofícios (25%), às questões relativas à administração fazendária (17%), à gestão do regime anual de frotas e da navegação no espaço atlântico (17%). Associada a todas essas matérias e, em especial, às questões relativas aos provimentos de ofícios e ao escopo de ação territorial dos dois governos, está a esfera dos conflitos de jurisdição, cuja importância é equiparável às categorias mais expressivas e está presente em 16% de toda a correspondência enviada aos Governadores de Pernambuco. De um modo geral, a expressividade desta categoria só é perceptível quando comparada às restantes, e permite ilustrar em números o clima contencioso que marca a relação entre os dois governos no *post bellum*²⁰⁵. Em seguida a estas, que seriam as principais pautas da comunicação entre os dois agentes encontram-se as ligadas à justiça (12%) e outras mais genéricas ligadas à governança (14%) além de vários outros assuntos aleatórios que vão desde a esfera eclesiástica aos donativos. O tema da escravidão, fora da resistência em Palmares e nos outros mocambos, está completamente ausente.

A virada para o século XVIII foi marcada por alterações significativas, das quais destacamos apenas algumas. Talvez a mais importante possa ser associada ao declínio da

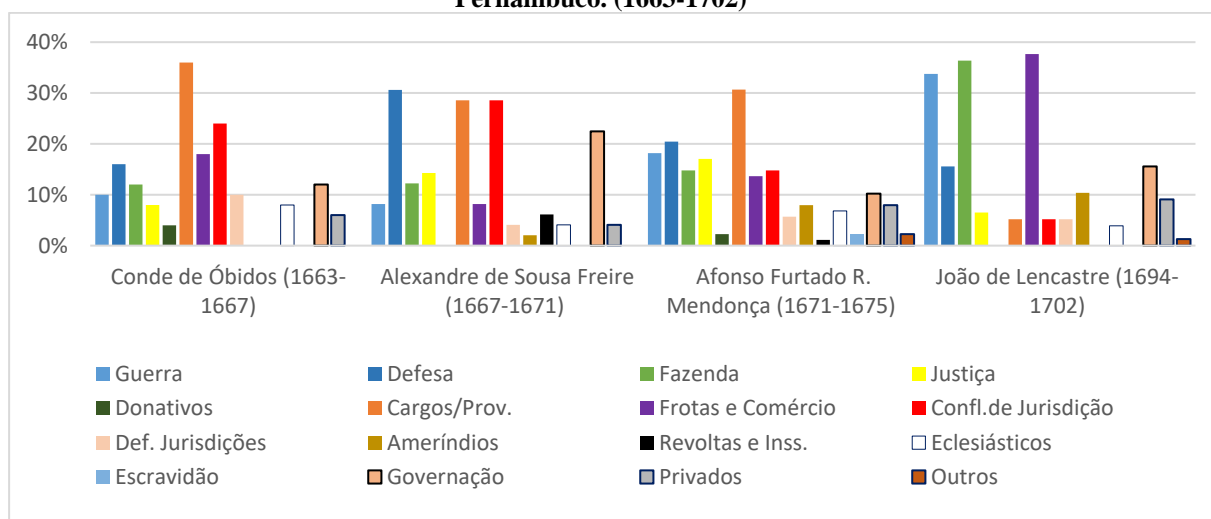
²⁰⁴ Dados levantados com base na correspondência dos Governadores Gerais publicada em: DHBNRJ, Vols. III, IV, V, VI, IX, X, XI, XXXVIII, XXXIX, XL, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI.

²⁰⁵ Questão exaustivamente tratada pela farta historiografia e, mais recentemente, como pauta central da comunicação política dos governadores-gerais com Pernambuco entre 1642 e 1682. Cf. Araújo, «A construção da governabilidade» Mello, *A fronda...*, p. 30-35, máxime, Acioli, *Jurisdição e conflitos...*, p. 82-83.

categoria ligada à dinâmica dos cargos e provimentos, que de 25% apresenta-se em apenas 6% da correspondência trocada no período. Esta, juntamente à redução da recorrência dos conflitos de jurisdição com os governadores, relegada à oitava posição dentre os assuntos mais recorrentes, pode revelar alguma acomodação entre os dois governos. Na verdade, a cooperação parece dirigir-se no novo século a três questões principais. A gestão das frotas e da navegação, que se já tinha a sua importância passa a estar presente em nada menos do que 54% de toda a correspondência expedida no período. As questões fiscais e fazendárias permanecem entre os assuntos mais relevantes e serão muito mais orientadas à administração dos contratos, às formas de cobrança de determinados gêneros como o tabaco, ao cerceio ou à emissão de moedas provinciais, e, em alguns momentos, à tentativa de controlar os descaminhos. Por fim, à administração da Justiça que, na correspondência entre os governadores refere-se, principalmente, à perseguição ou entrega de criminosos, execução e revisão de sentenças movidas à Relação do Estado, pedidos de devassas, bem como à ação dos oficiais da justiça.

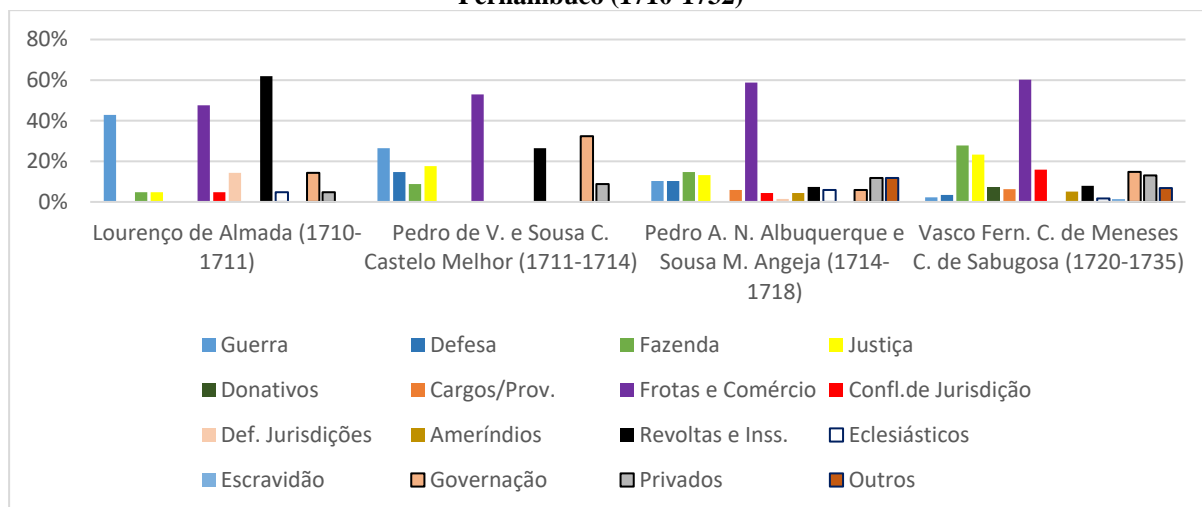
Mas, para além de tendências genéricas, poderíamos também identificar variações mais localizadas dos assuntos tratados, demonstrando a sua flutuação conforme as diferentes conjunturas vivenciadas no terreno. Para este efeito, os gráficos 19 e 20 consideram os mandatos de alguns dos governadores na segunda metade do século XVII e nos primeiros trinta anos do XVIII. Baseamo-nos, para este efeito, no mesmo referencial de tipologias de assuntos anteriormente adotado.

Gráfico 19. Tipologias de Assunto na Correspondência dos Governadores-Gerais com os Governadores de Pernambuco. (1663-1702)²⁰⁶



²⁰⁶ Dados levantados com base na correspondência dos Governadores Gerais publicada em: DHBNRJ, Vols. III, IV, V, VI, IX, X, XI, XXXVIII, XXXIX, XL, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI.

Gráfico 20. Tipologias de Assunto na Correspondência dos Governadores-Gerais com os Governadores de Pernambuco (1710-1732)²⁰⁷



Através dessas variações, é possível discutir alguns assuntos de maneira mais pormenorizada. Começamos pelos atritos entre os dois governos. O gráfico 19 demonstra que a recorrência de conflitos de jurisdição – em vermelho – concentra-se de forma mais acentuada nos mandatos do Conde de Óbidos, estando em 24% das missivas trocadas pelo vice-rei com Francisco de Brito e Freyre, mas, principalmente, com Jerónimo de Mendonça Furtado²⁰⁸. Os atritos perduram de forma ainda mais acentuada no mandato de seu sucessor, Alexandre de Sousa Freire, figurando em nada menos que 36% das cartas enviadas a Bernardo de Miranda Henriques, e tendem a se expressar de forma já menos constante nas relações entre Afonso Furtado de Mendonça e Fernão de Sousa Coutinho (está em 15% das comunicações trocadas).

Por detrás desses conflitos, estão algumas questões determinantes para a estruturação das relações entre os dois agentes nos vinte anos que sucedem ao fim da capitulação neerlandesa, em 1654, e que já foram exhaustivamente exploradas pela historiografia, de modo que remontaremos apenas os seus aspectos mais relevantes. Na base dos conflitos está, como aludimos no início do capítulo, a delimitação pouco clara ou mesmo imprecisa da jurisdição dos governadores em torno do raio de ação territorial de cada um e de algumas outras questões, dentre as quais mais se destaca a dos provimentos de cargos e ofícios. No período em que esteve à frente do Governo de Pernambuco, como vimos, Francisco Barreto de Meneses recebeu jurisdição **extraordinária** sobre o conjunto das cinco Capitanias do Norte, provendo os postos

²⁰⁷ Dados levantados com base na correspondência dos Governadores Gerais publicada em: DHBNRJ, Vols. III, IV, V, VI, IX, X, XI, XXXVIII, XXXIX, XL, LXXXIV, LXXXV, LXXXVI.

²⁰⁸ Araújo, «Prática política...»2016, pp. 194-199; Araújo, «A construção da governabilidade...»2018, p.46, 96, 302-313. *máxime*.

militares da tropa paga e das ordenanças, bem como todos os ofícios de justiça e fazenda em todas elas. O problema, como se sabe, remonta à atitude de André Vidal de Negreiros em dar continuidade à esta prática, tendo apenas a patente de Governador de Pernambuco. Negreiros não só continuou a prover os ofícios em todo este espaço, como se recusou a reconhecer e dar posse aos indivíduos providos por Francisco Barreto, enquanto governador-geral, razão que levou este último ao extremo de mandar tropas da Bahia à Pernambuco para forçar a obediência de suas disposições²⁰⁹. Acontece que o atrito foi resolvido, na verdade, em proveito de André Vidal, enquanto o governador-geral foi repreendido por parte da Coroa pela atitude de despachar as tropas.

Além dos provimentos, outro excesso de André Vidal foi o de criar novos postos, como o de Secretário do Exército e Governador da Praça do Recife²¹⁰, prática seguida e ampliada por seu sucessor Francisco Brito Freyre, que não só continuou a prover os ofícios de guerra, justiça e fazenda, como empreendeu uma reforma militar em Pernambuco, criando novos terços auxiliares, com seus respectivos oficiais²¹¹. Em 1663 o Conde de Óbidos chegou à Bahia, e em setembro daquele ano, repreendeu-lhe quanto aos provimentos dos ofícios vacantes, dizendo que “se todos os Ofícios têm proprietários a nenhum proíbo os sirva: mas se algum não servir como El Rei meu Senhor manda, nenhuma serventia se há de prover mais que neste governo[-geral]”²¹². No ano seguinte, despachou ordens para desfazer a reforma do “exército utilíssimo”²¹³ de Brito Freire, desfazendo os terços auxiliares, reformando Tenentes Generais e Coronéis, e passando novas patentes a todos os oficiais militares da tropa paga, ação que só foi levada a diante por Jerônimo de Mendonça Furtado, com quem o Conde também teve severos atritos²¹⁴.

Um deles, surgiu do facto de o Xumbergas fazer o provimento de um capitão sem consultar três sujeitos ao Governador-Geral, o que lhe rendeu uma repreensão talvez exagerada do Conde, quando chegou a lhe dizer que “esse posto que ocupa [é] tão inferior aos dos Governadores das Armas das Províncias de Portugal, não pode ter mais preeminências que eles, [que] nomeiam três sujeitos para El-Rei meu Senhor eleger qual lhe parece”²¹⁵. Vemos que sem um regimento que delimitasse claramente as atribuições dos governadores, Óbidos foi buscar como referência o modelo reinol do governo das armas. De outra vez, o desentendimento teve

²⁰⁹ Conflito narrado em detalhe por Acioli, *Jurisdição e conflitos*..., p. 81-118.

²¹⁰ DHBNRJ, vol. 5, 260.

²¹¹ Silva, «Francisco de Brito Freyre...».

²¹² DHBNRJ, Vol. 9, p. 123-124.

²¹³ BNP, Cx. 236, manuscrito 51, fl.1.

²¹⁴ Mello, A fronda... 30-33 maxime.

²¹⁵ DHBNRJ, vol. 9, p. 190-191.

como pano de fundo a prisão que Mendonça Furtado fez no Ouvidor provido pelo Desembargo do Paço, Dr. Manuel Diniz da Silva, e pela nomeação de um interino, e aliado seu, o Dr. Francisco Quaresma. Em Salvador, o Conde de Óbidos não se contentou com o provimento, entendendo que só o governador-geral poderia tratar de preencher a vacância. A provisão foi derogada e em lugar, foi provido um criado do próprio conde, o Dr. Manuel de Freitas Reis, cuja nomeação Mendonça Furtado acabou aceitando, não sem protestos, em outubro de 1664²¹⁶.

Seja como for, os desentendimentos em torno dos ofícios perduraram por mais alguns anos, principalmente naqueles providos na capitania de Itamaracá, que constituem o pano de fundo dos atritos entre Bernardo de Miranda Henriques e Alexandre de Souza Freire²¹⁷. A solução só seria dada com o capítulo 19 Regimento passado a Fernão de Sousa Coutinho, em 1670, o qual estabelece as regras de provimentos seguidas até pelo menos meados do século XVIII²¹⁸. Como se sabe, o regimento estabelece que nos postos de justiça e fazenda, os governadores poderiam dar provimentos por tempo de três meses, posteriormente estendidos para seis nas localidades a mais de cem léguas de distância²¹⁹, com a obrigação de o serventuário pedir nova confirmação ao governo-geral com validade de um ano. Nos postos da ordenança e da milícia, os governadores de Pernambuco proveriam todos sem mais dependência que a confirmação régia dos escolhidos, ao passo que o provimento dos postos militares caberia exclusivamente ao governador-geral, mas com informação de três sujeitos propostos pelo de Pernambuco. A cláusula do regimento parece ter atenuado os conflitos de jurisdição em torno dos provimentos de postos, cargos e ofícios. Os atritos entre Fernão de Sousa Coutinho teriam a jurisdição sobre a Capitania de Itamaracá como pano de fundo, questão que só ficou resolvida em 1672, quando, como referimos, a Coroa decidiu que ela ficaria sujeita no militar ao governo de Pernambuco e na fazenda e justiça à Bahia²²⁰.

Na virada do século, ilustrada nos dados levantados para o mandato de João de Lencastre, os conflitos tendem praticamente a desaparecer, mantendo-se assim até o mandato do Conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Meneses, quando ressurgem de forma pontual. No entanto, a presença dos conflitos de jurisdição nas missivas deste Vice-Rei deve-se a questões diferentes das do século XVII, incidindo principalmente sobre questões de jurisdição territorial envolvendo outros protagonistas que não os governadores-gerais. O Rio

²¹⁶ Para compreender a questão em maior profundidade, ver: Evaldo Cabral de Mello. Mello, 2003, 30-33.

²¹⁷ DHBNRJ, vol. 9, p. 313-320, 372-375. Os atritos entre ambos levaram Bernardo de Miranda a buscar solução junto ao Conselho Ultramarino, enviando uma longa lista com todos os postos providos por seus antecessores, em Pernambuco e em Itamaracá. AHU, Pernambuco Avulsos. D. 9, Cx. 867.

²¹⁸ ICP, p.123-124.

²¹⁹ AHU, Códice 258, fl. 15.

²²⁰ AHU, Códice 276, fl. 75.

São Francisco, como fronteira interna, foi um palco privilegiado destes atritos, tal como ocorreu quando Jorge Dias de Carvalho, também conhecido por “Mataroá”, nomeado Governador dos Índios do Rio São Francisco pelo Vice-Rei, passou a causar inquietações ao tentar recrutar homens nos aldeamentos e missões daquele mesmo rio que estavam no raio de ação das missões e do Governador dos Índios de Pernambuco, D. Antônio Domingues Camarão²²¹. Os capuchos e os moradores do São Francisco prestaram constantes queixas contra o Mataroá ao governador de Pernambuco, acusando-o de roubar, matar e prender índios chamados “do cabelo corredio” que viviam sob jurisdição destes missionários. Clamores constantemente relatados por Duarte Sodré e sempre ignorados por Vasco Fernandes²²². Além disso, o assunto apresenta-se em outras cartas que relatam, por exemplo, como o conflito ocorrido entre Penedo e a Vila Nova de Sergipe de El Rei pela posse das Ilhas que ficam exatamente no meio do Rio São Francisco, nas quais o Ouvidor desta Capitania queria imiscuir-se²²³.

Em resumo, a tendência parece sugerir uma mais plena acomodação nas relações estabelecidas entre os governadores e o governo-geral. Mesmo a questão do provimento dos ofícios, poma da discórdia entre os dois governos, aparece como um tópico recorrente. Por vezes, a oferta de ofícios poderia servir como uma espécie de “moeda de troca” no jogo de favores entre os dois governos. Em julho de 1657, assim que assumiu o governo-geral, Francisco Barreto escreveu uma carta a André Vidal de Negreiros, oferecendo-lhe uma “uma Patente em branco para vossa senhoria a dar a algum criado que tenha o merecimento de vossa senhoria o nomear nela”, isto é, concedendo-lhe inteira autonomia para escolher o provido²²⁴. Anos mais tarde, em 1671, Afonso Furtado do Rio de Mendonça escreveu a Fernão de Sousa Coutinho pedindo-lhe uma relação dos postos “de guerra e fortalezas”, mas também dos cargos de “justiça e fazenda” que vagarem em Pernambuco, juntamente com uma relação dos “dos sujeitos que há beneméritos de os ocuparem”, contando “com as fés de ofício, e informações de suas qualidades, para tudo me ser presente”, pois “sei eu quando algum vagar, que as pessoas que Vossa Senhoria me apontar para eles hão de ser sempre as que eu consulte com maior acerto, e proveja com maior gosto”²²⁵. Ainda em 1674, mesmo depois de esclarecida a dúvida quanto à jurisdição dos governadores de Pernambuco sobre a Capitania de Itamaracá, que, a

²²¹ DHBNRJ, vol.85, 271-272; vol. 86, pp.12, 23-24, 40-41, 73-75, 111-113, 128-129.

²²² Repetidas vezes, o vice-rei considerou as tais queixas como exageradas, resumindo-se a dizer, por exemplo, “que as queixas que têm chegado desse governo têm mais de quimeras formadas por apaixonados ou interessados do que de verdadeiras”. DHBNRJ, vol. 86, p. 11.

²²³ Cf.: Curvelo, Arthur. «Conflitos na Comarca: disputa por jurisdição e controle político em Alagoas Colonial (1711-1758)». Em *Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa*. coord. Caetano, Antonio Filipe Pereira. 1ªed.Maceió: EDUFAL, 2011, p. 55-85.

²²⁴ DHBNRJ, vol. 4, p. 3.

²²⁵ DHBNRJ, vol. IX, p.421-422.

partir de 1672 deveria ser restrita ao militar, enviou-lhe outra carta dizendo que: “ainda que Sua Alteza se serviu determina-lo assim, quando Vossa Senhoria goste de que ali se proveja alguma pessoa, ao menor aceno de qualquer aviso seu, mandarei logo a provisão em quem Vossa Senhoria me apontar, porque enquanto eu ocupar este Governo toda a jurisdição que nele conservar, hei de saber empregar nos agrados de Vossa Senhoria”²²⁶. Nesse, como em outros casos, os Governadores-Gerais apenas confirmavam as sugestões dos de Pernambuco para o preenchimento dos ofícios.

Outro assunto de enorme importância refere-se à gestão do sistema de frotas que revela uma cooperação de larga escala. Trata-se de uma das dimensões verdadeiramente “coloniais” dos governos ultramarinos. Uma vez que o corpo da frota se repartia entre os portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, cabia aos governadores de cada capitania supervisionar a dinâmica de carga e descarga dos navios em cada um dos portos, e organizar o calendário da expedição dos navios nas datas estipuladas quer pela Coroa, quer pelos Cabos da Frota e quer pelo Governador-Geral. Miudamente, isso quer dizer que quando o comboio de Pernambuco atracava no horizonte, era costume que o Governador enviasse aviso ao Governador-Geral de que o restante da frota estava a caminho da Bahia, e este, ao recebê-lo, despachava outro para o Rio de Janeiro para que se iniciassem os preparativos para a carga. No caminho de volta, o Governador do Rio de Janeiro dava aviso ao Geral declarando data propícia para a partida e este, ao receber, despachava ordens ao de Pernambuco avisando-lhe da data em que a frota deixaria a Bahia, a fim de que no Recife se agilizasse a carga dos navios²²⁷.

Mas, na prática, isso não era tão simples os atrasos faziam parte do cotidiano das frotas e não faltam justificativas para tal na correspondência entre os governadores, e uma vez que as datas limite para a partida eram definidas aos Cabos e Capitães de Mar e Guerra ainda em Lisboa, era preciso justificá-los. A começar pelas questões do mau tempo, que dificultava a chegada ou a partida das embarcações. Podemos demonstrar com um caso. Em 25 março de 1747, o Conde dos Arcos deu conta ao Conde das Galvêas de que em 22, entrara naquele porto a Nau de Guerra do comboio de Pernambuco, mas que devido a uma tormenta, perderam-se sete dos oito navios que a acompanhavam, andando vinte e um dias em traquete²²⁸ até conseguir

²²⁶ DHBNRJ, vol. X, p. 130-131.

²²⁷ É o que vemos, por exemplo, numa carta do governador-geral D. Rodrigo da Costa a Fernão Martins Mascarenhas de Lencastre, em 05 de 1702, avisando-lhe de que o Capitão de Mar e Guerra, Antônio Dias Rego acertara com o Cabo da Frota do Rio de Janeiro e mais capitães e mestres de navios que todos sairiam “infalivelmente, não havendo alguma mudança de tempo, em quatorze do corrente”, dando “esta notícia para que... faça Vossa Senhoria dispor pelo que toca a sua parte a saída dos navios que nesse porto estão, de maneira, que quando a ele chegar a frota desta Baía, não tenha a menor demora, pelo risco, que pode ter na sua dilação”. DHBNRJ, vol. XXXIX, p.169-170.

²²⁸ Isto é, contra o vento.

atracar “e até o presente, toda a frota que fica neste porto se compõe da Nau de Guerra e de um navio mercante”²²⁹. Dois meses depois, após permanecerem 33 dias em Lisboa, chegaram quatro dos sete navios, e o governador tornou a escrever ao Geral dizendo se punham logo a carregar, e que já tinha lançado um Bando marcando a partida para 08 de junho, conforme as ordens do Secretário de Estado, mas “sem embargo que trabalho o quanto posso para consegui-lo, duvido muito que assim haja de suceder, tanto pela maior parte dos efeitos se achar fora dessa praça para donde se conduzem por mar”, como porque “o tempo já não dá liberdade para que os barcos naveguem tão prontamente como é preciso” e assim, “vejo que precisamente será necessário por lhe mais alguma dilação”, por isso, e para “neste meio tempo”, os outros “três navios”, que vinham da Cidade do Porto²³⁰. Vemos conjugados no exemplo os dois tipos de problemas relacionados aos atrasos nas frotas, isto é, os climáticos e as delongas no transporte e carregamento dos gêneros nos portos.

Certos assuntos, como aqueles relacionados às Revoltas e Insurreições, aparecem pouco se observados em relação ao conjunto do período, e ainda menos nas comunicações do século XVII. Contudo, observamos que emerge como ponto central nas missivas trocadas entre D. Lourenço de Almada e D. Pedro Vasconcelos e Sousa, com o Bispo D. Matias de Figueiredo, governador interino, e Félix José Machado durante os eventos das Alterações Pernambucanas (1710-1711) e no período da perseguição aos indivíduos que encabeçaram o partido da nobreza da terra. Outros, mais expressivos, como as Guerras, sobressaem-se em certos períodos como se vê nos mandatos de João de Lencastre (1694-1702) e no breve governo de D. Lourenço de Almada (1710-1711). A correspondência trocada entre Lencastre e Caetano de Melo e Castro tem como tema central a mobilização em torno da ameaça interna que representa a Guerra do Açú, na qual a cooperação com o governador de Pernambuco foi determinante²³¹. Já as missivas enviadas por D. Lourenço de Almada a Sebastião de Castro e Caldas e D. Manuel Álvares da Costa sobre o tema da Guerra tratam essencialmente dos perigos externos, nomeadamente a presença de corsários e piratas na costa.

Outros assuntos estão ausentes das missivas. Na segunda metade do século XVII, há uma discussão surpreendentemente fraca entre os dois governos em torno da arrecadação dos donativos para o Dote da Rainha de Inglaterra e Paz com Holanda, que figura em apenas cinco cartas (2%). Depois que o valor da contribuição estipulado para cada capitania e o regimento de arrecadação do donativo foram negociados na Bahia entre o Governo-Geral e a Câmara de

²²⁹ AUC, CA, Códice 36, fl. 145v.

²³⁰ AUC, CA, Cód. 36, fl. 147v-148.

²³¹ Puntoni, *A guerra dos bárbaros...*

Salvador²³², a cobrança em Pernambuco parece ter sido deixada inteiramente à disposição geral dos Governadores e da captação local por parte das câmaras. As cinco cartas tratam, apenas de ordenar o início da cobrança do donativo²³³, reencaminhar as ordens régias para que os valores fossem remetidos nas frotas²³⁴, e explicar que em 1675, os valores arrecadados não foram remetidos ao reino, mas empregados nas despesas com as Minas de Paranaguá²³⁵.

Por mais de cinquenta anos, a arrecadação dos donativos ficou fora da pauta da correspondência entre os dois governos, mas reaparecerá de forma tênue em 1725, quando foi dado início à cobrança do Donativo para o Casamento dos Príncipes. Desta vez, os valores e condições de contribuição foram arbitrados separadamente entre os governadores das capitanias principais, dentre elas Pernambuco, e juntas compostas por autoridades régias, as Câmaras e seus procuradores²³⁶. A correspondência enviada já no mandato do Conde de Sabugosa, começa então por responder à informação que Duarte Sodré deu acerca das resoluções tomadas nas Juntas de 1726 e 1727 acerca das condições de arrecadação²³⁷. Nos anos seguintes, algumas cartas mencionam os entraves encontrados na cobrança e a resistência aberta, como ocorreu nos sertões do Rio Grande de São Francisco do Sul, ou institucional, por meio de petições como as das câmaras de Natal e Penedo²³⁸. Uma vez que a cobrança das consignações aplicadas aos donativos incidia sobre gêneros como o gado, o tabaco e os escravos comerciados internamente, uma das questões debatida envolve atritos entre os dois governos quanto aos lugares de cobrança dos donativos. Isso é particularmente visível no caso do gado da recém criada capitania do Piauí, que para ser atravessado para a Bahia tinha de passar antes pelos sertões do São Francisco, na jurisdição do Governo de Pernambuco, sendo cobrados nas passagens de cada uma destas capitanias, portanto, duas vezes²³⁹. Cinco meses depois de ambos representarem o problema à Corte, o Conselho Ultramarino decidiu que os passadores do gado do Piauí pudessem leva-lo livremente à Bahia, sem que fossem cobrados em Pernambuco²⁴⁰.

²³² Cf. Ferreira, Letícia Santos. «Amor, Sacrifício e Lealdade: o Donativo para o Casamento de Catarina de Bragança e para a Paz de Holanda (Bahia, 1661-1725)». Dissertação de Mestrado, Niterói, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 98.

²³³ DHBNRJ, vol. V, 344-346.

²³⁴ DHBNRJ, vol. IX, p. 143, 172; vol. X, p.143-144.

²³⁵ DHBNRJ, vol. X, p. 161-162.

²³⁶ Lisboa, «Um dos principais domínios...», p. 115-116.

²³⁷ DHBNRJ, vol. 85, p.259; vol. 86, p. 8.

²³⁸ DHBNRJ, vol. 86, p. 37-38.

²³⁹ DHBNRJ, vol. 86, p.57-58.

²⁴⁰ DHBNRJ, vol. 86, p.57-58.

6.4. Recapitulação

Em resumo, importa rememorar algumas questões tratadas ao longo do capítulo. A primeira é de que a distância, os entraves colocados à integração territorial, as oportunidades, bem como o custo agregado às comunicações, além do expediente das atividades governativas faziam com que o Governo de Pernambuco estivesse mais facilmente acessível às restantes Capitânicas do Norte do que o Governo-Geral na Bahia. A soma de todos estes fatores ao peso político de Pernambuco serve para explicar o porquê de o Governo-Geral manter contatos menos regulares com as capitânicas menores, assim como a menor integração do Ceará ao raio de ação do governador-geral, bem como para algumas causas que justificaram a anexação da capitania do Rio Grande à de Pernambuco em 1701.

A segunda, é que o período compreendido entre o fim Restauração Pernambucana (1654) e os meados do século XVIII foi marcado por transformações relevantes nos padrões de comunicação política estabelecidos entre o Governo-Geral e as cinco capitânicas. É, sobretudo, um período de transição entre o protagonismo demonstrado pelos governadores-gerais na segunda metade do século XVII e o progressivo alargamento do poder territorial dos Governadores Capitães-Generais das Capitânicas principais²⁴¹. Num plano político comunicacional esta mudança pode ser observada num período de comunicação mais ativa do governo-geral com o conjunto das cinco capitânicas, seguido por um período de contínua contração dos contatos com as capitânicas que eram ou foram anexadas ao Governo de Pernambuco, nomeadamente Itamaracá, Rio Grande e Ceará. Esta contração, foi seguida de uma projeção mais intensa dos Governadores de Pernambuco sobre estas Capitânicas ao Norte, o que pode indicar, a seu turno, um fortalecimento de sua capacidade de comando numa dimensão territorial.

Em terceiro, e por fim, as próprias relações entre os Governadores-Gerais e os Governadores de Pernambuco tendem a mudança neste corte cronológico. O período de ativa disputa por jurisdição sobre o conjunto das Capitânicas do Norte, bem como sobre a dinâmica de cargos e provimentos foi sucedido por uma acomodação entre estes agentes na virada do século XVII para o XVIII. A partir de então, vemos que a correspondência entre ambos, agora mais intensificada, servia ao expediente de questões práticas da governação e foi marcada por um esforço mais dirigido para a troca de informações e notícias do que para o atrito, propriamente.

²⁴¹ Constatação também referida por Bicalho, «Cultura política, governo e jurisdição...», p. 371-372.

Este conjunto de fatores aponta para uma progressiva regionalização do poder e da capacidade de comando dos Governadores de Pernambuco ao longo da primeira metade do século XVIII e, especialmente, para o fortalecimento do seu protagonismo nos circuitos internos de comunicação política. No próximo capítulo, nos aprofundaremos na análise deste processo ao considera-lo numa escala regional à partir dos padrões de governabilidade da Capitania e de suas “anexas”, inventariando os suportes comunicacionais disponíveis ao exercício do poder, os protagonistas acionados no terreno, bem como as formas de contato estabelecidas com os diferentes territórios e espaços políticos.

CAPÍTULO 7

Padrões de Espacialização

Os circuitos internos da comunicação política dos Governadores de Pernambuco

"Le Bresil a un Vice Roi, avec jurisdiction et inspection politique sur toutes les Provinces, et sur la Marine du continent, mais cette jurisdiction dans les ressorts Gouvernements Généreaux n'est presque que de bienséance; [...]. Le Vice Roi exerce donc sa jurisdiction immediate dans la Province que lui est destinée en propre"¹.

(Extrato das Notas do 1º Visconde de Balsemão para o Abade Raynal, ant. 1780)

Até aqui, constatamos que a virada do século XVII para o XVIII foi marcada por mudanças visíveis tanto ao nível da organização da arquitetura jurisdicional e institucional das Capitanias do Norte, quanto no que toca ao poder mais destacado dos governadores nos circuitos externos e internos de comunicação. A emergência de novos protagonistas no cenário político foi acompanhada por uma maior inserção das capitanias no raio de ação dos governadores, quer pelo absentismo dos novos donatários em Itamaracá, quer pela anexação formal, como ocorre no caso do Rio Grande, quer pelo crescimento como no caso do Ceará. Numa escala transoceânica, verificamos que o protagonismo destes agentes se observa não apenas pela capacidade de mediar a difusão dos fluxos comunicacionais entre reino e conquistas, mas igualmente, por uma maior interferência sobre as contas, requerimentos, representações e petições lançadas em Pernambuco e nas restantes capitanias. Numa escala interna, no mesmo sentido, a frequência dos atritos com os Governadores-Gerais tende a diminuir, verificando-se uma progressiva acomodação os dois governos. Acomodação que, no plano comunicacional, se traduz em contatos mais esporádicos entre a Bahia e as capitanias anexadas à Pernambuco, cada vez mais inseridas no raio de ação dos governadores. Conjunto de tendências que apontam, numa escala externa, mas também interna, para uma projeção mais marcante do poder dos governadores sobre um espaço de dimensões regionais.

As linhas que transcrevemos na epígrafe deste capítulo podem ser encontradas nas memórias que Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º Visconde de Balsemão, enviou ao Abade

¹ BNPA, 54-xi-26 (7) “*Extrait des Notes fournie à Mr. L’Abbé Raynal par S. Excellce. Mr. Le Vicomte de Balsemão sur les Colonies Portugaises, avec ses observations critiques sur l’histoire Philosophique des deux Indes.*, fl.1v”, cópia gentilmente partilha pelo Dr. Nuno Gonçalo Monteiro.

Raynal para compor a edição de 1780 de sua obra *Histoire des deux Indes*². Trata-se de uma visão de época, ainda que posterior às balizas cronológicas da tese, mas que confirma, até certo ponto, as conclusões que temos apresentado para um período anterior, ou de que ao longo do século XVIII, a jurisdição dos vice-reis do Estado do Brasil se vai confinando cada vez mais à sua própria capitania – tendo uma jurisdição “aparente” ou de “decoro” sobre os outros governos da América. Na conclusão do sexto capítulo, demonstramos que essa retração foi contrabalanceada por uma maior projeção dos Governadores de Pernambuco sobre o espaço das cinco capitanias. São, precisamente, os padrões desta projeção que queremos aferir ao longo deste sétimo e último capítulo. Com efeito, damos continuidade à caracterização deste processo ao observar os padrões de governabilidade do território através de uma análise da comunicação mantida de forma direta entre os governadores e os poderes presenciais existentes. Com isso, pretendemos, problematizar o alcance bem como os limites da regionalização, já sugerida na dimensão variada dos fluxos e dos ritmos de contato com as diferentes localidades, mas que será, doravante, abordada a partir de outras questões.

O capítulo divide-se em quatro partes. Começamos por tratar da questão do volume das comunicações emitidas entre os séculos XVII e XVIII face aos desafios que nos são apresentados pelos fundos documentais sobreviventes da Secretaria de Governo. A segunda parte incide sobre a variedade de tipologias de suporte comunicacional disponíveis para as comunicações interpessoais ou interinstitucionais e coletivas com os diferentes espaços. Atentamos ao emprego destas tipologias no cotidiano da governação e como podem servir à materialização da autoridade dos governadores em suportes escritos. Na terceira parte, analisamos as mudanças nos padrões de seleção dos interlocutores locais disponíveis nos diferentes espaços conforme mudanças que verificamos na arquitetura institucional das capitanias do Norte entre 1654 e 1756. Por fim, abordamos os principais assuntos tratados nas comunicações através de uma análise tipológica que faz referência à sua variação no tempo, mas também conforme os diferentes interlocutores e os espaços.

7.1. O volume das comunicações internas

Uma tendência notável para as ligações entre o reino e as conquistas no espaço atlântico, é a de que o volume de comunicação produzida numa margem e na outra do oceano tende a

² Para mais detalhes da correspondência entre ambos, ver: Monteiro, Nuno G; Furtado, Júnia F. «Raynal and the defence of the Portuguese colonization of Brazil: diplomacy and the Memoirs of the Visconde de Balsemão». *Análise Social*, n. 230, Liv (1º), 2019, pp.6-35.

crescer de forma exponencial entre finais do século XVII e o início do século XVIII³. Aferir esta tendência numa escala interna é seguramente mais complexo, uma vez que o conjunto disponível para tratar das comunicações dirigidas ao poderes no território ao longo dos cem anos propostos, nomeadamente a das *Disposições dos Governadores de Pernambuco*, representa apenas um fragmento do volume de documentos produzidos pela Secretaria de Governo. Importa recordar que desconhecemos os critérios utilizados para a seleção dos documentos que compõe os dois volumes, ainda que possamos sugerir, com base na comparação com outros fundos, que a documentação copiada reporta-se especialmente aos atos que o coprador do Conde dos Arcos considerou como mais relevantes do mandato de cada governador. Por estas razões, acaba por não ser possível variações cronológicas no montante de documentação expedida.

Por outro lado, a tendência ao crescimento do volume interno de atos comunicativos pode ser ilustrada através dos fundos alternativos de que dispomos. Basta assinalar que durante o mandato do Marquês de Montebelo (1690-1693), temos registo de não menos de **615** disposições, ao passo que no de seu filho, Félix José Machado (1711-1715), este montante dobra para um total de **1275** disposições. Anos mais tarde, dando continuidade à tendência ao crescimento, D. Marcos de Noronha (1746-1749) regista em seu coprador pessoal nada menos que **2237 cartas**, não contabilizando aqui as ordens, portarias, bandos e editais lançados.

O salto na produção documental no século XVIII não é puramente aleatório e chega a ser identificado como algo extraordinário para os padrões da época. É o que se depreende de uma petição enviada pelos oficiais da Secretaria de Governo em 1716, em que pediam aumento nos seus ordenados em virtude do “excessivo trabalho e grande expediente”, por ter o “Governo anexas a si **vinte e seis capitanias**, para o que estão [os oficiais] sempre prontos e ainda domingos e dias santos passando as ordens necessárias para o bom governo delas”⁴. Nestas capitanias incluem-se não só as do Norte, mas, sobretudo, as “capitanias-mores” das vilas e freguesias, cuja multiplicação é claramente associada ao dinamismo do expediente da Secretaria. Cinco mais tarde, o “Oficial Papeleiro” da Secretaria de Governo, Manuel da Silva Rosa, que também assina a petição anterior, pleiteou o cargo de Secretário e na qual apresenta, para além dos seus nove anos de experiência continuada, o seu serviço durante “as três sublevações que se moveram naquela capitania”, duas das quais no mandato de Félix Machado,

³ Questão referida não apenas no quinto capítulo deste trabalho, mas também nos resultados de investigações mais abrangentes. Cf.: Monteiro; Fragoso, *Um reino e suas repúblicas...*, p. 23.

⁴ AHU, Avulsos, Cx. 27, D. 2482. fl.1.

“sendo o único oficial que assistiu ao expediente das **inumeráveis ordens** que se precisaram e distribuíram por todas as vilas e freguesias da jurisdição do Governo”⁵ naquela altura.

Os casos confirmam a constatação feita no capítulo anterior de que o alargamento no raio de ação dos governadores tende a ser acompanhado de um maior volume de documentação produzida. Por outro lado, também constatamos que o ritmo de contato com as localidades distantes não era particularmente acentuado, de modo que a ampliação do distrito do governo não dá conta de explicar a tendência. Assim, além dos espaços de comunicação, é preciso aferir outras questões, tais como o peso dos novos interlocutores nos cenários locais nas comunicações, as relações estabelecidas com cada um, bem como as áreas temáticas sobre as quais se projeta o governo. Ao longo do capítulo retomaremos a questão para problematizar o potencial explicativo destes fatores, cruzando-os, da mesma forma, com a tendência ao fortalecimento da autoridade dos governadores frente ao território.

7.1.1 *Ordenamento cronológico das fontes disponíveis*

Feita esta ressalva, e já que uma das questões centrais da tese se concentra em observar mudanças nas práticas governativas ao longo do tempo através de uma análise estatística das dos padrões comunicacionais, importa explicar brevemente os critérios de ordenação do conjunto disponível no fundo das *Disposições dos Governadores*. A primeira questão a referir é que dificilmente poderíamos agrupar os dados segundo os mandatos de cada governador, pois, como referimos no capítulo 1, há registos mais completos para uns do que para outros e, além disso, o tempo de permanência no posto era muito variável, o que poderia condicionar também algumas das conclusões. Para contornar o problema, preferimos ordenar a totalidade dos 3084 registos em **decênios** a fim de considerar um número idêntico de anos para todo o período, conforme o Quadro 21, na página seguinte.

Desconsiderando a fragilidade dos dados disponíveis para os anos iniciais, entre 1648 e 1659, esta opção acabou por ser a mais viável, já que dispomos de amostras de quase 300 ou mais registos em cada década. No entanto, diante das outras décadas, o conjunto disponível para a primeira década do século XVIII é bastante frágil, compondo-se de apenas 190 registos. Mas esta limitação acaba por ser compensada com as 455 disposições referentes ao mandato de Félix José Machado, a qual poderíamos considerar como representativa deste início de século, apesar de se concentrar em apenas cinco anos e não dez. Se agregássemos estas disposições à

⁵ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx. 29, fl. 2622. Fator, inclusive, que o levou a ser agraciado com o cargo de Secretário e encontra-se referido em sua carta patente. ANTT, Registo Geral de Mercês, D. João V, Lv. 12, f. 368 v. Apud: Melo, «A ideia de arquivo...», p. 185.

década de 1710-1719, teríamos um conjunto descompensado, de modo que optamos por considerar estes cinco anos de forma isolada. Esta opção acaba por condicionar os recortes da primeira metade do século XVIII a iniciar-se em meados e não no início de cada década. Por fim, há que se referir que o corte 1735-1746 leva em consideração doze e não dez anos, o que não altera as conclusões de forma substantiva, em virtude de haver apenas 3 disposições para o ano de 1746.

Quadro 21. Ordenamento cronológico das Disposições dos Governadores (1648-1746)⁶

Década	Total de registos por década
1648-1659	72
1660-1669	351
1670-1679	350
1680-1689	421
1690-1699	282
1700-1711	190
1711-1715	455
1715-1724	298
1725-1734	365
1735-1746	300
Total	3084

Este ordenamento cronológico será doravante utilizado para ilustrar variações temporais nos padrões comunicativos em todo o restante do capítulo. Consideramos, como referido, apenas as comunicações emitidas pelos governadores e não as que lhes eram remetidas a partir de baixo, ainda que estas fossem frequentemente referidas nas respostas dos governadores. Isto não representa propriamente uma opção, mas sim uma limitação das fontes disponíveis para tratar dos circuitos internos da comunicação política.

7.2 Tipologias dos Atos Comunicacionais

Como demonstramos no segundo capítulo, as formas de tratamento utilizadas nas missivas trocadas entre os Governadores de Pernambuco e outros poderes presenciais existentes nas Capitanias do Norte denotam hierarquias bem demarcadas num plano simbólico. Mas esta hierarquia não se limita apenas à etiqueta, de modo que o lugar ocupado pelos Governadores no universo político-administrativo pode ser problematizado a partir da autoridade exclusiva para produzir certas tipologias de atos comunicacionais. Essa reserva verte-se em mecanismos práticos para reproduzir as hierarquias simbólicas em suportes materiais da informação. A complexidade destas relações pode ser analisada, portanto, na produção de seis variedades

⁶ AUC, CA, Códices 31 e 32.

tipológicas, a saber: cartas, ordens, portarias, instruções ou regimentos, bandos e editais, as quais poderíamos agrupar segundo a abrangência de difusão individual ou coletiva.

7.2.1 *Comunicações interpessoais ou interinstitucionais*

Por comunicações interpessoais ou interinstitucionais, referimo-nos especificamente àquelas que tinham um único destinatário, que poderia ser um único indivíduo ou um corpo coletivo, como uma Câmara ou uma Irmandade. Nelas, referimos as cartas, as ordens e as portarias e os regimentos e instruções.

A **carta**, tal como nos outros circuitos comunicacionais, representa a tipologia documental mais simples do nosso universo de análise e corporifica um instrumento unitário de transmissão escrita da informação, sendo utilizada tanto nos circuitos formais da comunicação dos assuntos políticos, quanto nos não institucionais. Através de cartas, qualquer pessoa poderia escrever e se dirigir ao Governador. Os padrões discursivos nelas empregados são muito variáveis, contendo desde tonalidades verbais mais abertas à negociação ou à persuasão dos interlocutores – colocadas em expressões características como “queiram vossas mercês” ou “se for da vontade de vossa mercê” – ou ainda destinadas à obtenção cotidiana de informações sobre as mais variadas matérias – expressa em sentenças como “me informe” ou “queira informar vossa mercê”. Em outros casos, o tom discursivo das cartas poderia estar mais inclinado ao imperativo e até mesmo para a ameaça, quando parte de uma emissão dirigida pelos governadores.

Foi com uma carta que Francisco de Brito Freyre dirigiu-se aos senhores de engenho da Capitania para que se voluntariassem a contribuir com um donativo extraordinário em açúcar para o socorro da Provedoria da Real Fazenda, deixando claro não ser “de minha intenção dar a vossas mercês a menor moléstia” com o pedido⁷. Mas, foi também com uma carta que um sucessor, Bernardo de Miranda Henriques, ameaçou o Capitão-Mor de Porto Calvo para que pacificasse os ânimos dos moradores desta vila que se amotinaram contra a cobrança do Donativo do Casamento da Rainha de Inglaterra e Paz com Holanda, antes que fosse ele a marchar pessoalmente “com os terços que aqui há e não ficar **pedra sobre pedra** nessa vila”⁸. Em todo caso, por dar abertura a uma tonalidade ou a outra, e garantir o acesso de praticamente qualquer interlocutor, requerente ou peticionário à autoridade dos Governadores, a carta representa o suporte de comunicação mais horizontal possível, sendo usado não só entre estes agentes e os poderes locais, mas destes mesmos poderes entre si, já que são intercomunicantes

⁷ AUC, CA, Cód. 31, fl. 53v.

⁸ Grifo nosso. AUC, CA, Cód. 31, fl.242v.

e qualquer um poderia dirigir-se a outros por meio delas, seja para trocar informações e seja para requerer, representar ou peticionar⁹.

Em contrapartida, a expedição de **ordens** ou **portarias** é reveladora da verticalidade do relacionamento dos Governadores com o universo político local, mas, igualmente das escalas de hierarquia estabelecidas entre os poderes político-administrativos. Dentre os vários significados da palavra “Ordem”, apresentados no dicionário de Raphael Bluteau, os que mais se aproximam dos atos administrativos são os de “Disposição, assento ou colocação das cousas no lugar” ou, simplesmente, “mandado”¹⁰. Significados que remetem à detenção de uma necessária capacidade de comando ou de poder de dispor “as cousas no seu lugar”. Já a palavra “portaria”, deriva, em sua origem, das comunicações régias, mais especificamente de “decreto, provisão real, letras patentes do Príncipe” ou “determinação do príncipe, não selada e fechada, mas com porta aberta e patente”¹¹. Daí a associação entre “porta” e a palavra “portaria”. Em princípio, a diferença básica entre as ordens e as portarias reside nas formas de apresentação, isto é, cerrada ou aberta. Mais adiante, veremos que na Capitania do Rio de Janeiro, as “portarias”, eram consideradas como ordens dos Governadores passadas oralmente e depois copiadas pelo Secretário de Governo¹².

As ordens ou portarias pressupunham a eminente execução de uma diligência ou a imediata obediência de um comando, tendo o imperativo como modo verbal predominante. O texto principiava ou vinha encimado com palavras tais como “ordeno” ou “mando”. Contudo, há um outro uso social para as ordens e que está associado à transmissão, ou investidura, de uma autorização ou capacidade ao portador que atua, nesse sentido, com o consentimento e respaldo do Governador. Neste caso, enquadram-se, por exemplo, ordens passadas ao Governador dos Índios para poder recrutá-los nos aldeamentos a fim de compor o seu Terço, ou ordens passadas aos Ouvidores ou Oficiais Militares para que pudessem contar com o apoio das companhias de Ordenança na realização de diligências¹³. Nesse caso específico, as ordens eram expedidas para serem **apresentadas** a terceiros e, com efeito, assumiam o caráter de formalização de alguma competência ou de especial delegação de autoridade.

⁹ A exemplo da comunicação política trocada entre as câmaras da Capitania de São Paulo, Cf.: Moura, «Redes associativas...».

¹⁰ Bluteau, **VPL**, Vol.6, p.103-104.

¹¹ Bluteau, Vol.6, p. 632.

¹² AHU, Rio de Janeiro Avulsos, cx. 72, doc. 53. fl.1.

¹³ Em 1689, o Governador Câmara Coutinho concedeu uma ordem ao Capitão-Mor Antônio Pessoa Arco Verde, governador dos índios, autorizando-o a mandar "por seus oficiais às vilas, freguesias e quaisquer outros lugares, donde estiverem recolhidos índios fora de suas aldeias, e os recolha para elas ajuntando-os com a brevidade possível para irem à Guerra do Rio Grande e aos Senhores de Engenho e mais pessoas donde estiverem os ditos índios não impidam (sic) com pena de mandar proceder contra eles como alteradores e desordeiros"

Em síntese, a ordem pode ser definida como um suporte de transmissão da informação no âmbito de uma relação hierárquica de poder ou de uma cadeia de comando reconhecida. Se os Governadores só recebiam ordens do Governador-Geral e do próprio monarca, representado por seus tribunais palatinos ou Secretarias, fica claro que ao encimar o topo do corpo político frequentemente designado por “Governo de Pernambuco”, possuíam autoridade para transmiti-las a todos os poderes existentes no espaço, incluindo Ouvidores, Provedores, Câmaras, Capitães-Mores etc. Nenhum destes, como é evidente, dirigiam ordens ao Governador.

O peso associado às ordens e portarias em meio aos outros atos comunicacionais pode ser claramente percebido num requerimento do Ouvidor da Paraíba, lançado ao Conselho Ultramarino no frígido da anexação desta Capitania à de Pernambuco, em 1759. Nela, o ministro queixa-se de uma prática que, segundo ele, “a política dos militares introduziu”, pois nas comunicações expedidas aos ministros, tanto de Pernambuco quanto da Paraíba, os Governadores punham a palavra “informe” em algumas e “outras vezes usam a palavra *ordem* no sobrescrito”¹⁴. Protestava então, contra a prática vigente há pelo menos um século de os Governadores comunicarem-se com os Ouvidores e outros magistrados régios por meio de ordens, querendo “arrogar a si o que só pertence à Sua Majestade”, nomeadamente uma posição de superioridade. Em seu favor, alega com palavras suas que, “sendo os ministros independentes deles”, Governadores, na jurisdição, “os não devem tratar com termos menos políticos que aos seus mesmos militares nem com indicativos de **desprezo** ou **sujeição** a eles”¹⁵.

Por fim, requeria ao Conselho que fosse adotada uma norma existente para os Governadores do Rio de Janeiro desde a década de 1730, expressa numa Carta Régia que recomendava aos mesmos que nas comunicações dirigidas aos ministros, deveriam “escrever e assinar cartas e não expedir-lhes ordens rubricadas por voz, a que dais o nome de portarias”, pois estas “só as podereis passar para os Militares ou oficiais inferiores”¹⁶. O parecer final do Conselho toma em conta uma consulta ao então Governador daquela praça, Gomes Freire de Andrade, que, em resumo, conclui que não se deveria atender ao requerimento do Ouvidor já que aquele era o estilo utilizado no lugar, devendo ser preservado. Contudo, a decisão final dos conselheiros contrapõe-se à de Gomes Freire, e dá a entender que o Governador de Pernambuco

¹⁴ Grifo nosso. AHU, Rio de Janeiro Avulsos, cx. 72, doc. 53, fl.1.

¹⁵ Grifos nosso. AHU, Rio de Janeiro Avulsos, cx. 72, doc. 53, fl.1.

¹⁶ AHU, Rio de Janeiro Avulsos, cx. 72, doc. 53, fl.3.

observe o estilo vigente no Rio de Janeiro¹⁷. Quanto à aplicação da determinação, não encontramos referências conclusivas¹⁸.

Em todo caso, fica evidente que, até meados do século XVIII, período contemplado neste estudo, os Ouvidores recebiam ordens dos Governadores de Pernambuco e que a “independência” que rogam os ministros em relação a eles esteja, talvez, associada a uma mais clara afirmação das atribuições dos magistrados ao longo do século XVIII. Além disso, em que pese a recente anexação da Paraíba e os ressentimentos da subordinação ao Governo de Pernambuco, bem como a provável tentativa de suavizar o novo equilíbrio de forças políticas no terreno, é interessante entrever que o argumento empregado pelo magistrado vincula a prática de expedição de ordens à “política”¹⁹ eminentemente militar e à ideia de sujeição dentro de uma ordem hierárquica de comando.

Além das ordens e das portarias, os Governadores também tinham autoridade para passar regimentos e instruções em circunstâncias excepcionais. Tal prática é também indicadora da posição ocupada por estes oficiais em meio à arquitetura institucional, já que se baseia na capacidade de instruir, coordenar e legitimar as diretrizes para a ação de determinados poderes sobre o território. Ao longo de todo o arco cronológico considerado, localizamos 33 documentos desta natureza expedidos aos mais diversos poderes²⁰. Ao menos 19 tratam de questões militares. Alguns foram redigidos para instruir comandantes quanto às operações bélicas, tais como regimentos passados por Francisco Brito Freyre aos oficiais encarregados do ataque aos Palmares em 1661 e 1662, contendo informações detalhadas acerca dos movimentos das tropas²¹, ou regimentos mais gerais sobre a disciplina da infantaria e da cavalaria, como o regimento feito por Francisco Castro Morais para os Coronéis das companhias auxiliares, em 1706²². O conteúdo dos restantes é bastante diverso. Há, pelo menos, sete destinados aos Administradores quanto às diretrizes para a arrecadação local do Donativo do Casamento dos Príncipes, nos quais os Governadores determinam as formas de cobrança e os gêneros sobre os quais incidiam os subsídios²³. Vimos que os Governadores-Gerais passavam regimentos aos

¹⁷ O parecer é bem mais complexo, e envolve a prática utilizada desde a Guerra de Sucessão Espanhola de os Mestres de Campo serem tratados por “excelência” e as cartas dirigidas a eles e aos coronéis vir encimada por um “Informe”.

¹⁸ Pelo contrário, compulsando o Livro de Portarias e Editais dos anos de 1769 a 1797, encontramos várias portarias passadas aos Ouvidores, o que parece indicar a continuidade da prática. APEJE, R. Pro. 03/1, 1769-1797, fls. 9, 18, 26-26v.

¹⁹ Aqui referida com a conotação pejorativa atribuída à palavra no Antigo Regime. Ver: Cardim, Pedro. «“Administração” e “governo”...».

²⁰ AUC, CA, Cód. 31, fls. 16, 18v, 20v, 24, 26, 37v-38, 62v, 65, 65, 66, 163, 164, 202, 427v, 434v, 437v, AUC, CA, Cód. 32, fls. 26,36v, 59, 244v, 446, 537v, 550v, 553, 566v, 574, 578v, 566v, 637v, 650.

²¹ AUC, CA, Cód. 31, fls. 62v, 65.

²² AUC, CA, Cód. 32, fl 36v.

²³ AUC, CA, 537v, 550v, 553, 566v, 574, 578v, 566v, 637v, 650.

capitães-mores de capitânicas, mas parece especialmente relevante destacar que encontramos pelo menos três regimentos passados pelos governadores de Pernambuco aos Capitães-Mores do Ceará em 1685, 1708 e 1715, sendo particularmente relevantes para demarcar a esfera de ação sobre aquela Capitania, bem como as relações hierárquicas entre ambos, já que, diferentemente dos outros, não abordam questões pontuais, mas assemelham-se ao conteúdo do regimento de 1670 e tratam de questões mais gerais da governação²⁴.

7.2.2 Comunicações coletivas

A comunicação dos governadores com o coletivo da sociedade era feita através de Bandos e Editais. A primeira diferença entre ambos reside na forma de publicação. Os bandos eram lidos ao som de caixas e em voz alta nos lugares mais frequentados das vilas, enquanto que a divulgação dos editais consistia na mera afixação do papel manuscrito em lugares específicos como nas portas das igrejas e, em algumas circunstâncias, nas das Câmaras ou da Provedoria da Fazenda.

Os Editais representam suportes de comunicação comum quer aos poderes unipessoais quer aos poderes corporativos. O Conselho Ultramarino lançava editais para preencher os postos dos governos nas vacâncias, as Câmaras publicitavam as posturas por meio destes instrumentos, os Ouvidores convocavam as correições da mesma forma e era com eles que os Provedores anunciavam as arrematações dos contratos. No Governo de Pernambuco, os editais eram especialmente utilizados para circular as disposições normativas emanadas do reino, lançar candidaturas aos postos vacantes, anunciar nascimentos de príncipes e as formas de os celebrar.

Já os Bandos, por outro lado, tinham usos mais restritivos. A definição mais aproximada que se pode ter para a época está no dicionário de Raphael Bluteau. Segundo ele: “deriva-se do antigo vocábulo alemão, *Bam*, que significa **pregão**; do *Bam* dos alemães fizeram os italianos o seu *Bandire*, que quer dizer ‘**publicar por bando**’, como quando se declara publicamente um decreto, uma lei”²⁵. A leitura dos Bandos era revestida de uma característica cerimonial mais visível, prevendo a adição de um elemento sonoro, o rufar de uma caixa, e a proclamação nos lugares de maior movimento populacional. Aproxima-se, portanto, das práticas rituais associadas às proclamações régias que se vão difundindo na península ibérica ao longo da baixa

²⁴ AUC, CA, Cód. 31, fls. 427; Cód. 32, fl. 59, 244v.

²⁵ Bluteau, **VPL**, vol. 2, p. 31.

idade média²⁶. Além disso, o conteúdo dos bandos está sempre associado ao cumprimento de uma determinação ou proibição e prescreve, necessariamente, a aplicação de uma pena. Esta, poderia ser apenas uma multa em dinheiro, prisão, perda de bens móveis ou, em casos extremos, açoite, tratamento na “polé”²⁷ e degredo para Angola. Por estas mesmas razões, o Bando era tido como uma forma de comunicação característica ao meio militar, sendo utilizada também para a convocação de mostras gerais, ou na disciplina das guarnições e presídios.

Ao passo que praticamente qualquer instância de governo estava autorizada a publicar editais, é quase certo que só os Governadores e os Capitães-Mores Governadores de Armas podiam publicar Bandos. Em outubro de 1690, o Provedor da Fazenda da Capitania de Itamaracá tomou a iniciativa de publicar por si um bando proibindo o uso de certas armas brancas e de fogo, algo que deu abertura a uma severa reprimenda do então Governador, Antônio Félix Machado, Marquês de Montebelo. Este advertiu ao Provedor que:

“Nessas capitánias **ninguém tem autoridade para publicar bandos** mais do que eu, e que me não será possível dissimular a demonstração se tornar a se suceder caso semelhante sendo que o que vossa mercê ordenava nele justificado é porém devia vossa mercê recorrer a mim quando muito poderia publicar a sua resolução por editais, e sempre dando-me conta antes de se porem”²⁸.

Assim, ao que parece, a autoridade para lançar Bandos seria exclusiva dos Governadores, cabendo ao Provedor, como aos mais ministros, requerer a publicação conforme uma causa justificada, podendo estes valerem-se sempre da publicação de editais. Tal norma pode ser, inclusive, confirmada num circuito mais vasto de comunicação, como ilustra uma petição do Governador dos Índios, D. Sebastião Pinheiro Camarão dirigida ao Conselho Ultramarino em abril de 1722, para que ordenasse ao então Governador de Pernambuco, D. Manuel Rolim de Moura, que lançasse um bando para proibir a presença de índios do seu Terço nas freguesias “de suas jurisdições por mais de oito dias”²⁹.

Nesse sentido, a publicação de Bandos, apesar de cotidiana, era vista como uma expressão particularmente importante da autoridade dos governadores. Cinco meses depois de sua posse, Luís Correia de Sá regista em seu diário o dia em que “se lançou o primeiro Bando

²⁶ Nieto Soria, José Manuel. «El pregón real en la vida política de la castilla Trastámara». In: *Edad Media*. Rev. Hist., 13 (2012), pp. 77-102.

²⁷ Estrutura de madeira empregada para o suplício de condenados a punições exemplares no período moderno. Bluteau a descreve da seguinte forma, como a “polé de tormento”: “madeiro comprido e direito, e na parte superior feito a modo de forca, e na extremidade dela guarnecida de uma polé com corda, com a qual se levanta no ar o paciente”, leia-se, condenado, “com as mãos atadas detrás das costas e se deixava cair até perto do chão com tão grande ímpeto que se deslocavam os braços. Bluteau, **VPL**. vol. 6, p. 572.

²⁸ Grifo nosso. AUC, CA, Cód. 31, fl. 545v.

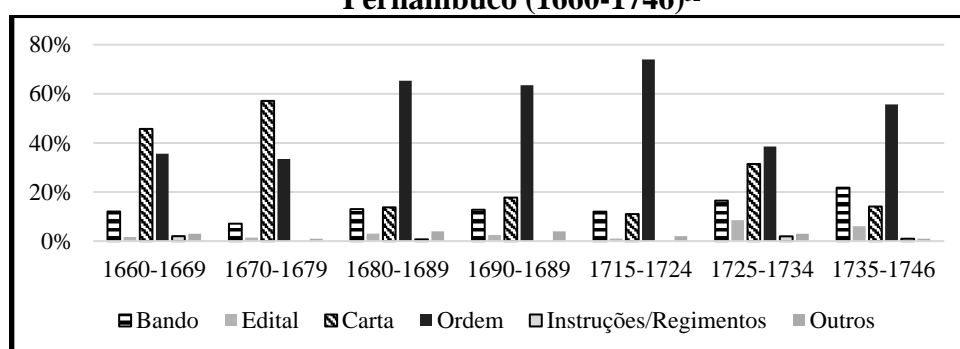
²⁹ AHU, Pernambuco Avulsos, Cx.29, D. 2650.

de meu tempo” como um acontecimento digno de nota³⁰. Um dos alvitre anônimos oferecidos a Félix José Machado nas vésperas de sua partida para Pernambuco, intitulado “*A respeito do Governo*”, começa justamente por lembrar que “tem mostrado a experiência que os governadores de ultramar que bem fizeram seus governos não faltando em tudo ao Real Serviço e bem comum sendo amado[s] dos moradores da terra foram **os que lançaram poucos Bandos** e a **alguns precisos fizeram dar cumprimento**”³¹. Com efeito, um instrumento de intervenção ativa e extraordinária. E não por acaso, a depender das penas aplicáveis, os governadores tinham de escrever ao Conselho Ultramarino dando conta dos bandos que tinham lançado.

7.2.3 Os suportes comunicacionais e a formalização dos atos comunicativos

Tendo em conta as diferenças existentes entre as tipologias mencionadas, importa agora aferir sua utilização social para corporificar as comunicações oficiais e as ações de governo ao longo do tempo. Para este efeito, e tendo em consideração a desigualdade entre as amostras disponíveis para cada década, o gráfico 21 apresenta os **percentuais** de cartas, ordens, bandos, editais, instruções e outros documentos produzidos entre 1660 e 1746, conforme a amostra disponível nos códices das Disposições dos Governadores. Infelizmente, dada a forma de organização dos atos comunicativos na coleção do Conde dos Arcos, nem sempre é possível diferenciar “ordens” de “portarias”, de modo que ambas estão expressas na categoria “ordens” – já que não se diferenciam tanto no que tange ao conteúdo, mas sim quanto à forma de apresentação ser aberta ou cerrada.

Gráfico 21. Tipologias dos Atos Comunicativos Expedidos pelos Governadores de Pernambuco (1660-1746)³²



³⁰ DLCS, p. 37.

³¹ Papel anônimo endereçado a Félix José Machado. BNP, PBA, Códice 526, fls. 265-265v.

³² Fonte: AUC, CA, Códices 31 e 32.

À partida, uma análise sumária nos levaria a duas constatações óbvias. A primeira, é a de que, em relação aos Editais, os Bandos prevalecem enquanto principal suporte para a difusão de comunicações oficiais dos governadores junto ao corpo social. Como é natural, a preferência pelos Bandos decorre não só da carga simbólica associada aos aspectos cerimoniais de publicação, mas, sobretudo, por serem declamados em voz alta nos lugares mais frequentados das vilas e cidades. A leitura pública ampliaria o acesso da população, predominantemente analfabeta, à mensagem transmitida nessas ocasiões. Prática análoga, consistia na afixação tanto dos Bandos quanto dos Editais nas portas das igrejas, locais que, para além de frequentados por quase toda a população, contavam com a assistência de párocos capacitados a fazer a leitura³³. Acresce que nos espaços marcadamente rurais, as portas das igrejas e das representam espaços de reunião das populações dispersas, como mostra um bando lançado por Jerônimo de Mendonça Furtado para ser apregoado nas “portas das **capelas de todos os engenhos** para que venha a notícia de todos e não tenham ignorância que alegar”³⁴. Talvez pela mesma razão, alguns editais fossem publicitados de maneira semelhante aos Bandos. Numa carta de 1733, sobre a prisão de um homem que percorreu as Capitanias de Pernambuco intitulando-se o “Príncipe do Brasil”, Duarte Sodré Pereira lançou um edital de prisão e ordenou a todos os Capitães-Mores das vilas e freguesias “para se publicar ao som de caixas”³⁵.

A segunda constatação requer problematizações mais cuidadosas, e diz respeito ao equilíbrio no volume de Cartas e de Ordens empregados em cada decênio. Se a maior expressividade percentual das cartas no conjunto das disposições pode ser observada nas décadas de 1660 e 1670, em todas as décadas seguintes, até meados do século XVIII, verifica-se o predomínio das ordens enquanto principal suporte para as comunicações políticas. Se a tonalidade discursiva das cartas sugere uma abertura mais evidente à negociação do que o direcionamento mais imperativo das ordens, apresentadas também como uma expressão hierárquica das comunicações, poderíamos entrever uma clara mudança na postura dos Governadores com relação ao universo político que os rodeava. Em outras palavras, haveria um potencial endurecimento das práticas discursivas entre meados do século XVII e meados do século XVIII.

Contudo, a solidez de tal afirmação precisa ser confrontada com outras duas questões. A primeira diz respeito à própria natureza do conjunto disponível nos códigos das *Disposições* que, longe de ser completa, contempla apenas aqueles que foram consideradas as “principais”

³³ AUC, CA, Cód. 31, fls.84v, 169v e 339.

³⁴ AUC, CA, Cód. 31, fl. 170.

³⁵ AUC, CA, Cód. 32, fl. 372.

ou mais importantes decisões tomadas por cada um dos Governadores e que ganharam registro na Secretaria de Governo. Logo, é preciso comparar estas dados com os disponíveis para os mandatos do Marquês de Montebelo e Félix José Machado, comparação esta apresentada na tabela abaixo. Por sorte, a organização das disposições de ambos os governadores, permite fazer a distinção entre as “ordens” e “portarias”, tal como apresentamos abaixo.

Tabela 24. Variedades Tipológicas das Comunicações expedidas por Antonio Félix Machado e Félix José Machado (1690-1715) ³⁶

Tipologia	Antonio Félix Machado (1690-1693)		Félix José Machado (1711-1715)	
Cartas	117	19%	330	26%
Portarias	219	36%	756	59%
Ordens	168	27%	65	5%
Bandos	94	15%	107	8%
Editais	10	2%	13	1%
Outros	6	1%	4	0%
Total	614	100%	1275	100%

Duas questões podem ser avaliadas a partir da tabela 24. A primeira, diz respeito ao uso de portarias que, em ambos os casos, revela-se muito mais frequente que o emprego de ordens. Acontece que as portarias caracterizam-se como atos próprios ao cotidiano e ao expediente político-administrativo, sendo empregadas, por exemplo, para a ordenar ao provedor da fazenda que expedisse pagamentos diversos, adquirisse virtualhas, ou concedesse pólvora, balas e outros apetrechos de guerra aos oficiais e soldados das tropas de primeira linha e auxiliares. As ordens, portanto, parecem ser utilizadas com menos frequência, ainda que os efeitos práticos fossem os mesmos das portarias, como referimos.

Mas, o mais importante é que os dados confirmam a tendência observada no gráfico 21 para a diminuição no total de cartas no conjunto das disposições dos Governadores em relação à expressividade percentual das Ordens e Portarias. No mandato de Montebelo, as cartas representam apenas 19% do total de atos comunicativos registados, ao passo que as ordens e portarias juntas somam 63%. Anos mais tarde, durante o de seu filho, Félix José Machado, o mesmo padrão se repete, já que 26% das comunicações expedidas tomaram a forma de cartas, enquanto que 64% foram passadas como portarias ou ordens.

Em princípio, a comparação dos dados apresentados no gráfico 21 com os conjuntos mais sólidas apresentadas na tabela 24 seriam suficientes para confirmar que, na virada para o século XVIII, os governadores passaram a comunicar-se mais por ordens e portarias do que por cartas. No entanto, é preciso ter em conta que as formas de organizar os arquivos na época e as

³⁶ Dados levantados a partir de: BNP, PBA, Códices 239 e 115.

práticas de **registro** dos atos de Governo na secretaria poderia, em grande medida, condicionar as amostras disponíveis à investigação. Como referimos no capítulo 1, é muito provável que nem todas as **cartas** fossem registradas nos livros da secretaria de governo, ao contrário das portarias, ordens, bandos e editais aparentemente. Não por acaso, os códices referentes aos mandatos do Marquês de Montebelo e de Félix Machado, estando organizados em seções tipológicas, separam os respectivos “Livros de ordens, portarias, bandos e editais” dos livros de “*Cartas Ordinárias*”, isto é, “oficiais”, tal como se lê no frontispício do códice 115 (figura 7)³⁷.

Figura 7. Frontispício do “Livro dos Acentos da Ivntas de Micões, Cartas Ordinárias, Ordens e Bandos que se escreverão em Pernambvco no tempo do Governador Félix José Machado” post. 1715³⁸



Nesse sentido, tanto nos códices das Disposições dos Governadores quanto nas cópias disponíveis para os mandatos de Montebelo e Félix Machado, é quase certo que se contabilizem unicamente as **cartas ordinárias**, isto é, que ganhavam registro escrito na secretaria de governo. Assim, é importante ressaltar que o volume real de cartas, também despachadas na forma de bilhetes, poderia ser bem superior às 117 ou 330 registradas nos mandatos do primeiro e do segundo como “oficiais”. A confirmar a tendência, basta lembrar que ao longo de seu mandato, D. Marcos de Noronha e Brito (1746-1749), dirigiu, no mínimo, 2.237 cartas aos poderes presenciais existentes nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Aparentemente, este grandioso volume de missivas contempla cartas “pessoais” e “cartas ordinárias”, dada a sua dimensão.

³⁷ BNP, PBA, 239, fl.541-547; PBA, 115, fl. 1, frontispício.

³⁸ BNP, PBA, 115.

Tais reservas apontam para uma consideração bastante simples. É provável que boa parte das comunicações cotidianas fosse redigida em cartas ou bilhetes, tal como evidencia o montante expressivo de missivas do Conde dos Arcos. No entanto, só parte destas comunicações acabava por ficar registada na Secretaria de Governo. Nesse sentido, a interpretação dos dados apresentados no gráfico 21, longe de ser inválida, aponta apenas para mudanças nas **práticas de formalização** das principais ações de governo quando reduzidas à forma escrita. Esta transformação, apesar de ser apenas uma tendência, continuaria a refletir uma maior, ainda que não absoluta, afirmação da autoridade dos Governadores através de suportes materiais típicos à transmissão de informações no interior de uma ordem hierárquica.

7.2.4 Os suportes empregados da governação dos territórios

Em todo caso, o peso atribuído às Cartas diferia bastante daquele de que estavam revestidas as Ordens. Face aos diferentes ritmos de comunicação estabelecidos entre os governadores e os diferentes espaços, importa agora observar como o uso destas tipologias podem explicar as relações estabelecidas com os diferentes espaços e os respectivos interlocutores. Nesse sentido, com base no conjunto disponível na Coleção do Conde dos Arcos, a tabela abaixo aponta para a diversidade tipológica das comunicações internas expedidas pelos Governadores.

Tabela 25. Variedades tipológicas da comunicação expedida pelos Governadores de Pernambuco aos territórios (1660-1746)³⁹

Local/Interlocutor	Bando	Edital	Carta	Ordem	Instruções	Outros	Total
Olinda	24	5	124	243	10	20	426
Recife	164	56	50	920	11	47	1248
Olinda e Recife	110	17	4	16			147
Olinda ou Recife			8	55		3	66
Igarassu	1		22	11		1	35
Sirinhaém	5	3	60	42	2		115
Porto Calvo	3		53	16		1	73
Alagoas	4		58	30	3	1	96
Penedo	5	1	57	26		2	91
Todas de PE	41	9	41	13			104
Sertões	7		37	31	3	2	80
Itamaracá	12	1	100	101	1	4	219
F. de Noronha	3		6	11	3		23
Paraíba			20	5		5	30
Rio Grande	5		55	34		2	96
Ceará	9		41	42	3	1	96
Não Especificado	6		42	75	2	4	129
Outros			10				9
Total	399	92	788	1671	38	93	3084

³⁹ Dados levantados à partir de AUC, CA, Cód. 31 e 32.

Na primeira coluna, constam os principais territórios de destino e nas quatro colunas seguintes as tipologias dos atos comunicativos expedidos para cada um. Na última linha, o total de tipologias expedido ao longo de todo período e, na última coluna, o total de disposições enviado a cada localidade. Verificamos que as tipologias de suporte das comunicações emitidas variavam bastante de uns territórios para os outros. A comunicação com as autoridades de Olinda e do Recife difundia-se, principalmente por meio de ordens, já que esta tipologia representa aproximadamente 57% do total das disposições enviadas para a primeira e mais de 73% das direcionadas à segunda. No conjunto dos atos expedidos a cada um dos espaços, as cartas representam percentuais bem mais modestos. No Recife, menos de 5% das comunicações oficiais aparece registada em cartas, ao passo que, em Olinda, esta tipologia corporifica aproximadamente 29% das comunicações. Se observamos as circulares entre as duas partes, o índice de ordens emitidas é ainda bastante superior ao de cartas. À partida, o equilíbrio entre as duas tipologias documentais nos permitiria enxergar uma maior afirmação da autoridade dos Governadores sobre o espaço central, especialmente sobre o Recife, e uma demarcação mais evidente de sua posição em meio à hierarquia dos poderes existentes neste que é o principal núcleo econômico, populacional e de governo das Capitanias do Norte⁴⁰.

Mas esta característica pode ser também associada ao tamanho e à maior complexidade da malha governativa, tanto a nível fazendário, quanto a nível judicial e militar, pois é neste âmbito geográfico que estavam concentradas a Provedoria da Fazenda, a Ouvidoria, as fortalezas e as tropas pagas. A título de exemplo, relembramos que a maior parte das ordens enviadas ao Recife foi dirigida ao Provedor da Fazenda e visavam a realização de pagamentos ou liberação de recursos, já que era ele o responsável pelo controle dos fundos econômicos disponíveis à administração régia e pela gestão dos armazéns da coroa, aonde ficavam estocadas as armas, munições, peças de artilharia e outras virtualhas necessárias ao expediente administrativo, tais como pena, papel e tinta.

No conjunto das comunicações expedidas às vilas menores da Capitania e aos sertões, o índice de cartas é comparativamente superior ao das ordens. O percentual relativo desta tipologia ronda à volta de 73% em Porto Calvo, 60% em Alagoas do Sul e 63% em Penedo, enquanto que as ordens não ultrapassam a margem dos 22%, 31% e 29%, respectivamente. Essa diferença poderia sugerir que as relações com os poderes meridionais pautavam-se numa maior

⁴⁰ Por “núcleo”, compreendemos os espaços que concentram papéis multifuncionais enquanto sedes de Governo e Episcopado, pontos nodais de comércio, referenciais de defesa e concentração populacional, tal como compreende Russell-Wood. «Centros e periferias no mundo luso brasileiro...».

flexibilidade, ainda que dentro de uma interação hierárquica. Entretanto, é preciso atentar para a variedade de instituições disponíveis no território, que não contemplava nem tropas pagas permanentes nem outras autoridades régias – além do Ouvidor das Alagoas, isto é, a partir de 1712 – mas apenas câmaras, juizados de vintena, capitães-mores, ordenanças, escrivatinhas e tabelionatos⁴¹. Em grande medida, as comunicações com outras autoridades régias e com os oficiais de primeira plaina seriam mais veiculadas a partir de ordens. Detentores de cargos e ofícios de nomeação régia ou pertencentes à tropa regular, todos remunerados, é provável que a estes agentes fosse atribuído uma maior autoridade ou expectativa de maior formalidade, do que as instituições puramente locais, em grande medida compostas por cargos e ofícios honorários e preenchidas pelos poderes do território, como as Câmaras e Ordenanças. Em contrapartida, as ordens também podiam conferir autoridade para a aplicação de uma determinada diligência, daí serem concedidas a certos poderes unipessoais para garantir a respeitabilidade e o reconhecimento de suas atribuições.

Já as comunicações com as outras Capitânicas do Norte assumem padrões mais variados. No caso do Ceará e de Itamaracá, capitânicas mais dependentes dos auxílios militares prestados por Pernambuco ao longo dos cem anos abarcados na análise, há um equilíbrio maior entre os percentuais de cartas (43% para a primeira e 46% para a segunda) e de ordens (44% e 46%, respectivamente) do que nas vilas meridionais da Capitania. Para o Rio Grande, para todos os efeitos desanexado em 1662 e reanexado em 1701⁴², há indícios de um fluxo mais expressivo de cartas (57%) do que de ordens (35%), algo que também pode estar associado a um controle menos vertical, interventivo, sobre o universo político local, provavelmente em respeito à autoridade dos Capitães-Mores Governadores de Armas.

Mas, à par de todas estas diferenças nos padrões de emissão tipológica dos atos institucionais, emerge a questão das comunicações feitas diretamente ao conjunto da população nos territórios por meio de bandos e de editais. Da mesma forma que o equilíbrio entre ordens e cartas pode denotar o maior ou menor afirmação da autoridade sobre os territórios, as diferenças nesse gênero de comunicações podem revelar diferentes ritmos de contato dos governadores com as populações.

De um total de 399 bandos publicados entre 1648 e 1746, identificados na Coleção do Conde dos Arcos, 75% foram promulgados entre Olinda e o Recife, da mesma forma que 85% de todos os editais. Logo, o alcance de atos comunicativos parece ser muito menor nas outras vilas da Capitania. De início, é preciso distinguir os bandos e editais de abrangência puramente

⁴¹ Curvelo, «O senado da Câmara...», pp. 64-78.

⁴² Alveal, «A anexação da Capitania do Rio Grande em 1701...», pp. 135-136.

local, enviados pelos Governadores às vilas de Igarassu, Sirinhaém, Porto Calvo, Alagoas e Penedo, dos bandos circulares, com abrangência geral, para toda a Capitania. Quanto aos primeiros, para cada uma das pequenas vilas há um conjunto minúsculo nos códices das *Disposições dos Governadores*, que varia entre um e cinco bandos, e apenas três editais em Sirinhaém e um em Penedo. Em contrapartida, os 41 bandos e 9 editais gerais parecem ser os principais meios de contato dos governadores com as populações locais, superando de longe os bandos e editais unitariamente dirigidos a cada vila. Logo, a principal forma de enquadramento das populações das vilas menores de Pernambuco resultava, como sugerimos no capítulo 6, da promulgação de normas gerais e não de bandos ou editais exclusivamente destinados a cada uma das vilas.

A expedição de Bandos e Editais para as capitanias subordinadas, ao Norte, é bem menos frequente. Ao longo do arco cronológico contemplado nos códices das disposições, há registro de apenas 12 bandos (e um edital) para a Capitania de Itamaracá, 9 para o Ceará e cinco para o Rio Grande. Considerando que estas capitanias não recebiam, em princípio, todos os bandos enviados às vilas menores de Pernambuco, o contato direto dos Governadores de Pernambuco com as suas populações seria ínfimo. No limite, isso também está relacionado com o respeito à jurisdição dos capitães-mores em cada uma das capitanias e corresponde, numa escala interna, o que se verifica com relação à prática de os governadores-gerais lançarem relativamente poucos bandos fora da Bahia, como apontamos no capítulo anterior.

Mas, ainda assim, é preciso considerar que muitos dos bandos circulares enviados para a Capitania de Pernambuco também seguiam, pelo menos, para Itamaracá. Note-se, por exemplo, que um bando geral lançado por Félix José Machado, em 1713, tratava do cerceio da moeda. Sua difusão deveria ser feita “ao som de caixas pelas praças do Recife e de Olinda e em **todas as Capitanias da jurisdição deste governo**”⁴³. No registro, o copiadador aponta os locais de destino como os seguintes: “foi para o Rio de São Francisco, Para a Vila de Igarassu, Para a vila das Alagoas, para a freguesia da Várzea, para a freguesia da Luz, para os Maranguapes, São Miguel das Alagoas, Santo Amaro, São Lourenço, Tracunhaém e Itamaracá”⁴⁴. Nesse caso, nem o Ceará nem o Rio Grande foram contemplados, e, além das vilas, incluíram-se também algumas freguesias das mais importantes do termo de Olinda.

Como é evidente, isso sugere que os governadores interagem, seguramente, mais com a população que circundava o espaço de sua residência, aonde passavam mostras militares ou

⁴³ Grifo nosso. É muito frequente ver as vilas menores de Pernambuco serem referidas nos documentos produzidos pelos Governadores como “capitanias”, ainda que estas fossem Capitanias-Mores. Para uma discussão sobre o assunto, ver: Acioli, *Jurisdição e conflitos...*, e Chaves Júnior, «As Capitanias de Pernambuco...».

⁴⁴ PBA, 115, fl.225.

regulavam o cotidiano social das mais diversas maneiras, e podiam observar de perto o cumprimento dos bandos e editais, participando, inclusivamente, da aplicação das punições exemplares. Já nas pequenas vilas, a publicação de bandos era menos frequente, decorria principalmente da promulgação de normas com abrangência geral, e estava condicionada à intermediação de variados interlocutores locais, principalmente das Câmaras e dos Capitães-Mores, tanto para a difusão quanto para a observação. Com efeito, a intervenção sobre os territórios dependia da interlocução com um conjunto alargado de mediadores, questão que nos leva diretamente ao assunto do próximo tópico.

7.3 Os interlocutores locais

Tal como procuramos nos Capítulos 3 e 4, a estrutura político-administrativa do Governo de Pernambuco não contemplava um corpo territorialmente amplo e permanente de oficiais periféricos ou de subdelegados locais da autoridade dos Governadores, tais como os *tenentes de gobernador* do mundo Hispânico⁴⁵, pois o Governo, enquanto corpo político-administrativo, limitava-se apenas ao Governador, ao Secretário e aos oficiais da Secretaria, como já insistimos no segundo capítulo. Por outro lado, a dimensão territorial da jurisdição dos Governadores fazia com que o espaço de sua ação política fosse, por vezes, designado por “Governo de Pernambuco”, como demonstramos no terceiro capítulo. Mas, na realidade, o universo político desse mesmo território que, em diferentes momentos, se confundiu com o das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, compunha-se de uma pluralidade de corpos jurisdicionais mais ou menos autônomos entre si, organizados segundo diferentes – e, por vezes, mal demarcadas – hierarquias⁴⁶.

Mais claramente, quando vista de uma perspectiva sistemática, a malha administrativa contemplava, em sua base, poderes locais territorialmente organizados em freguesias ou em municípios e, sobreposto a esta base, estava um corpo de oficiais periféricos da Coroa que se foi alargando entre os séculos XVII e XVIII – tanto em número quanto em competências. No topo dessa estrutura eminentemente pluralista, encontravam-se os Governadores a quem, na qualidade de mais altos representantes da autoridade régia, era atribuída uma posição de superioridade ou, no limite, de superintendência na esfera civil e no comando militar⁴⁷. No plano

⁴⁵ Rodrigues, Antonio Dognac. *Manual De Historia Del Derecho Indiano...* p. 90-91. Para estudos de caso na Venezuela e no Rio da Prata, ver: Quintero, Gilberto R. «Gobernadores y tenientes de gobernador en la provincia de Venezuela...», p. 291-292. Collino, Fernando Luis. «Un teniente de gobernador de Corrientes...».

⁴⁶ Hespanha, *Poder e instituições...*, p.35.

⁴⁷ Monteiro; Bicalho, «As instituições civis...», pp. 210-212.

eclesiástico, esta posição era equivalente à do Bispo, concorrente direto da autoridade dos Governadores⁴⁸. Não por acaso, nas ocasiões de vacância no posto, os Bispos, desde que passaram a ser nomeados para a Capitania, em 1676, foram cotados para ocupar o governo na qualidade de interinos.

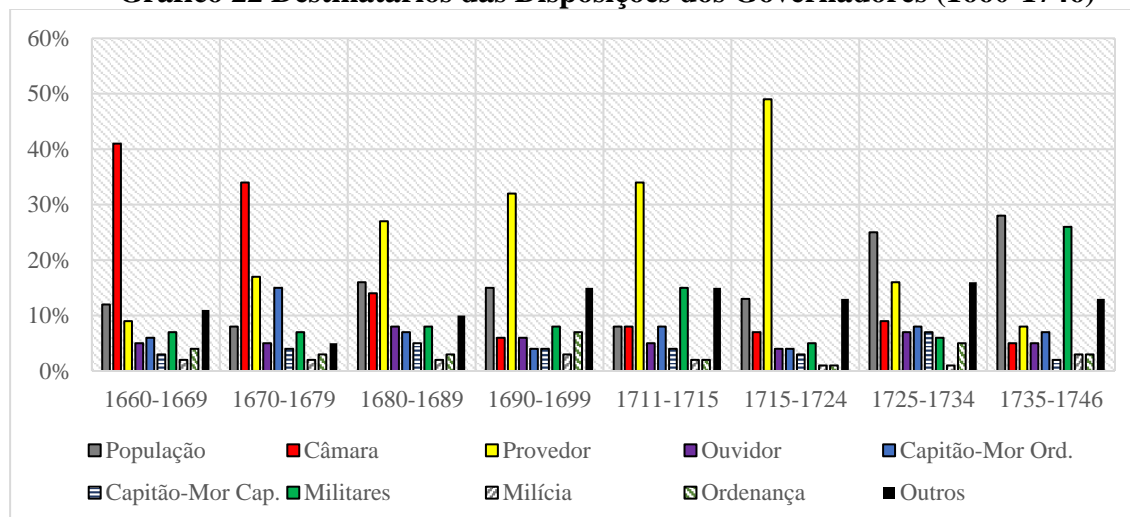
7.3.1 *Padrões gerais de seleção*

Diante da indisponibilidade de uma rede de subdelegados territoriais estritamente subordinados – e salvo nas comunicações feitas diretamente ao corpo social por meio de Bandos ou Editais – quase toda ação política dos Governadores dependia da intermediação dos poderes disponíveis no território. Se os problemas da seleção espacial destes interlocutores serão discutidos adiante, importa antes identificar possíveis mudanças nos padrões gerais de seleção dos principais atores do processo comunicativo. “Principais”, porque não “únicos” poderes comunicantes. Na verdade, face à natureza pluralista da organização do poder político e da ausência de demarcação rígida entre as esferas “pública” e “privada”, a comunicação político-administrativa poderia ser dirigida a quase qualquer pessoa. Além das Câmaras, dos Provedores, Ouvidores, Capitães-Mores, Oficiais Militares e das Ordenanças, os Governadores comunicavam-se ativamente com clérigos, capitães do mato, mestres e capitães de navios, lideranças indígenas, comerciantes e senhores de engenho para tratar dos mais variados assuntos concernentes à governança.

Contudo, em meio a este universo de protagonistas, temos aqueles que são mais ativos ao longo do tempo ou mais destacados em cada espaço. A fim de que se verifique os padrões de sua seleção ao longo do arco cronológico contemplado, o Gráfico 22 apresenta a tipologia dos principais protagonistas dos circuitos internos de comunicação política dos Governadores de Pernambuco e calcula a representatividade percentual de sua participação em meio aos protagonistas de cada década com base nos dados disponíveis nos dois códices da Coleção do Conde dos Arcos.

⁴⁸ Não por acaso que andavam constantemente em conflitos de jurisdição uns com os outros. Cf. Coelho, Maria Filomena. *A justiça d'além-mar. Lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (séc. XVIII)*. 1. ed. Recife: Massangana - Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

Gráfico 22 Destinatários das Disposições dos Governadores (1660-1746)⁴⁹



Visto em conjunto, o gráfico 22 revela uma clara alteração nos padrões de seleção dos principais interlocutores locais entre meados do século XVII e meados do século XVIII. Esta alteração está, em grande medida, associada às transformações da grelha político-administrativa, mas também às suas características estruturais e à ampliação ou redução de competências de certos poderes, como tratamos no terceiro capítulo. Em linhas gerais, um dos dados mais relevantes diz respeito ao declínio na interação com os poderes corporativos, representados nas Câmaras, e à assinalável emergência de poderes unipessoais enquanto principais protagonistas das comunicações dos Governadores.

O período de maior articulação com as Câmaras se situa, claramente entre as décadas de 1660 e 1670, momento em que receberam, respectivamente, 41% e 34% de todas as disposições lançadas pelos Governadores, os maiores percentuais em meio ao universo geral dos atores do processo comunicativo. Este período coincide especialmente com o auge do poder político e econômico da Câmara de Olinda, mas, também ilustra a ampla participação das Câmaras menores da Capitania na governação, principalmente no que toca às mobilizações para as guerras contra Palmares e à arrecadação do Donativo do Dote da Rainha de Inglaterra e Paz com Holanda⁵⁰.

Esta participação tão acentuada no quarto de século que sucedeu à Restauração, tende ao declínio já em finais do século XVII, quando as parcelas mais expressivas das comunicações passaram a ser dirigidas aos Provedores da Real Fazenda. Ao passo que estes passaram a

⁴⁹ Dados computados a partir do fundo das Disposições dos Governadores de Pernambuco, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coleção do Conde dos Arcos, Códices 31 e 32.

⁵⁰ Exploramos a questão com minúcia em vários trabalhos anteriores. Curvelo, Arthur. «Ordens, bandos e fintas para fazer “a cruel guerra”: Os governadores de Pernambuco, a câmara das Alagoas e as “entradas” nos Palmares na segunda metade do século XVII». *RIAP*. Recife, n. 67, 2014a.

responder por 27%, 32%, 34% e 49% dos fluxos comunicacionais nas décadas de 1680, 1690 e no período compreendido entre 1711 e 1725, o total de comunicações dirigidas às Câmaras sequer atinge a marca dos 10% do conjunto. Ambas as constatações podem ser confirmadas com os dados mais sólidos disponíveis para os mandatos do Marquês de Montebelo e de Félix José Machado.

Tabela 26. Protagonistas das Comunicações (1690-1715)⁵¹.

Protagonistas	Marquês de Montebelo 1690-1693		Félix José Machado 1711-1715	
Provedor	193	31%	379	30%
Oficial Militar	56	9%	141	11%
População	102	17%	120	9%
Ouvidores	49	8%	93	7%
Câmaras	53	9%	92	7%
Cap. Mor Capitania	19	3%	72	6%
Oficiais da Escrita	18	3%	71	6%
Cap. Freguesia	18	3%	65	5%
Cap. Mor Vila	15	2%	44	3%
Outros	31	5%	31	2%
Juiz de Fora	-	0%	30	2%
Oficial Milícia	19	3%	28	2%
Oficial Ordenança	13	2%	27	2%
Eclesiásticos	2	0%	19	1%
Aldeamentos	3	0%	12	1%
Almoxarife	-	0%	9	1%
Particulares	6	1%	9	1%
Bispo	-	0%	8	1%
Governador dos Índios	2	0%	7	1%
Mestre de Navio	3	0%	7	1%
Soldados	7	1%	6	0%
Governador-Geral	5	1%	3	0%
Irmandades/Misericórdia	-	0%	2	0%
Total	614	100	1275	100

Neste período, as câmaras representam apenas 9% e 7% do conjunto dos protagonistas do circuito comunicativo e os Provedores, em contrapartida, 31% e 30%, como se comprova com a Tabela 26. Na sequência, em ambos os casos, seguem os oficiais militares da tropa paga e os Ouvidores da Capitania, além de uma mais pronunciada intervenção dos Governadores sobre o conjunto da sociedade – visível na categoria “população”, que expressa a promulgação de Bandos e Editais.

A tendência à contração dos poderes camarários no conjunto dos poderes participantes dos circuitos comunicacionais representa um fenômeno complexo cuja explicação deve ser

⁵¹ Dados coletados a partir dos fundos da Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, Códices 239 e 115, referentes aos mandatos de Montebelo (1690-1693) e Félix Machado (1711-1715)

buscada em fatores diversos. De antemão, lançamos três hipóteses, de certo modo interligadas e que talvez apontem expressões localizadas de um fenômeno mais amplo ao corpo da monarquia.

A primeira está relacionada a uma situação conjuntural. O fluxo mais intenso de comunicações com as Câmaras, verificável entre as décadas de 1660 e de 1680, pode estar associado a uma conjuntura bastante crítica para os Governadores e para a Fazenda Real, em particular. De um lado, era preciso responder aos desafios colocados pela organização e abastecimento das expedições contra os mocambos dos Palmares e, de outro, dar conta de arrecadar as contribuições para o pagamento da parcela do “Donativo para o Casamento da Rainha de Inglaterra e Paz com Holanda” que correspondeu à Capitania de Pernambuco. Neste período, como demonstramos, boa parte das competências da administração Fazendária estava entregue à gestão da Câmara de Olinda e, da mesma forma, há fortes indícios que apontam para a fragilidade da Provedoria da Real Fazenda de Pernambuco, combatida pela crise do açúcar e pelos corolários da guerra holandesa. Ilustrativo desta situação é pedido de Brito Freyre aos senhores de engenho de Pernambuco para que concorressem voluntariamente com um donativo em açúcar, “para ajuda da Fazenda Real, aonde não chegam seus efeitos”⁵². Por conseguinte, neste período, os governadores contavam ativamente com a colaboração das edilidades para a obtenção de recursos econômicos, geralmente pagos em gêneros.

A preocupação com as Guerras e a arrecadação do Donativo se torna visível quando se tem em consideração que, entre 1660 e 1690, perto de 30,4% da comunicação política dos governadores com as câmaras (92 cartas) tratava desses dois assuntos⁵³. Contudo, em finais da década de 1680, a responsabilidade sobre a condução das expedições contra Palmares ficou entregue ao Terço dos Paulistas. Estes mantiveram-se à frente dos combates até o ano de 1695, quando o último grande Mocambo, o Macaco, foi destruído. Assim, a atenuação dos conflitos teria levado, correspondentemente, a uma redução das comunicações com as Câmaras para a organização das mobilizações.

A segunda hipótese, é a de que na virada para o século XVIII, a diminuição nos fluxos da comunicação com as câmaras seria reflexo de algumas vicissitudes na estrutura administrativa. Estas transformações estão associadas, de um lado, à contração do poder e das competências das edilidades, algumas delas transferidas à Provedoria da Real Fazenda, como mencionamos, e à emergência de novos atores no cenário político local entre os séculos XVII

⁵² AUC, CA, 31, fl.53v-54.

⁵³ Curvelo, «Ordens, bandos e fintas...» p. 200.

e XVIII, tais como os Ouvidores nas comarcas da Paraíba, Alagoas e Ceará, ou os Coronéis, Capitães-Mores e Juizes Ordinários dos sertões.

É certo que a mais afetada foi a Câmara de Olinda. A transferência das responsabilidades sobre a arrematação dos contratos e sobre o pagamento das tropas de primeira linha para as mãos do Provedor⁵⁴, além de ter minado as bases de seu poder político, também acabou por aliviar, de certa forma, a dependência dos Governadores em relação aos recursos administrados por este município. Dentre estes recursos, é de se mencionar que as pousadas e o próprio ordenado dos mais altos representantes da autoridade régia, foram pagos pela Câmara de Olinda até o ano de 1727. Mas, já em finais do século XVII, a mais esmagadora parte das ordens de despesa passaram a ser dirigidas aos Provedores da Fazenda.

Em outros espaços, o surgimento de novos protagonistas teria possibilitado o compartilhamento das responsabilidades dos Governadores com outros oficiais régios ou com comandantes militares. Quando Henrique Luís Pereira Freire, por exemplo, teve de dar continuidade à cobrança de outro donativo, o do “Casamento dos Príncipes” durante seu mandato, e ao invés de recorrer diretamente às câmaras para alcançar esse objetivo (como fez seu antecessor, Duarte Sodré Tibão) proveu o Ouvidor das Alagoas nas atribuições de “Administrador do Donativo Real” naquela Comarca, ampliando seus poderes e as possíveis fontes de rendimento que acompanhavam o cargo⁵⁵.

A estas duas, poderia ser acrescida uma terceira que poderia ser vista como a manifestação local de um fenômeno mais geral ao conjunto da monarquia e já referido anteriormente, nos paradigmas da cultura política e que se expressa, dentre outras manifestações, no progressivo declínio dos organismos colegiados nos processos de decisão da alta política na Corte, especialmente no reinado de D. João V, em favor da emergência de poderes unipessoais, corporificados nas Secretarias de Estado ou em Juntas. Na base desta mudança estaria a crítica à morosidade dos processos decisórios característicos do modelo de “Governo de Conselhos”, que marcou o início da dinastia de Bragança, compensada pela busca por “processos mais expeditos de decisão”⁵⁶ ou modalidades alternativas para a emissão das Consultas e dos despachos régios.

Guardadas as devidas proporções, os organismos colegiados existentes no espaço local das Capitanias do Norte eram as Câmaras, cujos ritmos próprios de funcionamento poderiam retardar os processos de decisão política e gerar, por conseguinte, o descontentamento dos

⁵⁴ Acioli, *Jurisdição e conflitos...*, p. 68.

⁵⁵ AUC, CA, Cód. 32. fl. 609.

⁵⁶ Monteiro, Nuno. «A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino...». p.26

Governadores. Nesse sentido, ao contrário dos ocupantes de cargos ou ofícios unipessoais, os oficiais das câmaras precisavam se reunir para receber e deliberar sobre as cartas, ordens e bandos que lhes eram enviados da parte dos governadores. Demonstramos em trabalhos anteriores que estes ritmos poderiam ser bastante variáveis entre as maiores e as menores câmaras. Oficiais como os da Câmara das Alagoas reuniam-se poucas vezes ao ano, uma média de dez vezes, não chegando a ultrapassar a frequência máxima de duas reuniões mensais e mesmo a passar três meses seguidos sem fazê-lo⁵⁷. Na prática, os edis desta Câmara podiam demorar até 58 dias para registrar um único Bando nos livros de Vereação e publicá-lo na vila. Há semelhantes queixas de que, na segunda metade do século XVII, a Câmara de Itamaracá passava meses sem se reunir “por falta de quórum”⁵⁸.

Este não era um problema exclusivo das câmaras das pequenas vilas, pois, até mesmo os oficiais da câmara de Olinda chegaram a ser advertidos pelo Governador Fernão de Sousa Coutinho, em 1672, a residir no perímetro “urbano” do arruinado burgo duartino, pois resultava-lhe imenso prejuízo quando passavam muito tempo em suas propriedades, “porque querendo [ele, governador] comunicar-lhes algumas coisas do serviço de Sua Alteza que pedem pronta execução se não pode esperar muitas vezes que vossas mercês se ajuntem”⁵⁹. Dez anos antes, o governador Francisco de Brito Freyre recomendou que, ao redigirem as pautas dos elegíveis para os cargos honrosos, os oficiais apontassem pessoas cujas residências fossem “pouco distantes nas casas para lhes ficar mais fácil a assistência na Câmara que neste particular e no préstimo de cada um consiste melhor expediente dos negócios”⁶⁰.

Vemos então que, até mesmo nas freguesias do termo de Olinda, a distância poderia constituir um entrave às dinâmicas governativas. Para contornar a morosidade das ações camarárias, observamos que nos finais do século XVII os Governadores passaram a adotar a prática de dirigir as missivas diretamente aos Juízes Ordinários encarregados da presidência das Câmaras, ao invés de o fazer ao corpo da vereança como um coletivo, talvez como forma de agilizar o despacho das matérias⁶¹. Com algum exagero, poderíamos supor que esta prática seria uma tentativa de dar um cariz unipessoal aos poderes corporativos, buscando o juiz presidente, cabeça da vereança, para a interlocução.

⁵⁷ Curvelo, «O Senado da Câmara...», p. 108

⁵⁸ Mello, *A fronda...*, p.83.

⁵⁹ AUC, Coleção do Conde dos Arcos, Cód. 31, fl. 272.

⁶⁰ AUC, Coleção do Conde dos Arcos, Cód. 31, fl.73v.

⁶¹ Cf: AUC, CA, 31, fls. 113v,114v, 128v, 207, 238v, 243, 265v, 271, 278, 309, 309v,310, 339, 378, 395, 423v, 456v, 456v, 471, 484, 531v, 561; AUC, CA, Cód. 32, fls. 20v, 20v, 56v, 78v,80,199v,250v,341v,358,470v, 610v

Seja como for, a vantagem plausível é a de que as autoridades unipessoais poderiam ser acionadas a qualquer momento para as mais variadas diligências, sem o imperativo de reunir um quórum para a abertura das disposições, deliberação e tomada de decisões. Além disso, a preferência pela interlocução maior com o oficialato régio, representado pelos Provedores e Ouvidores, ou nos homens mais poderosos dos lugares, representados nos Capitães-Mores e Coronéis, poderia representar, até certo ponto, a procura por maior eficácia na execução das diligências, uma vez que estes poderes estariam revestidos de mais amplas jurisdições, no primeiro caso, ou maior capacidade de mando, no segundo.

No caso de Pernambuco, vemos que a própria experiência dos Governadores nomeados para a Capitania poderia justificar a tradição de uma certa reserva em relação aos poderes locais, principalmente os camarários, sendo esta construída ao longo de décadas entre os séculos XVII e XVIII. Autores como Gilberto Osório e Evaldo Cabral de Mello insistem na construção de um antagonismo histórico entre os Governadores e as Câmaras, principalmente a de Olinda, visível em momentos como os da deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado, em 1666, na suspeita de assassinato de Fernão Cabral, em 1688, tendo seu ápice no levante contra Castro e Caldas em 1710⁶².

Diversas cartas pessoais dirigidas aos Governadores ou por eles redigidas ilustram de forma clara esta reserva em relação aos poderes locais. Não por acaso, o Secretário Antônio Barbosa de Lima recomendou a Félix Machado que “com os ministros conserve vossa senhoria muita união”, de “sorte que conheçam os súditos que o Ouvidor Geral, Provedor da Fazenda e Juiz de Fora tem em vossa senhoria defensor para lhes conservar o respeito”⁶³, ainda que “também sensor quando cometam ação ou ações indignas”. Em contrapartida, com relação à Câmara de Olinda recomenda o cuidado de mandar “chamar o procurador” do Conselho, ordenando-lhe que “ele com o seu escrivão lhe tragam todas as ordens, privilégios, imunidades e isenções que lhe são concedidos pelas ordens reais”, para que os conheça, pois “a sua mente, e o seu afeto é só de ampliar-lhas [sic]”, isto é, arrogar para si mais imunidades do que as que efetivamente tinham.

Além disso, o Secretário recomendava certa distância em relação aos poderosos locais alertando a Félix Machado que “não aceite Vossa Senhoria nada a ninguém, exceto bagatelas de algumas pessoas religiosas e de outras mais aditas a Vossa Senhoria”⁶⁴. Anos mais tarde, em uma carta pessoal, datada de 1734, onde revela uma série de conselhos políticos, Duarte Sodré

⁶² Mello, *A fronda...*, p.83.

⁶³ Coleção Pombalina, PBA, 526, fls. 263-264v.

⁶⁴ Coleção Pombalina, PBA, 526, fls. 264.

recomenda ao então recém-chegado Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, algumas matérias semelhantes revelando certa distância dos interesses locais. Nela, refere ele que “fiz o que entendi sem seguir parcialidades, sendo indiferente em todos, fazendo por todos tudo o que estive na minha mão”, e no mesmo sentido menciona que “neste governo fui sempre a um único engenho e ainda às religiões; jantei de muitas poucas vezes”⁶⁵. De uma forma ou de outra, as palavras de Sodré recomendam que se evite o estabelecimento de vínculos pessoais com os naturais da terra e com as parcialidades locais.

Ainda mais enfática é uma confissão que fez o D. Marcos de Noronha e Brito ao então presidente do Conselho Ultramarino Alexandre de Gusmão no ano de 1746. Trata-se também de correspondência pessoal em que menciona a falta de confiança que tinha nos homens da América que, a seu ver, não mereciam por “faltar-lhes inteiramente a verdade, a fidelidade e o segredo, e causa admiração, porque sendo esta terra numerosa de gente, são contadas as pessoas capazes de com verdade poderem dar uma informação ou para qualquer diligência que necessite de segredo, fiado deles sem receio de que o publiquem”⁶⁶.

De resto, e ao lado da reserva dos governadores para com certos poderes locais, a tendência para a contínua redução da participação de poderes corporativos nos circuitos de comunicação política já foi apontada também por Nuno Monteiro e Francisco Cosentino, que atribuem a decadência nas representações coletivas feitas por estes grupos a uma mudança geral na cultura política e que se expressa por uma “crescente reserva em relação à opinião pública do conflito e da dissensão ou da resistência às determinações régias”⁶⁷. Localmente isso pode ser visto em repreensões dadas por Governadores contra petições e seus autores. Tal reserva pode ser vista na resposta dada por Duarte Sodré Tibão ao licenciado Francisco Barreto, advogado na vila de Alagoas do Sul, a quem ameaçou desterrar caso continuasse a nutrir “o revoltoso ânimo com que vossa mercê procura inquietar os moradores desta Comarca”, incitando-os a assinarem “uma inadvertida petição que fez contra todos os termos da razão para os moradores do Rio de São Francisco deixarem de pagar o donativo que estava lançado” para os gastos com o Casamento dos Príncipes⁶⁸. Mesmo em outras partes da América Portuguesa, a resolução parece encontrar eco. Reportando ao Governador-Geral, Conde de Sabugosa, a respeito do assunto, este lhe respondeu que “o requerimento da vila do Penedo foi como devem ser todos”, mas refere outro, o “dos moradores do Rio Grande” que “é o mais estranho e

⁶⁵ Carta a Gomes Freire de Andrade. AUC, CA, Códice 32, fls. 314-314v.

⁶⁶ Carta a Alexandre de Gusmão. AUC, CA, Códice 35, fl.122.

⁶⁷ Monteiro e Cosentino, «Grupos corporativos e comunicação política...». p. 455.

⁶⁸ AUC, CA, Códice 32, fl.348v.

escandaloso, de que pode ser e necessita de rigoroso castigo o qual não duvido lhe faça Vossa Senhoria dar para exemplo de semelhantes desordens”⁶⁹.

Com efeito, talvez isso possa sugerir que a busca pela interlocução com os oficiais régios e outros poderes pessoais fosse uma alternativa à fiabilidade dos poderes locais, bem como o reflexo de uma cultura política que busca, em diversas escalas, meios mais expeditos para a governação.

7.3.2 As tipologias de suporte e o contato com os interlocutores locais

Mas, além da mudança nos critérios de seleção dos principais interlocutores, podemos também identificar, sobretudo, diferenças quanto às tipologias documentais empregadas no contato com cada protagonista do processo comunicativo. Esta abordagem diacrônica pode oferecer elementos para complementar o crescente uso de ordens, em detrimento das cartas, como suportes de formalização das decisões políticas. Da mesma forma, permite descortinar os diferentes padrões de relacionamento hierárquico estabelecidos com os poderes no território. Para tratar da questão, a tabela 27, apresenta dados disponíveis para o período compreendido entre 1654 e 1746.

Tabela 27. Variedades tipológicas das Comunicações expedidas pelos Governadores de Pernambuco aos protagonistas no território (1654-1746)⁷⁰.

Protagonistas	Bandos	Editais	Cartas	Ordens	Instruções	Provimentos	Outros	Total
População	399	92		1			1	493
Câmaras			308	159	1		1	469
Provedores			53	671	2			726
Almoxaifes			2	17		2	1	22
Ouvidores			39	135	1	4		179
Juiz de Fora			4	13				17
Juiz Ordinário Sert.			5	4				9
Oficiais da Escrita				53		7	2	62
Capitães-Mores Vila			79	45	1			125
Capitães de Freguesia			59	43	3			105
Capitães-Mores Cap ^a .			87	38	3	3		131
Ofic. Militares			38	242	16	14	4	314
Ofic. Ordenanças			27	60	3	3	1	94
Ofic. Milícia			17	42	3	3	1	66
Soldados				11				11
Governador dos Índios			4	23	1	2		30
Bispo			6				2	8
Eclesiásticos			16	7		2	3	28
Mestres de Navio			1	17	3	1	5	27
Particulares			9	11		1	1	22
Outros			34	79	1	6	26	146
Total	399	92	788	1671	38	48	48	3084

⁶⁹ DHBNRJ, vol. 85, fl. 37-38.

⁷⁰ Dados coletados a partir do fundo das Disposições dos Governadores de Pernambuco. AUC, CA, Códices 31 e 32.

Na primeira coluna, encontram-se os principais interlocutores das comunicações dos governadores e, nas sete seguintes, apresentamos as principais tipologias de suporte empregadas neste arco cronológico e, por fim, na última, o somatório de disposições dirigidas a cada um dos poderes.

Se o conteúdo das ordens e das portarias comportava uma tonalidade mais imperativa, podemos dizer que a produção destas tipologias documentais está diretamente associada a um padrão mais hierárquico de relacionamento. Com efeito, os protagonistas que mais receberam ordens e portarias são, justamente, os que passaram a se destacar com notabilidade cada vez maior na viragem do século XVII para o XVIII. São eles, os Provedores da Fazenda (92%), os Ouvidores (73,5%) e os efetivos armados em geral, mas, especialmente, os oficiais militares da primeira plaina (78,2%).

Por outro lado, as cartas representam os suportes privilegiados para as comunicações feitas com as Câmaras (66%) e com os Capitães-Mores da Ordenança (60%), instituições representativas dos governos locais, indiciando a possibilidade de um relacionamento mais aberto e pautado na negociação da autoridade com poderes que não recebiam ordenados ou não eram indicados diretamente a partir de Lisboa. Não obstante, apesar de que em menor número, há uma quantidade também expressiva de ordens dirigidas a estes poderes, algo que pode sugerir momentos de maior verticalidade nos contatos. O mesmo pode ser dito acerca das relações com os Capitães-Mores de Capitânias, ainda que seja necessário compreender estas relações caso a caso. Basta lembrar, por exemplo, que não há ordens expedidas aos Capitães-Mores da Paraíba neste período, já que esta capitania não estava subordinada ao Governo de Pernambuco. O mesmo não acontece, entretanto, para Itamaracá, Rio Grande e Ceará. Com efeito, a estes padrões gerais e, até certo ponto, abstratos, de relacionamento institucional, é preciso adicionar o peso dos poderes disponíveis em cada localidade ao longo do tempo e do espaço, algo que nos leva diretamente ao próximo tópico.

7.3.3 Variações locais e regionais

Tal como demonstrado no capítulo 4, a malha político-administrativa de cada uma das Capitânias do Norte era desigual em tamanho, composição e peso político. Se a disponibilidade de poderes existentes foi ampliada entre finais do século XVII e início do XVIII, através do crescimento populacional, da multiplicação das freguesias, dos aldeamentos e das comarcas, há sempre que se pesar as possibilidades de variar a escolha de certos dos protagonistas em detrimento de outros para as mais variadas diligências e, da mesma forma, compensar a

ausência de uns com o acionamento de outros. A disponibilidade de poderes existentes em cada espaço reflete-se, em maior ou menor medida, no conjunto global dos protagonistas acionados nas comunicações territoriais dos Governadores de Pernambuco. Considerando, então que o início do século XVIII representa um marco para a diversificação da topografia de poderes, comparamos as dinâmicas de seleção dos interlocutores locais em dois momentos distintos, a saber, entre 1654 e 1699, na Tabela 28, e 1700-1746, na tabela 29. Nelas, encontra-se representado o total do fluxo de comunicações dirigidas a cada protagonista em cada localidade e na última coluna o somatório específico de cada localidade.

Tabela 28. Distribuição geográfica dos Interlocutores acionados na comunicação política interna dos Governadores de Pernambuco (1654-1699)⁷¹

Local/Interlocutor	População ⁷²	Capitão-Mor	Câmara	Provedor	Ouvidor	Cap. Freguesia	Oficiais da Ordenança	Oficiais Militares	Oficiais da Milícia	Missionários	Lideranças Indígenas	Outros	Total
Olinda	4		119	1	14	21	16	23	9	2	1	24	229
Recife	65			283	20		1	45	5			55	474
Olinda e Recife	81						1	1	1			3	92
Olinda ou Recife?					47							2	49
Igarassu	1	2	19					1	1				24
Sirinhaém	4	19	40				3	12	3	1	2	2	86
Porto Calvo	2	13	36				7					2	60
Alagoas	1	20	32				1			2		3	59
Penedo	3	15	42				9	1			1	1	72
Fernando de Noronha								1					1
Todas de PE	26	14	7			8						1	56
Sertões							2		2		2	1	7
Itamaracá	4	34	35	18	8		4	6	1		1	2	113
Paraíba		6	2		2		1	4				2	17
Rio Grande		12	6						3	1			22
Ceará	1	9									4		14
Não Especificado	6	4				7	10	26	11	1	9	22	96
Outros		1										4	5
Total	198	149	338	302	91	36	55	120	36	7	20	124	1476

Uma primeira questão a ser equacionada com base nos dados apresentados na Tabela 28, diz respeito ao equilíbrio entre a interação com poderes corporativos⁷³ e a interação com poderes unipessoais⁷⁴. A segunda metade do século XVII, especialmente as décadas de 1660 e 1670, foram marcadas pela participação muito destacada dos municípios da Capitania de Pernambuco nos circuitos internos de comunicação política dos Governadores, como demonstramos. Onde quer que existissem, as edilidades figuram como os protagonistas mais

⁷¹ Dados computados a partir do fundo das Disposições dos Governadores de Pernambuco, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coleção do Conde dos Arcos, Códices 31 e 32.

⁷² Refere-se especificamente às comunicações coletivas. Bandos e Editais.

⁷³ Tais como Câmaras, Misericórdias e Confrarias.

⁷⁴ Capitães-Mores, Oficiais Militares, Magistrados, Provedores, etc.

destacados do processo comunicativo, absorvendo, em seu conjunto, 23% de todos as 1476 disposições disponíveis para este período. No conjunto dos municípios, sobressai-se a comunicação estabelecida com a Câmara de Olinda, maior e mais importante da Capitania graças às suas amplas competências em matérias fiscais, que não só lhe conferiam avolumados montantes de recursos econômicos, mas, igualmente, competências supramunicipais⁷⁵. Sua importância econômica refletia-se também nas responsabilidades com o pagamento das tropas de primeira linha, manutenção das fortalezas, obras públicas, vencimentos dos governadores, dentre outras questões⁷⁶. Contudo, ao ser observada em relação aos restantes protagonistas do complexo Olinda/Recife, a participação da Câmara, ainda que substancial, concorria com a de outros atores, a saber o Provedor da Fazenda, sediado no Recife, o Ouvidor (em seu constante trânsito entre as duas partes) e os oficiais militares ou capitães-mores das freguesias.

Por outro lado, nas vilas menores de Pernambuco, diante da indisponibilidade de oficiais régios e tropas de primeira linha, o peso relativo das Câmaras era muito mais destacado e, logo em seguida, o dos Capitães-Mores. Em Igarassu⁷⁷, Porto Calvo, Alagoas e Penedo, os poderes municipais representam, de longe, os principais interlocutores do território, pois absorveram 79%, 60%, 54% e 58% das comunicações dirigidas a cada uma das vilas, ao passo que os seus respectivos Capitães-Mores da Ordenança 8%, 22%, 34% e 21%. A presença de um destacamento militar em Sirinhaém, no forte de Tamandaré, acrescenta interlocutores ausentes nas restantes vilas, de modo que sua Câmara recebeu 47% do total de disposições para ali direcionadas, seus Capitães-Mores 22%, ilustrando uma pequena variação. Contudo, há que se destacar, como fizemos em trabalhos anteriores, que as comunicações com estas Câmaras não apresentam uma diversidade tão grande de assuntos quanto aquelas estabelecidas com a de Olinda, sendo então acionadas com delegações voltadas à mobilização de recursos locais para a Guerra dos Palmares e para as diligências na cobrança do Donativo do Casamento da Rainha de Inglaterra e Paz com Holanda⁷⁸. Isto é, muito embora, discutível, já que o peso dos Capitães-Mores em relação às Câmaras também deve ser avaliado pelo facto de estes recepcionarem a maior parte das cartas circulares dirigidas a todas as vilas de Pernambuco, sendo então privilegiados enquanto interlocutores no processo de promulgação de normas gerais.

Os contatos feitos com as outras Capitanias do Norte, por outro lado, revelam-se mais direcionados a uma interação direta com poderes unipessoais do que com as Câmaras. Neste período, o Ceará constituía um enclave essencialmente militar e representa um território

⁷⁵ Mello, *Rubro Veio...*, p. 124.

⁷⁶ Lisboa, «Poder local e arrecadação de impostos na América Portuguesa...»: p. 19-41.

⁷⁷ Em que pese a sua baixa expressividade frente às restantes.

⁷⁸ Exploramos a questão com minúcia em vários trabalhos anteriores. Curvelo, «O Senado da Câmara...»

aparentemente pouco contatado no conjunto das comunicações internas dos Governadores de Pernambuco, quase que exclusivamente feitas com os seus respectivos Capitães-Mores ou com lideranças indígenas nos aldeamentos⁷⁹. No Rio Grande, ainda pouco inserido nos circuitos internos de comunicação dos governadores e onde a disponibilidade de protagonistas é também reduzida, tendo em vista haver ali apenas uma Câmara e nenhum magistrado régio, a participação dos Capitães-Mores Governadores é duplamente superior aos contatos com a Câmara de Natal.

Por fim, somente em Itamaracá, onde há uma intervenção claramente mais pronunciada dos Governadores, é que se pode falar de contatos recorrentes com os poderes municipais que, no conjunto, assumem 31% das 113 disposições enviadas para a Capitania no período. Estas, equivalem àquelas dirigidas aos Capitães-Mores. Assemelha-se, em certa medida, aos padrões identificados para as vilas menores de Pernambuco, mas com a visível diferença que tem uma variedade maior de poderes no terreno, a saber, o Capitão-Mor pago (que assume 30% das comunicações expedidas para a Capitania), e também um Provedor da Fazenda (16%), Ouvidor (7%) – que poderia ser o donatário ou o Ouvidor da Paraíba em correição – e oficiais militares destacados na fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (5%).

Tabela 29. Distribuição geográfica dos Interlocutores acionados na comunicação política interna dos Governadores de Pernambuco (1700-1746) ⁸⁰

Local/Interlocutor	População	Capitão-Mor	Câmara	Provedor	Ouvidor	Cap. Freguesia	Juiz de Fora	Oficiais da Ordenança	Oficiais Militares	Oficiais da Milícia	Missionários	Lideranças Indígenas	Juiz Ordinário	Outros	Total
Olinda	25	1	46		31	18	9	7	32	6				24	199
Recife	157	6	12	362	9	6	7	5	86	9				115	774
Olinda e Recife	46								4	1					51
Olinda ou Recife?					14		1		1	1				3	20
Igarassu		4	4					2						1	11
Sirinhaém	4	4	8					3	7			1		2	29
Porto Calvo	2	2	3					1	1	1				3	13
Alagoas	3	7	6		11			2	3					5	37
Penedo	4	4	4					4			1			2	19
Fernando de Noronha	3								17					2	22
Todas de PE	25	10	1			12									48
Sertões	7					28		6	7	7	1	4	9	5	73
Itamaracá	9	4	29	31	5			1	17	2	5			3	106
Paraíba		8			5										13
Rio Grande	5	20	4	32				1	7		3			2	74
Ceará	9	34	13		13	1		2	6		1			4	83
Não Especificado		2				5		4	6	4		6		5	33
Outros											1			3	4
Total	299	106	130	425	88	70	17	38	194	31	12	11	9	179	1609

⁷⁹ Nomeadamente os “principais”.

⁸⁰ Dados computados a partir do fundo das Disposições dos Governadores de Pernambuco, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coleção do Conde dos Arcos, Códices 31 e 32.

Mas, qual seria o peso da emergência de novos interlocutores na primeira metade do século XVIII? A partir dos dados apresentados na Tabela 29, vê-se claramente que a participação global das Câmaras, antes as mais destacadas em meio ao universo de protagonistas, tende a declinar vertiginosamente face aos poderes unipessoais então existentes e emergentes. Se antes da virada do século o total de missivas expedidas para as Câmaras equivalia a 23% do total do conjunto disponível, no período posterior, o conjunto das edilidades responde por apenas 8% do total das comunicações expedidas. O impacto desta mudança deve ser avaliado localmente e caso a caso.

Entre Olinda e Recife, o protagonismo de ambas as Câmaras figura bem mais reduzido quando comparado à pujança da primeira no *post bellum*. Além disso, as comunicações estabelecidas com o Provedor da Fazenda e com o Ouvidor de Pernambuco tendem a ter um destaque ainda maior do que no período anterior. Já nas décadas, de 1680 e 1690, observa-se uma tendência para que a mobilização de recursos econômicos fosse dirigida mais aos Provedores da Fazenda do que à Câmara de Olinda e esta mesma tendência tende a se consolidar durante o século XVIII, especialmente quando da transferência de uma série de responsabilidades de âmbito fazendário desta para aquela no ano de 1727, incluindo aí a arrematação dos contratos mais importantes (o dos açúcares, o dos vinhos, o das garapas, o do tabaco e o da balança) e o pagamento das tropas de primeira linha⁸¹. Já nos casos de justiça, mantém-se a tendência a optar pelo recurso aos magistrados régios, em detrimento da justiça ordinária.

Mas, as mudanças também são particularmente sensíveis nas vilas menores de Pernambuco. No geral, a atenuação dos conflitos em Palmares e mudanças nas formas de arrecadação dos donativos régios levaram a uma diminuição gradual nos contatos estabelecidos com as vilas menores ao longo do século XVIII. Os dados coletados a partir do conjunto disponível da coleção do Conde dos Arcos demonstram que os totais das comunicações que seguia para estes espaços relaciona-se mais à difusão de bandos, cartas e ordens circulares do que diligências dirigidas especificamente a cada uma. A intervenção territorial dos Governadores tende a se reduzir bastante, nesse sentido. Mesmo com a diminuição dos fluxos comunicacionais, há alterações nos padrões de seleção dos interlocutores, já que a participação relativa das Câmaras tende a decair em praticamente todas as vilas menores ou, no mínimo a se igualar à de outros poderes unipessoais, como os Capitães-Mores e oficiais militares. Estes,

⁸¹ Lisboa, «Poder local e arrecadação de impostos na América Portuguesa...», p.23.

aliás, seriam os principais interlocutores acionados para o cumprimento das comunicações de difusão circular – como atesta sua participação na categoria “Todas de Pernambuco”.

A criação de novas comarcas também surtiu impactos, especialmente no contato com as vilas Cabeças. É o caso das comunicações estabelecidas com a vila de Alagoas do Sul, aonde o protagonismo da Câmara tendeu a diluir-se frente ao dos novos Ouvidores e dos Capitães-Mores, então mais acionados pelos Governadores enquanto destinatários. Observando, inclusivamente, circuitos mais completos de comunicação, como as disposições de Félix José Machado, temos que das 32 enviadas às Alagoas entre 1711 e 1715, ao menos 14 foram dirigidas ao Ouvidor, apenas 7 para a Câmara e outras 7 exclusivamente aos Capitães-Mores⁸². Além disso, como referimos no capítulo 6, a criação da Comarca, para além de ter criado uma circunscrição jurisdicional razoavelmente delimitada em termos territoriais⁸³ teria também criado um espaço próprio de comunicação política.

Passemos então às relações estabelecidas entre os Governadores e as outras Capitânicas do Norte. No que respeita especificamente aos fluxos de comunicação, ocorre exatamente o inverso do padrão verificado para as comunicações expedidas às vilas menores de Pernambuco, pois os contatos tornam-se comparativamente mais frequentes do que os estabelecidos na segunda metade do século XVII, especialmente com o Rio Grande e com o Ceará.

No Rio Grande, mesmo diante do crescimento dos fluxos geográficos, os principais interlocutores acionados continuaram a ser os poderes unipessoais, com destaque para o Capitão-Mor e para o Provedor da Fazenda, sendo que o protagonismo deste parece superar o daquele no conjunto das comunicações. Isto se explica, em grande medida, pelos problemas associados aos pagamentos do Terço do Açú e à gestão dos contratos de arrematação daquela Capitania, em boa medida utilizados para responder a esta despesa, algo que nos daria a imagem de uma subordinação definida quase que exclusivamente em termos militares com atenção a alguns aspectos fiscais.

Os contatos com o Ceará são majoritariamente direcionados à interlocução com os Capitães-Mores, receptores de 40% das comunicações. Em seguida, é interessante apontar os indícios de que, mesmo com a criação de quatro câmaras, as comunicações com o Ouvidor assumem algum destaque no universo de protagonistas. Mas é preciso recordar que apesar de a Câmara de Aquiraz se ter estabelecida em 1700, a Ouvidoria só foi criada em 1723, a Câmara de Fortaleza em 1726 e a de Icó em 1738 e a de Aracati em 1748. Isto quer dizer que o impacto

⁸² BNP, PBA, 115, fls. 173v, 175v, 186v, 187, 190, 194v, 206v, 208, 213, 213, 218, 237V, 237V, 244, 256, 263, 264, 13, 38, 86, 92, 139, 173, 248.

⁸³ Ou, nas palavras de Filipe Caetano, uma “capitania dentro de outra”. Caetano, Antonio Filipe P. «Nas brenhas da comarca, quem é ouvidor é governador?...», p.324.

da multiplicação das estruturas político administrativas deve ser medido, sobretudo, a partir dos dois últimos decênios considerados. Ainda assim, entre 1725 e 1746, o Ouvidor responde por apenas 13 das 63 existentes para a Capitania, as Câmaras por apenas 10, os capitães-mores por 22. Trata-se, portanto, de um período curto e de poucas fontes para que possa aferir maiores conclusões. Mas ao que parece, o contato com o Ceará parece seguir uma interlocução mais ativa com os capitães-mores do que com os outros poderes.

Apenas em Itamaracá é que podemos falar de um protagonismo comparativamente maior das edilidades. Nesta Capitania, as comunicações com o Capitão-Mor, agora nomeado pelo Donatário, tendem a declinar com alguma intensidade, ao passo que as Câmaras continuam a responder por, pelo menos, um terço do total dos fluxos. Acresce que ao longo deste período, o posto de Capitão-Mor ficou vacante por alguns anos, de modo que parte de suas atribuições foi exercida pelos comandantes do Forte de Itamaracá, oficial destacado da tropa de Pernambuco. Mas, há também uma participação mais ampliada do Provedor da Fazenda e dos oficiais militares nos circuitos comunicacionais.

Como veremos no próximo tópico, a participação das Câmaras neste fluxo comunicacional não diz respeito apenas à delegação de responsabilidades por parte dos Governadores, mas igualmente, ao recurso feito ao poder arbitrário destes agentes para resolver questões referentes à administração local da Capitania, o que nos leva à questão dos poderes que acionavam o Governo a partir de baixo.

7.3.4 O acesso ao Governo a partir de baixo: correspondência, requerimentos e petições

Até aqui, tratamos essencialmente das comunicações expedidas pelos Governadores de Pernambuco ao conjunto dos interlocutores locais, tentando identificar os padrões gerais de seleção dos protagonistas em cada localidade para atender às demandas da governação. No entanto, sabemos que o papel destes agentes na arquitetura institucional não se limitava às funções puramente executivas. Pelo contrário, parte importante das atribuições de um Governador era representada pelo atendimento rotineiro às demandas trazidas pelos próprios poderes locais por meio de cartas, petições e requerimentos. Ao fazê-lo, estes agentes encarnavam as capacidades decisórias e o poder arbitrário⁸⁴ do próprio monarca no território, atendendo às demandas cotidianas que, pela urgência, não podiam esperar o tempo de recurso à Coroa, ou para aqueles que não tinham recursos suficientes para mover ações das mais

⁸⁴ Hespanha, Poder e instituições..., p.67.

diversas em Lisboa. Atuavam, nesse sentido, na filtragem das questões dirigidas às instâncias superiores da governação da monarquia.

O acionamento do poder arbitrário dos Governadores ocorria em diversas circunstâncias. Uma das mais frequentes, era em casos de litígio entre os poderes locais. Em 1657, as Câmaras de Olinda e de Igarassu requereram ao então governador Francisco Barreto de Meneses para que este intervisse na demarcação do termo correspondente a cada uma, pois aquela arrogava jurisdição sobre terrenos advogados por esta. Em resposta, o governador mandou que os edis de Igarassu apresentassem o Foral da vila no tempo de um ano e meio, e, caso contrário, poderiam os oficiais da de Olinda “correr com a causa” que estava já antes “posta em juízo”⁸⁵. Em outras circunstâncias, representantes do poder local em um mesmo espaço poderiam recorrer ao Governador para resolver as suas próprias diferenças, tal como fizeram a Câmara e o Capitão-Mor de Penedo a Francisco de Brito Freyre, em 1661, por terem faltado “com a devida cortesia” entre si. O governador, por sua vez, limitou-se a deferir que averiguaria o caso por devassa e procederia com o rigor que fosse necessário, recomendando o bom tratamento aos “oficiais da milícia” por parte da Câmara⁸⁶. O mesmo repete-se em diferentes circunstâncias entre as Câmaras e Capitães-Mores de Alagoas⁸⁷, Sirinhaém⁸⁸ e também de Itamaracá⁸⁹.

Há também vários requerimentos e petições voltados a resolver não apenas conflitos, mas questões cotidianas à governação, tal como os pedidos feitos pelos Ouvidores para que os Governadores cedessem efetivos armados para os acompanhar nas correições, tal como fez o Ouvidor da Paraíba ao governador D. Manuel Rolim de Moura, em 1722, para que este ordenasse ao Capitão-Mor do Ceará lhe concedesse homens armados que lhe assistissem nas diligências que ia fazer naquela Capitania⁹⁰. Em outras, os peticionários buscavam a autoridade do Governador para reforçar as suas próprias decisões, tal como fez o Ouvidor das Alagoas, em 1741, quando recorreu a Henrique Luís Pereira Freire para que confirmasse uma provisão por ele passada em favor do Escrivão da Câmara, a fim de que este servisse também de Escrivão do Donativo em substituição ao que então servia, “porquanto o que estava executando era pouco inteligente e morador distante da vila”⁹¹.

⁸⁵ AUC, CA, Cód. 31, fl. 37.

⁸⁶ AUC, CA, Cód. 31, fl. 49v.

⁸⁷ AUC, CA, Cód. 31, fl. 188.

⁸⁸ AUC, CA, Cód. 31, fl. 206v.

⁸⁹ AUC, CA, Cód. 31, fl. 374v, 384v, 385, 543v, 406.

⁹⁰ AUC, CA, Cód. 32, fl. 306.

⁹¹ AUC, CA, Cód. 32, fl. 606v.

Uma vez que a documentação local dos municípios está quase toda perdida, é difícil traçar a dimensão real destes fluxos. Contudo, por meio das **menções** existentes e das respostas das cartas dos Governadores às petições, foi possível estabelecer um levantamento muito sumário e aproximativo com base no conjunto contida nos códigos das Disposições. Ao todo, identificamos referência a um total de 510 comunicações dirigidas pelos poderes do território aos Governadores, sendo estas constituídas tanto de representações individuais quanto coletivas. Com efeito, com o mesmo intuito de dimensionar a participação dos diferentes protagonistas no processo comunicativo, as tabelas 30 e 31, a seguir, ilustram a distribuição territorial dos poderes que peticionavam aos Governadores em dois momentos distintos, a saber, a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, considerando este como um momento decisivo para a emergência de novos poderes.

Tabela 30. Distribuição Geográfica dos Requerentes e Peticionários (1654-1699)⁹²

Local	Câmara	Capitão-Mor	Provedor	Ouvidor	Homens de Negócios	"Povo"	Particulares	Eclesiásticos	Ordenanças	Milícia	Militares	Indígenas	Missionários	Outros	Não Mencionado	Total
Olinda	43	1		2	1	8	5	1	2	1	1			5		70
Recife			4		6	1					5			4		20
Igarassu	10															10
Sirinhaém	7	3					2		1				1			14
Porto Calvo	17	3					1		4							25
Alagoas	10	5					1									16
Penedo	15	1						1	5				1		1	24
Itamaracá	19	12	1				1		1		1			1	1	37
Paraíba	1	1		1								1				4
Rio Grande	6	7								1						14
Ceará		3								1			3			7
Sertões									1				1		1	3
Não Especificado	1					1			2	2	3		1		1	11
Outros	1	1												4		6
Total	130	37	5	3	7	10	10	2	16	5	10	1	7	14	4	261

Através dos dados apresentados na Tabela 30, percebe-se que, em qualquer dos espaços, as Câmaras assumiam posição preponderante entre os poderes que acionavam a autoridade do governador, pois são responsáveis por 50% das representações referidas na comunicação ao longo da segunda metade do século XVII. Tal característica confirma a importância da instituição para a representatividade do poder e dos interesses locais junto ao Governo de

⁹² Dados computados a partir do fundo das Disposições dos Governadores de Pernambuco, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coleção do Conde dos Arcos, Códices 31 e 32.

Pernambuco. Só nas Capitânicas do Rio Grande e de Itamaracá é que seu protagonismo chega a ser próximo com o dos Capitães-Mores. Talvez isto possa sugerir que suas Câmaras apelariam com recorrência provavelmente maior ao Governo-Geral do Estado do Brasil, ao menos neste período. Em meio aos requerimentos dos capitães-mores do Rio Grande e do Ceará, encontramos pedidos de socorros de mantimentos, de tropas e de boticas.

Contudo, é preciso reconhecer que os requerentes e peticionários não se limitavam aos poderes camarários. Isso pode ser observado na variedade dos interlocutores distribuídos entre Recife e Olinda, que inclui “Homens de Negócios”, representados aqui enquanto um grupo de interesse, e também o “Povo”, enquanto coletividade que nem sempre é designada a partir da instituição camarária, apesar de muitas vezes confundir-se com esta ou falar através da Câmara. Além destes, há também petições lançadas por eclesiásticos, particulares, oficiais da tropa paga, da milícia e ordenança. Por outro lado, a variedade de interlocutores não é particularmente expressiva naquelas emitidas a partir das vilas menores, onde predominam os poderes camarários e, em seguida, seus capitães-mores ou outros oficiais da Ordenança.

Quanto aos Homens de Negócios, temos, por exemplo, petições lançadas contra os “mascates” que vendiam Fazendas “a retalho” e a “miúdo” pela Capitania, e que, de acordo com seus clamores, prejudicavam os “negociantes da praça”, ao venderem as fazendas que tomam de “primeira mão” e que “levam para todas estas capitânicas a vender a dinheiro de contado, recebendo por miúdo aquelas quantias com que os moradores poderão pagar as dívidas que tem contraído nas Lojas do Recife”, por onde causam “grande dano da mercancia e trato, faltando por esta razão os pagamentos de seus créditos”⁹³. Como resposta, o então Governador, Fernão de Sousa Coutinho, lançou um Bando proibindo aos “mascates” que não pudessem vender “em nenhuma parte desta Capitania, e da de Itamaracá fazendas de vara e côvado, nem mais que fitas e linhas e outras coisas de menor importância com pena de se haver por perdido tudo o que se achar a terça parte” e “degredo para o Ceará”⁹⁴.

Em outra circunstância, os homens de negócios uniram-se e fizeram presente ao Governador João da Cunha Souto Maior, em 1686, que “Corsários de diversas nações rebeldes a seus reis e *Rex Publicas*” infestavam a costa e já “tinham tomado muitos barcos, uns que vinham de pescarias e outros carregados de caixas de açúcar” e “com os mesmos barcos que nos tinham tomado nos andavam fazendo guerra, trazendo-os armados e apetrechados de gente de guerra e armas, com os quais tinham tomado já dois barcos carregados de caixas que vinham da cidade da Paraíba”. Diante disso, pediram ao dito governador que mandasse artilhar dois

⁹³ AUC, CA, Cód. 31, fl. 288v

⁹⁴ AUC, CA, Cód. 31, fl.288v.

barcos com a gente de Guerra necessária para “correr a costa dando escolta aos navios que vinham de outras Capitanias a Pernambuco”, oferecendo para isso um donativo. Este, prontamente, convocou uma Junta que acabou por deferir positivamente ao que lhe era pedido⁹⁵. Como veremos, petições coletivas dos homens de negócios tendem a diminuir bastante ao longo do século XVIII, já que, a partir de 1710, obtiveram a tão desejada representatividade institucional, com a criação da Câmara do Recife.

Tabela 31. Distribuição Geográfica dos Requerentes e Peticionários (1700-1746)⁹⁶

Local	Câmaras	Capitão-Mor	Juiz Ordinário Sert.	Provedor	Ouvidor	Homens de Negócios	"Povo"	Particulares	Bispo	Eclesiásticos	Ordenanças	Milícia	Militares	Indígenas	Missionários	Outros	Não Mencionado	Total Petições
Olinda	16				5		3	3	3	1			2			6	1	40
Recife	4			10	1	2	1			1			6		1	13		39
Igarassu	2															3		5
Sirinhaém	5												3	1				9
Porto Calvo		1						1										2
Alagoas	7	2			5		4			1								19
Penedo	2	1						1									1	5
Fernando de Noronha													4					4
Sertões		7	2				2	1			3	2	2		1		1	21
Itamaracá	15	3		2	1			1				1	5			1	1	30
Paraíba		3			2													5
Rio Grande	1	6		16				1				1		1	2			28
Ceará	11	9			3		1			1	1		1	1	2		1	31
Não Especificado		1						1				1	1	3	1	1		9
Outros																2		2
Total	63	33	2	28	17	2	11	9	3	4	4	5	24	6	7	26	5	249

Na primeira metade do século XVIII, ocorrem algumas modificações, como se pode observar na Tabela 29. A participação global das Câmaras enquanto principais emissores de petições aos Governadores mantêm-se, porém, com um declínio pronunciado de 50% para apenas 25% do total de menções identificadas. Nesse sentido, é também de se destacar um maior protagonismo de poderes unipessoais, tais como os Capitães-Mores, Oficiais Militares, Ouvidores e Provedores da Fazenda, mas também ameríndios, eclesiásticos e missionários.

Mas, as mudanças precisam ser equacionadas através da comparação dos dados apresentados nas tabelas 26 e 27, do tópico anterior, com os das Tabelas 28 e 29. Uma primeira constatação é a de que os Governadores produziam mais disposições do que efetivamente recebiam, uma vez que o número identificado de representações corresponde a 17,6% e 15,4%

⁹⁵ AUC, CA, Cód. 31, fl. 405.

⁹⁶ Dados computados a partir do fundo das Disposições dos Governadores de Pernambuco, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coleção do Conde dos Arcos, Códices 31 e 32.

dos fluxos totais de comunicação expedidos para as diversas localidades na segunda metade do século XVII e na primeira do XVIII. É questionável se poderíamos recompor a real dimensão do volume de requerimentos e petições exclusivamente a partir de menções, mas esta tendência pode ser encontrada nas disposições, com os índices até mais baixos, disponíveis em fundos mais completos que abarcam os mandatos do Marquês de Motebelo e de Félix José Machado. As 83 petições identificadas durante o mandato do primeiro correspondem a 13,5% de um total de 614 comunicações emitidas por este Governador, ao passo que as 132 identificadas durante o mandato de Félix Machado equivalem a apenas 10,3% do total de 1275 disposições⁹⁷.

Ainda que discutíveis, uma vez que partem de uma inferência a partir das respostas, os dados levantados representam um indício geral de que a maior parte das demandas de governo não era gerada, necessariamente, a partir daquilo que Hespanha considera como “administração passiva”⁹⁸, mas da ação executiva dos Governadores enquanto intermediários entre a Coroa e as conquistas da América. No entanto, se observada localmente, a proporção entre os fluxos de documentação expedida e recebida pelos Governadores acaba por revelar aspectos interessantes acerca das relações estabelecidas com os espaços governados.

De um lado, temos uma proporção muitíssimo baixa de requerimentos e petições (menos de 5%) enviadas a partir do Recife em comparação ao número de atos expedidos para esta localidade em ambos os cortes cronológicos considerados. Dada a presença dos Governadores ser mais prolongada na praça, supomos que boa parte das petições poderia ser feita verbalmente por parte dos moradores. Contudo, ainda assim, esta diferença pode sugerir uma intervenção maior dos Governadores no espaço e sobre os poderes nele existentes. Já em Olinda, pode-se falar que, na segunda metade do século XVII, 31% dos contatos dirigidos à vila (depois cidade) resultavam de respostas a petições enviadas pelos poderes locais, dos quais destaca-se, de longe, a Câmara. O mesmo não pode ser dito para a primeira metade do XVIII, quando apenas 20% das comunicações advém de respostas a petições ou requerimentos, nos quais a Câmara tem uma participação mais reduzida. Tanto numa quanto na outra, se pode falar, realmente, de uma intervenção maior dos Governadores e que não resulta, majoritariamente, de resposta a demandas locais.

Em contrapartida, parcela razoável dos contatos feitos com as vilas menores de Pernambuco e com as outras Capitanias do Norte resultava do atendimento das demandas locais. Na segunda metade do século XVII, basta constatar que 42% dos contatos com Igarassu e Porto Calvo, 27% das comunicações com Alagoas e 33% das empreendidas com Penedo

⁹⁷ Dados levantados a partir dos fundos da Biblioteca Nacional de Portugal, PBA 239 e PBA 115.

⁹⁸ Hespanha, *Poder e instituições...*, p.67.

resultam de respostas às petições e requerimentos. Na virada do século, para além da diminuição visível nos ritmos de contato, estes resultarão, principalmente, da resposta às demandas colocadas pelos peticionários, principalmente em Igarassu, Sirinhaém e na vila das Alagoas. Nesta última, vale sobrepor os dados das tabelas 6 e 8, e constatar que todas as comunicações feitas com a Câmara resultam de atendimento às suas petições, já que há total correspondência entre o número de cartas dirigidas pelos Governadores aos oficiais e vice-versa.

Quanto às capitanias ao norte, confirma-se a tendência de serem integradas nos circuitos comunicativos internos a partir das respostas que os Governadores de Pernambuco proferiam aos requerimentos, petições e informações voluntariamente providas, tanto antes quanto depois da virada do século. Para isso, basta observar que, nos séculos XVII e XVIII, 33% e 28% Itamaracá, 64% e 38% das comunicações com o Rio Grande, e 50% e 37% das disposições dirigidas ao Ceará resultam de respostas às questões colocadas pelos poderes do lugar. A grande diferença é que, os grandes protagonistas deste processo estão representados em poderes unipessoais, salvo o caso de Itamaracá, onde as Câmaras respondem por mais do que a metade das comunicações enviadas aos Governadores e, em menor escala, do Ceará, onde há registo de um total de emissões ligeiramente superior aos dos capitães-mores ao longo da primeira metade do século XVIII.

À semelhança do que ocorre em Pernambuco, boa parte dos requerimentos provenientes das Capitanias “anexas” visam a resolução de conflitos jurisdicionais. Em 1735, por exemplo, o Provedor do Rio Grande peticionou ao Governador de Pernambuco contra o Capitão-Mor daquela Capitania, pois este “lhe passava portarias para haver de fazer despesas da Fazenda Real intrometendo-se no seu ofício contra as ordens de Sua Majestade”⁹⁹. Em resposta, o Governador repreendeu o Capitão-Mor daquela Capitania, mandando que “não passe ordens ao Provedor da Fazenda para despesas da Fazenda Real por não ter para isso jurisdição” e “deixe exercitar o seu ofício como ele entender e está determinado por várias ordens ainda nesta Capitania”¹⁰⁰. Mas, há também pedidos de socorros de tropas ou de mantimentos, como os que o Capitão-Mor do Rio Grande fez em 1690 ao Marquês do Montebelo, para o envio de farinhas para o abastecimento do Terço dos Paulistas, aliás, prontamente atendido¹⁰¹.

Em todo caso, o recurso ao poder arbitrário dos Governadores para a resolução de problemas locais ou conflitos de jurisdição entre as autoridades era constante e não pode ser medido unicamente a partir de indícios gerais e quantitativos, tal como fizemos até o momento.

⁹⁹ AUC, CA, Cód. 32, fl. 312.

¹⁰⁰ AUC, CA, Cód. 32, fl. 312.

¹⁰¹ AUC, CA, Cód. 31, fl. 546.

Seria necessário perquirir mais casos em que os Governadores figuram como mediadores na amortização das tensões locais, questão que fica para ser explorada em futuros trabalhos.

7.4 As principais matérias da governação

Uma das questões colocadas na presente tese se liga com a análise da atuação dos Governadores tendo por base as áreas temáticas em que intervinham. Entre reconhecer o caráter restrito de competências expressas no conteúdo de seus regimentos ou assumir uma total aleatoriedade das práticas governativas, optamos por abordar a questão de forma sistemática, nomeadamente, através de uma análise tipológica dos principais assuntos que se apresentam nas comunicações. Para um esforço de síntese, criamos 13 categorias tipológicas para enquadrar os assuntos mais recorrentes nas comunicações políticas, conforme o Quadro 22.

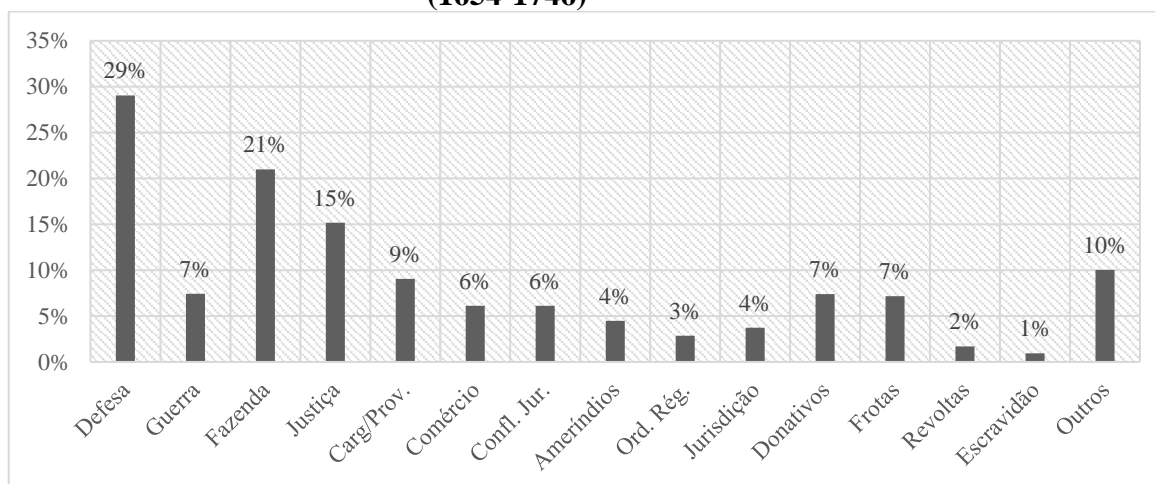
Quadro 22. Tipologias de Assuntos da Comunicação Interna

Tipologia	Caracterização
Guerra	Ações militares de caráter ofensivo, relacionadas à mobilização de tropas, recursos, estratégias e movimentações de ataque.
Defesa	Manutenção das estruturas defensivas, da disciplina e aprovisionamento das tropas, tais como mostras militares, gestão das reservas de pólvora, pagamentos de soldos e de fardas.
Fazenda	Administração de riquezas, impostos, tributos ordinários, recursos, finanças e dos armazéns da Coroa, mas, igualmente, relacionados à fiscalidade.
Justiça	Ações judiciais de variada natureza, tais como solicitações para realização de devassas, pedidos de prisão, assessoramento dos magistrados nas diligências
Frotas	Dinâmica de expedição, carregamento e aprovisionamento das frotas anuais
Cargos e Provimientos	Não só atos de provimento de cargos, ofícios e serventias, mas questões relacionadas à sua gestão, tais como a elaboração de listas e pedidos de informação
Comércio	Ações de intervenção no mercado e nas relações comerciais através da regulação dos preços, proibições de compra, venda e remessa.
Donativos	Administração de tributos extraordinários e negociados, a saber, Donativos Régios, tais como o do Casamento da Rainha de Inglaterra e Paz com Holanda ou o do Casamento dos Príncipes, mas, igualmente, de donativos locais como os lançados para o reparo de pontes.
Jurisdição	Intervenções diretas sobre a demarcação de competências normativas ou das ações cabíveis aos poderes, instrumentalizadas com instruções e regimentos, por exemplo.
Conflitos de Jurisdição	Conflitos diversos em torno de competências jurisdicionais, envolvendo o atrito direto dos governadores com outras autoridades ou o acionamento do poder arbitrário dos Governadores para a resolução de conflitos de jurisdição
Ameríndios	Toda e qualquer ação envolvendo a administração dos aldeamentos ou das populações indígenas
Ordens Régias	Comunicações sobre a circulação, registo ou cumprimento de disposições recebidas diretamente da Coroa
Revoltas e Insurreições	Ações tomadas durante motins, revoltas e insurreições. Relatos, perseguição dos dissidentes, perdões gerais, etc.
Escravidão	Relações de trabalho e de propriedade, fugas e punições públicas
Outros	Assuntos aleatórios que não se enquadram em nenhuma das categorias acima

O conteúdo das disposições dos Governadores é bastante mais complexo do que a descrição tipológica dos assuntos mencionados e nem sempre fácil de enquadrar em categorias

tipológicas. Para além de ser comum que vários assuntos sejam tratados num único documento, ocorre que, muitas vezes, um mesmo conteúdo pode ser enquadrado em mais de uma categoria de assunto. Nesse sentido, os dados apresentados no Gráfico 23 contabilizam a **incidência** percentual dos assuntos nas disposições emitidas pelos Governadores entre 1654 e 1746. A base de cálculo leva em conta o número total de cartas em que um determinado assunto incide, de modo que os percentuais são calculados a partir do total de incidências no conjunto real de disposições disponíveis, assim como contabilizamos nos outros circuitos comunicacionais.

Gráfico 23. Assuntos nos circuitos internos de Comunicação Política dos Governadores (1654-1746)¹⁰²



Cada um destes assuntos representa uma esfera de ação dos governadores e, pela mesma razão merecem, cada um, análises mais pormenorizadas do que aquelas que podem ser feitas nos limites da presente tese. Mas uma análise geral dos assuntos tratados na comunicação política dos Governadores de Pernambuco revela a preponderância das questões militares em meio a todas as outras, já que os percentuais relativos à Defesa e à Guerra somam 36% do total das incidências de assuntos, sendo tratadas em 1125 disposições. Como é óbvio, essa característica está associada ao facto de os Governadores responderem pelo supremo comando militar dentro de sua jurisdição. Os assuntos relacionados à defesa estão relacionados, sobretudo, à manutenção das estruturas militares e da disciplina das tropas, nela incluindo os constantes reparos das fortalezas; o provimento de pólvora, munições e armamentos àqueles oficiais que assim o requeressem; a realização de *mostras*, isto é, exercícios que combinavam a revista e, em seguida, o pagamento mensal à tropa paga; a troca de oficiais no governo das

¹⁰² Dados computados a partir do fundo das Disposições dos Governadores de Pernambuco, AUC, CA, Códices 31 e 32.

fortalezas ou a definição de rondas no patrulhamento da parte urbana do Recife; dentre outros. Já a expressividade da categoria “Guerras” está muito mais ligada ao planejamento dos ataques e à parte logística de abastecimento das tropas, pois, ao contrário do que ocorre com os de Angola ou com os vice-reis na Índia, os governadores de Pernambuco não se engajavam pessoalmente nos combates.

No entanto, sua atuação não se resumiria apenas a um “governo de quartel”, como alguns autores caracterizam os de algumas as praças do Atlântico Britânico¹⁰³. Pelo contrário, a expressividade dos restantes assuntos revela que os Governadores lidavam com grande multiplicidade de matérias, principalmente ligadas à fiscalidade e à administração da justiça, segundo e terceiro assuntos mais preponderantes (21% e 15%, respectivamente). Mas não só, já que também há uma panóplia de categorias menos expressivas como, por exemplo, a administração dos Donativos, Frotas ou das dinâmicas comerciais.

A expressividade do assunto “Fazenda” neste circuito comunicacional está, sobretudo, ligada ao controle sobre ordens de pagamento passadas aos Provedores da Fazenda, uma vez que os governadores poderiam fazer certas despesas desde que feitas em nome do real serviço ou por especial jurisdição para tanto. Assim, temos desde as despesas com obras públicas ou militares, até a com a compra de mantimentos, armamentos e munições. Além disso, entre finais do século XVII e o início do XVIII, o controle sobre os valores das arrematações de impostos cresce exponencialmente.

Diferentemente dos Vice-Reis, dos Governadores e dos Capitães-Generais do mundo hispânico, os governadores não participam dos processos de decisão jurídica ou dos julgamentos, de modo que o seu envolvimento com os assuntos de justiça está, sobretudo, à prestação de auxílio de braço militar aos magistrados, ou à expedição de ordens prisão de a suspeitos e criminosos. Em certas ocasiões, os governadores poderiam tomar iniciativas para dirimir conflitos pessoais, como ocorreu em 1745, quando Henrique Luís Pereira Freire escreveu ao juiz ordinário de Igarassu mandando vir à sua presença sete homens “e a todos mais que se interessam na rixa que há entre eles”, para os obrigar, em sua presença “a fazer termo, não contenderem mais uns com os outros, per si, nem por interposta pessoa”¹⁰⁴. Dois anos depois, D. Marcos de Noronha chamou a Antonio Vieira de Melo e seu genro Cristóvão Pinto de Almeida à sua presença para que “juntos buscassem uma conciliação mútua por não haver entre eles aquela boa harmonia e quietação que é devida a tão estreito parentesco”, ameaçando-

¹⁰³ Webb, «Army and Empire...», pp.

¹⁰⁴ AUC, CA, Cód. 32, fl. 610v.

os de em caso de se recusarem, usaria “do meio da violência, que certamente não hão de ser os mais suaves” contra ambos¹⁰⁵.

As frotas, como já insistimos nos capítulos anteriores, eram uma das principais causas de preocupação para os governadores e a sua organização representa um desafio, mas também uma das faces mais visíveis no processo de atlantização da monarquia durante o período considerado. Com relação às frotas, os governadores não só tinham de organizar os bandos marcando as datas de partida, como: inspecionar os navios; garantir que os suprimentos fossem suficientes para a viagem; organizar a arbitragem dos preços dos fretes dos navios, convocando os louvados para este efeito; garantir que houvesse sempre capelães a bordo dos navios; a partir de 1713, tinham de evitar que pessoas embarcassem para o reino sem passaporte; e, um dos aspectos mais interessantes, evitar a deserção de marinheiros e soldados das companhias navais.

Em princípio, as categorias “Jurisdição” e “Conflitos de Jurisdição” poderiam ser enquadradas numa única tipologia. Contudo, mantivemo-las separadas para destacar as diferenças entre as tentativas mais ou menos harmônicas de delimitar competências de determinados poderes, representadas na primeira categoria, e as situações em que semelhantes intervenções causaram descômodos e, efetivamente, conflitos, na segunda. A ligeira diferença de 2% entre ambas sugere que as práticas interventivas no que concerne aos aspectos jurisdicionais das instituições levavam a conflitos. Por outro lado, estes conflitos devem ser observados, sobretudo, pelos seus aspectos qualitativos e não tanto quantitativos, e como indicador da recorrência de atritos com as mais diversas autoridades. Mas é também verdade, como referimos anteriormente, que os governadores eram acionados para dirimir conflitos de jurisdição entre os poderes do território, algo que também se apresenta nesta categoria.

No que concerne à baixa expressividade da categoria “Ameríndios”, vale ressaltar que ela não representa a falta de atenção dos Governadores à questão. Pelo contrário, estes agentes ocupavam a presidência da Junta Missões e lidavam conjuntamente a outros poderes (preponderantemente eclesiásticos e missionários) na administração das populações indígenas. Entretanto, as decisões da Junta não estão presentes no total das disposições aqui contabilizadas, já que estas são exclusivas dos Governadores, e não da Junta, e daí resulta a sua inexpressividade no cômputo geral dos assuntos.

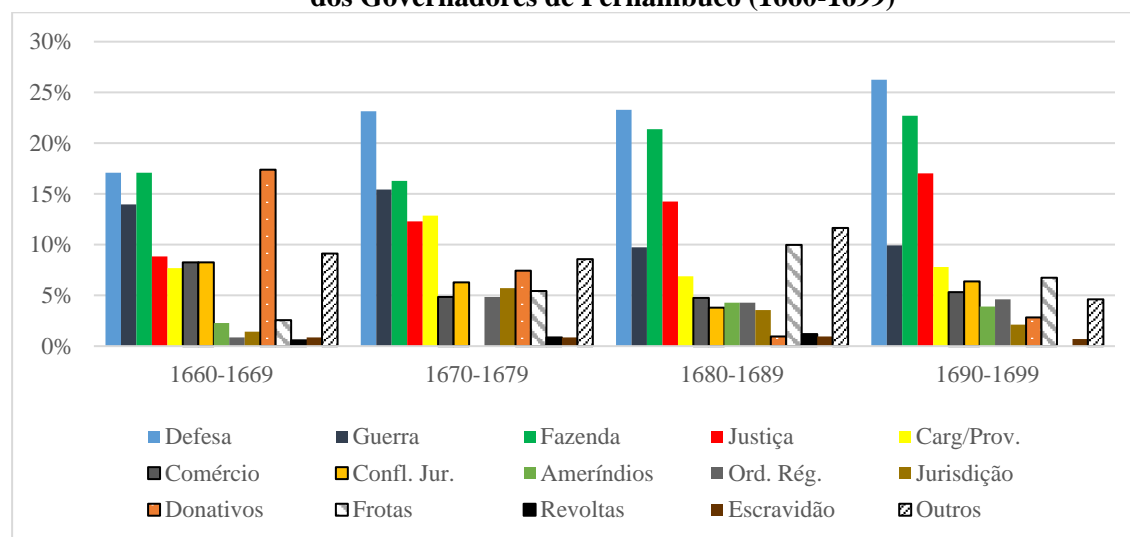
O mesmo não se pode dizer da categoria “escravidão”, cuja expressividade irrelevante indica interferências meramente pontuais dos governadores sobre a gestão das relações de trabalho e o cotidiano das relações escravistas ou que envolvessem a posse de escravos. Uma

¹⁰⁵ AUC, CA, Cód. 35, fl. 178v.

rara exceção pode ser vista no perdão dado por Francisco Barreto de Meneses a um escravo, preso e sentenciado à morte natural em 1652 por ser “achado numa jangada com uma negra sua mulher indo fugido para os navios dos inimigos” neerlandeses, e que só foi poupado por petição de seu senhor, Francisco de Carvalho Parente, que era fornecedor “de frutos que lhe são lançados para o sustento dos soldados”¹⁰⁶. Em outras, os cativos são os próprios protagonistas, como é o caso de Francisco que era escravo de João Lopes Chaves, morador em Penedo, e tendo fugido para Palmares em 1669, e “se veio meter conosco debaixo da palavra que lhe deu o capitão-mor de ferro”, guiou as expedições até Palmares e requereu sua alforria, fiado na palavra do mesmo capitão, motivo pelo qual Fernão de Sousa Coutinho ordenou à Câmara de Penedo que o comprasse ao seu senhor pelo preço justo¹⁰⁷. Mas, são intervenções pontuais face aos assuntos que se repetem com acentuada frequência nas rotinas da governação.

Entretanto, esta análise diacrônica e, portanto, baseada num bloco único de dados pode ser complementada com uma abordagem sincrônica que leve em conta a variação dos assuntos ao longo de décadas. Da mesma forma que no Gráfico 23, as séries apresentadas nos gráficos 24 e 25 ilustram a variação cronológica dos assuntos entre a década de 1660 e meados da década de 1740.

Gráfico 24. Variação cronológica dos Assuntos nos circuitos internos de comunicação política dos Governadores de Pernambuco (1660-1699)¹⁰⁸

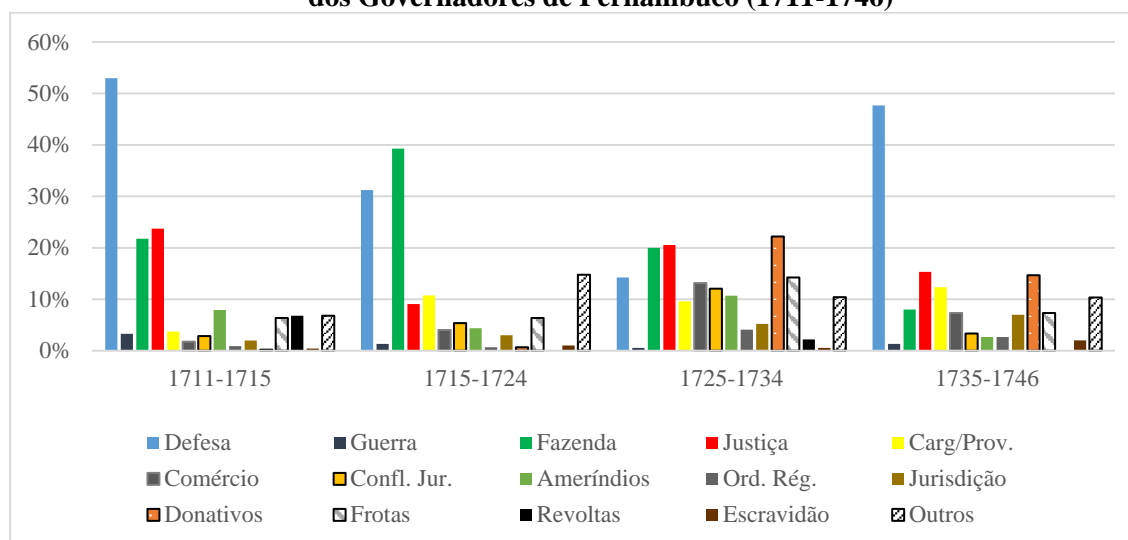


¹⁰⁶ AUC, CA, Cód. 31, fl. 5v.

¹⁰⁷ AUC, CA, Cód. 31, fl. 261v.

¹⁰⁸ Dados computados a partir do fundo das Disposições dos Governadores de Pernambuco, AUC, CA, Códices 31 e 32.

Gráfico 25. Variação cronológica dos Assuntos nos circuitos internos de comunicação política dos Governadores de Pernambuco (1711-1746)¹⁰⁹



Os dados apresentados nos gráficos 24 e 25 revelam a distribuição cronológica dos assuntos de uma forma mais detalhada. Com efeito, em quase todas as épocas, as questões militares sobressaem em relação às restantes, com a visível exceção ao período que segue entre 1715 e 1735, quando as questões relacionadas à administração Fazendária, no primeiro decênio, e à Justiça, no seguinte, assumem a maior preponderância no conjunto dos assuntos tratados. Estes são, quase sempre os três mais expressivos de cada década.

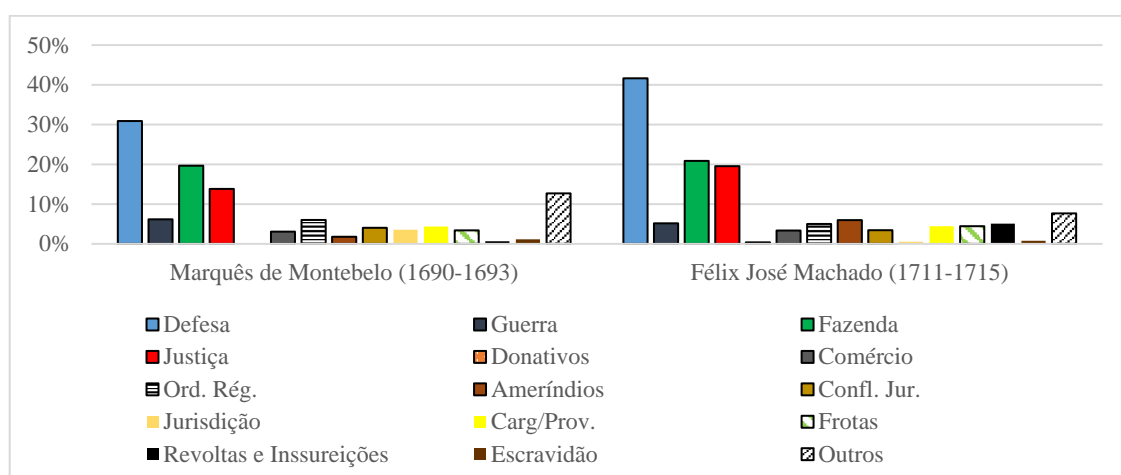
O peso de algumas questões é mais relevante em algumas épocas do que em outras. É o caso, por exemplo, da categoria “Guerra”, muito expressiva no conjunto das comunicações emitidas na tumultuosa segunda metade do século XVII, auge dos conflitos nos Palmares, ao Sul, e com os tapuias, ao Norte, na chamada “Guerra dos Bárbaros”. Contudo, com o desfecho dos combates, reduzidos a operações localizadas e de menor porte, o assunto tende a declinar bastante ao longo do início do século XVIII. A atenção à cobrança dos Donativos Régios, em contrapartida, tende a ser mais pronunciada nas décadas de lançamento das contribuições, nomeadamente na de 1660, com o do Casamento da Rainha e Paz com a Holanda, e, posteriormente, entre 1725 e 1734, com o do Casamento dos Príncipes. Nestes dois momentos, a importância da categoria chega a igualar, no primeiro, e a superar, no segundo, a importância das questões relativas à “Defesa”.

Vale sempre ressaltar que informações foram computadas a partir dos dois códices das *Disposições dos Governadores de Pernambuco*, que representam apenas amostras parciais

¹⁰⁹ Dados computados a partir do fundo das Disposições dos Governadores de Pernambuco, AUC, CA, Códices 31 e 32.

baseadas na seleção das ações tidas como mais relevantes no mandato de cada Governador. Assim, uma breve observação das comunicações expedidas durante os mandatos do Marquês de Montebelo e de Félix José Machado, períodos para os quais dispomos de amostras mais sólidas e, por conta disso, mais ilustrativas do cotidiano administrativo dos Governadores, pode servir de parâmetro de comparação com os dados dos gráficos 23, 24 e 25.

Gráfico 26. Assuntos da Comunicação Política interna do Marquês de Montebelo (1690-1693) e de Félix José Machado (1711-1715)¹¹⁰



Através da análise do Gráfico 26, constata-se grande semelhança entre a distribuição percentual dos assuntos tratados nas comunicações do Marquês de Montebelo e de seu filho Félix Machado. Quando consideramos que as informações respeitantes ao mandato de cada um estão embasadas em conjuntos muito desiguais de disposições (614 para o primeiro e 1275 para o segundo) somos levados a confirmar não só a solidez das amostras anteriores como a visualizar as temáticas mais recorrentes no cotidiano administrativo dos governadores, pois incorporam mais atos rotineiros da administração, e não só os mais importantes, como no caso do conjunto resultante dos códices do Conde dos Arcos.

À partida, os temas das comunicações destes dois Governadores confirmam a dimensão eminentemente militar do ofício de Governador, uma vez que as categorias desta natureza se apresentam, juntas, em 37% e 47% das disposições lançadas por cada um. À esta característica, podemos acrescentar a atenção dispensada às questões de Fazenda (20% e 21%) e de Justiça (14% e 20%). Além disso, as amostras confirmam a pouca ou nenhuma atenção dispensada na virada do século à cobrança de Donativos. Outras dimensões pouco destacadas nas amostras disponíveis para a década de 1690 e início do século XVIII, tais como a difusão de Ordens

¹¹⁰ Dados levantados a partir dos fundos da BNP, PBA, Códices 239 e 115.

Régias (de 2%, nos padrões gerais, para 5% e 4%), também aparecem com índices ligeiramente mais elevados nas comunicações.

7.5. Recapitulação

Ao longo deste capítulo, procuramos compreender os limites do alcance territorial da autoridade dos governadores através de uma prospecção sistemática das práticas de governo, encaradas aqui no tempo e no espaço. Aprofundamo-nos em poucos estudos de caso de modo a problematizar os padrões de governabilidade através de uma perspectiva panorâmica, observando mudanças de conjunto e mapeando áreas temáticas em que os governadores intervinham.

Constatamos que a natureza do cargo de Governador é, principalmente, militar, mas que a sua atuação não se limita a esta esfera. Pelo contrário, como revelam os assuntos das comunicações expedidas aos poderes no território, os Governadores lidavam com uma variedade complexa de assuntos que extrapolam o mero conteúdo de seus regimentos, deferindo petições e requerimentos, arbitrando conflitos interpessoais e jurisdicionais, gerindo a administração de recursos econômicos e o regime anual de frotas. Por outro lado, na virada do século XVII para o XVIII, a atenção destes agentes passou a se concentrar cada vez mais sobre as questões militares, de justiça e dos recursos econômicos.

Mas seria difícil balizar as esferas de sua atuação por áreas temáticas ou por cláusulas de regimentos, e para dar a dimensão de seu poder, é preciso compreender o seu papel enquanto ativos comunicadores políticos. Nesse sentido, demonstramos que os Governadores atuavam como intermediários entre a Coroa e o território, e respondiam às demandas vindas diretamente de Lisboa, mas, igualmente, das mãos dos poderes locais, com ações executivas, de modo que podemos enxergar o caráter adaptativo destes agentes às matérias e às circunstâncias que lhes eram apresentadas de cima ou de baixo. Características que os distinguem de seus congêneres reinóis, os Governadores de Armas e que os colocavam com um universo seguramente mais complexo de questões, quer seja a escravidão, o governo dos ameríndios ou a arrecadação dos donativos.

E em virtude da mesma natureza militar do cargo, fica claro que as comunicações estabelecidas internamente não se restringem aos efetivos armados, e se dirigem a uma panóplia muito variada de interlocutores individuais, corporativos e coletivos que também enxergam no Governo, uma instância de recurso para resolver as suas próprias questões. Por outro lado, parece claro que entre meados do século XVII e o início do século XVIII, os Governadores

tendem a se afirmar de maneira mais pronunciada perante a arquitetura institucional. Esta afirmação, pode ser vista no uso de formas mais verticalizadas de proferir as principais decisões de governo, nomeadamente através da produção de ordens e de portarias, mas, igualmente, numa articulação mais próxima com os poderes unipessoais existentes no território. Estes poderes, representantes da autoridade régia, oficiais remunerados, ou as elites mais poderosas e “autorizadas” dos lugares, representam uma alternativa disponível à interação com os municípios, de cujos recursos os Governadores foram particularmente dependentes no quarto de século seguinte à 1654. Com efeito, ao passo que as Câmaras tiveram suas competências paulatinamente cerceadas na gestão dos aspectos fiscais e judiciais, face ao fortalecimento ou à multiplicação das estruturas do oficialato régio no terreno, sua participação nas dinâmicas governativas tende ao declínio.

Mas, a aparente inflexão verificada na virada do século acaba por ser discutível quando projetada sobre o conjunto do distrito do Governo de Pernambuco. Nos territórios mais distantes, os entraves colocados pela integração territorial e também pela disponibilidade variável de poderes unipessoais dotados de amplas competências ou de tropas pagas, acaba por limitar os padrões de relacionamento com o território. O palco marcante das alterações políticas acaba por ser o centro de governo, aí sim marcado por certa “clivagem” que se vai definindo a partir de um progressivo distanciamento em relação aos grupos corporativos. Em contrapartida, nas vilas menores, onde as Câmaras e os Capitães-Mores são os principais protagonistas do poder local, as relações tendem sempre a uma afirmação menos verticalizada da autoridade.

O somatório dessas questões nos leva a considerar diferenciados padrões de espacialização da governabilidade, perceptíveis nas formas de os Governadores comunicarem-se no espaço entre Olinda e Recife, e com as localidades distantes, nomeadamente as vilas e capitânias “anexas”. As relações estabelecidas com o espaço contíguo de sua residência pautavam-se pela emissão constante de atos comunicativos, direcionados tanto aos poderes presenciais existentes quanto ao conjunto da população. Tal contato beneficia-se da presença física deste oficial enquanto máximo representante da autoridade régia, e acaba por ser sentida com maior intensidade e, sobretudo, regularidade. Ali, estes homens constituem a face visível do poder da Coroa, especialmente ao demarcar sua proeminência nos atos públicos e festividades. O centro de Governo é o lugar, por excelência, da mobilização de recursos para a ação governativa, fossem eles de ordem econômica ou social, mas também da exteriorização mais hierarquizada da autoridade através da extensiva promulgação de ordens, portarias e de bandos.

Por outro lado, os espaços locais não sentem a presença dos governadores na mesma intensidade. De início, a população ouve seu nome nas poucas vezes em que é pronunciado nos anúncios feitos nas praças e portas de igrejas ao som de caixas, mas não o visualizam presencialmente – salvo em raríssimas visitas. Além disso, a comunicação com o coletivo da população destes espaços perpassa pela ação de mediadores que, quase sempre, são representantes das elites locais, sendo estes os principais protagonistas dos contatos territoriais até pelo menos o início do século XVIII, quando a ascensão de novos poderes unipessoais, tais como os Ouvidores viria a diversificar o universo de interlocutores locais. Além disso, as vilas menores integravam-se à ação governativa por meio de normas gerais, promulgadas através dos Bandos circulares, ou do acionamento do poder arbitrário dos Governadores. Circunstâncias excepcionais marcam o rompimento destes padrões, tal como acontece na segunda metade do século XVII, ápice das guerras contra Palmares e momento da cobrança do Donativo do Casamento da Rainha de Inglaterra e Paz com Holanda, que levaram a uma interação constante dos poderes municipais. Em outras palavras, os contatos mais intensos com as vilas menores tendem a se acentuar em situações que exigiam a atenção dos governadores ou diante da necessidade de mobilizar recursos humanos, bélicos e econômicos fora do espaço de sua residência.

Quanto à regularidade das comunicações com as capitanias subordinadas, além de menor, era semelhante, ao menos em ritmo, à estabelecida com as pequenas vilas da Capitania de Pernambuco, com a grande diferença de que a maior complexidade da arquitetura institucional das Capitanias ao norte tinha um peso significativo no universo de protagonistas acionados em cada uma. Nas Capitanias do Rio Grande e Ceará, este contato é amplificado no século XVIII e, em grande medida, voltado às questões militares e fiscais. As relações com essas capitanias espelham, em diferentes proporções, os padrões da comunicação expedida pelo Governador-Geral às capitanias que estavam fora da Bahia, marcados pela correspondência mais ativa com seus capitães-mores e por comunicações meramente pontuais com o coletivo da sociedade. Os laços políticos com estas duas capitanias serão reforçados por práticas simbólicas, como a de os capitães-mores delas renderem o juramento de *preito & menagem* nas mãos dos governadores de Pernambuco, e não nas do governador-geral¹¹¹.

Por outro lado, o controle sobre a Capitania de Itamaracá assume proporções diferentes e tende a ser mais visível, pois esta, em diversas circunstâncias e pela proximidade, chegava a

¹¹¹ Cf. Barbosa, Livia. «Entre a distância e a fidelidade: relações entre os capitães-mores do Rio Grande e os governadores de Pernambuco (segunda metade do século XVII)». *Revista Historien*, Petrolina. ano 5. n. 10. Jan/Jun 2014: 111-132.

receber mais atenção dos Governadores do que, por exemplo, as vilas meridionais de Pernambuco, como as que comporiam a Comarca das Alagoas no início do século XVIII. O facto de Itamaracá ser governada quase que com os mesmos padrões das vilas menores, ou de forma até mais direta, é indicativo de sua complexa situação jurídica, quer enquanto durou o litígio entre a Coroa e a Casa de Cascais quer posteriormente quando reverteu diretamente ao patrimônio dos donatários. Mas o absenteísmo deste, parece dar margem à maior inserção de Itamaracá no raio de ação dos governadores. Não por acaso, a Coroa optará por incorporá-la à Pernambuco em 1763¹¹².

Além disso, e de forma muito genérica, as constatações apontam para duas questões razoavelmente interligadas. A primeira, é a de que para empreender qualquer diligência sobre o território, era imprescindível que os Governadores contassem com a colaboração dos poderes disponíveis, já que a estrutura político-administrativa do Governo de Pernambuco não contemplava um corpo territorialmente amplo e permanente de oficiais periféricos ou de subdelegados locais da autoridade dos Governadores, tais como os *tenientes de gobernador* de algumas partes do mundo Hispânico. Em grande medida, isto implica uma constante opção por uns atores em detrimento de outros. Quanto ao processo de seleção destes mesmos interlocutores, vale salientar que os mais privilegiados foram sempre aqueles que detinham competências mais alargadas sobre uma determinada porção do espaço governado. Isso explica, por exemplo, a maior participação dos Capitães-Mores Governadores de Armas nas comunicações estabelecidas com as capitanias subordinadas, já que estes homens exerciam funções localmente equivalentes às do próprio Governador de Pernambuco. Na segunda metade do século XVII, nas vilas menores da Capitania, é provável que os Capitães-Mores das Ordenanças, ainda que figuras importantes para o governo local, não detivessem meios tão amplos para a gestão do território e, eventualmente, para a obtenção de recursos quanto as Câmaras. Daí sucede que sejam elas e não estes, os principais protagonistas das comunicações com o espaço interno da capitania, ao menos nos cinquenta anos que sucedem à Restauração. Em contrapartida, nas freguesias e nos sertões, onde o poder municipal está ausente, ou distante, o capitão-mor representa a figura mais importante do cenário político, acumulando, inclusive, outros ofícios, como o de Administrador dos Donativos ou mesmo o de Juiz Ordinário.

Essa questão ajuda a explicar a tendência geral para o declínio das comunicações com os poderes corporativos, entre finais do XVII e princípios do XVIII, e para a ascensão de poderes unipessoais, em grande medida investidos nas principais autoridades régias da

¹¹² Velez, «Donatários e administração colonial...» p.209.

Capitania ou efetivos armados. A progressiva ampliação do número de magistrados régios atuando sobre o território provoca certas rupturas nos padrões anteriormente vistos no recrutamento dos interlocutores. Ruptura que coincide com o processo em que estes também passam a ser investidos de maior jurisdição territorial e, em grande medida, de capacidades de supervisão sobre os poderes locais. Da mesma forma, a progressiva transferência das capacidades econômicas das Câmaras para as Provedorias torna estas as principais fornecedoras dos recursos necessários à governação. Mas, apesar do declínio na participação há que se relembrar que, até pelo menos meados do século XVIII, as Câmaras não perderam voz ativa no processo comunicativo, representando os peticionários e requerentes mais destacados, sendo também responsáveis por manter a ligação entre o centro de governo e os mundos locais, acionando-o desde baixo.

Por fim, o protagonismo dos Governadores nas comunicações políticas expedidas e recebidas do centro da monarquia corresponde ao seu papel destacado numa escala intra-americana na qual o seu poder é ampliado em bases regionais. Na qualidade de mais altos representantes da monarquia, os Governadores, assistidos por seus Secretários de Governo, encimavam o mais ativo núcleo de produção e recepção de atos comunicacionais no espaço das Capitanias do Norte, sendo também os protagonistas mais ativos quando comparados aos restantes poderes existentes no território de sua jurisdição.

CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho, optamos por adiantar conclusões parciais no desfecho de cada capítulo, de modo que importa agora articular os pontos principais, dando-lhes coerência e sentido. Em seguida passamos a propor algumas reflexões de caráter mais genérico, uma vez que o espaço da Capitania de Pernambuco e de suas “anexas” foi considerado como palco de observação de um processo com dimensões globais, a saber, o enraizamento das monarquias europeias, e especialmente da brigantina, sobre o espaço Atlântico entre os séculos XVI e XVIII.

No caso português, e de um ponto de vista político-administrativo, uma das faces mais importantes desse processo pode ser observada nos efeitos da reversão das capitânias de donatários à administração da Coroa, ou, se preferirmos, na transição entre um modelo de administração quase indireta, para outro de administração direta, em que a máxima jurisdição passou a ser investida não em particulares, mas em representantes diretos do poder régio. Estruturalmente, isso só foi possível graças à substituição dos antigos governos de donatários e de seus representantes, por oficiais régios nomeados diretamente a partir de Lisboa, dentre os quais destacam-se os Governadores.

Como tentamos demonstrar, o papel desempenhado pelos Governadores nomeados pela Coroa é fundamental para compreender este processo de atlantização. E aqui não nos referimos apenas aos meros ocupantes do posto, mas ao Governo enquanto um corpo político capaz de garantir, através da intermediação permanente, a continuidade dos contatos entre o reino e as conquistas. Os homens, em si, eram providos por tempo limitado no cargo, concedido em remuneração aos serviços prestados à monarquia nas armas ou em virtude de seu elevado estatuto social, condições indissociáveis de uma concepção personalizada da autoridade social e da capacidade de mando. Contudo, a consideração da experiência com a governação dos territórios ultramarinos só passa a ter algum peso na seleção dos de Pernambuco entre finais do século XVII e o início do XVIII e, mesmo assim, em territórios com configurações sociais e geográficas diferentes. Por todas estas razões, fica claro que os governadores não tinham exatamente o perfil de “administradores”, no sentido contemporâneo que damos à palavra, e eram, esmagadoramente reinóis desprovidos de qualquer experiência prévia na América.

Condições limitativas, especialmente quando conjugadas com a dimensão regional dos territórios sob jurisdição do Governo.

No entanto, sugerimos que tanto a inexperiência e quanto a rotatividade dos homens no cargo eram compensadas pela experiência dos Secretários e dos oficiais da Secretaria de Governo. A começar pela função indispensável que exerciam na produção, recepção, registo, cópia, armazenamento e circulação de todos os papéis da governação, através dos quais a ação dos governadores ganhava corpo material e efetiva memória. Os secretários e os oficiais conheciam os estilos textuais dos documentos com os quais reduziam a informação a atos escritos, controlavam de perto a gestão dos papéis, produziam folhas de serviço e, numa palavra, organizavam as comunicações políticas em diferentes escalas. Ao fazê-lo, atuavam em conjunto aos governadores, aproximando os homens das atribuições inerentes ao lugar que ocupam, e dando-lhes as informações necessárias para governar, mas também oferecendo autênticos tratados políticos, expressos em alvitres, como os de Barbosa de Lima, mas também em conferências presenciais, nas quais os conselhos eram dados de boca a ouvido.

Na verdade, a institucionalização do cargo de Secretário e da Secretaria coincide com o estabelecimento dos governadores e dos arquivos do Governo em uma sede visível, o Palácio das Duas Torres, processo que contribuiria por estabelecer a sede política no Recife ainda em finais do século XVII. Mas, esta é somente a estrutura do topo do governo civil e militar da capitania. Na base, isto é, nos territórios, a virada do século representa um momento de expansão do raio de ação territorial dos governadores, tanto para dentro, nos sertões conquistados, quanto para fora, com a anexação progressiva das Capitanias do Norte. Espaço este que também experimenta mudanças, a começar pelo crescimento populacional dos núcleos colonizadores, acompanhada mais lentamente pelo crescimento da grelha político administrativa. Localmente, isso pode ser atestado na grande multiplicação de freguesias, com seus capitães-mores, ou mandantes, e juizes vintenários ou “ordinários”, que contrasta com a reserva seguramente maior quanto à criação de novos municípios. Nos sertões conquistados aos palmaristas e aos “tapuias” cresce também o número de aldeamentos de indígenas, que são empurrados para a ocupação de espaços de fronteira aberta. Nos cabeças das capitanias, vimos que a multiplicação dos lugares de letras e das comarcas, coincide com o fortalecimento das provedorias da fazenda e pelas tentativas de cerceamento dos poderes dos municípios, afetados, principalmente, quanto aos aspectos centrais.

A grande questão da tese se concentrou, portanto, em aferir as formas com que este corpo político se relaciona com este universo de poderes em constante transformação e como era capaz de, efetivamente, estabelecer comunicações regulares com um território complexo e

cada vez mais dilatado. Direcionamo-nos a compreender estas relações não apenas numa base de vínculos diretos, portanto interpessoais ou interinstitucionais, mas, sobretudo, compreendê-las de uma forma sistêmica e em diferentes escalas de comunicação política.

No que concerne especificamente à Capitania de Pernambuco, um dos reflexos mais assinaláveis na transição de um modelo de administração quase indireta para outro de administração direta incide, precisamente sobre um maior contato entre a Coroa e os poderes no território, visível na intensificação dos fluxos de comunicação política trocados entre uma margem e a outra do oceano, marcando a crescente atlantização da monarquia. Nas restantes capitanias restauradas, os ritmos de comunicação eram menos intensos ou mesmo irregulares. Neste espaço de comunicação, os governadores representam, de longe, os interlocutores mais destacados. Seu peso pode ser comprovado no volume extraordinário de comunicações trocadas com o Conselho Ultramarino, representando os destinatários de 36% de toda a correspondência expedida ao espaço das capitanias do norte. Mas, o seu peso não se afigura apenas em números, pois é assinalável que entre finais do século XVII e ao longo de todo o XVIII, os governadores exerceram um **controle** cada vez maior sobre as comunicações políticas dos interlocutores espalhados nas cinco capitanias, possibilitada através da produção de pareceres em petições, representações, contas e requerimentos. Trâmite que resulta numa clara regionalização dos mecanismos de decisão ou, no limite, de opinião política, deslocados da administração central da monarquia para o Governo, que atua, desde então, como centro secundário. Ademais, o papel destes agentes era fundamental neste circuito pelo facto de que através do Governo de Pernambuco, e da correspondência dos governadores, era possível não só redistribuir as comunicações do centro, como era possível conhecer e obter informações sobre espaços menos integrados no mundo atlântico. Em outras palavras, os limites de integração destas capitanias nos circuitos externos de comunicação política acabavam por ser compensados com a mediação do Governo de Pernambuco que protagonizava, nesse sentido, o papel semelhante ao de um pivô, ou *hub*, na dinâmica de governação dos territórios em longa distância.

À regionalização do poder dos governadores numa escala externa corresponde, igualmente, uma crescente projeção interna que acompanha o alargamento dos contornos do distrito do governo e o crescimento. Neste espaço se experimenta uma característica marcante dos impérios ibéricos, que é a da vinculação política entre diferentes circunscrições jurisdicionais, manifesta na subordinação de todas as capitanias do Estado do Brasil ao Governo-Geral, de um lado, mas também na progressiva anexação de capitanias secundárias aos governos de capitanias principais, de outro. Neste cenário, observamos que as relações entre os governadores-gerais e os de Pernambuco, apesar de visivelmente desiguais tende, na virada

do século XVII para o XVIII, a uma maior acomodação cujo resultado se manifesta, na prática numa hierarquia separada, mas inter-relacionada¹. Os condicionamentos materiais de integração do território e as distâncias colocavam limites à capacidade de intervenção do Governo-Geral sobre as capitanias mais distantes da Bahia. Estas, poderiam ser mais facilmente inseridas no raio de ação do Governo de Pernambuco, geograficamente mais próximo e mais acessível, motivo que justifica a anexação das capitanias de Itamaracá, Rio Grande e Ceará em diferentes momentos. Estes e os outros fatores corroboram para uma progressiva tendência à regionalização do poder dos Governadores sobre o espaço das Capitanias do Norte, inconclusa até a anexação da capitania da Paraíba em 1755 e, arriscaríamos, até o Diretório dos Índios, em 1759.

Mas a projeção regional tem também os seus limites. Fora do espaço de residência dos governadores, o contato direto com a população das vilas ou freguesias distantes era feito através da expedição de normas gerais ou de intervenções pontuais para responder às demandas colocadas pelo centro ou pelos poderes locais. A aplicação das disposições, por outro lado, dependia invariavelmente da disponibilidade de mediação dos interlocutores locais, a quem os governadores recorriam para executar as mais variadas diligências. Na verdade, o governo à distância se fazia menos através do contato direto com o espaço ou com as populações, do que o contato com os representantes dos governos locais, buscados sempre naqueles que mais autoridade tinham.

Nesse sentido, uma das principais mudanças que podemos aferir internamente é a da busca por formas mais hierarquizadas e expeditas para tratar dos negócios políticos, vivenciada em larga escala na monarquia, e localmente experimentada através da preferência crescente, entre finais do século XVII até no mínimo meados do XVIII, pela interação com poderes unipessoais ao invés dos poderes corporativos. Estes, entretanto, continuaram a estabelecer contatos com os governadores acionando sua autoridade de baixo, através de petições, representações e requerimentos. Este declínio dos poderes municipais na interação com os governadores coincide com o cerceamento daqueles que eram mais importantes e contrasta, numa escala externa, com uma maior de interferência dos Governadores sobre as comunicações dirigidas, por eles, à Corte.

A resposta às requisições locais, apresentadas nestes variados suportes comunicacionais, representa, em si, uma das características mais marcantes deste e de outros Governos Ultramarinos, e caracteriza uma marca distintiva dos poderes dos governadores em

¹ No mesmo sentido apontado por Dauril Alden, *Royal Government in colonial Brazil...*, p.

relação aos Governadores de Armas do Reino. Ao passo que as ações destes se dirigem, principalmente para a manutenção da disciplina e das estruturas militares, os governadores da América tinham peso significativo no controle das informações, no deferimento de petições locais, no agenciamento de recursos econômicos, na fiscalidade, no controle sobre a navegação e sobre o comércio. Outras questões menos exploradas no trabalho como a interferência sobre o governo das populações ameríndias também caracterizam a face singular e adaptativa dos governadores de capitanias ao espaço americano. A escravidão e suas formas de resistência também faziam parte do cotidiano dos governadores que, no entanto, não intervinham com frequência sobre as relações de trabalho, restritas, à própria esfera doméstica.

Diante de todas estas questões, é possível afirmar que os governadores foram peças fundamentais para o enraizamento da monarquia no espaço atlântico, mas que a dimensão alargada de seu raio de ação, impunha também limites de espacialização que, de resto, são comuns às formas de organizar e hierarquizar o poder no Antigo Regime. Nesse sentido, verificamos que apesar de os governadores desempenharem um papel importante, o contato entre eles e os espaços distantes são pouco frequentes, de modo a governação territorial é construída durante a maior parte do tempo sobre uma base local, sem que haja comunicação diária e permanente entre as estruturas do oficialato periférico na América e os poderes orgânicos que efetivamente ocupam o espaço político, aqui pensado na sua dimensão municipal e paroquial.

Em todo o caso, podemos imaginar que o protagonismo crescente dos governadores das capitanias principais entre finais do século XVII e princípio do XVIII poderia ser também verificado em outras partes da América, certamente no Rio de Janeiro e no Estado do Maranhão, cujos raios de ação territorial abarcam capitanias subordinadas. Por outro lado, os padrões de governabilidade seriam provavelmente diferentes dos que aqui identificamos. No Estado do Maranhão e Grão-Pará, por exemplo, encontraríamos diferenças notáveis que se verificariam em virtude da forma da: composição do tecido social, que inclui uma presença indígena seguramente maior e, conseqüentemente uma maior variedade dos protagonistas do poder local, além de diferentes molduras de enquadramento territorial; condições climáticas e geográficas específicas, além de fronteiras com os domínios de outras monarquias. Fora da América, e pensando, sobretudo o mundo asiático, encontraríamos um espaço político muitíssimo diferente do americano, pois mais dependente da navegação, das relações comerciais, da interação com reinos vizinhos, permanentemente marcado por comunicações interimperiais, com a presença constante de povos não cristianizados, fatores que levam, em todas as circunstâncias possíveis, à necessidade de empregar idiomas diferentes nas comunicações.

Numa dimensão mais global, o fortalecimento do poder dos governadores contrasta, por exemplo, com o que ocorre na América Britânica, onde espaço de seus congêneres começa a ser minado pelo das Assembleias em quase todas as colônias reais no mesmo período, especialmente pela capacidade de estas moldarem os regimentos e instruções dirigidos aos governadores². Além disso, o poder destes agentes será permanentemente limitado pelos Conselhos de cada colônia, destinados a lhes assessorar nas questões cotidianas à governação. O raio de ação destes governadores também nunca abarcou outras capitanias e o controle sobre as comunicações políticas movidas em Londres será, seguramente, menor.

Por fim, a opção metodológica por uma visão panorâmica da governação ressaltando as capacidades comunicativas dos governadores em diferentes circuitos comunicacionais revelou-se como uma opção viável para compreender a projeção territorial do Governo em arenas de poder com dimensão imperial, continental e regional. O Governo, como base permanente para a governação, representa uma ponte entre as duas margens do oceano, um centro político secundário que, de um lado, redistribui, e, de outro, promove comunicações entre diferentes escalas de poder. Para dar conta disso, basta referir que em comparação aos fluxos comunicacionais mantidos com a Coroa e com o Governo-Geral, o circuito que gerou mais atos comunicativos é, precisamente, o interno ou das comunicações mantidas com o distrito do governo.

Contudo, esta mesma opção metodológica tem os seus limites. A começar pelo facto de que tratar da governação a partir da comunicação política não esgota modalidades alternativas de decisão política, como representa a participação dos governadores em Juntas permanentes, como é a das Missões (1692) ou da Justiça (1735), ou extraordinárias, como aquelas convocadas para deliberar sobre as formas de cobrança de impostos extraordinários, donativos, contribuições, construção de pontes, dentre vários outros. Outras modalidades, como conferências presenciais, deferimento oral de petições, e diversas outras formas de governar sem o uso do papel foram pouco tratadas na análise e ficam por explorar em trabalhos futuros.

Por questões práticas, foi também imperativo deixar certos circuitos comunicacionais de fora. Para não falar dos circuitos mercantis e eclesiásticos, basta referir somente o das comunicações entre diferentes governos no interior da própria América Lusa ou mesmo do espaço Atlântico. Ainda que nem sempre seja possível ter a real dimensão, estes contatos existem e não foram explorados neste trabalho. Para citar alguns exemplos, podemos referir

² Steele, Ian. «The anointed, the appointed and the elected: governance of the British Empire 1689-1784». Em *The Oxford History of the British Empire: the eighteenth century*. Vol. 2. ed. Marshal, P.J. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 112.

que a correspondência de D. Marcos de Noronha e Brito com os governadores do Rio de Janeiro e de Angola, por exemplo, foi mantida em quase todos os anos de seu mandato³; ou que os Governadores do Maranhão chegaram a escrever aos de Pernambuco pedindo socorros de tropas indígenas⁴ e ainda que a Câmara e os Capitães-Mores de Sergipe requisitaram socorros de farinha aos governadores de Pernambuco pelo menos duas vezes⁵.

Além disso, a opção por relegar os estudos de caso, os conflitos de jurisdição, as queixas e a resistência ao poder dos governadores a um segundo plano poderia dar a impressão de que esta seria uma forma de governo indisputada ao longo do tempo e do espaço. Mas, apesar de este elemento não ser explorado no âmbito do trabalho, ele é de suma relevância, e já conta com trabalhos consolidados na historiografia que exploram os canais de resistência institucional e mesmo armada contra os governadores.

Um outro limite que pode ser apontado é que os não tinham capacidade para decidir arbitrariamente sobre várias matérias, e tinham de pedir a confirmação de suas disposições junto ao Conselho Ultramarino ou à Secretaria de Estado com razoável frequência. O mesmo se pode dizer da incapacidade de intervir sobre os processos e participação em organismos de justiça, como fazem, por exemplo, os Governadores do mundo hispânico.

Mesmo com os limites apontados, é difícil imaginar as feições assumidas pelo governo civil e militar da monarquia na América sem a presença dos Governadores à sua cabeça. E se não os houvessem? Fórmulas políticas alternativas chegaram, em tempos, a ser imaginadas. Como mero exemplo, poderíamos citar a pretensão, não confirmada para além das referências que a ela são feitas nas crônicas, de a Câmara de Olinda propor um modelo de governo em que ela governasse como um Senado à semelhança do de Veneza⁶. Mas, fórmulas como esta nunca tiveram o consentimento régio. Sem os governadores, a Coroa teria de lidar diretamente com os poderes nos territórios, e isto implicaria uma multiplicação ainda maior dos circuitos de comunicação política, ou a ampliação das capacidades de autogoverno dos corpos sociais, quer individualmente ou através da multiplicação de Juntas. O processo de organização dos espaços de comunicação seria, no mínimo, mais complexo e dispendioso, já que não haveria circunscrições regionais para receber e redistribuir as demandas e as comunicações. Neste cenário, os Governos das capitanias principais representam estruturas políticas adaptativas à governação de espaços com dimensões regionais, e que permitem a articulação de diferentes escalas de governabilidade em nível local, regional, continental e imperial.

³ AUC, CA, Cód. 35, fls. 145-152; Cód. 36, fls. 161-174v; Cód. 37, fls. 125-136.

⁴ AUC, CA, Cód. 32, fls. 41v.

⁵ AUC, CA, Cód. 31, Fl. 147, 206.

⁶ Mello, «O mito de Veneza no Brasil» Em *Um imenso Portugal...*, pp. 156-162.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

IHGAL – 00006-01-02-01 – Segundo Livro de Vereações da Câmara da vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (1668-1680).

Arquivo Histórico Ultramarino

Códices

Código 13, Livro I das Consultas Mistas (1643-1646)

Código 14, Livro II das Consultas Mistas (1647-1652)

Código 15, Livro III das Consultas Mistas (1652-1660)

Código 16, Livro IV das Consultas Mistas (1660-1671)

Código 17, Livro V das Consultas Mistas (1671-1684)

Código 18, Livro VI das Consultas Mistas (1685-1700)

Código 19, Livro VII das Consultas Mistas (1694-1704)

Código 20, Livro VIII das Consultas Mistas (1704-1714)

Código 21, Livro IX das Consultas Mistas (1715-1722)

Código 22, Livro X das Consultas Mistas (1722-1731)

Código 23, Livro XI das Consultas Mistas (1731-1740)

Código 24, Livro XII das Consultas Mistas (1740-1749)

Código 25, Livro XIII das Consultas Mistas (1749-1754)

Código 26, Livro XIV das Consultas Mistas (1754-1760)

Código 27, Livro XV das Consultas Mistas (1760-1799)

Código 245, Registo de Cartas Régias e avisos ao Governador do Brasil e outras entidades sobre diversos assuntos (1673-1695)

Código 256, Registo e Cartas Régias para o Governador de Pernambuco e Paraíba, e outras entidades dessas e das mais capitanias do Brasil (1673-1698).

Código 257, Registo das Cartas de Pernambuco, ano de 1698 até 1713.

Código 258, Registo das Cartas de Pernambuco, ano 1713 até 1724.

Código 259, Registo das Cartas de Pernambuco, ano 1724 até 1731.

Código 260, Registo das Cartas de Pernambuco, ano 1731 até 1744.

Código 261, Registo das Cartas de Pernambuco, ano 1744 até 1757

Código 265, Registo das Consultas do Conselho Ultramarino sobre vários assuntos referentes ao Brasil, nomeadamente à Capitania de Pernambuco (1673-1712)

Código 266, Registo das Consultas acerca de vários assuntos respeitantes à Capitania de Pernambuco (1712-1749)

Código 267, Consultas sobre representações de várias entidades das Capitanias de Pernambuco Paraíba do Norte e Ceará (1749-1807).

Manuscritos Avulsos

Alagoas, Caixa 2.

Bahia, Caixas 8 e 18.

Ceará, Caixa 2.

Pernambuco, Caixas 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 39, 41, 42, 44, 47, 52, 53, 54, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 73, 75, 79, 121 e 130.

Paraíba, Caixas 1, 2, 3, 4, 5, 9,

Rio Grande do Norte, Caixas 2, 3, 4, 5, 6, e 9.

Rio de Janeiro, Caixas 72.

Arquivo da Universidade de Coimbra

Coleção do Conde dos Arcos

- Códice 22, *Livro das Ordens Reais* [Goiás], (1651-1754).

- Códice 31, *Disposições dos Governadores de Pernambuco*, tomo 1, (1648-1699)

- Códice 32, *Disposições dos Governadores de Pernambuco*, tomo 2, (1700-1746)

- Códice 33, *Ordens Régias para os Governadores de Pernambuco*, tomo 1. (1648-1715)

- Códice 34, *Ordens Régias para os Governadores de Pernambuco*, tomo 2. (1715-1746)

- Códice 35, *Índex de tudo o que pertence à Frota que partiu do Porto de Pernambuco no ano de 1746.*

- Códice 36, *Índex de tudo o que pertence à Frota que partiu do Porto de Pernambuco no ano de 1747.*

- Códice 37, *Índex de tudo o que pertence à Frota que partiu do Porto de Pernambuco nos anos de 1748 e 1749.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelarias

D. João IV, Livros.

D. Afonso VI, Livros. 12, 19, 29, 32, 38, 41, 45, 46, 48.

D. Pedro II, Livros 18, 27, 34, 43, 44, 61, 63.

D. João V, Livros. 51, 62.

Registo Geral de Mercês

D. João IV, Livros 6, 21, 23

D. Afonso VI, Livros 1, 3, 19, 20, 21, 22 e 27.

D. Pedro II, Livros 1, 2, 6, 13, 15 e 21.

D. João V, Livros 2, 5, 7, 9, 18, 28, 36 e 39.

D. José I, Livro 1

Feitos Findos

- Mç 26, doc nº 24. Relação dos livros do falecido Conde dos Arcos, 1768.

- Inventário dos bens de Caetano de Melo e Castro. 1725. Inventários post mortem, Letra C, mç. 37, n.º 3.

Manuscritos da Livraria

- "Instrução que o capitão [...] Carneiro de Araújo levou a Pernambuco para trazer sabido do mestre de campo general Francisco Barreto" - Manuscritos da Livraria, n.º 1122 (24).

- Cartas dirigidas a Félix José Machado de Mendoça Eça Castro e Vasconcelos - Manuscritos da Livraria, n.º 830.

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)

- Manuscritos, Miscelâneas, 338, “*Breve compêndio do que vai obrando n’este governo de Pernambuco o senhor governador Antonio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho*”.
- Manuscritos, Miscelâneas, 448, Carta de Antonio de Miranda Henriques para seu filho Bernardo de Miranda Henriques que se achava governador em Pernambuco fl. 241-247.
- Manuscritos, Miscelâneas, 448, Carta de um fidalgo para Miranda Henriques fl. 249 e 251.
- BGUC-VI-III-1-1-29. “*Narração Histórica das Calamidades de Pernambuco, sucedidas desde o ano de 1707 até o de 1715, com a notícia do levante dos povos e suas capitânias: escrita por um anônimo e pelo mesmo novamente correta e acrescentada pelo mesmo ano de 1749*”.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Manuscritos

- «Relatório da administração da capitania de Pernambuco, nos meados do século XVII» por Francisco de Brito Freyre. Manuscritos Reservados. MSS. 236, n. 51
- Rellação verdadeira da guerra que se fez aos Negros levantados do Palmar governando estas capitânias de Pernambuco o Senhor o Senhor Governador e Capitão Geral Caietano de Mello de Castro no anno de 1694 da feliz vitoria que contra o ditto inimigo se alcançou. In: BNP, Manuscritos Reservados, Códice 11358, fls. 75-101.
- [Documentos vários relativos à Guerra da Sucessão de Espanha] [Manuscrito]. Manuscritos Reservados Códice. 11358.
- Compendio de tactica militar [Manuscrito] / por Manoel Antonio de Mattos. PBA. 105//27.

Coleção Pombalina

- Códice 239, “Brasil, Governo de Pernambuco, 1690-1693, Portarias, Ordens, Bandos, Editais, etc, sendo D. Antônio Félix Machado, Marquês de Montebelo, governador de Pernambuco”.
- Códice 115, “Livro de Assentos da Junta das Missões, Cartas Ordinárias, Ordens e Bandos que se escreveram em Pernambuco no tempo do governador Félix José Machado 1711 -1715”.
- Códice 526, “Miscelânea”. Legislação, ofícios, notícias históricas, etc. [Manuscrito].

Biblioteca do Palácio da Ajuda

- Representação da Câmara de Pernambuco e mais capitânias do Norte pedindo diversas providências para não serem de novo invadidos pelos holandeses e para outros objetos relativos a agricultura e comércio – 51-VI-16, fl. 158v
- Notícia que o governador de Pernambuco deu a sm, quando tomou posse do governo destes reinos, na qual dá notícia do estado da dita província, com as hostilidades feitas pelos holandeses. Recife de Pernambuco, 23 de março de 1663. 51-v-10 fl. 247-250v, n.76 (a)
- Cartas régias a Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho 51-V-49, FL. 106, 107, 108, 109,110,118-119, 120,121,126,127-130, 134, 135.
- Representação de Jerônimo de Mendonça Furtado a sm sobre os moradores de Pernambuco o expulsarem do governo e o prenderem. 50-V-37 fl. 264-267.

British Library

- “Cartas d’El Rey N. S. D. Pedro 2º vindas na Frota de 1690 para o Governador D. Antonio Félix Machado Silva e Castro, do seu Conselho, e Marquês de Montebelo” (1690-1692). Ad. 21.000.

Fontes Impressas

Meneses, Francisco Barreto. *Relación verdadera de la recuperación de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya i de las capitanías de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ciará e Isla de Fernando de Noronha*. Lisboa, 1654. disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01591000>, acessado em 28 de junho de 2017.

Coelho, Duarte de Albuquerque. *Memorias diarias de la guerra del Brasil por discvrsos de nueve años, empeçando desde el de M.DC.XXX escritas por Dvarte de Albvqverqve Coello a la catolica magestad del rey don Felipe Quarto*. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00592400>.

Freyre, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, história da guerra brasílica*. Lisboa, Oficina de Joam Galram, 1675. disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00727000>

«Informação da Capitania de Pernambuco (1749)» *Anais Da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Volume 28, 1906.

Pereira, Gregório Varela de Berredo. «Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Senhor Governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, comendador das Comendas de São Miguel de Bobadela, Santiago de Bonfé, São Salvador de Majorca, Almotacé-Mor do Reino e Governador das Capitanias de Pernambuco e suas anexas». *RIAP*. Vol. LI. Recife, 1979.

“Relação de todos os ofícios da Fazenda e Justiça existentes neste Estado do Brasil”. In: Documentação Ultramarina Portuguesa, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, vol. II pp. 20-26.

“Relatório sobre o estado das Capitanias Conquistadas no Brasil, apresentado pelo senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdã, em 4 de abril de 1640”. Mello, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês vol. I: A economia açucareira**. Recife: CEPE, 2004.

“Relatório de viagem ao sul de Pernambuco por A. van Bullestrate (1642)”. In: **FHBH vol. II: A administração da conquista**. Recife: CEPE, 2004

“Traslado dos Rendimentos das Pensões, Redízima, Vintena e outras coisas mais que esta Capitania de Pernambuco pagava ao Donatário Dom Miguel de Portugal”. In: Mello, José Antônio Gonsalves de. **FHBH vol. I: A economia açucareira**. Recife: CEPE, 2004.

«Visita que o bispo de Pernambuco estado do Brasil nas Índias Ocidentais, D. Fr. Francisco de Lima faz ad sacra limina Apostolorum, e notícia, que dá do seu bispado a sua santidade pelo seu procurador o Doutor Manuel Banha Quaresma». Arquivo Secreto do Vaticano: Congregazione del Concílio, Relationes Diocesium, 596 (Olinden). Vaticano.

Bibliografia

Acioli, Gustavo. *Negócio da Costa da Mina e Comércio Atlântico. Tabaco, açúcar, outro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)*. Tese de Doutorado. São Paulo, PPGH da Universidade de São Paulo, 2008.

Acioli, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial*. Recife: EDUPE/EDUFAL, 1997.

Alden, Dauril. «The population of Brazil in the late Eighteenth Century: a preliminary study». *The Hispanic American Historical Review*, vol. 43, n. 2, mai, 1963.

Alden, Dauril. *Royal government in colonial Brazil. With special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy 1769-1779*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1968.

- Alencastro, Luis Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Almeida, Fortunato. *História das Instituições em Portugal*, Porto, Livraria Magalhães & Moniz, 1903.
- Almeida, Maria Regina Celestino. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- Almeida Prado, J. F. de. *Pernambuco e as capitanias do norte do Estado do Brasil (1530-1630)*. 4 v. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- Almeida, Luís Ferrand de. «O absolutismo de D. João V». in *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra: 1995, p. 183-207.
- Alvel, Carmen. «Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII.» Em *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América Portuguesa*. orgs. Macedo, Hélder Alexandre Medeiros de. e Santos, Rosenilson da Silva. João Pessoa: Ideia; Natal: Edufrn, 2013.
- Alveal, Carmen. «A anexação da Capitania do Rio Grande em 1701: Estratégia da Coroa ou Interesse de grupo da Capitania de Pernambuco?» *Dinâmicas sociais, políticas e judiciais na América Lusa: Hierarquias, Poderes e Governo (séculos XVI-XIX)*. org. Caetano, Antonio F. P. Recife: Editora UFPE, 2016.
- Andrade, Gilberto Osório de. *Montebelo, os males e os mascates*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.
- Araújo, Érica Lôpo. «Práticas políticas e governação no império português: o caso de D. Vasco de Mascarenhas (1626-1678) ». Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.
- Araújo, Hugo André Flores. «A construção da governabilidade no Estado do Brasil: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo-geral (1642-1682)». Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- Arraes, Esdras. «Rio dos currais: paisagem material e rede urbana do rio São Francisco nas capitanias da Bahia e Pernambuco». *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 47-77, 2013.
- Assis, Virgínia Almoêdo. «Palavra de Rei. Autonomia e Submissão da Capitania Hereditária de Pernambuco». Tese de Doutorado Recife, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2001.
- Avellar, Hélio de Alcantara. *Administração pombalina*. - 2ª ed. - Brasília : Funcep, 1983.
- Aznar, Daniel; Hanotin, Guillaume et May, Niels F. *À la place du roi: vice-rois, gouverneurs et ambassadeurs dans les monarchies française et espagnole (XVIe-XVIIIe siècles)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2014.
- Bang, Henrik. Governance as political communication. Em *Governance as social and political communication*. ed. Bang, Henrik. Manchester: Manchester University Press, 2003.
- Banks, Kenneth J. *Chasing empire across the sea: communications and the French State in the French Atlantic, 1713-1763*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2003.
- Barbalho Velez, Luciana de Carvalho. «Capitania de Itamaracá. Poder local e conflito: Goiana e Nossa Senhora da Conceição (1685-1742)». Dissertação de Mestrado em História, Departamento em História, Universidade Federal da Paraíba, 2009.
- Barbosa, Bruno Kleyson. «A Câmara de Natal e os homens de conhecida nobreza: governança local na Capitania do Rio Grande (1720-1759)». Dissertação de Mestrado). Natal, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.
- Barbosa, Livia. e Fonseca, Marcos Arthur Viana da. «A ribeira dos interesses: contratos, fiscalidade e conflitos na revolta dos magnatas (Capitania do Rio Grande, 1741-1744)». *Revista Ultramares*, Vol. 5, Nº 9, Jan-Jun, 2016.

- Barbosa, Livia. «Entre a distância e a fidelidade: relações entre os capitães-mores do Rio Grande e os governadores de Pernambuco (segunda metade do século XVII)». *Revista Historien*, Petrolina. ano 5. n. 10. Jan/Jun 2014: 111-132.
- Barbosa, Livia. «Nos trâmites da fiscalidade: aspectos administrativos da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1660-1723)». Monografia de Graduação. Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.
- Barbosa, Maria do Socorro Ferraz. «A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora». Em *O Brasil Colonial. 1580-1720*. Vol. 2. orgs. Fragoso, João e Gouvêa, Maria de Fátima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- Bardwell, Ross Little. «The Governors of Portugal's South Atlantic Empire in seventeenth century: social background, qualifications, selection and reward». Ann Arbor, Michigan: University Microfilms International, 1975.
- Barros, Edval de Souza. *Negócios de tanta importância: O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2008.
- Beckels, Hilary McD. The “Hub of Empire”: the Caribbean and Britain in the seventeenth century. In *The Oxford History of the British Empire*. Vol. I. The origins of empire. ed., Canny, Nicholas Oxford: Oxford University Press, 1998.
- Bellotto, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- Bellotto, Heloísa. «Estado Português: sistema administrativo e fiscal». Em *Nova História da Expansão Portuguesa*. Vol. 8. O Império Luso-Brasileiro (1750-1822). orgs. Serrão, Joel; Marques, António de Oliveira Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- Bethencourt, Francisco. «As capitanias». Em *História da Expansão Portuguesa*. Vol 1. orgs. Bethencourt, Francisco, Chauduri, Kirti. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Bicalho, Maria Fernanda B. «As câmaras ultramarinas e o governo do império». Em *O antigo regime nos trópicos*. orgs. Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda B. e Gouvêa, Maria de Fátima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Bicalho, Maria Fernanda B. «Da colônia ao império: um percurso historiográfico». Em: *O Governo dos Povos*. orgs. Souza, Laura de Mello e; Furtado, Júnia Ferreira; Bicalho, Maria Fernanda. São Paulo: Alameda, 2009.
- Bicalho, Maria Fernanda B. «Cultura política, governo e jurisdição no Antigo Regime e na América Portuguesa: uma releitura do ofício de vice-rei do Estado do Brasil». Em *Cultura política, memória e historiografia*. orgs. Azevedo, Cecília et. al. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- Bicalho, Maria Fernanda. «Gobernadores y virreyes en el estado deBrasil: ¿dibujo de una corte virreinal?» Em Palos, Joan Lluís; Cardim, Pedro (eds.). *El mundo de los virreyes en las monarquías de España y Portugal*. Iberoamericana; Vervuet, 2012.
- Bicalho, Maria Fernanda B. e Costa, André. «O Conselho Ultramarino e a emergência do secretário de estado na comunicação política entre reino e conquistas». Em *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. org. Monteiro, Nuno Gonçalo e Fragoso, João. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Blockmans, Wim et al. (ed.) *Empowering interactions: political cultures and the emergence of the State in Europe 1300-1900*. Surrey: Ashgate, 2009.
- Bonifácio, Hugo. «Das rotas que levam às Minas: Mercadores e homens de negócios da capitania de pernambuco no comércio de abastecimento da região mineradora no século XVIII». Dissertação de Mestrado, Recife, PPGH, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.
- Botelho, Tarcísio Botelho. «A população da América Portuguesa em finais do período colonial (1776-1822): fontes e estimativas globais». *Anais de História de Além Mar*, n. XVI, 2015.

- Boxer, Charles R. *Portuguese society in the tropics*. Madison: The University of Wisconsin Press/ Madison and Milwaukee, 1965.
- Boxer, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta por Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- Boxer, Charles R. *The Golden Age of Brazil: Growing Pains of a Colonial Society (1695-1750)*. Manchester: Carcanet, 1995.
- Boxer, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- Brendecke, Arndt. «Informing the council: central institutions and local knowledge in the Spanish Empire». Em *Empowering interactions: political cultures and the emergence of the State in Europe 1300-1900*. org. Blockmans, Wim et al. Surrey: Ashgate, 2009.
- Brendecke, Arndt. *Imperio e información: funciones del saber en el dominio colonial español*. Madrid : Iberoamericana, 2016.
- Buescu, Ana Isabel. «Festas régias e comunicação política no Portugal Moderno (1521-1527)» In: *Comunicação & Cultura*, n.º 10, 2010.
- Burkholder, Mark, org. *Administrators of Empire*. Ashgate: Andershot/Brookfield, 1998.
- Burns, Kathryn, «Notaries, Truth and Consequences», *American Historical Review*, Abril, 2005.
- Caetano, Antônio Filipe Pereira.(org). *Alagoas e o império colonial português*. Maceió: CEPAL, 2010.
- Caetano, Antonio Filipe P. «A Comarca das Alagoas: Justiça, Trajetórias e Conflitos (1712-1817)». Em *Das partes do sul à Comarca das Alagoas: ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa (séculos XVII-XVIII)*. org. Caetano, Antonio Filipe P. Maceió: Viva, 2015.188-195.
- Caetano, Antonio Filipe P. «Nas brejas da comarca, quem é ouvidor é governador? Poder, conflitos de jurisdição e administração (1712-1817)». Em *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial (séculos XVI-XVIII)*. orgs. Lisboa, Breno Vaz et ali. (orgs). Recife: Editora UFPE, 2016.
- Camarinhas, Nuno. *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime: Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.
- Cañeque, Alejandro. *The kings living image: the culture and politics of viceregal power in Colonial Mexico*. New York/London: Routledge, 2004.
- Carrara, Ângelo Alves. «A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica». *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, 2014, vol. 20. Acessado em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?p=2213>.
- Cardim, Pedro. «A casa real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos». *Tempo*, Niterói, v. 7, n. 13, jul. 2002.
- Cardim, Pedro. «"Administração" e "Governo": uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime». Em: *Modos de Governar*. orgs, Ferlini, Vera Lúcia & Bicalho, Maria Fernanda. São Paulo: Alameda, 2005.
- Cardim, Pedro e Baltazar, Miguel. «A difusão da legislação régia (1621-1808)». Em *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. org. Monteiro, Nuno Gonçalo e Fragoso, João. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Carvalho, Filipe Nunes de. «Da instituição das capitanias-donatarias ao estabelecimento do governo-geral». Em: *O império luso-brasileiro (1500-1620)*. coords. Johnson, Harold. E Silva, Maria Beatriz Nizza da. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- Carvalho, Reinaldo Forte de. «Governanças das Terras: poder local e administração da justiça na Capitania do Ceará (1699-1748)». Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.
- Cavalcanti, Alessandra Figueiredo. «Aldeamentos e política indigenista no bispado de Pernambuco – séculos XVII e XVIII». Recife, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

- Cintra, Jorge Pimentel. «Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias». *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 11-45, Dec. 2013. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142013000200002&lng=en&nrm=iso access on 09 June 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142013000200002>.
- Clavero, Bartolomé. *Antidora. Antropologia católica de la economía moderna*. Milão: Giuffrè, 1991.
- Chaves Júnior, José Inaldo. «As Capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América Portuguesa (século XVIII)». Tese de Doutorado, Niterói, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- Coelho, Maria Filomena. *A justiça d'além-mar. Lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (séc. XVIII)*. 1. ed. Recife: Massangana - Fundação Joaquim Nabuco, 2009.
- Collino, «Fernando Luis. Un teniente de gobernador de Corrientes en el temprano siglo XVII». **Rev. Esc. Hist.**, Salta, v. 15, n. 2, dic 2016.
- Comissoli, Adriano; Medeiros Viana, Clarissa P. «Governadores e generais: comunicação, inteligência e defesa no Rio Grande de São Pedro Português». *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, V. 13, n o 26, 2017, p. 11-24.
- Cooper, Frederick. Burbank, Jane. *Empires in world history*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- Cosentino, Francisco C. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII). Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo, Belo Horizonte: Annablume/FAPEMIG, 2009.
- Cosentino, Francisco C. «Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681». *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 515-543, Dec. 2015.
- Cosentino, Francisco Carlos C. «Comunicação entre governadores, capitanias e câmaras: a governação do Brasil, 1654-1681». *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Natal, RN. 2013.
- Cosentino, Francisco *et al.* «Governadores reinóis e ultramarinos». Em *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. org. Monteiro, Nuno Gonçalo e Fragoso, João. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Cosentino, Francisco e Monteiro, Nuno Gonçalo. «Grupos corporativos e comunicação política». Em *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. org. Monteiro, Nuno Gonçalo e Fragoso, João. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Correia de Andrade, Manuel. *Itamaracá: uma capitania frustrada*. Recife: CEHM, 1999.
- Crooks, Peter & Parsons, Timothy H (eds.). *Empires and bureaucracy in World History: from Late Antiquity to the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- Cruz, Miguel Dantas da. *Um império de conflitos: O Conselho Ultramarino e a Defesa do Brasil*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.
- Cruz, Miguel Dantas da. «From Flanders to Pernambuco: Battleground Perceptions in the Portuguese Early Modern Atlantic World». *War in History*. 2017.
- Cunha, Mafalda Soares e Monteiro, Nuno Gonçalo. «Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII». Em *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. org., Monteiro, Nuno Gonçalo; Cardim, Pedro, e Cunha, Mafalda Soares. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- Cunha, Mafalda Soares. «Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)». Em *Modos de Governar*. orgs. Ferlini, Vera Lúcia e Bicalho, Maria Fernanda. São Paulo: Alameda, 2005.
- Cunha, Mafalda. «Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas (1580-1640)» Em: *Na trama das redes: política e negócios no mundo português, séculos XVI-XVIII*. org. Fragoso, João e Gouvêa, Maria de Fátima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- Cunha, Mafalda Soares da. e Nunes, António Castro. «Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII». *Tempo*, Rio de Janeiro, jan-abr 2016, pp. 1-30
- Curvelo, Arthur; *et. al.* «Crime e justiça no “domicílio ordinário dos delinquentes”: Comarca das Alagoas (Século XVIII)» In: *Revista Crítica Histórica*, Ano II, Nº3. Julho/2011.
- Curvelo, Arthur. «Conflitos na Comarca: disputa por jurisdição e controle político em Alagoas Colonial (1711-1758)». Em *Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa*. coord. Caetano, Antonio Filipe Pereira. 1ªed.Maceió: EDUFAL, 2011, p. 55-85
- Curvelo, Arthur. *O senado da câmara de Alagoas do Sul: governança e poder local no Sul de Pernambuco (1654-1751)*. Dissertação de Mestrado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- Curvelo, Arthur. «Ordens, bandos e fintas para fazer “a cruel guerra”: Os governadores de Pernambuco, a câmara das Alagoas e as “entradas” nos Palmares na segunda metade do século XVII». *RIAP*. Recife, n. 67, 2014a.
- Curvelo, Arthur, « Os Oficiais da Escrita no Governo de Pernambuco: Governadores, Secretários e Notários na construção da governabilidade - Séculos XVII e XVIII », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 02 octobre 2017.
- Dantas, Aledson. «As torres do Conde e as questões sobre a moradia dos governadores de Pernambuco: poder e práticas de espaço em Recife e Olinda (1654-1709)». *Anais do III Encontros Coloniais*, Natal, 2016, disponível em: www.cchla.ufrn.br/encontroscoloniais-lehs/textos/ALEDSON-DANTAS.pdf.
- Dantas, Aledson Manoel Silva. «Uma vila e seu povo: relações hierárquicas e poder local (Olinda, século XVII) ». Dissertação de Mestrado em História, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.
- Dias, Thiago Alves. «Monopólio indireto: colonização mercantil e no Norte do Estado do Brasil (c.1710-c.1780) ». Tese de Doutorado, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Universidade de São Paulo, 2017.
- Dumolyn, Jan. «Political Communication and Political Power in the Middle Ages: A conceptual Journey». *Edad Media. Revista de Historia*, 12, 2012, pp. 33-55.
- Dutra, Francis A. «Centralization vs. Donatarial Privilege: Pernambuco (1602-1630)». Em *Colonial roots of Modern Brazil*. ed. Dauril Alden. Los Angeles: University of California Press, 1973.
- Eliane, Márcia. «Conflito e jurisdição na constituição das Juntas das Missões no Atlântico Português (séculos XVII-XVIII)». Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa. 2005.
- Elliott, John. *Imperios del mundo atlántico: España y Gran Bretaña en America (1492-1830)*. Madrid: Taurus, 2006.
- Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª Edição Revista. São Paulo: Globo, 2001.
- Ferreira, Letícia Santos. «Amor, Sacrifício e Lealdade: o Donativo para o Casamento de Catarina de Bragança e para a Paz de Holanda (Bahia, 1661-1725)». Dissertação de Mestrado, Niterói, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010.
- Fonseca, Marcos Arthur Viana. «Sob a sombra dos governadores de Pernambuco? Jurisdição e administração dos capitães-mores da Capitania do Rio Grande (1701-1750)». Natal, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.
- Fragoso, João. «Potentados coloniais e circuitos imperiais: uma nobreza da terra supracapitanias, no Setecentos». Em *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. orgs. Monteiro, Nuno Gonçalo; Cardim, Pedro, e Cunha, Mafalda Soares da. Lisboa: ICS, 2005.
- Fleiss, Max. *História administrativa do Brasil*. 2ª ed. - São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

- Galenson, David W. "The settlement and growth of the colonies: population, labor, and economic development" In: *The Cambridge Economic History of the United States.*, vol. I: The colonial Era, ed. Engerman, Stanley & Gallman, Robert Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- Garcia, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. 2ª ed. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1975.
- Gatti, Agatha Francesconi. «O trâmite da fé: a atuação da Junta das Missões em Pernambuco, 1681-1759». Dissertação de Mestrado. São Paulo, PPGH Universidade de São Paulo, 2011.
- Given-Wilson, Chris. «Bureaucracy without alphabetic writing: governing the Inca Empire». Em *Empires and bureaucracy in World History: from Late Antiquity to the Twentieth Century*. eds. Crooks, Peter & Parsons, Timothy H. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- Gomes, Flávio. *Mocambos de Palmares: história e fontes (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
- Gomes, José Eudes A. B. «As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista». Niterói, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2009.
- Gomes, José Eudes. «As armas e o governo da República: tropas locais e governação no Ceará setecentista». Em *Dinâmica Imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (séc. XVI-XIX)*. org. Guedes, Roberto. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- Gonçalves, Regina Célia. «Guerra e Açúcar: a formação da elite política na Capitania da Paraíba (séculos XVI-XVII)». *Portuguese Studies Review*. v.14, n.1, 2006.
- Gonçalves, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Paraíba, 1585-1630*. Bauru: Edusc, 2007.
- Gonçalves, Regina Célia, Cardoso, Halisson Seabra, Rolim, João Paulo Costa Pereira. «Guerras e alianças: os Potiguara no conflito luso-holandês (1630-1654)». Em *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. org. Possamai, Paulo. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- Gouvêa, Maria de Fátima Silva. «Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730». Em: *Na trama das redes: política e negócios no mundo português, séculos XVI-XVIII*. orgs. Fragozo, João e Gouvêa, Maria de Fátima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- Greene, Jack. *Negotiated Authorities: essays in colonial political and constitutional history*. Virginia: University Press of Virginia, 1994
- Greene, Jack. «Transatlantic colonization and the redefinition of Empire in the Early Modern Era: the British-American experience» Em *Negotiated empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820*, orgs Daniels, Christine e Kennedy, Michael. New York & London: Routledge, 2002.
- Guapindaia, Mayra. «Comunicação e poder: a implantação do Correio Marítimo de 1798 e as respostas dos governos da América Portuguesa», *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Débats, mis en ligne le 11 décembre 2017.
- Hespanha, António Manuel. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Hespanha, Antonio Manuel e Silva, Ana Cristina Nogueira da. «O quadro espacial». Em: *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1810)*, volume IV. org. Hespanha, António Manuel. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- Hespanha, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.
- Hespanha, Antonio Manuel. «Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar». *Análise Social*. v. XXXVIII, (168), 2003.
- Hespanha, António Manuel, *Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

- Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957;
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2ª ed.. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976
- Innis, Harold. *Empire and communication*. Oxford: Clarendon Press, 1950.
- Johnson, Richard R. «Intra-imperial communications, 1689-1775». Em *A companion to the American Revolution*. ed. Greene, Jack P.; Pole, J. R. Massachusetts: Blackwell, 2000.
- Krause, Thiago. *Formação de uma nobreza ultramarina: coroa e elites locais na Bahia seiscentista*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. PPGH, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- Labaree, Leonard. *Royal Government in America: A study of the British Colonial System before 1783*. New York: Frederick Ungar Publishing, 1929.
- Leão Filho, Joaquim de Sousa. «Palácio das Torres». *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 10, Rio de Janeiro, 1946.
- Lemes, Fernando. «Governo colonial, distância e espera nas minas e capitania de Goiás». *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 13, jan-jul, 2012.
- Levi, Giovanni. «Un problema de escala. In: Relaciones». *Estudios de historia y sociedad*, vol. XXIV, núm. 95, verano, 2003, pp. 279-288.
- Lindoso, Dirceu. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Edições Catavento, 2000.
- Lisboa, Breno Almeida Vaz. «Uma elite em crise: a açúcarocracia de Pernambuco e a Câmara municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII». Dissertação de Mestrado PPGH Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- Lisboa, Breno. «Poder local e arrecadação de impostos na América Portuguesa: a administração de contratos pela Câmara Municipal de Olinda (1690-1727)». *Revista História*, São Paulo, v. 1, n.1, p.19-41, 2014.
- Lisboa, Breno Vaz. «Um dos principais domínios de vossa majestade: poder e administração na Capitania de Pernambuco durante o reinado de D. João V». Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2017.
- Lisboa, João Luís. e Miranda, Tiago dos Reis. «A cultura escrita nos espaços privados». Em *História da Vida Privada em Portugal: A idade moderna*. coord. Monteiro, Nuno Gonçalo. Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011.
- Lobo, Maria Eulália Lahmeyer. *Administração colonial luso-espanhola nas américas*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1952.
- Lohmann Villena, Guillermo, «El secretario mayor de gobernación del virreinato del Perú (notas para un estudio histórico-institucional)». *Revista de Indias*, 2005, Vol 65, No 234.
- Luciani, Fernanda Trindade. *Munícipes e escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- Macleod, Murdo J. «Aspectos da economia interna da América Espanhola Colonial: Mão de Obra, Tributação, Distribuição e Troca». Em *História da América Latina: A América Latina Colonial*. Vol.II. org. Bethel, Leslie. São Paulo: EDUniversidade de São Paulo, 2008.
- Machado, Alex Rolim. «Jurisdição militar, inquisitorial e territorial no sul de Pernambuco: contribuição para uma arquitetura dos poderes nas Capitanias de Porto Calvo, Alagoas e Rio de São Francisco (1655-1712)». *Revista Ultramares*, Nº 2, Vol. 2, Jan-Jul/2012, pp. 130-159.
- Machado, Alex Rolim. «O caleidoscópio do poder: monarquia pluricontinental e autoridades negociadas na institucionalização da ouvidoria das Alagoas na capitania de Pernambuco (1699-1712)». Trabalho de Conclusão de Curso. – Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2013.
- Magalhães, Joaquim Romero. «Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial brasileira». *Revista de história económica e social*. Lisboa, v. 16, 1985.
- Magalhães, Joaquim Romero. «A construção do espaço brasileiro». Em: *História da Expansão Portuguesa*. v2. orgs. Bethencourt, Francisco e Chaudhuri., Kirti. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

- Magalhães, Joaquim Romero. «As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa de Antigo Regime: os concelhos» Em *Concelhos e organização municipal na Época Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- Magalhães, Joaquim Romero, *Concelhos e organização municipal na Época moderna*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- Marques, Guida. «De um governo ultramarino: a institucionalização da América Portuguesa no tempo da União das Coroas (1580-1640)». Em *Portugal na Monarquia Hispânica: dinâmicas de integração e conflito*. orgs. Cardim, Pedro; Costa, Leonor Freire; Cunha, Mafalda Soares da. V^{as} Jornadas Internacionais da Red Columnaria – História das Monarquias Ibéricas. Lisboa, 2013.
- Masters, Adrian. «A Thousand Invisible Architects: Vassals, the Petition and Response System, and the Creation of Spanish Imperial Caste Legislation». *Hispanic American Historical Review* 1 August 2018; 98 (3): 377–406. doi: <https://doi.org/10.1215/00182168-6933534>
- Mauro, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- Mayntz, Renate. New challenges to governance theory. Em *Governance as social and political communication*. ed. Bang, Henrik. Manchester: Manchester University Press, 2003.
- Medeiros, Ricardo Pinto. «Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas Capitanias do Norte da América Portuguesa». Em *Novos olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil*. orgs. Medeiros, Ricardo Pinto e Oliveira, Carla Mary S. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.
- Medeiros, Ricardo Pinto. «Concessão de títulos nobiliárquicos a lideranças indígenas na América Portuguesa». *Revista Mosaico*, v. 4, n. 2, p.175-181, jul./dez. 2011.
- Melo, Josemar Henrique. «A ideia de arquivo: a secretaria do governo de Pernambuco (1687-1809)». Tese de Doutorado, Porto, Universidade do Porto, 2006.
- Melo, Josemar Henrique. «Das cousas que convém à boa governação: uma análise sobre regimento do governador da capitania de Pernambuco». *Caderno de estudos sociais* – Recife, v. 25, nº 2, jul-dez (2010). pp. 257-270.
- Mello, Evaldo Cabral. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/ Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- Mello, Evaldo Cabral de. Uma Nova Lusitânia. Em: *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. *Formação: histórias*. org. Mota, Carlos Guilherme. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.p. 71-101.
- Mello, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- Mello, Evaldo Cabral. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ª ed. revista. São Paulo: Alameda, 2008.
- Mello, Evaldo Cabral. «A cabotagem no Nordeste oriental». Em *Um imenso Portugal: história e historiografia*. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2008.
- Mello, Evaldo Cabral de. (org). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.
- Mello, Evaldo. *O bagaço da cana*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.
- Mello, José Antonio Gonsalves de. *Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano (1738-1802)*. Recife: Imprensa Universitária, 1966.
- Mello, José Antônio G. de. Albuquerque, Cleonir Xavier. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife: Imprensa Universitária, 1967, p. 21-23.
- Mello, José Antônio G. *Um mascate e o Recife: a vida de Antônio Fernandes de Matos, 1671-1701*. 2ª Edição, Recife: Fundação da Cultura da Cidade do Recife, 1981.
- Mello, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro:Topbooks, 2001.

- Mendes, Laura Peraza. «O serviço de armas nas guerras contra palmares: expedições, soldados e mercês (Pernambuco, segunda metade do século XVII)». Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Campinas, Campinas, 2013.
- Menezes, Mozart Vergetti de. «Jurisdição e poder nas Capitanias do Norte (1654-1755)» *Saeculum – Revista de História*. [14]; João Pessoa, jan./jun. 2006. pp. 17-23.
- Menezes, Mozart V. de. *Colonialismo em ação: Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755)*. João Pessoa, Editora da UFPB, 2012.
- Miranda, Bruno R. Ferreira. «Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (o caso da Capitania de Pernambuco – 1654-1701)». Dissertação de Mestrado, Recife, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2006.
- Miranda, Bruno Ferreira. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese de Doutorado. Leiden, Universidade de Leiden, 2011.
- Monteiro, Nuno G. (coord.). «A sociedade local e seus protagonistas». Em: *História dos Municípios e do Poder local em Portugal*. dir. Oliveira, César. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- Monteiro, Nuno. *O crepúsculo dos grandes (1750-1832). A casa e o património da aristocracia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1998.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, ed. *Meu pai e meu senhor muito do meu coração: correspondência do conde de Assumar para seu pai, o marquês de Alorna*. ICS/Quetzal Editores, Lisboa, 2000.
- Monteiro, Nuno G. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. 3ª edição. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- Monteiro, Nuno. «A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e a Administração no Antigo Regime (1736-1834)». Em *Do reino à administração interna: História de um ministério (1736-2012)*. orgs. Almeida, Pedro T. & Sousa, Paulo. Lisboa: Imprensa Nacional, 2015.
- Monteiro, Nuno Gonçalo e Frago, João (orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Monteiro, Nuno G; Bicalho, Maria Fernanda B. «As instituições civis da monarquia portuguesa na Idade Moderna»: centro e periferia do império. Em *Monarquias Ibéricas em perspectiva comparada (séculos XVI-XVIII): Dinâmicas Imperiais e circulação de modelos administrativos*, orgs. Xavier, Ângela Barreto; Palomo, Federico; Stumpf, Roberta, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 2018.
- Morais, Ana Lunara da Silva. «Entre veados, carneiros e formigas: conflitos pela posse de terra na ribeira do Ceará-Mirim e as concepções de mentalidade possessória, 1725-1761». Dissertação de Mestrado, Natal, PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.
- Moura, Denise. «Redes associativas e de comunicação entre as câmaras de uma capitania, São Paulo (século XVIII)». *História Revista*, v. 21, n. 1, p. 48-69, 21 set. 2016.
- Nieto Soria, José Manuel. «El pregón real en la vida política de la castilla Trastámara». In: *Edad Media*. Rev. Hist., 13 (2012), pp. 77-102.
- Nogueira, Gabriel Parente. «Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)». Dissertação de Mestrado. Fortaleza, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, 2010.
- Nogueira, Gabriel Parente. «A institucionalização do poder: o processo de criação de vilas na Capitania do Siará Grande, contextos e motivações (1699-1802)». Em *Ceará: Economia, política e sociedade (séculos XVIII e XIX)*. orgs. Nogueira, Gabriel Parente; Silva, Rafael Ricarte da; Viana Júnior, Mário Martins. Fortaleza: Instituto Frei Tito Alencar, 2011.
- Nunes, António Castro. *Comunicação e prática política nas monarquias ibéricas de Antigo Regime (1700-1750): Évora, Córdoba, Ouro Preto e Quito*. Tese de Doutorado, Évora, PIUDHist, Universidade de Évora, 2016.

- Oliveira, João Batista Perdigão de. «A primeira vila da província: notas para a História do Ceará». *RIHC*. Fortaleza, tomo I, 1887, pp. 39-40.
- Oliveira, Leonardo Paiva de. «Capitães-Mores das Capitanias do Norte: Perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656-1755)». Dissertação de Mestrado, Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.
- Oliveira, Luanna. «A Alfândega de Pernambuco: história, conflitos e tributação no Porto do Recife (1711-1738)». Dissertação de Mestrado. Recife: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- Oliveira, Monalisa Pavone. «Na confraria e na Câmara: a correspondência entre a Irmandade do Santíssimo do Pilar do Ouro Preto e a Câmara de Vila Rica». *História Revista*, v. 21, n. 1, p. 26-46, 21 set. 2016.
- Oliveira e Silva, Maria Júlia. *Fidalgos-mercadores no século XVIII: Duarte Sodré Pereira*. Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1992.
- Olsen, Alison, *Making the empire work: London and American interest groups (1690-1790)*. Harvard, Harvard University Press, 1992.
- Paiva, Yamê. Os Ouvidores e a Administração da Justiça no Brasil Colonial: o caso da Comarca da Capitania da Paraíba (c. 1687-1799). In: **RJUAM**, n. 33, 2016-I, pp. 79-95.
- Paiva, Yamê. «Justiça e poder na América Portuguesa: Ouvidores e a administração da justiça na Comarca da Paraíba (c. 1687-c.1799)». Tese de Doutorado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019.
- Palos, Joan Lluís; Cardim, Pedro (eds.). *El mundo de los virreyes en las monarquías de España y Portugal*. Iberoamericana; Vervuet, 2012.
- Pestana, Carla. «The Problem of Land, Status, and Authority: How Early English Governors Negotiated the Atlantic World». *The New England Quarterly*, Vol. 78, No. 4, Dec., 2005, pp. 515-546.
- Pires, Maria do Carmo. «As Câmaras Municipais e as Freguesias: o poder vintenário». Em *Administrando impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. orgs. Gonçalves, Andréa Lisly; Chaves, Cláudia Maria Das Graças e Venâncio, Renato Pinto. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- Pombo, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Editores Annuário do Brasil - Rio de Janeiro: Renascença Portuguesa – Porto, 1922
- Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Pujol, Xavier G. «Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias européias dos séculos XVI e XVII», *Penélope*, n. 6, 1991.
- Puntoni, Pedro. *A mísera sorte: escravidão Africana no Brasil Holandês e as Guerras do Tráfico no Atlântico Sul (1621-1648)*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- Puntoni, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e colonização no sertão do Nordeste (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec, EdUsp, 2002.
- Puntoni, Pedro, «Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII». Em *Modos de Governar*. orgs. Ferlini, Vera Lúcia & Bicalho, Maria Fernanda. São Paulo, Alameda, 2005.
- Puntoni, Pedro. *O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia Colonial (1548-1700)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- Quintero, Gilberto R. «Gobernadores y tenientes de gobernador en la provincia de Venezuela. De los Welser a Juan de Villegas (1528-1553)». *Mañogo*, n.17, 2001
- Radner, Karen, ed., *State Correspondence in the ancient world: from New Kingdom Egypt to the Roman Empire*. New York: Oxford University Press, 2014.
- Raminelli, Ronald. *Nobrezas do novo mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

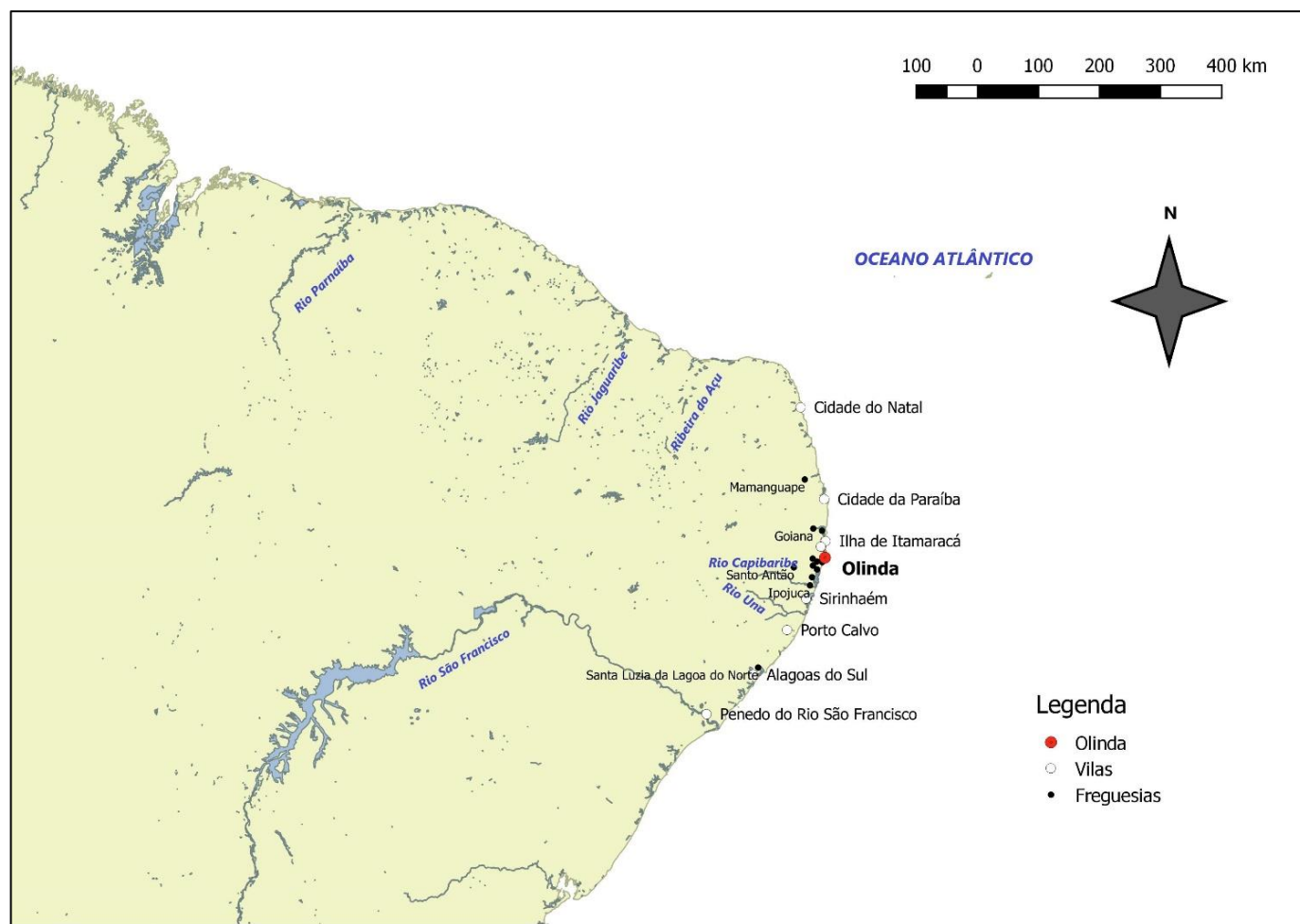
- Reis, Jaime, Palma, Nuno, Freire Costa, Leonor. «The Great Escape? The Contribution of the Empire to Portugal's Economic Growth, 1500-1800». *Working Papers in Economic History*, 13-07. Madrid: Universidad Carlos III, 2013.
- Ribeiro, Mônica da Silva. «"Se faz preciso misturar o agro com o doce": A administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)». Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.
- Ribeiro, Mônica da Silva. «O Rio de Janeiro pós-Repartição do Sul: as transformações no império português (1660-1730)». Em *Dinâmicas sociais, políticas e judiciais na América Lusa (séculos XVI-XIX)*. org. Caetano, Antonio Filipe Pereira. Recife: Editora UFPE, 2016.
- Rodrigues, Antonio Dougnac. *Manual De Historia Del Derecho Indiano*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de Mexico/Mc-Graw-Hill, 1998.
- Rodrigues, José Damião, «As Finanças», vol. III da *Nova História da Expansão Portuguesa, A Colonização Atlântica*, Artur Teodoro de Matos (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, 2005, vol. I, pp. 428-445.
- Rodrigues, Miguel Jasmins «Madeira: colonização e estruturas de Poder (do início até ao reinado de D. Manuel, antigo duque...)», *Isleña*, Funchal, n.º 3, 1988, pp. 46-58.
- Romeiro, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil. Uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- Ross, Richard J. «Legal communications and imperial governance: British North America and Spanish America compared». Em *The Cambridge History of Law in America. Early America (1580-1815)*. Vol. 1. ed., Grossberg, Michael, Tomlins. New York: Cambridge University Press, 2008.
- Russell-Wood, A.J.R. «Governantes e agentes». Em: *História da Expansão Portuguesa*. v3. orgs. Bethencourt, Francisco E Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- Russell-Wood, A. J. R. «Centros e periferias no mundo luso brasileiro: 1500-1808». *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 1998.
- Russell-Wood, Anthony J. R. *The Portuguese Empire, 1415-1808: a world on the move*. Baltimore/London: John Hopkins University Press, 1998.
- Saldanha, António Vasconcelos de, *As capitanias do Brasil. Antecedente, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2ª ed., 2001.
- Salgado, Graça, org., *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- Santos, Catarina Madeira. «Goa é a chave de toda a Índia»: perfil político da capital do Estado da Índia. Lisboa: CNCDP, 1999.
- Santos, Fabiano Vilaça. *O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.
- Santos, Fabiano Vilaça. «Governadores e capitães-generais do Estado do Maranhão e Grão-Pará e do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1702 a 1780): trajetórias comparadas». *Revista Crítica Histórica*, Vol. 8, n. 16, 2017.
- Santos, Lincoln M. «O "saber mandar com modo" na América: a experiência administrativa de D. Lourenço de Almeida em Pernambuco (1715-1718) e Minas Gerais (1721-1727)». Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- Santos, Maria Emília; Lobato, Manuel. *O domínio da distância: comunicação e cartografia*. Lisboa: IICT, 2006.
- Schwartz, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- Sellers-García, Sylvia. *Distance and documents at the Spanish Empire's Periphery*. Standford: Standford University Press, 2014.
- Silva, Clarissa Costa Carvalho e. «Nos labirintos da governança: administração fazendária na Capitania de Pernambuco (1755-1777)». Recife, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2014

- Silva, Fernando Junio Santos. «Nos bastidores da administração colonial: o papel dos secretários de governo da capitania das Minas Gerais (1735-1763)». *Temporalidades*, vol. 6, n. 1, 2014.
- Silva, Francisco Ribeiro da. *O porto e seu termo: os homens, as instituições e o poder (1580-1640)*. 2 v. Dissertação de Doutorado em História Moderna e Contemporânea. Porto, Universidade do Porto, 1985.
- Silva, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Prefeitura do Recife, Secretaria de Cultura, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.
- Silva, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010.
- Silva, Kalina Vanderlei. «Francisco de Brito Freyre e a reforma militar de Pernambuco no século XVII». Em *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. org. Paulo Possamai. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- Silva, Maria Angélica, Muniz, Bianca M. e Menezes, Catarina «A. Caminhos das águas, caminhos de terra: trilhando o território alagoano através dos mapas nos primeiros séculos coloniais». *Anais Do Museu Paulista* São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018.
- Silva, Maria Beatriz Nizza. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- Silva, Rafael Ricarte da. «A Capitania do Siará Grande nas dinâmicas do império português: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720)». Tese de Doutorado. Fortaleza, PPGH, Universidade Federal do Ceará, 2016.
- Silva, Thiago Rodrigues da. «Secretários de Governo no Centro Sul da América Portuguesa – 1688-1750, Burocracia, Segredo e Missões». Dissertação de Mestrado. Niterói, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2013.
- Soll, Jacob. *The Information Master: Jean-Baptiste Colbert's Secret State Intelligence System*. Michigan: The University of Michigan Press, 2009.
- Souza, George F. Cabral de. «Recife post bellum: calles, rios y puentes de una ciudad de la America Portuguesa». (Eds.). *De urbe indiana: ensayos sobre ciudades y urbanismo en Brasil y en la América Hispana*. ed. Gómez, Júlia Sánchez y Pérez, José Manuel Santos. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 2010.
- Souza, George F. Cabral de. *Tratos e mofatras: o grupo mercantil no Recife colonial (c. 1654 - c.1759)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- Souza, George F. Cabral de. *Elites e exercício de poder no Brasil Colonial: a câmara municipal do Recife (1710-1822)*. Recife: Editora UFPE, 2015.
- Souza, George F. Cabral de. «Entre o local e o central: uma tentativa de sistematização da correspondência entre as câmaras de Pernambuco e Itamaracá e os poderes centrais (sécs. XVI-XVII)» Comunicação Apresentada no Seminário das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, 1. 2015, Lisboa. *Anais...*, Lisboa, 2015. (texto inédito).
- Souza, Laura de Mello e. *O sol e a sombra. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- Steele, Ian. *The politics of colonial policy: The board of trade in colonial administration*. Oxford: Claredon Press, 1968.
- Steele, Ian. «Moat theories and the English Atlantic, 1675-1740». *Canadian Historical Association, Historical Papers*, 1978, p. 18-33.
- Steele, Ian K. *The English Atlantic, 1675-1740: An exploration of communication and community*. New York: Oxford University Press, 1986.
- Steele, Ian. «The anointed, the appointed and the elected: governance of the British Empire 1689-1784». Em *The Oxford History of the British Empire: the eighteenth century*. Vol. 2. ed. Marshal, P.J. Oxford: Oxford University Press, 1998.

- Stumpf, Roberta G, «Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português», *Topoi*, v. 15, n. 29, Rio de Janeiro, jul./dez. 2014, pp. 621-622.
- Valadares, Virgínia Maria T. *A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- Velez, Luciana de Carvalho Barbalho. «Donatários e administração colonial: a Capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692-1763)». Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2016.
- Vives, J. Vicente. «A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII». Em: *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. org. Hespanha, António Manuel. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Vivo, Felippo de. *Information and communication in Venice: rethinking Early Modern Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- Webb, Samuel Saunders. «Army and Empire: Garrison Government in Britain and America, 1569-1763». Em *Administrators of Empire*. org., Burkholder, Mark. Ashgate: Andovers/Brookfield, 1998.
- Wilkinson, Henry. «The Governor, the Council and Assembly in Bermuda during the first half of the Eighteenth Century». Em *Administrators of Empire*. org. Burkholder, Mark. Ashgate: Andovers/Brookfield, 1998.

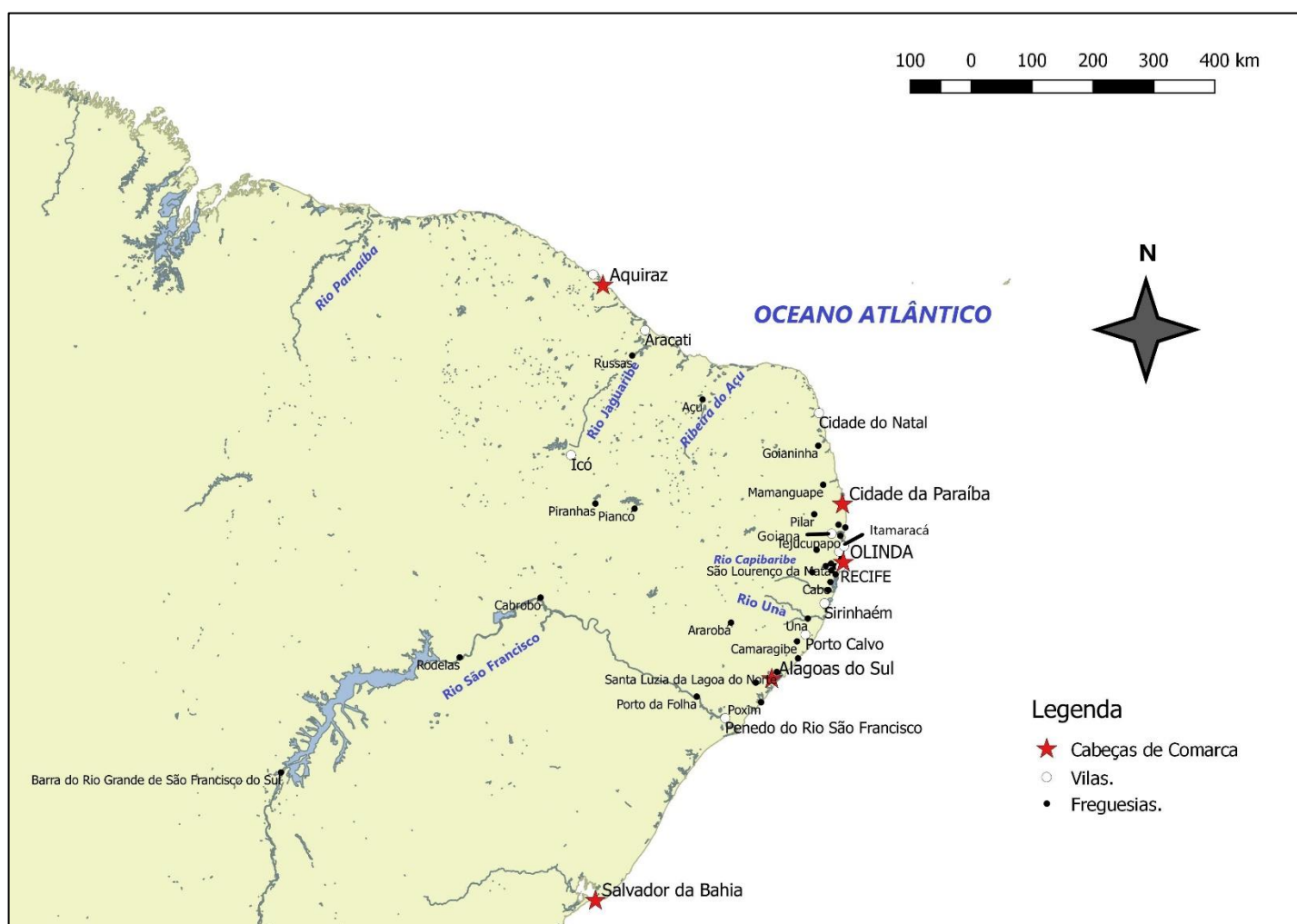
ANEXOS

Anexo 1. Mapa das Vilas e Freguesias das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, c. 1654¹.



¹ Mapa elaborado pelo autor com base no *software* QGis. A referência geográfica toma por base as coordenadas atuais das diferentes freguesias.

Anexo 2. Mapa das Cidades, Vilas e Freguesias das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, c. 1750².



² Mapa elaborado pelo autor com base no *software* QGIS. A referência geográfica toma por base as coordenadas atuais das diferentes freguesias.